

IVAN FURMANN

**CULTURA JURÍDICA E TRANSIÇÃO ENTRE COLÔNIA E IMPÉRIO:
A EXPERIÊNCIA DA OUVIDORIA DE PARANAGUÁ E CURITIBA**

CURITIBA

2013

IVAN FURMANN

**CULTURA JURÍDICA E TRANSIÇÃO ENTRE COLÔNIA E IMPÉRIO:
A EXPERIÊNCIA DA OUVIDORIA DE PARANAGUÁ E CURITIBA**

**Tese apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Doutor em
Direito, Curso de Pós-graduação em
Direito, Setor de Ciências Jurídica da
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando
Lopes Pereira**

CURITIBA


2013

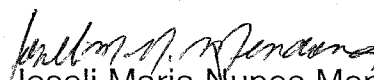
TERMO DE APROVAÇÃO

IVAN FURMANN


CULTURA JURÍDICA E TRANSIÇÃO ENTRE COLÔNIA E IMPÉRIO: A EXPERIÊNCIA DA OUVIDORIA DE CURITIBA E PARANAGUÁ

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no curso de Pós-graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:


Prof. Dr. Luis Fernando Lopes Pereira
Departamento de Direito Privado, UFPR.


Prof.ª Dr.ª Joseli Maria Nunes Mendonça
Departamento de História, UFPR.


Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca
Departamento de Direito Privado, UFPR.


Prof. Dr. Samuel Rodrigues Barbosa
Departamento de Direito, USP.


Prof. Dr. André Luiz de Souza
Departamento de Direito, UFPR.

Curitiba, 12 de Agosto de 2013

AGRADECIMENTOS

Mesmo não conseguindo descrever todos que ajudaram no trabalho, e certamente esquecendo vários nomes, arrisco a apontar aqueles que estiveram ao meu lado. Agradeço primeiramente a Deus por ter garantido minha saúde e segurança mesmo quando abusei dos meus próprios limites e resistências física e emocional. Não suportaria a tese sozinho.

A minha esposa, Daiane de Oliveira Ferreira e minha filha Julia de Oliveira Furmann. A quem devo muito. E tentarei compensar de agora em diante. E aos meus pais, Walter Furmann e Estela Furmann, os verdadeiros financiadores dessa pesquisa.

Aos meus amigos que ajudaram tanto na tese: Danielle Regina Wobeto de Araujo, Liliam Ferraresi Brighente, Douglas da Veiga Nascimento, Maria Luisa Scaramella, Caroline Velasquez Marafiga, Jonas Wilson Pegoraro, Luiz Otávio Ribas, Sandro Luís Tomás Ballande Romanelli, Laís Cândida Ferreira, Vanessa Ladaniuski (as duas últimas em especial pela ajuda na transcrição das fontes que eu sei foi muito trabalhosa), Bruna Marina Portela, Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino, Juliano Rodrigues Torres e tantos outros que precisaria de algumas páginas para enumerar. A Solange de Oliveira Rocha um agradecimento especial pelo exemplo de bondade e disposição.

Gostaria ainda de agradecer aos professores que muito auxiliaram com comentários na banca de qualificação: professora Doutora Joseli Maria Nunes Mendonça; professor Doutor André Peixoto de Souza e professor Doutor Walter Guandalini Junior. Não posso deixar de agradecer nesse sentido os comentários e o gentil atendimento ao pedido de ajuda do Professor Antônio Manuel Hespanha, além de um referencial teórico e um exemplo de docente, uma pessoa muito afável e acessível.

As organizações que disponibilizaram ebooks antigos na internet como a Biblioteca Nacional Brasileira, Biblioteca Nacional de Portugal, Universidade de Coimbra, Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, Google Books, e tantas outras das quais sou extremamente grato e sem as quais não teria acesso a materiais tão raros e valiosos.

Também agradeço do fundo do coração a Luís Fernando Lopes Pereira, mais que um orientador, meu irmão mais velho.

Para Julia e Pedro.

La liberté est une enclume qui userá tous les marteaux.¹

(...) sem esperança alguma de justiça nesse tempo do velho despotismo: nesse tempo dos mandões, quando a lei, e a sua execução consistiam na força de suas paixões e vontade: nesse tempo em que o dito tenente coronel não cessava de sagazmente granjear a ter a seu lado a proteção desses monstros, não lhes restava outro remédio, senão a morte que devia terminar tantos males: mas os dias suspirados, e venturosos da Regeneração Política, aparecem, e a par deles a retidão do Augusto defensor da nossa Pátria, protegendo a revindicação de nossos direitos: e por isso os suplicantes reanimados, e cobertos de razão se recorrem... (Bernardo Moraes Pais, 1824, em petição ao Governador da Província de S. Paulo)

(...) nós que morarmos aqui tão longe onde as vistas das Auctoridades, ou não podem chegar, ou se chegam são logo offuscadas por semelhantes desposticos delegados: que assim tão denodadamente nos opprimem! Queira portanto, Sr. Redactor, fazer por despertar a quem compete o remediar estas flagelações, para que posamos ter liberdade, segurança e propriedade: olhe Sr. Redactor, nós também somos Paulistas seus patricios, e Brasileiros (...) (Um coritibano, em 1828, no jornal Farol Paulistano)

¹ Essa frase é utilizada como epígrafe do jornal “Farol Paulistano” e significa: “A liberdade é uma bigorna que irá utilizar todos os martelos”.

RESUMO

A Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba era considerada periférica dentro dos estudos tradicionais de História do Direito, sendo assim inexistiria dentro dessa região a presença da cultura letrada ou de seus valores devido a distância e ignorância dos oficiais ditos rústicos. Através da análise da produção processual de tal órgão, e com a análise do discurso e dos materiais ali utilizados demonstra-se que a cultura jurídica letrada circulava na região inclusive mediada por personagens considerados rústicos, como os rúbulas e as partes processuais. O período de transição entre a colônia e o império permite ainda visualizar com maior precisão tal processo. A partir de novos referenciais da História do Direito e através de exaustiva pesquisa em fontes primárias, foi possível perceber que a própria divisão entre letrados e rústicos parece não subsistir no contexto analisado. A pesquisa aborda ainda a recepção da Independência Brasileira na região, em especial enfocando a presença de novos estatutos jurídicos. Além disso, descreve os livros utilizados no período, em especial os jurídicos citados nos processos judiciais. E por fim, a partir de relatos de casos encontrados, demonstra-se a dinâmica das relações entre os diversos agentes da Ouvidoria. Conclui-se que os conceitos utilizados para descrever o período, como rústicos e letrados ou espaço de fronteira, não condizem com o encontrado nas fontes, e que a cultura jurídica local era mais complexa e inserida do que se pressupunha.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura jurídica; Rústicos e letrados; História do Direito Brasileiro; Independência do Brasil.

ABSTRACT

The Ouvidoria of Paranagua and Curitiba was considered peripheral inside the traditional studies of history of law, and thus would cease to exist within this region the presence lettered culture or their values due to the distance and ignorance of named rustic officials. Through the analysis of the production procedure of a board, and discourse analysis and the materials used here demonstrates that the legal culture literate circulated in the region including mediated considered rustic characters, such as non-academic lawyers and procedural parts. The transition period between the colony and the empire also allows viewing more precisely such a process. From new benchmarks in the history of law and through exhaustive research in primary sources, it is noted that the very division between literate and rustic does not seem to exist in the context analyzed. The research also addresses the reception of Brazilian Independence in the region, particularly focusing on the presence of new statutes. It also describes the books used in the period, in particular cited in legal proceedings. And finally, from case reports found, demonstrates the dynamic relations between the various actors of the Ouvidoria. Conclude that the concepts used to describe the period as literate and rustic or frontier space, not consistent with those found in the sources, and the local legal culture was more complex and included what is presupposed.

KEYWORDS

Legal culture; Rustic and literate; History of Brazilian law; Independence of Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
A. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
B. CULTURA JURÍDICA: UMA ABORDAGEM.....	19
C. LETRADOS E RÚSTICOS.....	35
1. CULTURA JURÍDICA E TRANSIÇÃO	49
1.1 A CULTURA JURÍDICA ENTRE O ANTIGO REGIME E O LIBERALISMO: BREVE SÍNTESE DOS DEBATES HISTORIOGRÁFICOS.....	49
1.1.1 O Antigo Regime: conceitos e implicações com a história luso-americana	51
1.1.2 O Liberalismo e os valores modernos:.....	56
1.2 CULTURA JURÍDICA ENTRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO: ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO DA OUVIDORIA DE CURITIBA E PARANAGUÁ	65
1.2.1 Poder compartilhado no Império Português.....	65
1.2.2 A região de Fronteira e as fronteiras do Direito	67
1.2.3 A Ouvidoria e o Ouvidor.....	70
1.2.4 O concelho Camarário.....	81
2. NAS FRONTEIRAS: CULTURA JURÍDICA NA OUVIDORIA DE CURITIBA E PARANAGUÁ EM TEMPOS DE transição.....	93
2.1 OUVIDORIA DE CURITIBA E PARANAGUÁ COMO REGIÃO DE FRONTEIRA: O PALCO E SEUS ATORES	93
2.1.1 A formação da Região.....	94
2.1.2 O Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba entre 1822 e 1831	104
2.1.3. Os ouvidores.....	114
2.1.4 Os juizes ordinários, juizes de órfãos, vereadores e outras funções locais	127
2.1.5. Procuradores, Solicitadores de Causas ou Rábulas	132
2.1.6. Os usuários da justiça	149
2.2 TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E LEGAL NA FORMAÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO SOB A ÓTICA DOS ATORES DA OUVIDORIA DE PARANAGUÁ E CURITIBA.....	156
2.2.1. Antes da Independência	156
2.2.2. Durante a independência	166
2.2.3. Recepcionando a Constituição de 1824	178
2.2.4. Após a independência e a Constituição.....	187
2.3. ELEMENTOS DE CULTURA JURÍDICA CIRCULANTE	195
2.3.1 Breve descrição dos processos judiciais: elaboração e estrutura	195
2.3.2 Um quebra-cabeça e as peças que faltam: os livros que circulavam na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba	204
2.3.3 Idéias perigosas, ideais circulantes	227
2.4 A DINÂMICA DAS RELAÇÕES NA OUVIDORIA DE CURITIBA E PARANAGUÁ	236
2.4.1 Os ouvidores e a comunidade local.....	236
2.4.2 O Augusto defensor de nossa pátria garantirá o fim do “Tempo dos Mandões”	248
2.4.3 Uma constituição e seu impacto social	255
2.4.4 Os rábulas e o delicado equilíbrio entre a defesa técnica e a chicana	266
2.4.5 Como processar os crimes? O liberalismo e o vazio legislativo.....	277
2.4.6 Terras do Sem-fim: 1830 o ano em que ninguém queria ser de Juiz Ordinário em Curitiba	287
2.4.7 Sinais de profissionalização da advocacia: o fim da “era de ouro” dos rábulas.....	303
CONCLUSÃO.....	307

REFERÊNCIAS..... 310
Anexos 333

INTRODUÇÃO

A. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Em meados de 2004, por indicação do professor Dr. Ricardo Marcelo Fonseca, tomei contato com um fundo arquivístico que continha documentação judiciária.² Para minha surpresa na época, o gigantesco acervo reunia milhares de processos produzidos por órgãos judiciais da região que datavam entre os séculos XVIII e início do século XX, o qual despertou minha curiosidade. Seduzido pelas fascinantes histórias que traziam, resolvi dedicar-me a investigação de um período específico, a transição do chamado período colonial para o Império brasileiro. Este estudo é fruto de tal curiosidade. Porém, para transformar tal curiosidade em abordagem acadêmica, abriram-se várias questões e problemas.

O primeiro era como abordar a cultura jurídica existente na transição entre o período Colonial e a Independência na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba (1822-1831)?

A primeira aproximação foi feita ao se levantar as abordagens históricas que abrangem o período. Observaram-se assim alguns problemas de análise e questões da área da História do Direito. Um primeiro modelo de abordagem, enfatizando a descrição da legislação, ignorou a diversidade de seu uso e desuso. Nesse sentido:

(...) a concentração dos estudos existentes nos aspectos formais da legislação, ignorando a distância entre o país real e o país formal (...) os estudos e pesquisas disponíveis sobre o direito colonial, com frequência inseridos em histórias gerais do direito brasileiro, vemos que tal afirmação é facilmente corroborada: Martins Júnior, César Tripoli, Waldemar Ferreira, Bezerra Câmara, Rodolfo Garcia e Américo Jacobina Lacombe ocupam-se da transferência do direito português para o Brasil, da organização judiciária

² Os documentos do Poder Judiciário foram recolhidos ao acervo permanente do Arquivo Público do Paraná por meio de uma solicitação do então diretor da Instituição, Dr. Mbá de Ferrante, em 1986. Os documentos estavam em poder da 10ª Vara Cível de Curitiba, sendo que o conjunto documental chegou bastante danificado, devido a um incêndio ocorrido na década de 1930, bem como à falta de um armazenamento e tratamento corretos até então. Posteriormente os documentos foram divididos em dois fundos: Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá e Juízo de Órfãos de Curitiba, sendo o primeiro composto em sua maioria por processos criminais e o segundo por inventários post-mortem. Essa primeira classificação do acervo não conseguiu abranger todas as peculiaridades que os processos traziam. Por isso, é possível encontrar documentos que não se enquadram à classificação antiga, por esse motivo será necessário criar-se uma nova tipologia para esse acervo, o que já está em andamento. No final de 2002 o Arquivo Público recebeu mais uma grande quantidade de processos, vindos também da 10ª Vara Cível e que estão ainda sendo higienizados e identificados, para posterior disponibilização ao público. Também essa documentação é variada, existindo tanto processos cíveis como criminais, datados desde o século XVIII até o XX. (PORTELA, 2005)

e da legislação, mas, por limitarem suas fontes a esta última, não recuperam as nuances do "direito vivo" colonial, ao sabor dos entrechoques entre um Estado centralizador e uma sociedade centrífuga, bem como da interação entre diferentes etnias e diferentes estatutos jurídicos (homem livre, indígenas em semi-servidão ou escravidão, escravos africanos, libertos). (WEHLING; WEHLING, 2004, p.4)

Em oposição ao enfoque tradicional (descritivo do “direito do país formal”) propuseram-se olhares fundamentados no pluralismo jurídico colonial e na inaplicabilidade da ordem jurídica portuguesa. Porém estes ainda não davam da multiplicidade cultural.

Nos clássicos da historiografia brasileira mais ampla o problema parece seguir caminho similar. Luis Fernando Lopes Pereira explica que os “(...) clássicos que se dedicaram [a abordar o direito ‘oficial’³ das vilas] têm sérios problemas de análise (...)” (2011, p.52). Raymundo Faoro, Caio Prado Junior, Fernando Novais, Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, cada um de sua forma, apresentam uma visão do sistema jurídico colonial que não aprofunda as especificidades locais e culturais. Exaltando ou o sistema oficial como opressor ou o sistema não-oficial como forma de pura dominação das elites. (*Vide* também SOUZA, L., 2006, p.27 e Ss.).⁴ Tais abordagens, ainda são centradas na dualidade metrópole-colônia e no que se tem denominado de “peso colonialista”, no qual ainda que não intencionalmente atribui-se ao direito oficial o peso da dominação colonial. Em meados da década passada essa releitura dos clássicos ganhou profundidade e parece existir um certo consenso em relação à necessidade de renovar a leitura do Direito e as implicações na sociedade no período Colonial e início do Império brasileiro.

Não se pretende desvalorizar a profícua e densa contribuição de tais clássicos da historiografia social brasileira, mas avançar em novos enfoques. Complexizar a experiência jurídica do período apresentando os pontos em que o sistema jurídico geral toca nas particularidades locais. Para tanto, propõe-se analisar a “Cultura jurídica na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba entre 1822 e 1831”.

³ Por falta de melhor termo, o direito “oficial” pode ser entendido como direito de origem portuguesa, sobretudo proveniente da metrópole, aplicado as várias regiões do império.

⁴ Além disso, Raimundo Faoro, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda ofereceram de igual sorte interpretações negativas da administração portuguesa, destacando sua ineficiência.. “O exame desses três autores mostra, portanto, que o melhor do ensaísmo brasileiro nos anos 1930, 1940 ou 1950 ajudou a firmar uma visão negativa da administração portuguesa na América.”. (SOUZA, L., 2006, p.34)

O problema de pesquisa proposto detém diversos desafios: um tempo de transformações institucionais e sociais; um espaço de fronteira meridional; a baixa concentração populacional e a ínfima presença de letrados; dentre tantos outros. Questões que levam todos os conceitos historicamente consolidados ao limite.

Temporalmente não se pode chamar o período abordado de período colonial (mesmo que existam nele continuidades significativas), mas da mesma forma as estruturas próprias de um Império Brasileiro ainda não surgiram. Espacialmente não é uma região completamente isolada como os chamados “vastos sertões” desconhecidos (espaço que o Império português não alcançava), mas também não era uma região onde existiam grandes vilas e concentração populacional. Da mesma forma, não existem quadros profissionais jurídicos com formação especializada (no período abordado os únicos letrados existentes são os ouvidores e juizes de fora), mas os processos encontrados no Arquivo Público do Paraná demonstram existir formalidades e procedimentos judiciários em conformidade com o modelo português. Pode-se constatar, desde já, a insuficiência dos conceitos tradicionais para descrever a dinâmica de circulação cultural, bem como sua formulação complexa em espaços e tempos fronteiriços, ainda que a própria idéia de fronteira acabe por ser relativizada.

Tendo tais considerações em mente, para construir uma visão mais complexa da experiência do período, pretende-se na introdução do trabalho explicitar o instrumental teórico. Primeiramente aprofundando o conceito cultura jurídica, o qual se entende ainda deficitário no tocante a interdisciplinaridade no campo da História do Direito.⁵ Em seguida, a partir da lógica de circularidade cultural, apresentar elementos que problematizam a dicotomia entre cultura rústica e cultura letrada, bem como o isolamento das comunidades locais de fronteira em relação ao direito dos centros de produção acadêmica. Aquelas, mesmo quase não contendo atores com formação jurídico-acadêmica, compartilham o discurso e os valores jurídicos do período, acrescentando-lhe valores próprios e únicos como tradição cultural seletiva,⁶ através da lógica da circularidade discursiva.

⁵ Não se despreza aqui os debates existentes, em especial clássicos como Giovanni Tarello, Paolo Cappellini dentre tantos outros, porém, ao menos em nosso entendimento, ainda é preciso caminhar mais no sentido de diálogo com outras áreas das ciências humanas.

⁶ E aqui se utiliza do conceito de “tradição seletiva” no sentido dado por Raymond Williams (1961), do qual me apropriei para outros fins na dissertação de mestrado: FURMANN, Ivan. Cidadania e educação histórica:

No corpo do trabalho o problema proposto será abordado a partir da seguinte estratégia: num primeiro momento se analisa o período de transição a partir de revisão de literatura voltada a compreender o processo de transformação de um modelo colonial de Direito para um novo modelo que se está formulando após a Independência; em seguida, debate-se o espaço da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba como de fronteira e suas especificidades; por fim, analisam-se as fontes primárias da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba, procurando no universo micro experiências que auxiliem a visualizar tal a circularidade cultural.

O segundo capítulo, em especial, traz uma série de escolhas metodológicas que merecem explicitação. Os processos analisados no decorrer das Oficinas do Poder Judiciário⁷ datavam do início do século XIX, período inicialmente escolhido para compreender o funcionamento da “Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba” oriunda do modelo jurídico colonial antes da criação da “5ª Comarca de São Paulo” proveniente do novo modelo jurídico imperial. Tal passagem ocorre entre 1832 e 1833 após a aprovação do Código de Processo Criminal em 29 de Novembro de 1832, que não extingue imediatamente a Ouvidoria em 1832, afinal até 20 de Maio de 1833 ainda vigia a organização do modelo colonial na região segundo as atas da Câmara da Vila de Curitiba (BOLETIM ..., 1929, v.45, p.90).⁸

A temporalidade escolhida permite analisar a transição entre o modelo português

perspectivas de alunos e professores do município de Araucária (PR). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006, especialmente páginas 15 e Ss.

⁷ No anexo 01 é possível observar o Relatório das atividades realizadas na Oficina no ano de 2008. Os nomes dos alunos participantes foram suprimidos.

⁸ Em 11 de Maio de 1833 a Câmara de Curitiba recebe um ofício ordenando a aplicação do Código de Processo Penal da seguinte forma: “(...) por ter recebido dois ofícios do Excelentíssimo Senhor Presidente hum acompanhado o Código de Processo ordenando o mesmo que se desse as providências necessárias afim de no dia vinte do corrente estarem os empregados criados pelo mesmo Código no exercício de seus empregos (...)” (Ibid, p.89). Outro detalhe interessante é que na mesma Ata revela-se o nome do primeiro Juiz de Direito designado para a Comarca: “Outro ofício do mesmo Excelentíssimo Senhor Presidente participando ter o Conselho de Governo para a execução do Código de Processo designado ao Bacharel José Antonio de Pimenta Bueno para juiz de Direito dessa Comarca” (Ibid, p.89). “**BUENO, José Antônio Pimenta** (Marquês de São Vicente). Nasceu em São Paulo a 4 de dezembro de 1803. Concluiu a Faculdade de Direito daquela cidade, sendo um dos diplomados em sua primeira turma (1832). Exerceu importantes cargos no império, entre outros, presidente das províncias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, ministro dos negócios estrangeiros, ministro da justiça, presidente do conselho de ministros e membro do conselho de Estado. É geralmente incluído entre os maiores juristas brasileiros, sendo autor do principal texto sobre a constituição de 1824. Contribuiu também para encaminhamento dado à emancipação dos escravos, achando-se entre as suas propostas a que deu origem à chamada lei do ventre livre (1871). Foi agraciado com o título de Marquês de São Vicente. Era sócio do Instituto Histórico. Faleceu no Rio de Janeiro a 19 de fevereiro de 1878, aos 74 anos de idade.” (CDBP, 1999, p.120).

(colonial) e o estabelecimento de nova organização judiciária oriunda do Império brasileiro, não a reformulação dos cargos burocráticos, o que seria observável comparando estruturas anteriores a 1833 e posteriores a tal período, mas a transição entre a Independência (esfera política) e a reformulação de um modelo burocrático (esfera jurídico-administrativa). Em outras palavras, como foi aplicado o modelo jurídico luso no período inicial do Império brasileiro e como em tal período foram sendo recepcionados novos valores e idéias circulantes. Para tanto, escolheu-se analisar os processos entre 1822 e 1831, ano anterior às alterações promovidas pelo Código de Processo Criminal de 1832 (desde a estruturação de cargos aos modelos processuais).

Logo, ao abordar o período posterior estar-se-ia enfocando novos institutos e organizações judiciárias, ampliando o objeto de pesquisa. O segundo motivo está relacionado à instabilidade final do cargo de Ouvidor de Curitiba e Paranaguá. Alguns problemas relacionados à sucessão do ultimo ouvidor letrado da Ouvidoria (Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque) tornaram por incerto até mesmo quem deveria sucedê-lo no cargo.⁹

A escolha de fontes judiciárias aplicadas (processos) busca solver o problema da falta de inclusão de olhares múltiplos sobre o judiciário e o direito. Enquanto a análise da legislação ou a análise dos grandes debates doutrinários vislumbram a cultura jurídica em sentido amplo, estudos baseados em fontes de aplicação, lidas em suas entrelinhas, abrem espaço para esses olhares múltiplos. Assim, pode-se, por exemplo, observar que o judiciário, ao mesmo tempo em que servia para certo reforço de poder das elites locais, também era utilizado como forma de solução de conflitos sociais mediante o uso da cultura jurídica. Para tanto, em certas circunstâncias reprimia abusos das lideranças locais e dos funcionários régios., questão pouco explorada pela historiografia jurídica, que não raro enxergou apenas a cooptação dos magistrados régios pelas elites locais, realizada mediante casamentos e apadrinhamentos (abordagem mal interpretada do clássico SCHWARTZ, 1979, p.139 e Ss.).

O método de leitura e análise dos processos se baseia na seleção de exemplares que transpareçam debates jurídicos e/ou recursos à cultura jurídica ampla, bem como sua adaptação a condições locais. Para tanto, o primeiro passo foi a leitura exploratória de todos

⁹ Entre 1832 e 1833 ocuparam tal cargo pessoas sem formação acadêmica como Ignácio Lustosa de Andrade.

os processos armazenados no Arquivo Público do Paraná relativos ao período entre 1822 e 1831. Os processos, ao que tudo indica, são oriundos do juízo da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba, relacionados a sua competência originária, de controle das instâncias inferiores e em grau de recurso. A quantidade total ali disponibilizada é de 432 processos.¹⁰ Tal leitura foi realizada entre Março e Julho de 2012. Vale a pena destacar que não é possível mensurar se os processos existentes no Arquivo Público condizem com a totalidade dos processos produzidos na Ouvidoria de Curitiba e Paranaguá no período.¹¹

Um outro indício difícil de mensurar é a baixa incidência de processos da segunda cidade com maior número de habitantes na Ouvidoria, Paranaguá. Isso, ao que tudo indica, ocorre devido à presença de um cargo de juiz de fora em Paranaguá a partir de 1812, ano em que a sede da Ouvidoria é transferida para Curitiba. A autonomia conferida ao juiz do fora em relação ao ouvidor pode explicar tal ausência.

Dentre os processos encontrados no Arquivo Público do Paraná foram escolhidos para uma análise qualitativa aqueles que geravam debates mais intensos entre os diversos atores, em número de 68. Nestes destacam-se a presença de citação de doutrinadores, legislação ou fórmulas processuais próprias. Existem processos movidos por ex-escravos, viúvas, posseiros, além de “homens bons” das vilas. As causas variam de direito criminal, disputa de terras, testamentos, tentativas de reescravização até reclamações de abuso de autoridade explícitos.

Vale ainda ressaltar que a escolha de diversos processos não visa aprofundar caso a caso. A fim de visualizar a cultura jurídica local, pretendeu-se enfatizar o embate das idéias da cultura letrada com a cultura dos tribunais e seus práticos, especialmente quando a segunda fazia referência expressa a primeira. Para tanto apenas um ou poucos casos não dariam conta de solver o problema de pesquisa. Assim, como método se pretende visualizar pontos significativos dos processos escolhidos a fim de debater o uso efetivo da cultura letrada na

¹⁰ Ocupando 21 caixas e cerca de 4,2 metros lineares.

¹¹ Alguns exemplares, especialmente os inventários, podem ter sido destruídos devido aos incêndios ocorridos nas sedes do Arquivo Público do Paraná e nas sedes de Arquivo do Poder Judiciário. Pode se constatar tal problema na condição de alguns documentos que apresentam bordas queimadas. Também não seria duvidoso imaginar que alguns processos tenham simplesmente se deteriorado, ou mesmo extraviados.

cultura jurídica local, bem como sua adaptação.¹²

Além dos processos, utilizam-se incidentalmente outras fontes primárias como as atas das Câmaras Municipais de Curitiba e Castro, documentos atinentes ao governo da Capitania e Província de São Paulo¹³ (Documentos interessantes), periódicos do período (Farol Paulistano) e também relatos de época como o da Viagem a Curitiba de 1820 de Saint-Hilaire. Lembre-se que a Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba abrangia um conjunto grande de vilas e não somente as vilas de Paranaguá e Curitiba. Nesse período as principais vilas abrangidas pela ouvidoria eram: Curitiba, Paranaguá, São José dos Pinhais, Antonina, Morretes, Castro, Lapa, Cananéia, Iguape e São Francisco do Sul. Será enfatizada a abordagem sobre a vila de Curitiba, devido a maior disponibilidade de documentos.¹⁴

Cabe ressaltar que o presente estudo atém-se à experiência da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. Comparações com outras realidades culturais, devido à extensão e diversidade brasileiras, carecerão de oportuna pesquisa de comparação. Abre-se mão, de início, de pretensões mais amplas sobre as implicações das descobertas relacionadas a essa cultura local e a sua aplicabilidade na cultura do Império em formação.¹⁵

Por fim, parece importante expor que tanto os conceitos da Introdução, bem como o capítulo 01 do trabalho se constituem numa síntese de debates existentes, com o objetivo de demonstrar a fundamentação da análise das fontes feitas a partir do capítulo 2.¹⁶

¹² Para uma primeira aproximação dos documentos escolhidos pode ser visualizado o anexo (Anexo 02) resumo dos processos bem como de seu conteúdo e importância.

¹³ A Capitania Real de São Paulo passou a ter esse nome em 1720, quando D. João V dividiu a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. As capitanias tornaram-se Províncias em 21 de Fevereiro de 1821, pouco antes da Independência.

¹⁴ As atas dos Concelhos municipais de Curitiba e de Castro foram escolhidas por terem sido transcritas e disponibilizadas a pesquisadores, servindo suporte comparativo com os processos judiciais.

¹⁵ Nesse mesmo sentido, entende-se que abordagens pretendendo encontrar um enfoque “nacional” não seriam adequadas. Isto porque ainda não existe uma nação brasileira (CARVALHO, 2005, p.101), pois a nação não se constitui mediante um ato formal de Independência, mas a partir de um elo de identidade muitas vezes inventado (HOBBSAWN, 1997, p.271 e Ss.). Tampouco parece interessante abordá-la como cultura local totalmente isolada, pois afinal se comunicava com a cultura mais ampla presente no Império ultramarino português.

¹⁶ Nesse sentido agradeço as considerações do professor Antonio Manuel Hespanha ao texto, que talvez não tenha sido completamente alterado por motivos práticos de falta de tempo. Realmente a atenção após conversa focou-se ainda mais as fontes processuais.

B. CULTURA JURÍDICA: UMA ABORDAGEM

Durante os finais da década de 1970 e início da década de 1980 o conceito de cultura reapareceu nos meios intelectuais das ciências humanas, em especial na Antropologia e na História, que vivenciaram em seus meios intelectuais um verdadeiro *boom* de problemas e hipóteses.¹⁷

Assim, segue-se um debate de aprofundamento do conceito “cultura jurídica”. Freud, mesmo não sendo um especialista em antropologia ou culturas humanas, e talvez até mesmo por este motivo, conseguiu visualizar o cerne do conceito de cultura.

(...) reconhecemos como culturais todas as atividades e todos os valores que servem ao homem na medida em que colocam a Terra a seu serviço, protegem-no contra a violência das forças da natureza etc. Acerca desse aspecto da cultura há pouquíssimas dúvidas. Para retroceder o suficiente, acrescentemos que os primeiros feitos culturais foram o uso de ferramentas, a domesticação do fogo e a construção de moradias. (...) (FREUD, 2010, p.87-8)

A civilização humana, expressão pela qual quero significar tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais - e desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização -, apresenta, como sabemos, dois aspectos ao observador. Por um lado, inclui todo o conhecimento e capacidade que o homem adquiriu com o fim de controlar as forças da natureza e extrair a riqueza desta para a satisfação das necessidades humanas; por outro, inclui todos os regulamentos necessários para ajustar as relações dos homens uns com os outros e, especialmente, a distribuição da riqueza disponível. (FREUD, 1927, p.15-6).¹⁸

O mecanismo elementar da cultura funciona de forma similar em todos os homens. Esse mecanismo elementar, a chave que está no cerne de toda a cultura, é o elemento simbólico.¹⁹

¹⁷ Nesse sentido ver: GEERTZ, 1989, p.13-4; LARAIA, 2000, p.63 e Ss.

¹⁸ Cultura, segundo Freud, tem duas faces: o conhecimento voltado ao controle da natureza e o conhecimento voltado a ajustar as relações entre os homens. Essas duas faces não são distintas nem podem ser pensadas isoladamente, em especial porque o que lhes é comum é a idéia de conhecimento. E exatamente sobre essa idéia de conhecimento foi construído aquele conceito de cultura.

¹⁹ Cassirer utiliza-se do exemplo de Ellen Keller (garota surda, muda e cega) para demonstrar como o homem, mesmo apartado de diversos elementos biológicos ainda pode compartilhar cultura. (1984, p.33 e Ss.). Da mesma forma apresenta o exemplo dos chamados meninos lobos para demonstrar que sem interação cultural o homem pode inclusive perder a capacidade de diálogo entre homens.

(...) no mundo humano encontramos uma característica nova que parece ser a marca distintiva da vida humana. O círculo funcional do homem não é só quantitativamente maior; passou também por uma mudança qualitativa. O homem descobriu, por assim dizer, um novo método para adaptar-se ao seu ambiente. Entre o sistema receptor e o efetuator que são encontrados em todas as espécies animais, observamos no homem um terceiro elo que podemos descrever como o sistema simbólico. (CASSIRER, 1984, p.26, trad. livre).²⁰

A idéia de cultura está inserida diretamente na construção pelos homens de representações simbólicas compartilhadas para compreensão diferida da realidade. Para o presente problema de pesquisa, imaginar não o conteúdo do conhecimento mas as formas de se conhecer é essencial.²¹

Cultura jurídica caracteriza-se mais pelo processo de representação simbólica entre homens do que por conteúdos específicos conceituais ou institutos ou ainda tribunais ou algo relacionado. Não existe um conteúdo ou objetivo transcultural, pré-existente ou pré-determinado, que caracterize de forma absoluta a cultura jurídica.

O desenvolvimento do arsenal simbólico humano é substanciado nas relações sociais desenvolvidas durante a sua vida, na ação.²² Assim, pode-se afirmar como Sahlins que “(...) a cultura é historicamente reproduzida na ação (...) um evento é uma atualização única de um fenômeno geral, uma realização contingente do padrão cultural — o que poderia ser uma boa caracterização *tout court* da própria história.”. (1990, p.7).

O Direito, assim como outras áreas da vida humana, é um fenômeno cultural. O padrão de comportamento estabelecido nas práticas conhecidas como “Direito” está intimamente ligado ao mundo simbólico humano.²³ Portanto, o Direito é parte de (...) um

²⁰ Ver também: ELIAS, 2001, p.194; TITIEV, 2000, p.14; BENEDICT, 2000, p.27; GEERTZ, 1989, p.60.

²¹ “A busca de uma cultura do direito não significa a busca da “melhor cultura jurídica”. É a busca por um conjunto de significados que efetivamente circulam na produção do direito e são aceitos e prevalecem nas instituições jurídicas. O conjunto de significados remete ao arcabouço doutrinário e aos seus marcos de autoridade nacionais e estrangeiras, aos padrões de análise e interpretação, às influências e usos particulares de ideologias e concepções jusfilosóficas. As instituições jurídicas são as faculdades de Direito, os institutos profissionais de advogados, magistrados, notários e juristas, o foro e o parlamento, as repartições públicas, o “estamento burocrático”. (SOUZA, A., 2012, p.82)

²² Vide LAPLANTINE, 2003, p.91-2

²³ As pessoas adquirem experiência enquanto estão sendo acionadas e enquanto agem. Na maior parte do tempo e na maioria das formas, elas agem de acordo com um código socialmente herdado de comportamento padronizado, um código histórico de longa permanência. Mas esse código não é jamais uma camisa-de-força; existem escolhas e alternativas. Estas – incluindo a opção pela não ação – são utilizadas em várias permutações, embora finalmente sujeitas às condições externas. (MINTZ, 2010, p.235-6).

fenômeno um pouco mais crucial, um fenômeno aliás que é a base de toda a cultura: isto é, o processo de representação. (GEERTZ, 1997, p.250).²⁴

Para Geertz cultura irá ser compreendida como uma “teia de significados que o próprio homem teceu” (1989, p.4). Ou seja, “Cultura é, em última análise e finalmente, comportamento mediado através de símbolos”. (MINTZ, 2010, p.237).

Essas teias de significados tiveram um impacto total na vida humana. O seu significado vai variar conforme os valores, conhecimentos e costumes compartilhados que fazem parte do modo de viver de cada um.

A abertura ao conceito de cultura que atingiu a História se deu especialmente no tocante à chamada Nova História (*Escola de Annales*), na qual “uma noção ampla de cultura é central (...)” (BURKE, 1992, p.22-3). Nesse sentido:

A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. O compartilhar dessa idéia, ou sua suposição, por muitos historiadores sociais e antropólogos sociais ajuda a explicar a recente convergência entre essas duas disciplinas (...) Este relativismo também destrói a tradicional distinção entre o que é central e o que é periférico na história. (...) O historiador americano Michael Kammen pode bem estar certo em sua sugestão de que o conceito de "cultura", em seu sentido amplo, antropológico, pode servir como uma “base possível” para a “reintegração” de diferentes abordagens à história. (BURKE, 1992, p.12; 37)

A utilização da idéia de cultura como ferramenta conceitual importante para a interpretação histórica já aparece nos fundadores do movimento dos *Annales*.²⁵ Tanto Marc

²⁴ “(...) Os padrões de comportamento que constituem a cultura de um grupo social são - para usar a expressão de Cassirer - formas simbólicas, "sistemas de símbolos", ou seja cada um dos quais está organizado como um mundo em si mesmo, relativamente de forma independente, a totalidade desses sistemas representa um ambiente distinto, pelo menos em linha em princípio, a partir do ambiente natural em que o grupo tem para viver. Essas formas simbólicas envolvem uma técnica de organização - e sua diferenciação mútua é de fato ligado à diversidade de técnicas elaboradas (técnicas da vida moral e religiosa, a produção literária e artística, a teoria científica, a investigação filosófica), exceto que tais técnicas não são mais técnicas de adaptação ambiente, mas são em vez disso técnicas para a criação de um ambiente diferente do natural”. (ROSSI, 1983, p. 25-6, trad. livre)

²⁵ Aliás, conforme relata Peter BURKE (2010, p. 11-38) as origens da História Cultural são mais profundas e remetem inclusive a autores de diversas correntes e países diferentes, inclusive em séculos anteriores. “Não somos o primeiro povo no mundo a compreender que a cultura, como hoje a chamamos, tem uma história. O termo "história cultural" remonta a fins do século XVIII, pelo menos na Alemanha. Johan Christoph Adelung publicou um "Ensaio de uma história da cultura da raça humana", *Versuch einer Geschichte der Kultur des menschlichen Geschlechts* (1782), e Johan Gottfried Eichhorn uma "História geral da cultura", *Allgemeine Geschichte der Kultur* (1796-51), apresentada como introdução às "histórias especiais" (*Spezialgeschichte*) das diferentes artes e ciências. A idéia de que a literatura, a filosofia e as artes têm histórias é muito mais antiga. Essa tradição merece ser lembrada. A dificuldade é fazer isso sem incorrer no erro de imaginar que o que definimos (e na verdade, em alguns lugares, institucionalizamos) como "tema" ou "subdisciplina" existia nessa forma no passado.” (BURKE, 2010, p. 13)

Bloch (com o estudo sobre os “Reis Taumaturgos”) quanto Lucien Febvre (com “O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais”) debatiam sobre enfoques diversos a mentalidade coletiva e as diferenças culturais na História mediante diálogo interdisciplinar com a Antropologia.²⁶

O conceito de cultura ganha maior amplitude em estudos da chamada terceira fase da Escola de Annales, denominada “Nova História”, “antropologia histórica” ou de “etno-história” (BURKE, 1991, p.94).

Muitas abordagens históricas nesse sentido tendem a procurar as relações entre alta cultura e baixa cultura a fim de visualizar a circularidade de idéias.

A idéia de cultura como construção nos leva a buscar uma interpretação satisfatória de tal construção e é aqui que a contribuição da antropologia e dos marcos teóricos usados é fundamental. Ao trabalhar com a idéia de circularidade, busca-se na verdade, a raiz popular do fenômeno (e é a busca de Bakhtin, Ginzburg, Darnton, etc.), destacando aspectos de sua construção que por si só estabelecem pontes com outros aspectos sociais. (PEREIRA, 2012, p.54)

Nesse aspecto, os processos judiciais, assim como bem demonstrou Ginzburg em seu clássico “O queijo e os vermes” (1987), podem servir de fontes em que a cultura letrada e a baixa cultura entram em contato.²⁷ Portanto, tal abordagem é condizente com as novas perspectivas de ciências sociais. Afinal, “paradigmas de experiência e interpretação estão dando lugar a paradigmas discursivos de diálogo e polifonia”. (CLIFFORD, 1998, p.43). Ou seja, não existe apenas uma voz cultural uníssona, mas vozes, às vezes dissonantes, compartilhando significados.

²⁶ Marc Bloch, inspirado na obra de Durkheim e no conceito de mentalidade coletiva, explica que somente a etnografia poderia trazer conceitos e padrões de análise para compreender a natureza do chamado poder curativo dos reis. “Únicamente la etnografia comparada parecería poder hojar alguna luz sobre el tema. Las civilizaciones de las que surgió inmediatamente la nuestra recibieron esta herencia de civilizaciones mas antiguas todavía, perdidas en las sombras (...)” (BLOCH, 2006, p.84-5). Já Lucien Febvre, questionava a incredulidade (ateísmo) do escritor Rabelais durante o século XVI. Durante seu estudo demonstra a partir de várias fontes, inclusive mediante análise lingüística e filológica a impossibilidade do ateísmo no século XVI. Sua conclusão era de que o próprio sentido dado a idéia de ateísmo variava na história ocidental. “Historiadores, tiremos desse fato um ponto de vista muito claro: a incredulidade varia com as épocas. Às vezes ela varia muito rapidamente. Como variam as noções sobre as quais alguns se apóiam para negar, enquanto os vizinhos utilizam outras para escorar seus sistemas ameaçados”. (FEBVRE, 2009, p.390).

²⁷ Vide, em especial, as introduções aos livros GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. e GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo, Companhia das letras, 1987.

Ginzburg, para fundamentar seus estudos utiliza-se da idéia de circularidade entre culturas retirada de Bakhtin.²⁸

Segue-se aqui o mesmo caminho metodológico. A hipótese da circularidade da cultura jurídica fundamenta-se no desenvolvimento relacional, mediante conhecimento provenientes da esfera letrada e da rústica, nas regiões de fronteira, inspirada na análise discursiva de Bakhtin. Portanto, no influxo recíproco entre duas esferas de produção discursiva.

O conceito de signo de Bakhtin possibilita um olhar apurado sobre o fenômeno jurídico e seu valor simbólico. Os signos não são neutros em Bakhtin, porém uma mistura de valores. Assim a construção simbólica não é unitária, mas multifocal e complexa, o signo tanto reflete quanto refrata. Na presente pesquisa, uma modificação entre a interação dos indivíduos em relação ao judiciário gera mudanças nos signos. Nos períodos em que as formas de interação se modificam de forma mais intensa as mudanças nos signos sofrem o mesmo influxo.

Porém, segundo Bakhtin só ocorrerá tal mudança se ela estiver relacionada à condição material dos indivíduos.²⁹ A Independência do Brasil e o advento dos valores liberais acarretam certas mudanças na vida dos indivíduos que podem caracterizar tal situação. Essas mudanças são negociadas na comunidade semiótica a fim de gerar efeitos concretos.³⁰

²⁸ “No centro da cultura configurada por Bakhtin está o carnaval: mito e rito no qual confluem a exaltação da fertilidade e da abundância, a inversão brincalhona de todos os valores e hierarquias constituídas, o sentido cósmico do fluir destruidor e regenerador do tempo. Segundo Bakhtin, essa visão de mundo, elaborada no correr dos séculos pela cultura popular, se contrapõe, sobretudo na Idade Média, ao dogmatismo e à seriedade da cultura das classes dominantes. Apenas levando-se em consideração essa diferença é que a obra de Rabelais se torna compreensível. (...) por um lado, dicotomia cultural, mas, por outro, circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica (...)”. (GINZBURG, 1987, p.19-20).

²⁹ “Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições sócio-econômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material. Evidentemente, o arbítrio individual não poderia desempenhar aqui papel algum, já que o signo se cria entre indivíduos, no meio social; é portanto indispensável que o objeto adquira uma significação interindividual; somente então é que ele poderá ocasionar a formação de um signo. Em outras palavras, não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social.” (BAKHTIN, 2006, p.45)

³⁰ “Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o

Portanto, dentro de uma língua encontram-se diversidades, lutas sociais.³¹ Dentro do mesmo padrão lingüístico existe uma arena de disputa entre uma multidão de valores, remetendo a sistemas de crenças diferentes. Assim, a cultura jurídica colonial no império luso-americano deve ser compreendida nessa construção múltipla e complexa. Na presente análise não se pretende avaliar o Direito como um comando coercitivo (discurso de autoridade), mas como construção dialogal.³²

Bakhtin também utiliza o conceito de “heteroglossia”, ou seja, de presença de múltiplas forças sociais na construção lingüística, para explicar como determinadas posições e atividades sociais se influenciam na interação para construir sentidos discursivos.

As forças centrípetas são as forças de unidade discursiva. Na presente pesquisa o direito oficial (letrado) pretende construir uma visão unitária do Direito.³³ Já o direito dos rústicos é uma força centrífuga, buscando construir significados diversos da linguagem unitária.

A relevância do conceito de ‘heteroglossia’ está em sua possibilidade de ressaltar em primeiro plano o embate de forças sociais antagônicas. Atores sociais com funções sociais

signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade”. (BAKHTIN, 2006, p.46-7).

³¹ Alguns autores utilizam-se do conceito de **polifonia**, originário da teoria musical, da música renascentista, para compreender essa multiplicidade de vozes dentro da mesma obra. “Polifonia” (...) é usada por Bakhtin, principalmente para descrever o romance ‘multi-vozes’ de Dostoiévski, em que os discursos do autor e dos heróis interagem em igualdade de condições. (Roberts, 1994, p.248-9, trad. livre). No original: “‘Polyphony’ (...) is used by Bakhtin primarily to describe Dostoevsky’s ‘multi-voiced’ novels, whereby author’s and heroes discourses interact on equal terms”. Devido as discordâncias no uso do conceito, apesar de reconhecê-lo como Bakhtiniano, tende a aparecer apenas eventualmente no presente trabalho. Vide também o esclarecedor artigo: ROMAN, Artur Roberto. O conceito de polifonia em Bakhtin : o trajeto polifônico de uma metáfora. Revista de Letras. Curitiba, n.41 e 42, p.207 a 220, 1992/1993.

³² Vale ressaltar que para o autor toda interação lingüística é exercida no diálogo. “O diálogo é talvez a alegoria básica de todo o pensamento de Bakhtin. Não há existência, não existem significados, nenhuma palavra ou pensamento que não entre em diálogo ou em relações “dialogicas” com o outro, que não apresentam a intertextualidade no tempo e no espaço. ‘Monólogo’ e ‘monológico’ refere-se a qualquer discurso que procura negar a natureza dialógica da existência, que se recusa a reconhecer sua responsabilidade como destinatário, e finge ser o ‘última palavra’. Tal discurso é típico de regimes autoritários”. (ROBERTS, 1994, p.247, trad. livre) “O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja”. (BAKHTIN, 2006, p.129)

³³ Lembrando a explicação de Paolo Grossi sobre a tarefa moderna do discurso jurídico europeu, na tentativa de retirar as sociedades da sociedade, em suas palavras “(...) em um medievo que é plenamente sociedade de sociedades, em uma modernidade política e jurídica a ser identificada em um processo liberador do Estado, que sempre mais se esforça para retirar dos próprios ombros um pesado manto de complexidade social, para se simplificar, para se constituir em entidade compactíssima até se encarnar na perfeita unidade (...)” (GROSSI, 2007, p.11)

diversas terão participações diferentes na reconstrução lingüística dos casos num processo judicial. Partes processuais, procuradores rábulas, juízes ordinários e ouvidores detêm estratégias diversas para participar da construção da narrativa processual. Essas estratégias operam efeitos reais na construção do próprio significado do Direito como um todo.

Tendo em vista a teoria de Bakhtin é possível imaginar que os espaços ideais para a análise da construção discursiva são as zonas de fronteira:

O mundo para o autor seria polifônico e a realidade do ser no mundo dialógica. Logo, as coisas são definidas nas fronteiras, não nos pólos como para aqueles que procuram um sistema, uma unidade. Nas fronteiras é que vemos a unidade, pois as coisas se definem na relação, no dialogismo, no diálogo. (PEREIRA, 2012, p.39)

Tendo em vista o referencial de Bakhtin, parece interessante partir da hipótese de que a alta cultura circula mesmo nos círculos dos juristas chamados rústicos. Seria possível encontrar nos processos judiciais, a partir de uma leitura das entrelinhas, em especial em espaços com considerável isolamento geográfico como a Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba no início do século XIX, alguns elementos de reinterpretação dos conceitos da alta cultura a partir de valores e interesses locais?

O isolamento da região, ainda que não total, pode ser considerado como fator importante para tal situação. Com características próprias, o território da Ouvidoria constitui-se uma fronteira interessante. Longe da metrópole o suficiente para ter sua especificidade, próxima o suficiente para sofrer importantes influxos do governo de São Paulo e do Rio de Janeiro e da cultura portuguesa como um todo. Porém uma região de fronteira, fronteira do império a se formar e os sertões ainda inexplorados.³⁴ Assim, num espaço de fronteira, onde a população convive mediante ritos herdados da tradição portuguesa, mas ao mesmo tempo adaptados à vivência local.

Vale ressaltar ainda que o presente trabalho não se preocupa em delimitar com precisão um conceito de Direito. Até mesmo para não engessar a possibilidade de enxergar a

³⁴ Ressalte-se que os sertões que rodeavam o rio Tibagi eram desconhecidos até a década de 1770 e os campos de Guarapuava e Palmas seriam colonizados apenas a partir da década de 1830. Sem ainda referir-se as guerras pelo território com a Espanha que ocorreram no final do século XVIII e serão expostas adiante.

diversidade no passado.³⁵

As grandes obras dos doutrinadores e sua repercussão acadêmica não podem ser vistas como a “cultura jurídica inteira”, mas como a cultura dos “letrados do direito”. Essa pretensa exclusividade do Direito pelos letrados deve ser instrumentalizada a fim de compreender como o próprio discurso operacionaliza relações na sociedade. Não se trata de negar sua posição como importante fator de constituição da cultura jurídica, mas de evitar aceitar o enfoque parcial do fenômeno jurídico. Evitando-se análises fundadas na “alta cultura jurídica” em oposição a uma cultura “degenerada”.

O termo passou se tornou popular, de acordo com Ramón Narváez a partir dos anos setenta, “a partir dos escritos de Lawrence Friedman, que a definiu como uma interpretação do direito (oficial, popular e misto) e suas instituições. (...) Friedman distingue dois tipos de cultura jurídica, a interna e a externa”, que divide especialistas e senso comum. Aqui vemos a separação entre alta e baixa cultura e a visão desta como degeneração. (PEREIRA, 2012, p.40).

Seguindo a metodologia da antropologia, a base do Direito para Geertz não é o que os próprios nativos falam sobre o seu Direito, mas o processo maior de representação que perpassa na linguagem local. Assim:

(...) a parte "jurídica" do mundo não é simplesmente um conjunto de normas, regulamentos, princípios, e valores limitados, que geram tudo que tenha a ver com o direito, desde decisões do júri, até eventos destilados, e sim parte de uma maneira específica de imaginar a realidade. (GEERTZ, 1997, p.250)

Enfim, é possível delimitar o Direito como um produto cultural, variável no tempo e no espaço e que depende de uma complexa teia de significados para fazer sentido.

A sediciosa tentação de delimitar o Direito a uma esfera específica da vida é consonante ao discurso científico moderno repartidor de conhecimentos.

Todos esses fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos e mesmo estéticos, morfológicos, etc. São jurídicos, de direito privado ou público, de moralidade organizada ou difusa, estritamente obrigatórios ou simplesmente louvados e atacados, políticos e domésticos ao mesmo tempo, interessando tanto às classes sociais como aos clãs e às famílias. (MAUSS, 1993, p.179)

³⁵ Assim, “(...) se o tema em questão é definível como jurídico em qualquer significado que esta expressão possa assumir no nosso hodierno léxico teórico, a narrativa pode dizer-se uma narrativa histórico-jurídica.” (COSTA, 2010, p.35).

Por isso, tender-se-á a valorizar as diferenças da cultura desse período em relação ao atual, tendo sempre como referência o pluralismo cultural proveniente da antropologia.

(...) direito não é escrito numa paisagem física que aguarda ainda o inserir-se humano, mas é escrito na história, na grande ou na pequena, que, dos primórdios até hoje, os homens constantemente teceram com sua inteligência e seus sentimentos, com seus idealismos e seus interesses, com seus amores e seus ódios (...). (GROSSI, 2006, p.8)

Por fim, buscar compreender uma cultura jurídica não é creditá-la certa exclusividade ou originalidade absolutas. Uma visão limitada de sociedade pautada na separação e isolamento cultural não está presente na concepção atual de cultura jurídica e nem se pretende como fundamento da presente pesquisa.

Por isso, ao avaliar o Direito dentro de uma sociedade de outra época é necessário ressaltar que uma concepção de Direito do passado pode ser diferente da atual, e a busca dessas diferenças é o grande desafio dos pesquisadores que não querem naturalizar o passado. Não se trata da caça ao exótico, mas do olhar sobre o outro que ao mesmo tempo é o próximo. Não ignorando nem as descontinuidades e nem as permanências.

Sendo Direito um conhecimento produzido socialmente, resta analisar sua produção. Nesse sentido a noção de campo jurídico de Bourdieu parece muito rica.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa as imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. (BOURDIEU, 2004, p.20-1)

O campo, além de indicar o espaço de produção de representações simbólicas, também demarca um espaço de lutas pela legitimidade em produzir tais representações. “A luta permanente no interior do campo é o motor do campo”. (BOURDIEU, 2003, p.209).

O campo jurídico é o lugar de “concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito” (BOURDIEU, 1989, p.212). Essa demarcação se inicia na cisão social entre os profanos e os profissionais. Nesse estudo tal cisão aparecerá nas fontes como separação entre “rústicos” (profanos) e “letrados” (profissionais) que lutam incessantemente pelo direito de

dizer o Direito.³⁶

A idéia de hierarquia, nesse sentido, é central ao fenómeno jurídico ocidental. As “(...) lutas produzem-se no campo, entre os diferentes grupos de actores (v.g., juristas teóricos ou «académicos» «práticos», civilistas, canonistas, letrados, não letrados, juízes, advogados letrados, «procuradores») em torno da sua hierarquização mútua no seio do campo”. (HESPANHA, 1989, p.165).

Dentro da produção discursiva do Direito existem dois pólos interpretativos específicos que se retro-alimentam. De um lado, existe a interpretação puramente teórica da doutrina, elaboração dos professores que normalizam e dão forma às regras em vigor com o objetivo de reprodução mediante o ensino. Por outro lado, existe a interpretação voltada à resolução prática de casos particulares, tarefa de juízes que criam jurisprudência contribuindo para normalização das interpretações decisórias.³⁷ O sentido do Direito é dado na “confrontação entre diferentes corpos animados de interesses específicos divergentes (magistrados, advogados, notários, etc.)” (BOURDIEU, 1989, p.217-8). A existência de “teóricos” e “práticos”, de professores e magistrados, de intérpretes e peritos, nas relações de força características de um estado do campo, ou seja, dentro de um momento histórico e de uma tradição cultural específicos, e da capacidade de fazerem valer sua visão de Direito e interpretação constituem o campo.³⁸ O sistema de origem lusitana analisado valoriza a

³⁶ “Assim, a hierarquia na divisão do trabalho jurídico tal como se apresenta mediante a hierarquia dos especialistas varia no decurso do tempo, ainda que em medida muito limitada (como é disso testemunho o estatuto de excelência que é sempre dado ao direito civil), em função sobretudo das variações das relações de força no seio do campo social, como se a posição dos diferentes especialistas nas relações de força internas do campo dependesse do lugar ocupado no campo político pelos grupos cujos interesses estão mais directamente ligados às formas de direito correspondentes”. (BOURDIEU, 1989, p.251)

³⁷ As construções jurídica portanto se dão na disputa no campo jurídico. “Pois cada grupo tenta instituir um paradigma da prática e do discurso jurídicos que lhe seja favorável e valorize as suas posições no campo. Nesta perspectiva, compreende-se imediatamente o carácter prático (político) da definição do direito como uma «ciência de professores» (*Professorenrecht*), como uma *ratio* (por oposição, quer a uma *voluntas*, quer uma *practica*); ou do iudicium como um modelo canónico de decisão; ou da linguagem jurídica como uma linguagem técnica (i. e., por natureza distinta da linguagem natural)”. (HESPANHA, 1989, p.165)

³⁸ Bourdieu explica que na tradição alemã e francesa, o “verdadeiro” direito (sobretudo o privado), é constituído pelo «direito de professores» (*Professorenrecht*) “(...) são mais dados a reconhecer a legitimidade das suas construções do que os lawyers formados de certo modo na «tarimba»” (1989, p.218). Nesse mesmo sentido a tradição portuguesa assimilada no Brasil, valorizando o Direito doutrinário dos professores. Na tradição anglo-americana, pelo contrário, o direito é “(...) um direito jurisprudencial (case-law), assente quase exclusivamente nos acórdãos dos tribunais e na regra do precedente e fracamente codificado; ele dá o primado aos procedimentos, que devem ser *leais fair trial*) e cuja mestria se adquire sobretudo pela prática ou por técnicas pedagógicas que têm em vista aproximarem-se ao máximo da prática profissional - por exemplo, com o «método dos casos»” (1989, p.218-9). O que explica a valorização em certo aspecto a valorização dos “letrados” em detrimento dos “rústicos” no direito luso e situações diversas em outras culturas.

interpretação dos teóricos, denominados “letrados”, que além de deterem títulos e formação acadêmica também se distinguem por influenciarem de forma mais intensa a interpretação jurídica “oficial”. Esse grupo forma apenas parcela do corpo de magistrados, mas tende a ter preferência na construção do discurso.³⁹

Por outro lado, como Bakhtin lembrava, a construção do discurso é sempre dialogal. A força discursiva centrífuga dos não-especialistas parece ser constantemente repelida do campo jurídico. A negação da espontaneidade discursiva de um caso, denominado como “visão vulgar”, é substituída por uma visão jurídica dos fatos.⁴⁰ Essa construção da versão “jurídica” da realidade é por excelência uma dinâmica de poder.

O Direito opera, em especial, na esfera judicial, delimitada como “(...) espaço social organizado no qual e pelo qual se opera a transmutação de um conflito directo entre partes directamente interessadas no debate juridicamente regulado entre profissionais que actuam por procuração e que têm de comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico (...)” (BOURDIEU, 1989, p.229). Essas regras do jogo jurídico não serão conhecidas apenas por juristas teóricos. As leis escritas e não-escritas do campo jurídico têm acessibilidade variada e diversificada em função dos interesses sociais em jogo. Quando os juristas letrados não se apresentam em número suficiente para que o discurso opere efeitos em todo o território (como é o caso das colônias americanas), viabiliza-se o compartilhamento dessas regras para alguns agentes sociais que em nível hierárquico inferior operam com o discurso do campo jurídico.

Assim, ao compartilhar o discurso jurídico, adentram no universo jurídico, aceitando o preceito estruturante do campo jurídico de que todos os conflitos trazidos à esfera judicial só possam ser resolvidos juridicamente (segundo as regras e as convenções do campo jurídico). “Entrar no jogo, conformar-se com o direito para resolver o conflito, é aceitar

³⁹ “Os grupos concorrentes são o que são porque, no campo da produção jurídica, cada um se especializou na produção de um certo tipo de produtos (doutrina acadêmica, proposições de política do direito, resolução de conflitos, actos e documentos, assistência jurídica de diferentes tipos), cada um dos quais ligado a um certo processo de produção, a uma certa organização dos meios de produção, a certas competências da parte dos juristas produtores.” (HESPANHA, 1989, p.165-6)

⁴⁰ Fenômeno que por falta de palavras foi traduzido no texto de Geertz como “nomística da adjudicação” (1997, p.253). Ver-se-á no capítulo 2 do trabalho que os rábulas muitas vezes questionavam seus adversários por falta de utilização de linguagem técnica.

tacitamente a adoção de um modo de expressão e de discussão que implica a renúncia à violência física e às formas elementares da violência simbólica, como a injúria” (BOURDIEU, 1989, p.229).

Portanto, o campo jurídico será um espaço de disputa entre diversos agentes sociais pela possibilidade de construir representações simbólicas que estruturam a manutenção da ordem social. Sobre esses agentes que disputam legitimidade para “dizer o Direito” bem como suas representações simbólicas se fundamentam a presente pesquisa.

Recentemente, um número cada vez maior de pensadores no campo da História do Direito tem se preocupado com o conceito de “cultura jurídica” como instrumental para a pesquisa histórica.

Um exemplo de abordagem histórica fundamentada no conceito de “cultura jurídica” é apresentado por António Manuel Hespanha quando debate o Direito europeu da Idade Média. Tal autor demonstra que a forma de compreender o mundo e a realidade durante a Idade Média eram muito diferentes da atual:

A idéia de que animais, feras e mesmo coisas inanimadas, como o firmamento ou uma rocha, estavam jungidos por liames de propriedade ou de poder político não era uma metáfora poética de um erudito imaginativo. Personagens práticos, escrevendo textos prosaicos a respeito de temas quotidianos da vida, compartilharam a mesma convicção de que irracionais ou coisas podiam ser sujeitos dos mesmos direitos e faculdades jurídicas reivindicados por seres humanos. (HESPANHA, 2010a, p.42)

É possível, apenas com estas rasas percepções iniciais, perceber que existem diferenças significativas entre a cultura jurídica medieval e a cultura jurídica contemporânea.⁴¹

Tendo em vista que o passado precisa ser pensado com o olhar da diversidade, os novos historiadores do Direito têm rejeitado considerar a “cultura jurídica” um conceito estático, tomando-o a partir de sua historicidade. Nesse sentido, vale ressaltar o conceito apresentado por Ricardo Marcelo Fonseca em torno da expressão “cultura jurídica” e sua

⁴¹ Da mesma forma que elaborações sobre etiqueta, comportamento e boas maneiras (que hoje não consideradas como parte do Direito) na Idade Média Européia eram apresentados como parte da ordem jurídica. “O direito, o guardião da ordem, estava intimamente relacionado com esse tema. Etiqueta e boas maneiras eram tratadas pelo direito, e sua observância podia ser objeto de processo judicial. Precedência, manifestação corporal – como beijar, curvar-se, ajoelhar-se, ou mesmo relação sexual – ou a forma pessoal de falar eram juridicamente regulamentados e, muitas vezes, discutidos judicialmente”. (HESPANHA, 2010a, p.48).

apropriação histórica:

(...) o conjunto de significados (standards doutrinários, padrões de interpretação, marcos de autoridade doutrinária nacionais e estrangeiras, influências e usos particulares de concepções jusfilosóficas) que efetivamente circulavam na produção do direito e eram aceitos (...). (FONSECA, 2008, p. 259)

O Direito está mediado assim por diversas representações⁴² de mundo. Não pode ser compreendido apenas como um conhecimento de produção acadêmica, mas como conjunto de significados presentes e circulantes numa determinada época, “A cultura jurídica é aquilo que circula, funciona e produz efeitos dentro de um determinado contexto histórico social”. (FONSECA, 2008, p. 260). Portanto, ao se pesquisar cultura jurídica se enfatiza os sentidos circulantes em determinada época.

A atual consciência antropológica deu à historiografia, máxime, à historiografia jurídica, uma nova sensibilidade quanto à ruptura cultural e à diferença histórica, liberando a gramática autônoma de cada uma das diferentes culturas do passado europeu. (HESPANHA, 2010a, p.54).⁴³

Hespanha explica que a História do Direito tem cada vez mais se preocupado com os contextos de produção e circulação do Direito.

(...) o direito em sociedade não consiste apenas em considerar o papel do direito no seio de processos sociais (como o da instauração da disciplina social), mas também em considerar que a própria produção do direito (dos valores jurídicos, dos textos jurídicos) é, ela mesma, um processo social. Ou seja, algo que não depende apenas da capacidade de cada jurista para pensar,

⁴² As representações em seu sentido antropológico podem ser compreendidas da seguinte forma: “(...) não significam substituições puras dos objetos apresentados na percepção, mas são, antes, reapresentações, ou seja, a apresentação do objeto percebido de outra forma, atribuindo-lhe significados diferentes, mas sempre limitados pelo próprio objeto que é dado a perceber” (LAPLATINE; TRINDADE, 1996, p.7). Assim o Direito (no mundo ocidental), assim como diversos outros âmbitos discursivos humanos, não simplesmente descrevem a realidade, mas lhe dão um sentido próprio. “(...) Assim, por exemplo, a raposa não é sistematicamente o símbolo da astúcia. Ela pode ser simplesmente um animal astuto. O fato de ser culturalmente considerada como um animal astuto constitui um símbolo, uma convenção ou um atributo que esse animal adquire, fornecido por determinados grupos. Os homens, através de suas experiências sociais com esse animal, notadamente os caçadores, ao perceber a sua agilidade, a sua dificuldade em aprisioná-lo, as artimanhas de suas fugas e esconderijos, logo passam a atribuir o significado de astúcia à raposa, em oposição a outros animais que não possuam essas propriedades.” (Ibid, p.7-8).

⁴³ O autor completa o raciocínio da seguinte forma: “Essa liberação de diferença tem duas grandes vantagens; uma, no plano jurídico, outra, na dimensão histórica. No plano da teoria do direito, recuperar o sentido da diferença histórica tem sido um fator importante para recuperar o sentido restrito ao âmbito local dos valores ocidentais. Hoje, a consciência jurídica é confrontada com as falhas das tecnologias jurídicas ocidentais exportadas, ou com sua reticente recepção de culturas alheias. Em um mundo que, vertiginosamente, tende para a integração o choque do universalismo jurídico e a correspondente consciência do caráter local do direito suscita o problema vital da reconstrução de uma teoria geral do direito, que passa a ser operativa, liberada do cronocentrismo e do etnocentrismo, dentro da estrutura e em prol do pluralismo.” (HESPANHA, 2010^a, p.54)

imaginar e inventar, mas de um complexo que envolve, no limite, toda a sociedade, desde a organização da escola, aos sistemas de comunicação intelectual, à organização da justiça, à sensibilidade jurídica dominante e muito mais. (2005, p. 38)

Nesse aspecto, o conceito de cultura jurídica faz parte de uma importante demanda da História do Direito pela busca do contexto de produção das representações.

Para compreender a transição do Direito no Brasil colonial ao Brasil imperial é importante atentar-se ao contexto de produção do Direito. É certo que em diversos aspectos o modelo da metrópole foi recepcionado na colônia. Assim como a vivência cotidiana criou formas particulares de aplicar o Direito. Esse fenômeno de recepção e transformação apresenta-se como o que se denomina aqui de circularidade do Direito.

Muitas vezes, em oposição a um positivismo histórico raso (fundamentado na descrição das fontes) encontra-se um olhar cético quanto às possibilidades de conhecimento fundamentado em fontes históricas empíricas (no qual as idéias e conceitos jurídicos em abstrato dariam conta de toda a História do Direito).

Não precisamos optar entre sermos seguidores de Ranke (e acreditarmos que a análise de fontes escritas nos fazem conhecer a história “tal como ela é”) ou seguidores de Hayden White (e acreditarmos que todo conhecimento do passado é mera textualidade narrativa, não muito diferente da literatura) para trilhar o rumo de um conhecimento histórico jurídico que produza resultados relevantes. (FONSECA, 2012b, p.10)

Tal preocupação está no cerne do presente trabalho. Não se tem a ilusão de que ao analisar as fontes históricas primárias irá fazer jorrar “A” cultura jurídica de uma época. Porém não se tem uma crença em oposição, descartando sua consulta.

As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditavam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos. No máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. (GINZBURG, 2002, p. 44)

Complementa a idéia Luis Fernando Lopes Pereira:

(...) o historiador não pode se deixar seduzir pelas fontes e ser por elas dirigido, mas deve ter em mente que o importante é a possibilidade que tais fontes, pistas, indícios nos dão para relacionar o micro e o macro e construir a partir da relação uma interpretação, característica da microstoria. Como destaca Walter Benjamin, “nem tudo nessa vida é modelar, mas tudo é

exemplar”. (PEREIRA, 2012, p.38).⁴⁴

É preciso observar as fontes doutrinárias, e portanto gerais, e seu alcance e circulação em certos espaços sociais.⁴⁵ Assim como as fontes “meramente aplicativas” que, além de servirem de contraponto contextual, correm sérios riscos de se perder pela má conservação.⁴⁶

Seguindo o exemplo dado por Hespanha, um teólogo que fala sobre a morte pormenorizadamente em certa época talvez transmita valores de certo ponto de vista social que podem não ser reproduzidos nos testamentos de sua época. Assim como o contrário seria viável. A melhor forma de averiguar se existe certa identidade entre tais fontes é contrapô-las. Portanto, numa análise complementar dos dois modelos de fontes.⁴⁷

É importante ressaltar que o processo de representação, antropológicamente recuperado por Hespanha, pressupõe o desenvolvimento de uma cultura comum entre doutrinadores e procedimentos jurídicos práticos. Entretanto essa cultura não é homogênea e unidirecional, mas complexa e multifocal. “O que temos é na verdade uma circularidade, um influxo recíproco no qual se constituem tanto a alta cultura jurídica como a baixa. Logo, elementos migram de uma para a outra”. (PEREIRA, 2012, p.41). Nesse sentido, vale ressaltar que a cultura circula pelos diversos espaços sociais. Os estudos relacionados a fontes doutrinárias e fontes aplicativas são complementares e devem se iluminar. Inclusive, a partir dessa condição, talvez os novos estudos de história do Direito deveriam dar atenção maior a

⁴⁴ Se Dworkin afirmava que o trabalho do juiz é Hercúleo, é porque nunca fez pesquisa histórica em fontes primárias. As fontes, inevitavelmente, estão recheadas de cantos de sereia.

⁴⁵ Cite-se que apesar de ter sido fundamental para impulsionar nova abordagem necessária a diferença entre a realidade portuguesa e a brasileira, não seria justo criticar o trabalho de Hespanha como sendo um discurso totalizante. Logo no prefácio do texto *As vésperas do Leviathan* o professor português já alertava “O tema deste trabalho é o Portugal continental, o “Reino”. Pelo que as dependências atlânticas e ultramarinas ficam fora do seu alcance. Pese embora o apoio que esta distinção poderia colher nas fontes da época, em que o “Reino”, as “ilhas”, o “Brasil”, a “Índia”, aparecem como realidades político-institucionais autônomas, a exclusão de todo o espaço político exterior ao continente não deixa de se explicar, antes de tudo, por razões práticas. Seria, de facto, impensável somar ao tratamento da realidade político-institucional do continente o da ultramarina”. (HESPANHA, 1994, p.11)

⁴⁶ Ressalte-se ainda, que o risco do desprezo às fontes “meramente aplicativas” pode custar seu desaparecimento, junto com vestígios relevantes do passado. O tempo de existência (afinal não existe material que o tempo não degrade) e as dificuldades de conservação de processos judiciais, bem como os custos e a falta de políticas públicas nesse sentido ressoam um alerta ruidoso, talvez essas fontes não estejam mais disponíveis num futuro próximo.

⁴⁷ Geertz brinca em seu texto “Fatos e leis numa perspectiva comparativa” (1997, p.252) que muitos fazem da Antropologia jurídica uma espécie de disciplina Centauro. Longe de se propor uma metodologia centauro, parece que os métodos são complementares. Ao invés de se atacar como se fosse possível chegar a uma solução do estilo “nós lhe atacamos, vocês nos atacam, e que os ganhos fiquem onde caírem” (GEERTZ, 1997, p.253), parece mais produtivo somar esforços.

essa necessidade de suplementação, a esse importante diálogo entre estratégias.

(...) no obrar em seu ofício de historiador, a análise de fontes arquivísticas (como por exemplo atas parlamentares, atas do Conselho do Estado, fontes judiciais, etc) não se opõe de modo nenhum às fontes doutrinárias que fazem emanar, de modo mais emblemático, a “ciência” e o “pensamento” jurídicos. São labores e estratégias que podem se articular e se complementar, privilegiando-se esta ou aquela de acordo com o problema de pesquisa que está sendo colocado e de acordo com as perguntas que o pesquisador está fazendo ao passado do direito que investiga. (FONSECA, 2012b, p.11)

A utilização de processos judiciais produzidos na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba auxilia a visualizar se as idéias dos doutrinadores de época constroem as representações cotidianas, não constroem, ou foram relidas a partir de particularidades locais. Tal espaço geográfico, abordado como fronteira, pode servir como importante lente analítica. A fronteira seria um espaço privilegiado para observar a circularidade.

Os personagens fronteiriços seriam aqueles mais reveladores posto encontrarem-se em uma posição pela qual circulam em maior quantidade elementos da alta e da baixa culturas (...) (PEREIRA, 2012, p.38)

Metodologicamente, procura-se uma releitura das idéias desses juristas e teólogos (que poderíamos chamar de “cultura do centro”) feitas por operadores jurídicos locais e adaptada à realidade periférica. Tal releitura caracterizaria o que se imagina aqui de “cultura jurídica de fronteira”, o objetivo da pesquisa aqui desenvolvida.

Portanto, vale enumerar 3 pontos conclusivos:

1) Cultura provém da capacidade humana de se expressar mediante símbolos e pertence ao que se denomina “mundo simbólico”.

2) Cultura pode ser entendida como processo de representação global que compartilha sentidos e valores, circula entre os diversos estratos sociais. Porém esse não é um processo homogêneo, existindo dentro de si disputas e conflitos. Mesmo assim, a partir da cultura jurídica se vislumbra nos personagens fronteiriços (entre o central e o periférico, entre o letrado e o rústico, etc.) características compartilhadas em relação ao Direito como fenômeno cultural.⁴⁸

⁴⁸ Portanto, os valores, idéias, práticas, dentre outros, que compõem a cultura jurídica da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba aqui são percebidos como compartilhados e negociados no contexto social. A presença, por exemplo,

3) Cultura jurídica representa parte da cultura que não está separada de sua totalidade existencial, porém pode ser analisada academicamente a partir da busca de fenômenos morais organizados para resolução de conflitos e disputas sociais (MAUSS, 1993), formulados por um campo específico de profissionais e especialistas do Direito que detém o monopólio de dizer o Direito.

C. LETRADOS E RÚSTICOS

Inicialmente vale destacar que o autor que trouxe tal conceitual para a análise histórico-jurídica lusófona foi Antônio Manuel Hespanha, em especial em seu trabalho denominado “*Savants et rustiques*”.(1983).⁴⁹ Neste texto apresenta o que chama de violência doce da razão jurídica, uma forma de condescendência discursiva sobre a ignorância dos não letrados.^{50 51} Segundo o autor, “A literatura do direito comum sobre os juízes é muito abundante. (...) [mas] deve ser lida com apurado sentido crítico, pois lhe está subjacente um equívoco fundamental — o de que os juízes locais são letrados. Para Portugal, esse não é o caso, pelo que, muito do que aí se diz, vale apenas para as poucas terras em que existiam juízes de fora.”⁵²(HESPANHA, 1994, p.170). Aponta ainda que estatisticamente menos de 10

de rúbulas e pessoas se auto-representando em juízo que utilizam livros de práticos e doutrinadores do Direito demonstra que o discurso jurídico não era restrito a grupo esotérico de “formados”.

⁴⁹ No Brasil a tradução desse texto foi apresentada na Revista Sequência de Florianópolis em 2005 com o nome “As fronteiras do Poder: o mundo dos rústicos” (2005b). Recentemente o autor voltou a se defrontar com o problema no curso apresentado em 2010 na Escola de altos estudos do curso de História da UFMG em Belo Horizonte sob o rótulo de *Imbecilias*, com alguns adendos apresenta a mesma base argumentativa do texto anteriormente referido. (HESPANHA, 2010b, 141 e Ss.)

⁵⁰ “L’attitude du juriste savant devant ce monde est un mélange de sympathie, plutôt rhétorique que réelle suscitée par l’état épigonal de l’innocence primitive, et d’une condescendance hautaine à l’égard de son ignorance et de sa stupidité; et, enfin, un mépris mal déguisé pour l’insignifiance des questions qui y étaient jugées.” (HESPANHA, 1983, p.19).

⁵¹ O conceito de “violência doce” ou “violência simbólica” é um referencial extraído das reflexões de Bourdieu. Interessa ainda denotar a base conceitual entre “letrados” e “rústicos” dialoga com a pesquisa de Boaventura de Sousa Santos, influente no período, em que a abordagem de cunho antropológico ressaltou o pluralismo jurídico na favela carioca da Maré. Vide: SANTOS, Boaventura de Souza. Notas sobre a História Jurídico-Social de Pasárgada. In: SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim. (org.) Sociologia e Direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. (pp. 87-95).

⁵² Nesse sentido, ao que tudo indica Portugal não difere de outras realidades da Europa ocidental. “Também em relação aos tribunais o jurista chegou, quase sempre, como funcionário do príncipe. Como em quase todas as suas manifestações, também aqui a recepção actuou, em geral, de cima para baixo; os tribunais centrais impuseram aos tribunais superiores, e estes aos tribunais de primeira-instância a sua jurisprudência e o seu

por cento do total da magistratura era letrada durante o século XVII, e no fim do século XVIII, depois de grande esforço da coroa, 35% dos magistrados eram letrados. Abrindo assim, mesmo no fim do Antigo Regime, grande espaço para o que chama de magistratura tradicional ou iletrada. (HESPANHA, 1983, p.2; HESPANHA 2010b, p.184)

Os juízes podiam ser, como se sabe, oficiais honorários — não letrados, eventuais, eleitos pelos povos de acordo com o processo previsto nas Ordenações (...) não remunerados — ou oficiais de carreira — letrados, de carreira e nomeação régia. No primeiro caso, estamos perante os juízes ordinários; no segundo, perante os juízes de fora. (HESPANHA, 1994, p.171)

“Os letrados” compreendiam todos os agentes sociais que detinham formação académica, ocupando diversos espaços no campo jurídico. O primeiro passo para participar do mundo dos letrados era a formação académica, a qual passa a ser exigida em Portugal ainda no início século XVI para que se pudessem exercer as principais profissões jurídicas:

(...) uma lei de 1539 — na sequência lógica da reforma da Universidade de 1537; mas ratificando, decerto, uma prática algumas décadas mais antiga e copiando anteriores disposições do direito do reino vizinho — institui a obrigatoriedade de estudos universitários de direito para o exercício de algumas das mais importantes profissões jurídicas. (HESPANHA, 1989, p.166-7)

Dentro das possibilidades que a formação universitária proporcionava existiam diversas possibilidades. “Os principais juristas portugueses da época são, na verdade, pessoas diversamente ligadas aos meios do direito régio ou erudito: professores universitários, desembargadores ou advogados dos tribunais superiores; ou seja, letrados e oficiais do rei.”. (HESPANHA, 2005b, p.51). Portanto, letrados não eram apenas os magistrados da coroa mas também todos aqueles que exerciam funções letradas:

(...) magistrados, ocupados nas magistraturas «de letras» da coroa (e, eventualmente, de alguns senhores que dispuzessem de ouvidores ou juízes de fora letrados), não esgotavam o universo dos letrados, pois este englobava, também, os próprios professores da Universidade. E, além disso,

processo, ainda que nestes se tenham mantido durante muito tempo homens sem formação letrada.” (WIEACKER, 1967, p.189). “Os legistas, isto é, os juristas formados nas universidades, ocupam desde o século XIV importantes funções políticas, administrativas e judiciárias junto do soberano e dos príncipes territoriais. Os juízes são cada vez mais magistrados profissionais, tendo recebido a formação de jurista romanista numa universidade. Se os juízes locais na regiões rurais continuam a ser não-juristas até ao fim do Antigo Regime, ao contrário, os juízes das grandes cidades e sobretudo os membros das jurisdições de apelação são quase todos juristas universitários desde o século XVI.” (GILISSEN, 1995, p.340)

parte dos advogados. (HESPANHA, 1989, p.172)

Porém, ao que tudo indica a função da magistratura letrada era proporcionalmente mais significativa que as demais funções letradas. Isso porque o arsenal de bacharéis que exerciam tais funções superava as demais em quantidade e status. Eram as magistraturas relacionadas aos cargos de juízes de fora, ouvidores, corregedores, desembargadores e demais cargos nomeados pelo rei, nos quais se exigia o título acadêmico de “bacharel em Direito”. A entrada na carreira de magistrado era controlada pelos Tribunais superiores do reino, juntamente com outras funções:

(...) [a] selecção para o ingresso na carreira das letras ou da advocacia junto dos tribunais superiores foi apropriada por estes. Que o reforço deste controle da admissão às carreiras jurídicas letradas pelos altos tribunais coincida no tempo com o apogeu da «praxística» sobre a ciência académica não é um puro acaso. Antes traduz a hegemonia, dentro do campo jurídico dos grupos letrados ligados aos tribunais — afinal, os mais lídimos cultores da justiça — sobre o grupo dos juristas puramente académicos. (HESPANHA, 1989, p.174)

A maior presença de magistrados letrados no reino demarca o maior controle régio. Tais magistraturas eram controladas diretamente pelo rei e por isso mais sujeitas a sua intervenção direta.

A presença de letrados no Brasil já foi objeto de diversas pesquisas.⁵³ Ao que tudo indica existia uma malha significativa de letrados no Brasil nos meios mais ricos e/ou populosos da colônia.

“(…) como Pernambuco, a Baía, Vila Rica ou Mariana existia uma suficiente malha de letrados, treinados e rotinados nas práticas dominantes no foro, formados em Coimbra, antes ou depois da reforma pombalina dos cursos jurídicos. O estudo deste grupo letrado é fundamental para entender os processos políticos, já que são eles quem desenham juridicamente quer os conflitos do quotidiano, quer as soluções para eles”. (HESPANHA, 2005d, p.5).⁵⁴

⁵³ Existem inúmeras pesquisas sobre o tema, mas apenas para ilustrar vale destacar os dois clássicos: a) SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a suprema corte da Bahia e seus juízes: 1609 - 1751. Tradução Maria Helena Pires Martins. São Paulo: Perspectiva, 1979. b) WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Direito e Justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro (RJ): Renovar, 2004.

⁵⁴ Mesmo que muitas vezes a presença de tais letrados não signifique a aplicação do Direito luso em terras coloniais. “No entanto, esta população letrada também não era um factor de disciplina; antes pelo contrário: o pendor “rabulista” de muitos, bem como o empenho que tinham em fazer vingar, antes de mais, os pontos de

Porém não era apenas existência de magistrados letrados que garantia a presença do Direito do reino na Colônia. Um dos agentes sociais que tendia a promover de forma mais significativa o direito letrado no reino eram os advogados letrados.⁵⁵ A característica hierárquica do campo jurídico bem como a possibilidade recursal às instâncias superiores produzia um interessante efeito. A forma de controle dos juizes da colônia era a instância recursal,⁵⁶ a qual era possível de alcançar apenas mediante trâmites oficiais que demandavam saberes letrados. Nesse sentido, o papel dos advogados letrados era importantíssimo.

(...) os advogados letrados constituem um factor de promoção do direito letrado, tanto ao aconselhar as partes, como ao assessorar os juizes. Foi através deles — e, por ventura, também através de estudantes fracassados, exercendo como procuradores ou como escrivães — que os mundos jurídico-judiciais da periferia entram em contacto com o direito oficial e erudito do centro. (HESPANHA, 1989, p.175)

Ou seja, o papel do advogado era essencial no fortalecimento de uma rede de controles sobre os magistrados letrados e suas decisões. “Os advogados eram, de facto, os mediadores que suscitavam, junto dos clientes, o desejo de prosseguir a causa com um recurso para um tribunal da corte; e que, ao mesmo tempo, traduziam as pretensões das partes nos termos das fórmulas e mecanismos do direito erudito aí em uso”. (HESPANHA, 1989, p.175-6). O problema aparecia quando o número de advogados letrados era insuficiente, o que normalmente ocorria nas regiões menos ricas da Colônia. Um outro problema recorrente para o acesso ao direito letrado eram as custas. “Alguma desta animosidade perante as justiças letradas era explicada pela ideia de que elas ficavam mais caras (...)” (HESPANHA, 1989, p.187). Não só a presença de magistrados letrados mas a continuidade de processos demandava recursos financeiros elevados, inacessíveis à boa parte da população. Tal realidade gerava uma dupla situação. De um lado a demanda por uma justiça que se demarcasse dentro

vista do seu cliente, valiam-se da indeterminação do saber jurídico e faziam com que este não fosse uma garantia (antes, uma ameaça mais) de respeito pelo direito do reino ou pela vontade do rei”. (HESPANHA, 2005d, p.5)

⁵⁵ MELO FREIRE apresenta um conceito de advogado. Percaba que limita a expressão aos letrados. “Segundo Huber, na Praelectio ao tit De postulando, o advogado é o Homem bom, perito em direito, rogado pelos litigantes para expor, provar e defender, segundo as regras da arte, oralmente ou por escrito, a sua causa perante o juiz, sendo admitido neste ofício por autoridade pública. Esta definição ajusta-se suficientemente às nossas leis.”. (MELO FREIRE, 1966, vol. 4, p.59).

⁵⁶ “Esta intenção de recurso obrigava, de resto, a uma intervenção prévia junto das justiças não letradas de primeira instância, pois o processo deveria desenrolar-se aí de maneira que possibilitasse o recurso (i.e., em geral, com respeito das formas processuais e actuarias reconhecidas pelos tribunais de recurso)”. (HESPANHA, 1989, p.176)

dos preceitos oficiais mesmo nas esferas hierarquicamente inferiores. De outro lado, a demanda de autonomia do direito local desenvolvido e aplicado por não letrados.

Para destacar a autonomia dos agentes do direito local e suas qualidades Hespanha recuperou o conceito de “rústico” dos textos clássicos. “Na literatura erudita, este mundo do direito tradicional, não erudito e não escrito, era designado por mundo dos “rústicos””. (HESPANHA, 2005b, p.65).

O conceito de “rústico”, porém, é complexo e demanda algumas mediações para compreensão: a) é um conceito formulado pela doutrina jurídica medieval; b) será aplicado para compreender uma realidade que avança o período posterior ao século XVI e suas mudanças culturais e sociais; c) reformula-se conforme o contexto e dimensão do campo jurídico.

Durante o século XVI o conceito de rústicos começa a se ampliar. Inicialmente atinge o selvagem e os nativos das colônias, em especial devido ao seu isolamento. Nesse caso, o que se aplicava aos rústicos da Europa também o deveria para os nativos do Ultramar. (HESPANHA, 2005b, p.66). “Ou seja, tal como entre os rústicos europeus, o direito estrito não pode valer aqui [na colônia]. E, não valendo o direito oficial, proliferam práticas locais, a que os magistrados reais chamam de abusos, mas que, na realidade, constituem o direito da colônia, pelo menos nestas mais remotas paragens.”. (HESPANHA, 2005c, p.11). As práticas judiciárias aplicáveis às colônias, portanto, deveriam ser adaptadas a idéia de rusticidade:

(...) a um nível inferior, o da prática jurídica quotidiana, o pragmatismo dominou certamente sob a forma de uma justiça de *cadi*, administrada por magistrados coloniais ou mesmo por juizes letrados. De facto, se os magistrados não podiam aplicar a lei metropolitana à maior parte das situações nativas, também não podiam arbitrar de acordo com os costumes nativos, dos quais não tinham conhecimento e sobre os quais os informadores – justamente porque eram apenas informadores e não intérpretes - produziam versões mal traduzidas ou até mesmo intencionalmente distorcidas. (HESPANHA, 2010a, p.257).

Essas práticas dos juizes coloniais não eram de certo modo desconhecidas dos juizes portugueses, tratava-se da justiça tradicional que fundamentava os concelhos camarários.

Como tratar os agentes sociais que ficam no limite dessa linha divisória, entre

letrados e rústicos? Seriam todos os agentes sociais da justiça local sem formação acadêmica rústicos? Podem-se denominar os juízes ordinários, escrivães ou rábulas de “rústicos”?

A resposta não é simples. Nem mesmo estática no tempo. Demanda, antes de qualquer coisa, atenção especial ao mundo da justiça não iletrada.

Neste mundo da justiça não letrada, que coincidia quase absolutamente com as justiças tradicionais das comunidades locais, a figura central era a do juiz ordinário, figura institucional híbrida, pois gozava de um estatuto que o punha em contacto, ao mesmo tempo, quer com o mundo da justiça oficial, quer com o da justiça comunitária tradicional. Formalmente, era um oficial real. As Ordenações obrigavam-no a aplicar o direito real e a seguir a ordem de juízo estabelecida no direito erudito. A forma devia ser, em princípio, a forma escrita. Mas, por outro lado, os juízes tinham muito de magistrados «tradicionais». Em primeiro lugar, eles eram cooptados pelas (e nas) elites locais. Depois, exerciam os seus cargos sem abandonar as suas actividades normais e sem serem pagos. Não se lhes exigia nenhuma formação profissional especializada, nem mesmo (pelo menos antes do séc. XVII) o saber ler e escrever. Finalmente, pelo mesmo facto de serem, frequentemente, analfabetos, eram incapazes de aplicar um direito real ou doutrinal transmitido por escrito e fundado numa comunicação judiciária dominada pela escrita. (HESPANHA, 1989, p.186)

Algumas características presentes no século XVI aproximavam os operadores da justiça local, em especial os juízes ordinários, da qualidade de rústicos.⁵⁷ Nesse período os juízes locais são referidos como rústicos e ignorantes (HESPANHA, 2005b, p.52), em especial, porque “(...) eram juízes que, quando muito, sabiam ler e escrever, embora as fontes evidenciem que muitas vezes nem isso ocorresse.” (HESPANHA, 2005b, p.48). Durante o século XVI e início do XVII, não existia exigência, nem da legislação nem da doutrina, de conhecimentos técnicos jurídicos ou mesmo a capacidade de ler e escrever para exercer o cargo de juiz ordinário (HESPANHA, 1989, p.167).⁵⁸ Nesse período, “(...) grande parte dos juízes devia ser iletrada” (HESPANHA, 2005b, p.80) e boa parte dos juízes ordinários analfabeta.⁵⁹ A única exigência existente era a de que juízes deviam ser escolhidos dentre as

⁵⁷ “Comentando as Ordenações, um jurista da época fala da rusticitas e da ignorantia dos juízes ordinários e do seu analfabetismo (PEGAS, 1670-1729, 5 (ad I 65) gl. I, n.28; gl.4 n. 5; gl.5, n.4. V. também t. XII, 230 ss.)”. (HESPANHA, 2005b, p.80)

⁵⁸ “Em 13 de Dezembro de 1642, uma lei proíbe o acesso de analfabetos às magistraturas ordinárias, mas ulteriores testemunhos (cf. alv. 28.1.1785) fazem duvidar da eficácia de tal medida, que, aliás, continuava a não exigir conhecimento especializado de direito”. (HESPANHA, 2005b, p.80).

⁵⁹ A presença de juízes analfabetos é condizente com o período de transição entre o período medieval e a modernidade. Segundo Roger Chartier (1990, p.113 e Ss.) durante os séculos XVI e XVIII as taxas de analfabetismo diminuem num sentido amplo em toda a Europa, o que pode ser notado nos livros que continham

peessoas dignas e aptas para a função.

Mesmo assim, desde o século XV as Ordenações exigiam dos juizes ordinários sua utilização sob pena de multa:

Na teoria, as Ordenações obrigavam todos os juizes (incluindo os juizes ordinários, eleitos e não letrados) a observar as “ordenações e leis do reino e as posturas e ordenações do concelho” (Ord. Af., I, 26, 20; Ord. Fil., I, 5, 6). No final do século XV, decide-se, em cortes (cortes de 1498, cap. 33), que os juizes que julgassem contra as Ordenações, as leis de cortes ou os privilégios pagassem uma multa de três vezes as custas do processo (“tresdobro”). (HESPANHA, 2005b, p.79-80)

Porém essa regra não era geral, “(...) não se aplica aos julgadores não letrados (*idiotae*) das aldeias ou das vilas que não fossem ‘lugares principais’ (LANDIM, 1677, tr. I, c. 46-47)”. (HESPANHA, 2005b, p.81). Por serem incapazes de compreender a complexidade do Direito os juizes locais dos pequenos concelhos eram desresponsabilizados de culpa por desconhecimento do Direito, “(...) há disposições legais e doutrinárias isentando os juizes ordinários de responsabilidade por julgamentos errados, salvo em caso de dolo”. (HESPANHA, 2005b, p.81). Portanto, a figura do juiz ordinário com características de rústico estava associada a idéia de juizes de pequenos concelhos.

Essa falta de conhecimento técnico muitas vezes é descrita pela cultura erudita como associada a uma forma distorcida de exercer a justiça. A legislação que cria o juiz de fora descrevia os juizes ordinários como “(...) dominados pelos poderosos locais e protegendo sistematicamente seus interesses, julgando segundo a paixão e o ódio, preterindo a justiça (entenda-se o direito régio), analfabetos e iletrados, totalmente dominados pelos escrivães e advogados”. (HESPANHA, 2005b, p.84). Essa visão de um juiz incapaz e manipulável aparece repetidamente em diversas disposições reais.^{60 61} Já a indicação do “domínio” dos

documentos com assinaturas como os registros de casamentos. Mesmo apresentando exceções em que o alfabetismo é anterior (fim da Idade Média), ao que tudo indica, Portugal desenvolveu maiores índices de alfabetização nesse período. Segundo Rui Ramos, no final do século do século XIX (1879) a taxa de alfabetismo portuguesa ainda beirava a taxa de 20% (RAMOS, 1988).

⁶⁰ “Um decreto de 26 de Agosto de 1776 [utiliza termos que] caracterizam os juizes ordinários como pessoas susceptíveis de tomar partido nos casos, como «rústicos» que mal sabem escrever os seus nomes e acabam por ser influenciados pelos advogados, escrivães e outros officiaes de justiça para proteger os interesses das elites eclesiásticas e laicas. [...] sujeitos as paixões da affeição, ou odio; mais ainda rústicos; que apenas sabem pôr o seu nome, e por isso dirigidos pelos Advogados, Escrivães, e outros officiaes de justiça, coadunados com seculares, & eclesiásticos poderosos», A. D. Silva, Collecção da Legislação Portugueza..., vol. V, pp. 108-110.]” (CAMARINHAS, 2010, p.57).

escrivães e advogados é importante nuance a ser destacada, o que importa na idéia de circularidade do poder de elaborar o Direito, que não se restringia aos juízes.

O espaço aberto pela falta de conhecimento erudito dos juízes ordinários possibilitava a emergência de outros agentes sociais que exerciam poder pelo conhecimento dentro do campo jurídico, eram eles os escrivães e os advogados rúbulas. Muitas vezes essas funções eram exercidas pelas mesmas pessoas, sendo comum em concelhos de cidades menores a circulação de um mesmo indivíduo por diversas funções no campo. É importante ainda, destacar que quanto maior o grau de alfabetismo e conhecimento técnico dos juízes ordinários, menor é sua dependência de outros agentes sociais, o que irá se ressaltar apenas nos casos em que o juiz ordinário menor conhecimento do que os demais agentes.⁶²

Os escrivães⁶³, nesse sentido, teriam importante papel enquanto exercessem suas atividades mediante um juiz iletrado.⁶⁴ Suas atividades seriam por outro lado restringidas caso o juiz detivesse conhecimento técnico.

Os escrivães e os tabeliães deviam desempenhar, na vida jurídica local, um papel mais importante do que o dos juízes. Sabendo ler e escrever, e dominando a praxe judicial e a arte notarial, eles foram durante vários séculos os únicos técnicos do direito escrito a nível local. Com a expansão do processo de autos, o domínio que eles mantinham sobre os juízes e a vida jurídica local deve ter-se intensificado. A imagem que deles nos dá a literatura da época é provavelmente correcta: controlando totalmente os juízes (analfabetos e incapazes de compreender as peças forenses escritas), venais e arrecadando grossos proventos com os subornos das partes, seus

⁶¹ "Em 1782 (...) texto régio menciona as graves malféitorias de que tanto a nobreza como o povo da vila eram vítimas sob a influência dos mais fortes e o flagelo da prepotência causada pela prática dos juizes ordinários. Estes oficiais são acusados de incompetência na resolução dos assuntos e de ceder facilmente aos sentimentos da afeição e do ódio.([«o flagelo da prepotencia, por ser a Justiça administrada por Juizes ordinarios, e leigos, ficando os delictos sem a competente satisfação, e nas causas cíveis preterida toda a ordem judicial, sujeitas as decisões dellas ás paixões da afeição e do odio», A. D. Silva, op. cit., vol. V, pp. 306-370.]) A criação de uma judicatura régia promete terminar com a má administração da justiça." (CAMARINHAS, 2010, p.57-8)

⁶² No período analisado na presente pesquisa os juízes ordinários são alfabetizados, todos sabem ler e escrever, porém o grau de conhecimento técnico-jurídico variava, o que gerava dependência dos mesmos em relação aos rúbulas e escrivães que mesmo sem formação acadêmica eram chamados comumente de "letrados"

⁶³ Vale a pena ler o relato de Hespanha sobre sua infância, o que em certo sentido explica seu cuidado com o tema. "Na verdade, como filho de um notário de aldeia, eu possuía lembranças da juventude sobre esse mundo de narrativas jurídicas emaranhadas, orais, de simples escreventes ou mais eruditas (...)" (HESPANHA, 2010a, p.202-3)

⁶⁴ "Interfaces entre o mundo letrado e o mundo oral, os escrivães não participavam, ainda, no mundo da justiça letrada, no sentido forte do termo. Eles não eram letrados. Os seus estudos jurídicos, se os tinham (como seria o caso de alguns estudantes fracassados), deviam ter sido rudimentares. E, como se viu, as Ordenações não exigiam mais do que isto. Apenas tinham que «escrever bem» e ter as qualidades exigidas pelo ofício. Para o distinguir do mundo jurídico letrado – de que os únicos representantes locais eram os advogados letrados de província –, poder-se-ia falar, aqui, de mundo jurídico escritural". (HESPANHA, 1993, p.432).

rendimentos eram superiores aos dos juízes. (HESPANHA, 2005b, p.90).

Já os procuradores (rábulas) talvez sejam a maior incógnita dentro da faixa de fronteira entre os letrados e rústicos. Segundo Hespanha uma das oposições estruturantes do campo jurídico é a presença de advogados letrados e iletrados: “(...) de um lado, os que dispõem da *scientia legalis*, os *litterati*; do outro, os que se valem de um conhecimento espontâneo do direito, os *idiotae*, *pectorales* ou *rustici*”. (HESPANHA, 1989, p.177). Os advogados letrados contribuiriam para a ampliação do direito erudito devido a sua ascendência sobre os juízes ignorantes.

(...) só no século XVII o advogado passa a ser um técnico de direito com formação universitária. Nesta qualidade, é natural que seu ascendente sobre os juízes fosse grande. Alguns autores filiam mesmo a dignidade do seu cargo ao facto de seu ofício ser o de corrigir a ineptidão dos juízes ignorantes. (HESPANHA, 2005b, p.90)

Mas o reino era muito grande para que em todas as terras existissem bacharéis formados exercendo a advocacia. Assim, outros agentes, os quais Hespanha indica como “estudantes fracassados” ou alfabetizados sem formação acadêmica universitária, entram em cena. “Deste mundo da justiça tradicional, também faziam parte os advogados ou procuradores não letrados, pessoas especializadas nas formalidades do direito e do processo tradicionais que, nessa qualidade, assistiam às partes em tribunal”. (HESPANHA, 2005b, p.88). Os procuradores não letrados eram reconhecidos como os sucessores dos chamados “vozeiros” medievais, práticos que conheciam o Direito tradicional e técnicas de mediação. Para exercer a profissão passavam ou por um exame do Desembargo do Paço⁶⁵ ou Chanceler-mor do Reino⁶⁶ ou ainda, na Colônia, por algum órgão responsável.⁶⁷

⁶⁵ “Mas a advocacia de província não era exclusiva destes advogados letrados. Na verdade, se ela estava aberta, sem mais, aos bacharéis (Ord. fil, I, 48,3), continuava-o, também, embora mediante exame pelo Desembargo do Paço e respectiva provisão, a todas as pessoas aptas (Ord. Fil., I, 48,4; alv. 24.7.1713). ”. (HESPANHA, 1989, p.176)

⁶⁶ “Quanto aos advogados que exerciam perante as justiças de outras cidades ou vilas, aqueles que não tinham qualquer grau universitário (de «qualquer Estudo geral»), mesmo de bacharelato, deviam sujeitar-se a um exame de suficiência e admissão perante o chanceler-mor do reino. A já referida lei de 1539 (13.1) fixa a exigência de estudos, para os advogados da corte, em oito anos de estudos jurídicos. Trinta anos mais tarde, em 1576 (lei 7.5; Leão, 1796, 220), recua-se, abrindo provisoriamente a advocacia da corte a não letrados que soubessem ler e escrever, casados e de bons costumes. Mas as Ordenações filipinas exigem de novo os oito anos de estudos e uma prática de dois anos para aceder à advocacia (Ord. Fil., I, 48, pr.). ”. (HESPANHA, 1989, p.172-3)

⁶⁷ Por ser uma situação excepcional existem poucos dados sobre tal situação. Ao que tudo indica no Brasil, tal papel era exercido pelas Relações, assim no período estudado o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro fazia as vezes do Desembargo do Paço dando a provisão aos advogados sem formação acadêmica para exercerem a

Manuel Alvares Pegas — ele mesmo um advogado letrado de sucesso — informa, a este propósito que, nas aldeias em que faltam os advogados, o Desembargo do Paço concede a faculdade de advogar aos que se mostram aptos de algum modo por exame e que lhes dá as respectivas cartas. Nestas cartas, a que se chama de procuradores do número, põe-se normalmente a cláusula de que possam advogar enquanto não houver dois letrados graduados; mas se não se puzer tal cláusula, os titulares podem advogar sem limite, sem se lhe poder impor tempo para concluir a formatura. (HESPANHA, 1989, p.176-7)

Para a doutrina (letrados), os advogados sem formação acadêmica não passariam de “rústicos” utilizando-se de estratégias não-técnicas de defesa, fundamentando-se suas defesas em discursos afetivos-emocionais. “A própria designação que lhes era dada (“vozeiros”, “rábula”) permite-nos ainda hoje imaginar o estilo de suas intervenções em tribunal, mais dirigidas para captar a simpatia dos juízes por meios retóricos e oratórios do que para esclarecer, distanciada e analiticamente, as questões técnicas de direito”. (HESPANHA, 2005b, p.88).

A retórica (por oposição à lógica e à dialética) é justamente a arte de fazer apelo ao consenso na base não pela validade do que é dito, mas pela expressividade da acção de dizer. Em direito, este facto não apenas explica o papel do rábula (ou seja, do discurso do advogado dirigido para manipulação emocional e dramática do auditório), como confirma, numa perspectiva complementar, o que já se disse sobre as incessantes referências do discurso a registros culturais e sociológicos extra jurídicos. (HESPANHA, 2005b, p.60)

Por não utilizarem estratégias técnicas os procuradores sem formação acadêmica eram mal vistos pela doutrina.⁶⁸ Tal fato em si já demonstra uma luta pela legitimidade de dizer o Direito.

A doutrina erudita zurzia-os generosamente. (...) a presunção e ignorância destes advogados de poucas letras (*doctores monetae tonsae, cum litteras non habeant; doctores necessitatis, cum necessitas non habet legem;*

advocacia. Porém tal atribuição não está descrita nos estatutos e regimentos das relações brasileiras. Sobre tal questão as Atas da Câmara de Curitiba apontam em 1825 a necessidade de apresentação de “suplemento” pelos advogados da cidade. Também não foi encontrada legislação relacionada a tal função.

⁶⁸ “Contra estes procuradores, que se arrogavam funções de orientação técnica e processual, insurgia-se a doutrina erudita. Se o juiz iletrado era tratado com benevolência (embora altiva e condescendente), a presunção desses “técnicos populares”, que se davam ares de entendidos em direito e se mediam com os advogados letrados, era, pelo contrário, duramente atacada. Na doutrina portuguesa, há quem proponha evitar esses “advogados” trapaceiros, geralmente chamados “procuradores do número”, e eliminá-los da república como parte extremamente nociva” (CARVALHO, 1631, p. 292 (da ed. de 1746).). Um outro autor observa que esses procuradores exerciam o seu ofício sem qualquer diploma, ou mesmo exame de um colégio profissional, como era exigido em Espanha”. (HESPANHA, 2005b, p.88-9)

doctores tibi quoque) era (...) duramente castigada. João de Carvalho (De una et altera..., 1631, 292) aconselha a evitar estes «advogados chicaneiros normalmente chamados procuradores do número, como parte extremamente perigosa», cujas ineptas petições deveriam ser rasgadas com os dentes pelos juízes. (HESPANHA, 1989, p.177).

Interessante notar que o termo “chicaneiro” demarca o tom de disputa pelo discurso. O rústico é ingênuo, o rábula farsante e aproveitador. Enquanto os letrados insistem que tais advogados são insensatos e abusadores, os advogados rábulas tentam adentrar nas malhas da justiça.

O Direito rústico (tradicional) se distinguia do Direito letrado em diversos aspectos. O direito rústico estava demarcado pela oralidade e justiça fundamentada em critérios materiais de justiça, em especial numa justiça de redução de conflitos mediante a mediação. “Com efeito, os tribunais tradicionais diferem dos estaduais, quer no plano do direito processual, quer no plano do direito material (quanto a este último, pelo facto de se submeterem a normas jurídicas tradicionais diferentes das normas do direito oficial e erudito)”. (HESPANHA, 2005b, p.58)

Assim, para os rústicos eram garantidos certos “privilégios” que na verdade denotavam discriminação⁶⁹ e muitas vezes rememoravam a “incapacidade intelectual” dos rústicos. Portanto, “(...) o jurista erudito nunca considera a prática jurídica dos rústicos como presença de outro direito enraizado numa outra cultura, mas como manifestação da ignorância

⁶⁹ No plano do Direito material existiam diversos pontos significativos em que se protegiam os rústicos. “No domínio do direito material, estas particularidades diziam, sobretudo, respeito ao direito penal. Não por acaso. No direito civil, de facto, o diteito ou a administração judiciária do reino não se metiam, tudo ficando entregue à autorregulamentação destas comunidades camponesas. Como, mais tarde, acontecerá com os indígenas das colónias. Neste domínio das relações privadas, os juristas limitam-se a dizer que o direito erudito não lhes pode ser aplicado, em tudo quanto se afaste de uma comum razão natural. O que não raro aconteceria. Assim - para além dos casos já antes referidos da não presunção de usura nos contratos censíticos e da extensão do regime da lesão no caso de venda por baixo preço — os contratos dos rústicos proibidos pelo diteito civil gozavam de um especial regime de validação; a renúncia que os rústicos fizessem dos seus direitos não tinha validade; não se presumia qualquer obrigação de direito subjacente às entregas ou pagamentos periódicos por eles feitos. Em virtude das obrigações e trabalhos inerentes às suas ocupações agrícolas, os rústicos estavam ainda isentos da obrigação de ser tutores (nomeadamente, de órfãos), assim como não incorriam em mora durante a época das colheitas, nem lhes podiam ser penhorados os seus instrumentos e alfaia. O direito penal, porém, era um atributo da majestade (uma regalia maior), do qual o rei não podia prescindir. Mas tão pouco podia aplicá-lo cegamente a comunidades que se sabia de antemão serem bastante insensíveis em relação a muitos dos tipos penais do direito oficial: entre eles, segundo as fontes da época, a blasfémia, a heresia, o perjúrio, a lesa-majestade, a destruição dos éditos ou banhos dos senhores etc. A lista é significativa. As comunidades camponesas mostravam-se pouco domésticas em relação à religião e à imposição dos poderes do centro, para além de adoptarem em relação a eles uma conhecida estratégia de defesa — a mentira, mesmo sob juramento”. (HESPANHA, 2010b, p.168-9)

malsã, do arbitrário, do erro, enfim, da "rusticidade". (HESPANHA, 2010b, p.188). Esse discurso na verdade tinha como efeito real à tentativa de exclusão de tais atores sociais da construção do discurso jurídico. Uma violência doce (simbólica) segundo Hespanha.

No campo processual porém tais características ganham ainda maior relevância. A condição de rústico garantia no plano prático algumas vantagens processuais (ou talvez, para ser mais exato, escusa de formalidade). Nesse sentido, deviam ser protegidos, assim como os camponeses mais simples, que pelo desconhecimento denotavam certa ingenuidade.

O estatuto dos rústicos, com tudo o que contém de discriminatório, é, aparentemente, um estatuto protector cuja nota saliente é o reconhecimento do carácter justificativo da ignorância e da rusticidade. Isto traduzia-se num regime mais favorável, validando actos que de outro modo seriam nulos, admitindo a restituição em casos em que geralmente o não seria, despenalizando factos que seriam puníveis noutras circunstâncias. (HESPANHA, 2010b, p.167)

Desta forma, ao “rústico” era oferecida a possibilidade de modificar o pedido durante o processo, mesmo depois da contestação. Assim como, era de difícil comprovação e penalização fatos tidos como falsos testemunhos e mentiras no processo.⁷⁰ (HESPANHA, 2005b, p.75). Por fim, vale ressaltar a não penalidade pelo falta de uso de formalidades escritas.^{71 72} A incompatibilidade entre o direito processual erudito e o tradicional nesse

⁷⁰ Pode-se referir nesse sentido, que “(...) geralmente o rústico utilizava a fuga, a dissimulação, a reserva mental, a mentira como meios para escapar dos mecanismos da justiça oficial. As fontes eruditas atestam a resistência dos rústicos a recorrerem ao tribunal, a tal ponto que a doutrina erudita considera esse medo da justiça do Estado uma causa justificativa da contumácia (Cf. MENOCHIO, 1571, p. 153, n. 7.). A mentira era considerada uma característica das populações rústicas, tal como o perjúrio (MENOCHIO, 1571, p. 194, n. 12/13.). As Ordenações consideraram a mentira um hábito tradicional das populações do norte do País – precisamente a zona em que as tradições jurídicas e culturais estariam mais enraizadas –, o que levou à criação de um regime especial de juramento para essa região”. (HESPANHA, 2005b, p.99)

⁷¹ “O desconhecimento direito oficial justifica ainda a revogação de algumas das regras do direito formulário, nomeadamente das que diziam respeito à confecção do testamento e dos contratos. No entanto, a maior parte dos autores reduz amplitude deste direito especial, não o admitindo contra disposições imperativas do direito letrado relativas à forma dos actos” (HESPANHA, 2010b, p.170).

⁷² Outros privilégios podiam ser percebidos, como por exemplo, entendia-se que pelo “(...) estatuto dos rústicos traduzia sua incapacidade para compreender as formalidades do direito escrito, capacidade que devia à sobrevivência do direito tradicional, bem como à persistência de um formalismo atávico, mas diferente das comunidades camponesas. Em geral, pode dizer-se que todas as formalidades escritas eram estranhas à cultura jurídica tradicional. É por isso que o estatuto dos rústicos contém uma isenção quase geral da forma escrita, mesmo quando esta se apresentava, ao direito oficial, como decisiva – v.g., nos casos do libellus, instrumento que dava origem a acção judiciária, e da sentença. “O libelo (petição inicial) concebido de forma inepta por homens rústicos” não deve ser recusado, mas recebido “omitidas as subtilezas jurídicas” (CHOPINUS, p. 140; Ord. Fil., III, 66, 7.). A doutrina comum era ainda menos exigente, pois dispensava a própria petição inicial escrita (IMOLA, 1563?, liv. 2, cons. 61, n. 11.). Uma sentença sobre causas de rústicos também podia ser válida mesmo sem citação formal ou preterida a forma escrita (BOBADILLA, p. 246.).” (HESPANHA, 2005b, p.74)

sentido é exemplar.

No direito processual erudito, há regras que estão nos antípodas da organização do processo tradicional: primeiro, a utilização da linguagem técnica, maxime, do latim; segundo, as regras sobre a intervenção das partes no processo (necessidade de representação por um advogado ou procurador, limitação do direito de uso da palavra); terceiro, a estrutura dos meios de prova (predomínio da forma escrita) e o sistema de sanções (preponderância das sanções de tipo penal – v.g., prisão ou multas “públicas” – em substituição das de natureza “privatista”, que apenas visam a reparação do ofendido). (HESPANHA, 2005b, p.58)

As estratégias dessa luta pelo direito de dizer o Direito variavam. Ressalte-se que, mesmo não tendo aparentemente domínio pleno do *Latim*, alguns procuradores não-letrados podiam conhecer um *latim* vulgarizado que os possibilitaria ter acesso ao conhecimento erudito quando tinham acesso a livros. Porém, entre os séculos XVI e XVIII, segundo uma avaliação inicial, tais rábulas não utilizariam saberes eruditos. Em outro texto, Hespanha destaca que o *iura rusticorum* era demarcado pela oralidade. (HESPANHA, 2010a, p.201 e Ss).

Uma outra questão levantada por Hespanha parece importante:

No desempenho das suas funções, os corregedores, como inspectores das justiças locais - actividade que incluía o dever de instruir os juízes na arte de julgar -, deviam promover a aplicação do direito erudito e da coroa nos tribunais locais. No entanto, essa lenta progressão do direito letrado enfrentava um obstáculo difícil de ultrapassar: a insuficiente cultura jurídica ou literária (por vezes, o analfabetismo) dos juízes. (HESPANHA, 2010b, p.175).⁷³

Sendo o responsável pelo grau recursal nos processos da justiça camarária, os corregedores (na colônia “ouvidores”) faziam o controle dos juízes ordinários através de correições (por vezes via agravos). Parte do sucesso profissional dos rábulas deve-se ao conhecimento acumulado por esses para acessar o recurso formal do direito erudito.

Segundo os documentos oficiais, justificativas de legislação e decretos a instituição de justiça letrada, bem como a doutrina da época, no momento em que se instaurava a justiça

⁷³ “No desempenho de suas funções, os corregedores, como inspectores das justiças locais – o que incluía o dever de instruir os juízes na arte de julgar –, deviam promover a aplicação do direito erudito e da coroa nos tribunais locais. No entanto, essa lenta progressão do direito letrado enfrentava um obstáculo difícil de ultrapassar: a insuficiente cultura jurídica ou literária (por vezes, o analfabetismo) dos juízes.”. (HESPANHA, 2005b, p.79)

letrada a prestação da mesma era de melhor qualidade e menos adepta a força dos poderosos da terra. Fato ansiado por todos os vassalos da Colônia.

(...) libertar as populações do jugo da má justiça, ou seja, a que era praticada pelos juizes sem formação em direito. A coroa tem plena consciência de que a distância desses locais em relação aos centros de segunda instância agrava a condição da justiça nessas vilas. O decreto de 1798 que cria a judicatura de Campanha, uma localidade elevada a cidade nas Minas Gerais, assinala os prejuízos inevitáveis da administração da justiça por juizes ordinários. («[...] continuação os Povos a sofrer, na falta de uma regular Administração da Justiça, aquellos detrimientos, que são inevitáveis nos Governos das grandes Povoações regidas por Juizes Ordinários, e Leigos, principalmente em tão remotas distancias», A. D. Silva, op. cit., vol. VI, pp. 509-510.]). (CAMARINHAS, 2010, p.58).

O fim do século XVIII e início do XIX parecem, entretanto, reservar diferenças em relação ao período anterior. Se entre o século XVI até meados do Século XVIII o direito letrado representava uma cultura erudita se sobrepondo a cultura tradicional do Direito local, durante o período posterior à centralização de poder do chamado Antigo Regime a análise se complexiza ainda mais. Haveria interesse do rei em ampliar seus domínios estabelecendo justiças letrados em locais mais longínquos? No início do século XIX ainda era possível compreender a dinâmica jurídica brasileira através da divisão letrados e rústicos? A presente pesquisa pretende testar esse conceitual no limite da formação do Estado brasileiro influenciado pelo liberalismo. Ao que tudo indica, a expressão “letrado” ganhou novos contornos.

1. CULTURA JURÍDICA E TRANSIÇÃO

1.1 A CULTURA JURÍDICA ENTRE O ANTIGO REGIME E O LIBERALISMO: BREVE SÍNTESE DOS DEBATES HISTORIOGRÁFICOS

Visões tradicionais simplistas de cultura marcaram durante muito tempo as análises históricas do Direito no Brasil. Luis Fernando Lopes Pereira alerta que:

A concepção tradicional de cultura, que muitas vezes inspira visões sobre o jurídico, é aristocrática e prega uma aparente separação radical entre a alta e a baixa culturas. Assim, quando um elemento das classes privilegiadas migra para as subalternas destacam-no como degeneração. (PEREIRA, 2012, p.40).⁷⁴

A visão dada ao período entre a Colônia e a Criação dos cursos jurídicos no Brasil nas análises realizadas no início do século XX, herdadas por diversos pensadores contemporâneos, não parecem nada complexas. Um exemplo típico de tal abordagem pode ser visto em Plínio Barreto em seu livro “A Cultura jurídica no Brasil (1822/1922)” referida por Alfredo Venâncio Filho⁷⁵:

Há 100 anos, quando se emancipou definitivamente da soberania portuguesa, **era o Brasil uma terra sem cultura jurídica**. Não a tinha de espécie alguma, a não ser, em grau secundário, a do solo. Jaziam os espíritos impotentes na sua robustez meio rude da alforria das crendices e das utopias, à espera de charrua e sementes. O Direito, como as demais ciências e, até, como as artes elevadas não interessava ao analfabetismo integral da massa. Sem escolas que o ensinassem, sem imprensa que o divulgasse, sem agremiações que o estudassem, estava o conhecimento dos seus princípios concentrado apenas no punhado de homens abastados que puderam ir a Portugal apanhá-la no curso acanhado e rude que se processava na Universidade de Coimbra. (BARRETO *apud* VENÂNCIO FILHO, 2004, P.13, destaque nosso)

Percebe-se que o conceito subjacente à idéia de “cultura jurídica” está diretamente

⁷⁴ Idéia fundamentada em Carlo Ginzburg: “Com muita freqüência idéias ou crenças originais são consideradas, por definição, produto das classes superiores, e sua difusão entre as classes subalternas um fato mecânico de escasso ou mesmo de nenhum interesse; como se não bastasse, enfatiza-se presunçosamente a “deterioração”, a “deformação”, que tais idéias ou crenças sofreram durante o processo de transmissão.”. (GINZBURG, 1987, p.17).

⁷⁵ A referência de referência (Apud) é proposital e tem o objetivo de demonstrar como tendências do início do século XX ainda são repetidas por historiadores contemporâneos.

relacionada nessa passagem a noção de “conhecimento erudito”. Tal autor reflete uma época em que no Brasil a valorização dos ideais europeus ressaltava os valores iluministas de desenvolvimento e progresso. Mesmo afirmando que não existia uma “cultura jurídica” apresenta uma ambígua frase apontando “(...) a não ser, em grau secundário, a do solo”. A idéia de degeneração da cultura jurídica, alertada por Luís Fernando Lopes Pereira, imperou nas análises históricas durante muito tempo.

Tal conceito rememora a versão francesa de cultura, na qual identificava-se cultura a idéia de erudição, cultivo do homem.⁷⁶ Além disso, percebe-se que a escolarização seria o processo central para a caracterização da “cultura jurídica brasileira”. O mesmo Plínio Barreto completava:

O direito era, no Brasil, quando se operou a Independência, uma ciência estudada por um grupo insignificante de homens e não era estudada, mesmo neste grupo, com profundidade e pertinácia. Nem podia sê-lo. Não há ciência que se desenvolva sem ambiente apropriado, e o de uma colônia onde mal se sabia ler não é, com certeza, o mais adequado para o crescimento de uma disciplina, como a de direito, que supõe um estado de civilização bem definido nos seus contornos e bem assentado nos seus alicerces. (BARRETO apud VENÂNCIO FILHO, 2004, P.14)

Parte-se da idéia de que a cultura circula e que as distinções entre saber vulgar e erudito tem objetivos de demarcação de poderes entre agentes do campo jurídico.

Assim, deve-se atentar a idéia de que a cultura jurídica brasileira “(...) até o momento da Independência política (em 1822) em grande medida confundia-se com o direito português, já que a colônia utilizava todo o arsenal jurídico da metrópole.” (FONSECA, 2008, p. 264).⁷⁷ Pode-se observar que mesmo depois da Independência permaneceram diversos

⁷⁶ Esclarecendo, “Este uso é consagrado, no fim do século, pelo Dicionário da Academia (edição de 1798) que estigmatiza “um espírito natural e sem cultura”, sublinhando com esta expressão a oposição conceitual entre “natureza” e “cultura”. Esta oposição é fundamental para os pensadores do Iluminismo que concebem a cultura como um caráter distintivo da espécie humana. A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história.” (CUCHE, 2002, p.20-1)

⁷⁷ (...) logo após o processo de Independência política, o Brasil independente não teve outra escolha senão organizar-se a partir de todo o aparato legislativo da antiga metrópole, de modo que, em 20 de outubro de 1823, promulga-se uma lei que determina que continuem em vigor as Ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções promulgadas pelos reis de Portugal até 25 de abril de 1821, “enquanto se não organizar um novo código ou não forem especialmente alteradas” – o que indicaria que ficou estabelecida uma certa relação de continuidade com a cultura jurídica portuguesa. E isso tudo para não lembrar do fato de que a quase totalidade dos quadros burocráticos da esfera jurídica brasileira de então era formada em Coimbra (FONSECA, 2008, p. 264)

institutos do direito português. É importante também perceber que as tensões existentes e os debates que circulavam na época não se limitam à questão da cultura erudita (letrada) e em face de uma cultura “popular”.

Enquanto que a historiografia geral – ao falar de imaginário – sublinha sobretudo uma tensão que sempre existe nesta dimensão mental entre o “erudito” e o “popular”, no caso do imaginário jurídico brasileiro oitocentista se poderia deslocar, de modo talvez mais apropriado, para outras tensões: primeiro, e de um lado, aquela existente entre uma idéia de direito que é liberal, legalista – ou, numa palavra, moderno. É o que se vê na pretensão de codificar o direito brasileiro do século XIX (obrigação e meta que já está inscrita no próprio teto da Constituição de 1824); aliás, a meta de estabelecer (a exemplo do que já estavam fazendo os europeus e os vizinhos latino-americanos) uma constituição com algumas feições liberais; de progressivamente centralizar a produção jurídica nos parlamentos; de valorizar, numa batalha simbólica que então está em curso e a todo vapor, a dimensão central da lei. (FONSECA, 2012a, p.22)

Isso pode ser percebido dentro da diversos instrumentos e materiais presentes no Brasil no início do século XIX.⁷⁸

Para observar a cultura jurídica como parte do processo de representação contextualizado a Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba, contrapõem-se fontes aplicativas (processos judiciais, debates na câmara municipal, dentre outros,) com as interpretações históricas mais gerais baseadas em fontes doutrinárias da época. Procurará em especial debates relacionados à legalidade, codificação, liberalismo, constituição, entre outros debates jurídicos de fundo do período.

1.1.1 O Antigo Regime: conceitos e implicações com a história luso-americana

⁷⁸ “A jurisprudência do período era, de fato, expressão desta complexidade – com uma diversidade de elementos e fontes culturais impressionante. Sobretudo no âmbito do assim chamado direito privado, os tribunais eram artífices de um caldeirão onde se misturavam elementos como doutrina e legislação estrangeira (cujo uso era autorizado pela Lei da Boa Razão de 1769), de legislação eclesiástica e tantas outras referências culturais pertencentes ao mundo do “Antigo Regime”; e ao mesmo tempo havia referências à novíssima legislação do Brasil independente (legislação esta que, como conceito, estava sendo neste exato momento revalorado e ressignificado), à Constituição, à premissa da divisão dos poderes, à idéia de cidadania (malgrado dentro de uma dimensão censitária e numa sociedade escravista), e estava presente a cultura do código (ou a “vontade de código”), porque se código civil não havia no Brasil do século XIX, ele estava, de todo modo, indiscutivelmente presente na discussão dos juristas do século XIX”. (FONSECA, 2012a, p.24)

Inicia-se a abordagem da cultura jurídica na transição entre o período colonial e o período imperial no Brasil debatendo-se os sentidos e usos do termo “Antigo Regime”. Tal esclarecimento é necessário para evitar os equívocos comuns da historiografia tradicional relacionados à interpretação do Direito no Antigo Regime. Isso porque, “(...) transportando para a história uma certa unidimensionalidade do poder político no seu tempo, os historiadores tendiam a reduzir a vida política do Antigo Regime aos actos formais do poder — i.é., aos que decorriam sob o império e regulamento do direito estadual. Tudo o resto — i.é, tudo o que decorria em contravenção com este ou à sua margem – não era relevante para a investigação.”. (HESPANHA, 1994, p.26). Por isso, o uso da expressão “Antigo Regime” pretende evitar que se observem apenas os regulamentos de Direito estatal, conseguindo avançar na compreensão das estruturas administrativas do Brasil antes da independência (mesmo que de forma não unânime).

Se não é possível delimitar com datas fechadas a existência do Antigo Regime, porém aqui se tratará como a referencia um pouco mais ampla que vai da metade do século XVII as primeiras décadas do século XIX.⁷⁹

No sentido amplo Antigo Regime está relacionado a todo um período de transição entre o modelo medieval e o moderno, em sentido estrito Antigo Regime designa a parte administrativa desse período.

Segundo a historiografia contemporânea, a concepção corporativa de sociedade é fundamentada na percepção teológica de mundo, origina-se e se legitima dentro de um contexto teológico.⁸⁰

A longa permanência da visão medieval de sociedade pode ser percebida em nuances no final do Antigo Regime português.

⁷⁹ Vide: HESPANHA, Antônio Manuel. (Coord). História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807). Portugal: Editorial Estampa, 1998. Outra periodização interessante pode ser vista em SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. História do Direito Português: Fontes do direito. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p. 34-8. Nesta o autor chama tal período de época da recepção do Direito comum, em certa continuidade de 1248-1750.

⁸⁰ “O pensamento social e político medieval é dominado pela idéia da existência de uma ordem universal (cosmos), abrangendo os homens e as coisas, que orientava todas as criaturas para um objectivo último que o pensamento cristão identificava com o próprio Criador. Assim, tanto o mundo físico como o mundo humano, não eram explicáveis sem a referência a esse fim que os transcendia, a esse telos, a essa causa final (para utilizar uma impressiva formulação da filosofia aristotélica; o que transformava o mundo na mera face visível de uma realidade mais global, natural e sobrenatural, cujo (re)conhecimento era indispensável como fundamento de qualquer proposta política”. (HESPANHA, 2005A,p.101)

A grande oposição entre o Antigo Regime e a Modernidade estaria no esforço artificial do jurista moderno em controlar o mundo a partir da vontade criando uma unidade jurídica, excluindo a pluralidade.⁸¹ “Um fator que explica o papel secundário da legislação como fonte do direito sob o *ancien regime* é a competição com o *ius commune*, que tornou possível transformar o antigo direito europeu sem intervenção legislativa.”. (CAENEGEM, 1999, p.122). Na modernidade “O direito se vê reduzido ao grau de instrumento de controle social, se tornando um artifício, uma criação do titular da soberania.” (GROSSI, 2010, p.100).

Alguns elementos de permanência em relação à experiência jurídica medieval são importantes para este estudo como:

a) O poder ainda é repartido no Antigo Regime. Em Portugal o poder local dos Concelhos (Câmaras) das vilas tem especial importância. Essa característica ressaltava o Direito como importante elo comunitário.

(...) a centralidade do direito se traduzia, de facto, na centralidade dos poderes normativos locais, formais ou informais, dos usos das terras, das situações "enraizadas" ("*lura radicata*"), na atenção às particularidades de caso; e, em resumo, na decisão das questões segundo as sensibilidades jurídicas locais, por muito longe que andassem daquilo que estava estabelecido nas leis formais do reino. (HESPANHA, 2007, p.57).

As autonomias política e jurídica dos concelhos marcam esse período,⁸² guardando permanência significativa até o período pós-Independência no Brasil (sofrendo retrocesso apenas com regulamentações do juízo de paz em 1828, quando retirado das câmaras poder jurisdicional).

b) A noção de sujeito de direitos, dotado de direitos universais e naturais, ainda não se concretiza no período final do Antigo Regime. Apesar do que, é possível perceber que diversos autores jusnaturalistas já defendiam tais idéias no período. Assim, a ordem medieval

⁸¹ “Hoje em dia a legislação é a fonte principal do direito. O legislador abole as regras existentes e cria novas de acordo com as necessidades políticas e sociais. Legislar é manipular o direito e a sociedade numa direção desejada. Antigamente, não havia clareza de que o direito podia resultar de uma intervenção deliberada e dirigida. Ao contrário, o direito era visto como uma realidade fixa e eterna, que podia no máximo ser adaptada ou esclarecida, mas a preocupação principal era manter o bom direito antigo. A insignificância da legislação durante os primeiros séculos da Idade Média é explicável em parte por essa visão, em parte pela impotência das autoridades centrais”. (CAENEGEM, 1999, p.121).

⁸² “Esta tensão entre "disposição natural" e "decisão de autoridade" não era particularmente sentida na teoria jurídica e política do Antigo Regime, pois era consensual que os "imperantes" não inventavam o direito, mas o iam colher a uma fonte natural. "Governar" (*iurisdictionem habere*) era "fazer justiça" (*iustitiam dare*), sendo, por isso, a lei mais do que um acto de vontade, um acto de razão”. (HESPANHA, 2004, p.68)

atribuía a cada parte do corpo a possibilidade de criar Direito, bem como a cada pessoa aplicava-se o Direito proveniente de seu *status*. Cada direito ainda depende do estado ao qual o indivíduo pertencia⁸³, preferindo a particularidade da condição do sujeito à regra geral.⁸⁴

c) Apesar de ainda ser fraco para desemaranhar as teias sociais, durante o século XVIII e início do XIX diversas demandas de modernização já estavam presentes na sociedade. Talvez a imagem de um “Estado Crisálida” (*Stato crisalide*) de Grossi (2002, p.43) possa ser uma interessante metáfora para compreender o momento.⁸⁵ No Antigo Regime o Estado já saiu do cásulo, mas suas asas ainda não estão alongadas o suficiente para o vôo, que acontecerá apenas, e ainda vacilante, após as revoluções.

Assim, apesar da relativização dos valores medievais, na verdade as estruturas pré-existentes continuavam reforçadas.⁸⁶ As diferenças não eram tão relevantes a ponto de anular o cerne do sistema jurídico. Na monarquia portuguesa, portanto, mantendo-se uma

⁸³ “Nesta multiplicidade de estados, sob os quais os indivíduos se apresentam e dos quais decorrem os seus direitos e obrigações, introduziram os juristas alguma ordem, tipificando alguns que, pelo seu carácter mais genérico, podiam ser geralmente assumidos pelos indivíduos. Alguns estavam ligados à própria natureza, enquanto esta capacitava ou incapacitava os indivíduos para assumirem certos papéis nas relações sociais e, assim, condicionava as situações sociais, políticas e jurídicas em que estes se podiam colocar. E o que se passa com o sexo (homens, mulheres), a idade (infantes, impúberes, menores, maiores), a perfeição psíquica (insanidade mental, prodigalidade) ou física (mudez, surdez)”. (HESPANHA, 2006, p.50)

⁸⁴ “Abaixo do plano do reino, proliferavam as ordens jurídicas particulares, todas elas protegidas pela regra da preferência do particular sobre o geral. Por exemplo, as normas que protegiam os estatutos (ou direitos das comunas, cidades, municípios), considerando-os, nos termos da lei “omnes populi”, como *ius civile* (“dicitur *ius civile* quod unaqueque civitas sibi constituit”, [diz-se direito civil o que cada cidade institui para si], Odofredo, século XII), ou seja, com dignidade igual à do direito de Roma. Ou as que protegiam o costume (nomeadamente, o costume local), cujo valor é equiparado ao da lei (“também aquilo que é provado por longo costume e que se observa por muitos anos, como se constituísse um acordo tácito dos cidadãos, se deve observar tanto como aquilo que está escrito”, D.,1,3,34; v. também os frags. 33 a 36 do mesmo título). Ou, finalmente, o regime de protecção dos privilégios, que impedia a sua revogação por lei geral sem expressa referência; ou mesmo a sua irrevogabilidade pura e simples, sempre que se tratasse de privilégios concedidos contratualmente ou em remuneração de serviços (“*privilegia remuneratoria*”). Ou seja, em todos estes casos, ainda que as normas particulares não pudessem valer contra o direito comum do reino enquanto manifestação de um poder político, podiam derrogá-lo enquanto manifestação de um direito especial, válido no âmbito da jurisdição dos corpos de que provinham. E, nessa medida, eram intocáveis. Pois decorrendo estes corpos da natureza, a sua capacidade de autogoverno e de edição de direito era natural e impunha-se, assim, ao próprio poder político mais eminente.”. (HESPANHA, 2005c, p.5)

⁸⁵ Por certo que essa comparação não é plenamente adequada ao pensamento de Paolo Grossi, como considera Ricardo Marcelo Fonseca, importante orientando de Paolo Grossi no Brasil, porém o uso de termo aqui é utilizado de forma *sui generis*, uma apropriação confessadamente não coincidente e sequer preocupada com tal da expressão do ilustre historiador florentino.

⁸⁶ Tal perspectiva foi destacada, por exemplo, em: “O. Brunner que, em sucessivas intervenções, salienta as continuidades entre os sistemas políticos medieval e moderno e a persistência, nos níveis “inferiores” do sistema político — nomeadamente no mundo “camponês” —, de resistentes estruturas de vinculação política tradicionais marcadas pelo “patriarcalismo” e pelo “senhorialismo” e relativamente pouco tocadas pelas novidades da teoria política e pelos desígnios de poder dos monarcas modernos”. (HESPANHA, 1994, p.28)

perspectiva de monarquia corporativa, reforçavam-se certos valores medievais.⁸⁷

Ao mesmo tempo em que ao rei cabia a função principal de organizar a justiça, cabia aos juízes reais o papel de substituírem ao rei.⁸⁸ Disso resultava que não era possível visualizar uma separação de poderes no Antigo Regime português. “Os juízes de então desempenhavam tanto funções judiciais quanto administrativas, contexto emblemático das sociedades de Antigo Regime”. (GOUVEA, 1998).

Essa ausência de separação de poderes vai se refletir no período colonial brasileiro. Mesmo sem refletir a enorme variedade de exceções de foro portuguesa devido à própria dificuldade de organização de tribunais de jurisdição especial, ainda assim, teria o efeito muito evidenciado nas delongas evidenciadas por debates de competência.⁸⁹ A própria lógica do período demarcava a falta de uma delimitação precisa e assim se estruturava.

Por fim vale ressaltar que o ideário do Antigo Regime não desaparece de súbito da cultura portuguesa no início do século XIX. Mesmo os revolucionários franceses, que tanto criticavam o Antigo Regime, muitas vezes utilizavam-se de seus elementos para se justificar,

⁸⁷ Hespanha aponta que a monarquia corporativa portuguesa até meados do século XVIII era demarcada por: “(A) o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; (B) o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*ius commune*) e pelos usos e práticas jurídicos locais; (C) deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes; (D) os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real (HESPANHA, 2001, p.166-7).

⁸⁸ “*Iurisdictio* é a posição de poder de um sujeito ou de um ente, enquanto dotada de *iurisdictio*, uma cidade pode organizar-se juridicamente, dotar-se de um *ius proprium*, fazer justiça. Certamente o poder supremo, a *iurisdictio plenissima*, é do imperador. A *iurisdictio*, entretanto, não é uma totalidade exclusiva, mas é uma cadeia composta de muitos anéis. Se apenas o imperador possui a plenitude de poder, isto não impede que entes hierarquicamente inferiores disponham de uma sua *iurisdictio*, de uma esfera de autonomia que coincide com as efetivas capacidades auto-ordenantes do ente singular.” (COSTA, 2010, p.129).

⁸⁹ “O problema da complexidade da repartição das competências não era, evidentemente, novo. Nem era de agora a constatação de que daqui resultavam muitas das demoras da justiça. No entanto, a estratégia de redução de todas as jurisdições especiais a uma jurisdição ordinária nunca se impôs. Desde logo porque, como vimos, esta distinção jurisdição comum e jurisdição especial nem era particularmente visível no plano das taxinomias da jurisdição. Depois, porque as demoras das lides eram sobretudo relacionadas com a falta de diligência dos juízes ou com os expedientes dilatórios dos advogados. Se algo se pedia, era que os critérios de repartição das competências forenses – nomeadamente, das competências relativas do foro secular e eclesiástico – fossem clarificados, por lei ou concordata. Eventualmente, encarava-se a extinção de um ou outro privilégio. Mas, globalmente, a estrutura jurisdicional orientada para os privilégios não era posta em causa. E, assim, nos finais do Antigo Regime, eram inúmeros os privilégios de foro: eclesiásticos (com distinções internas), militares, estudantes e professores, cavaleiros das ordens militares (e, ainda aqui, com distinções), moedeiros, desembargadores, rendeiros fiscais, moradores das terras dos donatários, pescadores, estrangeiros, órfãos, viúvas e mulheres honestas, juízes e deputados da Bula da Cruzada, do Santo Ofício, da alfândega, das secretarias de Estado, da Junta do Comércio e de mais uma série de repartições ou tribunais aos privilégios do foro acresciam os privilégios em razão da causa: eclesiásticos, de almotaçaria, fiscais, comerciais, de falência, de contrabando, de capelas e resíduos, da corte, da cidade de Lisboa, de inúmeras instituições, etc.”. (HESPANHA, 1993, p.403-4).

(...) “como quando Portalis apela para a equidade, ou seja, a um dos valores que caracterizavam o Antigo Regime” (GROSSI, 2004, p.119). A cultura não é todavia estática. Com a aceleração do processo de modernização certos conceitos e valores sofreram abalo em toda a Europa. Nessa encruzilhada encontra-se o objeto de pesquisa.

1.1.2 O Liberalismo⁹⁰ e os valores modernos:

As declarações de Direitos⁹¹ foram significativas para a transformação cultural do período. O ato de “declarar” segundo Lynn Hunt “(...) tinha um ar menos mofado e submisso. Além disso, ao contrário de ‘petição’, ‘bill’ ou até ‘carta’, ‘declaração’ podia significar a intenção de se apoderar da soberania”. (2009, p.114). Da mesma forma manifesta-se Pietro Costa:

É a nação, o novo soberano, que anunciou ao mundo os direitos naturais espezinhados pelo despotismo do qual regime a revolução irá então chamar de “antigo” e, por outro lado, são os direitos naturais a serem finalmente resgatados graças ao ato de força da revolução, graças a vontade constituinte da nação. (COSTA, 2006, p.45).⁹²

O advento desses novos ares políticos na Europa e América, que ficam explícitos nas revoluções do final do séc. XVIII, também tiveram influxo dentro do Império Português. Suas raízes são anteriores ao período das revoluções, quando valores racionalistas e iluministas já circulavam pelo reino propondo a racionalização do governo.⁹³

⁹⁰ Entende-se a limitação da expressão liberalismo tendo em vista da complexidade de opiniões e visões políticas do período, porém a escolha tende apenas a servir de parâmetro de contraste com o Antigo Regime e as transformações em termos culturais ocorridos na esfera pública no período.

⁹¹ Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa, em suas quatro versões 1789, 1791, 1793 e 1795. E a declaração de independência norte-americana de 1776 e as declarações de Independência das colônias americanas.

⁹² No original: “È la nazione, il nuovo sovrano, che annuncia al mondo i diritti naturali calpestati dal despotismo di quei regime che dalla rivoluzione in poi prende a dirsi 'antico' e, viceversa, sonó i diritti naturali a essere finalmente riscattati grazie all'atto di forza della rivoluzione, grazie alia volontà costituente della nazione.” Na prática as expressões nação, pátria e país tinham sentidos diferentes no período da independência. O que se pode notar em discursos dos representantes brasileiros nas Cortes de Lisboa, entretanto não pretende-se aprofundar tais diferenças no presente momento.

⁹³ “[...], o sistema corporativo soçobra face ao geometrismo do racionalismo setecentista, com algumas raízes teóricas ainda anteriores. A partir de então, paulatinamente e segundo perfis cronológicos variáveis, vai-se implantando a ideia de que o bom governo obedecia a máximas racionais e universais, que decorriam da

Em Portugal, importante referência dessas mudanças, sem dúvida, são as reformas pombalinas (HESPANHA, 1982, p.28).⁹⁴ O desuso de fontes medievais pelos juristas do período, bem como a leitura de obras voltadas ao racionalismo e ao jusnaturalismo, indica uma lenta mudança cultural.⁹⁵ No Antigo regime o Direito deixa aos poucos de ser um ato de referência dogmática para exigir lógica racionalista, especialmente demarcada pelo individualismo e pelo voluntarismo.⁹⁶ Nesse período os cargos judiciais passam de atribuição natural da nobreza para tornarem-se, aos poucos, funções públicas, mesmo que a transformação completa só ocorra com as revoluções.⁹⁷ Por outro lado, “O iluminismo pombalino tinha conseguido impor a idéia do carácter ilimitado absoluto do poder real.”. (HESPANHA, 2004, p.29). Afinal a centralização do poder monarca foi a grande marca do período pombalino.⁹⁸ Isso se deve a importação para o espaço português de idéias que então

natureza racional dos consócios, mas que convinha que o centro político impusesse de uma forma racionalmente despótica. Daí que eu sempre tenha repetido que, a partir da segunda metade do séc. XVIII, muito pode começar a mudar, desde logo um novo e central lugar das ideias de "disciplina" e de "boa polícia". (HESPANHA, 2007, p.63)

⁹⁴ “Antes do liberalismo, o próprio iluminismo, a ilustração, que se impôs em Portugal sob a forma do absolutismo esclarecido de Pombal (reinado de D.José I), entre 1750 e 1777, já denunciava o esgotamento do Antigo Regime e algumas das tentativas de reforma iniciadas por Pombal serão antecipações da racionalização burocrática centralizadora que assumirá o Estado no século seguinte.” (LOPES, 2008, p.212).

⁹⁵ “Os modernos vão excluindo os teólogos, os tratadistas da lógica e da dialéctica escolástica (a «lógica Carvalha», a dialéctica do Curso conumbricense), os juristas do período do *ius commune* clássico (os «bartolistas» ou «praxistas rançosos»), e vão lendo não só os matemáticos e os cultores da «boa lógica». cartesianos ou leibnizianos, mas ainda os novos juristas jusracionalistas do Centro europeu (sobretudo holandeses, alemães e austríacos) e os cultores da «política» e da «economia», ou mesmo os polígrafos e publicistas dos iluminismos frances, italiano e germânico.”. (HESPANHA; XAVIER, 1993, p.121)

⁹⁶ “A concepção individualista e voluntarista da sociedade e do Poder é, porventura, a mais difícil de enraizar, quer nas representações sociopolíticas tradicionais, quer nos contextos político-institucionais nacionais. A sua pré-história no pensamento político português também é obscura (alguns elementos em Andrade, 1966), embora — como já tem sido notado (M. Villey, 1961 e 1969) — seja possível entroncar alguns dos seus elementos (individualismo, voluntarismo) na segunda escolástica peninsular. Seja como for, o paradigma individualista parece surgir abruptamente, mas com uma força expansiva devastadora, nos meados do século XVIII, como a filosofia de base do pombalismo”. (HESPANHA; XAVIER, 1993, p.137)

⁹⁷ “Em Portugal, isto só acontece com o pombalismo. Antes, apesar dos textos das Ordenações que enumeravam as competências naturais e essenciais da realeza e que proclamaram a origem real de toda a jurisdição, a opinião comum era a de que o rei teria que respeitar a generalidade das concessões de direitos e jurisdições feitas por si ou pelos seus antecessores (ou mesmo, para alguns autores mais feudalizantes, as jurisdições adquiridas por prescrição imemorial), bem como as concessões de ofícios. A situação modifica-se em virtude das inovações da legislação e da doutrina da segunda metade do séc. XVIII: um alvará de carácter doutrinário vem estabelecer o princípio da publicidade dos ofícios e reagir contra a doutrina que os dava como transmissíveis e hereditários; ao mesmo tempo que se reafirma o carácter real de todas as jurisdições e a natureza pública dos direitos dos forais e, logo, o carácter anómalo ou até abusivo da sua posse por particulares. Mas a consumação deste movimento de absolutização do poder só se consuma com a revolução, ao estabelecer-se o dogma da exclusividade e da indivisibilidade do poder do Estado”. (HESPANHA, 1984, p.62-3).

⁹⁸ “A grande novidade do sistema político moderno é antes a da “concentração” do poder — ou seja o trânsito de uma concepção (e prática) corporativa da sociedade e do poder político, em que este estava originariamente distribuído pelos vários corpos sociais, para uma outra em que o poder se concentra no Estado, dele se esvaziando a sociedade (agora “civil”)”. (HESPANHA, 1984, p.61).

circulavam na Europa,⁹⁹ valores racionalistas, jusnaturalistas e liberais.¹⁰⁰

Tais concepções teóricas, influenciadoras do Direito, tiveram repercussão em todo o reino devido aos agentes de transmissão. O pombalismo foi recepcionado pelos práticos políticos e difundido, em certa medida, pela reforma universitária e seus egressos:

“(…) no contexto português, a sua súbita e clamorosa fortuna não pode ser desligada nem dos contextos prático-políticos, nem da inserção deste paradigma doutrinal no centro dos aparelhos de reprodução ideológica do pombalismo, nomeadamente a universidade. Os primeiros explicam a sua recepção; os segundos, a sua difusão fulgurante como ideologia social e política”. (HESPANHA; XAVIER, 1993, p.138)

Tais transformações puderam ser sentidas em todo o reino. Nesse período, como afirmava Bakhtin, a luta pelo sentido do discurso é polifônica, existindo grande flutuação semântica.¹⁰¹ Aliás “(…) que a semântica flutuava nesses tempos de transmutação do Antigo Regime em liberalismo constitucional mais do que o comum é fato conhecido. Os desafios do novo nem sempre tinham seu correspondente aggiornamento no vocabulário político, muito menos no jurídico.”. (WEHLING; WEHLING, 2011, p.93). Um exemplo dessas mudanças discursivas pode ser vista, em especial, nas palavras “liberal” e “liberalismo”.¹⁰² Tais representaram nesse contexto o acúmulo de valores oriundos da Europa.

⁹⁹ “Esta boa razão - como espírito das leis dos monarcas iluminados - podia ainda recolher-se directamente de uma norma jurídica em vigor. Por isso se estabelecia que, nas matérias "modernas" - relacionadas com a política ("polícia"), a economia, o comércio e a navegação - , vigorassem no Reino, as leis das nações cristãs, civilizadas e políticas, que traduziam as aquisições da "Aritmética Política, e da Economia do Estado" (§ 9). Constituindo aquilo a que se passará a chamar o "Direito público universal”. (HESPANHA, 2004, p.33).

¹⁰⁰ As influências culturais da Europa desde o século XVI podem ser enumeradas da seguinte forma: “(a) o "textualismo" (= anti doutrinarismo, digitum ad fontes intendere) do humanismo; (b) a sistemática do racionalismo; (c) as novas ideias sobre a função do direito romano da escola alemã do *usus modernus pandectarum*; (d) o individualismo e o contratualismo das escolas jusracionalistas, com grande influência na reconstrução de muitos sectores do direito privado; (e) as inovações, sobretudo em matéria de direito público e ciência da administração, da cameralística alemã; (f) o humanitarismo italiano em matéria de direito e processo penal”. (HESPANHA, 2005A, p.338)

¹⁰¹ “E, se quisermos perceber porque é que a sociedade de oitocentos era a que era, diferente da de Antigo Regime, mas também da nossa, é preciso que nos demos conta de que a palavra "cidadão", na época, tinha contornos específicos, muito menos abrangentes do que os nossos. Isso não se devia a nenhuma maldade especial daqueles nossos trisavôs; mas já seria uma grande maldade nossa - e um profundo erro historiográfico - defendermos que eles, com invenções vocabulares como esta, foram os artífices do nosso tempo político. Sim, muitos deles eram democratas e cuidavam das liberdades cidadãs, de uma forma honesta e empenhada. Só que a sua "democracia" não era a nossa; e a sua "cidadania" tão pouco o era.”. (HESPANHA, 2004, p.15)

¹⁰² “Na tradição do liberalismo anglo-francês (...) a ordem política pode-se considerar legítima enquanto construída em função da liberdade: a liberdade como espaço individual protegido de qualquer interferência externa, a liberdade como original auto-determinação do indivíduo; e esta dupla liberdade encontra no Estado, por um lado, uma ameaça potencial, e por outro, um mero instrumento de tutela, uma força que, a partir de fora, induz os sujeitos ao respeito das regras do jogo.” (COSTA, 2010, p.231).

Na sociedade medieval a palavra liberdade estava ligada à participação no grupo. “A liberdade não é uma característica imediata da figura do cidadão. Livre é em primeiro lugar a cidade, enquanto o cidadão é livre enquanto membro de uma cidade livre.” (COSTA, 2010, p.225). Além disso, a própria noção de indivíduo livre não podia ser universal, “(...) o indivíduo (como membro de uma cidade livre) pode se dizer livre: enquanto subtrai-se da jurisdição feudal e usufrui do *ius proprium* da cidade a que pertence.” (COSTA, 2010, p.225).¹⁰³

Durante o Antigo Regime português, a palavra liberal era utilizada com sentidos diferentes. No contexto do império ultramarino, por exemplo, uma possibilidade de leitura da idéia de liberdade está associada à noção de que os súditos eram naturais portugueses, que poderiam transitar “livremente” por todo o reino.¹⁰⁴ Além disso, a princípio de que todos podiam ascender a cargos locais (nobreza da terra) também demarcava certa visão de liberdade. É possível constatar tal idéia nos Dicionários de época. A palavra “Liberal”, por exemplo, no Dicionário de Bluteau (1712-1728) tinha diversos sentidos, desde “capaz de gastar dinheiro com prudência”, até ser benigno, nobre e extenso. (BLUTEAU, 1712-1728, v.5 p.107 e Ss.).¹⁰⁵ Porém um último sentido traz um elemento interessante:

Liberal: Nobre, que mostra ser de posse, de qualidade. Proprio de Principe, (fallando no semblante de alguém.) Testa liberal. *Frons Liberalis*. Terencio diz: *Liberalis facies*. Chama-se liberal, porque no Latim *Liberalis* quer dizer Nobre, bem nascido, & *Liber* he o mesmo que Livre, não escravo, & c. & o ter bom semblante he mais proprio de nobres, que de plebeios, & escravos

¹⁰³ “Numa sociedade caracterizada por uma rígida estruturação hierárquica (que a partir do imperador, como vértice ideal da ordem feudal, descende até o servo da gleba), a liberdade denota em primeiro lugar a posição de um sujeito nas relações que mantém com os poderes para os quais ele deve prestar obediência: um sujeito (individual ou coletivo: um indivíduo ou uma comunidade) é livre enquanto dispensado (por costume “imemorial” ou por concessão de seu superior) de uma ou outra prestação, de uma ou outra “obediência”. A liberdade indica neste caso uma zona franca específica, denota uma isenção, uma imunidade. Não se dá uma subtração geral e omnicompreensiva aos poderes supra-ordenados: as isenções são variadas e múltiplas, como várias e múltiplas são as relações de poder e de obediência; a liberdade não se declina no singular, mas no plural: convém falar não tanto de liberdade quanto de libertaies (de iura et libértales), de privilegia concedidos a (obtidos de) um específico sujeito para específicos âmbitos de ação.” (COSTA, 2010, p.225).

¹⁰⁴ “(...) todos os naturais portugueses, gozavam de um mesmo e importante direito – o de viajar e habitar as conquistas portuguesas, das quais os estrangeiros estavam excluídos. E, cumpridos outros requisitos, variáveis de terra para terra (entre os quais o da vizinhança) mas semelhantes nas principais, poderiam aceder aos cargos da governança das terras e participar, deste modo, do círculo dos melhores do lugar, da gente da governança, da nobreza da terra”. (HESPANHA, 2005d, p.16)

¹⁰⁵ Em sentido contrário a leitura feita por Lynch ao indicar que não existe vestígio do sentido moderno da palavra liberal. “No contexto de Antigo Regime, não há vestígio do sentido moderno da palavra liberal. Segundo o Dicionário de Bluteau de 1716, liberal era pessoa generosa “que, com prudente moderação, gratuitamente, e com boa vontade dá dinheiro, ou cousa que o valha.” (LYNCH, 2009, p.142).

(era de jucundo, & majestoso aspecto, a testa liberal, & c.) (Vida do Principe Palatino, p.164). (BLUTEAU, 1712-1728, v.5 p.109)

O liberal tinha uma feição “nobre”. Uma liberdade que podia se confundir tanto com a lógica de nobreza (inclusive da terra) até mesmo com um certo padrão de comportamento. A idéia de liberal parece ainda relacionada à idéia de livre oposta ao cativo. Nesse sentido, mais diretamente ligado à liberação da escravidão.

Liberdade: Estado natural, no qual tem o homem todos os movimentos da sua vontade independentes, & livres. (...) Contrário de Cativo, escravidão. (BLUTEAU, 1712-1728, v.5 p.111-2).

A própria indicação de liberdade como um “Estado natural” demonstra a influência do jusnaturalismo no discurso da época. As fontes indicam que os sentidos das palavras “liberdade” e “liberal” já não são mais iguais aos da Idade Média.

No contexto brasileiro a assimilação de valores mais amplos da Revolução, que aparecem na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, foram demarcados pelas “liberdades individuais” (em especial ao corpo), “propriedade” e “participação política”.¹⁰⁶

Apesar da herança do período pombalino, em que as idéias do Iluminismo e do racionalismo ganham relevância no Império Luso, segundo Arno Wehling e Maria José Wehling (2011), somente a elevação do Brasil à condição de Reino Unido trouxe uma esfera mais concreta de igualdade de direitos¹⁰⁷ e liberdades básicas para súditos de ambos os lados do Atlântico.¹⁰⁸

Isso significava a efetiva incorporação da ex-colônia ao corpo político da monarquia portuguesa, a igualdade de direitos com Portugal, o predomínio

¹⁰⁶ “A liberdade como espaço intangível do sujeito; a liberdade como expansão da sua energia apropriativa; a liberdade como participação política: são estas as principais determinações da liberdade que a revolução francesa assume como elementos constitutivos de seu projeto desde seu início, simbolicamente consignado na Declaração dos direitos de 1789.” (COSTA, 2010, p.229)

¹⁰⁷ Sentido de igualdade entre os súditos dos dois lados do Atlântico é defendida por Hespanha mesmo antes do Reino Unido. Para ele o motivo para tanto seria: “(...) a referência a um rei comum, referência última de legitimidade, sede terrena mais elevada da justiça, fonte suprema da graça e, por isso, destino último das súplicas dos vassalos. Por isso, a sua corte era, na linguagem dos juristas, a patria communis dos vassalos (por oposição à sua “patria chica”). A esta referência a um rei comum somava-se uma “cidadania comum”, no sentido antigo de membro de uma mesma comunidade política, referida a um comum senhor, a uma comum lei e a uma pátria comum (no sentido antes referido).” (HESPANHA, 2005d, p.15)

¹⁰⁸ Marcando assim o fim do período colonial no Brasil. “Y el 16 de diciembre de 1815 Brasil fue elevada a la categoría de reino, al igual que Portugal. Para algunos historiadores, esta fecha, y no el arribo de la corte portuguesa en 1808, marca el fin de la condición colonial de Brasil.” (BETHELL, 1991, p.186).

absoluto da lei e o reconhecimento dos súditos de “ambos os hemisférios” como membros da mesma sociedade civil. (WEHLING; WEHLING, 2011, p.110)

Alguns anos depois (1820) eclodiria o movimento das Cortes de Lisboa, no qual a diversidade da assimilação de tais idéias iriam se expor de forma mais explícita.

A revolução portuguesa era liberal “(...) porque punha termo ao arbítrio, ao abuso e à paixão, fazendo renascer (re-generando) a prístina ordem da natureza.”. (HESPANHA, 2004, p.9). O projeto das bases da Constituição, porém irá indicar uma mescla entre linguagem tradicional e novo vocabulário liberal, trazendo inclusive em grande parte valores do direito público do Antigo Regime.¹⁰⁹

O liberalismo português não pretendia romper em suas premissas com a continuidade do regime colonial.

Assim, o liberalismo circularia no Brasil gerando interpretações voltadas aos interesses locais. Trata-se aqui de orientação política dos direitos individuais¹¹⁰, porém ainda demarcado pelas desigualdades sociais e pelo conservadorismo.¹¹¹ Percebe-se que as novas idéias não foram simplesmente recepcionadas no Brasil. Essas idéias passaram por um

¹⁰⁹ O próprio texto da Constituição Portuguesa de 23 de setembro de 1822 apresentará essa mescla entre revolução e regeneração, (HESPANHA, 2004, p.63) sempre bem recheado de valores liberais oriundos da própria Revolução Francesa. Nos 19 primeiros artigos da referida Constituição portuguesa, por exemplo, já ficam explícitos tais valores. Aliás, em grande parte repetem a própria Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, garantindo direitos como: propriedade, segurança, liberdade de expressão, proibição de penas cruéis, acesso igualitário aos cargos públicos, dentre outros. (Para evitar a cópia exaustiva de texto legislativo é possível visualizar o texto nos seguintes endereços: a) O documento original manuscrito no Arquivo Digital da Torre do Tombo: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4161651>; b) Biblioteca virtual Miguel de Cervantes: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/constituico-portuguesa-de-23-de-setembro-de-1822--0/html/ffd038dc-82b1-11df-acc7-002185ce6064_1.html; c) Ou ainda em versão transcrita em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Const_1822.pdf) Sempre em vista, contudo, como bem alerta Zília Osório de Castro, que os direitos individuais no primeiro liberalismo português eram subordinados ao bem comum.

¹¹⁰ “É esta identidade individualista-contratualista que facilita a transição doutrinal entre o reformismo da fase final do Antigo Regime e o período pós-revolucionário. Que permite que Revolução se chame Regeneração, que o parlamento tome o nome tradicional de Cortes, que o argumento histórico ganhe o peso que teve na fundamentação das soluções políticas”. (HESPANHA, 2004, p.47)

¹¹¹ Segundo José Honório Rodrigues: “Esse liberalismo acabou com o legitimismo real, com a idéia da origem divina da soberania real, com a indivisibilidade da soberania; e tudo isto não foi pouco serviço à evolução histórica. Se atacava o fanatismo religioso e a Inquisição, defendia a tolerância e as liberdades públicas. (...) O liberalismo do começo do Século XIX não trazia a democracia, nem em Portugal, nem no Brasil, porque, como já dissemos, conviveu com a escravidão e limitou as concessões liberais a certos grupos sociais. Uns eram mais “iguais” que outros, e por isso houve sempre discriminação política, reflexo da discriminação social. (...) O liberalismo negava a origem divina dos reis e com isso destruiu o fundamento da autoridade real. Finalmente eles criaram, no seu desenvolvimento, o mito do herói da liberdade, que luta e combate pela vitória dos ideais liberais”. (RODRIGUES, 1975, p. 31-3).

processo de depuração, uma tradição seletiva¹¹², adaptando-se a certas tradições do Antigo Regime e não recepcionando simplesmente todas as idéias de Portugal ou circulantes na Europa. No movimento de Independência do Brasil não se gritaria apenas “Independência!” mas também “Viva o rei! Viva a sagrada Religião!”¹¹³

As idéias liberais, provenientes do ambiente Europeu e da Revolução do Porto,¹¹⁴ não só circularam mas também acabaram sendo fundamentais para o movimento de Independência. Muitos panfletos circularam na colônia no período.

A despeito da censura e da dificuldade de circulação de outras folhas que não as de caráter oficial, cerca de mil e cem impressos saíram do prelo até 1822. É nesse período que começou a se difundir no Brasil uma noção moderna de liberdade, ou seja, não mais a liberdade dos antigos, republicana clássica ou constitucional antiquária, ou de liberdade como privilégio, mas de uma liberdade caracterizada pelos direitos e garantias individuais, baseados em critérios isonômicos. (LYNCH, 2009, p.144)

Assim, não há de se estranhar que no Brasil a palavra “liberal” acabou sendo associada ao movimento da Independência. Os bons cidadãos, aqueles que eram tradicionais e defensores da liberdade, eram reconhecidos com liberais.

Existiram no Brasil pensadores radicais, valorizando transformações profundas na sociedade brasileira e priorizando o aprofundamento dos direitos individuais. Dentre esses

¹¹² Utilizo o conceito de tradição seletiva de Raymond Williams na dissertação em minha de mestrado. FURMANN, Ivan. Cidadania e Educação Histórica: perspectivas de alunos e professores do município de Araucária-PR. Curitiba, 2006. p.17-8. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/M06_furmann.pdf Acesso em 20 de nov. 2012.

¹¹³ “Daí que, querendo depender directamente e apenas do rei, os vassallos gritassem por “Liberdade”, no sentido que a palavra tinha na teoria política de Antigo Regime, ou seja, no de não depender de outrem senão directamente do rei. É conveniente não esquecer que se estava, ainda, na “liberdade dos antigos” (como dependência exclusiva da lei [e do rei]) e não, já, na “liberdade dos modernos” (como limitação do Estado), para retomar a célebre distinção de Benjamin Constant. De outro modo, corre-se o risco de interpretar como manifestações de separatismo aquilo que, pelo contrário, não era mais do que um desejo de uma mais imediata ligação ao rei e à coroa. Esta intimidade com a coroa levava-os frequentemente a procurar ajustar os seus aos interesses dela, a fazer sacrifícios por amor do rei. Um amor, porém, que deveria ser recompensado, sob pena de a dor de não se ser correspondido, o sentimento de injúria por não se cumprir a outra parte do pacto, pudesse transformar o grito de “Viva o rei” num outro de “Viva o Povo””. (HESPANHA, 2005d, p.14)

¹¹⁴ “A Revolução do Porto, de 1820, terminou por acelerar o processo de mobilização pela independência, já que os brasileiros tiveram que eleger deputados às Cortes, deputados que logo se tornaram ativos no processo de autonomia nacional e que tiveram que confrontar o interesse dos portugueses dos dois lados do Atlântico em continuar controlando o grande comércio. Em adesão à Revolução do Porto, algumas cidades do Brasil constituíram também suas Juntas Governativas, de modo que se rompia a estrutura institucional anterior. Esta adesão individual de províncias e cidades ameaçava a unidade de um projeto nacional brasileiro, pois as províncias ligar-se-iam entre si por Lisboa, antes que por si mesmas ou pelo Rio de Janeiro. Naquele momento, misturavam-se reivindicações de ordens diferentes.” (LOPES, 2008, p.255)

liberais “radicais” podem ser referidos personagens como Frei Caneca¹¹⁵ e Cipriano Baratta¹¹⁶ (MOREL, 1986, p.40).

Por outro também fundamentaram pensamentos conservadores.¹¹⁷ A historiografia denominou tal grupo de “liberais conservadores” (se assim é possível denominá-los). O conservadorismo imbricado com as idéias liberais foi o modelo que prevaleceu nas elites políticas.¹¹⁸

Apesar do conservadorismo prevalecer o âmbito político, na esfera jurídica o impacto do liberalismo foi significativo. Alguns exemplos podem ser levantados nesse sentido. A proibição de práticas abusivas de administração, justiça e governo são ideais liberais circulantes no período.¹¹⁹ Outro exemplo seria a utilização de valores liberais para comandar o campo do Direito Penal. Basta avaliar que se utilizando termos do liberalismo reorganizou a forma de processar os crimes.¹²⁰ As conseqüências foram sentidas de forma

¹¹⁵ “**CANECA, Joaquim do Amor Divino Rabello e.** Nasceu na cidade do Recife em julho de 1779. Religioso carmelita, ordenado sacerdote pelo Seminário de Olinda, dedicou-se ao magistério, período em que elaborou alguns compêndios. Considerado como representante típico do chamado “liberalismo radical” das primeiras décadas do século passado. Participou da Confederação do Equador (1824), elaborando doutrina justificativa do separatismo. Derrotado o movimento, foi condenado a morte, sendo executado em janeiro de 1825.” (CDBP, 1999, p. 127-8).

¹¹⁶ “Barata provou então que nada mais parecido com um conservador que um liberal quando chega ao poder: aqueles mesmos personagens a quem Barata emprestara sua solidariedade, durante a repressão de 1817, seriam duramente atacados pelo panfletário baiano, como traidores que eram, apressados em galgarem o poder político ambicionados na grande propriedade e no trabalho oscravo. Barata era uma estranha exceção num cenário político de tantas oscilações”. (MOREL, 1986, p.31-2)

¹¹⁷ “(...) no Brasil, as ameaças à ordem social depois de 1790 ficaram estreitamente associadas ao republicanismo, e tenderam a produzir uma maior coalizão dentro da elite, especialmente entre a dos proprietários de terras. Aqui, o medo do contágio da revolta de escravos do Haiti estava sempre presente nas mentes, e a “liberdade”, se também chegasse a implicar em “igualdade”, certamente levantaria problemas fundamentais numa sociedade hierarquizada em termos raciais e sociais.” (MAXWELL, 2000, p.189).

¹¹⁸ “(...) a retórica liberal do progresso era veiculada por aqueles que queriam o privatismo e a fragmentação, isto é, um autêntico “regresso”; ao passo que a retórica conservadora da ordem, garantindo a unidade nacional e o interesse público, é que havia conseguido forjar o pouco de verdadeiro progresso que o país conseguira desde a Independência. Era justamente porque o conservador amava a liberdade “que se devem empregar todos os meios para salvar o país do espírito revolucionário, porque este produz a anarquia, e a anarquia destrói, mata a liberdade, a qual somente pode prosperar com a ordem” (LYNCH, 2009, p.155).

¹¹⁹ “Tal entendimento permite concluir que, tanto em tempo de guerra quanto nos domínios, conquistas ou colônias, admitir-se-iam legalmente práticas arbitrárias de governo, não obstante essa não devesse ser a prática cotidiana do “bom governo” na ótica do Antigo Regime. A quase euforia que acompanha o texto dos publicistas, como o padre Perereca, com o fim do “antigo regime colonial” deixa clara essa percepção.”. (WEHLING; WEHLING, 2011, p.110).

¹²⁰ “Pela hetero-integração dos textos legislativos com os textos do direito comum, os juristas escapavam aos limites do direito legislado (ele mesmo, em grande parte, da sua feitura); daí a importância política da discussão em torno dos tópicos *nullum crimen, nula poena sine lego* que, segundo cremos, não deve, neste período, ser tão relacionado com a defesa das garantias dos particulares quanto com as tensões políticas acerca do arbítrio dos juristas. Pela defesa de um domínio arbitrário de acção – na busca e prova dos factos, na sua avaliação, na interpretação da norma jurídica, na decisão sobre a oportunidade da sua aplicação – os juristas constituem-se em mediadores monopolistas do direito e averbam, assim, o capital político e simbólico daí decorrente. O próprio

direta na proibição das chamadas devassas gerais e a abertura de princípios liberais no âmbito penal.

carácter fechado e esotérico do discurso favorece esta estratégia, ao acentuar ainda o monopólio dos juristas sobre o saber jurídico e ao decorar este último com o ar de uma disciplina altamente técnica e formalizada (...).” (HESPANHA, 1993, p.292-3).

1.2 CULTURA JURÍDICA ENTRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO: ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO DA OUVIDORIA DE CURITIBA E PARANAGUÁ

1.2.1 Poder compartilhado no Império Português

Inicialmente vale ponderar que o território do futuro Brasil era dividido em diversas áreas de aplicação do Direito: a) áreas de aplicação do direito português; b) áreas indígenas isoladas ou de contato intermitente; c) área de justiça privada latifundiária;¹²¹ d) áreas quilombolas; e) dentre outras possibilidades (WEHLING; WEHLING, 2004, p.21-3). Por isso, sem grande alarde, não seria absurdo afirmar que existiam múltiplas manifestações de culturas jurídicas nas terras americanas do império lusitano.¹²²

Pode-se enfatizar que a cultura portuguesa circulava de forma significativa orientando a forma de vida de diversas comunidades locais, mesmo quando não se impunha em sua plenitude, deixando espaços para especificidades locais.¹²³

Nesse sentido, pode-se relembrar um dos temas mais reconhecidos pelos historiadores do Antigo Regime: o pertencimento do campo da justiça ao rei, como função principal e primordial.¹²⁴ O rei exercia o papel principal da justiça em toda a sua plenitude.¹²⁵

¹²¹ Referindo-se à administração colonial, Caio Prado Jr.,[em evolução política do Brasil] em frase muito repetida, afirmou que o governo português concentrou-se em poucos locais, deixando desgobernado o interior, o que abria espaço, acrescentamos, para o mandonismo local e o banditismo. (WEHLING; WEHLING, 2010, p.161)

¹²² Ou como afirmava Wehling, “país legal controlava área bem menor do que o do país real” (WEHLING, 2004, p.47), apesar de ainda não ser possível se falar em país.

¹²³ “A doutrina dos juristas (o *ius commune*) cria um imaginário que não se limita apenas à cultura letrada mas que é igualmente partilhada pela cultura popular: o poder é equiparado à administração da justiça e ao acto de dizer o direito (*iuris dictio*). A forma de organizar o poder assemelha-se ao processo judicial e os diferentes sectores da vida social são juridicamente protegidos.” (CAMARINHAS, 2010, p.20)

¹²⁴ “Todas as fontes doutrinárias medievais e da primeira época moderna nos falarão da justiça como primeira atribuição do rei. Na verdade, e de acordo com a teoria corporativa do poder e da sociedade, a função suprema do rei era “fazer justiça” - e, garantir os equilíbrios sociais estabelecidos e tutelados pelo direito - , do que decorreria automaticamente a paz. A justiça era, portanto, não apenas uma das áreas de governo, mas a sua área por excelência.” (HESPANHA, 2006, p.344-5).

Ao rei cabia a definição do senhorio das terras.¹²⁶ “Segundo uma definição da época, ‘chamam-se senhores aqueles que estão constituídos em alguma dignidade ou poder; a quem foi concedida alguma terra, jurisdição ou império; ou em relação aos quais o povo é súdito’.” (HESPANHA, 2004, p.290). Assim, o rei compartilhava o seu poder com os seus súditos, inclusive o de julgar casos e aplicar o Direito.¹²⁷

Logo, a justiça pertencia ao Rei, era o atributo mais importante da realeza no período entre os séculos XV ao XVIII. Isso porém não significa que o rei seja um ente absoluto com poderes ilimitados,¹²⁸ isto porque o poder deveria ser compartilhado. O Direito (ou a parte jurídica do mundo) não era uma manifestação apartada das demais funções de governo.¹²⁹ E assim como nas demais funções, mesmo sendo a cabeça da sociedade, o rei deveria compartilhar o poder com os demais membros.

Não era a centralização do poder que garantia o governo mas o compartilhar de poder. Dentre a autonomia local coligada ao rei e a autonomia local não coligada (ordens jurídicas diversas) a diferença era tênue. Pode ser descrita em diferentes escalas e dependia do compartilhamento de elementos culturais.

O governo do período não imaginava que tais espaços deixavam de ser domínio

¹²⁵ “Se os direitos reais decorrem da majestade, já se entende que, uns, nunca possam ser separados da pessoa do rei; que, outros, se presumam na sua titularidade, salvo concessão expressa (Melo, 1789, vol. 11, pp. 2-42). E que, todos, ainda que concedidos, nunca saiam, essencialmente, da esfera de prerrogativas do soberano. E o que explica Pascoal de Melo nas *Institutiones*: «A jurisdição não é própria dos senhores, que apenas a têm do rei; nisto se distinguem essencialmente as jurisdições régia e feudal (Heineccius, *Elementa iuris germanici*, vol. III, p. 1), no que se distingue, nomeadamente, da jurisdição feudal. Daqui decorre que apenas se pode exercer em nome do rei e de acordo com o seu arbítrio e de tal modo que ele a possa limitar ou revoga [...]» (Inst. civ., vol. II, p. 3-39) [No mesmo sentido, v. Sampaio, *Prelecções de direito pátrio, publico e particular...*, Coimbra, 1793, vol. III, tom. 45, p. 169, 11. b)].” (HESPANHA; XAVIER, 1993, p.143)

¹²⁶ Hespanha apresenta célebre debate sobre a distinção do modelo senhorial e feudal em HESPANHA, 2004, p.281-6.

¹²⁷ Tal modelo foi à base do longínquo regime conhecido como “capitanias hereditárias”. Esse princípio porém tem longa duração dentro da lógica cultural do império português.

¹²⁸ “Todos os soberanos estavam também sujeitos às leis de Deus (lei divina) e da Natureza (lei natural), bem como às diversas leis humanas comuns todos os povos (lei das gentes). Estavam também vinculados às normas que chamaríamos de constitucionais por tratarem da estrutura do Reino, além de serem obrigados também a respeitar os pactos que estabeleceram com os súditos, não tendo, portanto, poder arbitrário”. (PEREIRA, 2011, p.55)

¹²⁹ “O Estado era um amálgama de funções em torno do rei: não havia divisão de poderes ou funções, ao estilo de Montesquieu. O papel da justiça real era diverso, absorvendo atividades políticas e administrativas, ao mesmo tempo em que coexistia com outras instituições judiciais, como a justiça eclesiástica e a da Inquisição. O direito, refletindo tal sociedade e tal Estado, estava longe do sistematismo cartesiano-newtoniano dos juristas-filósofos do liberalismo; era casuístico, justapondo diferentes tradições e experiências jurídicas: romanista, regalista, canônica, consuetudinária”. (WEHLING; WEHLING, 2004, p.28)

português devido ao poder partilhado.¹³⁰ A conquista portuguesa se fundamentava em certo grau de liberdade para os súditos de terras além-mar.¹³¹ Para o próprio governo português do Antigo Regime a repartição de poderes era a única forma de governar os trópicos.

1.2.2 A região de Fronteira e as fronteiras do Direito

Primeiro ponto importante para pensar essa questão é o que se entende por fronteira na América. Eram as fronteiras os imensos sertões não aportuguesados, descritos como florestas e pântanos repletos de “criminosos”, “vadios” e “rebeldes” e “bugres selvagens”.¹³² “Para los colonizadores europeos, la frontera representaba el borde de la civilización. Más allá de la frontera se encontraba la barbarie desconocida del sertão —las «tierras vírgenes», la manigua o los yermos del interior—, o la impenetrable selva, es decir, los bosques tropicales del Amazonas”. (HEMMING, 1990, p.189).

As fronteiras constituíam-se, antes de tudo, como espaços de desertos institucionais, aonde os funcionários reais não tinham como interferir ou exercer o seu poder.¹³³ “Os obstáculos físicos, além de outros, à existência de comunicações eficientes

¹³⁰ Lembra-nos Russel-Wood “In this Portuguese overseas Atlantic, frontiers were blurred; perception and “quality of the person” replaced traditional metropolitan social criteria for assessing a person’s standing; negotiation was more effective than mandates; charisma replaced delegated authority; lines between what was legal and illegal were blurred; and application of the letter of the law was negotiable. Transition, porosity, permeability, and elasticity characterized this other Portuguese Atlantic.” (RUSSEL-WOOD, 2009, p.82).

¹³¹ “As instituições políticas nativas eram com frequência preservadas, como instâncias de mediação com o poder português. Por vezes, portugueses “assistiam” as autoridades locais (como em certas cidades indianas ou sobados africanos). No Brasil, portugueses “de bons costumes” eram enviados como “capitães das aldeias” para governar as aldeias índias, já que a capacidade dos nativos para se autogovernar era tida como problemática” (HESPANHA, 2001, p.171)

¹³² “Os extensos sertões da colônia eram em regra repositórios daquele quase sempre turbulento “exército de reserva”. Fonte de desassossego, apareciam nos bandos dos governadores e na correspondência oficial com a Metrópole como “couto de vagabundos, rebeldes e criminosos”. Espaço da desordem, do vazio de autoridade, seus habitantes eram infensos à justiça e ao governo que a experiência urbana desejava disseminar. A documentação do século XVIII traduz um rico imaginário sobre os sertões americanos, território ambíguo e liminar. Tributários do deserto ou da floresta na tradição do Ocidente medieval, transformaram-se, à medida em que a colonização ia se desenvolvendo, de espaços prenhes de alegorias e visões paradisíacas - atraente Eldorado pela promessa de riquezas incomensuráveis - em fonte de medo e representação da desordem, da barbárie e da marginalização - verdadeiro “deserto institucional”” (BICALHO, 1998, p. 28)

¹³³ “(...) num ambiente ainda mais pluralista do que o do reino, estirado por forças centrífugas ainda mais potentes, alongado pelas distâncias - que não eram só de cruzar mares, mas também de vencer sertões -, onde essa mesma distância parecia fazer alongar a sombra do rei na sombra parasitadamente engordada dos seus funcionários”. (HESPANHA, 2007, p.58)

deixavam, inevitavelmente, as câmaras com larga margem de autonomia.” (BOXER, 2002, p.291). Porém, “En la práctica, la frontera no era tan clara como posiblemente la percibían los colonizadores.” (HEMMING, 1990, p.189).¹³⁴

No período estudado há uma maior conexão com o restante do Império Português, em particular São Paulo e Paranaguá. O tempo de viagem para a região de Curitiba, por exemplo, cai drasticamente no final do século XVIII e início do século XIX.¹³⁵ Considerando apenas o tempo de deslocamento Curitiba não seria um espaço de Fronteira. Porém outros aspectos pesam no sentido contrário, o poder local era frágil, possivelmente incapaz de se manter plenamente sozinho. Isso ocorria devido à pequena população e, em consequência, da limitada força militar.¹³⁶

Uma forma de superar essa distância da periferia em relação ao centro seria impondo um corpo de juristas letrados e as regras de Direito comum, pois “(...) a presença, muito densa, de um corpo de juristas letrados e a proximidade das fontes eruditas do direito comum diminuía enormemente estes vazios de direito de justiça que encontramos nas periferias do sistema.” (HESPANHA, 2005d, p.21). Porém isso também não ocorria na região da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. Os únicos letrados presentes eram os próprios juizes da Coroa.

Nessas condições, talvez, seria possível pensar num “Antigo Regime de fronteira”,¹³⁷ no qual as condições estabelecidas pelo direito luso da metrópole seriam

¹³⁴ A própria região do futuro Paraná até o século XIX só era ocupada até a região dos Campos Gerais, sendo desconhecidas às regiões sudoeste, oeste e noroeste. Sendo do período analisado no trabalho as primeiras expedições para os campos de Palmas e Guarapuava.

¹³⁵ O tempo de viagem, por exemplo, de Paranaguá no litoral até a cidade de Curitiba, era de apenas um dia no ano de 1771. Pode-se perceber tal distância ao ler a descrição da viagem do tenente-coronel Affonso Botelho do S. Payo e Souza. Nessa aparece o tempo de deslocamento entre as vilas. Um dia para se deslocar de Paranaguá para Curitiba. “(...) em 23 (de Março) chegou a Villa de Curityba, e dando despacho a varias couzas para bem das expediçoens, partio para a villa de Parnaguá aos 26, e chegou aos 27 com tempo muito rigoroso” (p.56) (...) Estava em Paranaguá e em “Junho; aos 3 partio para a Villa de Curiytyba, e chegou aos 4 (...)”. (p.57). (Documentos interessantes, vol. 4, p. 57). Ver o Anexo 5, Vol. 4, documento 2. Provavelmente à distância pelo mar até o Rio de Janeiro seria aproximadamente de 15 dias ou menos. E o deslocamento para São Paulo não deveria durar acima de uma semana.

¹³⁶ O tema será adiante (Capítulo 2) esmiuçado em suas consequências.

¹³⁷ “(...) um Antigo Regime “de fronteira”, em que as formas vernáculas estavam amplificadas até aos limites, pelas circunstâncias mesológicas (nomeadamente, a distância, mas também alguma especificidade das relações sociais provocadas pela natureza da terra e das culturas). Que isto tenha que ver com a uma situação de resistência colonial a um governo anormalmente centralizador (ou colonizador, imperialista) da coroa parece-me menos evidente. O que as autoridades e o mando metropolitanos procuravam era, apenas, reconduzir as situações ao governo ordinário e comum que correspondia aos padrões cosmopolitas.”. (HESPANHA, 2005d, p.22)

readaptados as condições possíveis de exercício de poder local.¹³⁸

Tendo em vista essas reflexões, por hipótese, uma das possibilidades de definir se o espaço era uma fronteira é a possibilidade de se encontrar livros na região. Quanto maior a presença de livros, mais central a região. Se inexistirem livros, mesmo que formalmente no reino, em termos culturais existe a ampla possibilidade do território demarcado pela falta de contato com a cultura portuguesa,¹³⁹ ser um dos vastos sertões em que existem outras formas de sensibilidade jurídica. Mas se o número de livros for pequeno devido à distância e ao transporte de tais materiais, então este seria um forte indício de que se trata de uma região de fronteira.

Embora controlados, alguns livros circulavam pelo reino. Ao menos os livros oficiais, aceitos pelo tribunal censor de Portugal, não pareciam gerar grande alarde local. Além do que, até mesmo para o exercício do cargo de procurador (advogado) era exigido que se tivesse um exemplar das Ordenações.¹⁴⁰ Não seria de se estranhar que também existissem alguns livros de comentadores e doutrinadores nas regiões distantes do império. Qual era o real acesso dos procuradores a esses livros é importante objeto de pesquisa e existem indicativos claros que os livros jurídicos se faziam presentes na região de Curitiba em período anterior inclusive ao estudado. Em 1746, por exemplo, já se referia presença de livros esparsos (note-se que tal data dista quase 80 anos do período estudado). É o que constatou a pesquisadora Liliam F. Brighente ao se deparar com os debates de procuradores da região.

(...) respondeu o procurador do réu: “que nesta terra não há letrados de profissão, nem Livros de direito, mais que **a prática judicial e algum por acaso, que mais verdadeiramente faz confusão do ‘aclareiam’ a Lei, por não haverem outros, que citam estes, e são os que explicam os casos e matérias destes**; e por isso não se aponta o que com autoridades, e só se articula o fato, e razão natural, para os Senhores Julgadores determinarem o que entenderam justiça (...)” Autos sob número PB045 PC 557.16, Cx. 16.

¹³⁸ Nesse sentido, a interpretação de Hespanha sobre a falta de citações escorra um pouco em suas idéias gerais. “Citações judiciais não se faziam nem “nas vilas e menos a irem-nas fazer fora [...], de mais que na América [os porteiros que deviam fazer as citações, por nunca encontrarem as pessoas a citar] somente são pregoeiros” (cf. CCM, I, 699). Não havendo citações, não há processo; e não havendo processo, não há direito oficial. Os oficiais de justiça, invocando o particularismo da terra e, nomeadamente, o trabalho que lhes dão a contumácia e rebeldia das partes, recusam que se lhes taxem os emolumentos (cf. CCM, I, 704).” (HESPANHA, 2005c, p.10)

¹³⁹ Aqui não se descarta a hipótese da transmissão oral de alguns elementos da cultura jurídica como a leitura dos provimentos dos ouvidores aos juizes ordinários e demais oficiais da câmara, apenas se indica que a presença de livros é essencial a transmissão dos conhecimentos letrados.

¹⁴⁰ Ver Ordenações Filipinas, Livro 1, Título 48, § 6. Essa não é a única exigência não cumprida das Câmaras.

1746. (BRIGHENTE, 2011, p.114, nota 260, negrito nosso)

Esses poucos livros de prática judicial eram importantes pontos de contato da cultura jurídica lusitana com a cultura local.¹⁴¹ Outro ponto importante de se destacar é que na mesma passagem é possível observar que o procurador refere-se à inexistência de letrados profissionais (formados em Coimbra). Entretanto, até mesmo esta alegação só poderia ser feita tendo em vista certo domínio das regulamentações das Ordenações Filipinas e da tentativa de aplicá-las. Esses poucos livros que existiam parecem ser compartilhados na comunidade. Os livros do Antigo Regime e também os novos autores estavam circulando, inclusive na periferia do império, no período analisado.¹⁴² A presença de citações de autores nas petições e processos judiciais serve de base empírica para tal afirmação.¹⁴³ Ilícitos ou não, existiam livros nas fronteiras do reino.

Em Portugal, devido à dificuldade de encontrar pessoas letradas em suficiente número para exercer todas as funções públicas, a capacidade de ler documentos fornecia grande possibilidade de ascensão a cargos intermediários do Estado português. Esses cargos de “escrivão”, “tabelião”, “notário” ou mesmo de “procurador de provisão” era exercido com base no conhecimento de tais agentes. Sua capacidade de manipular o conhecimento erudito para garantir os interesses locais lhe dava maior credibilidade.¹⁴⁴ Por isso não é estranho encontrar o uso de recursos em maior quantidade. Era exatamente nessa possibilidade de tentar utilizar os recursos da justiça letrada que os procuradores de provisão (rábulas) ganhavam importância.

1.2.3 A Ouvidoria e o Ouvidor

¹⁴¹ Voltaremos a essa passagem adiante no trabalho pois indica outra importante questão para compreensão da circulação do Direito letrado, a falta de livros que os livros fazem referência.

¹⁴² Levando tudo em consideração, seria ilusório pensar que somente no período posterior à Independência livros circulariam nas terras do Brasil, devido aos órgãos censores portugueses. Entretanto, após a Independência tal questão ganha nova monta. A liberdade de imprensa e de circulação de livros será uma importante conquista presente na própria constituição de 1824, fundamentada nos ideais liberais.

¹⁴³ Ver capítulo 2, em especial o tópico “livros circulantes”.

¹⁴⁴ “(...) não teria que rebuscar absolutamente nada, nem de desbancar estantes de arquivos para encontrar milhares de exemplos de afirmação de poderes locais, de incumprimentos de ordens metropolitanas, de instituições localmente criadas, de conflitos insanáveis de jurisdições, de atropelos e de desaforos, de poderosas coligações vitoriosas de interesses coloniais.” (HESPANHA, 2007, p.62).

A Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba fazia parte de um grande complexo jurídico imbricado na lógica do Direito português. Por isso, buscando compreender sua posição nessa lógica, e seguindo a metodologia de Wehling (2004), pondera-se que a justiça portuguesa manifestava de duas formas: “(...) a justiça real diretamente exercida e a justiça concedida”. (WEHLING; WEHLING, 2004, p.37). A diferença entre ambas estava na forma de concessão do poder. A justiça real diretamente exercida representava diretamente o rei e seu poder na colônia.¹⁴⁵

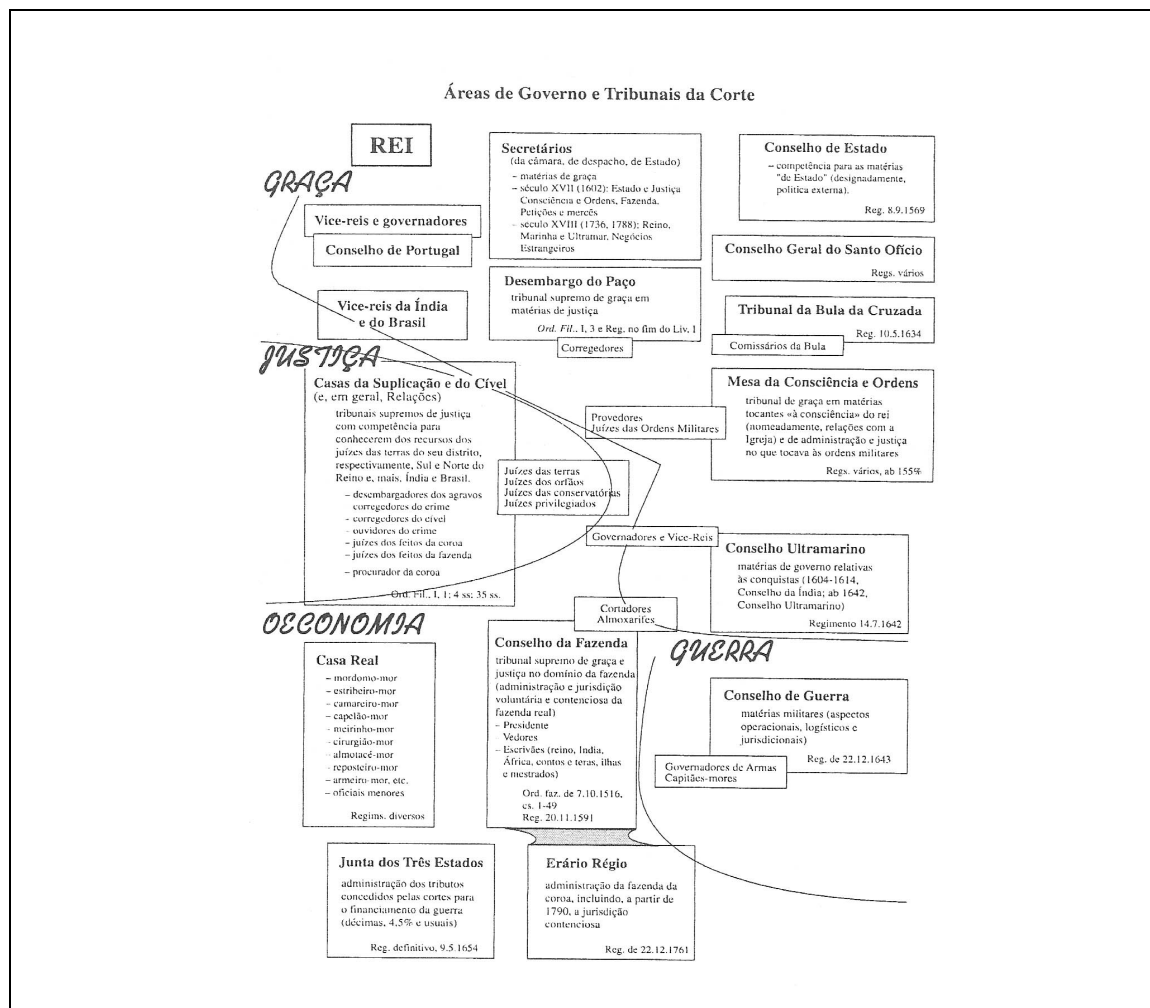
Portanto, os principais cargos da justiça real diretamente concedida eram os desembargadores membros de Tribunais Superiores e Relações,¹⁴⁶ Corregedores, Ouvidores, e Juizes de fora.¹⁴⁷ Para um vislumbre geral do quadro institucional da justiça real diretamente exercida vale observar a sistematização de António Manuel Hespanha:

Organograma 01 - Justiça Real (diretamente exercida)

¹⁴⁵ “A justiça real diretamente exercida tinha caráter ordinário e especializado. A primeira, mais conhecida e também a mais bem estudada ou mencionada pela historiografia geral colonial ou do direito, compreendia as áreas cível e criminal. Dela faziam parte os primeiros ouvidores, gerais e das capitanias, os desembargadores dos dois tribunais da Relação da Bahia, os ouvidores de comarca, juizes de fora e desembargadores do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro”. (WEHLING; WEHLING, 2004, p.37)

¹⁴⁶ Nesse sentido, detacam-se as Relações coloniais “(...) v.g., as de Goa, Bahia e Rio de Janeiro — [que] tinham prerrogativas semelhantes aos tribunais supremos do reino (Casa da Suplicação, Casa do Cível). A doutrina jurídica considerava-os como tribunais soberanos, “colaterais”, “camarais”, cujo presidente natural era o rei. As suas decisões têm a mesma dignidade das decisões reais, não podendo, no entanto, ser revogadas ou restringidas por atos régios. Daí que a administração da justiça, quer pelos ouvidores quer pelas Relações, constituísse uma área bastante autônoma e auto-regulada, não apenas porque os governadores não podiam controlar o conteúdo das decisões judiciais, mas ainda porque seus poderes disciplinares sobre os juizes eram débeis e efêmeros (HESPANHA, 2001, p.180)

¹⁴⁷ “Conquanto houvesse inúmeros níveis de burocracia, os magistrados eram os nobres da administração, os mais respeitados e cheios de privilégios dentre os funcionários da Coroa. Só eram ultrapassados em posição e honorarias, pelos vice-reis e embaixadores nobres cuja importância provinha tanto do status social quanto pelos serviços prestados. A magistratura representava o que havia de mais racional e profissional na burocracia imperial e não deve ser confundida com os funcionários civis”. (SCHWARTZ, 1979, p. 217).



Fonte: HESPAÑHA, 2006, p.356

Tendo em vista o objetivo do trabalho, vale averiguar as funções dos ouvidores e, ainda que com menor detalhamento, dos juizes de fora.

A denominação Ouvidor¹⁴⁸ serve para "(...) identificar os cargos de justiça investidos de autoridade para apreciar pleitos em segunda instância" (SUBTIL, 2011, p.15).¹⁴⁹ Além do cargo de Ouvidor existia em Portugal, em segunda instância, o cargo de Corregedor.¹⁵⁰ Diferenciavam-se inicialmente entre si porque o segundo era designado pelo

¹⁴⁸ Estamos desconsiderando a existência de desembargadores que pro ventura são denominados de Ouvidores do Civil e do Crime nas Realções e Tribunais superiores, tendo em vista que aos mesmo cabe a função de desembargador.

¹⁴⁹ "Os ouvidores são os primeiros oficiais de justiça da coroa a estarem presentes nos territórios coloniais. Como iam exercer a sua jurisdição sobre territórios administrados por donatários, estes magistrados de segunda instância recebem a designação de ouvidores, como acontecia na metrópole, nas terras onde a administração da justiça era delegada pela coroa." (CAMARINHAS, 2009, p.86).

¹⁵⁰ Uma síntese explicativa sobre as diferenças entre os ouvidores e os corregedores pode ser apreciada em: PEGORARO, 2007, p.24 e Ss; PEGORARO, 2008, p. 183-4.

rei e primeiro era designados pelos donatários das terras.¹⁵¹ Portanto, tal distinção é de origem medieval, oriunda da multiplicidade de formas de designação de magistrados no reino português.

Na colônia os Ouvidores de Capitania eram diretamente nomeados pelo rei¹⁵² e o Alvará 24 de Março de 1708 impede que os donatários os nomeiem.¹⁵³ “Ao final do período colonial, em 1822, havia 18 capitanias, administradas por governadores nomeados por Lisboa. A hierarquia formal colocava o Rei no topo, em Lisboa, vindo a seguir o vice-rei, sediado no Rio de Janeiro, os governadores, ou capitães-generais, nas capitanias, os capitães-mores, nas vilas.” (CARVALHO, 2005, p.158).¹⁵⁴ No Livro I das Ordenações Filipinas, Título 59, podemos estabelecer a relação entre ouvidor e corregedor.¹⁵⁵

¹⁵¹ Em razão do acúmulo de funções administrativas, por vezes o Ouvidor também teria autoridade para substituir o donatário. “Se o ouvidor exercia a sua autoridade na ausência dos donatários, substituindo-os no governo e na administração da justiça, a não residência do donatário nos seus domínios não o levava a perder a jurisdição sobre o território, apenas o obrigava a delegar e a ceder parte do poder para o ouvidor. Deste modo, a jurisdição alcançada pelo ouvidor era idêntica à que fora doada ao donatário como prescreviam as Ordenações Filipinas” (SUBTIL, 2011, p.18).

¹⁵² “(...) os ouvidores nomeados para o Império, ou seja, os que desempenhavam funções no Ultramar. (...) partilhavam o poder com os próprios donatários, mais propriamente com os governadores nomeados por estes que podiam ter várias designações, como a de capitão-donatário ou, então, simplesmente de governador, consoante a extensão e a particularidade do território. Esta situação era diferente da do Reino uma vez que o governo da Coroa era assumido pelos conselhos e tribunais superiores, pelos corregedores e pelos provedores em articulação com os juizes de fora e os juizes ordinários” (SUBTIL, 2011, p.16).

¹⁵³ “O Alvará de 24 de março de 1708 havia declarado, como é sabido, que os Ouvidores das Capitanias do Brasil eram juizes da Coroa, e uma Carta Régia de 4 de março de 1802, quase um século mais tarde, tivera ainda de insistir (reportando-se à Carta de Lei de 19 de março de 1790) que as Ouvidorias do Brasil não pertenciam aos donatários, em contrário do que dispunha a Ordenação Filipinas, Livro II, Título 45 — a qual, por seu turno, proibia aos senhores das terras o porem juizes de fora, ordenando-lhes deixassem os concelhos eleger os seus juizes e oficiais, sob pena de degredo para a África: “Os juizes ordinários, vereadores, procurador do concelho e os outros oficiais — rezava o dispositivo — se farão por eleição dos homens bons, segundo a forma da Ordenação. E os juizes haverão Carta de Confirmação, para usarem de seus officios, dos Corregedores das Comarcas, em que as tais terras estiverem, ou dos nossos Desembargadores do Paço. E os outros senhores das terras e seus ouvidores não se intrometam nas eleições, nem em as apurações delas, nem confirmarão os Juizes, salvo se por Nós for outorgado, ou pelos Reis que ante Nós foram, e por Nós confirmado.”” (NEQUETE, 2000b, p.22).

¹⁵⁴ “(...) ouvidores senhoriais, ou seja, os oficiais de justiça que, nas terras dos donatários, exerciam a autoridade que os corregedores praticavam nas comarcas administradas directamente pela Coroa. Por isso mesmo a área de jurisdicional abrangida pelas suas funções era denominada de ouvidoria. O estatuto político e jurisdicional destas ouvidorias não era o mesmo uma vez que dependia das cláusulas da doação régia. Casos há de ouvidorias que não estavam isentas de correição e, portanto, o nível de abrangência jurisdicional dos ouvidores era partilhado com o dos corregedores. Todavia, o caso mais frequente era a ouvidoria estar isenta de correição e, deste modo, os ouvidores sentenciavam com autonomia judicial, reservando o rei o poder de última instância nos casos previstos nas cartas de doação, sobretudo nas causas crime. Nos donatários de primeira grandeza, ou seja, a Casa de Bragança, a Casa do Infantado e a Casa da Rainha, existiam mesmo tribunais superiores das casas, denominados Juntas de Justiça, que se encarregavam de julgar em última instância, sem apelo nem agravo, as sentenças proferidas pelos seus ouvidores. Estas casas constituem autênticos “Estados”, governados e administrados de forma autónoma da jurisdição régia.” (SUBTIL, 2011, p.16).

¹⁵⁵ “Quando pozermos por Ouvidor de alguma terra algum Juiz de fora, posto per Nós em alguma Cidade, ou Villa, quando tiver no lugar de sua Ouvidoria, conhecerá de todo o que conheceria o Corregedor da Comarca, e

Na prática, portanto, os Ouvidores de Capitania exerceram na colônia funções semelhantes a dos Corregedores do Reino¹⁵⁶ somadas a dos Ouvidores dos donatários.¹⁵⁷ Isso quando não lhe eram atribuídas, e normalmente eram, outras funções de segunda instância. “Uma particularidade das magistraturas ultramarinas era a frequência da acumulação de funções num mesmo indivíduo. Com efeito, a maior parte das nomeações de ouvidor, por exemplo, compreendia também o exercício das funções de provedor dos órfãos e de provedor da fazenda real” (CAMARINHAS, 2010, p.125). Tal acúmulo de funções explica-se devido à impossibilidade de inchar o rol de representantes reais em território colonial devido à falta de material humano, além do que se deve ter em mente a enorme dimensão da legislação específica¹⁵⁸ que caracterizava a função de Ouvidor.¹⁵⁹

usará de todo o que o Corregedor per seu Regimento hi pode usar, e terá a alçada, que tem no lugar de seu Julgado, e não aggarvarão delle para o Corregedor, senão para onde poderiam aggarvar do Corregedor: salvo quando elle conhecer per aução nova entre partes, nos casos, em que per seu Regimento pôde, porque então poderão delle aggarvar, não cabendo em sua alçada, ou para Corregedor. E não stando o dito Ouvidor no lugar da Ouvidoria, as partes, que quizerem aggarvar dante os Juizes do dito lugar, poderão aggarvar para elle, ou para o Corregedor, qual as partes quizerem; e stando no dito lugar, não poderão aggarvar senão para elle. E quando o Corregedor stiver no mesmo lugar, o Ouvidor não usará do dito Carrego em cousa alguma”. (PORTUGAL, 1984, L.1, p.112).

¹⁵⁶ “O officio dos corregedores comprehendia funções muito diversas nas espheras judicial administrativa e economica Competia lhes conhecerem e devassarem dos erros e abusos dos juizes das terras reverem os processos suspeitos de peita ou de parcialidade sustentarem a jurisdicção real contra as invasões dos donatarios e do clero conterem os excessos e malfeitorias dos poderosos e fis calisarem o cumprimento dos deveres das camaras dos concelhos e dos empregados inferiores Representantes da realza instituidos para corrigir os agravos e cohibir a soltura ea impunidade das classes privilegiadas a lei abria lhes a entrada das honras e coutos e deferia ao seu exame o procedimento das justças locaes até nos logares aonde não era permitido penetrarem os agentes ordinarios da coroa Protectores dos fracos e dos humildes depositarios de poderes amplissimos e só dependentes da confiança do monarcha a sua intervenção suavisára muitos males e reprimira attentados escandalosos restabelecendo o prestigio da auctoridade real pelo uso de suas mais altas e mais nobres attribuições.” (SILVA, 1871, p.417-8).

¹⁵⁷ “Estes ouvidores tinham uma jurisdição semelhante à dos corregedores das comarcas metropolitanas mas dispunham de uma alçada excepcionalmente superior: 20\$000 réis para os bens móveis e 16\$000 para os bens imóveis. A sua capacidade de aplicar sanções aos escravos e aos peões abrangia as penas de degredo até quatro anos. Para a restante população, julgavam em apelo para a Casa da Suplicação. Tinham a última instância sobre os feitos cíveis e sobre os feitos crimes inferiores aos montantes referidos. Em todos os outros, os processos deviam ser enviados à Casa da Suplicação. Julgavam também em segunda instância os feitos dos juizes ordinários e podiam mesmo encarregar-se directamente dos seus processos, à imagem do que faziam os corregedores na metrópole. Além disso, deveriam proceder a todas as inspecções de que os corregedores eram habitualmente encarregados. Tinham também funções de fiscalização extremamente específicas de tudo o que dizia respeito ao comércio marítimo, aos navios e às relações com os estrangeiros. No caso do ouvidor enviado aos territórios do sul do Brasil, o recurso far-se para a Relação da Baía; no do Maranhão, o recurso faz-se para a Casa da Suplicação graças à facilidade de navegação.” (CAMARINHAS, 2010, p.122-3).

¹⁵⁸ No livro I título 58 das Ordenações Filipinas é possível visualizar algumas das diversas funções judiciais dos corregedores que eram também atribuídas aos Ouvidores. A principal autoridade presente numa Comarca era o Ouvidor. Inicialmente as Comarcas coincidiam com as Capitánias, em momentos posteriores com o crescimento populacional as Capitánias foram divididas em Comarcas. Suas funções judiciárias em geral eram recursais, porém em casos mais significativos tinham competência originária ou até mesmo avocar competência. Destacam-se, aqui, algumas voltadas a análise das fontes da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. A primeira estava relacionada a função de fiscalizar as ações escusas dos juizes. Tal função é descrita nas Ord. L.1 tit.58

Outra importante função é evitar que os poderosos das terras impeçam que as leis reais sejam cumpridas,¹⁶⁰ ou seja, dentre as funções do Ouvidor encontra-se a de controlar os poderes locais.^{161 162}

Todos os magistrados reais tinham que passar por formação universitária conforme regulamentação do século XVI.¹⁶³

Para galgar um cargo de magistratura letrada, portanto, era obrigatória a passagem pelos bancos universitários.¹⁶⁴ Coimbra era quase a única opção no mundo luso, restando poucas alternativas em universidades estrangeiras. Mesmo que o local de nascimento dos candidatos à magistratura pudesse variar, a maioria quase sem exceção, passaria por Coimbra

§2: “(...) E achando que os Juizes, ou outros alguns são culpados em esse conluio, por a sentença ser dada per peita, afeição, ou per outro modo maliciosamente, proceda contra elles, segundo a culpa de cada hum”. (PORTUGAL, 1984, L.1, L.1, p.103).

¹⁵⁹ Concorda-se com a idéia de que “(...) manteve-se a prática do rei dar instruções e regimentos específicos a este ou aquele oficial, muitas vezes extrapolando o instituído nas Ordenações, sendo assim flexíveis as ações dos agentes régios. Ou seja, no interior de um determinado território, cada oficial ficava atrelado ao exercício das funções inerentes ao ofício para o qual fosse nomeado; porém, por determinação régia, expressa em uma carta, regimento, resolução, ou outro qualquer documento, a extensão da área de atuação de um oficial nomeado pelo rei podia ser alterada.” (PEGORARO, 2007, p.13).

¹⁶⁰ “Disponha o ouvidor, assim, de considerável parcela de poder, como agente do estado. A preocupação em captar as simpatias populares e minar os poderes concorrentes á autoridade real apresentando a justiça do rei como anteparo aos poderosos, fazia com que os magistrados recebessem a recomendação de, em suas correições, não oprimirem a população nem as câmaras com requisições de material ou serviços além do necessário.”. (WEHLING, M. J., 2003, p.58).

¹⁶¹ É o que diz as Ord.L.1 tt.58 §11: “E deve saber se alguns poderosos, ou outras pessoas embargam nossos Direitos, ou os retém sem razão, e fará logo, que se recadem para Nós”. (PORTUGAL, 1984, L.1, L.1, p.104).

¹⁶² Sintetizando as principais características da função elaborou-se a tabela presente no Anexo 04.

¹⁶³ “(...) uma lei de 1539 – na sequência lógica da reforma da Universidade de 1537, mas ratificando, decerto, uma prática algumas décadas mais antiga e copiando anteriores disposições do direito do reino vizinho’ — institui a obrigatoriedade de estudos universitários de direito para o exercício de algumas das mais importantes profissões jurídicas (...) (HESPANHA, 1993, p.414). O tempo de estudo também era regulado. “Para os juizes dos tribunais (desembargadores [da Casa da Suplicação ou da Casa do Cível] exige-se, daqui em diante («que se houvessem de tomar») um mínimo de 12 anos de estudos em direito civil ou canônico na Universidade de Coimbra ou, em alternativa, oito anos de estudos e quatro anos de prática como juizes letrados (juiz de fora, ouvidores, corregedores) ou como advogados (procuradores) na Casa da Suplicação. Para os procuradores ou advogados junto dos mesmos tribunais curiais, são requeridos oito anos de estudos. A medida deve ser, no entanto, um pouco matizada. Além de reconhecer os estudos feitos em universidades estrangeiras ou em colégios universitários, isentava do disposto na lei os juizes de segunda instância ou os advogados «que ja tivessem começado a julgar ou a procurar» pelo menos há doze anos. Mas, para os mais recentes, parece que os estudos seriam obrigatórios. Para além disso, continuava a não se fazer qualquer exigência de estudos para o exercício das outras magistraturas – nomeadamente, dos juizes ordinários, que constituem, por essa época, a esmagadora maioria dos juizes das terras –, bem como para o exercício da profissão de advogado fora da corte”. Esta lei é recebida nas Ordenações filipinas (I, 35, 2) e nos Estatutos da Universidade de 1597, que estabeleciam a obrigatoriedade de estudos de oito anos, culminando num exame de bacharelamento (eventualmente seguido de formatura), para todos os juristas que quisessem entrar na carreira das magistraturas letradas (...)” (HESPANHA, 1993, p.414-5).

¹⁶⁴ Imagens da vida universitária de Coimbra podem ser vistas no anexo 11.

formando-se em Direito Civil ou Canônico. (SCHWARTZ, 1979, p. 59).¹⁶⁵

Para conclusão do curso e ingresso na carreira de magistratura era exigido um exaustivo procedimento conhecido como “leitura de bacharéis”, que incluía, além do exame de conhecimento feito oralmente diante do Desembargo do Paço, a avaliação da condição social¹⁶⁶ e também estágio em cortes letradas. (SUBTIL, 2011b, p.298 e Ss.).¹⁶⁷ Além disso, avaliava-se a própria feição dos candidatos. “A coroa esperava que suas vidas pessoais fossem caracterizadas por grande sobriedade, e adjetivos como “sério, grave, capaz e prudente” estavam entre os maiores elogios que um magistrado poderia receber.” (SCHWARTZ, 1979, p.138).

Após a leitura de bacharéis, cumprindo-se os requisitos e obtendo a aprovação no exame, o bacharel aguardaria sua primeira nomeação para o *cursus honorum* da magistratura. Tais recrutados normalmente eram convocados entre 2 a 3 anos após a prova para exercer cargos iniciais de magistratura, em geral um lugar de juiz de fora no território metropolitano (WEHLING; WEHLING, 2004, p.250), ou, em alguns casos, a Ouvidoria no Ultramar.¹⁶⁸

Somente depois das reformas liberais o Desembargo do Paço perderá a competência para fazer a avaliação dos candidatos, portanto, até o início do século XIX ainda se mantinham os mesmos procedimentos para o recrutamento de magistrados letrados, bem como manteve prestigiada a formação em Coimbra.¹⁶⁹

¹⁶⁵ “A Universidade de Coimbra foi o principal lugar-comum de formação dessa gente letrada. Esses homens angariaram prestígio e reconhecimento através de seu desempenho em viagens filosóficas e científicas, na Tipografia do Arco do Cego (1799-1801), na Academia de Ciências, nos impressos e na máquina administrativa do império. Com perspectivas distintas, diagnosticaram e avaliaram as opções políticas, disputaram a cena política no império luso-brasileiro e do Brasil entre 1810-1840, havendo distinções nessa geração” (SCHIAVINATTO, 2011, p.66).

¹⁶⁶ Os cargos do alto escalão do poder judiciário português detinham certas características semelhantes à noção de nobreza. Portanto, além da exigência de estudo a própria ascensão na carreira era limitada à influência diretamente exercida junto à Corte.

¹⁶⁷ O professor Subtil aprofunda de forma significativa os detalhes do procedimento em sua pesquisa sobre o Desembargo do Paço. (SUBTIL, 2011b, p.298 e Ss.).

¹⁶⁸ “(...) o acesso aos cargos mais altos dos tribunais fazia-se sem distinção entre portugueses e brasileiros, desde que o candidato tivesse cumprido o “cursus honorum”: bacharelado em Coimbra, ingresso na magistratura (Portugal ou Ultramar) como juiz de fora, ouvidor de comarca e desembargador, admitindo-se uma média de três a seis anos para o exercício tanto de magistratura como da ouvidoria, o que significava cerca de quinze anos entre o término dos estudos e o ingresso num tribunal superior”. (WEHLING, 2001, p.79)

¹⁶⁹ O que se pode perceber pelos números de estudantes brasileiros em Coimbra no início do século XIX. “(...) apesar da diminuição do número total de alunos depois das reformas pombalinas, parece que a proporção dos nascidos no Brasil que se graduaram (a maior parte em direito) na Universidade de Coimbra foi aumentando entre o início do século XVIII e o princípio do seguinte. A frequência da Universidade de Coimbra manteve-se elevada, como se sabe, depois de 1822, associada ao desempenho de destacadas funções na vida política da antiga colônia.” (MONTEIRO, 2009, p.60).

A maior parte dos magistrados recrutados eram portugueses, normalmente de famílias de Lisboa e cercanias. Porém aos poucos tal origem tende a mudar, sendo que “(...) na segunda metade do século XVIII, o Brasil se torna à segunda região de origem de magistrados” (CAMARINHAS, 2009, p.98).¹⁷⁰ O número de bacharéis brasileiros aumenta significativamente com a aproximação do período da Independência.

A curva dos bacharéis de origem brasileira é ascendente, do século XVII ao século XVIII: de um total de 21 entre 1635 e 1700, passa-se a 72 no período 1700-1750, a 187 nos anos 1750-1800 e a 68 no período 1800-1820. (WEHLING; WEHLING, 2004, p.253-4)

O crescimento de bacharéis no Brasil contrasta com o número de bacharéis originários da região sul do Brasil, de São Paulo e, em especial, de Curitiba e Paranaguá. Os índices de alunos matriculados em Coimbra indicam que as regiões de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul detinham poucos estudantes em Coimbra em relação ao total da população.¹⁷¹ O que pode se observar na tabela abaixo:

TABELA 1 - ORIGEM GEOGRÁFICA DOS ESTUDANTES BRASILEIROS QUE FREQUENTARAM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA ORIGINÁRIOS DA CAPITANIA DE S. PAULO RELATIVO AOS NUMEROS TOTAIS (1600-1850)										
Período	1600-1720		1721-1771		1772-1810		1811-1850		1600-1850	
Cidade	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
S. Paulo	4	0,85	25	2,17	19	3,18	9	1,67	57	2,06
Santos	5	1,06	24	2,08	7	1,17	1	0,18	37	1,34
Outros*	0	0	1	0,09	1	0,17	6	1,12	8	0,29
TOTAL	473	100	1152	100	598	100	538	100	2761	100
(*) Segundo, dentre as localidades da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba, consta apenas um estudante de Paranaguá entre 1721-1740, e entre 1811-1830 apenas um proveniente da Vila do Príncipe.										
Fonte: FONSECA, Fernando Taveira da. Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra : (1601-1850). Sep. da "Revista Portuguesa de História", 33 (1999). Coimbra : Instituto de História Económica e social, FLUC, 1999, p.										

¹⁷⁰ Segundo Camarinhas “(...) a segunda metade do século XVIII testemunha um interessante investimento das famílias da colônia na carreira das letras, através do envio, cada vez maior, dos seus filhos para estudarem em Coimbra, formarem-se, candidatarem-se à magistratura e entrarem ao serviço da justiça.” (CAMARINHAS, 2009, p.98). O que terá continuidade na sociedade imperial, “(...) o prestígio do título de "bacharel" e de "doutor" veio crescendo nos meios urbanos e mesmo nos rústicos desde os começos do Império. Nos jornais, notícias e avisos sobre "Bacharéis formados", "Doutores" e até "Senhores Estudantes", principiaram desde os primeiros anos do século XIX a anunciar o novo poder aristocrático que se levantava, envolvido nas suas sobrecasacas ou nas suas becas de seda preta, que nos bacharéis-ministros ou nos doutores-desembargadores, tornavam-se becas "ricamente bordadas" e importadas do Oriente. Vestes quase de mandarins. Trajos quase de casta.” (FREYRE, 2000, p.610).

¹⁷¹ Segundo Carvalho mesmo representando cerca de 15% da população total do território brasileiro entre 1772-1872, menos de 5% dos estudantes brasileiros em Coimbra pertencia a região (CARVALHO, 1999, p.62).

No final do século XVIII e início do século XIX grande parte das nomeações de magistrados dirigia-se às colônias. “Entre 1772 e 1826, 417 magistrados (juizes de fora, ouvidores e desembargadores) foram providos para as ilhas e o ultramar, ou seja, cerca de um quarto do total das nomeações para toda a monarquia”. (MONTEIRO, 2009, p.59). Além dos incentivos relacionados à carreira, em especial depois que “(...) as regiões do Atlântico passaram a se afirmar como o principal cenário político do Império português (...) os postos na magistratura brasileira eram avidamente preferidos pelo conjunto de candidatos existentes.”. (GOUVÊA, 2001, p.305). Ao que tudo indica, boa parte dos magistrados que vinha ao Brasil não voltavam ao reino por se adaptarem as comunidades locais.¹⁷²

O governo ultramarino apoiava-se em grande medida na figura dos Ouvidores, como reflexos (ao menos simbolicamente) da coroa na colônia. Representavam-se nas comunidades como defensores da autoridade régia. Não se pode negar que sua presença em toda a colônia importava na relativa interferência dos Tribunais Superiores e do próprio rei em todos os domínios portugueses,¹⁷³ mas nem sempre agiam a favor da Coroa.¹⁷⁴ Pesava-se o interesse em obedecer.

Portanto, nem agentes da periferia obedientes e cegos; nem co-participantes de uma estratégia de autogoverno local; nem independentistas de "corpo" e profissão. Mas agentes cujo *habitus* e cuja estrutura do 'campo' de poder favoreciam a intervenção do Desembargo do Paço. (SUBTIL, 2011b, p.258).¹⁷⁵

¹⁷² “Parece que seria uma forma mais rápida de ascensão na carreira, pois destes, quase um terço (114) chegou a desembargador, visto que a proporção dos nomeados no reino que chegaram a tal estatuto foi mais baixa. De resto, registra-se que apenas 7% dos referidos magistrados regressaram ao reino, o que significa que a imensa maioria se integrou nas sociedades locais”. (MONTEIRO, 2009, p.59)

¹⁷³ “(...) no final do Antigo Regime em Portugal (1772-1826), a média de nomeações dos magistrados territoriais terá rondado uma por semana o que atesta um considerável movimento de elites políticas, implicando, portanto, a existência de estruturas centrais com capacidade para gerir todo este contingente de oficiais, isto é, dispositivos claros de centralização política como era o caso do tribunal do Desembargo do Paço e outros Conselhos e Tribunais mas, também, a mobilização de instâncias intermédias como a dos corregedores e provedores, elos da comunicação política com o governo central e, no caso do Ultramar, os tribunais de Relação e os ouvidores.” (SUBTIL, 2002, p.53)

¹⁷⁴ “(...) a Coroa está longe de ter funcionado como pólo central e indiscutível para as expectativas dos magistrados pelo que a variedade de escolhas e opções por parte destes agentes pode ser interpretada como um sintoma de turbulência do sistema político e uma das principais motivações para a implantação do liberalismo em Portugal.” (SUBTIL, 2002, p.54)

¹⁷⁵ “Acontece, portanto, que estes agentes mandatados para agirem pelo poder central (Desembargo do Paço) defrontavam-se, nesta dupla relação, com interesses diferentes na luta que desenvolviam no 'campo' do poder

Por fim, ressalte-se que, os Ouvidores eram importantes agentes de difusão do conhecimento letrado. Sua presença fomenta o uso do Direito lusitano.

(...) sendo um oficial letrado, fomentaria, naturalmente, a aplicação do direito oficial e letrado e, com isto, não deixaria de ser um elemento de desagregação da autonomia do sistema jurídico- político local. Ao mesmo tempo que, no plano da literatura letrada, os juízes letrados ganhavam o estatuto de modelo. (HESPANHA, 1994, p.198)

Os ouvidores de comarca eram um cargo acima na hierarquia judiciária dos chamados juízes de fora.¹⁷⁶ Tais juízes eram enviados pela coroa para fiscalizar o poder judiciário e organizar os interesses daquela. Sentenciavam independentemente e tinham formação acadêmica.¹⁷⁷ A falta de bacharéis formados em Direito afetava a ocupação de algumas vagas do sistema burocrático. Ressalta-se na historiografia a idéia de que a criação de tais cargos pretendia aumentar a ingerência régia sobre as vilas e cidades.¹⁷⁸ Aos juízes de fora, além das atividades judiciais, incumbia a presidência da câmara municipal e uma série de responsabilidades administrativas, desde a supervisão de estalagens até medidas de fomento econômico. Sua nomeação direta pelo rei pretendia ter maior controle sobre as

mas, tal como Weber afirmou, só se desobedece quando o interesse em desobedecer é maior que o interesse em obedecer, ou vice-versa.” (SUBTIL, 2011b, p.257).

¹⁷⁶ Apesar de se conhecer a referência da utilização da faixa/vara branca para se destacarem dos juízes ordinários, ao que tudo indica não era comum o seu uso na colônia. As Ordenações no L.1, tt.66, §.1 assim descrevia “1. E os Juizes ordinarios trarão varas vermelhas, e os Juizes de fora brancas continuamente, quando pela villa andarem, sob pena de Quinhentos réis por cada vez, que sem ella forem achados”. (PORTUGAL, 1984, p.134-5). “Os juízes brasileiros, porém, tanto os ordinários como os de fora, somente portavam a vara — ao que informa CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA — ‘quando incorporados com as Câmaras, - servindo-se ordinariamente, para distintivo de sua autoridade, de uma meia lua de vime enrolada em pano de seda branca ou vermelha, senão pintada dessas cores, pregada na aba direita das casacas’” (NEQUETE, 2000, p.268).

¹⁷⁷ “A designação de «juiz de fora» distinguia estes magistrados dos outros juízes não letrados (juízes ordinários) que existiam nos concelhos situados fora da jurisdição da coroa ou para os quais a coroa não designava um magistrado de primeira instância. Os juízes de fora eram os magistrados que o rei enviava do exterior, de fora do concelho, para administrar a justiça localmente. Eram letrados, formados pela universidade, examinados pelo Desembargo do Paço. Do seu uniforme constava um sinal que os distinguia dos juizes não letrados: a vara branca, por oposição às varas vermelhas dos juízes ordinários”. (CAMARINHAS, 2010, p.95)

¹⁷⁸ “(...) a criação do cargo de juiz de fora nas principais cidades ao longo de todo o Império, aumentando o poder de interferência dos funcionários régios no governo local. Em Portugal, os juízes de fora eram personagens praticamente desconhecidos durante a Idade Média. Sua proliferação mais intensa a partir da segunda metade do século XVII foi muitas vezes considerada pela historiografia como prova do declínio do municipalismo, cerceado pelas pretensões centralizadoras da monarquia. Esta interpretação vem sendo revista pela historiografia nos últimos anos. O fato de este oficial ser nomeado pela Coroa e a ele caber a presidência da câmara — substituindo o antigo juiz ordinário eleito pela comunidade — obscureceu o papel que desempenhou. Sendo um oficial letrado, fomentaria a aplicação do direito oficial, e com isso não deixaria de ser um elemento de desagregação da autonomia do sistema jurídico-político local — fundado em práticas consuetudinárias, marcado pelas disputas entre grupos, baseado nos usos e costumes da terra —, promovendo sua desqualificação por meio da argumentação técnica e letrada. Nesse sentido, a eficácia da institucionalização do cargo de juiz de fora no processo de centralização monárquica residuiu na hegemonização dos parâmetros jurídico-administrativos veiculados pelo poder central (Hespanha; Monteiro)” (BICALHO, 2001, p.200).

câmaras. Outra importante diferença dos juízes de fora em relação aos juízes ordinários era a de que os primeiros não estavam sujeitos as correições dos corregedores (dos ouvidores na colônia), sendo independentes nesse aspecto.

(...) Os juízes de fora estavam isentos da fiscalização dos magistrados do nível imediatamente superior, os corregedores. Tinham mesmo uma certa autonomia em relação a estes magistrados: os corregedores não podiam julgar em primeira instância as causas dos lugares que possuíssem juiz de fora. (CAMARINHAS, 2010, p.95-6).

O número de juízes de fora entretanto não era significativo perto do número dos juízes ordinários representando até o final do século XVIII menos de 30% do total de magistrados no império (HESPANHA, 1994, p.35-6). Antes do século XIX também era significativamente escasso número de cargos de juízes de fora na colônia. A vila de Curitiba, por exemplo, nunca deteve um oficial com essa função, sendo a Câmara sempre comandada por juízes ordinários. A situação não mudaria até a vinda Corte ao Brasil.

[Em 1808, para] uma população estimada em três milhões de habitantes, entre homens livres, escravos e indígenas aculturados, distribuída em 15 capitanias gerais e subalternas, existiam 20 desembargadores em dois tribunais, 21 ouvidores de comarca, 13 juízes de fora, dois juízes ordinários por câmara municipal das vilas e juízes de vintena em aldeias que fossem sede de freguesias. (WEHLING; WEHLING, 2010, p.155)

Após a chegada da corte foram multiplicados os cargos de ouvidores e juízes de fora. Em especial o número de juízes de fora no Brasil subiu de 13 em 1809 para 51 em 1820.¹⁷⁹ Paranaguá receberá um juiz de fora nos últimos anos coloniais, quando da transferência da sede da Ouvidoria para Curitiba, em 1812.¹⁸⁰ Era portanto do centro da

¹⁷⁹ “No caso brasileiro após a chegada da Corte, a preocupação em preencher os vazios institucionais no vasto território colonial tornou-se ainda mais expressiva no caso dos juízes de fora. Se as comarcas passaram de 21 a 29, os juízes de fora, que eram 13 em 1809, tornaram-se 51 em 1820, com a criação de 38 novos juizados”. (WEHLING; WEHLING, 2010, p.160).

¹⁸⁰ Pesquisas relativas ao tema têm demonstrado que a falta de juízes de fora anulariam a possibilidade de ingerência eficaz da Coroa nos Concelhos Municipais no Brasil. “De acordo com as atuais pesquisas, as ingerências dos oficiais judiciais régios na gestão camarária, como é o caso dos juízes de fora, não surtiram o efeito de controle almejado pela Coroa no território português, visto que poucos municípios contavam com tal oficial. No Brasil, parece que o efeito foi o mesmo, pois o "cargo" existia apenas nas principais cidades.” (ARAÚJO, 2011, p.134-5). Opinião dissonante neste sentido é a do professor José Subtil (2011), para o autor a presença dos juízes de fora eram sentidas pela maior parte das populações urbanas do império. A partir de dados estatísticos demonstra que apesar de no início do século XIX apenas cerca de 10% a 13% dos concelhos serem controlados por juízes de fora, as cidades desses concelhos concentravam cerca de 75% do total da população do reino e 90% da população urbana. (SUBTIL, 2011b, p.193-4).

comarca (ou Ouvidoria) que se controlava o poder local.

Da cabeça da comarca era garantida a coordenação das actividades de governo e da justiça e, por intermédio dos seus mais cotados ministros, o poder régio tornava-se visível por outros mecanismos. Por exemplo, através das chegadas e partidas do corregedor/provedor (carácter volante destas magistraturas), preparação das pousadas, reunião das câmaras, audição de testemunhas, inquirições, sindicâncias, queixas e mesmo indagações de "ouvido" (SUBTIL, 2011b, p.196).

Tal idéia condiz com a situação da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba nos primeiros anos do século XIX. Com a criação do cargo de juiz de fora em Paranaguá e a transferência da sede da Ouvidoria para Curitiba, mais de 50% da população da Ouvidoria habitava as duas principais vilas. Além disso, os processos analisados na presente tese eram provenientes de todas as vilas da Ouvidoria, dando acesso a grande parcela da população local.

1.2.4 O concelho Camarário

O outro modelo de justiça era a chamada justiça concedida. A justiça concedida compreendia em primeiro lugar, tanto no caso de Portugal como no dos demais Estados europeus, os resquícios da justiça senhorial, só abolidos no caso português no início do século XIX. A justiça concedida prevalecia nas chamadas cartas dos donatários. Após o período dos donatários, outras instituições exerceram-na de forma significativa, a igreja e a justiça municipal dos concelhos (câmaras). Assim, os “(...) braços mais importantes da justiça concedida foram a justiça eclesiástica (...) e a justiça municipal, exercida pelos juízes leigos das câmaras”. (WEHLING; WEHLING, 2004, p.42)

Os concelhos eram, portanto, a instituição da justiça mais próxima à população.¹⁸¹ Serviam como referência de continuidade de governo porque mais próximos aos problemas

¹⁸¹ “(...) De fato, era neste nível que a maioria dos portugueses via-se afetada pelo governo. Era também ao nível local que os não-europeus encontravam-se mais propensos a tomar contato com os modelos europeus de administração, e, no caso do império português, com o Senado da Câmara”. (RUSSEL-WOOD, 2001, p.16).

locais e suas resoluções. As câmaras “(...) garantiam uma continuidade que governadores, bispos e magistrados passageiros não podiam assegurar” (BICALHO, 2001, p.191).¹⁸² Estruturava-se para inclusive exercer jurisdição contenciosa e “(...) tinha suas atribuições definidas nas Ordenações (...) Filipinas, Livro I, tit. 65, além da legislação extravagante”. (WEHLING; WEHLING, 2004, p.44).¹⁸³ “Assim se foram acumulando sobre eles competências, direitos e deveres de todo estranhos às Ordenações, enriquecendo-se o poder local com ampla jurisdição e variada capacidade de interferência.” (NEQUETE, 2000, p.227).

A sua origem está relacionada à própria tradição medieval portuguesa. Surgiram pela racionalização dos costumes, formalizando-se a partir da transcrição daqueles em estatutos no fim da idade média¹⁸⁴ “(...) a padrões vigentes para todo o reino (Regimento dos oficiais das cidades, vilas e lugares destes reinos, 1502; Ordenações do reino, a partir de 1446).” (HESPANHA, 1986, p.46).¹⁸⁵

A formação das Câmaras não tinha regras totalmente precisas. Existem relatos da necessidade de 50 vizinhos, outros de 30 homens. Além disso enumeram-se qualidade como potencial econômico e de retorno fiscal e militar a Coroa.¹⁸⁶ Muito além de requisitos práticos, a fundação de um município também era revestida de solenidades. “Como ato capital de

¹⁸² “A constante renovação dos oficiais reinóis ocupando os principais cargos administrativos na colônia faziam dos oficiais concelhios os depositários da memória, dos objetivos na longa duração e das práticas mais presentes na forma de gerir as diversas localidades. Eram os vereadores, portanto, capazes de alimentar cotidianamente os gerenciamentos dos diversos problemas e conflitos enfrentados na região centro-sul da América portuguesa”. (GOUVEA, 1998).

¹⁸³ “Deve-se recordar que além destes dispositivos legais, que diziam respeito à sua jurisdição e competência, a justiça municipal aplicava também, conforme a matéria e a capacidade intelectual dos julgadores e seus assessores jurídicos (quando os havia), o direito comum, o costume e a jurisprudência”. (WEHLING; WEHLING, 2004, p.44)

¹⁸⁴ “Na verdade, o sistema político «concelhio», tal como estava institucionalizado no séc. XVII, remontava aos finais da idade média e constituía a forma «racionalizada» de um sistema político-administrativo mais arcaico, que aqui designamos por «patriarcal-comunitário». Os funcionários honorários dos concelhos são, pela sua forma de designação e pelas suas funções, os «honoratários» (os «homens bons», «vizinhos honrados», old men, great meti) das comunidades camponesas tradicionais.” (HESPANHA, 1986, p.46).

¹⁸⁵ Autores como Charles Boxer (2002) e Nuno Monteiro (2007) afirmam que no modelo administrativo português estavam ausentes poderes intermédios além do rei e da localidade. (MONTEIRO, 2007, p.28 e Ss.). Portanto, no Novo Mundo não se encontram os senhorios jurisdicionais. A administração constituía-se, majoritariamente, de uma base formada por concelhos camarários e um topo com a figura do rei (FRAGOSO; GOUVEA, 2009, p.45).

¹⁸⁶ “Edmundo Zenha afirma que o número mínimo populacional exigido para se instituir as Câmaras no Brasil não era suficientemente preciso, visto que alguns documentos falam em 50 vizinhos, outros em até 30 homens. Russel-Wood, além da quantidade de habitantes e da previsão do aumento populacional, destaca outros requisitos como o fornecimento de relatórios destinados ao rei demonstrando a previsão do custo para o tesouro real e o grau de compensação mediante o aumento das rendas auferidas, e a potencialidade econômica e militar da vila.” (ARAÚJO, 2011, p.142).

colonização, ele se revestia de uma complexa fundamentação jurídica, e mesmo teológica, estando acompanhado de diversos procedimentos simbólicos.” (SANTOS; PEREIRA, 2000, p.7).

A estrutura básica do Concelho era composta por um juiz ordinário (ou dois) ou de fora, três vereadores, um procurador. Os membros do concelho eram, segundo as Ordenações Filipinas, eleitos pelo sistema denominado de “Pelouros”. Contudo nem sempre tais eleições eram realizadas.

Numas terras, (...) as mais importantes, a escolha parece ter passado a ser, frequentemente, feita no Paço, para onde eram enviadas as pautas dos elegíveis (e não as dos eleitos). Noutras terras, vigoravam costumes locais diferentes. Noutras ainda (...) eram os senhores que nomeavam as justiças, embora esta faculdade carecesse de doação régia expressa, não bastando sequer a doação da confirmação das eleições. (HESPANHA, 1994, p.160).

Quando a escolha era feita por eleição, essa era realizada por um sistema complexo.¹⁸⁷ Ao concelho, diferentemente da magistratura, não era atribuído o poder de julgar (*merum imperium* ou misto) mas apenas a módica *coercio*, ou seja, não exerciam atividade jurisdicional propriamente dita.

Daí que não possam julgar nem prender, embora tenham competência para a prática de actos de autoridade que caibam no âmbito da "*mera coercio*" (encoimar, tomar penhor). Por isso, mesmos naqueles casos em que a lei lhes atribui competência jurisdicional — almotaçaria, injúrias verbais e furtos formigueiros (Ord. fil, 1, 66, 5) —, carecem do concurso dos juizes. (HESPANHA, 1994, p.163).

Se a Câmara e seus vereadores, a princípio, não teriam *imperium*, isso não pode ser

¹⁸⁷ A eleição fazia-se à mesma época (oitavas do Natal), trienalmente ou com outra periodicidade, conforme o costume local. Na primeira fase da eleição os homens bons da vila elegiam 6 eleitores para a segunda fase de votação. Na segunda fase cada par de eleitores (portanto 3 pares) enumeravam as pessoas mais aptas para cada um dos cargos do Concelho (vereadores, juizes, procurador e, caso os houvesse, tesoureiro, juiz e escrivão dos órfãos) para o triênio seguinte. As listas são corrigidas pelo juiz mais velho do Concelho. Após, com cada nome é feito uma bola de Cera (Pelouro) e colocados em uma urna com repartimentos separados para cada função. Após, em cada ano, na data adequada, seria convidada criança de até 7 anos para sortear os candidatos. (Conforme descrito nas Ordenações Filipinas, Livro 1º., Tit. 67; PORTUGAL, 1984, p.153-7; HESPANHA, 1994, p.368; WEHLING; WEHLING, 2004, p.52). Após a eleição por pelouros era necessária a confirmação pela chamada “Carta de confirmação” ou de usança (Ordenações Filipinas, Livro 1º., Tít. 67, § 8º) dada pelos Desembargadores do Paço, Corregedor (ou Ouvidor) da Comarca, ou ainda o Senhorio da terra. “Entretanto, numa correição feita em São Paulo, a 10 de novembro de 1675, o Ouvidor-Geral Pedro de Unhão Castelo Branco proveu que os juizes assim como saíssem fizessem aviso pela primeira embarcação ao Rio de Janeiro pedindo as ditas cartas de confirmação e usança; porém, assim como saíssem, logo iriam servindo os seus lugares e o fariam enquanto as cartas não chegassem, válidos todos os seus atos nesse interregno” (NEQUETE, 2000, p.267).

afirmado em relação aos juízes concelhios (ordinários). Sua jurisdição abrangia todos os aspectos da vida cotidiana, uma “(...) jurisdição omnímota e geral sobre todas as causas (...)” (HESPANHA, 1994, p.365). Sendo excetuada apenas as causas relacionadas ao juízo de órfãos e as causas em que eram partes os poderosos locais (quando se supunha a dificuldade do juiz local em livremente fazer livremente justiça).^{188 189}

Dentre os órgãos camarários em sentido estrito, além dos Vereadores, responsáveis pelo andamento do Concelho, e dos Juízes ordinários, existia o chamado Procurador do Concelho,¹⁹⁰ responsável pela cobrança de rendas da Câmara, zelo por seus bens, bem como sua representação. Em alguns Concelhos existia ainda a figura do Tesoureiro, responsável pelas contas do mesmo.

Dentro da estrutura judicial e camarária existiam ainda uma série de outros juízes responsáveis por casos de pequena monta ou que envolviam atuação administrativa. O Juiz de vintena (ou pedâneo) era, por exemplo, o juiz popular para causas pequenas com a utilização do procedimento oral.¹⁹¹ Alguns cargos também eram eleitos, como os de Almotacé.¹⁹² Existiam ainda outros cargos como quadrilheiros e alcaides, de tom policial.¹⁹³

Já os cargos de “escrivães do judicial” ou “escrivães da câmara”, tabelião judicial e

¹⁸⁸ “(...) Mas, na prática, como refere Pegas (supra, II. 5), esta lei tem um diminuto alcance”. (HESPANHA, 1994, p.365)

¹⁸⁹ As funções e competências do concelho camarário foram sistematizadas em quadro presente no anexo 4.

¹⁹⁰ Suas funções estão descritas nas Ordenações no L.1, tt.69. Candido Mendes de Almeida explica que seria o procurador “(...) um cobrador das rendas da Camara, pelo que presta fiança, accumulando o ónus de defender por si ou por advogado perante as justiças ordinárias os direitos de sua constituínte”. (PORTUGAL, 1984, p.162-3).

¹⁹¹ “Os juizes de vintena, também chamados pedâneos, com alçada pequena, tinham exercício nas aldeias, situadas a certa distância da vila ou cidade, na possuíam jurisdição no crime, mas podiam prender em flagrante, ou mediante mandado ou querela, apresentado o detido ao juiz competente”. (LEAL, 1974, p. 183). “Apesar da formulação genérica das Ordenações, que estabelecia que houvesse juízes pedâneos ou vintaneiros nas aldeias com mais de vinte vizinhos, parece decorrer das fontes utilizadas que a sua existência não era geral. De facto, encontrámos referências à existência de aldeias limitadas apenas em poucos concelhos.”. (HESPANHA, 1994, p.107). Na região de Curitiba se tem notícia pelos Autos PI04505 que o juiz vintenário de São José dos Pinhais em 1826 era Fabiano Gonçalves de Almeida.

¹⁹² Trabalho inovador que aprofunda o tema: ARAUJO, Danielle Regina Wobeto de. A almotacaria e o Direito na Vila de Curitiba (1737-1828). 2011. 252 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas. UFPR, Curitiba, 2011. Além disso, “Os almotacés, além das infrações de posturas do concelho, julgavam certas causas de direito real relativas a obras ou construções e impunham penas, com recursos para os juízes”. (LEAL, 1974, p. 183). “(...) os almotacés, com competência especializada no domínio do abastecimento e da regulamentação edilícia”. (HESPANHA, 1994, p.163). “(...) Os almotacés semelhantes aos edis romanos tirados do seio das vereações e seus delegados promoviam o exacto cumprimento das posturas puniam e multavam os infractores inspecionavam os mercados açougues e casas de venda e mantinham a observancia das taxas a lealdade dos pesos e medidas ea limpeza e conservação da terra e de seus edificios”. (SILVA, 1871, p.419).

¹⁹³ “Cumprir mencionar ainda, como funcionários propriamente policiais, ao alcaides pequenos e os quadrilheiros”. (LEAL, 1974, p. 183).

de notas,¹⁹⁴ eram providos pela Coroa, pelo senhorio e até mesmo pela Câmara. Tais eram remunerados e de nomeação vitalícia ou hereditária. Foram os únicos cargos do Concelho que chegaram a serem vendidos pela Coroa (BICALHO, 2001, p.192).

Completando os cargos judiciários aparecem os Juizes de órfãos (nomeados pela coroa ou eleitos). Tal cargo era responsável especialmente por cuidar dos órfãos e de seus bens, bem como todo tipo de atividade envolvendo incapazes. Economicamente eram mais interessantes que o cargo de juiz ordinário nas grandes vilas, isto porque estavam ligados ao controle das grandes. Em vilas menores não era incomum que tal cargo fosse exercido pelo próprio juiz ordinário,¹⁹⁵ ou quando apartado, era exercido por pessoa que já havia exercido o cargo de juiz ordinário.¹⁹⁶

Por fim, para completar a estrutura camarária, outra instituição essencial é o corpo militar das Ordenanças. Todo o império português estava dividido em capitânias-mores de ordenanças coordenadas por um capitão-mor. Tal capitão-mor deveria ser o senhorio donatário ou o alcaide-mor. Era auxiliado por um sargento-mor. A capitania-mor era dividida por diversas companhias de ordenanças. Cada companhia era chefiada por um capitão e outros oficiais subalternos. Os agentes das ordenanças deveriam arrolar todos os homens maiores de 16 anos para sua hierarquia. Estavam dispensados apenas os velhos e privilegiados. Quando solicitados deveriam os recrutados para servir no exército de primeira linha.¹⁹⁷ Para tanto deveriam ser treinados pelos líderes das ordenanças. Os ofícios de capitão-

¹⁹⁴ “A função dos tabeliães ou escrivães é, naturalmente a de reduzir a escrito os actos jurídicos ou judiciais. As Ordenações distinguem os tabeliães das notas, encarregados de redigir os instrumentos jurídicos que carecessem de fé pública (Ord. fil, 1,78) e os tabeliães judiciais, encarregados da redacção dos actos judiciais praticados perante os juizes locais (Ord. fil, I, 79), embora estabeleçam um regime largamente comum a uns e outros. Assim, os tabeliães das notas lavravam todos os instrumentos extrajudiciais que carecessem de fé pública (testamentos, inventários, contratos, procurações, cartas de dívida e de quitação, renúncias, desistências e composições, instituições de morgados e de capelas, etc.). Os tabeliães do judicial, por sua vez, escrevem, em geral, nos processos judiciais, elaborando todas as peças processuais (querelas, depoimentos de testemunhas, traslados, procurações, sentenças, instrumentos de apelação e agravo, execuções e penhoras, etc). Na prática, os cargos de tabeliães do judicial e das notas são frequentemente exercidos pela mesma pessoa, em acumulação, sobretudo nas terras pequenas.”. (HESPANHA, 1994, p.174)

¹⁹⁵ A competência dos juizes ordinários enquanto juizes de órfãos era a de cadastrar os órfãos em sua jurisdição, em livro próprio, arrolando bens móveis e imóveis e seus administradores; fazer inventário sempre que os herdeiros fossem menores de 25 anos; dar aos órfãos "criação e soldada"; autorizar casamentos; velar pelos seus bens e educação. A jurisdição abrangia todos os feitos cíveis em que órfãos fossem autores ou réus, bem como os feitos de loucos, pródigos e desmemoriados que possuíssem curadores e aqueles em que participavam maiores e menores, em espólios indivisos. (WEHLING; WEHLING, 2004, p.55-6).

¹⁹⁶ Para resumo dos principais cargos do período Vide Anexo 04.

¹⁹⁷ Em caso de conflito militar, além das Ordenanças poderiam ser convocadas as milícias. “Las milicias eran solicitadas frecuentemente para defender su territorio, mientras que los corpos de ordenancas eran más

mor e sargento-mor conferiam nobreza vitalícia. Tal título se conferia devido às dificuldades para exercer tais cargos, bem como o tempo indeterminado do ofício. (MONTEIRO, 2007, p.47).¹⁹⁸ As ordenanças garantiam extensa arregimentação da população livre servindo de estratégia de controle de homens livres mediante a convocação militar para casos de emergência. Além disso, servia para, através de concessão de títulos, hierarquizar a população masculina dando-lhe característica de corpo no sentido militar. (PRADO JUNIOR, 1977, passim; GOUVEA, 1998).¹⁹⁹

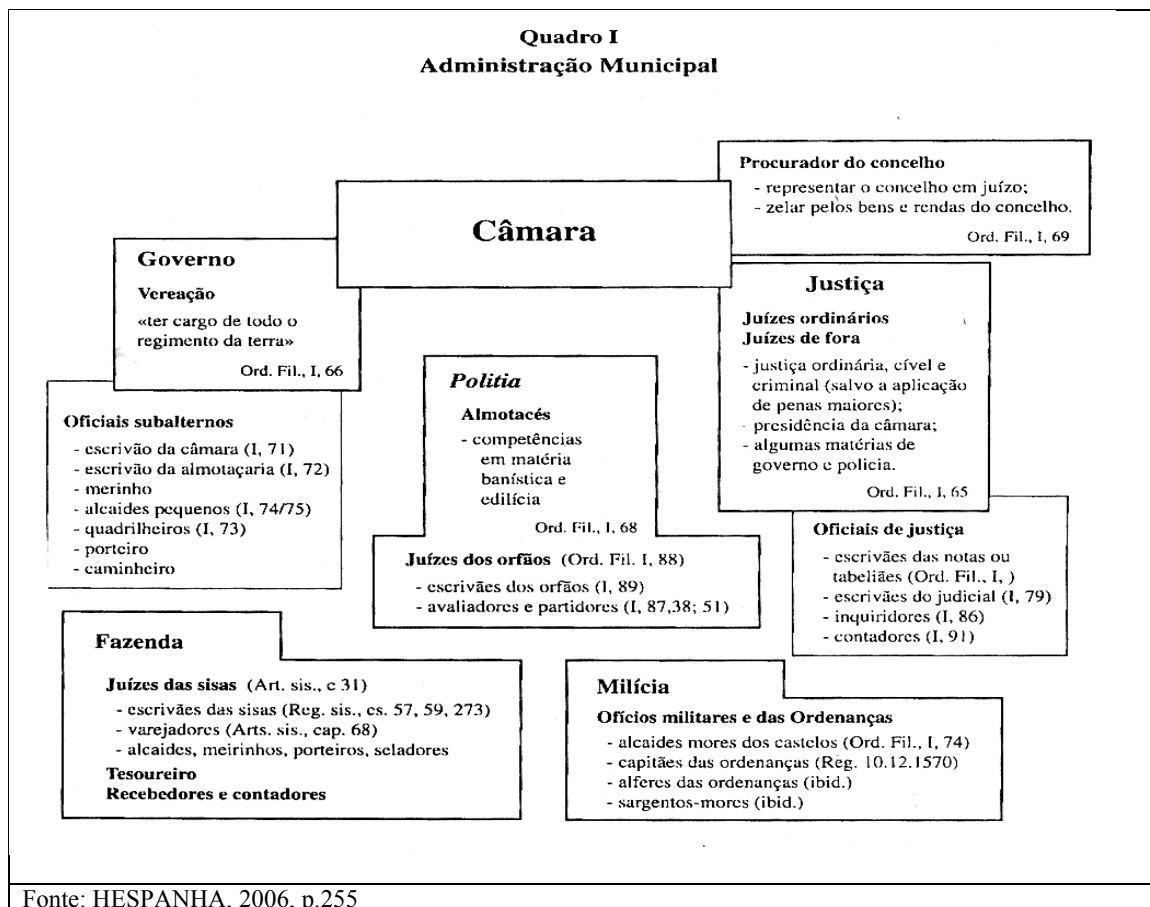
Para melhor compreensão da organização do Concelho Camarário parte-se do gráfico a seguir:

Organograma 02 - Justiça Local (concedida) centrada no Concelho Municipal

importantes a la hora de mantener el orden, apoyando la acción de la administración civil. Puesto que sus oficiales eran escogidos por los gobernadores de las capitanías de listas compuestas por los Senados das Câmaras, según criterios de jerarquía social, de hecho ellos reforzaban esta jerarquía social, basada en la riqueza y la propiedad de la tierra.” (SILVA, A., 1990, p.163).

¹⁹⁸ “O regimento dos capitães-mores (ou regimento geral das Ordenanças), de 10 de dezembro de 1570, ampliou as providencias contidas no de 1548, estabelecendo a formação de corpos de ordenanças nas capitanias, o engajamento obrigatório de todos os moradores com idade entre 18 e sessenta anos — exceto os eclesiásticos e fidalgos —, além de regulamentar os métodos aos provimentos dos postos.” (SALGADO, 1986, p.100).

¹⁹⁹ O regimento das ordenanças previa que na ausência dos donos da terra ou alcaides-mores o capitão-mor deveria ser eleito dentro da Câmara com a supervisão do Corregedor (ou no caso brasileiro do Ouvidor de Comarca). Para ser eleito nesse cargo era preciso ser um dos “principais da terra”, além de ter qualidades para o dito cargo. (SALGADO, 1986, p.100). Na competência dos capitães-mores incluem-se “(...) atribuições judiciárias, administrativas, policiais e militares. São os delegados de polícia das aldeias. Comandam as tropas de “ordenanças” – sorte de força local, paga pelas câmaras e conselhos. São também os chefes do serviço do recrutamento”. (VIANNA, 2005, p.215).



A historiografia brasileira clássica muitas vezes associou o cargo de juiz ordinário ao mandonismo local e a inoperância judicial e administrativa.²⁰⁰ Deve-se ter em conta que a justiça municipal variava de região para região.²⁰¹ A desconfiança parece cercar-se, especialmente, sobre o acesso restrito aos cargos do concelho aos “homens bons” da

²⁰⁰ Oliveira Vianna (2005), por exemplo, apontava que tal cargo estava fadado a ser sucedâneo de “(...) uma justiça facciosa (...)” pela origem da sua designação, são, e não podem deixar de ser, juizes partidários, juizes de clã” e conclui que o “(...) caráter eletivo dos juizes ordinários (...) os faz logicamente caudatários dos potentados locais.” (VIANNA, 2005, p.213). “Eleito pelo sufrágio local, o “juiz ordinário”, ao contrário, é forçado a se fazer criatura da facção, que o elege. Torna-se o instrumento da impunidade ou o instrumento da vingança, conforme tem diante de si um amigo ou um adversário. “Escolhido entre os próprios colonos, e fortalecido dos seus vizinhos, eles são os primeiros a violar a lei.” É a ele, mais do que a nenhum outro magistrado, que se deve aquela “justiça de compadres”, de que fala frei Manuel Calado. Eleito pelos mandões, é ele quem mais facilmente há de se deixar levar pelo peso das caixas de açúcar famosíssimas, com que costuma o nosso caudilismo colonial corromper os aplicadores da lei. “Os ministros da Justiça, como traziam as varas muito delgadas, como lhes punham os delinquentes nas pontas quatro caixas de açúcar, logo dobravam; e assim era justiça de compadres.” (VIANNA, 2005, p.214).

²⁰¹ “(...) se faz cada vez mais necessária a realização de estudos voltados para as particularidades locais desses diferentes espaços, em um movimento tanto guiado pela comparação, capaz de identificar permanências e similaridades no interior do Império, como atento à possibilidade de construção de soluções pontuais e particulares, frente às diferentes adversidades e conflitos vivenciados pelos agentes”. (GOUVEA, 1998).

localidade.

Inicialmente pode-se imaginar que a figura do “homem bom” ou dos “principais da terra”, estaria ligada a ascendência familiar correlacionada a pureza de sangue.^{202 203} Porém os membros do concelho camarário não eram necessariamente nobres de direito. Bem como as condições tendiam a se relativizar e flexibilizar, especialmente na colônia, levando a um abasileiramento dos oficiais camarários (GOUVEA, 1998).

Para grande parte dessas elites locais, distantes da fidalguia reinol, a possibilidade de ascender socialmente perpassava a participação nas Câmaras. Nesse sentido, a doutrina cria uma categoria especial de nobreza, um “estado intermédio”. Situava-se entre os nobres tradicionais e o povo mecânico. Era uma nobreza com características de ‘nobreza civil’, um artifício de distinção social do Antigo Regime tardio (BICALHO, 2001, p.203; BICALHO, 2005, p.28).²⁰⁴ Aos “nobres da terra” era garantido regime diferenciado, a partir da concessão de honras e privilégios aos membros das Câmaras, tanto no reino como (e especialmente) no ultramar (BICALHO, 1998, p. 25).

A doutrina jurídica, entretanto, não utilizava o termo “nobreza” para os membros de cargos de governança. Chamava-os de privilegiados, evitando a banalização do termo “nobre”.

²⁰² “O estatuto da pureza de sangue em Portugal, limitando o acesso a cargos públicos, eclesiásticos e a títulos honoríficos aos chamados cristãos-velhos (famílias que já seriam católicas há pelo menos quatro gerações) remonta às Ordenações Afonsinas (1446/7), atingindo os descendentes de mouros e judeus. As Ordenações Manuelinas (1514/21) estenderiam as restrições também aos descendentes de ciganos e indígenas. As Ordenações Filipinas (1603) acrescentariam à lista os negros e mulatos. Pombal revogaria, em 1776, as restrições aos descendentes de judeus, mouros e indígenas, mas as restrições aos descendentes de africanos se manteriam, para só serem rompidas no Brasil pela Constituição de 1824 (Carneiro, 1988; Mattos, 1999)”. (MATTOS, 2001, p.148).

²⁰³ “Os homens aptos a desempenhar esses cargos haviam de possuir o status de cidadão na maioria das vezes herdado de seus antepassados, assim como estar plenamente abonados de qualquer mancha de “sangue infecto”. Vale lembrar que os parâmetros de inclusão ou exclusão de indivíduos no interior desse grupo seletivo, em uso em diferentes áreas do Império português, era operado através da aplicação de critérios definidos pela Coroa. Boxer afirma que pessoas nativas - sem sangue português - nunca haviam servido em nenhuma Câmara colonial até a edição das medidas pombalinas abolindo barreira de raça entre 1761 e 1774. Em relação à questão do “defeito mecânico”, fôra igualmente no período pombalino que as barreiras impedindo a inclusão de indivíduos associados a atividades manuais - especialmente aquelas que se encontravam associadas ao comércio varejista - foram habilitados a participar nos “cargos da governança”. (GOUVEA, 1998).

²⁰⁴ “Forjava-se, assim, o conceito de “nobreza civil ou política”, abrangendo aqueles que, embora de nascimento humilde, conquistaram um grau de enobrecimento devido a ações valorosas que obraram ou a cargos honrados que ocuparam, mormente os postos da República, diferenciando-se, portanto, da verdadeira nobreza derivada do sangue e herdada dos avós. Conclui que esse novo conceito, já largamente incorporado à literatura jurídica do século XVII, acabaria por se impor na prática de muitas instituições portuguesas do Antigo Regime” (BICALHO, 2001, p.203-4)

Falam, então, antes de "privilegiados" ou de "estado do meio" (ou "estado intermédio"). Gabriel Pereira de Castro, por exemplo, considerava que existiam três estados na sociedade — um o dos "nobres", outro o dos "mecânicos" e outro o dos "privilegiados". Com a introdução desta distinção, que ganhará ainda mais vigor no séc. XVIII, evitava-se a banalização do estado nobre. (HESPANHA, 1994, p.348).²⁰⁵

Ao estatuto de “homens bons”, “privilegiados” ou “nobreza da terra”²⁰⁶ abria-se enorme espaço de variabilidade conforme o concelho. Assim como o próprio exercício da função poderia garantir privilégios.

Aliás, mesmo existindo em algumas regiões brasileiras a presença de bacharéis no cargo de juiz ordinário, na prática, normalmente, o cargo era exercido pelos vereadores mais experientes da Câmara, que podiam ser leigos e, no limite, até mesmo analfabetos. “De facto, nem a lei, nem a doutrina, exigiam dos magistrados locais o conhecimento do direito escrito, nem mesmo o saber ler e escrever” (HESPANHA, 1994, p.451).²⁰⁷

Com remuneração não sendo atraente, o cargo de juiz ordinário muitas vezes tornava-se um peso as pessoas que o exerciam.²⁰⁸ Os riscos de ser responsabilizado pessoalmente por um erro judicial ou de entrar em conflito com os grupos locais²⁰⁹ eram

²⁰⁵ No mesmo sentido, Belchior Febo. “Desde logo, tende-se a distinguir, dentro do povo, os estados «limpos» (como o dos letrados, lavradores, militares) dos estados «vis» (como os oficiais mecânicos ou artesãos). E este o sentido da classificação de um jurista seiscentista português, Melchior Febo (século XVII) — *«triplicem in nobilitate statum, alterum nobilem, mechanicum, artiumque sedentarium alterum, ultimum privilegiatorum, qui militiae, vel arte a sordida muneribus eximantur»* [no que respeita à nobreza (secular), existem três estados: um, o nobre, outro, o mecânico e artesão, o último, o dos privilegiados, que, pela milícia ou pela arte, se libertam das profissões sórdidas]. Também progressivamente, este estado popular intermédio entre a nobreza e as profissões vis — «estado do meio», «privilegiados», «nobreza simples» — vai sendo assimilado à nobreza e, no seio desta, vai-se construindo um novo conceito diferenciador, o de «fidalguia», ou mesmo, mais tarde e por influência espanhola, o de «grandeza» (Monteiro, 1987)”. (HESPANHA; XAVIER, 1993, p.131)

²⁰⁶ O estado “privilegiado” era comum no Antigo Regime português, garantindo ou acesso político-institucional, vantagens fiscais, garantias jurídicas ou, até mesmo, apenas vantagens simbólicas (como fórmulas de tratamento). (HESPANHA; XAVIER, 1993, p.132).

²⁰⁷ Mesmo que a legislação tenha proposto outra condição no século XVII, tal disposição parece não ter tido eficácia. “Em 13 de Dezembro de 1642, uma lei proíbe o acesso de analfabetos às magistraturas ordinárias. Fosse como fosse, a esmagadora maioria dos juizes ordinários continuou a ser constituída por pessoas não iniciadas no direito, pois as fracas rendas do cargo não o tornavam atraente para letrados; e são, de facto, neste sentido alguns testemunhos ulteriores, já da última fase do Antigo Regime ou mesmo do período liberal”. (HESPANHA, 1994, p.452). “(...) De facto, em cerca de um quarto das câmaras portuguesas, ainda no início do século XIX, existiam veradores que assinavam «de cruz»”. (MONTEIRO, 2007, p.51).

²⁰⁸ “Os juizes ordinários não tinham salário. A “honra” dos seus cargos era avaliada, apenas para fins fiscais, em quantias ínfimas”. (HESPANHA, 2005b, p.80). Nesta página indicam-se valores para o século XVIII.

²⁰⁹ O que pode explicar muitas vezes as ações esquivas da Câmara quando conflitos locais ficassem mais evidentes. “O que as câmaras eram adequa-se mais à figura do intermediário (broker), que procura, com habilidade ou, mesmo, alguma dose de duplicidade, encontrar um acordo favorável entre duas partes em conflito; ou que, pelo menos, procura, usando de dilações e infundáveis carteiros, ir adiando o problema”. (HESPANHA, 2005d, p.9)

razões significativas para que muitos evitassem tais cargos.²¹⁰ No limite os juizes ordinários eram pessoas visadas, podendo correr riscos de atentados e outras formas de agressões.²¹¹

Em Curitiba, no ano de 1830, observar-se-á interessante situação que demonstra tal aspecto, na qual diversos “homens bons” da cidade evitam assumir o cargo de juiz ordinário.²¹²

Por isso, muitas vezes, devido ao desinteresse dos alfabetizados, os analfabetos assumiam as posições camarárias.

O desinteresse pelos cargos camarários é constatado nas vilas pequenas em Portugal, fato reiterado pelo irrelevante prestígio social e também porque muitas vezes geravam responsabilização frente à arrecadação de impostos frente à coroa.²¹³ Essa falta de interesse contrastava com a baixa capacidade de intervenção régia, “(...) se existia, era antes no sentido de isentar pessoas dos cargos dos concelhos; pois, nestas terras pobres, eles representavam muitas vezes antes um encargo do que uma vantagem”. (HESPANHA, 1994, p.370).

Portanto não era de todo incomum que as autoridades públicas, em especial camarárias, utilizassem recursos próprios para cumprir metas de obras.²¹⁴ Lembrando-se que,

²¹⁰ “(...) encontramos, de facto, inúmeras terras em que se não taxam os officios honorários, justamente pelo facto de eles darem mais trabalho e despesa do que proveito. Esta situação era ainda agravada pelo facto de se irem multiplicando os privilégios de não servir nos cargos da governança; o que, combinado com o progressivo elitismo do governo local, ia fazendo recair o encargo dos officios honorários num círculo cada vez mais reduzido de pessoas.” (HESPANHA, 1994, p.370)

²¹¹ “Notabilizaram-se outros — não pelo que lhes ocorreu em vida, mas pelo mistério, a sabor de novela policial, com que passaram desta para a melhor. Foi este o caso, pelo menos, do Juiz Ordinário Luís Martins Colaço, misteriosamente assassinado na sua Laguna, em 1821. Não se apurou jamais a causa do crime, nem se provou quem teriam sido os seus autores. O que se sabe é que na manhã de 21 de agosto recebeu a população da Vila, estarecida, a notícia de que o juiz da terra teria sido assassinado na noite anterior pelos Françaes, da firma França & Irmãos, que arrematara havia alguns anos a cobrança de certos dízimos e que continuava a cobrá-los ainda depois de extintos (...)” (NEQUETE, 2000, p.272).

²¹² Tal situação será abordada adiante no item 2.4.2.

²¹³ “Desde logo, a restrita dimensão e população destes municípios não deixava grandes alternativas. Nos pequenos e pequeníssimos concelhos, a regra parece ter sido a da resistência das elites sociais locais a integrarem directamente as instituições camarárias, incluindo as vereações. As explicações para esta atitude são fáceis de entrever. Em primeiro lugar, era, no mínimo, duvidoso que a participação nas pequenas câmaras acrescentasse prestígio social (status), sobretudo a quem já o tinha: uma grande parte dos juristas considerava, como se disse, que só o desempenho de officios nos senados de «cidade e vilas notáveis» conferia nobreza. Além disso, ser-se official camarista num município de reduzidas dimensões e com escassíssimos rendimentos podia revelar-se ruinoso para juizes ordinários, vereadores e procuradores, que, conforme muitas vezes se queixavam, tinham de pagar parte do imposto das terças devido à coroa dos seus próprios bolsos.” (MONTEIRO, 2007, p.66-7).

²¹⁴ “Diante da impossibilidade de atender ao mínimo indispensável para a manutenção do modesto patrimônio municipal, não foi raro que seus agentes empregassem seus próprios recursos no reparo ou na realização de obras públicas.” (FRANCO, 1997, p.129)

a princípio, a coroa oferecia as Câmaras autonomia para arrecadação de taxas para auto-sustento.²¹⁵ Além disso, é fácil constatar que a falta de instalações para os serviços públicos,²¹⁶ em especial para as atividades da Câmara, levava a utilização de espaços privados.²¹⁷

Por trazerem encargos fiscais e custas econômicas que atingiam inclusive a condição pessoal dos seus membros, existia grande resistência à alteração de termos e circunscrições político-administrativas. Por um lado devido ao peso dos impostos e custas para manutenção do concelho,²¹⁸ por outro por retirar da esfera de jurisdição o controle sobre territórios mais amplos.²¹⁹

Levando o exposto em consideração, é possível perceber a complexidade do tema do Concelho camarário. Espaço de contato com o poder real, espaço de autonomia. Mais do que órgãos que sirvam de exemplo para argumentos de centralização ou descentralização do poder, eram estruturas dinâmicas.

(...) as câmaras coloniais raramente se tornavam meros carimbos ou capachos, incapazes de criticar os altos funcionários do governo, fossem vice-reis ou juízes do mais alto tribunal. Com todos os seus defeitos, e mesmo nos casos em que os conselheiros tivessem se tornado uma espécie de "panelinha oligárquica", em geral continuavam a representar os interesses locais de outras classes além da sua, pelo menos até certo ponto. Seu poder, influência e prestígio foram consideráveis durante todo o período colonial, embora, naturalmente, mais em certas épocas e certos lugares do que em outros. (BOXER, 2002, p.298).

Até meados do século XVIII, em que as reformas administrativas modernas

²¹⁵ “O fato de as Câmaras ultramarinas, além da simples administração dos impostos criados pela Metrópole, lançarem por sua conta taxas, arrecadações e donativos demonstra, como afirma Figueiredo, uma “certa tendência ao auto-governo”. A seu ver, esta “experiência revela o conteúdo fortemente autônomo que alcançou a fiscalidade voltada para a defesa”, resvalando no risco “de se esvaziar a autoridade dos administradores metropolitanos na colônia em detrimento da autonomia municipal” (BICALHO, 1998, p.18)

²¹⁶ “(...) havia também carência de prédios e instalações para o funcionamento de seus serviços. Neste caso, igualmente, a saída foi pela utilização de propriedades particulares.” (FRANCO, 1997, p.130).

²¹⁷ Em Curitiba as sessões da Câmara eram realizadas durante as décadas de 1820 e 1830 no “(...) Consistório da Igreja de São Francisco de Paula que serve de sala das Sessões Municipais” (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.64 e outras). Assim como as audiências dos juízes ordinários eram realizadas, normalmente, em sua própria casa.

²¹⁸ “(...) Quando isto acontecia, o povo e oficiais do antigo concelho protestavam por via de regra. Por razões de ordem diversa: por um lado, diminuindo o âmbito do concelho, os tributos que este tinha que pagar pelo sistema do encabeçamento (v.g., as sisas) gravavam mais pesadamente sobre cada vizinho, pois, agora, estes seriam menos; por outro lado, o encargo que recairia sobre cada um relativamente aos gastos concelhios (fintas, etc.) seria também maior.” (HESPANHA, 1994, p.93).

²¹⁹ “Mas o que aqui nos interessa realçar é que, do ponto de vista doutrinal e jurídico, este interesse estava tutelado pelo princípio da aderência essencial entre território e jurisdição. Pelo que qualquer atentado à integridade territorial do concelho seria, ao mesmo tempo, um ataque à sua jurisdição”. (HESPANHA, 1994, p.93-4)

portuguesas começam a ter efetividade mais significativa,²²⁰ a Coroa mantinha-se mediante um pacto com os Concelhos (especialmente simbólico), voltado a garantias militares e poderes fiscais. (HESPANHA, 1986, p.58; NEQUETE, 2000, p.233-4). No momento em que a interferência nos Concelhos torna-se mais direta o modelo de distribuição de poder altera-se lentamente. A implementação de juizes de fora nos concelhos das cidades principais (BICALHO, 1998, p.19-20), bem como a tutela das eleições camarários pelos corregedores e ouvidores de comarca (MONTEIRO, 2007, p.41) são sinais dessa transformação lenta. No Brasil um importante golpe na autonomia camarária ocorrerá com a aprovação da Lei dos juizes de paz de 1828. Entretanto a tradição da autonomia camarária ainda será essencialmente sentida no período analisado.

²²⁰ “Mas seria, em meados do século XVIII, que o modelo administrativo sinodal e, também, "cameral" começou a ser posto em causa. O debate passou a fazer-se, desde então, em torno das vantagens e inconvenientes do tipo de governo plural e corporativo em confronto com o sistema monocrático e unitário de direcção política de tipo ministerial. A discussão sobre o modelo administrativo implicou, em tais circunstancias, também a discussão sobre as vantagens e os inconvenientes da descentralização versus centralização do poder.” (SUBTIL, 2011b, p.183).

2. NAS FRONTEIRAS: CULTURA JURÍDICA NA OUVIDORIA DE CURITIBA E PARANAGUÁ EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO

2.1 OUVIDORIA DE CURITIBA E PARANAGUÁ COMO REGIÃO DE FRONTEIRA: O PALCO E SEUS ATORES

Charles Boxer chega a afirmar que eram duas as principais instituições do império português, a Câmara (concelho) e as irmandades religiosas (em especial a Santa Casa de Misericórdia).

A Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, com algum exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa do Maranhão até Macau. Elas garantiam uma continuidade que os governadores, os bispos e os magistrados transitórios não podiam assegurar. Seus membros provinham de estratos sociais idênticos ou semelhantes e constituíam, até certo ponto, elites coloniais. (BOXER, 2002 , p.286)²²¹

A presença de Câmaras que pudessem se adaptar as condições locais, bem como de Instituições religiosas, foram essenciais em todo império ultramarino português assim como também na região da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. Em tese, a inserção de Paranaguá ao império marítimo português era privilegiada, ao menos até o século XVIII, em relação à Curitiba, tendo em vista sua posição litorânea e a presença de fortificações. Até mesmo porque estava localizada na região que por excelência era contemplada nos planos do império marítimo português (BOXER, 2002).

Já Curitiba se encontrava isolada, no alto primeiro planalto, dos “sertões de Curitiba”. Durante muito tempo era a fronteira à oeste, sendo desconhecida a região que ia além, pelo Rio Tibagi, pelos campos de Guarapuava, Palmas e extremo Oeste. Existiam poucas informações inclusive sobre as tribos indígenas da região, em geral desconhecidas e vindas de antigos relatos de bandeiras. Da mesma forma era a fronteira sul do continente.

²²¹ “Um estudo comparativo de seu desenvolvimento e de suas funções mostrará como os portugueses reagiram às diferentes condições sociais que encontraram na África, na Ásia e na América, e em que medida conseguiram transplantar essas instituições metropolitanas para meios exóticos e adaptá-las com êxito”. (BOXER, 2002 , p.286)

Somente no final do século XVIII se terá maior acesso à região meridional pelo interior do continente (Campos do Rio Grande de São Pedro, Cisplatina e Argentina), bem como a instalação das estruturas administrativas do império português,²²² em especial devido ao incremento do comércio tropeiro para o abastecimento da região das Minas ao norte. Curitiba, aos poucos, no final do século XVIII, deixa de ser a última fronteira para tornar-se entreposto.

A historiografia do Direito brasileira não discorda que o direito que oficialmente era utilizado nas grandes (ao menos para a época) vilas brasileiras no século XVIII era o direito lusitano e sua forte influência do *ius commune* europeu. (WEHLING, 2001; LOPES, J. R., 2008; dentre outros). Em outros espaços, em geral, não se têm mais dúvidas do que certezas.

Nos processos da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba no final do Século XVIII e início do século XIX é possível identificar a estrutura portuguesa sendo aplicada, tanto material quanto processualmente.²²³ Isso não significa que inexistia a justiça dos senhores ou dos coronéis, mas que a justiça de origem portuguesa também existia e estava muitas vezes emaranhada aos potentados locais que se utilizavam da estrutura para seu benefício, bem como muitas vezes se sofriam conseqüências dentro de suas tramas. A descrição dessa dinâmica é importante referência para compreensão da cultura jurídica na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba.

2.1.1 A formação da Região

A ocupação do território da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba, segundo Boxer

²²² “Se o Brasil sempre foi um país de fronteira, este fato acentuou-se no século XVIII, quando a penetração da Amazônia, a descoberta de ouro em Mato Grosso e Goiás e a conquista do Rio Grande de São Pedro determinaram novas necessidades político-administrativas, com a instalação da máquina governamental numa extensa área”. (WEHLING, 2001, p.68)

²²³ Isso pode ser visualizado nos diversos processos estudados durante os últimos anos junto ao Arquivo Público do Paraná nas chamadas oficinas do poder judiciário (Vide Anexo 01). Na parte material não há dúvida o frequente uso da legislação portuguesa e de seus conceitos. Também foi possível visualizar nos levantamentos foi possível se vislumbrar processos como: ação de alma, assignação de 10 dias e justificações. Típicos modelos processuais do Antigo Regime português.

(1962) tem dois momentos chaves. O primeiro relacionado a descoberta de ouro de aluvião, aproximadamente em 1572, nas vilas do litoral e depois na região de Curitiba. O segundo, em especial, na região da vila de Curitiba relacionado ao caminho das tropas de gado vindos do Sul no século XVIII.²²⁴

A ocupação inicial da região da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba estava relacionada aos ganhos com possível exploração de metais preciosos. Inicia-se a partir do litoral e expande-se quando “(...) inúmeras incursões dirigiram-se aos sertões, partindo de Paranaguá, culminando por revelar a existência de metais preciosos nos campos de Curitiba”. (BUENO, 2009, p.271). Já na década de 1650 “(...) existiam povoamentos em Curitiba, Paranaguá (vila, cerca de 1646-9) e São Francisco do Sul”. (RUSSEL-WOOD, 1998). Dessa região, a única vila que não se situava no litoral era Curitiba. Algumas vilas estruturaram-se a partir de fortes no litoral para proteção contra a invasão estrangeira. A justiça portuguesa, durante esse período, não tinha alcance além dos centros urbanos litorâneos. No sertão predominava a justiça dos fazendeiros.²²⁵ Além deles os paulistas (aventureiros e bandeirantes)²²⁶ também não eram alcançados pela justiça portuguesa.

Em sua ocupação, durante os séculos XVI, XVII até meados do século XVIII, a vila de Paranaguá era o principal pólo urbano da região que iria formar a Ouvidoria.

²²⁴ Assim refere-se Boxer: “More or less as a sideline, they also searched for gold, silver and esmeralds; and they had discovered the alluvial gold-producing streams of Paranaguá by about 1572”. (BOXER, 1962, p.31). “The export of jerked beef, for wich the region later became famous, was of scant importance in the earlier years, but convoys of horses (mostly colts) and mules were soon sent over the Curitiba trail for sale in Minas Gerais”. (BOXER, 1962, p.244)

²²⁵ “(...) os proprietários de fazendas de gado no sertão, cujo o estilo de vida lhes conferiu o título de poderosos do sertão. Eles viviam e operavam na maioria dos casos fora daquilo que as autoridades metropolitanas consideravam como a fronteira entre a civilização e o barbarismo, situando-se para além do espaço onde se observava um efetivo cumprimento dos editos reais e das leis portuguesas. O seu modus operandi os colocava em posição de estranhamento em relação à Coroa e seus representantes na colônia. Dispunham freqüentemente de exércitos constituídos por homens de confiança, viabilizando assim sua atuação arbitrária. Estes potentados das áreas mais distantes puderam assumir uma posição de ignorar uma sucessão de editos reais da década de 1690, que visavam limitar o tamanho das sesmarias. Auto-suficiência, distância e inacessibilidade faziam deles elementos inalcançáveis pela Coroa”. (RUSSEL-WOOD, 1998)

²²⁶ “(...) os paulistas, que de São Paulo entravam pelo interior adentro, em direção a oeste, norte e sul. Topograficamente São Paulo encontrava-se isolado pela a Serra do Mar, sendo que o platô de Piratininga proporcionava poucas oportunidades. O povoamento era constituído pela presença de indivíduos de diversas nacionalidades (portugueses, espanhóis, italianos e europeus do norte) e de culturas variadas (ameríndios, africanos, europeus). A língua predominante não era o português, mas sim a língua geral, uma mistura de português com o tupi-guarani. A cidade de São Paulo, propriamente dita, tinha uma pequena população residente, servindo mais como ponto de organização das bandeiras. Sua auto-suficiência engendrava um espírito de independência, concorrendo para que os paulistas rejeitassem ou ignorassem as autoridades reais.” (RUSSEL-WOOD, 1998)

Ganhando importância significativa no final do XVII, “Ao sul, Paranaguá ganhava maior importância devido à sua localização enquanto ponto de acesso às áreas escarpadas e ao platô, que incluíam Curitiba e outros povoados.” (RUSSEL-WOOD, 1998).

Já a fundação da Vila de Curitiba ocorreu como parte de uma ação (ainda que não plenamente consciente) de governabilidade do império lusitano.²²⁷ “Curitiba teve suas origens nos meados do século XVII, como resultado da expansão paulista em direção ao sul. O que atraiu a população paulista foi à descoberta de ouro de aluvião, cuja decadência fez com que o lugarejo retrocedesse”. (PEREIRA, 2011, p.65). Com a falta de metais preciosos outros interesses foram fundamentais a estruturação da Vila de Curitiba. Um primeiro era à vontade da Coroa em ocupar a parte meridional do Brasil em detrimento da ocupação espanhola, tendo em vista que Curitiba na época era a região mais ao sul, no interior do continente, com ocupação portuguesa. Por outro lado, não se pode ignorar o “(...) ato de vontade da população, que parece ansiosa pela garantia de paz diante da situação de desamparo no que se refere ao governo e à justiça.” (ARAÚJO, 2011, p.142) na formação da vila.

Assim, ainda durante meados do século XVII, Curitiba é elevada à condição de vila em 4 de novembro de 1668, quando o capitão-mor²²⁸ Gabriel de Lara erige o pelourinho.

A história oficial de Curitiba se inicia, porém, ininterruptamente, em 1668, quando Gabriel de Lara, capitão-mor de Paranaguá e procurador do donatário da Capitania, tomou posse da povoação que estava surgindo nos campos de Curitiba, "em terras e limites da demarcação do Snr. Marques de Cascais", nela encontrando 17 moradores representativos da sociedade que aí estava se constituindo e que lhe requereram a instituição da vila. (MARTINS, 1995, p.254).

A vila de Curitiba é estabelecida com um objetivo diferente de diversas outras no território brasileiro. Não tinha um objetivo econômico ou fiscal imediato. Antes era um pólo de partida para a fronteira sul, uma base. A colonização da região sul do Brasil se deu através da “(...) infiltração dos pioneiros paulistas, vindos do norte, via Curitiba”. (BOXER, 2000,

²²⁷ “Avançava, assim, a institucionalização da governabilidade ibérica sobre os territórios ultramarinos portugueses. Esse contexto era ainda fundamentalmente caracterizado pela progressiva expansão e enraizamento da presença portuguesa no Atlântico Sul. Exemplos disso (...) a fundação de Curitiba (1614) (...)”. (GOUVÊA, 2001, p.290)

²²⁸ Além do cargo de capitão-mor Gabriel Lara “(...) desempenhava a função também de capitão povoador, alcaide-mor e ouvidor nomeado pelo Marquês de Cascais, responsável pela Capitania de Paranaguá desde 1660”. (PEREIRA, 2011, p.65), sendo portanto um ouvidor nomeado por donatário e não diretamente pelo rei.

p.258). Pertencendo, portanto, ao núcleo paulista de colonização a Vila de Curitiba era um espaço estratégico de defesa e conquista territorial.

(...) um local estratégico militarmente, tanto é que depois do reerguimento do pelourinho, a Câmara de Curitiba esteve por diversas vezes envolvida nos conflitos entre Portugal e Espanha pelo domínio do território do Brasil Meridional e também participando ativamente da conquista dos territórios do oeste (Guarapuava e Tibagi) e da ocupação do continente de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul). Com base nisso, a povoação da região pode ser vista como símbolo da pretensão portuguesa ao amplo território que é o atual sul do Brasil. (ARAÚJO, 2011, p.22).²²⁹

No final do século XVII ocorre a institucionalização da vila de Curitiba quando é eleito o concelho camarário em 1693. Na justificativa sobre a instituição da justiça, reiterava-se a necessidade de justiça numa terra onde os homens precisavam andar sempre com armas nas mãos.²³⁰

Após a fundação de Curitiba outro fato importante acontece na região no início do século XVIII. Em 1711 ocorre a compra pela Coroa das terras feitas em doação a Pero Lopes de Souza. Nesse momento a região deixa de ser oficialmente pertencente a um donatário para ser território diretamente controlado pela Coroa²³¹, tornando-se uma capitania régia com

²²⁹ A região sul do Brasil era uma terra inóspita, em que não existia domínio exclusivo de nenhum reino, por isso estabelecer vilas em pontos estratégicos seria de importante significado. “A região entre o rio Uruguai e o mar, embora reclamada tanto pela Coroa de Portugal como pela de Espanha, e apesar de ocasionalmente cruzada por bandos exploradores de ambas as nações, era, na prática, Terra de Ninguém, a não ser pela presença de alguns missionários jesuítas e certas tribos ameríndias.”. (BOXER, 2000, p.257)

²³⁰ “Os moradores todos assistentes nesta povoação de Nossa Senhora da Lux e Bom Jesus dos Pinhaes que atendendo ao serviceo de Deos e o de S. Magestade que Deos o guarde paz quietação e bem comum deste povo e por ser já hoje muy crecido por pasarem de noventa homens e quanto mais crece a gente levão fazendo mores desaforos, e bem se vio esta festa **andarmos todos com armas na mão** e apelourousse dous outros mais, e outros insultos de roubos como he notorio, e constante pelos cazos que tem sucedido e daqui em diante sera pior o que tudo cauza o estar este dito povo tam desemparrado de Governo e desiplina da Justiça e atendendo nos que ao diante sera pior por não aver a dita Justiça na dita Povoação, nos ocorremos a Vm. ce como Capp. m mor, digo Capp. tam e cabeça della e por ser já decrepito e não lhe obedecerem seja servido premitir a que aja Justiça nesta dita Villa, pois nella a g.t bastante para exercer os cargos da dita justiça que faz numero de tres povos. F. pella ordenação ordena sua Magestade que avendo trinta homens se eleja justiça e de mais de que conta que Vm. ce por duas vezes procurou aos Cappitains mores das Cappitanias debayxo lhe viessem criar justiça na dita povoação sendo que não era necessario por ter avido ja justiça em algum tempo creada pello defunto Cappitão mor Gabriel de Lara que levantou Pelourinho em nome do Donatário, o Snr marquez de Cascaiz. Pelo que requeremos a Vm. ce da parte de Deus e el-Rey que visto o que alegamos e o nosso pedir ser justo e bem comum de todo este povo o mande ajuntar e fazer eleyção e criar Justiça e Camara formada para que assim aja themor de Deus e del-Rey e por as couzas em caminho”. (BOLETIM, 1927, p.35-6)

²³¹ “Apenas em 1711 a Capitania (40 léguas do sul de Superagui a Laguna), conjuntamente com as demais terras de doação feita em 1534 a Pero Lopes de Souza, foi vendida à Coroa por 40.000 cruzados. Ocorre aqui a progressiva eliminação do sistema de capitanias hereditárias por capitanias régias. Determinadas famílias garantiram para si o controle e acesso a certas posições, bem como o conjunto de privilégios”. (PEREIRA, 2011, p.65)

Ouvidores nomeados diretamente pelo rei.

Nas primeiras décadas do século XVIII uma nova função econômica começa a se destacar na região, o chamado tropeirismo. A atividade consistia em comprar tropas de bois, muares e cavaleiros da região sul do Brasil e transportá-las para a região de Minas Gerais, aonde havia necessidade de animais para alimentação e transporte de cargas para obtenção de lucros.²³² A venda ocorria na famosa feira de Sorocaba, em São Paulo, onde se estabeleceu um rentável comércio de animais (CARVALHO; BETHELL, 1991, p.323).

O caminho de Curitiba que vinha do sul em direção a São Paulo existia antes mesmo da criação da vila. “A partir dos primeiros anos do século XVIII, como simples extensão de velhas trilhas indígenas, esta rota se converteu na via de acesso aos campos do sul e trajeto de passagem das tropas de bois, muares e cavalos (...)” (BUENO, 2009, p.271-2).

A atividade do tropeirismo foi se aperfeiçoando e novos caminhos acabam ganhando maior relevo, dentre eles o chamado caminho de Viamão.²³³

O desenvolvimento local acaba por atrair a presença do Ouvidor da capitania de São Paulo (a rigor em todas as vilas da capitania do sul), Ouvidor Rafael Pires Pardinho,²³⁴ em 1720. Estimava ele que a população local era de 200 casais, nas duas freguesias de Curitiba, e mais de 1400 pessoas de confissão. Pardinho deixa nas vilas da região longos provimentos para organizar as câmaras, estruturar o funcionamento do poder judiciário, em especial no quesito da justiça camarária (ordinária) e a cidade.

(...) Pardinho deixaria em Curitiba longos Provimentos que tiveram a intenção de adequar os procedimentos jurídicos e administrativos da Câmara aos intentos metropolitanos. (...) Os Provimentos do ouvidor são equiparados à lei régia, a partir de uma consulta feita ao Conselho Ultramarino em 22 de maio de 1723 (...) (PEREIRA, 2011, p.70)

²³² “(...) o tropeirismo. Consistia o negócio em ir comprar as muladas no Rio Grande, no Uruguai, na Argentina, conduzi-las em tropas, numa caminhada de três meses pela estrada do Viamão, inverná-las por alguns meses nos campos do Paraná, e vendê-las na grande feira anual de Sorocaba, onde vinham comprá-las paulistas, mineiros, e fluminenses. O “ciclo das tropas” começa em 1731 e se esgota na década de 1870, quando as construções das estradas de ferro do café, em S. Paulo, desvalorizam o muar como meio de transporte.” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p.65).

²³³ Vide Anexo 11 com mapas do Caminho de Viamão.

²³⁴ “A Ouvidoria de Paranaguá seria, assim, um novo centro de poder, cuja importância se deve, em grande parte, a um notável magistrado da época, o Ouvidor Raphael Pires Pardinho. Em 1721 ele estivera em demorada correição em Paranaguá e Curitiba, onde deixou os célebres predicamentos representativos dos fundamentos legais e políticos que orientaram por muito tempo a administração em terras paranaenses” (COSTA, S., 1994, p.21).

Esse poder dado aos provimentos do Ouvidor demonstram que no próprio surgimento das vilas preocupou-se em manter-se o elo e a estrutura funcional portuguesa, diminuindo em grande medida a autonomia local. Normalmente, as câmaras elaboravam “posturas municipais” para gerir a cidade. Tais eram previstas nas Ordenações Filipinas (L.1, tit. 66, § 28, 29, 30 e 31) e estariam presentes na Constituição Imperial e nas primeiras Constituições republicanas. Entretanto, “(...) tanto em Curitiba quanto em Paranaguá, vigoravam, de fato, os provimentos do ouvidor Pardinho editados na década de 1720. Tais provimentos são a melhor demonstração do esforço do estado português em se fazer valer na região.” (PEREIRA, 1996, p.13).²³⁵

Após a correição de Ouvidor Pardinho em 1720, foram diversas as correições do Ouvidor da capitania de São Paulo na Vila de Curitiba.²³⁶ Após a visita de Pardinho à região, percebe-se a necessidade da criação da Ouvidoria de Paranaguá. Já em 1723 se indica sua criação, em especial pela vastidão do território meridional, e no ano seguinte se concretiza a divisão da Capitania de São Paulo em duas Ouvidorias.

Não se conhece o ato régio que criou a Comarca de Paranaguá, mas tão somente a Carta Régia de "participação de sua criação e provimento", que data de 17 de junho de 1723. Somente, porém, em 1724, por Provisão de 21 de agosto, foi nomeado seu primeiro ouvidor, o dr. Antônio Alves Lanhas Peixoto". (MARTINS, 1995, p. 207-8).

A ouvidoria de Paranaguá surge abrangendo todo o sul do Brasil até o rio da Prata.²³⁷ Esse tamanho porém não irá perdurar muito tempo. No momento da criação existiam seis vilas: Cananéia, Iguape, Paranaguá, Curitiba, São Francisco e Laguna. Posteriormente:

²³⁵ “Dominadas as Câmaras Municipais, abafados os poderes locais das grandes famílias, organizado o povo dentro da disciplina militar das tropas de primeira linha, de auxiliares, de ordenanças e de milícias, e de corpos de soldados aventureiros, estava o Brasil do século XVIII preparado para as grandes campanhas que se feriam nas fronteiras dos espanhóis.” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p.76).

²³⁶ Existem Provimentos feitos em 1726, 1735, 1737, 1739, 1743, 1745, 1746, 1752, 1756, 1757, 1758, 1776, 1779, 1787, 1788, 1789, 1790, 1791, 1793, 1794, 1797, 1798 e 1799 e essas datas confirmam um aumento dos registros e dos controles a partir da maior inserção de Curitiba no caminho do Viamão e no transporte de muare; em todos os provimentos as questões dos caminhos aparecem (PEREIRA, 2011, p.74)

²³⁷ “A Ouvidoria de Paranaguá compreendia todo o sul do Brasil, "até ao Rio da Prata. A oeste ia até as Furnas", no sertão povoado e no "que estava por descobrir e povoar" a linha que em Iguapé tinha a sua baliza, prolongada para Oeste dividiria "as inovadas povoações". (Termo de Divisão da Capitania de São Paulo em duas Ouvidorias, de 10 de fevereiro de 1725)". (MARTINS, 1995, p.209). “Pertenciam-lhe, pois, as Vilas marítimas de Iguapé, Cananéia, São Francisco, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), Laguna, e, em Serra Acima, a de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, sendo de notar que Nossa Senhora do Desterro alinhou-se nessa categoria por ato do Ouvidor Lanhas Peixoto, datado de 26 de março de 1726.” (NEQUETE, 2000, p.107).

(...) outras vilas foram criadas no interior do espaço geográfico pertencente à ouvidoria: Desterro (1726), Lages (1771), Guaratuba (1771), Castro (1789), Antonina (1797) e Lapa (1806). A vila de Desterro, porém, pouco tempo ficou sob a jurisdição da ouvidoria de Paranaguá, uma vez que com a instalação do governo da Ilha de Santa Catarina, em 1738, e com a posterior inserção de uma ouvidoria naquela região, em 1749, Desterro tornou-se, assim como Paranaguá, “cabeça de comarca”. (PEGORARO, 2008, p.185).

238

Os sertões do Brasil não eram locais pacíficos ou estáveis.²³⁹ A Ouvidoria de Paranaguá foi criada para exercer primordial função de coesão e estabilização do espaço de fronteira do reino.²⁴⁰ Nesse sentido, eram estimuladas as criações de novas vilas para estabilizar o domínio português. Fazia parte da política pombalina a colonização do interior na região sul do Brasil, estabelecendo a cada 10 (dez) léguas uma vila ou povoamento, além de reforçar as defesas da região do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.²⁴¹ É o caso da vila de Guaratuba em 1771, criada mediante decreto no período da administração do Morgado de Mateus, para defesa do litoral sul.

(...) as primeiras convocações de voluntários para povoar foram enviadas em 5 de dezembro de 1765 a Paranaguá e Iguape, destinando-se respectivamente à criação de Guaratuba e Sabaúna, no litoral sul. As convocações eram feitas por meio de bandos – decretos afixados em locais públicos – que ofereciam parcelas de terras a quem se dispusesse a povoar. A vida em vila permitiria, assim, que aqueles que não tivessem condições de satisfazer as exigências necessárias para obter sesmarias pudessem adquirir terras gratuitas em chão urbano, assim como usufruir das terras comuns do rossio (DERNTL, 2012,

²³⁸ Podem-se ter maiores informações sobre a ereção de Castro a Vila em 20 de janeiro de 1789 em: Documentos interessantes, vol. 4, p. 115. Sobre a ereção de Lapa a categoria de Vila em 3 de Janeiro de 1806 vide: Documentos interessantes, vol. 4, p.122.

²³⁹ “O Paraná, como espécie de território-tampão, será ao longo dos séculos uma típica área de transição, de passagem, de confraternização e integração, mas às vezes também de rebeldia e resistência, a oscilar entre a lealdade política às autoridades coloniais do Rio de Janeiro ou de São Paulo, e à solidariedade irresistível com as turbulências sulinas” (COSTA, S., 1994, p.23).

²⁴⁰ “São Paulo permaneceu uma área rústica até bem avançado o século XVIII. Até essa época (...) a população de origem européia era pequena, havia poucos escravos africanos, grande quantidade de índios e uma grande proporção de pessoas de origem mista, mamelucos e mestiços. Embora (...) a adoção da cultura e da língua dos índios fosse comum, a exploração destes enquanto fonte de mão-de-obra era intensa, apesar do fato de que nessas fronteiras a presença de missionários se dava numa escala que já havia desaparecido nas zonas de exportação.” (SCHWARTZ, 2000, p. 113).

²⁴¹ “En la mitad sur del país se produjeron intentos parecidos de anticiparse a los invasores extranjeros por medio de un programa de colonización, aunque este programa se planteó de forma diferente. Las defensas de Rio Grande de Sao Pedro y la isla de Santa Catarina se reforzaron y se facilitó activamente que casais de las Azores y emigrantes de otras partes de Brasil se establecieran allí. En la capitania de Sao Paulo, Pombal deseaba mantener la soberania portuguesa en los territorios occidentales estableciendo colonias cada 10 leguas, civilizando a los indios y enseñándolos a trabajar, en otras palabras, creando «colonias de vilas y aldeias, dotadas de jueces, regidores y cabildos [cámaras], siguiendo el modelo de las que fundara Francisco Xavier de Mendonca Furtado en Para» (SILVA, A., 1990, p.156).

p. 112).

Da mesma forma a conquista do interior era incentivada por meio de ordens e decretos de governadores de São Paulo. Castro, fundada em 1789, já está voltada a congruência de dois interesses, o desenvolvimento do tropeirismo e a consolidação do território no interior.

(...) nesse mesmo rumo estava o interesse ligado aos sertões do Tibagi e aos Campos de Guarapuava. Se Curitiba era o centro de arregimentação de gente e irradiação das expedições para aquela região, Santa Ana de Iapó (vila de Castro), por exemplo, localizava-se entre aquele centro e a região do Tibagi. (BUENO, 2009, p.288).

Observando o desenvolvimento da população do Paraná entre 1720 e 1822 é possível perceber a interiorização gradativa da população, bem como o aumento na importância das atividades voltadas ao tropeirismo.²⁴²

Tabela 2 - Distribuição da População do Paraná entre 1720 e 1822						
Ano	Litoral	%	Planalto	%	Total	%
1720	2000	59,0	1400	41,0	3400	100,0
1772	3382	44,0	4245	56,0	7627	100,0
1800	8884	40,7	12959	59,3	21843	100,0
1822	11247	35,6	20319	64,4	31566	100,0
Fonte: (BALHANA, 1972, p.13).						

As regiões dos Campos Gerais e de Guarapuava começaram a ser cobiçadas com maior intensidade. O mapa a seguir demonstra inclusive a preocupação em descrever aquele território que até o momento era desconhecido.

Para conhecer e mapear a região são organizadas as chamadas expedições do Rio Tibagi,²⁴³ “(...) sob o comando geral do coronel Afonso Botelho, que organizou e enviou ao sertão, onze expedições militares de conquista dos rios do Paraná, entre 1768 e 1774”. (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p.77).

Em relato enviado ao governador da Capitania de São Paulo mediante carta, um

²⁴² “Quanto à distribuição espacial da população, ela foi pouco disseminada até o início do século XX pois apenas um terço do território do Paraná havia sido ocupado até aquela data. Nos primeiros tempos da ocupação do Paraná foi maior a concentração de habitantes no litoral, porém, já em 1772 começou a haver maior concentração populacional no planalto.” (BALHANA, 1972, p.13).

²⁴³ Para visualizar a região do Rio Tibagi veja o mapa da bacia no Anexo 3.

participante das expedições relata crueldades e falta de condições. (Documentos interessantes, vol. 4, 67-8).²⁴⁴ Além disso, um dos capitães das expedições é preso e enviado para Buenos Aires aonde teria sido torturado, teria a expedição avançado demais.

(...) o tenente Domingos Lopes Cascais paçando muito mais adiante, huas vezes navegando para o que lhe era preciso fazer novas Canoas; e Outras vezes por terras dando varias partes das difficuldades que tinha encontrado chegando A verse no maior perigo, pois despedaçando-se a Canoa em que hia embarcado na violencia de hua caxoeira com difficuldade pode apegar-se a huns ramos de donde com os socorros dos camaradas livrou a vida perdendo as armas reinunas, fattos e quase tudo quanto hia na Canoa, e vencendo valerosamente tantos trabalhos continuou ate de faltarem noticias de Seu progredo, e saberse se achava preso em Buenos Aires por ter Sahido em misoens onde foi preso em 20 de Novembro de 1770 junto com o seu Alferes Antonio da Costa que consta ter fallecido cruelmente naquela prisão e os mais camaradas que tiranamente conservão presos em Buenos Aires, e tratados com barbaridades e falta de caridade. (Documentos interessantes, vol.4, p.43).²⁴⁵

Os objetivos das expedições do Tibagy porém não eram muito claros e são discutidos entre os historiadores. Provavelmente fazia parte de um planejamento estratégico para ocupação do território e conquista frente aos espanhóis.

A partir de 1776 os conflitos pela fronteira sul entre portugueses e espanhóis se acentuam.²⁴⁶

A chegada da armada espanhola ocorre em fins de fevereiro de 1777, sem defesa naval para proteger Santa Catarina, os espanhóis descem a terra. Chegando a fortaleza de Ponta Grossa percebem que a mesma havia sido evacuada. O mesmo havia acontecido com os fortes de Santa Cruz e Ratones. Assim como a vila de Santo Antônio também havia sido abandonada pelos civis e militares. (BICALHO, 2005b, p. 9).²⁴⁷

²⁴⁴ Vide Anexo 5, Vol. 4, Documento 3. Veja também o relato das Expedições do Tibagy de 1770 em: Documentos interessantes, vol. 4, p.37 e Ss.

²⁴⁵ Vide Anexo 5, Vol. 4, Documento 1.

²⁴⁶ “Em março de 1776, tropas portuguesas capitaneadas pelo General Böhn e o pelo Capitão de Mar MacDowall tomaram o Rio Grande dos espanhóis”. (BICALHO, 2005b, p. 6). A reação de Castela foi organizar uma força punitiva com objetivo de atacar um porto brasileiro. Em 13 de Novembro de 1776 as forças espanholas partiram para a ilha de Santa Catarina. A expedição era capitaneada pelo Marquês de Casa Tilly e por D. Pedro de Cevallos. Diante do poderio militar espanhol as chances de defesa da região eram insignificantes sem reforços. Por isso, “(...) a 20 de fevereiro, um Conselho de Guerra convocado por Mac Dowall decidira que os navios sob seu comando deveriam retornar ao Rio de Janeiro, no sentido de conseguir reforços e obter novas instruções do vice-rei”. (BICALHO, 2005b, p. 9).

²⁴⁷ O objetivo de Cevallos era invadir em seguida o Rio Grande, porém os procedimentos para a capitulação de Santa Catarina, inventário dos bens saqueados e apreendidos, bem como preparativos para um revide luso

A saída para os portugueses, que viviam a transição entre o período pombalino e o reinado de D. Maria I, foi buscar a diplomacia para estabelecer as novas fronteiras da região sul. O acordo diplomático sairá em, Outubro de 1777, chamando-se tratado de Santo Idelfonso.²⁴⁸ O mais importante de tudo o que aconteceu era que Curitiba era a fronteira de São Paulo com o espaço em disputa. Era o local de onde eram recrutados reforços para as guerras do sul, um espaço em eminente zona de conflito. Por certo o tratado de Santo Idelfonso foi mais desfavorável a Portugal do que tratados anteriores (SILVA, A., 1990, p.154), como o tratado de Madri, entretanto a fragilidade portuguesa no período impedia melhores condições de negociação.

Os conflitos porém não terminariam aí. Em 1801 é a vez dos espanhóis invadirem um território tradicionalmente português, a região sul do Mato Grosso.²⁴⁹

Os impactos das guerras contra os espanhóis para os habitantes da região de Curitiba e Paranaguá foram enormes. Além da dura organização militar, as perdas tanto monetárias quanto humanas eram inestimáveis.²⁵⁰ E o constante medo de represálias e ataques

custaram precioso tempo para o comandante Cevallos. Quando dirigiu-se ao Rio Grande o mau tempo impede de alcançar o litoral. “Quando zarpo rumo ao sul, o mau tempo e os ventos contrários impediram que alcançasse o litoral do Rio Grande, obrigando-o a ir diretamente ao estuário platino, onde entrou no porto de Maldonado no dia 18 de abril”. (BICALHO, 2005b, p. 9). A partir daí a campanha militar espanhola voltou-se a colônia do Sacramento (futuro Uruguai), não tendo maiores dificuldades em diminuir a fortaleza. “A quatro de junho de 1777 forças espanholas conquistavam a Colônia do Sacramento pela quarta vez nos noventa e sete anos de sua existência. Nos dias que se seguiram, a cidadela fora completamente destruída, colocando-se um ponto final no símbolo de uma disputa sangrenta e imemorial entre as duas metrópoles ibéricas pelo domínio do comércio platino.” (BICALHO, 2005b, p. 9)

²⁴⁸ “As negociações se estenderam até primeiro de outubro de 1777, quando finalmente foi assinado o Tratado de Santo Idelfonso, segundo o qual caberia à Espanha a área da Colônia do Sacramento, embora Portugal continuasse a manter o Rio Grande e toda a região das lagoas Mirim e dos Patos. Recuperava Santa Catarina, com a condição de que os navios mercantes espanhóis recebessem nela toda a hospitalidade e assistência em casos de necessidade, como convinha a súditos de monarcas entre os quais prevalecia a mais firme amizade e aliança. A área das Sete Missões, motivo da revogação do Tratado de Madri, permaneceria nas mãos dos espanhóis.” (BICALHO, 2005b, p.10). “1777 - Huma formidável esquadra Hespanhola (de 126 velas) ao mando de D. Pedro Cevallos toma a ilha de Santa Catharina, e a colônia do Sacramento.— Morre El-Rei D. José I. (24 de Fevereiro).— Sobe ao trono D. MARIA I - Celebra-se com Hespanha o tratado preliminar de paz; (1.º de Outubro) chamado de Santo Idelfonso, em virtude do qual se fixão novos limites ao Brasil no sul, e se perde a colônia do Sacramento que passa aos Hespanhoes.” (MALHEIRO. 1850, p.66)

²⁴⁹ “La noticia de que España había invadido Portugal en 1801 produjo otro chispazo bélico en la parte sur de los territorios americanos, cuando los españoles intentaron, sin éxito, establecerse al sur de Mato Grosso, y los portugueses invadieron el territorio de las Siete Misiones, logrando una conquista que confirmaría más tarde el silencio del Tratado de Badajoz (1801).” (SILVA, A., 1990, p.155). A conquista da região dos sete povos das missões (região oeste do Rio Grande do Sul) demarca a expansão final da fronteira sul do império português na América. “Portugal luchó en dos guerras para asegurar las fronteras del sur de Brasil y perdió, pero en 1801 en un tercer conflicto obtuvo para Brasil ricas tierras agrícolas y de pastoreo en la zona templada del sur. El Brasil colonial había alcanzado sus límites territoriales”. (ALDEN, 1990, p.306).

²⁵⁰ “(...) com a abertura das guerras espanholas no Prata, que se iniciou a dura organização militar. Habitados a um tipo de guerra só justificada pelos seus interesses locais, às populações do sul aborreciam vivamente as

espanhóis manteve a Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba em constante alerta.

Em 1819, depois do fracasso na tentativa de reconquistar as antigas colônias espanholas, novamente a Armada espanhola se volta ao litoral brasileiro. Existia grande temor pelo governo de D. João VI de invasão a ilha de Santa Catarina como ocorreu em 1777. Foi ordenado ao Coronel Ignácio de Sá Sotto Maior arregimentar as forças locais e reforçar Santa Catarina.²⁵¹ Porém, percebendo-se que a armada espanhola não havia intentado tomar a ilha de Santa Catarina, foi dada a ordem de sustar a marcha e voltar.²⁵² Essa campanha demonstra que a região era constantemente solicitada para proteger as fronteiras sul.

2.1.2 O Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba entre 1822 e 1831

Como eram as vilas da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba no período da Independência? Existem várias fontes e estudos que auxiliam a responder tal pergunta.

Um interessante estudo de Allan T. T. Kato apresenta, por exemplo, como deveria ser a planta da vila de Curitiba e de outras vilas da região em 1815.²⁵³ A cidade era pequena e centrada na igreja matriz. Algumas das ruas apresentadas na planta são citadas como moradias

guerras empreendidas aparentemente divorciadas do interesse dos colonos, das famílias e das Câmaras Municipais. Estas protestavam continuamente contra a nova organização militar das suas populações.” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p.75).

²⁵¹ “Era mister reforçar a guarnição da praça de Desterro, como medida preventiva. Neste sentido foi expedida ordem ao governador general da Capitania de S. Paulo para mandar, com a maior urgência, um reforço de 200 soldados de caçadores para Santa Catharina para proteger o corpo de artilharia aquartelado naquela ilha, com a recommendação de não enfraquecer a guarnição de Santos. (...) O Coronel Ignacio de Sá Sotto Maior, commandante do Regimento de Cavallaria de Milicias de Curityba, que se encontrava em S. Paulo, recebeu ordens de reunir-se. sem demora, ao seu corpo e marchar immediatamente para S. Catharina, onde aguardaria a passagem da armada hespanhola.” (LEÃO, 1994, p.591-2).

²⁵² “Lida a ordem, se poz em marcha para Paranaguá o primeiro esquadrão do Regimento. Já se achava, naquella villa o Marechal de Campo Candido Xavier de Almeida e Souza, Commandante em chefe da Divisão do Sul, que ali havia chegado a 19 de Outubro. Occorreu este facto no dia 29 de Dezembro: o primeiro esquadrão compunha-se de 100 praças, segundo informação de Vieira dos Santos e acompanhava-o Ignacio de Sá. No dia immediato partiu de Curityba, o segundo esquadrão que levava o pequeno effectivo de 53 praças. Já havia chegado a Paranaguá o Decreto de 12 de Dezembro de 1819, que mandava sustar a marcha do Regimento e regressar a quartel. Quando os Curitybanos chegaram a Paranaguá, a 2 de Janeiro de 1820 e tiveram conhecimento das ultimas ordens, dominados de justa alegria promoveram festejos, dando muitas salvas e Viva a Sua Magestade. Incontestavelmente o Coronel Ignacio de Sá Sotto Maior esteve á altura da situação e bem correspondeu á confiança dos seus superiores.” (LEÃO, 1994, p.597).

²⁵³ No anexo 03 é possível verificar a planta elaborada por Kato, além de foto de original da planta da cidade de Curitiba em 1857.

dos autores, testemunhas e rábulas da cidade. As alterações das cidades provavelmente foram pequenas até o período analisado.

Além das plantas da cidade é possível observar os desenhos feitos por Debret quando da passagem na região por volta de 1827. São as primeiras imagens registradas da região, datando do mesmo período das aquarelas de João Pedro mulato, apresentadas em anexo.²⁵⁴ Retratam além da paisagem da região, a estrutura das cidades e suas funções.

Além das imagens das vilas existem ainda dados sobre o contingente populacional.²⁵⁵ As fontes de tais dados são basicamente as chamadas “listas nominativas” (maços da população) modernizadas pelo governo português a partir da Ordem Régia de 21 de outubro de 1797, em que, por ordem de D. Maria I, se introduz novas técnicas de recenseamento.²⁵⁶ Vale ressaltar inicialmente que a Capitania (depois Província) de São Paulo, ao contrário dos tempos atuais, não era a região mais populosa do país.²⁵⁷ A professora paranaense Altiva Balhana apresentou dados comparativos entre São Paulo e Curitiba em 1822.

Tabela 3 - População das principais povoações da Província de São Paulo	
Cidades e Vilas	Ano de 1822
São Paulo	24311
Curitiba	11867
Sorocaba	8908
Itú	8247
Fonte: (BALHANA, 1972, p.14).	

Por esses dados, Curitiba era a segunda maior vila da Província de São Paulo em

²⁵⁴ Vide Anexo 11.

²⁵⁵ No Anexo 9 pode-se ver diversas tabelas e mapas populacionais que podem servir de comparativo para as cidades brasileiras, da capitania de São Paulo e da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba.

²⁵⁶ Tais documentos aos poucos são disponibilizados por via digital, algumas das listas podem ser encontradas no site do Arquivo Público Estadual de São Paulo: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>

²⁵⁷ Segundo ALDEN (1990) a província de São Paulo no início do século XIX era apenas a 5ª mais populosa do Brasil. Além disso, a cidade de São Paulo teria apenas 24.311 habitantes em 1807. Esses dados variam em número apresentados por outros autores. Para termos de comparação pode-se ter em conta o que apresenta Sérgio Adorno apresenta para a cidade de São Paulo. “(...) São Paulo possuía 12.256 habitantes em 1836, contingente que não se alterou substancialmente ainda em 1855, quando a cidade acusou 15.471 habitantes” (ADORNO, 1988, p. 80).

1822.²⁵⁸ José Honório Rodrigues chegou a afirmar que em meados do Século XIX Curitiba chegou a ter uma população maior do que a de São Paulo, o que causa alguma estranheza.²⁵⁹ Segundo dados de ALDEN (1990) as maiores cidades brasileiras (Rio de Janeiro e Salvador) em torno de 1822 tinham suas populações girando entre 50 mil e 80 mil habitantes. Na região sul Curitiba disputava com Porto Alegre o status de maior cidade da região. Essa população cresceu lentamente, demorando um século para crescer de 3 mil para 30 mil habitantes.²⁶⁰

Tabela 4 - Crescimento da população do Paraná Séculos XVIII e XIX.		
Ano	Total de habitantes	Taxa de crescimento médio anual
1720	3.400	—
1772	7.627	2%
1800	21.843	5%
1816	27.097	1%
1822	31.566	3%
Fonte: (BALHANA, 1972, p.12).		

Podem-se comparar esses dados com os apresentados por Saint Hilaire em sua descrição da viagem à Curitiba.²⁶¹ Os dados relacionados à população de Curitiba são ligeiramente diferentes dos dados apontados nos maços populacionais devido à soma da população de freguesias como São José e Palmeiras. O crescimento populacional, mesmo

²⁵⁸ “Curitiba já concentrava no seu termo que compreendia São José, Campo Largo, Palmeira, Iguaçu e Votuverava, mais de um terço da população do Paraná, 37,59% e era a vila mais povoada da Capitania de São Paulo, situando-se pelo número de habitantes, logo abaixo da cidade de São Paulo.” (BALHANA, 1972, p.14).

²⁵⁹ “Basta lembrar que em 1847 o município de Curitiba era mais populoso que o de São Paulo, suas rendas gerais e provinciais excediam anualmente a soma de cento e quarenta contos e sua população geral atingia já a 60.000 habitantes”. (RODRIGUES, 1953, p.10).

²⁶⁰ Vide Anexo 9 para tabela completa de crescimento até o ano de 1900.

²⁶¹ Sobre a população da região o viajante aponta: “A Comarca de Curitiba contava, em 1813, com 36.104 habitantes. Se não lhe houvesse desanexado Cananéia, Iguaçu e Lajes, essa população se elevaria em 1839 a 56.626 indivíduos, a saber: 42.890 para a comarca propriamente dita, tal como ela é hoje, 9.396 para o distrito de Iguaçu, 1.627 para o de Cananéia e 2.713 para Lajes”. (SAINT-HILAIRE, 1964, p.112). Complementa assim as informações: “Finalmente, de acordo com o pequeno trabalho de Francisco de Paula e Silva Gomes e os dados enviados em 1843 pelas próprias autoridades de Curitiba ao governo central, o número de habitantes da comarca atual seria hoje 60.000. De tudo isso se conclui que, se o território de Curitiba não tivesse sofrido nenhuma modificação entre 1813 e 1839, sua população teria aumentado, em vinte e cinco anos, na proporção ao de 1 para 1,56; ou, se preferirmos, esse aumento teria sido de aproximadamente 5/9 em relação ao número primitivo, ou seja, menos 1/7, praticamente, do que o acréscimo que teria ocorrido no mesmo espaço de tempo na Comarca de Itu se o território dessa comarca não tivesse sido também diminuído depois de 1813. De resto, se algo nos deve causar surpresa nessa diferença, é que ela não tenha sido maior, pois as imigrações são mais numerosas no território de Itu do que no de Curitiba, e a introdução de escravos deve ter sido mais considerável — guardadas as devidas proporções — numa região voltada para a produção de açúcar do que numa outra dedicada à criação de gado”. (SAINT-HILAIRE, 1964, p.112-3)

sobre condições adversas é uma constante do período.²⁶²

Os maços populacionais trazem elementos mais precisos sobre a população da cidade.²⁶³ Por tais dados, confirma-se a idéia de que Curitiba era uma cidade com cerca da metade do tamanho da cidade de São Paulo e a maior população da Comarca. Além disso, a presença de 388 pessoas que podiam exercer cargos públicos demonstra a existência de pessoas alfabetizadas na cidade.

Pode-se supor que os dados dos anos anteriores fossem um pouco menores, porém não substancialmente significativos a ponto de ocorrer grande transformação populacional nos anos anteriores.²⁶⁴

Destaque ainda, dentro desses dados, a informação de que no “Termo de Curitiba Número de causas cíveis julgadas a final: 7. Número de causas crime julgadas a final pelo júri: 29” (LOPES, J. C. V., 2008, p.345). Ou seja, o júri criminal funcionava, julgando um número significativo de causas em comparação com o total populacional.

A população da região era heterogênea, composta por índios, europeus e africanos, marcada em especial pela escravidão. Os escravos tiveram importante papel na formação do efetivo populacional. Negros e pardos formaram grande parte da população na primeira

²⁶² Saint Hilaire aponta: “Em 1817 a população do Distrito de Curitiba compunha-se de 10652 indivíduos, no ano de 1818 a varíola devastou a região, e no entanto um novo recenseamento mostrou, no fim do mesmo ano, um aumento de 362 indivíduos, somando um total de 11014. Em 1838 esse número se elevava a 16.155”. (SAINT-HILAIRE, 1964, p.113).

²⁶³ Tais documentos foram consultados e transcritos recentemente (LOPES, J. C. V., 2008) para o levantamento da população de Curitiba em 1834. Os maços populacionais de Curitiba não foram ainda transcritos em sua integralidade, sendo disponíveis apenas em no Arquivo Público de São Paulo ou via microfilme no Arquivo Público do Paraná. Tal reprodução é de qualidade inferior e sua transcrição muito lenta e difícil, não sendo o foco central do trabalho privilegiaram-se a transcrição de outras fontes. A partir desses dados constataram-se as seguintes informações: “2.1.4 - Freguesia de Coritiba. 2.1.4.1 - Distrito. Tem 24 quarteirões e 1500 fogos. 1723 homens livres solteiros, 2321 mulheres livres solteiras, 1014 homens livres casados, 1076 mulheres livres casadas, 65 homens livres viúvos. 205 mulheres livres viúvas, 415 homens escravos solteiros, 444 mulheres escravas solteiras. 40 homens escravos casados. 61 mulheres escravas casadas, 17 homens estrangeiros não naturalizados, 9 mulheres estrangeiras não naturalizadas. Total de habitantes: 7390. Número das pessoas que sabendo ler e escrever, tendo meio honesto de subsistência, podem ser empregadas nos diversos cargos do município: 388. Número de jurados: 77. Nº do clero secular: 3. Extensão do distrito: Leste-Oeste 9 léguas; Norte-Sul 7 ditas. 471 nascimentos, 53 casamentos, 137 óbitos”. (LOPES, J. C. V., 2008, p.347).

²⁶⁴ Em relação ainda a Comarca como um todo o dado é o seguinte: “Total geral da comarca. Tem 146 quarteirões e 7648 fogos. 11183 homens livres solteiros, 12415 mulheres livres solteiras, 5380 homens livres casados, 5576 mulheres livres casadas. 425 homens livres viúvos, 983 mulheres livres viúvas. 3232 homens escravos solteiros. 2903 mulheres escravas solteiras. 677 homens escravos casados. 655 mulheres escravas casadas, 11 homens estrangeiros naturalizados, 1 mulher estrangeira naturalizada, 152 homens estrangeiros não naturalizados. 93 mulheres estrangeiras não naturalizadas. Total de habitantes: 43907. Número das pessoas que sabendo ler e escrever, tendo meio honesto de subsistência, podem ser empregadas nos diversos cargos do município: 1233. Número de jurados: 566. Nº do clero secular: 21. 2036 nascimentos, 358 casamentos. 733 óbitos”. (LOPES, J. C. V., 2008, p.352)

metade do século XIX, “(...) sua presença é assinalada por números relativos superiores a 40,0% sobre o total da população.” (BALHANA, 1972, p.14).²⁶⁵

Esses dados porém são gerais, em cada vila e região a composição da população variava. Curitiba, por exemplo, detinha uma população escrava relativamente baixa para o período. Pelos dados apresentados anteriormente, em 1834 menos de 20% da Freguesia de Curitiba constituía-se de escravos. Bem como sua distribuição, ao que tudo indica pelos inventários de época, era espalhada pela população.

Já a vila de Guaratuba, criada mediante bando (decreto) em 1771, detinha uma realidade diversa. Composta em grande parte de negros e pardos livres. Tanto que estudos recentes apontam que “(...) a vila torna-se um povoado negro (...) Os livres de cor eram pouco mais de três quartos da população livre local.” (LIMA, C., 2002, p.327).²⁶⁶

Em Castro, tem-se outro dado importante. Trata-se da população não-branca livre, “(...) os livres de cor sempre constituíram um contingente apenas ligeiramente menor que a população escrava.” (LIMA, C., 2002, p.326). Esses grupos eram formados por migrantes internos do reino. Estavam na região devido aos estímulos voltados à disponibilidade de terras, bem como as políticas de ocupação do território. Em Castro os escravos concentravam-se, em grande medida, nas grandes fazendas de gado.²⁶⁷ Tal concentração não se repete em Ponta Grossa.²⁶⁸

²⁶⁵ Pelas listas nominativas era grande o efetivo negro na população: “As listas nominativas de 1798 a 1830 permitem acompanhar a participação de pretos e pardos na população paranaense, a maior em 1816, com 46,2%, e a menor em 1830, com 41,7%. Mostram ainda que a população do Paraná contou entre 20,3% de escravos em 1798 e 17,0% em 1830. (...) Verifica-se ainda a numerosa presença de pardos e pretos na população livre do Paraná, com 25,2% em 1798, 34,8% em 1816 e 29,8% em 1830”. (DHBP, 1991, p.13).

²⁶⁶ “Tudo fica ainda mais evidente em Guaratuba. Em 1801, os livres decoreram entre sete e oito vezes mais numerosos que os escravos locais. Em 1820, havia cerca de cinco livres de cor para cada escravo. Em 1832, os não-brancos livres eram mais de quatro vezes mais numerosos que os cativos de Guaratuba. A população escrava local, em confronto com a massa de livres de cor que vivia ali, pode ser considerada insignificante.” (LIMA, C., 2002, p.326).

²⁶⁷ “Comparando estes dados com aqueles disponíveis para a população escrava de 1824, pode-se verificar que na localidade de Castro os donos de fazendas representavam por volta de 20% do conjunto dos proprietários de escravos e, por outro lado, nas suas propriedades viviam mais de 63% do total de cativos da vila”. (GUTIÉRREZ, 2004, p.105).

²⁶⁸ “(...) em Ponta Grossa a presença dos fazendeiros revelou-se mais modesta face aos mesmos parâmetros: perfaziam quase 16% do total de escravistas e detinham cerca de 35% dos escravos da freguesia.” (GUTIÉRREZ, 2004, p.105). As taxas de crescimento populacional dos escravos em Castro é outro fator interessante, a maior parte da população escrava era nascida na região, não sendo alto o índice de importação de escravos. “Em Castro, em 1804, para cada escravo oriundo da África havia seis nascidos no Brasil. E entre os brasileiros, três quartos tinham nascido na própria vila, e os demais em outras localidades do Paraná, São Paulo ou Rio Grande do Sul que desembocavam na rota do mar. O que significa que a reposição da população escrava e seu aumento deve atribuir-se primordialmente a fatores internos.” (GUTIÉRREZ, 2004, p.117). A presença de

Deve-se lembrar que boa parte das vilas estava envolvida com o tropeirismo e a passagem de gado, servindo para agrupar pessoas envolvidas na atividade.²⁶⁹ “O principal elemento de vida e quase único até cerca de 1830, das povoações do interior era a criação. A lavoura era insignificante, pois que exclusivamente eram empregados no trabalho rural os índios mansos e os pretos africanos.” (POMBO, 1980, p.67). Portanto, até a metade do século XIX a criação estava no auge na região.²⁷⁰ Nessa época também se iniciam as atividades de cultivo de Erva-mate, que se tornarão a principal atividade econômica da região durante o século XIX. Abaixo segue um gráfico com as principais ocupações na região.

Tabela 5 - Ocupações da População do Paraná em 1822				
Ocupações	Curitiba	Castro	Lapa	Guaratuba
Corpo Militar	12	133	—	—
Magistratura e empregos Civis	13	3	6	1
Clero secular	8	3	1	1
Agricultores	296	172	271	58
Lavradores	582	—	—	—
Negociantes	48	62	35	6
Jornaleiros	282	224	59	71
Artistas	13	45	23	—
Sapateiros	—	—	—	4
Carpinteiros	—	—	—	8
Ferreiros	—	—	—	1
Alfaiates	—	—	—	1
Pedreiros	—	—	—	1

mulheres e crianças escravas também é significativa. “Quatro em cada dez escravos adultos nas fazendas eram mulheres, o que mostra um relativo equilíbrio entre os sexos, e as crianças com até nove anos de idade alcançavam a 20% do conjunto dos cativos. Era impressionante a proporção de crianças escravas na população cativa do Paraná, e no início do século XIX o contingente de menores foi ainda maior, de 27%. O crescimento vegetativo positivo dos escravos foi, ao que parece, uma realidade na região, sendo a importação e compra de negros africanos pouco expressiva”. (GUTIÉRREZ, 2004, p.117). Não se trata de uma tese de abrandamento das condições de escravidão, longe disso, o que aliás pode ser descartado devido alguns levantes escravos em especial no litoral, antes parece existir uma escravidão com características diferenciadas na região em relação a visão tradicional dos engenhos ou da mineração. Até mesmo entre as vilas existem significativas diferenças, voltadas especialmente para as funções econômicas e sociais que desempenhavam. “No Paraná, em 1825, chegou a ocorrer um levante simultâneo em Antonina e Morretes, o qual acabou na rendição dos revoltosos, que foram exemplarmente chicoteados em praça pública. Após essas experiências, tornaram-se freqüentes as suspeitas de que uma nova rebelião estivesse sendo tramada.” (PEREIRA, 1996, p.74-5).

²⁶⁹ “Depois do curral vem a fazenda, o engenho, o arraial, a povoação, a vila. Lajes é um exemplo. Curitiba, outro. Palmas, ainda outro. São povoações que se fundam com o fito de “reunir os moradores dispersos” pelos latifúndios. O vaqueiro é, então, em nossa história o vanguardeiro da civilização” (VIANNA, 2005, p.146)

²⁷⁰ “Os fazendeiros do gado dominavam a economia local e eram os donos não apenas dos rebanhos, mas também da terra e dos escravos. Criavam principalmente vacuns e cavalares, e cultivavam alimentos para a subsistência, destacando-se o milho. Empregavam ostensivamente o braço escravo, e bem menos o trabalho livre, incluído aí o familiar.” (GUTIÉRREZ, 2004, p.103).

Oleiros	—	—	—	3
Pescadores	—	—	—	13
Arrieiros	26	—	—	—
Costureiras e tecelões	—	—	—	9
Escravos	655	616	219	71
Escravas	685	612	208	81
Pessoas que vivem de suas rendas	—	13	—	—
Pobres, mendigos e vadios	420	91	—	2
Fonte: (BALHANA, 1972, p.18-9).				

Em relação às ocupações profissionais pode-se perceber que a maior parte dos moradores da região estavam ligados à atividade rural. “Também impressiona o número de pobres e desocupados na população de Curitiba.” (BALHANA, 1972, p.19). O viajante Saint Hilaire também descreveu da seguinte forma a ocupação profissional na região:

A época de minha viagem, havia no Distrito de Curitiba 948 agricultores. 31 negociantes, 205 operários e 50 almocreves. O numero de comerciantes quadruplicou de 1820 a 1838, o que vem provar como progrediu a agricultura na região. Ainda em 1838, havia em Curitiba e em seu distrito 1 marceneiro, 11 carpinteiros, 8 serralheiros, 2 seleiros, 8 ourives, 5 oleiros, 1 pedreiro, 10 alfaiates e 12 sapateiros. Causa espanto, sem duvida, ver nessa lista apenas 1 pedreiro para 11 carpinteiros, 8 serralheiros e sobretudo 8 ourives (...) (SAINT-HILAIRE, 1964, p.117).²⁷¹

O aumento no número de negociantes demonstra como a cidade de Curitiba estava se expandindo e os negociantes ganhando espaço. Necessitando de maiores prestações da justiça como um todo. Como a maioria da população de Curitiba era formada por agricultores,²⁷² poderá ser observar que na esfera judicial boa parte dos processos judiciais acaba sendo relacionada a disputas de terra. Além do que a presença de negros e pardos livres cria uma atmosfera de heterogeneidade dos litigantes e dos donos de terras.

Em relação à Educação na região, pode-se ter em conta que prevalecia o

²⁷¹ Complementando a informação descreve: “(...) mas não devemos esquecer que no Brasil, de um modo geral — como já disseram Spix e Martius — há uma infinidade de coisas que são feitas pelos escravos, bem como que existem negros obreiros e que cabe a eles, comumente, o trabalho de levantar paredes, o qual não exige os mesmos cuidados que o de seleiro e muito menos o de ourives.” (SAINT-HILAIRE, 1964, p.117).

²⁷² “Os curitibanos se dedicam geralmente à agricultura, ocupando-se em cultivar suas terras talvez mais do que com a criação de gado, primeiramente porque podem vender seus produtos com bom lucro em Paranaguá, e depois porque nos arredores de Curitiba existem mais matas do que campos”. (SAINT-HILAIRE, 1964, p.121).

analfabetismo.²⁷³ Porém, a existência de colégios religiosos oferecia algum letramento para as elites locais.²⁷⁴ Antes da expulsão dos jesuítas (1757) exista a notícia de ensino de gramática em Paranaguá.²⁷⁵ No ano de 1800 pode-se encontrar uma carta para o Governador da Capitania de São Paulo, sobre o provimento de Antonio Xavier Ferreira na Cadeira de Ler e Escrever na Vila de Curitiba. (Documentos interessantes, vol. 29, p. 183).²⁷⁶ Assim como, pode-se observar que “Estabeleceu-se ali [em Curitiba] um professor de Latim (...)”. (SAINT-HILAIRE, 1964, p.103) Bem como a vila foi agraciada com o título de “cidade” no período após a Independência.

O dado de 388 pessoas que sabiam ler e escrever mediante o total da população da freguesia de Curitiba (7390) em 1834 pode parecer um número baixo, entretanto deve-se levar em conta que tal percentual não era irrelevante, bem como possibilitava o acesso a número significativo de pessoas a cargos ligados às funções camarárias e ao poder judiciário.

O conhecimento tradicional historiográfico apontou diversas vezes que as pessoas que exerciam os cargos judiciários não tinham conhecimento suficiente para as funções, em especial na região, o que gerava uma situação de amadorismo e corrupção.²⁷⁷ Por vezes também se destacava a venda de cargos públicos. Por certo grande parcela dos funcionários não tinha formação especializada, porém não se pode afirmar que a ignorância era um elemento significativo para a falta de eficácia do sistema judiciário. Ao que tudo indica outros elementos eram mais importantes.

Primeiramente a falta de efetivo humano que garantisse a execução de ordens

²⁷³ Ao descrever o interior de São Paulo, realidade não muito diversa do interior da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba, Saint Hilaire descreve pouco conhecimento ou refinamento. “(...) As qualidades pessoais desses lavradores não eram menos destituídas de refinamento. “Os homens mais abastados desta região revelam não somente extrema ignorância, como ainda limitada inteligência e pouco critério. E impossível com eles ter-se conversa.” (FRANCO, 1997, p.116). A exceção é feita sobre a pessoa de Ignácio de Sá Sotto Maior, o qual iremos apontar adiante.

²⁷⁴ A presença de três igrejas na Cidade e os seus adornos, ainda que humildes, porém significativos para época, demonstram a religiosidade já tanto ressaltada (SAINT-HILAIRE, 1964, p.107).

²⁷⁵ “O *Catalogus brevis* de 1757 fornece-nos sinteticamente o panorama da implantação dos jesuítas na província do Brasil nas vésperas da sua expulsão. (...) Para a finalidade que aqui directamente nos ocupa, interessa, sobretudo dar conta dos colégios e instituições afins: (...) o Colégio de Paranaguá com um mestre de Gramática (...)” (FONSECA, F. T., 1999, p.550).

²⁷⁶ Vide Anexo 5, Vol. 29, Documento 1.

²⁷⁷ “O “amadorismo” estendia-se também a funções que requeriam conhecimentos especializados. Os próprios delegados de polícia exerciam seus cargos juntamente com outras ocupações: eram lavradores, comerciantes, ou viviam “de dinheiros a prêmio”. Os conhecimentos que mobilizavam em suas decisões vinham da experiência adquirida no trabalho, sem fundamento em qualquer habilitação prévia.” (FRANCO, 1997, p.135)

dentro de um território tão grande e difuso.²⁷⁸ Essa preocupação aparecia nas vilas, câmaras e membros do poder judiciário. Sendo de grande vulto a procura de pessoas que pudessem exercer funções como de capitão do mato e similares.²⁷⁹ Outro problema significativo era à força das famílias e dos dissensos locais, muitas vezes gerindo autotutela e Vendetas. “Sabe-se mesmo que de 1820 a 1840, havia a política produzido grande fermento de ânimos e muitas dissensões entre famílias e entre localidades.” (POMBO, 1980, p.72).

Quanto ao problema da venda de Cargos públicos vale a pena esclarecer que não era uma realidade tão significativa para a localidade. Vale a ressaltar que “A monarquia portuguesa nunca admitiu o princípio de que os cargos públicos podiam ser vendidos (...)” (HESPANHA, 2001, p.183).²⁸⁰ No início do século XVIII, porém, inicia-se uma transformação nesse critério.²⁸¹ Trata-se do estabelecimento de um regime de leilão²⁸² em que o ofício era oferecido para arrematação por valor equivalente a um terço dos ganhos para um período de 3 anos. Uma ordem régia de 6 de novembro de 1782 organiza o tema e estabelece 4 classes de ofício: 1) Ofícios de propriedade por compra; 2) Ofícios arrematados por três anos mediante donativos a Fazenda; 3) Ofícios de propriedade por sucessão; 4) Ofícios sem ônus, em especial em áreas pouco atrativas financeiramente.²⁸³

²⁷⁸ “A administração da justiça, pela distância em que ficavam sempre as autoridades, era o que se pode imaginar de mais incompleto. Não havia absolutamente segurança individual; e os crimes produziam-se com incrível freqüência e se consumavam sem grande alarma, sem escândalo sequer das populações.” (POMBO, 1980, p.69).

²⁷⁹ “Um bom exemplo foi a solicitação do governador-geral à câmara de Paranaguá, em 1764, pedindo-lhe a indicação de um “sujeito varonil e capaz de qualquer empresa com o posto de capitão do mato (...) [para] bater as matas e prender todos os delinquentes facinorosos que achasse” (WEHLING; WEHLING, 2007, p.92).

²⁸⁰ Em especial, nunca foi admitida a venda de cargos especificamente judiciários.

²⁸¹ “Um decreto real estabeleceu que os novos ofícios (criados ou a criar, excluídos os da Fazenda) fossem dados a quem tivesse oferecido um “donativo” à Fazenda. No fundo, tratava-se de uma espécie de “serviço”, que justificaria a “mercê” do ofício, nos quadros de uma lógica “benéficial” (Hespanha, 1993a; Olival, 2000) já conhecida. Mais tarde, o regime do donativo veio a ser estendido a todos os ofícios, mesmo os antigos (provisão de 23.12.1740). Daí para o futuro, os ofícios foram vendidos em leilão, a quem mais oferecesse, segundo aquilo a que se chamou o “direito antidoral e consuetudinário”.” (HESPANHA, 2001, p.184)

²⁸² “O sistema de leilão foi reintroduzido em 1799 (CR 11.12) para as serventias dos ofícios de justiça. Esta informação está contida num comentário ao regimento dos governadores do Brasil, escrito por um vice-rei no início do século XIX, em que se diz que a prática brasileira era semelhante à corrente em quase todo o ultramar. Ainda que o sistema de leilão tenha elevado ligeiramente (apenas no relativo ao donativo, não ao terço, fixado por avaliação) a renda fiscal, o autor do comentário exprime uma opinião fortemente negativa acerca dele, já que a experiência teria demonstrado que as serventias com freqüência eram vendidas a grupos rivais que, por causa de seus ódios mútuos, ofereciam doações mais vantajosas, com prejuízo do “interesse público” e dos oficiais de mais mérito mas menor fortuna.” (HESPANHA, 2001, p.185).

²⁸³ “A ordem régia de 6 de novembro de 1782 determinou a feitura da relação de todos os ofícios providos na capitania da Bahia por divisão de classes, conforme a seguinte ordem: — 1ª classe: ofícios de propriedade por compra. Como tal, o proprietário não pagava donativos; — 2ª classe: ofícios arrematados por donativos trienais ou que contribuíssem para a Fazenda Real com a terça parte dos seus rendimentos; — 3ª classe: ofícios de propriedade por sucessão, sem compra; — 4ª classe: ofícios de propriedade sem ônus de donativos ou terças

Tendo em vista a Ordem Régia o governo da Capitania de São Paulo elabora relatório sobre os cargos exercidos na região em Documento datado de 25 de Fevereiro de 1783. Nesse aparecem a relação de ‘Offícios’ de toda a capitania. (Documentos interessantes, vol.31, p.100).²⁸⁴ Destaca-se que o governo de São Paulo apontava que somente um cargo havia sido vendido nas terras da província e se encontrava em direito de sucessão, os demais eram distribuídos em regime de leilão.²⁸⁵

Adiante, será retomado esse tema, tendo em vista a posição dos escrivães, tabeliães e notários como articuladores da justiça no âmbito local. Em alguns casos os grupos e famílias locais se organizavam para tentar monopolizar tais funções.

Ao que tudo indica a população tinha importante participação junto a Câmara tendo em vista os dilemas locais. Existem diversas comunicações entre a Câmara Municipal e os moradores da Vila como um todo. Questões de pequeno vulto, como a presença de animais na cidade ou cortes de árvore, misturavam-se a questões como aplicação das leis e tributos para realização de obras. Da mesma forma a comunicação das Vilas entre si era significativa. As Vilas ainda entravam em contato com o governo de São Paulo muito constantemente, inclusive em casos de abuso das autoridades locais, como os Ouvidores. “Temos um intenso contato entre as Ouvidorias e as Câmaras e entre estas e o Governo da Capitania e mesmo o Reino, em que pesem todas as dificuldades de transporte experimentadas na colônia”. (PEREIRA, 2011, p.60)

partes. Nestes se incluem tanto os que recebiam ofícios por graça ou remuneração a serviços prestados à Coroa, como os que, por terem tão baixos rendimentos, ficavam isentos de contribuição.” (SALGADO, 1986,p.65).

²⁸⁴ Vide Anexo 5, Vol.31, Documento 1, 2, 3 e 4.

²⁸⁵ “Offícios que se tem conferido a propriedade por se haverem comprado: Desta classe de offícios não há nesta capitania. Offícios que se rematão trienalmente pela junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda desta Capitania em cujo cofre entra anualmente o Donativo delles, pelos respectivos pagamentos. (...) Comarca de Parnagoá. Tabelião da Villa e termo de Paranagoá 27\$666 2/3. Escrivão da Comarca e Anexos da mesma 51\$666 2/3. Meirinho Geral da Ouvidoria e Correição.... 16\$666 2/3. Tabelião e Anexos da Villa de Iguape.... 33\$666 2/3. Tabelião e Anexos da Villa de Cananéa..... 6\$000. Tabelião e Anexos da Villa de Curitiba.... 18\$000. Escrivão dos Orfãos da mesma.... 18\$000. Tabelião e Anexos da Villa de S. Francisco.... 6\$000 ”. (...) Offícios que se tem dado de propriedade por sução, sem serem comprados. [Morgados] Desta Classe de Offícios, somente há um nesta capitania, dado por merce de S. Mag. ao M.e de Campo Jozé Monteiro de Matos quando veio governar esta capitania. Este officio passou aos herdeiros, e o ultimo a quem toca, ainda se não se acha encartado, por cuja razão hé rematado trienalmente, assim cmo os demais pela Junta da Real Fazenda e o seu Donativo entra da mesma forma no Real cofre, o qual Officio, antigamente era de toda a Comarca, e depois que a capitania se dividio em duas Comarcas se dividio também o Officio criando-se o da Comarca de Parnagoá. A saber Escrivão da Ouvidoria e Corregedoria da Comarca de S. Paulo, que paga por anno de Donativos, e Novos Direitos... 353\$333 1/3. Escrivão da Ouvidoria e Corregedoria Comarca da de Paranagoá, criada na divizão, que paga por anno, dito, dito... 200\$000” (Documentos interessantes, vol. 31, p.100-4).

Curitiba, após 1822, ainda seria de fundamental importância para a manutenção do império, em especial nos conflitos relacionados à região sul. Em 1825 um conflito relacionado à Argentina seria chamado de embate pela Honra e Dignidade do Brasil. A câmara de Curitiba teria se mobilizado nesse sentido, em 15 de Outubro de 1825 elaborou edital de convocação do corpo de ordenanças e milícias:

(...) assentarão, e lavrarão-se trez Editaes hum para esta villa, outro para a Freguezia de São José, e outro para a Freguezia da Palmeira afim de reunirem-se os Povos de todas as classes no dia primeiro de Novembro próximo futuro para tratar-se de objecto tendente a — «Honra e Dignidade do Brasil» — e na mesma occasião officiou-se aos Commandantes de Ordenanças e Melicias para convocarem suas corporações para assistirem ao mesmo Acto»(...). (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.10).²⁸⁶

Nesse ambiente, com características específicas e contingenciais, o repertório judicial português foi trazido e adaptado, formando uma cultura jurídica que ao mesmo tempo assimilava preceitos portugueses e recriava a partir da existência de múltiplas vozes e interesses.

2.1.3. Os ouvidores

Quem eram os ouvidores que assumiram a Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba? Este capítulo tem por objetivo apresentar os ocupantes do cargo de Ouvidor de Paranaguá a Curitiba entre 1822 e 1833.²⁸⁷ Os ouvidores permaneceram no sistema judiciário até 1833.²⁸⁸ Ao menos em Curitiba.

²⁸⁶ “Este appello prende-se as questões do Prata, onde os negócios brasileiros corriam mal amparados. O governo argentino communicou ao do Brasil, que, havia incorporado as Províncias unidas do Rio da Prata a Província de Cisplatina, até então pertencente ao Brasil. A 10 de Dezembro de 1825, o Imperador D. Pedro I aceita o cartel de desafio. A 5 de Fevereiro de 1826 os argentinos se apossam de Cisplatina. Varias Proclamações são dirigidas aos brasileiros, onde se mostra que —: a Honra e Dignidade do Brasil» estão em jogo, e o appello as armas se faz a toda a Nação. A 25 de Novembro de 1826, o próprio Imperador parte para o Sul, onde poucos dias antes chegara o Marquez de Barbacena, nomeado Commandante em Chefe das nossas forças. (Francisco Negrão)”. (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.10)

²⁸⁷ No Anexo 08 é possível encontrar a listagem dos Ouvidores Providos para Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba entre os anos de 1723-1812. Após João de Medeiros Gomes, oficialmente será provido José Carlos Pereira de Almeida Torres, o mesmo ouvidor em 1822. Provavelmente entre esse período alguns locais assumiram interinamente a função. Nos processos precedentes, que não são o foco da investigação, aparece o nome, por exemplo, de José Antonio Vieira.

²⁸⁸ Para ser mais preciso aos 20 dias do mês de maio de 1833 é dada a pronta execução do Código de Processo Penal, terminado o regime de ouvidores e o fim da eleição de juizes ordinários (BOLETIM ..., 1929, v.45, p.90).

O levantamento dos ouvidores que exerceram suas funções na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba foi realizado mediante as atas das Câmaras da Vila de Curitiba e em sua falta, de Castro.²⁸⁹ Além do que os dados foram confirmados com as sentenças proferidas nos processos analisados no período. Uma listagem geral pode ser visualizada abaixo:

Tabela 6 – Ouvidores que exerceram a função na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba entre 1822 e 1833			
	Leitura de Bacharéis	Entrada na Ouvidoria	Saída
José Carlos Pereira de Almeida Torres	SLB	n/p	28/09/1822
José de Azevedo Cabral	1804	??/12/1822	??/12/1824
José Verneque Ribeiro de Aguillar	1803	26/12/1824	??/01/1827
José Correa Pacheco (e Silva)	1812	09/02/1827	??/06/1827
Joaquim Teixeira Peixoto (de Albuquerque)	SLB	01/07/1827(*)	02/08/1831
Ignácio Lustosa de Andrade (Ouvidor pela lei)	-	16/12/1831	27/04/1832
Ignácio de Sá Sotto Maior (**)	-	16/12/1831	27/04/1832
Ricardo José Taborda	-	27/04/1832	02/07/1832
Francisco Alves de Britto (Juiz de fora de Paranaguá)	SLB	02/07/1832	13/05/1833(***)
<p>Fonte: Autor, baseado nas Atas das Câmaras de Curitiba e Castro</p> <p>(n/p): não pesquisado</p> <p>(SLB): Sem Leitura de Bacharéis no Desembargo do Paço.</p> <p>(*) Referência mais antiga nas Atas da Câmara de Castro.</p> <p>(**) Sem confirmação nos processos.</p> <p>(***) Fim do regime das Ouvidorias.</p>			

Não se trata aqui apenas de visualizar nomes ou reconstituir biografias, antes de tudo, vale a pena ressaltar que cada Ouvidor exerceu papel diferenciado junto à população local. Bem como cada um tem opiniões diversas em relação a temas significativos como prazos para aconselhamento ou até mesmo em relação a garantias individuais e constitucionais. Tal fato será central no momento de analisar a função judicial junto aos processos. O cargo de Ouvidor não era isento de política e muito menos estava próximo a uma função tipicamente burocrática em sentido weberiano. Por isso, vale especificar cada um dos Ouvidores presentes no período.

²⁸⁹ Podem tais atas serem acessadas no link <http://www.camaracastro.pr.gov.br/atas>

1 – José Carlos Pereira de Almeida Torres (Visconde de Macaé)²⁹⁰

O próprio título de Visconde de Macaé denota a posição alcançada por este Ouvidor futuramente no Segundo Império. Nascido em Salvador em 1799 irá falecer em 25 de Abril de 1850 no Rio de Janeiro (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 1918, p.263-4). Filho de Magistrado chegou a exercer diversos cargos após deixar a Ouvidoria de Paranaguá,²⁹¹ inclusive o cargo de Desembargador na Relação da Bahia, mas destacou-se como Ministro da Justiça durante o Segundo império no final da década de 1840.²⁹²

Durante sua gestão a Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba passou por diversas mudanças. A vila de Lages passa da Jurisdição de São Paulo para a de Santa Catarina pelo Alvará de 9 de Setembro de 1820. A comarca de Santa Catarina também será desanexada da Comarca de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo alvará de 12 de Fevereiro de 1821. (NEQUETE, 2000, p.110). Além disso, presidiu também ao “(...) ao juramento das bases da Constituição, votadas pelas Cortes de Lisboa, em 1821”. (LEÃO, 1994, p.1410).

Porém o acontecimento no qual Almeida Torres irá se destacar será a tentativa de emancipação da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba da Província de São Paulo, denominada de Conjura Separatista.²⁹³ Essa tentativa de emancipação da Ouvidoria teria ocorrido em 1821 quando do juramento das bases da Constituição Portuguesa. Rocha Pombo aponta que o magistrado teria sido o principal articulador do movimento.²⁹⁴

²⁹⁰ É possível visualizar a imagem deste Ouvidor no Anexo 11.

²⁹¹ “Almeida Torres foi, ao depois, Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, com sede em São João d'El-Rei, em 1824; agraciado com o título de Visconde de Macaé, elegeu-se deputado pela Província de São Paulo e Senador pela da Bahia (1843). Por duas vezes exerceu a Presidência de São Paulo (1829 e 1842) e governou o Rio Grande do Sul em 1830. Ministro do Império em 1844, ocupou ainda a Presidência do Conselho de Ministros em 1848.” (NEQUETE, 2000, p.110).

²⁹² “(...) removido para a comarca do Rio das Mortes, Minas Geraes, foi eleito deputado pela província de S. Paulo, á quinta legislatura geral; passando depois, a representar a Bahia no Senado do Império. Foi duas vezes presidente de S. Paulo, e uma do Rio Grande do Sul; ministro do Império do gabinete dè 2 de Fevereiro de 1844, presidente do conselho de ministros do gabinete de 8 de Março de 1848, tendo sido a segunda pessoa que exerceu esse elevado cargo, creado pelo Dec n. 523 de 20 de Julho de 1847. Foi agraciado com o titulo de Visconde de Macahé e falleceu a 25 de Abril de 1850”. (LEÃO, 1994, p.1410).

²⁹³ O movimento será destacado adiante no texto, no período pré-independência.

²⁹⁴ Os historiadores paranaenses Ermelino de Leão e Francisco Negrão chegaram a debater a participação de Almeida Torres no movimento na imprensa paranaense entre 1915 e 1916, sendo que F. Negrão reconheceu que E. Leão estava correto e que existiam indícios suficientes de participação de Almeida Torres na Conjura Separatista. (SANTOS, 1972, p.61-2). “Partidário da emancipação da comarca, e da causa nacionalista, tomou parte indirecta na Conjura Separatista de 1821, em que tanto se salientou Floriano Bento Vianna. Accusado de fomentar a sizania e de alimentar sinistras idéas pelo governo provisório de S. Paulo, foi victima de injustas perseguições (...)”(LEÃO, 1994, p.1410).

Após a Conjura separatista o Governo Provisório de São Paulo rapidamente agiu para retirar o Ouvidor da região. Em carta oriunda do Palácio do Rio de Janeiro em 15 de Abril de 1822, respondendo a ofício redigido por José Bonifácio de Andrada e Silva, ordenavam-se medidas de segurança contra Almeida Torres que fossem cabíveis.²⁹⁵

(...) sendo presente a Sua Alteza Real o Principe Regente o Officio do Governo Provisorio de São Paulo, do 1º do corrente, em que representa sobre os criminosos procedimentos do Ouvidor da Comarca de Coritiba, de que só tem queixado differentes pessoas, por ellas vexadas com injustiças e violências: Manda pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino participar ao mesmo Governo, que deve tomar interinamente as medidas de segurança que julgar uteis em taes circumstancias, em quanto não sobe a Consulta da Mesa do Desembargo do Paço, a que se mandou proceder, por Portaria da data desta sobre a materia do referido officio, e mais papeis que o acompanharão. (DOCUMENTOS INTERESSANTES, Vol.36, p.156).²⁹⁶

Das acusações resulta, ainda em Maio de 1822, procedimento de devassa contra Almeida Torres, relatado na carta do Palácio do Rio de Janeiro em 30 de Maio de 1822 a José Bonifácio de Andrada e Silva.²⁹⁷ Dessa decisão resultou a vinda “(...) á comarca o Desembargador José de Azevedo Cabral, [para] intimal-o a abandonal-a, dentro de curto prazo, ficando suspenso das suas funções”. (LEÃO, 1994, p.1410).

Pelo relato, tal letrado passou a ostentar qualidades rústicas quando se chocou com o centro – não cumprindo sua função primordial de nó do Império e da cultura jurídica. As acusações indicam não necessariamente o mau procedimento do Ouvidor, mas um procedimento contrário ao comum entre os ouvidores. Assim agindo contra os interesses do governo provincial de São Paulo.

²⁹⁵ “(...) José Carlos Pereira de Almeida Torres, contra o qual representou o Governo Provisório de S. Paulo ao Príncipe Regente, que mandou participar por officio de 15 de abril de 1822 no referido Governo que devia tomar este as medidas de segurança que julgasse úteis”. (RENDON, 1908, p.273-4)

²⁹⁶ Em nota, o redator da edição aponta que “Este ouvidor chama-se José Carlos Pereira de Almeida Torres e tornou-se mais tarde político muito proeminente, presidente de S. Paulo, senador do império, ministro e visconde de Macahé (N. do R.)”. (Documentos interessantes, Vol.36, p.156)

²⁹⁷ “Manda Sua Alteza Real o Principe Regente pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino (...) que houve por bem remetter na data desta, a Mesa do Desembargo do Paço o Officio do Ouvidor da Coritiba Jozé Carlos Pereira d’Almeida Torres com os documentos, que o acompanharão, para que a mesma Mesa os ajunte aos mais papéis e se prosiga, sobre este negocio na conformidade da Resolução de 7 do corrente, tomada na Consulta de 11 de Março deste anno, em que Sua Alteza Real Determinou, que o Ouvidor actual da Comarca do Espirito Santo na qualidade de Ministro Sindicante na dita Resolução nomeado, passasse a Villa de Coritiba a devassar tanto das culpas imputadas ao referido Ouvidor Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres, como dos factos por elle relatados, e que servirão de objecto ao summario; remettendo-se depois tudo a presença de Sua Alteza Real, para providenciar o que parecer mais justo, a bem da tranquillidade, e segurança publica.”. (Documentos interessantes, Vol.36, p.159-60).

2- José de Azevedo Cabral

O Ouvidor com a maior dificuldade de encontrar informação. Pouco se sabe sobre ele. Era formado em Direito, e sabe-se que exerceu o cargo de juiz de fora na vila de S. Salvador dos Campos de Goitacaz em 1806.²⁹⁸ Em 1815 exercia o cargo de Ouvidor da Comarca do Espírito Santo, sendo agraciado com a beca honorária em 1815 (GAZETA DE LISBOA, 210, 1815). Chega na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba para proceder devassa contra Almeida Torres.²⁹⁹

Sua função foi mais política do que judiciária, tendo em vista o momento da independência.³⁰⁰ Participou da sessão camarária de Curitiba que aclama D. Pedro I como imperador do Brasil.³⁰¹ Chegou a se deslocar por toda a Ouvidoria.

Volta a cena em 1824, quando apóia a dissolução da Assembléia Constituinte, “(...) apoiando o movimento iniciado pela Camara do Rio de Janeiro, presidiu a vereança geral de Paranaguá, pedindo que fossem juradas as bases da Constituição do Império, contidas no projecto do Conselho de Estado”. (LEÃO, 1994, p.1409-10). Em suas funções judiciárias como Ouvidor não existem notícias de arbitrariedade ou abuso de autoridade.³⁰²

3 - José Verneque Ribeiro de Aguillar³⁰³

²⁹⁸ “José de Azevedo Cabral, que fora em 1806 juiz de fora da villa de S. Salvador dos Campos de Goitacaz (...)” (RENDON, 1907, p.274).

²⁹⁹ O ouvidor Cabral “(...) veio para a comarca como ouvidor subrogado afim de proceder contra o Visconde de Macahé, Dr. José Carlos de Almeida Torres que, pelas suas idéas avançadas, de partidário da independência e da emancipação da comarca, cahira no desagrado do futuro Marquez de Aracaty”. (LEÃO, 1994, p.1409).

³⁰⁰ “A sua acção na comarca, foi mais politica do que judiciaria; entretanto, os acontecimentos occorridos no paiz, se precipitaram tão inesperadamente, que, vindo para conter o movimento nacionalista, tornou-se, ao contrario, um dos factores desse mesmo movimento. É assim que, á 12 de Outubro de 1822 presidiu a vereança geral de aclamação ao Imperador D. Pedro I, jurando-lhe obediência e fidelidade. Arrastado pela corrente dominante, o ouvidor Cabral, foi nomeado effectivamente para o cargo, e d'elle tomou posse á 5 de Outubro de 1823”. (LEÃO, 1994, p.1409).

³⁰¹ Além disso, “(...) proveu em Iguape aos 3 de setembro de 1823 que nenhuma pessoa distrahisse para serventia particular, como o pretendeu fazer Ignácio Moreno, as aguas que abasteciam a referida localidade” (RENDON, 1907, p.274).

³⁰² O que fez com que Ermelino de Leão apontasse que “O desembargador Cabral, foi um magistrado austero e integro.” (LEÃO, 1994, p.1409-10).

³⁰³ A grafia do nome varia para “Werneck” e “Aguillar”.

Em 1824 assume a Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba o magistrado que terá a carreira mais proeminente. Trata-se Verneque Aguilar, o qual chegará ao ápice da magistratura, como Ministro no Supremo Tribunal de Justiça do Império.

Natural de Viana do Minho (Portugal) em 1777, era filho de Francisco Baltazar Ribeiro d' Aguilar. Forma-se em Direito na Universidade de Coimbra em Julho de 1801. Sua carreira na magistratura inicia-se por Decreto de D. João VI de 6 de fevereiro de 1818 na Ouvidoria de Angola. Dali é nomeado como Desembargador da Relação da Bahia com exercício na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba (Resolução de 23 de outubro de 1823 e Carta expedida a 26 de julho de 1824).³⁰⁴

A posse na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba por José Verneque de Ribeiro Aguillar ocorre em 26 de Dezembro de 1824, bastante tempo após sua nomeação, sendo assim descrita pela Câmara de Vereadores de Curitiba:

Auto de poce dada ao Doutor Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca José Verneque Ribeiro de Aguillar
(...) o Doutor Desembargador Jose Verneque Ribeiro de Aguillar lhes apresentou a carta de Mercê pela qual Sua Magestade Imperial foi servido conferir-lhe o Lugar de Ouvidor desta Comarca, e juntamente o Alvará pelo qual o mesmo Senhor houve por bem fazer-lhe Mercê do officio de «Provedor da Fazenda dos Defuntos, e Auzentes, Capellas, e Resíduos» desta mesma Comarca, (...)
(BOLETIM ..., 1929, v.41, p.81-2)

O que impressiona foi o tempo que o dito Ouvidor demorou para ter relações significativas com a comunidade. No alto de seus 47 anos, e apenas 6 meses após tomar posse na Ouvidoria, Verneque Aguillar solicita ao rei autorização para casar-se com filha de importante coronel da região. (LEÃO, 1994, p.1410-1). Trata-se da 5ª filha do Coronel e Sargento-Mor Ignácio de Sá Sotto Maior (NEGRÃO, 2005, vol.4, p.355).³⁰⁵ A licença para se casar com Anna Eufrazia de Sá é concedida em Junho de 1825.

(...) recebeo-se hum officio do Doutor Corregedor da Comarca incluza hua «Portaria de Sua Magestade Imperial de primeiro de Junho pela qual o mesmo Senhor facultava Licença de o Dito Desembargador poder se casar

³⁰⁴ STF, Ministros, Supremo Tribunal de Justiça do Império. Vide : <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=267>

³⁰⁵ Como o dito Coronel casou-se em 1785, sendo a quinta filha do casal é possível que tivesse nascido entre 1792 e 1802, portanto Anna Eufrazia de Sá teria cerca de 15 a 25 anos a menos que Verneque Aguillar.

com Dona Anna Eufrazia de Sá (...) (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.5).³⁰⁶

Verneque Aguillar deixará a Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba no início de 1827. A partir do final do ano de 1828 já exercia funções dentro do Tribunal da Relação da Bahia.³⁰⁷ Em 1834 assume cargo na Relação do Rio de Janeiro e em 7 de Novembro de 1842 é nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império. Como ministro do STJ Verneque Aguillar foi o Ouvidor de Paranaguá que mais ascendeu na carreira de magistrado. Exerceu a função de ministro do STJ entre 1842 e 1854 quando foi concedida a aposentadoria.³⁰⁸ Menos de um mês depois de sua aposentadoria veio a falecer em Outubro de 1854.³⁰⁹

4 - José Correia Pacheco e Silva

Em substituição a Verneque Aguillar assume José Correia Pacheco. Tal magistrado teve importante papel político no governo da Província logo após a Independência. Nascido em Itu (MARQUES, 1976, t.2, p.55), filho de Felipe Correia da Silva, matriculou-se em

³⁰⁶ Essas alianças matrimoniais, mesmo não sendo novidade na historiografia desde S. B. Schwartz (1979). "Proibições de ocupar cargos nas regiões de que eram naturais, de envolvimento com interesses locais e de casamentos com mulheres da área jurisdicionada não se revelaram eficazes. No caso dos matrimônios, havia uma formalização para as exceções e os pedidos que chegavam à Mesa do Desembargo do Paço eram normalmente deferidos, "sem embargo da Ordenação em contrário". Mas o envolvimento com interesses locais era de mais difícil controle (...)" (WEHLING; WEHLING, 2010, p.164). Vide também (WEHLING, 2001, p.79). Tais estudos despertam interesse de estudo, tendo em vista que o mesmo coronel teria sido importante na defesa de outro Ouvidor em 1802 quando acusado de práticas abusivas (NEGRÃO, 2005, Vol.4, p.354).

³⁰⁷ "Em decreto de 19 de dezembro de 1828, foi nomeado Desembargador da Relação da Bahia, com exercício na Casa da Suplicação. Foi nomeado Desembargador Ordinário da aludida Casa, em decreto de 18 de outubro de 1829, e provido no lugar de Ouvidor do Crime da mesma Casa, em outro decreto dessa data. Extinta a Casa da Suplicação, foi declarado em portaria de 14 de março de 1833 que ficava ele pertencendo à Relação da Bahia." (STF, Ministros, Supremo Tribunal de Justiça do Império. Vide : <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=267>).

³⁰⁸ "Foi agraciado com o título do Conselho, em decreto de 2 de maio de 1842, e a comenda da Ordem de Cristo, em decreto de 14 de março de 1844. Foi aposentado por decreto de 5 de outubro de 1854 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 31 do referido mês, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista. Em reconhecimento dos serviços que prestou à Magistratura durante quarenta e nove anos, D. Pedro II concedeu, por decreto de 20 de junho de 1857, à sua viúva, D. Ana Eufrazia de Sá Verneque, a pensão anual de um conto de réis". (STF, Ministros, Supremo Tribunal de Justiça do Império. Vide : <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=267>).

³⁰⁹ Após sua morte foi concedida pelo Decreto de 20 de Junho de 1857 pensão a sua viúva. Ainda pelo Decreto nº 1409 de 10 de Agosto de 1867 foi concedido um aumento na pensão em virtude da morte do filho do casal, em combate "(...) Art. 2º (...) § 3º Pensão anual: de mais 400\$000 com que fica augmentada a de 1:000\$000 que já percebe por Decreto de 20 de Junho de 1857, como viuva do Conselheiro José Werneck Ribeiro de Aguilar, a D. Anna Eufrazia de Sá Werneck, mãe do 1º Tenente da Armada Francisco de Salles Werneck Ribeiro de Aguilar, morto em combate. (...)", provavelmente na Guerra do Paraguai.

Coimbra em 25 de Outubro de 1806. (MORAIS, 1942, p.221).

Em 1821, exercendo Pacheco Correa o cargo de juiz de fora de Santos requer nova colocação na Província. (Documentos interessantes, Vol.36, p.155). Presencia na época o evento que ficou conhecido como “Bernarda” em que soldados se revoltaram contra diferenças de soldos conferidas aos portugueses e brasileiros, amotinando-se, saqueando o arsenal da cidade e comércio de São Paulo. (28 para 29 de junho de 1821). Em virtude da instabilidade política entre 10 de setembro de 1822 a 8 de janeiro de 1823, como Ouvidor da Capital assume o governo da província compondo o triunvirato com o bispo diocesano Mateus de Abreu e o Marechal Cândido Xavier. (Documentos interessantes, vol. 1, p.15).³¹⁰ Exercerá o cargo de ouvidor até 1825.³¹¹

Eleito como suplente na Assembléia constituinte de 1822 e 3 vezes como membro do da Assembléia Legislativa, aparece como Ouvidor nas atas da Câmara de Curitiba em 1827.³¹²

(...) lhes apresentou a carta de Mercê pela qual sua Magestade Imperial foi servido conferir-lhe o lugar de Ouvidor desta Comarca (...) na mesma ocasião foi pelo mesmo Doutor Ouvidor apresentada a certidão de haver jurado a Constituição do Império passada pelo Escrivão da Camera da Imperial Cidade de São Paulo. (...) (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.43-4).³¹³

Talvez o mais estranho de tudo é que sendo membro do poder legislativo não haveria interesse específico para assumir tal cargo. Uma hipótese de explicação pode estar ligada aos interesses dos grupos de São Paulo na região. O alinhamento político de Pacheco

³¹⁰ “Foi assim que, em substituição do governo provisório, reduzido por fim a três membros, e cujas funções assumira o príncipe enquanto residiu na capital, esteve na administração da província um governo de três membros, como n'outro lugar se disse, formando-o o bispo diocesano, o marechal Cândido Xavier nomeado governador das armas, e o juiz de fora José Corrêa Pacheco, que servia temporariamente de ouvidor” . (OLIVEIRA, 1897, p.286). O Triunvirato que fazia parte foi nomeado pela Carta Régia de 25 de junho de 1822, (...) (Documentos interessantes, Vol. 1, p. 59, Vol 36, p.155, 156 e 170).

³¹¹ “Exerceu com geral aprazimento o lugar de juiz de fora e ouvidor geral de São Paulo, desde setembro de 1822 até março de 1825. Foi membro do Governo provisório, criado pela carta régia de 25 de junho de 1822, acumulando as funções de secretário, na conformidade da lei (...)”. (MARQUES, 1976, t.2, p.55)

³¹² “(...) Se officiou ao Doutor Desembargador Ouvidor Corregedor da Comarca Jose Correa Pacheco em resposta de outro officio do mesmo” (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.41). Após a súbita aparição ocorre à posse em 20 de Fevereiro de 1827 como Ouvidor Geral, e Corregedor da Comarca. “(...) membro do Conselho geral da província de 1830, deputado suplente por São Paulo, com assento na constituinte brasileira em 1822, e efetivo nas 1ª, 2ª, 3ª legislaturas (1826 a 1837).” (MARQUES, 1976, t.2, p.55).

³¹³ “(...) substituiu o Dr. José Werneque, em 1827, por pequeno período. Não temos dado que nos autorisem a julgar da sua conducta na comarca. Interveio na politica do seu tempo representando papel de relevo.” (LEÃO, 1994, p.1410).

Correia era de proximidade com os irmãos Andradas. (SILVA, M. B. N., 2009, p.315). Ao que tudo indica, dedicou-se mais tarde exclusivamente à carreira política. Não seria absurdo afirmar que o novo Ouvidor demarca um momento em que a influência paulista é reiterada na vila de Curitiba. Vem a falecer no “(...) decurso do ano de 1835”. (MARQUES, 1976, t.2, p.56).

5 - Joaquim Teixeira Peixoto (de Albuquerque)

Sem dúvida, os processos e as atas das Câmaras indicam que esse foi magistrado mais polêmico de todos. Conflituoso com a elite local, muitas vezes sarcástico com os procuradores e com os litigantes nos processos, acaba fugindo da Ouvidoria devido a uma tentativa de assassinato que será abordada em momento específico neste trabalho.

Joaquim Teixeira Peixoto d'Albuquerque era pernambucano, filho de Antonio Teixeira d'Abreu Peixoto, matricula-se na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra em 15 de Novembro de 1820. (MORAIS, 1942, p.241). Exercerá seu cargo de forma interina durante 4 anos, sendo nomeado com juiz de fora de Paranaguá em 1827 e interino como Ouvidor de Paranaguá e Curitiba até 1831.³¹⁴

Após sua passagem na região, chega a exercer o cargo de Presidente da província da Paraíba no ano de 1838.³¹⁵ Existem relatos de que foi deputado junto a Assembléia Geral Legislativa por Pernambuco entre 1854 e 1857.³¹⁶

6 – Demais ouvidores

³¹⁴ Ermelino de Leão, aponta o trabalho denominado “Descrição Topográfica” e apresenta certo descuido ao não verificar outros documentos para analisar a conduta do Ouvidor. “(...) Ouvidor interino, exerceu o cargo em 1828, tendo sido o ultimo ouvidor geral da comarca de Paranaguá e Curityba. Deixou vestígio de sua passagem pela administração da justiça, mandando transcrever em livro de registro da comarca de Curityba a “Descrição Topographica da Ouvidoria”, em 1828, curiosa chorographia do Paraná, dando excellentes noticias do que era a comarca naquelle tempo. Não possuímos mais detalhes sobre a acção desse magistrado interino; entretanto, parece ter sido um bom juiz.” (LEÃO, 1994, p.1409).

³¹⁵ É possível visualizar sua fala como presidente da Província da Paraíba no ano de 1838 no link: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u492/index.html>.

³¹⁶ Pouco se encontrou sobre sua vida pessoal, bem como não se encontraram maiores detalhes de sua vida ou exercício nos cargos referidos, porém suas ações na Ouvidoria que transparecem nos Autos demonstram forte personalidade apesar da possível tenra idade que havia chegado à região.

Os demais ouvidores ficaram pouco tempo na Ouvidoria, em especial no período final, de transição entre herdado do período colonial e a estrutura judiciária pós Código de Processo Criminal de 1832. São eles: Ignácio Lustosa de Andrade Ignácio de Sá Sotto Maior, Ricardo José Taborda e Francisco Alves de Britto.

Ignácio Lustosa de Andrade era leigo. Não tinha formação de bacharel em Direito. Mesmo assim exerceu o cargo de Ouvidor pela Lei.³¹⁷ Aliás, tal fato demonstra como na época, em algumas ocasiões, poderia o cargo de Ouvidor ser exercido por pessoas não letradas,³¹⁸ fato que pelos processos analisados ocorria ocasionalmente.

Nascido em Curitiba em 1766, era filho único do Tenente Antonio Martins Lustosa e de Isabel Maria de Andrade.³¹⁹ Voltado à carreira comercial morou em Paranaguá por muito tempo, aonde se casou com Maria Catharina de Moraes Cordeiro, sendo bem sucedido nos negócios.³²⁰

Politicamente militou pela separação da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba da Província de São Paulo, sendo um dos líderes da Conjura Separatista de 1821.

Ignácio Lustosa teve ao menos 9 filhos. O mais velho, Tenente José Lustosa de Andrade, morre durante o período analisado, em 1826, ocorre o inventário de seus bens mediante o juízo de órfãos de Curitiba, aonde o próprio Ignácio Lustosa e sua nora Carolina Lustosa (José) de Andrade³²¹ participaram da partilha.^{322 323}

³¹⁷ Os ouvidores denominados “Ouvidores pela Lei” eram indivíduos não-letrados que assumiam a função quando o cargo ficasse vago. No século XVIII era muito comum essa situação na comarca.

³¹⁸ “Poderia ocorrer, também, que, na ausência da autoridade judiciária maior — o ouvidor —, o juiz ordinário exercesse suas funções (....) o parecer do Conselho Ultramarino foi favorável à prática, ressalvando-se, no segundo, que o juiz ordinário não faria correições”. (WEHLING; WEHLING, 2004, p.53)

³¹⁹ “Neto do Guardamor Francisco Martins Lustosa (vide) e bisneto de Lourenço de Andrade, pertencia às mais illustres famílias de Curityba”. (LEÃO, 1994, p.840). Portanto parente do único estudante de Coimbra que viveu na região no século XVIII.

³²⁰ “Na carreira que adoptou, gozou de bom conceito, sendo tido como “homem chão e abonado”. Exerceu cargos publicos em Paranaguá, tendo occupado na milícia da villa vários postos até o de sargento-mór (major).” (LEÃO, 1994, p.840-1).

³²¹ Ela, inclusive, segundo Francisco Negrão, de Origem inglesa (NEGRÃO, 2005, Vol.2, p.116). No inventário nome é Carolina Lustosa de Andrade, Negrão anota Carolina José de Andrade.

³²² Em alguns documentos, a morte de seu primogênito é citada como motivo de seu arrefecimento no final da vida.

³²³ O que mais se destaca é a imensa rede de endividamento e compartilhamento de bens, existindo uma enorme lista de pessoas que deviam a José Lustosa e uma imensa lista de pessoas que ele devia (possivelmente devido ao comércio). Tendo apenas 2 escravos arrolados. Os demais filhos são Manoel Lustosa de Andrade (morre solteiro); Benedicta Francisca de Assis de Andrade (casada com Joaquim Pinto Rebello, filho do vereador Nicolao Pinto Rebello); Isabel Lustosa de Andrade; Balduína Lustosa de Andrade; Rita Maria Lustosa de

Durante sua vida exerceu diversos cargos. Dentre eles: Commissario de Policia, Camarista, Presidente da Camara Municipal de Curityba, Juiz Ordinário e durante a década analisada exerceu por diversas vezes o cargo de Juiz de Órfãos. Ressalte-se que Ignácio Lustosa demorará um ano para assumir o cargo de juiz ordinário em 1830, fato que só irá se concretizar devido a uma série de acontecimentos a serem tratados adiante devido a seu importante significado.³²⁴

O período de exercício no cargo foi curto e a saúde de Ignácio Lustosa já não era tão boa devido à elevada idade na época, quando assume o cargo terá em 68 anos de idade (NEGRÃO, 2005, vol.2, 101).³²⁵ Falleceu a 20 de Setembro de 1834

Ignácio de Sá Sotto Maior teria exercido a função da mesma forma que Ignácio Lustosa, interino como Ouvidor pela Lei. Também não formado em Direito. Não se tem certeza absoluta da posse de Ignácio de Sá Sotto Maior na função de Ouvidor, aparece seu nome apenas em alguns atos da Câmara. Também não se tem com precisão a data de seu nascimento pois era português oriundo de família nobre da Ponte de Lima, freguesia de S. Mamede de Gandara. Filho de Leonel de Abreu Sá Sotto Maior e D. Feliciano Luiza Pereira Magalhães. (LEÃO, 1994, p.843).

Exercia principalmente a função de fazendeiro. Sendo dono das Fazendas da Ferraria e do Cajuru. Foi empreendedor no sentido de tentar cultivar na região vinhas.³²⁶

Andrade; Francisca Joaquina de Andrade Taborda Ribas (casada com o cap. Ricardo José Taborda Ribas); Ricardo Lustosa de Andrade (casada com Francisca das Chagas Carrão, filha de Antonio José da Silva Carrão); Anna Maria de Jesus Lustosa de Andrade (casada com José Luiz Pereira), etc. Com essa imensa rede de familiares e ligações entre Ignácio Lustosa e diversos eixos da sociedade local explica sua enorme influência (NEGRÃO, 2005, vol.2, passim; NEGRÃO, 2005, vol.4, p.157-8).

³²⁴ Vide capítulo 2.4.5

³²⁵ Em 16 de Dezembro de 1831 toma posse no cargo de Ouvidor: “(...) o Sargento mor Ignacio Lustosa de Andrade para efeito de tomar posse e Juramento do cargo de <<Ouvidor pela Lei>>, e sendo lhe deferido o dito juramento em hum Livro dos Santos Evangelhos em que poz sua mão direita em que se obrigou a cumprir com as obrigações de seu cargo (...)”. (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.51-2).

³²⁶ “Em 1811 propôs a S. Alteza Regente, dirigir a cultura e fabrico do vinho de uva no Sul do Brasil, animado com os resultados obtidos em suas fazendas de Curityba. Seu requerimento foi em parte attendido e por acto de 22 de Março de 1811 foi nomeado Intendente da agricultura das vinhas, extracção e fermentação do mosto, preparação e conservação das vinhas da villa de Curityba e seu districto, para que debaixo de sua direcção se façam as plantações nos termos próprios a producção. Não sendo porem attendido quanto a parte ao sul, por não ser conveniente encarregar-o dessa cultura no Rio Grande do Sul e Viamão, em razão do posto que occupava de Sargento-mór do regimento de Cavallaria de milicianos de Curityba, o impedir”. (NEGRÃO, 2005, vol.4, p.353-4)

Durante sua vida exerceu vários cargos públicos na região. “Em Junho de 1789 foi eleito pelo voto do Povo e mais republicanos, para Juiz Presidente e ordinário da Villa de Curityba”. (NEGRÃO, 2005, vol.4, p.354). Exerceu também o cargo de “(...) Contractador das canoas de passagens dos Cubaitões dos Morretes”. (LEÃO, 1994, p.843). Em 1802 sua ligação com as autoridades públicas gera um fato curioso. Pela amizade desenvolvida com o Ouvidor da Comarca de Paranaguá, Dr. João Baptista dos Guimarães Peixoto, defende-o em processo movido pelo Governador da Capitania de São Paulo, inclusive angariando 3 testemunhas em seu favor (NEGRÃO, 2005, vol.4, p.354).

Exerce novamente o cargo de juiz ordinário e presidente da Câmara de Curitiba em 1806. Também participa da conquista de Guarapuava. Por ordem do Governo Provisório de São Paulo auxilia o conserto da Estrada da Graciosa em 1820.³²⁷ Mas suas funções públicas sempre estiveram ligadas a sua função militar. Sotto Maior foi Sargento-mór e depois Coronel de milicianos de Curitiba (NEGRÃO, 2005, vol.4, p.353). “Na milicia curitybana, occupou todos os postos até o de Coronel Chefe do Regimento n. 18 de Cavallaria Ligeira do Exercito de Segunda Linha da Villa de Curityba” (LEÃO, 1994, p.843). Por diversas vezes sua lealdade diante as funções militares foram essenciais ao governo central. Em 1819 comandou uma expedição em Socorro a S. Catarina, sendo bem sucedido em arregimentar efetivo significativo em tempo escasso. (LEÃO, 1994, p.843). Também “(...) desempenhou as mais delicadas commissões, effectuando, em 1821, a prisão de alguns dos conjurados da Separação da Província” (LEÃO, 1994, p.843). Sendo importante figura na região foi recomendado a Saint Hilaire em sua passagem.³²⁸ Sotto Maior teve 6 filhos, dentre eles um padre que desempenhará importante papel político, e faleceu em Curitiba a 13 de Setembro de 1841.” (LEÃO, 1994, p.844).

³²⁷ Teria enviado ao Rio de Janeiro importantes documentos sobre a região de Curitiba. “Segundo se depreheende do Officio do Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, de 16 de Fevereiro de 1816, ao Tenente-General Oeynhausien, Governador de S. Paulo, o Sargento-mór do Regimento de Cavallaria Miliciano de Curityba, Ignacio de Sá Sotto-Maior dirigiu ao Conde de Palma, então Governador do Rio de Janeiro, uma — Memoria — que «dava algumas noções do território de Curityba», que por ser conveniente ao Real Serviço deve ser guardada no Archivo da Secretaria do Estado. Nesse officio o Governador Geral pede ao de S. Paulo a remessa de originaes e copias de documentos que contenham «noções estatísticas da Província»”. (NEGRÃO, 2005, vol.4, p.354)

³²⁸ “Esse sítio pertencia a Inacio de Sa e Sotomaior, coronel da milicia de cavalaria, para quem eu trazia uma carta de recomendacao e que me deu excelente acolhida. Ele era europeu, o que equivale a dizer que era mais ativo e mais empreendedor do que os seus vizinhos (...)”. (SAINT-HILAIRE, 1964, p.100).

O capitão Ricardo José Taborda também teria exercido o cargo como Ouvidor pela Lei, sendo de igual sorte iletrado. Antes havia exercido diversos cargos públicos camarários. Assume a função de Ouvidor por menos de 3 meses, tomando posse em 27 de Abril de 1832.³²⁹

Era filho do capitão Manuel José Taborda, que será importante personagem de acontecimento descrito adiante nesse trabalho. Exerceu diversas funções militares, em especial serviu na fronteira Sul, defendendo o território das pretensões espanholas. (NEGRÃO, 2005, vol.2, p.247).

Teve dois casamentos. Inicialmente com Maria de Paula Xavier Bueno, com quem teve uma filha que morreu ainda criança. (NEGRÃO, 2005, vol.1, p.475). E seu segundo casamento em 4 de Maio de 1826 ocorreu com a filha de Ignácio Lustosa de Andrade, denominada Francisca Joaquina de Andrade Taborda Ribas. Com ela teve 8 filhos.³³⁰ Faleceu com testamento em 18 de Abril de 1840.

Por fim, há a notícia do carioca Francisco Alves de Brito ter exercido o cargo de Ouvidor, como juiz de fora de Paranaguá interino na função de Ouvidor. Teria feito matrícula na Universidade de Coimbra no curso de Direito em 1824. Porém em sua matrícula aparece estranha indicação: “Riscado da Universidade, por pertencer ao Batalhão de Voluntários Acadêmicos, como soldado da 3.a Companhia (aviso régio de 28-III- 1829)”. (MORAIS, 1942, p.258). Não chegou a aparecer despachando ou sentenciando em nenhum dos processos analisados.

Pela variedade dos Ouvidores, bem como de suas posições políticas e laços sociais fica evidente que a função era exercida de forma distinta por cada um dos mesmos, a ponto de

³²⁹ “(...) foi ahi presente o Capitão Ricardo Jose Taborda para effeito de tomar posse e juramento de Ouvidor pela Lei e sendo lhe deferio o Juramento dos Santos Evangelhos (...)” (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.84-5)

³³⁰ Em seu testamento foram inventariados diversos bens, chegando a um total de 17:554\$000, significativa fortuna para época. “Possuía boa fortuna em terras, propriedade em Curitiba na Rua do Rosário e dinheiro em ouro; seus bens foram inventariados e avaliados em 17:554\$000 cabendo metade a sua esposa e a outra metade foi partilhada entre seus 8 filhos, dos quaes um era natural. Possuía muitas terras de criação de gado e planta, em “Taquarova”, “Boqueirão”, “Sabiá”, “Ribeirão”, “Passaúna”, “Cercado”, uma fazenda com casas, bemfeitorias e gado em “Tindiquera”, terras e, “Cachoeirinha”, no “Faxinal”, etc.” (NEGRÃO, 2005, vol.2, p.246-7).

transformarem significativamente a dinâmica entre a Câmara e a Ouvidoria. Tais relações são a base da cultura jurídica local, bem como o motor a impulsionar a busca por informações jurídicas.

2.1.4 Os juízes ordinários, juízes de órfãos, vereadores e outras funções locais

Como já abordado anteriormente, os juízes ordinários não tinham formação letrada, por isso eram denominados rústicos. Muitas vezes alvo de preconceitos da literatura culta, tais juízes foram menosprezados pelo conhecimento historiográfico, imaginando-se apenas que exerciam um poder arbitrário desprovido de qualquer justificativa jurídica e marcado pela corrupção.³³¹ Porém estudos recentes têm apontado realidades diversas. Além de constituir a maior parte dos juízes do império lusitano, os juízes ordinários eram aqueles que julgavam de forma imediata às causas da região. “Na verdade, ainda que haja testemunhos contraditórios, **os juízes locais constituíam uma instituição querida das comunidades**”. (HESPANHA, 1993, p.429, *negrito nosso*).³³²

Além disso, deve-se lembrar que os juízes ordinários ocupavam uma posição de luta para ter o “direito de dizer o Direito”. Essa luta nem sempre era abertamente contra os juízes letrados, as estratégias variavam de região para região, de contato de ouvidor para ouvidor.

Muitas vezes os obstáculos do cargo, em especial o risco de embate contra os

³³¹ Veja-se opiniões como: “Ademais, determinados fatores contribuíram para dar singularidade à postura da magistratura no período que se sucede à Independência: o corporativismo elitista, a burocracia como poder de construção nacional e a corrupção como prática oficializada”. (WOLKMER, 1997, p. 24).

³³² Apesar de considerar que as explicações podem ser mais amplas do que as propostas por Hespánha, variando de localidade para localidade, seus argumentos são extremamente válidos: “Há disso bastantes testemunhos durante todo o Antigo Regime. Mais tarde, já no período liberal, um *deputado* continua a dar conta de sentimentos do mesmo tipo, ao afirmar que na Comissão de Estatística das Cortes se encontravam muitos requerimentos de câmaras expondo como a criação de um juiz de fora tinha sido para os povos «uma grande calamidade» (Diário..., 3671). Alguma desta animosidade perante as justiças letradas era explicada pela ideia de que elas ficavam mais caras; mas existem motivos de outra natureza, relacionados, nomeadamente, com a distância entre os padrões régios e comunitários de julgamento”. (HESPANHA, 1993, p.429)

ouvidores, eram tão grandes que a elite local evitava os cargos camarários.³³³ Por isso, muitas vezes evitava-se o cargo de juiz ordinário. O que não necessariamente ocorria com o cargo de juiz de órfãos.³³⁴ O cargo de juiz de órfãos era essencial no controle das heranças e grandes fortunas das famílias locais. Além de uma carga de trabalho menor e embates menos abertos com os ouvidores. Por isso, muitas vezes o cargo de juiz de órfãos era exercido por chefes das famílias locais mais proeminentes.

Nem sempre os indicados tinham interesse em exercer os cargos camarários, mas eram obrigados da mesma forma a exercê-los, sendo dispensados apenas em caráter excepcional como privilégio. Por outro lado, em momentos específicos, o acordo na escolha dos cargos podia ser precário devido as diferentes orientações políticas dos grupos de elites.

Na vila de Curitiba algumas situações voltadas à escolha dos juízes ordinários podem ser destacadas. Em 1821 ocorre um empate na eleição para juiz ordinário.³³⁵

O ano de 1821 foi atípico para a região, lembrando-se que nesse mesmo ano ocorre a Conjura Separatista em Paranaguá e um dos acusados de ter organizado o movimento foi Ignácio Lustosa de Andrade, inclusive apoiado pelo Ouvidor do período Almeida Torres. O resultado da eleição é um indício que pode levar a idéia de que a elite curitibana estava dividida em relação ao apoio aos separatistas. Na reunião seguinte, no dia 1º de Janeiro de 1822 a Câmara chega a um consenso.

(...) para efeito de se dar posse de Juiz para servir este presente anno de mil oito centos e vinte e dois e sendo ahi por elle ditto Juiz foi «deferido o juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro em que pos sua man direita o Sargento Mor Ignacio Lustosa de Andrade e lhe foi encarregado por elle

³³³ “Temos provas indirectas desse facto: por um lado, a fuga aos cargos judiciais (e concelhios em geral) invocando privilégios; por outro lado, o baixo valor em que era estimado o cargo de juiz (a honra de juiz) para efeitos fiscais. Os únicos atractivos do cargo — para além do poder político que ele atribuiria a nível local — seriam as benesses ilegais que ele poderia proporcionar numa administração judiciária que as fontes nos descrevem como dominada pela corrupção. A isto se juntaria ainda a ideia, corrente na doutrina jurídica, de que os officios concelhios (da governança), e sobretudo os officios de juiz, nobilitavam”. (HESPANHA, 2010b, p.187)

³³⁴ “Dentro do sistema judicial e administrativo português, os assuntos relacionados a órfãos, instituições de caridade, e legitimação de testamentos eram atribuídos a outro grupo de funcionários. Ao nível municipal havia o juiz dos órfãos, cuja função se limitava à guarda dos órfãos e de suas heranças. Como superior imediato, a nível de Comarca, havia o provedor, que tinha a seu cargo os órfãos, os hospitais, as irmandades leigas, as legitimações de testamentos e também a supervisão da coleta de certos aluguéis e impostos.”. (SCHWARTZ, 1979, p. 6-7).

³³⁵ Segundo a ata da Câmara de Curitiba de 16 de Dezembro de 1821 pode-se verificar tal situação: “(...) «na eleição de Juiz houve empate como se ve no livro tendo seis votos o Sargento mor Inácio Lustosa de Andrade e outro seis o Alferes Jose Martins de Araujo França e depois de huma Longa discussão entre os officiais da Camera de encontro de votos asentarão de decidir em outra Camera» (...)”. (BOLETIM ..., 1929, v.40, p. 90).

ditto Juiz para que bem e fielmente sem dollo nem Malicia ou ma tenssão servisse no cargo de Juiz deste ditto anno (...) (BOLETIM ..., 1929, v.40, p. 91-2)

Ignácio Lustosa acaba assumindo a função que será de extrema importância na sequência dos acontecimentos em 1822.

Se as elites locais (familiares e econômicas) dominavam, inclusive pela forma de eleição, a indicação dos nomes a exercer o cargo de juiz ordinário, o Direito a ser aplicado não era simplesmente uma escolha daqueles que o exerciam.³³⁶ O juiz ordinário era uma figura híbrida, colocando em contato os costumes locais com o Direito Real. Afirmava o texto das Ordenações que estariam obrigados a seguir ao Direito erudito e à forma escrita, exigências cada vez mais eficazes a partir da metade do século XVIII (HESPANHA, 1993, p.428). Inclusive sujeitos às correições feitas pelos Ouvidores. O que tornava a relação entre os juízes ordinários e os Ouvidores um elemento chave para compreensão da cultura jurídica.

Seguindo-se apenas os textos legais e a doutrina parece fácil imaginar que os juízes ordinários desconheciam o direito letrado. Por isso, o papel dos Ouvidores era de corrigir os ‘desmandos’ e ‘abusos da ignorância’. Porém nem todos os juízes ordinários desconheciam os Direito letrado. Além dos exemplos óbvios de bacharéis em Direito que exerceram a função de juízes ordinários,³³⁷ muitos juízes não bacharéis também conseguiam argumentar utilizando textos doutrinários.

Os juízes ordinários em geral eram também sargentos e oficiais das Ordenanças, confundindo-se com o aparato militar da localidade. Isso ocorria porque inexistiam pessoas suficientes para dividir as funções e cargos, além de serem exercidos exclusivamente pelos “homens bons”, os principais da terra.

As ações da Câmara e dos juízes ordinários se voltavam, em diversos casos, ao

³³⁶ “O processo de eleição dos juizes limitava, de facto, o universo dos eleitores e dos eleitos aos membros das famílias que, tradicionalmente, ocupavam os cargos de governo («que costumavam andar na governança»). Em contrapartida estavam deles expressamente excluídas todas as camadas marginalizadas da sociedade: os cristãos novos e os que tinham officios vis («mecânicos»). O processo de eleição acabava por se limitar a ratificar uma competência natural de intervenção na direcção social e regulação sociais (resolução dos litígios)”. (HESPANHA, 1993, p.429).

³³⁷ “Excepcionalmente aparecem nas sentenças dos juízes ordinários invocações da doutrina jurídica, reveladoras de um nível mais sofisticado de domínio do direito, como encontramos em sentença prolatada por Cláudio Manuel da Costa, ele próprio um bacharel, mas que atuava como magistrado municipal de Vila Rica”. (WEHLING; WEHLING, 2004, p.44)

cotidiano da Cidade.³³⁸

Essa vinculação da Câmara e do juiz ordinário a elite local parece ser importante elo nesse período. Antonio Ribeiro de Andrade foi escolhido eleitor em três eleições camarárias (1804, 1808, 1811 e 1814).

Tabela 7 – Eleitores escolhidos em especial nos anos entre 1820 e 1827 (adaptado de CUNHA, 2003)		
Nome dos Eleitores*	Anos em que foi escolhido como eleitor	Nº total de indicações
Antônio José da Silva Carrão	1814 1818 1820 1827	06
Antônio Ribeiro de Andrade	1804 1808 1811 1814	04
Francisco de Paula Xavier Bueno	1827	01
Inácio de Sá Sottomaior	1811 1820 1824 1827	07
Inácio Lustosa de Andrade	1804 1824 1827	03
João Antônio da Costa	1791 1797 1811 1814 1818 1820 1824	09
Joaquim dos Anjos Pereira	1818	04
Joaquim M. Ribeiro Ribas	1797 1808 1820 1824	06
José da Costa Pinto	1824	02
Lourenço de Sá Pinto Ribas	1814 1818 1820 1827	04
Nicolau Pinto Rebelo	1827	02
Fonte: adaptado de (CUNHA, 2003, p.40-1).		

Lembrando-se que os eleitores eram escolhidos na primeira etapa da eleição camarária.³³⁹ Na segunda etapa da eleição, escolhidos os eleitores, estes faziam listas de pessoas que exerceriam os cargos camarários. No presente trabalho não se ateve a fazer um levantamento completo de todos os juizes ordinários de Curitiba do período, até mesmo porque existem nuances relacionadas ao exercício efetivo do cargo. Nas atas da Câmara aparece por vezes uma lista de eleitos e outra lista de membros que efetivamente tomam posse.³⁴⁰

³³⁸ Um mês antes da Independência, por exemplo, a preocupação da Câmara de Curitiba era com a presença de carneiros nas ruas. Na ata de 29 d e Agosto de 1822 se relata que: “(...) sendo ahy «se condenou ao Capitão mor Antonio Ribeiro de Andrade em seis mil reis de secenta cabessas de ovelhas que dormirão no pateo e que foi prohibido por Edital que se publicou que não deverião dormir aquelles animais na rua» digo digo ahi se despacharão vários requerimentos e se mandou avizar ao capitão mor Antonio Ribeiro de Andrade que se achavão presos quarenta e quatro carneiros seus que tinhão sido apanhados pelo Porteiro na rua de noute e mais oito que senão participou ninguém» por o não saber quem erão seus donos o que segundo o Edital que ja foi Publicado estão sujeitos a pagar hum tostão de condenação de cada cabessa” (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.7).

³³⁹ Vide o Anexo 7 no qual estão discriminadas as listas de candidatos à função de eleitor da Câmara de Curitiba entre o período de 1822 e 1831, bem como os votos que conseguiram cada um dos candidatos entre os homens bons da cidade.

³⁴⁰ Por isso, destacaremos apenas alguns exemplos a fim ilustrativo. A câmara eleita para vila de Curitiba em 1823 foi a seguinte: “Para juizes – O capitão Vericimo Antônio de Souza. O capitão José da Costa Pinto Vereadores - O capitão José de Andrade Pereira. O alferes Manoel Alvarez Pereira. O alferes João Pinto Ribeiro

Destaca-se que dos 7 cargos camarários 6 são exercidos por pessoas com patentes militares. Um ano após, na ata de posse dos novos membros da Câmara, mudam-se os nomes mas as mesmas famílias permanecem.³⁴¹ Por outro lado, o concelho eleito para o ano de 1825 em 30 de Dezembro de 1824 não será, por exemplo, o que assumirá em 1825.³⁴²

Novamente a posse detém certa diferença em relação à eleição e a posse.³⁴³ O Alferes Jose Pinto Ribeiro Nunes assumirá a função do Capitão Simão Jose Gonçalves de Andrade. Este último será um personagem importante de uma briga entre famílias locais tradicionais, o que será destacado adiante no presente trabalho. Em 27 de Fevereiro de 1832 assumem os últimos membros do Concelho da cidade a terem a função de juiz ordinário, inclusive sobre a supervisão do Ouvidor pela Lei Ignácio Lustosa de Andrade.³⁴⁴

A partir de 1833 será extinto o cargo de juiz ordinário, sendo substituído pelo cargo

Procurador - João Evangelista de Almeida. Juiz de Órfãos – O capitão Manuel José de França”. (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.15-6)

³⁴¹ “Juiz ordinário - Capitão Jose Antonio Vieira. Vereadores - Antonio Alves de Araujo João Baptista Teixeira Alferes Ricardo Lustosa de Andrade Procurador do Concelho - Alferes João de Santa Anna Pinto”. (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.55)

³⁴² Além dos nomes dos eleitos insere-se entre colchetes a condição sobre a posse ou não dos eleitos: “Juizes - Sargento mor Joaquim Mariano Ribeiro Ribas [Não toma posse]; O Ajudante Nicolau Pinto Rebello [Toma posse]; Vereadores - O Alferes Jose Pinto Ribeiro Nunes [Não toma posse]; João Baptista de Oliveira [Toma posse]; O Capitão Ricardo Jose Taborda [Não toma posse]; Procurador - João Baptista de Andrade [Toma posse]; Juiz de orphaons - O Sargento Mor Ignácio Lustosa de Andrade [toma posse]”. (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.83-4). Nos autos de posse dos cargos, assumem a função de juiz ordinário para o ano de 1825 o Alferes João da Silva Pereira e o ajudante Nicolau Pinto Rebello. “(...) Juizes ordinários e de orphaons vereadores e Procurador da (...) mil oito centos e vinte e cinco (...) presentes, o Alferes João da Silva Pereira, o Ajudante Nicolau Pinto Rebello, o Sargento mor Ignácio Lustosa de Andrade, o Alferes João Nepomuceno Pinto Bandeira, João (...) Baptista de Oliveira, e João Baptista de Andrade (...) sob cargo do qual lhes foi encarregado que bem e fielmente sem dolo nem malícia servissem o Alferes João da Silva Pereira, e Ajudante Nicolau Pinto Rebello o cargo de Juizes ordinários, o Sargento mor Ignacio Lustosa de Andrade o cargo de Juiz de orphaons, o Alferes João Nepomuceno Pinto Bandeira e João Baptista de Oliveira os cargos de vereador, e João Baptista de Andrade o de Procurador os quais apresentarão suas cartas de uzanças Com as assinaturas (...)” (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.84-5). Da mesma forma para o ano de 1827 são escolhidos os seguintes juizes: “(...) Para Juizes; O Capitão Antonio Jose da Silva Carrão; O Alferes João da Silva Pereira; Vereadores - O Capitão Simão Jose Gonçalves de Andrade. Francisco Teixeira Alves. Francisco Alves de Araujo. Procurador O Alferes João Nepomuceno Pinto Bandeira. Juiz de orphãos. O Sargento Mor Ignácio Lustosa de Andrade. (...) (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.33).

³⁴³ “Autto de Posse e Juramento dado ao novo vereador o Alferes Jose Pinto Ribeiro Nunes (...) sendo ahi presente o Alferes Jose Pinto Ribeiro Nunes por elle Juiz lhe foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos em hum Livro delles em que pos sua mão direita sub cargo do qual lhe foi encarregado que bem e verdadeiramente sem dolo nem malícia servisse o cargo de vereador este presente anno em lugar do Capitão Simão Jose Gonçalves de Andrade, e que guardasse em tudo o direito as partes, segredo as Justissas, e as obrigaçoins de seus deveres”. (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.39)

³⁴⁴ “(...) forão vindos o Ouvidor pela Lei o Sargento mor Ignacio Lustosa de Andrade com os cidadoes que costumão a votar (...) ahi se procedeu na abertura dos Pelouros das pessoas que aun de servir de Juizes ordinários e orphaos neste presente anno e sairão as seguintes: Para Juizes O Capitão Ricardo Jose Taborda. O Alferes Francisco de Paula Lima. Para Juiz de Orphaons O Capitão Nicolao Pinto Rebello”, (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.64)

de juiz municipal regulamentado pelo Código de Processo Criminal de 1832. O que se nota, entretanto é que não ocorreram flutuações significativas entre os anos objetos de estudo, sendo mesmo no período de transição, estável a ocupação dos cargos pelos grupos familiares da elite local.

2.1.5. Procuradores, Solicitadores de Causas ou Rábulas

Outros personagens importantes na cena jurídica local eram os chamados Procuradores, ou ainda Solicitadores de causas, ou ainda Rábulas.³⁴⁵ Tecnicamente as palavras tinham sentidos diversos mas no cotidiano acabavam sendo usadas como sinônimas. Procuradores eram os representantes das partes em juízo. Podiam ser profissionais ou ocasionais quando permitido. “Solicitadores de Causas” era o nome dado aos advogados profissionais não letrados, ou seja, sem o curso de Bacharelado em Direito que exerciam a advocacia. Rábula era uma palavra pejorativa,³⁴⁶ assim como a palavra “Vozeiro”. Rábula significava “(...) advogado ignorante e muito falador”. (PINTO, 1832). Raphael Bluteau aponta que a palavra tem origem romana e indicava os advogados que utilizavam mais a força da voz do que o argumento da razão para defender seus clientes.³⁴⁷ MELO FREIRE usa a expressão de forma negativa, quando afirma que “(...) o ofício de tratar uma causa em juízo é público, necessário, e muito honroso, e não deve, realmente, ser desonestado pelas malas-artes

³⁴⁵ “Deste mundo da justiça tradicional fazem ainda parte os advogados ou procuradores não letrados, pessoas especializadas nas formalidades do direito e do processo tradicionais que, nessa qualidade, assistiam as partes em tribunal”. (HESPANHA, 2010b, p.184)

³⁴⁶ O sentido pejorativo era reforçado pelo conhecimento erudito. Em especial destacavam que “O seu papel não era, em todo o caso, idêntico ao dos advogados letrados nos processos de direito erudito. A própria designação que lhes era dada ("vozeiros", "rábulas") permite-nos ainda hoje imaginar o estilo das suas intervenções em tribunal, mais dirigidas para captar a simpatia dos juizes por meios retóricos e oratórios do que para esclarecer, distanciada e analiticamente, as questões técnicas de direito”. (HESPANHA, 2010b, p.184)

³⁴⁷ “He palavra latina, a que os Etymologicos dão várias derivações. Segundo Nonio, *rabula*, a *Rabie dictus*, quem nunc advocatum, vel caufarum Patronum dicimus. Antigamente no Senado Romano, como também hoje nos Parlametos de França, & na república de Veneza, os advogados defendem as causas publicamente, & os Romanos chamavão Rabula, ao advogado, que orando, & perorando com grande vehemencia, fazia mais estrondo com a força da voz, que com a efficacia da razão. Causidicus (diz Febo) pugnaciter loquens, rabula appellatur. Entre nós, Rabula he advogado de pouca estimação, ignorante, & grande falador. Rabula, Masc. Cic. (O Rabula, Advogado, Requerente, que arrezoa muito. Profod. De Bento Pereyr. Fol. 164 col.2 da Edição de 1697)”. (BLUTEAU, 1712-1728, v.7 p.85)

dos rúbulas (...)" (MELO FREIRE, 1966, vol. 4, p.59). Com o tempo a expressão acabou por significar advogados sem estudo formal em faculdades.

Na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba entre 1822 e 1831 não existiam advogados formados em Direito. Quando as partes eram representadas em juízo, somente estavam disponíveis advogados leigos. E, em geral, boa parte das causas mediante os juízes ordinários e os Ouvidores de Comarca tinham intervenção de tais personagens. A idéia de que os rúbulas não conheciam o Direito letrado cai por terra pela própria lógica da profissão. Se não acrescentassem conhecimento jurídico ao pleito, provavelmente não teriam sucesso maior do que a própria auto-representação, não conseguindo manter-se nessa atividade profissional. Por isso, os rúbulas são um grande exemplo de cultura jurídica circulante. Necessitavam de saberes eruditos para manter suas atividades laborais.

Um outro ponto importante a se questionar é o papel dos rúbulas na possível predominância da justiça oral. A justiça oral (tradicional) não era pautada em formalidades e técnicas como o direito erudito. Nesse sentido, não teria lógica a necessidade de um profissional especializado, já que o rito da justiça tradicional era por essência informal. Ou seja, a presença do rúbula podia constituir-se num fator de implementação do direito erudito e não oposto.³⁴⁸

Tendo em vista essa condição de agente intermediário, o governo português sempre esteve atento à regulamentação da profissão, limitando ou permitindo o seu acesso conforme as condições locais.³⁴⁹ Para o presente trabalho o parágrafo mais importante desse título das ordenações é o 4º, que indica as condições para os procuradores não letrados exercerem a

³⁴⁸ "(...) os registros que se tem da atuação da justiça ordinária são essencialmente aqueles escritos, formalizados mediante processos, e que freqüentemente contavam com a assessoria jurídica de advogados, com ou sem formação letrada. É possível conjecturar que a justiça tradicional, predominantemente oral, acabava por se anular neste ambiente formalista." (CACCIA, 2006, p.156-7). No mesmo sentido, pode-se afirmar que "O direito processual, por sua vez, não apenas foi aplicado no Brasil colonial, como sofreu diversas adaptações, fruto das condições tipicamente coloniais, como a distância geográfica e a escassez de advogados ou provisionados." (WEHLING; WEHLING, 2007, p.87).

³⁴⁹ O regime geral da advocacia é regulamentado nas Ordenações Filipinas, Livro 1, Título 48. Nos primeiros três parágrafos regulam-se os advogados letrados. No início do título se indica 8 anos de estudo em Coimbra para permissão para advogar. (PORTUGAL, 1984, L.1, L.1, p.85-6). No parágrafo 1º do título limita-se a quantidade de advogados letrados nas Cortes Superiores ao número de quarenta, autorizando somente a advocacia de letrados que passem por teste frente aos ministros das Cortes. Essa limitação da prática da advocacia é a tônica da regulamentação nos tribunais superiores e nas grandes cidades, impedindo o exercício de pessoas iletradas na profissão. (PORTUGAL, 1984, L.1, L.1, p.86).

profissão.

Ord. Fil., L. 1, T. 48, §4 - E os que não forem graduados, e houverem de procurar nas correições, cidades, villas e lugares do nossos Reinos, **serão examinados pelos Desembargadores do Paço**. E sendo para isso aptos, lhes **passarão suas Cartas**, havendo primeiro informação de quantos há nas correições, cidades, ou villas, para onde pedem as ditas Cartas, e dos que são necessários; de maneira que não sejam mais dos que razoadamente se possam manter. **E isto se não entenderá em algum lugar, que tenha privilegio para nelle não haver Procuradores do numero, e poder procurar quem quiser, porque nos taes lugares poderá procurar quem quiser, sem as ditas Provisões, sendo pessoa idonea, e a que per nossas Ordenações, ou per Direito commum não seja defeso.** (PORTUGAL, 1984, L.1, L.1, p.87, negrito nosso).

Portanto, as Ordenações prevêm duas situações. Na primeira trata-se das cidades onde existe o privilégio dos procuradores do número, ou seja, em grandes cidades o número de procuradores era limitado e controlado mediante teste feito pelo Desembargo do Paço.³⁵⁰ Na segunda hipótese, onde não existisse esse privilégio, qualquer pessoa idônea poderia advogar³⁵¹ mesmo sem as ditas cartas de provimento.³⁵² Ou seja, qualquer pessoa podia advogar desde que sem impedimentos que a própria Ordenação previa.³⁵³ O que pode ser visualizado nos processos judiciais analisados onde em grande parte dos casos procuradores eventuais representavam as partes. Entretanto, o privilégio dos procuradores do número dependia de resoluções muito específicas, não se encontrando notícia específica sobre tal restrição no Brasil no período colonial ou início do império.³⁵⁴

³⁵⁰ O termo “procuradores do número” parece ser compreendido de forma equivocada. Não se tratava de todos os procuradores iletrados, mas aqueles somente aqueles que sendo iletrados exerciam a profissão de advogado mediante teste e provimento perante os tribunais competentes, aonde existia restrição no número de advogados que poderiam atuar.

³⁵¹ Essa análise pode ser reforçada pelos comentários as Ordenações feitos por Candido Mendes de Almeida: “1. O Alvará de 24 de Julho de 1713 declarou que fora da Corte pode ser advogado qualquer pessoa idonea, ainda que não seja formada, tirando Provisão. Hoje, essas provisões que dava o Desembargo do Paço, são assignadas pelos Presidentes das Relações. Regimento de 3 de Janeiro de 1833 art.2 § 7 já citado”. (PORTUGAL, 1984, p.87).

³⁵² “(...) os procuradores do número que actuavam perante os tribunais dos concelhos mais pequenos, que tivessem o privilégio de livre acesso ao patrocínio judicial (Ord. fil, I, 48,4), não estavam sujeitos a nenhum exame (Pegas, 1669, II, gl. 130; IV, ad I, 48, gl. 6 n. 1; VII, ad Reg. Sen. Paí, c. 45, n. 1; XIV, ad I, 48, n. 5)”. (HESPAÑA, 1994, p.512)

³⁵³ Ordenações Filipinas, L. 1 Tit.48, “§ 19. Todo o homem pode ser Procurador em nossa Corte e Casa do Porto, e perante quaesquer Juizes, tendo Officio de procurar, segundo nossas Ordenações, e poder das partes para por ellas procurar, salvo os a que he defeso per Direito, e estes seguintes, que havemos por bem que o não sejam”. (PORTUGAL, 1984, p.90).

³⁵⁴ Novamente Cândido Mendes de Almeida esclarece que a regulamentação do número de advogados por cidade foi regulado apenas em 1836, ou seja, durante o período analisado não existia regulamentação do número de advogados em cada cidade/região. “Não temos lei fixando o numero de Advogados e Solicitadores, tanto para

Essa série de limitações em espaços onde o número de letrados era relativamente baixo e ligados a mesmas famílias, como na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba, limitavam muito o número de pessoas que podiam exercer a função de advogado. Existiam ainda algumas obrigações e limitações voltadas ao exercício da profissão.³⁵⁵

Apesar de todo esse controle presente nas Ordenações, em Portugal não faltavam críticos aos advogados rábulas, sugerindo até mesmo sua extinção. D. Luís da Cunha, em meados do século XVIII, no seu “Testamento político” acusa os rábulas de serem o grande mal do sistema judicial de Portugal. Para ele, o excesso de demandas acontecia devido ao estímulo às brigas judiciais de tais profissionais que se sustentavam mediante valores recebidos pelo trabalho nas causas.³⁵⁶ Para solucionar tal problema propunha o controle rígido

as Relações, como para as Comarcas e Termos. Mas o Presidente da relação da Corte, por uma declaração ou Ordem de 26 de Setembro de 1836, fixou o numero de Advogados e Solicitadores para cada Município das Províncias sujeitas à sua jurisdição, e fôra de taes numeros não se expede Provisão alguma. Este estylo tem prevalecido”. (PORTUGAL, 1984, p.87). Podiam ser advogados aqueles que detinham maioridade civil, ou seja, no período 25 anos (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §20), salvo se antes fosse “(...) graduado em Direito Civil, ou Canônico, a grao Bacharel, Licenciado, ou Doutor na Universidade de Coimbra” (PORTUGAL, 1984, L.1, L.1, p.90). Cândido Mendes acrescenta que essa idade altera-se para 21 anos em 1831. “Cessando a menoridade entre nós aos 21 annos, em vista do R. de 31 de Outubro de 1831, o preceito desta Ord. se acha nesta parte revogado” (PORTUGAL, 1984, p.90). Não podiam ser advogados: as pessoas que serviam de testemunhas no feito (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §21); os fidalgos; os cavaleiros; os cléricos e religiosos (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §22); os tabeliães (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §23); os escrivães; os meirinhos; alcaldes (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §24); aqueles que tenham sido condenados por falsidade ou outro crime que gere infâmia (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §25); pessoas que tivessem perdido officio por erro (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §26); e, por fim, proíbe-se de procurar aqueles que tem grau significativo de parentesco com o juiz da causa (pai, irmão ou cunhado) (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §29).

³⁵⁵ No § 6º do mesmo título das Ordenações existe a obrigação de portarem os livros das Ordenações do Reino para exercerem a profissão, sob pena de multa. No § 11º limitam-se também os pagamentos pela representação, valores fixados pelas Ordenações e Cortes, impedindo que os advogados confisquem bens ou haveres das partes que representam. A pena para quem reincidisse nessa prática era o degredo para o Brasil. (PORTUGAL, 1984, p.89). Porém o mais interessante desse parágrafo é a questão levantada por Cândido Mendes em seus comentários as Ordenações sobre as limitações que sobre a advocacia estavam relacionadas aos advogados letrados e/ou aos solicitadores de causas. Explica o comentador que a ambos cabiam as limitações. Aparecem tais comentários nas notas da versão das Ordenações indicada nas referências. Nota (3) (Procuradores) “Entende-se tanto o Solicitador, como o Advogado. Pegas, Forenses, cap. 173 n. 18”. (PORTUGAL, 1984, p.88). E complementa o comentador: “(4) (...) Antes do Alvará de 1º de Agosto de 1774 entrou muitas vezes em duvida se esta Ord. comprehendia tanto os Advogados, como os Procuradores, ou sómente aquelles. Esse Alvará fixou a verdadeira intelligencia da lei, comprehendendo ambas as profissões, e estendendo a nulidade de taes pactos com outras quaesquer pessoas. Como essa interpretação era um incidente no Alvará que trata de convenções sobre heranças, continua a subsistir a disposição, a Despeito do Decreto de 17 de Junho de 1788 que mandou suspender esse e outros actos do Governo”. (PORTUGAL, 1984, p.88). Elenca-se, assim, algumas das limitações no exercício da profissão dispostas nas Ordenações: a) proibição de ir até a casa dos juizes para debater a causa (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §12); b) Proibição de advogar para parte contrária quando compartilhasse de algum segredo (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §13); c) Proibição de alteração do escrito nos autos, sob pena de degredo para África (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §14); d) Possibilidade de punição com multas caso adulterasse informações dos clientes nos feitos (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §18); e) Proibição de procurar para os dois lados (Ord. Fil. L.1. Tit. 48, §27). Além disso, não existia a obrigatoriedade de representação em juízo por solicitadores profissionais.

³⁵⁶ “(...) D. Luís ataca a causa principal - segundo pensa - da crise da administração da justiça em Portugal: “O primeiro motivo deste desconcerto provém na minha opinião do grande enxame de advogados que temos em Lisboa, uns bons outros maus, mas que todos para comerem devem precisamente aconselhar as demandas, de

do número de advogados nas grandes cidades portuguesas para que se evitassem demandas desnecessárias e que desincentivando os litígios.³⁵⁷ Conjuntamente ao controle do número de profissionais, D. Luís propõe “(...) uma redistribuição de advogados (letrados) pelas grandes cidades ou grandes vilas, “à proporção de seus povos”. Que se proibissem os “embandeirados”, meros assinantes de papéis.” (MOTA, 2006, p.45). O pensamento de D. Luís da Cunha parece estar de acordo com a tendência da segunda metade do século XVIII, sendo que a literatura erudita acusa freqüentemente os rúbulas de trazerem apenas chicana e discórdia para os tribunais.³⁵⁸

Esse pensamento proveniente da metrópole não era condizente com a realidade social das Capitanias de São Paulo e do Sul do Brasil. Na capitania de São Paulo, durante quase todo o século XVII, eram raros as pessoas que exerciam tal atividade.³⁵⁹ “Bem mais adiante, em 1675, um litigante se queixa de não entender de papéis, nem haver letrados na Vila para se aconselhar com eles.” (NEQUETE, 2000, p.379). Essa escassez que beirava a

que resultam os ódios, as separações dos pais com os filhos, dos irmãos com os irmãos, e as inimizades das famílias inteiras, que passam aos seus descendentes. Pelo que me parecia, que se o seu número excedesse o de que se necessita para a administração da justiça, dentre todos se escolhessem os de maior reputação, tanto nas letras, como nos costumes para que só eles pudessem advogar parte nas causas cíveis e parte nas criminais; ao que ajuntaria que os formados nos sagrados cânones não pudessem advogar, mas somente os formados em leis” (D. Luiz da Cunha, Testamento Político. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976, p. 56)”. (MOTA, 2006, p.44).

³⁵⁷ “E sobre a reforma dos advogados e a “boa e breve administração da justiça civil”: “Desta reforma dos advogados, que se deveria também observar na Relação do Porto, se seguiria: 1º que os admitidos, vendo que nenhum dos outros lhe tiraria o pão da boca, antes teriam o que lhes sobrasse para se sustentarem com decência, seriam mais circunspectos em aconselharem os seus clientes conforme a justiça que lhe achassem e não a indigência, ou a ambição que tivessem; 2º que nesta suposição seriam menos as demandas, porque sendo o processo instruído para se aclarar a justiça de cada qual, o grande número de advogados os obriga a obscurecê-la com os seus sofismas, para chuparem a subsistência das mesmas partes que defendem” (D. Luiz da Cunha, Testamento Político. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976, p.58) (MOTA, 2006, p.44-5).

³⁵⁸ “Contra esses procuradores, que se arrogavam funções de orientação técnica e processual, insurgia-se a doutrina erudita. (...) a presunção desses “técnicos populares” que se davam ares de entendidos em direito e se mediam com os advogados letrados era, pelo contrário, duramente atacada. Na doutrina portuguesa há quem proponha evitar esses “advogados trapaceiros geralmente chamados “procuradores do número” e eliminá-los da república como parte extremamente nociva.” (HESPANHA, 2010b, p.184-5).

³⁵⁹ “Até os últimos dias do século XVII — anota ALCÂNTARA MACHADO — somente dois aparecem nos autos da vida forense de São Paulo, e, ainda assim, muito de relance: em 1621, um tal de Francisco Correia — cujas petições, aliás, não lhe recomendavam nem os sentimentos, nem a capacidade profissional: pretendia se alvidrassem a cama, os lençóis, o cobertor, o colchão e até o vestido roxo de uso pessoal do inventariado; e, em 1623, um Geraldo de Medina, como procurador ahondante de certo interessado no inventário de Pero Álvares... O meio paulistano, ao que parece, desanimava a advocacia: em 1633, uma dona viúva, estante na Vila, suplicava se lhe nomeasse um procurador que por ela procurasse, declarando-se prestes a pagar o seu trabalho; e o despacho que obteve foi este: que se notificasse a pessoa por ela indicada, desde que costumasse procurar por outras partes, com pena de mil réis, pagando o seu trabalho. E o nomeado deu por sua resposta que o faria, como Deus lhe desse a entender.” (NEQUETE, 2000, p.379).

completa falta de letrados se arrasta até o início século XVIII,³⁶⁰ havendo notícia de certo número estável de advogados apenas a partir da metade do século XVIII.³⁶¹

Em Curitiba, as idéias de proibição da advocacia circularam ainda durante o século XVIII, em especial no debate sobre a autorização para advogar. Numa das sessões da Câmara Municipal, datada de 7 de Novembro de 1730, observa-se um requerimento de proibição do exercício da advocacia:

(...) foi requerido ao juiz Joseph Fernandes que o procurador do réu Manoel Rodrigues da Mota não fosse admitido na audiência por não ser letrado de profissão e que a mesma parte viesse fazer os requerimentos necessários e porque o dito requerente não mostrou provimento do Sr. General mandou o dito juiz não requeresse mais, em esta causa em seu Juízo na forma do dito requerimento (BOLETIM, 1925, v. XIII, p. 10).

Nessa ata, pode-se notar que o “provimento” para advogar é atribuído ao “Sr. General”, ou seja, ao General da Capitania de São Paulo. Ao que tudo indica, antes de 1748 quem fornecia as cartas de Provisão para advogar na Colônia eram os Capitães-Generais (Governadores) de Capitania³⁶² ou mesmo os Ouvidores da Capitania.³⁶³ Essa autorização, porém, não parece ter sido essencial para o exercício da advocacia. O pesquisador Joacir

³⁶⁰ “Só em 1696, ao que se colhe, é que fazem sua aparição no foro de São Paulo uns licenciados, não mais que dois: Bonifácio de Mendonça e Salvador Pontes. Em 1714, porém, já haviam desaparecido, como se infere de uma certidão em que o Padre João Gonçalves, escrivão do juízo eclesiástico, declara que na terra não havia letrados de profissão (...)” (NEQUETE, 2000, p.379).

³⁶¹ Em Curitiba existe a notícia de um rábula chamado “Paulo da Rocha” ainda no início do XVIII, porém tal informação carece de maior comprovação empírica. “A lacuna, afinal, só se preenche ao começar o segundo quartel do século XVIII, com os licenciados Antônio Correia de Sá, José Bernardino de Sousa e Pedro Taques de Almeida, aos quais se acrescentam os requerentes nos auditórios Cristóvão de Camargo, Lourenço da Costa Martins, Bento Lopes, Alarico Salvador Cardoso, Brás de Moura Bueno...” (NEQUETE, 2000, p.380).

³⁶² Nesse sentido: “Em Curitiba os licenciados tinham licença ou provisão para procurar concedida pelo ouvidor da Comarca ou do capitão general governador da Capitania (...)” (BORGES, 2009, p.164). Lembre-se ainda que em 9 de maio de 1748 a Capitania de de São Paulo será extinta por carta régia, sendo seu território administrado pelo governo da Capitania do Rio de Janeiro. A capitania de São Paulo só será reestabelecida em 6 de janeiro de 1765.

³⁶³ Novamente refere-se aqui a pesquisa de Joacir Navarro Borges onde apresenta transcrição de manuscrito que justifica tal afirmação. “(...) Audiência de quatro de outubro de mil e setecentos e trinta e sete anos que faz o juiz ordinário o Sargento Mor Hieronimo da Vega e Cunha nela (...) apresentou o licenciado Miguel de Souza da Silva um despacho do Doutor ouvidor geral desta comarca para poder requerer e ser procurador no Juízo ordinário e no Juízo de órfãos e requereu fosse o dito despacho lançado de verbo ad verbum e o dito juiz o mandou lançar neste protocolo que eu escrivão logo satisfiz cujo teor de despacho é na forma seguinte, os Juízos ordinários e órfãos da vila de Curitiba admitam ao suplicante a requerer nas audiências pelas partes em defender suas causas // e só procederam contra ele quando arrazoar por ambas as partes, e o condenarão quando os requerimentos forem sinistros. Paranaguá, vinte e quatro de setembro de mil e setecentos e trinta e sete // Lobato // e não se tinha mais do dito despacho do Doutor ouvidor geral desta Comarca Manoel dos Santos Lobato; e não houve mais quem requeresse coisa alguma de que fiz este termo e eu Antônio Alvres Freyre escrivão o escrevi. (Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba. Livro de Audiências do Juiz Ordinário - 1733 – 1738. f. 176v-177)”. (BORGES, 2009, p.164).

Navarro Borges (2009) aponta em sua pesquisa que o rábula Antonio Francisco de Siqueira atuava nos auditórios curitibanos sem provisão, sendo um dos mais requisitados no período entre 1734 e 1752.³⁶⁴ Nesse mesmo sentido outra pesquisa local, da pesquisadora Liliam Ferarresi Brighente, encontrou a debates relacionados à autorização para advogar. Analisando ação proposta junto ao Juízo Ordinário de Curitiba em 7 de Maio de 1746 (Documento Armazenado no Arquivo Público do Paraná sob a numeração APPR PB045 PC0557.16, 1746) por Miguel Rodriguez Ribas (homem que teria exercido diversos cargos camarários e versado na prática do direito local). Brighente transcreve parte da acusação do autor em relação ao procurador do réu de exercer a advocacia de forma ilegal. Os termos são os seguintes:

“(...) o procurador assinado a fl. 7 verso não é suficiente para patrocinar causas em juízo nem a presente [...] por não ser perito na arte. **Por que todos os letrados que houverem de advogar e procurar tenham oito anos de estudo cursados na universidade de Coimbra em direito canônico, ou civil, ou em ambos conforme o dito Livro I, tt. 48 e com todos os mais requisitos necessários em o dito tt. alegado per totum.** [...] que nos Livros deste Registro da Comarca desta Vila se acham ordens dos Governadores Gerais desta Capitania para que pessoa alguma procure causa de outrem sem provisão dos ditos Governadores e para satisfazer o direito dos ditos officios de Sua Majestade que Deus Guarde. Assim também o patrono desta causa não tem provisão alguma nem carta de confirmação como se vê por sua confissão a fl. 8 verso [...]”.(BRIGHENTE, 2011, p.114, nota 260, negrito nosso)

Pelo observável na transcrição, as Ordens dos Governadores Gerais da Capitania³⁶⁵ controlavam o exercício profissional dos rábulas. Agindo assim localmente de forma mais direta e específica que o texto geral das Ordenações Filipinas. No mesmo documento o procurador do réu responde a acusação:

“que nesta terra não há letrados de profissão, nem Livros de direito, mais que a prática judicial e algum por acaso, que mais verdadeiramente faz confusão

³⁶⁴ “O termo da audiência de 17 de julho de 1741, refere “que nos mesmos autos constava que o dito procurador (Antonio Francisco de Siqueira) não tinha provisão para requerer em auditorias como na dita audiência sendo lhe perguntado em audiência o dito procurador respondeu que não tinha provisão por requerer, e nem era letrado”. Mesmo não sendo letrado, Antonio Francisco de Siqueira foi um dos procuradores mais solicitados durante o período analisado. Ele foi nomeado por 50 procurações entre 1734 e 1752 e atuou em 65 processos judiciais. Houve grande coincidência entre as nomeações e suas atuações em processos. Entre 1732 e 1751, ele só não atuou como procurador em 1733, 1734, 1735 e 1744, e sua atuação e suas nomeações aumentaram sensivelmente no período” (BORGES, 2009, p.164-5).

³⁶⁵ Em termos de nomenclatura, ao que tudo indica os termos “capitão-general” e “governador-general” parecem ter pouca distinção prática. Prefere-se assim seguir a expressão utilizada pelas fontes ao invés de identificar ‘precisamente’, ano a ano, a descrição dos cargos conforme a perspectiva oficial do centro do reino.

do ‘aclareiam’ a Lei, por não haverem outros, que citam estes, e são os que explicam os casos e matérias destes; e por isso não se aponta o que com autoridades, e só se articula o fato, e razão natural, para os Senhores Julgadores determinarem o que entenderam justiça.” (BRIGHENTE, 2011, p.114, nota 260)

Adiante se dará maior atenção a essa significativa frase voltada à questão dos livros na região, mas antes vale destacar que o procurador aponta inexistirem letrados de profissão nessa terra,³⁶⁶ o que justificaria a presença de rúbulas advogando, no que lhe é dado razão no caso.³⁶⁷ No século XVIII, realmente existe apenas o relato de uma pessoa formada em Coimbra proveniente da região da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. Trata-se de Lourenço Ribeiro de Andrade.³⁶⁸

A partir de meados do século XVIII torna-se cada vez mais comum a exigência de Carta de “Provimento” para que iletrados exerçam a advocacia de forma profissional. Ao

³⁶⁶ “(...) os procuradores que requeriam no âmbito da justiça local na vila de Curitiba no século XVIII. Estes eram, em sua maioria, advogados leigos, rúbulas sem formação em direito, mas que, em geral, sabiam exatamente como conduzir os casos daqueles que estavam representando.” (BORGES, 2009, p.161).

³⁶⁷ Segundo a pesquisadora, o desfecho da demanda se dá nos seguintes termos: “Miguel Rodriguez Ribas ainda acusara o procurador do Réu de ser “judeu, bêbado ou mentecapto”, diante do que este último requereu ao escrivão que certificasse que ele era: “[...] homem branco havido de legítimo matrimônio, filho de progenitores nobres e legítimos cristãos velhos e ter seu Pai sido julgador de todo o cível e crime e Capitão-Mor e Coudelmor e nesta forma não é tão insuficiente quanto pinta o embargado e por despacho e mando do dito Sr. Ouvidor Geral fl. 22 e verso se vê determinado advogue o procurador embargado.” (BRIGHENTE, 2011, p.114, nota 260, negrito nosso)

³⁶⁸ Lourenço Ribeiro de Andrade era filho do Capitão Miguel Rodrigues Ribas e Maria de Andrade, nasceu em Curitiba a 24 de Setembro de 1724 e faleceu em 1799 (NEGRÃO, 2005, vol.1, p.444). Recebeu o grau de Licenciado em Coimbra em 1747. (LEÃO, 1994, p.1168). O tratamento “licenciado” lhe conferido parece dubio. Poderia significar que teria atingido um grau de estudo superior ao do Bacharelado, permitindo-se inclusive o ensino. “O curso dum escolar até ao bacharelato compreendia os preparatórios de Gramática e Lógica, e três anos da Faculdade maior em que estavam matriculados. Concluída esta fase, o candidato defendia teses ou conclusões públicas na presença dos mestres e doutores da sua Faculdade. Também eram admitidos à colação do grau, em determinadas condições, os escolares vindos de Universidades estrangeiras. E havia uma cerimónia para a promoção a bacharel. A licenciatura («licentia ubique docendi») era concedida a quem tivesse frequentado durante quatro anos a Faculdade respectiva.” (RODRIGUES, 1980, p.126). “Os cursos até ao bacharelato compreendiam cinco anos de frequência nas Faculdades de Teologia, Cânones, Leis e Medicina, e três anos de Artes (área que viu aumentado o número de cadeiras). Para obterem o grau de licenciado os candidatos tinham de passar por várias provas até fazerem o exame privado e só depois vinha o doutoramento, que no fundo era um acto de consagração.” (RODRIGUES, 1980, p.127). Por outro lado, poderia indicar também que não teria terminado o curso de Bacharelado, conseguindo apenas uma provisão específica para advogar do Desembargo do Paço, o que estaria em consonância com a não realização da leitura de bacharéis, segundo consta no catálogo de: AMARAL, Luís; MATOS, Lourenço Correia. Leitura de Bacharéis: índice de processos. Lisboa: Guarda Mor, 2006. Joacir Navarro Borges também percebeu a contradição da situação. “Sua trajetória parece indicar uma contradição na formação e na prática dos procuradores letrados àquela altura. Ou seja, para estudar em Coimbra, ele deveria pertencer a uma família especialmente rica, mas, ao voltar à colônia, não se esperava que esse doutor, membro da elite, permanecesse na função de advogado.” (BORGES, 2009, p.166). A falta de fontes que utilizem a expressão bacharel para indicar Lourenço Ribeiro de Andrade não deixa de ser uma pista sobre a situação. Por outro lado, poderia existir desinteresse em exercer funções judiciais ou seguir carreira letrada, tendo em vista a fortuna pertencente a família na região.

contrário do que acontecia na Capitania de São Paulo até 1748, segundo as Ordenações Filipinas (L.1, Tit.48, §4), deveria ser o Desembargo do Paço o Tribunal responsável pela autorização para advocacia.³⁶⁹ Entretanto, a partir de 1751 as autorizações e provimentos dados pelo Desembargo do Paço no território do Brasil Colonial passaram para a competência da chamada Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro, órgão composto pelos três principais membros do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro.³⁷⁰

Na véspera da independência, o controle legal sobre o exercício profissional dos rúbulas está ainda mais acirrado. A partir de 1820 é cobrado um valor específico para fornecimento da Provisão.³⁷¹ Entretanto o controle específico local era mais frouxo. Inclusive algumas das limitações propostas nas próprias ordenações parecem ser relativizadas.

Um exemplo é do padre João José de Carvalho. Tal clérigo ficou conhecido pela capacidade em litigar judicialmente no início do século XIX em Antonina.³⁷² Sobre a habilidade do padre, não formado em Direito, rúbula iletrado portanto, com as letras jurídicas destacou Ermelino de Leão:

(...) Dizia o Tenente Coronel Luiz Carmeliano de Miranda que o Padre João era o único letrado que tratava de direito no município. As suas allegações judiciais, repletas de citações latinas e dos velhos praxistas, nem sempre applicaveis ao caso, demonstravam, comtudo, o desejo de evidenciar erudição e epater les bourgeois... Tinha, porem, um adversário terrível no

³⁶⁹ “Essa diretriz foi amplamente adaptada no Brasil colonial, pois os procuradores de pequenas e periféricas vilas como Curitiba certamente teriam dificuldades em obter as referidas cartas diretamente no Desembargo do Paço em Lisboa. Assim sendo, suas autorizações para procurar na vila provinham, como está indicado mais adiante, do governador da Capitania ou do ouvidor da Comarca.” (BORGES, 2009, p.162).

³⁷⁰ “Órgão: Mesa do Desembargo do Paço* (criação: 13.10.1751; regimento: 13.10.1751). Atribuições: 1. Órgão composto pelo governador da Relação, pelo chanceler e pelo mais antigo desembargador dos Agravos. 2. Expedir os negócios que pertencerem ao despacho e expediente do Desembargo do Paço. 3. Passar, em nome do rei, alvarás e provisões. (...) Fonte: Regimento da Relação do Rio de Janeiro, em C.L.P. (1750-1762), pp. 102-109. * Ver nota s.v. 'Governador', nessa mesma fase.” (SALGADO, 1986,p.356-7).

³⁷¹ Para exercer a profissão era ainda necessária a autorização do Desembargo do Paço (Mesa do), conforme os Provimentos de 1 de Abril, 18 de Maio e 6 de Agosto de 1822. “Advogado – provisão para sel-o concedia o Desembargo do Paço – Provis., 1 Abril, 18 Maio e 6 Agosto de 1822. Advogado – Não deve ser admittido nos auditorios sem Provisão, e haver pago os novos direitos. Prov. de 10 de Fevereiro de 1820. Advogado não formado – Ordenou-se que se não concedesse mais provisões, e que se não reformassem as já concedidas. Av. 25 de Agosto de 1836. Advogado não formado – Para exercer funções deve, e como, obter licença do presidente da Relação do districto, Lei 22 de Setembro de 1828, art.2 §7 Regul. 3 de janeiro de 1833 art.9. Advogado não formado, quanto paga de sua provisão. Regul. 25 de janeiro de 1832, tabella; Lei nº 60, 20 de outubro 1838, §10 tabella; Lei nº 243, 30 de Novembro 1841, §5, tabella. Advogado – os direitos de seus provimentos, quando não formado, pertencem as provincias em que se acharem as Relações cujos presidentes os concederem. Av. 18 de Julho de 1833; Av. 22 de Junho de 1837”. (MENDONÇA, 1850, T.1, p. 18 -9).

³⁷² “Advogado, pleiteou com sucesso, no foro, numerosas causas, sendo acusado pelos seus desaffectedos: de ser juiz e parte em todos os processos em que figurava, por ditar aos juizes leigos as sentenças que deveriam proferir.” (LEÃO, 1994, p.976).

hábil chicanista Antonio Luiz Gomes, de Morretes, intelligencia superior e lúcida, a qual faltava o condimento de um bom preparo jurídico. O padre, porém, procurava esmagar o contendor com o peso de velhos textos de direito canônico e com citações numerosas de praxistas, pelas quaes pretendia demonstrar que 2 mais 2 eram 5. (...) (LEÃO, 1994, p.976-7).

O referido padre aparece nos processos analisados na tese apenas em um processo judicial (APPR PB045 PI04533) no qual figura como parte, portanto sendo um procurador ocasional. Uma enorme pista de que o conhecimento circulava em espaços muito mais significativos do que os imaginados. Nos processos analisados no presente trabalho nem sempre os rúbulas estão presentes nos processos, para facilitar a compreensão de sua participação se elaborou a tabela abaixo:

Tabela 8 - Lista da forma de representação advocatícia nos 68 processos escolhidos para a análise na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba entre 1822 e 1831.(*)	
Autorepresentação – 18	Autor – 12
	Réu - 6
Profissionais - 47	Francisco das Chagas Sá Ribas - 3
	João Antunes Leiria - 8
	José Gomes Vianna - 24
	José dos Santos Lima - 8
	José Reginaldo de Lima - 4
Ocasionais – 19	Adriano Pinto de Almeida; Anastácio da Cruz; Antonio dos Santos Cortes; Domingos José da Motta; Francisco da Silva; Ignácio Lustosa de Andrade; João Antonio Carneiro; João Hernesto de Moura Brito; João José de Carvalho; João Pereira de Oliveira; Joaquim Antonio da Silva Campos; Joaquim Jozé de Araújo; José Cortes da Paixão; José Inocência Álvares Alvim; Luis da Silva Gomes; Luis Vicente da Silva Freire; Ponciano José; Ricardo Jozé dos Santos; Tristão Cardozo de Menezes.
Não Consta ou Não Identificado – 52	
Fonte: Autor * Os números representam a quantidade de vezes que cada item referido ocorre nos processos, os totais são duplicados devido a existência de dois pólos processuais (autor e réu). Os dados não são plenamente precisos devido à dificuldade de leitura e identificação de procurações e representantes em alguns processos devido a má conservação das fontes.	

Dos dados apresentados na tabela pode-se tirar algumas conclusões. Primeiramente que apenas em cerca de um terço dos casos existia a representação de advogados rúbulas

profissionais. Também era comum a autorepresentação e a representação ocasional. Bastava para advogar que a pessoa fosse idônea e soubesse ler e escrever. Adiante se observará que em muitos casos as partes também utilizavam argumentos técnicos jurídicos, incluindo citações de praxistas. Nos casos em que não se identificavam procuradores pode-se afirmar que alguns estavam relacionados a processos envolvendo execução de inventários e testamentos ou, em alguns casos emblemáticos, questões criminais envolvendo pessoas simples.

Quando apareceram advogados habituais destacaram-se cinco nomes: Francisco das Chagas Sá Ribas; José dos Santos Lima; José Reginaldo dos Santos; José Gomes Vianna; e João Antunes Leiria.³⁷³ Vale destacar algumas nuances dos procuradores:

a. Francisco das Chagas Sá Ribas. Tal rábula detém um sobrenome imponente para região: Sá Ribas.³⁷⁴ Aparece representando diversas vezes donos de escravos. Cita em seus processos livro atualizado para época, em especial, foi o único a citar “José Homem Correa Telles”.³⁷⁵ Francisco das Chagas de Sá Ribas será proibido de procurar no juízo da Ouvidoria, sendo acusado de promover chicana no Foro, ou seja, de adentrar com recursos inúteis com o objetivo de atrasar julgamentos e criar confusão, pelo Ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto.

³⁷³ Dos advogados habituais elencados apenas sobre João Antunes Leiria não se encontraram informações. Dos demais, foi possível, mediante o cruzamento de informações de fontes históricas, perceber algumas importantes nuances dos rábulas da região. A primeira informação importante é que nenhum dos brasileiros chegou a realizar matrícula na Universidade de Coimbra (MORAIS, 1942) ou realizar exame de leitura de bacharéis (AMARAL; MATOS, 2006). Mesmo não sendo formados em Direito todos demonstraram nas fontes processuais terem conhecimentos jurídicos relevantes, ou ao menos terem acesso a material que os possibilitava contrair tais conhecimentos.

³⁷⁴ Tal sobrenome era pertencente a importante família da elite, dono de grandes fazendas e escravos, bem como originária de representantes da região na Assembléia Provincial e Legislativa como Lourenço Pinto de Sá Ribas, neto de Lourenço Ribeiro de Andrade.

³⁷⁵ Seu nome não aparece na descendência da família Sá Ribas na Genealogia Paranaense de Francisco Negrão (NEGRÃO, 2005). O que dá um tom de mistério a origem do nome. Inclusive o prenome Francisco das Chagas é o mesmo da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, conhecida atualmente em Curitiba como Igreja da Ordem (a mais antiga da cidade). O que levanta a hipótese de que se tratava de um exposto adotado pela família Sá Ribas. Trata-se da época em que ocorre o maior índice de expostos na cidade. “O índice de 9.1% de batizados de expostos para a Vila de Curitiba é evidentemente significativo, entretanto, como pode ser verificado, tende a ser mais coerente com as taxas de abandono anotadas para as demais áreas de subsistência. A análise da ocorrência do abandono por décadas na Vila de Nossa Senhora da Luz revela um crescimento regular do fenômeno, que chega a quadruplicar, atingindo seu percentual máximo na década de 1790, quando os batismos feitos para expostos passam a contabilizar 13.3% do total anotado para a segunda metade do século XVIII.” (CAVAZZANI, 2005, p.74).

Após tal fato será indicado ao cargo de escrivão do juízo de paz.³⁷⁶ Mas o ex-Ouvidor Almeida Torres requer que Francisco das Chagas seja retirado do cargo de Escrivão do juízo de paz.³⁷⁷ Retirado da escrivania de paz, Francisco das Chagas irá requerer a Câmara em 15 de Abril de 1831 a doação de alguns chãos na rua do Rosário, provavelmente no sentido de buscar outros meios de sobrevivência.³⁷⁸ A partir de então, ao que tudo indica, entra em aberto conflito contra Ignácio Lustosa de Andrade, o que explicaria a interferência de Almeida Torres contra Francisco Chagas.³⁷⁹

b – José dos Santos Lima. Nascido em Curitiba em 1762, casa-se em 29 de Julho de 1779 com Gertrudes Maria do Rosario (NEGRÃO, 2005, vol.1, p.423). No período analisado já tem idade avançada (em 1822 tem 60 anos) e falece durante o período. Era filho de Maria Paes dos Santos e Miguel Gonçalves de Lima. Seu pai falece quando ainda tem 4 anos de

³⁷⁶ Destaque-se que boa parte dos rúbulas, antes ou depois do exercício mais intenso da advocacia, exerciam pequenas funções burocráticas como de tabelião ou escrivão. “Escrivães, notários, tabeliães são aqueles que registram a vida jurídica, e que com sua atividade vão dando uma legitimidade específica aos atos do cotidiano. Daí que sua função fosse rapidamente compreendida como fundamental pelos dois bandos. Certificar ações, ilibar condutas, eram alguns dos instrumentos interessantes que poderiam ser utilizados para proteção do grupo ou para atingir o inimigo, o que dá à luta de bandos uma roupagem também notarial. Sem dúvida, é interessante perceber como as acusações de “falsas papeladas” de parte a parte revelam a intimidade com que os grupos locais compartilharam com a monarquia um aparato notarial que, teoricamente, havia sido criado para viabilizar um maior controle do centro. Desta forma, podemos dizer que, em épocas modernas, a luta de bandos se apropriou de mais uma frente de batalha: as certidões.”. (NASCIMENTO, 2003, p.33)

³⁷⁷ Tal informação pode ser constatada em processo a ser esmiuçado adiante (APPR PB045 PI04586) e na Carta publicada no Jornal Farol Paulistano de 30 de Janeiro de 1830, no qual aparece: “(...) Estando plenamente informado de que sendo o Juiz de Paz d’essa Villa juramentado a Francisco das Chagas de Sá Ribas para servir de Escrivão do seu Juizo, elle se tem tornado o flagello das partes; e o motivo de geral escandalo pelos vexames, peculato, e concussões, que diariamente poem em practio, quando sendo já conhecido pela sua má conducta, a qual deu causa ter sido expulso do Officio de Procurador no Juizo da Ouvedoria, não devera ser mais lembrado para outro qualquer, pelo que é mui notável uma tal escolha, e ainda mais a tolerancia do dicto Juiz sobre procedimentos tão escandalosos e prejudiciais ao serviço publico, e às partes, e que também servem para desacreditar uma Instituição nova, e sobremaneira util: ordeno a VV. Mm. – que me informem promptamente, qual a razão, porque tem deixado de nomear Escrivão para aquelle Juizo como manda a Lei. Deos guarde a VV. Mm, Palacio do Governo de S. Paulo 12 de Janeiro de 1830. José Carlos Pereira de Almeida Torres – Srs. Presidente e Membros da Camara de Coritiba”. (FAROL PAULISTANO, 330, p.1309).

³⁷⁸ “(...) Leu-se a informação do Fiscal desta, villa sobre o requerimento de Francisco das Chagas e Sá Ribas em que pidia carta de Data de huns xaons que forão Patrimônio do Padre Joaquim de Sá na — *Rua do Rozario* (...)” (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.8-9).

³⁷⁹ Em sessão de 9 de Janeiro de 1832 Francisco Chagas faz uma acusação formal contra Ignácio Lustosa junto a Câmara de Vereadores: “(...) Leu se huma «acuzação de Francisco das Chagas e Sá Ribas contra o Sargento mor Ignacio Lustosa de Andrade de ante Juiz ordinário e orphaons»”. (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.53-4). Ao que tudo indica Francisco Chagas era protegido da família Sá Ribas, em especial do juiz de Paz Lourenço Pinto de Sá Ribas. Nesse sentido, o conflito fica escancarado entre os grupos: “(...) Leu-se hum officio do Exelentissimo Presidente datado de vinte de Janeiro próximo passado com as «representaçoes do Ouvidor pela Lei e do Coronel Ignacio de Sá>> contra o Juiz de Paz desta villa para a Camara informar sobre a dita representação ouvindo o dito Juiz de Paz por escrita”. (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.65). As partes só irão se reconciliar em 1833. Reconciliam-se perante a Câmara em 24 de abril de 1833 (BOLETIM ..., 1929, v.45, p.83).

idade (1766), tendo 3 irmãos mais que se tornaram clérigos famosos, destacando-se na capitania de São Paulo e na catequese dos indígenas em Guarapuava, e sendo tio de Diogo Feijó. O que explica o seu domínio nas letras, em especial no latim, o qual deve ter sido instruído pelos frades franciscanos da região. Além do que explica o seu acesso a livros.³⁸⁰ Hábil com as palavras em seus argumentos fáticos, José dos Santos Lima não era um procurador afeito a citações complexas, utilizava normalmente apenas os praxistas mais simples como Alexandre Caetano Gomes.³⁸¹ José Reginaldo de Lima assumirá as suas funções de procurador durante certo período, entretanto a falta de sucesso nas demandas fará com que decida seguir a carreira de escrivão. Infelizmente não foi possível encontrar seu testamento ou inventário, apesar de existir processo em que debate sua sucessão, em especial a posse de dois escravos (APPR PB045 PI04552).³⁸²

c – José Reginaldo Lima assume as funções de procurador do pai.³⁸³ Era comum

³⁸⁰ O primeiro é Cônego Manoel da Cruz Lima, ao qual é atribuída a progenitura de Diogo Feijó. Portanto José dos Santos Lima era tio de Diogo Feijó. O segundo é o Padre João Gonçalves de Lima, “João Gonçalves Lima. Nascido em Curitiba. Sacerdote virtuoso e culto, vigário da vila paulista de Sant’Ana da Parnaíba. fez parte do governo provisório de São Paulo de 1823.” (MARTINS, 1995, p.49), também importante membro da política paulistana do período. O terceiro foi Francisco das Chagas Lima, “Notável e virtuoso sacerdote curitybano nascido em 1758 (...) Os seus progenitores, fervorosos catholicos, apesar de pobres, se esmeraram na educação dos filhos, encarreirando treis para a vida ecelesiastica. Francisco das Chagas Lima e seus irmãos Cônego Manoel da Cruz Lima, (que segundo a tradição da família, era pae do Regente Diogo Feijó) e Vigário João Gonçalves Lima, fizeram os seus primeiros estudos na terra natal, talvez guiados pelos frades franciscanos do Hospício de N. S. do Terço annexo a Ordem Terceira de S. Francisco de Curityba, na qual seu pae exerceu os mais elevados cargos.” (LEÃO, 1994, p.682-3). importante na catequização dos índios da região de Guarapuava. “Quando o Governo Real, altenderido aos appellos dos curitybanos, resolveu effectivar a conquista de Guarapuava, foi o P. Francisco das Chagas indicado pela sua alta competencia de missionário, pela devotação ao sacerdotio, para catechista do gentio kaingangue.” (LEÃO, 1994, p.684).“(…) sacerdote dos mais notáveis do clero nacional, no seu tempo. Latinista, matemático, naturalista. Consultado como sumidade nas questões da teologico-dogmática e moral, sua opinião prevalecia sempre. Escreveu as Memórias sobre a Colônia de Guarapuava, em 1827. (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO). Foi catequista dos Camés Votorões e Dorins, com seu irmão, padre João Gonçalves Lima, onde são memoráveis seus serviços, o quais deixou em 1827.” (MARTINS, 1995, p.46-7).

³⁸¹ Terá 4 filhos: Maria Helena do Nascimento; José Reginaldo (Reginato) de Lima (A grafia do nome pode ser José Reginaldo de Lima ou José Reginato de Lima); Gertrudes Maria de Lima; Rosa Alexandrina de Lima.

³⁸² A aqui se trata da continuação de uma antiga richa entre Simão José Gonçalves de Andrade seu Sogro. Simão casará com a filha de José dos Santos Lima denominada Rosa Alexandrina de Lima. Entretanto esse casamento ocorrerá em circunstâncias complexas. Simão José, mesmo sendo Almotacê, será preso acusado de deflorar a filha de José dos Santos Lima, a prisão arbitrária será realizada pelos descendentes de Lourenço Ribeiro de Andrade, em especial o capitão Manuel Taborda Ribas. Este último era casado com a sobrinha de José dos Santos Lima (Maria Rita de Lima). De qualquer sorte essa richa marcará a cidade por alguns anos, refletindo posteriormente num fim trágico. Adiante se contará com detalhes a prisão de Simão José.

³⁸³ “Os filhos dos notários ou dos procuradores não dispunham apenas dos subsidios paternos para se dedicar ao caminho dos estudos e das honras, Eles beneficiavam-se também, com muita freqüência, de suas origens, de um embrião de biblioteca, de algumas relações e de uma certa familiaridade com as disciplinas intellectuais, ou seja,

que os filhos de procuradores herdassem a profissão do pai. Casou-se em Curitiba em 23 de Novembro de 1819 com Sinhorinha da Silva Ribas (NEGRÃO, 2005, vol.1, p.445), sobrinha de Antonio Ribeiro de Andrade e Manuel Taborda Ribas. Era primo de Diogo Feijó. Na sua carreira como procurador não é bem sucedido como o pai, erra argumentos jurídicos em alguns casos. Por isso, ou talvez pela dificuldade em sobreviver de rendas relacionadas à advocacia, acaba exercendo outras funções. No dia 21 de Janeiro de 1831 José Reginaldo Lima é nomeado escrivão do juízo de paz.³⁸⁴ Na sequência será “(...) Tabellião de notas de Curitiba em 1832, e exerceu os cargos da governança da Republica.” (NEGRÃO, 2005, vol. 1, p.445).

d – José Gomes Vianna talvez seja o caso mais interessante de todos. É sem duvida o procurador mais acionado no período. Foi um rábula português que entrou na profissão quase que por acaso.³⁸⁵ A primeira vez que aparece nos mesmos está relacionado a uma Ação de Reconhecimento e Assignação de Dez Dias em que auxilia a cobrança de dívida relacionada à sucessão de seu irmão Balthazar Gomes Vianna.³⁸⁶ Tratava-se, provavelmente de dívidas relacionadas ao comércio tropeiro. O documento anota que José Gomes Vianna estaria morando na cidade pelo menos desde 1818. Nesse processo, seu primeiro advogado no foro é José dos Santos Lima. E no final acaba conseguindo a vitória no processo. Esse acontecimento abre algumas clareiras sobre a vida de José Gomes Vianna. Com essa

de um mínimo de "capital Social" e "cultural", que, em relação aos recém-chegados, devia realmente lhes favorecer.” (VERGER, 1999, p.218).

³⁸⁴ “(...) Passou-se outra nomeação de Escrivam para o Juiz de Paz, e recahiu na pessoa de Jose Reginaldo de Lima e deliberou a Camara que fosse avizado, para vir prestar juramento”. (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.101)

³⁸⁵ Não existem notícias suas na Genealogia Paranaense de Negrão. Nem referência de outro historiador paranaense ao seu nome. Portanto toda a reconstituição de sua vida ocorreu mediante o uso dos processos judiciais.

³⁸⁶ “(...) Diz Jozé Gomes Vianna morador no termo desta villa que elle suplicante se lhe faz necessário que o tabelião deste juízo extraindo huma carta de ordenação e huma conta corrente e procuração bastante do falecido irmão do suplicante Balthazar Gomes Vianna que se acha em huns autos de hum pleito que teve o [suplicado] com Pedro Antonio Moreira sobre arrecadação de huma conta que he a dever o suplicado ao irmão do suplicante e por que se lhe faz necessário que o tabelião extraia a dita procuração e credito entregue ao suplicante os próprios deixando o traslado (...)” (APPR PB045 PI04388). A conta de crédito cobrado foi assim descrita: “Abono a conta deste crédito por ordem de meu manno Balthazar Gomes Vianna que dele recebi por huma carta do Rio Grande para assim o fazer, e arrecadar o restante deste credito a quanthia de cento e vinte e oito mil réis cuja quanthia foi dada em casa do coronel Manoel [??] a meu primo Joaquim de Castro Vianna nesta villa e cuja quanthia foi recebida do principal e juros do mencionado credito e por eu assim o poder fazer pazei o presente só por mim feito e assignado. Villa de Coritiba, [8/11/1818] = José Gomes Vianna” (APPR PB045 PI04338).

informação foi possível buscar algumas informações sobre a família de José Gomes Vianna. Ao que tudo indica estaria na região para auxiliar seu irmão.³⁸⁷ O sucesso na primeira demanda como procurador faz com que apareçam convites para exercer advocacia. Isto ocorre em processo posterior (APPR PB045 PI04391) em que José Gomes Vianna, como procurador, argumenta que inexistem letrados na cidade o que impede a defesa dos réus.

(...) causa alguma por mais sumaria que seja que nenhum empenho tem os reos agravantes na demora do processo e se tem pedido a dilação que os autores mencionão hé somente por que nesta villa não há letrados que os reos de direito devem ter as necessárias dilações por não se acharem aparelhados quando são pelos autores chamados a juízo portanto esperamos réos agravantes que reformando-se a interlocutória a folhas prestem das custas refazidas fasendose depois com vista aos reos para contrariar os artigos da suposta força o que [assine para da] reta justiça e custas como procurador a parte – José Gomes Vianna. (APPR PB045 PI04391, folhas 29v)

José Gomes Vianna a partir de então será procurador de membros da comunidade Curitiba que não pertenciam às famílias mais tradicionais da cidade.³⁸⁸ Gomes Vianna se identifica como Solicitador de Causas, ou seja, como advogado profissional. Em outros processos acusa o juiz de Órfãos de Curitiba, Inácio Lustosa de Andrade, de negligência perante os órfãos da cidade. (APPR PB045 PI04338). Não terá bom relacionamento com o Ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto, com o qual abrirá confronto aberto. Pelo desenvolvimento dos processos José Gomes Vianna adquiriu conhecimento jurídico durante sua estadia em

³⁸⁷ Trata-se de Balthazar Gomes Vianna, importante fazendeiro na região de Pelotas, casado com Joana Margarida da Silveira (1775-1822) (filha de Capitão-Mor no Rio Grande do Sul) e pai de Matheus Gomes Vianna (1809-1839), conhecido como Mateuzinho das Leis na região de Pelotas, o qual teria sido instruído e alfabetizado pelo padre Felício Francisco Condal (ARQUIVO NACIONAL, 1934, p.63). Segundo o site de estudos genealógicos Geneanet (<http://gw.geneanet.org/valdenei?lang=fr;pz=baltazar+gomes;nz=viana;ocz=0;m=P;v=baltazar+gomes>) Balthazar Gomes Vianna era natural de Viana e viveu entre 1769 e 1820. Era filho de Manuel Gomes Vieira e Maria Dos Passos. Casou-se em 23 de junho de 1796, tendo 13 filhos.

³⁸⁸ Defendeu por exemplo, João Evangelista de Almeida, Roberto Jacinto Lanhoso, Gabriel da Costa e Constantino Pereira. Nenhum deles membros importantes das famílias tradicionais de Curitiba. Chega a defender a viúva Rosa Dionisia Cortes contra o capitão Antonio da Costa Cortes, a quem denomina um dos “grandes da terra” (APPR PB045 PI04486). Defenderá ainda “libertos” (APPR PB045 PI04510) e se afeiçoará de algumas pessoas da elite que foram perseguidas na região. É o caso de Simão José Gonçalves de Andrade (do qual será importante aliado) (APPR PB045 PI04552) e José da Costa Pinto (APPR PB045 PI04531). Nesses últimos dois processos aparece como testemunha e oferece as seguintes informações: “Testemunha 4ª. José Gomes Vianna, natural da vila de Vianna arcebispado de Braga de idade que dice ser de quarenta e oito annos mais ou menos que vive de seos negócios morador desta Vila de Costume dice ser procurador nas causas do mesmo Sargento Mor José da Costa Pinto” 10 de Abril de 1826.” (APPR PB045 PI04531, fls 9v e 10). “Testemunha 2ª. José Gomes Vianna, casado residente na rua do Carmo desta vila vive de seu officio de solicitador de causas, de idade que disse ter quarenta e oito annos (...) 8 de Março de 1826”. (APPR PB045 PI04552, fls.12v e 13).

Curitiba, apresentando significativa referência às leis e a praxistas (citando diversos autores nos processos). Cuidadoso com os argumentos, dificilmente erra interpretações legais demonstrando argumentação fática muito inteligente.

A autorização para advogar durante o período analisado. Dava-se mediante juramento na Câmara de Vereadores, ao menos em 1825 assim se realizou. Em 15 de Janeiro de 1825, juraram inicialmente José Reginaldo de Lima e Francisco das Chagas Ribas.

(...) sendo ahy presentes os Advogados Jose dos Santos digo Jose Reginaldo de Lima e Francisco das Chagas Ribas por elles foi apresentados seus competentes suplementos e para poderem gosar délles pelo Juiz Presidente lhes foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos em hum livro délles em que puzerão suas mão direitas sob cargo do qual lhes encarregoa que bem e fielmente sem dollo nem malicia guardassem o direito as partes, e as obrigacoins de seus deveres (...) (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.87)

O juramento é realizado mediante a apresentação do devido “suplemento”. Não foi possível encontrar o significado de tal expressão, imagina-se que está relacionada à comprovação de estudos secundários ou carta de provimento.³⁸⁹ Outro ponto interessante é que José Gomes Vianna não presta juramento com os demais procuradores, talvez uma tentativa de impedir o seu ofício, tendo em vista que não foi encontrada legislação do período que exigisse tal formalidade para a advocacia. Vianna irá realizar o juramento em 02 de Fevereiro de 1825, realizado inclusive pelo Tabelião e não pelo Escrivão.

(...) comigo Tabelião no impedimento do actual Escrivão e sendo ahy presente o Solicitador Jose Gomes Vianna, e por elle foi apresentado o seu competente suplemento e para poder gosar delle pelo Juiz Presidente foi deferido o juramento dos Saltos Evangelhos em hum Livro delles em que pos sua mão direita sob cargo do qual lhe encarregou que bem e fielmente guardace o Direito as partes sem dollo nem malicia comprindo seu dever como he obrigado de que assim recebido por elle detentor assim o prometeu cumprir de que para constar fiz este termo (...) (BOLETIM ..., 1929, v.41,

³⁸⁹ Imagina-se que suplemento, seguindo o significado presente no dicionário de Raphael Bluteau seria um documento que serviria para comprovação de nível escolar, em similaridade ao suplemento de idade. “Suplemento: No Direito há suplementos de idade legítima, & c. Suplemento de Idade dão os Desembargadores do Paço às mulheres, que não chegam a vinte & cinco annos. (...) Chamão os Jurisconsultos ao suplemento da idade Venia etatis.” (BLUTEAU, 1712-1728, v.7 p.792). Porém em processo em 1824 aparece a mesma expressão em resposta de rábula tradicional da cidade “Para poder dizer nestes autos as razoens que existe a meo constituinte precisa primeiro que o procurador dos autores apresente suplemento para onde esta requerendo nesta cauza. (...) Do procurador – José dos Santos Lima.” (APPR PB045 PI04426). Poderia até mesmo nesse caso suplemento significar “procuração”.

p.89-90)

Esse período entre 18252 e 1828 é confuso em termos de regulamentações profissionais. A partir da lei de 22 de Setembro de 1828, nova lei de organização dos tribunais superiores no Brasil, os advogados são provisionados pelos Presidentes das Relações, conforme o artigo 2, §7, a seguir:

Art. 2 - § 7º Aos Presidentes das Relações compete conceder licença para que advogue homem, que não é formado, nos lugares, onde houver falta de Bachareis formados, que exerçam este officio, precedendo para isso exame na sua presença. (BRASIL, 1828)

A Relação do Rio de Janeiro era responsável pela Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba (COELHO, 1999, p.91) sendo responsável pelas cartas de Provisão. Em 1836 expede-se ordem para suspender a emissão de novas provisões nas Relações.

Se na Metrópole a existência de advogados iletrados era um problema, na colônia sua presença, como se pode constatar, era uma via significativa de defesa daqueles que não pertenciam as grandes famílias locais.³⁹⁰ Já a presença de advogados letrados é que gerava significativos problemas, em especial, segundo os críticos, pelo conluio entre as magistraturas letradas e os advogados letrados.³⁹¹

No final do período analisado, um acontecimento demonstra o quanto os rábulas despertavam ódio das poderosas famílias locais. Trata-se do assassinato em plena luz do dia de um rábula denominado Vianna na vila de Castro. Não se trata de José Gomes Vianna, o que não significa que não teria corrido o risco de ser assassinado. Trata-se de Antonio José da Cunha Vianna. Na sessão ordinária da Câmara de Castro, no dia 24 de Maio de 1834, relata-se o acontecido e percebe-se que o assassinato do rábula (Aparece como procurador das partes no processo APPR PB045 PI04774) gerou uma comoção generalizada na vila:

³⁹⁰ “De todas as ocupações liberais, o advogado passou a representar os interesses individuais ou coletivos, tornando-se o ‘porta-voz’ tanto ‘de oposições quanto do poder público. Seu papel se tornaria mais importante em relação à construção do Estado em uma fase posterior quando a participação se tornasse um problema mais básico do que a concentração de poder’” (WOLKMER, 1997, p. 30).

³⁹¹ “(...) o privilégio dos letrados não é que viria assegurar a paz da terra, ou mais ordem nas justiças. Vinham estes profissionais legítimos lá do reino com muito maior gana de riqueza; e o que se viu é que, nos distritos em que operavam (e que eram sempre os mais opulentos) nem por isso as coisas correram melhor do que nos outros. Talvez até se desse o contrário, e que por ali se sistematizassem os abusos; o que antes faziam os juizes só por si ou servindo-se da irresponsabilidade dos leigos, faziam agora os juizes e advogados de letras, num conluio que nem sempre as correições e as sindicâncias conseguiam reprimir, porque afinal tudo isso era feito também por magistrados” (NEQUETE, 2000, p.381).

(...) nos primeiros dias de Janeiro do corrente anno, acontece no dia nove do mesmo mez a huma óra da tarde, em caza de Antonio Domingues Garcia, ser cruelmente assassinado o procurador desta Camara o Alferes das Guardas Nacionais Antonio Joze da Cunha Vianna, por dous facinerosos armados de pistolas, espada e facas, que depois de darem-lhe hum tiro, e vinte e tantas facadas, e alguns golpes de espada sahirão a seu salvo desta Villa, a pé e devagar, vestidos de ponche, sem que fossem pelo menos criatura perciguídos, e deste criminozo procedimento, consta ninguém sahio culpado; e de aly para cá tem o povo ficado tão atemorizado que de nem huá sorte axão segurança em suas vidas, em suas próprias cazas. Alem disto por muitas vezes sucessivas tem avido tiros de dia, e oras mortas de noite (...)
(ATAS DA CÂMARA DE CASTRO, 1834)

Rocha Pombo destacou esse acontecimento, indicando que “(...) o assassinato de um rábula Vianna, dado por esse tempo em plena rua da vila de Castro, acontecimento que causou a maior sensação e grande transtorno em toda a vida local.” (POMBO, 1980, p.73). Vale ressaltar que, segundo Rocha Pombo, o assassinato teria ocorrido como consequência de uma série de enfrentamentos entre famílias poderosas da região.³⁹²

Durante o passar do século XIX, novas pesquisas têm indicado importante participação dos rábulas no movimento abolicionista na região de Curitiba. Ao contrário dos letrados, futuramente seriam os rábulas mais abertos à participação em ações de liberdade, muitos inclusive participando ativamente do movimento abolicionista. (HOSHINO, 2013).³⁹³

2.1.6. Os usuários da justiça

Em trabalho voltado à atuação dos juízes de Paz em Minas Gerais no início do século XIX, Ivan de Andrade Velasco apontava que o confronto com fontes processuais

³⁹² “Pelos anos de 1833 a 1834 — diz o Dr. Salvador José Correia Coelho em uma descrição de viagem feita em 1860 — achou-se Castro implicada em furiosas intrigas de famílias importantes da localidade; apareceu a vendetta corsa; o punhal e o bacamarte do assassino tiveram livre exercício até nas praças públicas! Muitos expatriaram-se por causa dos distúrbios, e a povoação, que ostentou tão grande imoralidade e insegurança individual, ressentiu-se por longo tempo das suas consequências, e só o olvido pôde restabelecer a normalidade.” (POMBO, 1980, p.73).

³⁹³ “Os mesmos nomes de quase vinte anos antes continuavam na vanguarda das lutas jurídicas pela liberdade, aumentando a suspeita de que rábulas, solicitadores, pequenos funcionários do foro e outros agentes do sistema de justiça (notários, cartorários, escrivães, etc.) podiam formar uma rede mais organizada do que se imaginou, ao lado dos escravos nessas demandas, como aliás já foi fartamente detectado em outras localidades.” (HOSHINO, 2013, p.309)

obrigava aos historiadores afirmar que, ao menos no início do século XIX, inúmeros eram os exemplos de diversidade dos usuários do poder judiciário. Utilizavam-se de tal instituição para luta e conquistas de direitos.³⁹⁴ “A luta, uma vez na justiça, se tornava uma luta ‘pela justiça’ através da justiça” (VELLASCO, 2005, p.195).

Os usuários do poder judiciário eram pessoas que não figuravam apenas entre os poderosos e principais das cidades.³⁹⁵ Muitas viúvas, lavradores, pobres e libertos entravam na justiça, ao menos na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba durante o período analisado. Alguns pedindo liberdade, outros terras, outros ainda reconhecimento de paternidade, outros ainda requerendo os mais diversos direitos.³⁹⁶ Outro bom exemplo de oficialização dos atos locais é a realização de testamentos com todas as formalidades requeridas, mesmo por essas bandas.³⁹⁷ Pobres, viúvas, ex-escravos e escravos, mulheres, soldados, funcionários públicos são os diversos usuários da justiça.³⁹⁸

³⁹⁴ “Ao depararmos com a documentação produzida pelos tribunais de justiça, somos obrigados a reconhecer que, em alguma medida, os atores sociais que buscaram aí o reconhecimento e a efetivação de seus direitos perfizeram um leque mais amplo e significativo, socialmente, do que o até então suposto. Ali surgem homens e mulheres, representantes dos mais diversos estratos sociais, demandando a ação da justiça e buscando a efetivação de seus direitos formalmente garantidos. À medida que ampliamos as percepções sobre os usos sociais da justiça, torna-se possível redimensionar o debate dos espaços de cidadania e ativação dos direitos civis na sociedade que se desenha concomitantemente à emergência do Estado. Por mais limitadas e exíguas que possam ter sido as possibilidades de fazer valer o preceito da igualdade diante da lei, através do recurso à justiça foi experimentado e potencializado, pelos homens comuns, o exercício de direitos que, convenço-me cada vez mais, não estiveram ausentes nem foram de todo desprezíveis na nossa formação social.” (VELLASCO, 2005, p.173-4).

³⁹⁵ “Valendo-me dos livros de querela, rol dos culpados e processos criminais refaço algumas trajetórias e componho algumas histórias que buscam reconstruir a faina cotidiana da justiça e sua presença na administração dos conflitos diários. Artesãos, oficiais mecânicos, pequenos comerciantes, homens e mulheres pobres e escravos surgem nas páginas dos processos e dos autos não apenas como objetos inertes da ação de controle social e imposição da ordem, mas, e de modo surpreendentemente freqüente, como demandantes da lei e da ordem, naquilo em que elas podiam significar um instrumento para a obtenção de direitos e garantias consubstanciados nos códigos legais. A imagem resultante dessa reconstrução fica longe das visões prevalecentes a respeito da dinâmica que se estabelecia entre a sociedade e o poder judicial.” (VELLASCO, 2005, p.176).

³⁹⁶ Alguns exemplos extremos foram encontrados nas oficinas do Poder judiciário no período anterior ao analisado no presente estudo. São alguns casos: autos de injúria movido por mulher humilde por ter sido chamada de feiteira e alcoviteira (APPR PB045 PC04217); Cobrança de uma Canastra de montaria (APPR PB045 PC04209); Briga em relação a quem era dono de uma mula (APPR PB045 PC04288); idem (APPR PB045 PC04293); Cobrança de vencimentos de feitor liberto com características trabalhistas em inventário (APPR PB045 PC04302); Construção de uma ponte num caminho que passava pela fazenda de um capitão (APPR PB045 PC04363); dentre tantos outros exemplos.

³⁹⁷ “Verifica-se que os testamentos levantados para os sertões de Curitiba passaram por esse processo, logo, tiveram a validade da lei. Alguns escritos com mais pormenores pelo tabelião, outros nem tanto, tiveram sua aprovação, demonstrando o zelo da população em formalizar a transmissão patrimonial sob a forma da lei.” (STANCZYK FILHO, 2005, p.34).

³⁹⁸ Concorde-se com a afirmação de Vellasco “O conjunto dos dados analisados parece indicar que, em primeiro lugar, ao contrário do que supõem alguns autores, a clientela do sistema de justiça que se vai desenvolvendo durante o século XIX apresentava uma diversidade social muito mais ampla, abrindo um leque que incorporava as demandas das diferentes classes e grupos étnicos que compunham a rede social. Em segundo lugar, as

Antes porém de analisar o uso da justiça pelas pessoas simples, vale a pena destacar a disputa pelo poder das famílias poderosas (principais) da Vila de Curitiba. Isso porque era comum o litígio entre grupos rivais das elites. Serão esses conflitos importantes fissuras para luta por direitos. Por volta de 1750, quando Lourenço Ribeiro de Andrade, o único da região a estudar em Coimbra, volta a região logo se instala um conflito entre sua família e a de Simão Gonçalves de Andrade. Apesar de terem o mesmo sobrenome não tinham ligação de parentesco. Segundo Francisco Negrão (2005) a rivalidade entre as famílias durará algumas gerações. O conflito aberto inicia-se em 1762 quando em sessão da Câmara comparece Lourenço Ribeiro de Andrade requerendo do “(...) Ouvidor da comarca que suspendesse e impedisse a posse do Juiz eleito Manoel de Souza Castro, por ter sido a sua eleição feita por «afetassão do Juiz Presidente», que então era o Sargento-Mór Simão Gonçalves de Andrade. Sendo uma eleição feita a bico de penna (de ganço) não podia ella produzir os seus effeitos, muito embora o eleito já estivesse reconhecido, pois a isso equivalia o acto do Ouvidor geral, reconhecendo a validade d'ella, tanto que expediu o mandado de usança”. (NEGRÃO, 2005, vol.1, p.444).³⁹⁹

expectativas sociais em torno da justiça se manifestavam em toda a sociedade e, de modo acentuado, entre aqueles que não detinham poder pessoal ou posição para fazer justiça por seus próprios meios. Por último, era exatamente no horizonte de visão dos homens e mulheres sem posses que o ritual da justiça parecia ganhar contornos mais nítidos e carregados de significados. Razões para tal podem ser encontradas na leitura das querelas e processos.” (VELLASCO, 2005, p.182).

³⁹⁹ A briga inicia-se porque a eleição teria sido realizada de forma simulada. Ao que parece tal fato parecia teria ocorrido. Entretanto, tudo leva a crer que a simulação seria baseada num acordo entre as elites locais. “A representação de Lourenço de Andrade fez com que não se desse a posse ao eleito e o vereador José dos Santos Pacheco Lima requereu que, «afim de que pudesse a camara deliberar com liberdade, se fizesse arrear do recinto o Juiz Manoel de Souza Castro, «homem poderoso da terra», por ser prohibido por leis de S. Magestade, que ás deliberações da Camara assistissem «homens poderosos»”. (NEGRÃO, 2005, vol.1, p.444-5). O afastamento de Manoel de Souza Castro acirrou os ânimos entre Lourenço e Simão. A tal ponto que Simão resolve deixar a cidade de Curitiba, mudando-se para a região de Paranaguá. “O Sargento-Mór Simão Gonçalves de Andrade, opiniático e tão poderoso quanto o seu rancoroso inimigo, abandonou o cargo de Juiz Presidente da Camara e tratou de transferir a sua residência para Paranaguá, com toda sua família, «depois de ter disposto de todos os seus bens», como nos dá noticia o Termo de vereança de 15 de Janeiro de 1763”. (NEGRÃO, 2005, vol.1, p.445). Esse acontecimento foi o marco inicial do ódio entre as famílias. Caberá aos descendentes de Lourenço Ribeiro de Andrade continuar a contenda. Em especial seus filhos Antonio Ribeiro de Andrade Ribas, Francisco de Paula Ribas e Manoel José de Borba Ribas (conhecido também como Manuel Taborda Ribas), além de seu neto Lourenço Pinto de Sá Ribas. Antonio Ribeiro de Andrade Ribas tornou-se Capitão-mor de Curitiba no início do século XIX, também Manuel Taborda Ribas tornou-se importante membro militar da região: “(...) o capitão Manoel José de Borba Ribas, conhecido como capitão Nano (...) grande proprietário de terras e fazendas nas freguesias do Iguaçu e Tatuquara (...) O capitão Manoel José de Borba Ribas que, por corruptela passou a se chamar **Taborda**, foi casado com Maria Rita de Lima, em cerimônia celebrada em Curitiba, em 17 de Julho de 1786.” (CUNHA, 2003, p.62). Já Lourenço Pinto de Sá Ribas foi proeminente na política, inclusive representando a região na assembléia legislativa. Portanto, a família Ribeiro de Andrade predominou na região nos principais cargos e funções públicas. A descendência de Simão Ribeiro de Andrade não tinha homens, e suas filhas acabaram ligando-se com membros de outras proeminentes famílias locais. Em certo aspecto, tal fato

Esse caso demonstra como as elites não formavam um bloco homogêneo, mas existiam fissuras e disputas entre elas. O judiciário, nesse caso, era uma válvula de escape para esses conflitos, em especial para as partes belicamente mais fracas.

Por outro lado, a defesa de pessoas simples parece estar ligada inclusive a esses espaços de fissuras dos membros das elites, bem como o uso de rábulas para sua defesa. A concretização dos interesses das pessoas mais simples era mediada por interesses intermediários.⁴⁰⁰ Pode-se afirmar que o judiciário não era sempre voltado aos mais poderosos da região, inclusive a violação de direitos era protegida contra a arbitrariedade dos mais fortes. Mesmo que não fosse a regra geral, existem casos que justificam tal afirmativa. Abaixo é feito um quadro que demonstra tal condição:

levou a descendência de Simão a uma posição de inferioridade. Tal rivalidade será retomada de forma escancarada em 1802 quando o neto de Simão, Simão José Gonçalves de Andrade, sendo almotacé em Curitiba, acaba preso por ordem dos Ribeiro de Andrade. Francisco Negrão aponta que o mesmo teria sido preso por motivos fúteis e vingança. Parece plausível afirmar que os ódios antigos e o mandonismo dos capitães (inclusive com o apoio de Diogo Pinto de Azevedo Portugal) foram motivos significativos para a prisão, porém um elemento a mais deve ser elencado nessa história, as redes de ligação familiar. Trata-se da ligação do rábula José dos Santos Lima com os Ribeiro de Andrade. Tal rábula acusa Simão José Gonçalves de Andrade de ter deflorado sua filha Rosa Alexandrina de Lima. Tal fato desperta o ódio de Manuel Taborda Ribas que o prende na Enxovia da cadeia de Curitiba. O capitão Manuel Taborda Ribas era casado com a sobrinha de José dos Santos Lima (Maria Rita de Lima) e por certo tomou suas dores. Em carta direcionada a Antonio Ribeiro de Andrade, o Capitão-Mor de Curitiba, de Luis Antonio Neves de Carvalho, presidente da Província de São Paulo, de 5 de Julho de 1803, ordena uma solução para o caso. “(...) é Servido Ordenar: que o prezo Simão José Gonçalves de Andrade, haja de cazar com a filha de Jozé dos Santos Lima, pela haver deflorado, a ser assim mais conveniente ao serviço de Ds., e de S. A. R.; pelo que prestando elle as convenientes fianças, para com ella se receber, o mande vmce, soltar, fazendo-lhe huma admoestação para que cuide em ser homem de bem, bom Pai de Familia, e util a si, e ao Estado. (...)”. (Documentos interessantes, Vol.55, p.114-5). Porém os documentos são contraditórios. Segundo Francisco Negrão, Rosa Alexandrina de Lima casou-se “(...) em Curityba a 2 de Agosto de 1802 com o Capitão Simão José Gonçalves de Andrade”. (NEGRÃO, 2005, vol. 1, p.445). Porém o governador da Província ordena que Simão case com Rosa em meados de 1803. Poderia ter sido o casamento realizado com efeito retroativo? Certo é que o Romeu dos Pinheiros voltará à cadeia pouco tempo depois, novamente perseguido pelos Ribeiro Andrade. Em carta direcionada ao Senhor Francisco Jozé de S. Payo Peixoto, Tenente Coronel comandante de Curitiba, de Antonio Jozé da Franca e Horta, presidente da Província de São Paulo, em 23 de Dezembro de 1803, ordena-se a soltura de Simão José. “(...) sem perda de tempo deve Vmce. mandar soltar a Simão Jozé Gonçalves, incompetentemente prezo, e com extraordinario excesso na enxovia dessa Villa, quando na mesma Juiz Almotacé, e por tal insinuado pela Insigna da Vara, com que se achava no acto de sua prisão, como a Camara oficialmente me assevera (...)”. (Documentos interessantes, Vol.55, p.216-7). Pedido de soltura de Simão Jozé Gonçalves de Andrade havia sido postergado devido à briga entre as autoridades civis e militares da cidade. Em carta direcionada ao Ouvidor de Paranaguá, proveniente de Antonio Jozé da Franca e Horta, presidente da Província de São Paulo, em 04 de Janeiro de 1804, pede esclarecimentos sobre o ocorrido. Ao que tudo indica os ânimos se exaltaram em alguma sessão da Câmara e uma injúria atroz foi referida por Simão José Gonçalves contra Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Os ânimos se acalmaram num primeiro momento, mas a lição foi aprendida. Simão José Gonçalves de Andrade percebe inclusive a importância de ocupar cargos camarários e estar atento a própria lógica judicial. Não a toa será um dos seus principais aliados José Gomes Vianna, além do que, a partir de então, tornar-se uma das figuras mais atentas ao discurso jurídico na região. Os ranços do passado voltaram à tona em processo de sucessão de seu sogro José dos Santos Lima, (APPR PB045 PI04552) recaindo sobre seus cunhados.

⁴⁰⁰ “Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam”. (GINZBURG, 1987, p.17)

Tabela 9 – Processos em que Poderosos enfrentam Pobres (*)			
Processo	Referência	Resultado Juiz Ord.	Resultado Ouvidoria
PI04391	autores poderosos x réus pobres e plantadores	favor R	-
PI04443	autores poderosos x réus viúvas colocar na escravidão	favor R	favor A
PI04486	autores viúvas pobres x réus poderosos	favor A	favor A
PI04510	autores escravos x réus poderosos	favor R	favor R
PI04586	autores poderosos x réus pobres	favor R	favor R
PI04592	autores poderosos x réus pobres e escravos	favor A	Indet.
PI04599	autores pobres x réus poderosos	Indet.	Indet.
PI04607	autores pobres x réus poderosos	favor A	-
PI04766	autor filha ilegítima x réus poderosos	favor A	Indet.**
<p>Fonte: Autor</p> <p>(*) Dentre os 68 processos analisados apenas em 9 (pouco mais de 13%) foi possível constatar a origem dos litigantes e ainda perceber que o conflito ocorria entre poderosos e pobres em pólos opostos. A intenção da tabela não é mensurar o percentual de casos em que existia tal embate (lembrando-se que não se tem certeza nem mesmo se os processos analisados eram a totalidade dos produzidos na Ouvidoria), mas de apresentar a tendência do judiciário quando tal embate ocorria. Caso não existisse vitória apenas para o lado dos poderosos, isso se constitui um indício de que o judiciário não era apenas um adendo do mandonismo local. E que, portanto, podia, em alguns casos, servir como espaço para demandas mais amplas.</p> <p>(**) Conexo com PI04592 que lhe dá continuidade</p> <p>(***) O réu morre antes do final do feito e não se dá continuidade</p>			

Nos 9 casos apontados, em que poderosos enfrentam pessoas de condição humilde, nos mais variados temas, apenas 1 foi favorável aos poderosos, 5 acabaram a favor dos fracos e 3 permaneceram inacabados, mas com tendências a dar a vitórias aos mais fracos.

No primeiro caso (APPR PB045 PI04391), a disputa de terras entre Roberto Jacinto Lanhoso contra o capitão Antônio José da Silva Carrão acaba com ganho de causa do réu pobre em razão, especialmente, da intervenção inteligente de José Gomes Vianna. A apelação não prossegue e o caso termina com a decisão de primeira instância.

No segundo caso (APPR PB045 PI04443), a disputa gira em torno de dois escravos e duas viúvas que pretendiam garantir direitos voltados ao testamento de Maria Francisca da Costa. Na justiça ordinária os réus pobres vencem, mas na Ouvidoria, em razão da falta de formalidades, os poderosos da cidade conseguem anular o processo, e a consequência maior acaba caindo sobre Lucas Baptista de Oliveira Fontoura, tabelião que acaba condenado conjuntamente aos réus.

No terceiro caso (APPR PB045 PI04486), Rosa Dionísia Cortes, viúva, litiga contra Antonio da Costa Cortes em caso que ocorre violência e agressão doméstica. O autor

perde nas duas instâncias e ainda é repreendido severamente nas sentenças.

No quarto caso (APPR PB045 PI04510), os escravos pretendem garantir a liberdade dos ex-escravos de Antonio da Cunha Garcia. Ganhando em primeira instância, na ouvidoria o processo corre quase todo a revelia, mas nas razões finais aparece José Gomes Vianna defendendo os réus, garantindo a vitória no grau recursal.

No quinto caso (APPR PB045 PI04586), Joaquim da Costa Rosa pretende conseguir a escrava recém-nascida de nome Francisca contra a legatária Gertrudes. O processo corre com poucas provas favoráveis aos autores o que faz com que o Ouvidor desconsidere a demanda. Francisco das Chagas de Sá Ribas utilizar recursos sucessivos para reformar a sentença em favor dos autores porém é rechaçado pelo Ouvidor, e inclusive perderá o direito de procurar no juízo da Ouvidoria.

Os sexto e sétimo processos fazem parte de um mesmo litígio (APPR PB045 PI04592; APPR PB045 PI04599), no qual José Rodrigues Martins tenta reescravizar Joana e seus filhos libertos. Mas o processo não chega a um termo sendo auxiliados os libertos por um procurador denominado Ponciano José [Teixeira], genro de Joana. Ao que tudo indica, os libertos conseguem usufruir sua liberdade porque os processo foi encaminhado a Ouvidoria e não teve prosseguimento .

No oitavo caso (APPR PB045 PI04607), Jacinta Domingues a habilitar-se como filha de João de Oliveira Collaço. No processo seu marido Francisco dos Santos tenta defendê-la de forma intensa mas exagera na dose de seus argumentos e acaba sendo reprimida na sentença. O juiz inicialmente condena os autores pelas palavras incivis e insultantes contra o juízo e depois de forma inusitada admite a mulher do autor Jacinta como filha natural do falecido habilitando ela para herdar.

No nono caso (APPR PB045 PI04766), Maria Gertrudes, filha natural de Antonio Ribeiro de Andrade em caso extraconjugal, litiga contra Manuel Taborda Ribas e outros herdeiros. No final consegue ser reconhecida e adentrar na sucessão. Porém os herdeiros entram com agravo em segunda instância, porém o processo não chega a ser julgado,

provavelmente devido à morte do agravante réu.⁴⁰¹

Portanto, nesses processos foi possível vislumbrar que a justiça não era necessariamente tendente aos poderosos das cidades. O conhecimento jurídico era significativo para definir os casos e o poder Judiciário servia em alguns casos como garantidor de direitos.

Enfim, o judiciário não representa mero espaço de dominação, antes espaço onde os saberes circulam produzindo diferentes ressonâncias. O discurso jurídico além de operar efeitos concretos em vários âmbitos da vida dos moradores das vilas da Ouvidoria, também servia para mediar diversas estratégias de lutas por direitos. A cultura jurídica não só existia, mas em suas diversas nuances moldava a vida dos usuários do poder judiciário.

⁴⁰¹ Além do conflito direto entre as elites e do conflito entre grupos sociais diversos, existem processos que demonstram usos diversos da justiça. No processo (APPR PB045 PI04463) Antonio Francisco Alvarez tenta cobrar dívidas de José Lustosa de Andrade, porém a falta de citação formal faz com que o mesmo tenha que recomençar o processo cobrando mediante libello. A falta de referência aos juros ainda impede que o autor cobre dos Lustosas valores relacionados aos juros. O que demonstra o uso do judiciário pelas elites para vantagens econômicas mediante defesas técnicas. Além disso, outro processo (APPR PB045 PI04547) demonstra ainda que o judiciário podia mediar toda uma imensa teia de relações comerciais, é o que se depreende do inventário de José Lustosa de Andrade, que demonstra uma enorme teia de relações entre as pessoas da comunidade curitibana. Já no processo (APPR PB045 PI04611) o autor João Nepumoceno Pinto Bandeira (participante de funções camarárias) busca reaver os bens que ficaram na posse do juiz ordinário José da Costa Pinto que teria comprado a mobília do autor de sua mulher divorciada Maria Josepha. O processo gira em torno da briga que irá motivar outros processos voltados ao divórcio entre o casal. A esposa vinga-se do marido vendendo sua mobília. O judiciário nesse aspecto serviu para mediar relações de gênero de uma forma mais significativa. No processo (APPR PB045 PI04533) o judiciário serve para mediar conflito entre famílias poderosas de Antonina com o clérigo local. Há a notícia do processo (APPR PB045 PI04537) no qual o rábula José Gomes Vianna tenta a guarda de menor em condição de miséria. Inicialmente consegue autorização para retirar a orfã de nome Joaquina para seu cliente, mas no período a menor já estaria com uma mulher de nome Juana de tal. O juiz de órfãos afirma que a orfã já estava com sua madrinha há muito tempo. José Gomes Vianna então acusa o juiz de órfãos Ignácio Lustosa de Andrade de negligência com os órfãos da cidade. Joana Maria, madrinha das orfãs e costureira, reclama duas meninas como segunda mãe e argumenta que está querendo elas para criar como filhas e que José Gomes Vianna pretende criá-las como escravas. O autor afirma que as meninas estão em situação de extrema miséria e passando fome. O juiz despacha a favor da madrinha e não deixa o autor com as mesmas órfãs. Vale lembrar que não há notícia de filhos de José Gomes Vianna, mesmo sendo casado. O que pode indicar uma tentativa de adotar crianças mediante processos judiciais.

2.2 TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E LEGAL NA FORMAÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO SOB A ÓTICA DOS ATORES DA OUVIDORIA DE PARANAGUÁ E CURITIBA

Depois de apresentar a Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba em suas diversas nuances, passa-se agora a mostrar as mudanças que se operam no período em termos jurídicos. Tratava-se de mudanças amplas que afetavam todo o território que estava se tornando Brasil. Sopravam os ventos do liberalismo, do constitucionalismo e das revoluções. Ao mesmo tempo assentavam-se nas bases de uma cultura portuguesa consolidada no final do século XVIII na colônia.

2.2.1. Antes da Independência

A fuga da família real portuguesa para o Brasil em 1808 trouxe consigo todo um aparato administrativo e judiciário para a Colônia. Um rei que estava a um oceano de distância agora estava próximo da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. Alguns dias de navio por Paranaguá. Essa mudança teve influência significativa nas pequenas vilas ao Sul da Capitania de São Paulo. Em especial no sentimento de pertencimento ao reino. Porém, a presença da família real fortalecia consigo a visibilidade de uma série de questões que aos poucos começam a serem questionadas devido aos novos ares políticos.

Portugal adotou um iluminismo contraditório. Ao mesmo tempo em que se professavam os ideais liberais de liberdade de expressão e conhecimento universal, reforçava-se o controle na circulação de idéias, em especial a circulação de livros. (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002, p.103). Nem mesmo os portugueses duvidavam que sua imagem no estrangeiro era de país pouco desenvolvido nas artes e ciências.⁴⁰² Sua colônia, então,

⁴⁰² “No restante do continente europeu guardava-se uma imagem um tanto negativa do reino lusitano; muitas vezes, escritores racionalistas recorriam ao caso português quando queriam fazer troça ou falar mal da religiosidade popular. Voltaire, por exemplo, dizia que o monarca d. João V, apesar de toda a riqueza de seu

retratada pela ignorância e primitivismo. “As condições sanitárias eram muito deficientes e a expectativa de vida muito baixa. O nível geral de educação, o qual a política colonial portuguesa nunca teve interesse prioritário, era também baixo.” (CARVALHO; BETHELL, 1991, p.319). A falta de uma estrutura educacional adequada aumentava ainda mais a sensação de terra sem cultura. Isso se deve inclusive a falta de um plano governamental específico para educação na colônia após a expulsão dos jesuítas. As aulas régias financiadas pelos subsídios literários não foram capazes de garantir o mínimo da demanda na Colônia.⁴⁰³

Além disso, o peso do escravismo dentro da cultura colonial não pode ser desconsiderado. Nem mesmo nas revoluções mais radicais do período pré-independência, como a de Pernambuco em 1817, chegou-se a propor a abolição total da escravidão, mas apenas uma emancipação “lenta, regular, e legal”, reconhecendo os direitos dos proprietários de escravos. (CARVALHO, 1999, p.270). O escravismo, nesse sentido, misturava-se a idéia de código paternalista, transformando o discurso de autonomia do cativo e até mesmo de liberdade em concessões senhoriais.⁴⁰⁴ De qualquer sorte, as concessões precisavam ser cada vez mais amplas e claras. Num espaço como da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba em que parcela significativa dos moradores era constituída de livres não-brancos, como se constatou anteriormente, as possibilidades de liberdade ou ao menos de formação de famílias escravas parece ser uma nuance significativa.

Se as mudanças sociais ficavam aguardando soluções, já as mudanças jurídico-administrativas eram urgentes e demandavam ação. Uma das primeiras ações da Coroa em

reino, permanecia atado a comportamentos atrasados: “Quando queria uma festa, ordenava um desfile religioso. Quando queria uma construção nova, erigia um convento. Quando queria uma amante, arrumava uma freira.” (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002, p.87).

⁴⁰³ “No Brasil, a educação, antes de Pombal, estava quase exclusivamente nas mãos dos jesuítas. Após sua expulsão, o Estado criou as aulas régias, cujos professores nomeava diretamente. As aulas limitavam-se às primeiras letras (latim, grego, filosofia, geografia, gramática, retórica, matemática) e deveriam ser custeadas pelo imposto então criado o subsídio literário. Mas o sistema não funcionou a contento, pois o subsídio ou não era cobrado adequadamente, ou era desviado para Portugal; os melhores professores não permaneciam no posto por causa dos baixos salários; e, de qualquer maneira, o número de aulas era ridiculamente pequeno frente às necessidades da colônia.” (CARVALHO, 1999, p.59).

⁴⁰⁴ “O segredo do código paternalista de domínio escravista estava no poder senhorial de transformar em concessão qualquer ampliação do espaço de autonomia no cativo. A violência era ainda parte integrante desse sistema, mas passava a responder a certas regras ou expectativas, que acabavam por legitimá-la perante os próprios escravos. Até mesmo a compra da alforria pelo cativo podia ser lida como concessão senhorial — desde a doação do tempo e das condições para formar o pecúlio e a concessão do reconhecimento daquela propriedade até a concordância com a alforria mediante indenização. A família escrava tornava-se também uma concessão senhorial (...)” (CASTRO, 1997, p.54). Vide também: (SCHIAVINATTO, 2011, p.60).

território colonial foi reorganizar o Desembargo do Paço. Para tanto criou em 22 de Abril de 1808 a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, tribunal com competência similar ao Desembargo do Paço, somado ao Conselho Ultramarino, a Mesa de Consciência e Ordens e a Mesa do Desembargo do Paço da Relação do Rio de Janeiro. (NEQUETE, 2000b, p.19). Além da criação desse tribunal, outra mudança judicial significativa feita antes da independência foi à permissão de se interpor recursos da primeira instância diretamente as Relações, sem necessariamente passar pelos Ouvidores de Comarca. Tal decisão consta no Alvará de 27 de julho de 1809,⁴⁰⁵ o que aproxima as Relações e a Corte da Justiça local e diminui o poder dos Ouvidores.

Em âmbito local, a primeira mudança significativa voltada aos novos tempos é a transferência da sede da Ouvidoria de Paranaguá para Curitiba. É uma resposta de D. João VI aos anseios da localidade por aproximação ao governo central.⁴⁰⁶ A proposta inicial porém não era a de transferência. Em carta de Dom João VI ao Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Snr. Antonio Joze da Franca e Horta, datada de 23 de Março de 1811, propõe-se inicialmente a criação de um cargo de juiz de fora para a Vila de Curitiba. (Documentos interessantes, Vol.60, p.62-3). Até 1812 a sede principal da Ouvidoria se situava em Paranaguá, mesmo que a Vila de Curitiba já a tenha superado em termos econômicos e populacionais. Por sugestão do Ouvidor Doutor João de Medeiros Gomes, que se depreende de Carta de Antonio Joze da Franca e Horta, governador da Capitania de S. Paulo, em 13 de Maio de 1811, propõe-se solução diversa:

(...) Quanto a mudança da Cabeça de Commarca da Villa de Paranaguá para a de Curitiba que Vmce. Me pede reprezente Eu a S. A. R. chegou o seu pedido muito a tempo, e já por cá se pensava nisso por que S. A. R. pelo Desembargo do Paço Me Mandou Ouvir, agora sobre a criação de hum Juiz de Fora, para a Villa de Coritiba, e então trabalharei para que vá Juiz de Fora para Paranaguá, e fique a Ouvidoria em Coritiba com as condições que

⁴⁰⁵ “(...) Expediu, então, o Príncipe Regente, o Alvará de 27 de julho de 1809, tomado em consulta da Mesa do Desembargo do Paço de 8 de junho, de modo a fixar a verdadeira inteligência do texto: a jurisdição para o conhecimento das apelações e agravos, interpostos dos juizes de primeira instância, seria cumulativa entre os Ouvidores das Comarcas e as Relações do distrito; ficando, pois, ao arbítrio das partes (como se explicitou, a seguir, em 20 de outubro de 1809) a direção dos recursos — ou para os Ouvidores ou para as Relações.” (NEQUETE, 2000b, p.22).

⁴⁰⁶ “Em 1811, por exemplo, a Câmara Municipal daquela cidade havia solicitado ao então príncipe regente D. João a sede da capitania, alegando manter relações comerciais diretas com a Corte, no Rio de Janeiro. Apesar dessa relação comercial, Paranaguá permanecia afastada dos acontecimentos nacionais, devido a grande distância que a separava da capital brasileira” (BAHLS, 2007, p.23).

Vmce Me propoem. (...). (Documentos interessantes, Vol.59, p.228-31).

A transferência de Paranaguá para Curitiba ocorre em 6 de Maio de 1812, conjuntamente com a criação de um cargo de Juiz de Fora para a Vila de Paranaguá (Documentos interessantes, Vol.60, p.73-6).⁴⁰⁷ A partir de então a Vila de Curitiba, com menos de oito mil habitantes na época,⁴⁰⁸ porém a segunda maior em termos populacionais na Capitania, sofrerá maior influência em termos jurídicos do centro do Império lusitano e de seu direito erudito. O aparecimento de procuradores rúbulas (advogados) profissionais aponta para tal.

No início da década de 1820, mesmo com o distanciamento temporal da derrocada da invasão napoleônica, D. João VI demora-se a voltar para Portugal, porém “(...) uma revolução constitucional havia instaurado um governo representativo liberal em Lisboa, em 1820, o que o obrigou a voltar, com certa relutância, para a capital portuguesa um ano mais tarde.” (BOXER, 2002, p.213).

A eclosão do movimento liberal agitou o espírito da dos Paulistas.⁴⁰⁹ No dia 23 de Março de 1821, por ordem do Governador da Capitania João Carlos de Oeynhausén, se publicou a todos os paulistanos um manifesto em apoio à revolução liberal:

Os sagrados direitos do homem, altamente proclamados no reino de Portugal; os gloriosos e memoráveis acontecimentos, que sem interrupção, alli se succedôrão, tendo electrizado os corações paulistanos, despertarão nelles aquella nobre emulação pela honra, que sempre caracterizou os habitantes de S. Paulo, e lhes inspirarão um ardentíssimo desejo de imitar tão generosos rasgos de patriotismo, já dignamente correspondidos em algumas provincias do Brasil. Calcados desde seus princípios por um inalterável systema de despotismo, elles não desconhecão seus direitos; cedendo, porém, ao duro império das circunstancias, sofrião com resignação a seus tyrannos e esperavão que a Providencia lhes deparar-ia em algum tempo favorável occasião de quebrarem os ferros de tão pesada escravidão. Logo as primeiras noticias da regeneração de Portugal as idéas liberaes se tornarão familiares entre todas as classes de cidadãos, e a organização e instalação de um governo provisório, composto de homens sábios e ornados de

⁴⁰⁷ Para o documento completo Vide: Anexo 5

⁴⁰⁸ Lembrando que mais da metade das capitais de Província do período não tinham mais do que 10.000 habitantes. (CARVALHO; BETHELL, 1991, p.319).

⁴⁰⁹ São marcos do período em São Paulo: o Governo provisório de 1821 e a “Bernarda de Francisco Ignácio” de São Paulo, acontecimento de 1821 em que conservadores da Câmara apoiados pelo ouvidor (juiz de fora) Dr. José da Costa Carvalho e pelo general João Carlos Augusto Oyeuhausen entram em conflito com os partidários liberais (Andradas, em especial Martim Francisco Riberio de Andrade) próximos ao príncipe regente e a corte do Rio de Janeiro. Os conservadores conseguiram apoio de grande monta de soldados devido a diferença do soldo pago para os soldados brasileiros e portugueses. A revolta foi dissolvida rapidamente e foi instalada devassa contra os sediciosos. (Documentos interessantes, vol. 1, passim)

patriotismo, foi um voto geral. (MORAES, 1871, p.51).

São Paulo tornou-se um dos principais redutos dos ideais liberais no Brasil, o que convulsionou também os ânimos na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba (CARDOSO, 1972, p.45). É desse período um dos acontecimentos mais ambíguos e interessantes do período, a denominada “Conjura Separatista”.

A Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba sofria com intensa intervenção das autoridades do Governo de São Paulo.⁴¹⁰ Não se tratava apenas de direcionamento de impostos e ordens abusivas, mas da falta de representatividade da região, que estava distante e alheia a São Paulo. A região da Ouvidoria já contava com uma população significativa em comparação com outras Províncias do Brasil, além de interesses econômicos diferentes de São Paulo. Sem contar com as incessantes convocações para defesa das fronteiras ao sul, o que gerava enormes prejuízos econômicos e humanos a região. Nesse contexto a conjura separatista insere-se num período em que devido aos novos ares do liberalismo português as Comarcas e seus grupos locais pretendiam se separar das Províncias.⁴¹¹ Era um movimento que se justificava (segundo a voz de seus participantes) contra o despotismo e os poderes arbitrários, mas não tinha pretensões de separação do reino, antes de uma inclusão mais qualificada.

A Conjura envolveu diversos membros das elites de Paranaguá, Antonina, Curitiba e outras vilas, incluindo até mesmo nomes ligados ao governo paulista. (COSTA, S., 1994, p.27). A idéia inicial era, por ocasião da cerimônia do juramento das Bases da Constituição Portuguesa,⁴¹² proclamar-se-ia à instalação de um Governo Provincial independente. Os

⁴¹⁰ “Em março de 1821, por exemplo, o próprio Governador Oyenhausen se dirigia ao comandante da praça militar de Paranaguá, José Vitorino da Rocha, passando-lhe áspera repreensão por suas arbitrariedades, “por querer se intrometer em negócios civis e criminais, quando só deveria cuidar no governo militar, e nada mais”, acrescentando “que já se via bastante afligido com tantas queixas, que dele se tem feito” (Vide Antonio Vieira dos Santos). Novamente, em junho do mesmo ano, o Governador de São Paulo se dirigia ao mesmo José Vitorino “com igual repreensão” (Vieira dos Santos)” (COSTA, S., 1994, p.27).

⁴¹¹ “A conjura separatista de 1821 insere-se profundamente na história do revolucionarismo brasileiro no século XIX quando “As Comarcas queriam separar-se das Províncias a que pertenciam e tornarem-se Províncias”, como aliás notara Saint-Hilaire, “os ideais do liberalismo no Brasil despertaram a vontade de derrubar todos os poderes que se sobrepunham ao pequeno poder local”” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p.103-4).

⁴¹² Hespanha descreve o juramento das bases da Constituição Portuguesa, feito não só pelas Câmaras de todo reino mas também pelo rei, demarcava enorme limitação do poder real. “Depois, tivera que aceitar a eleição de umas cortes de modelo novo, apesar de as ter começado por as mandar reunir à maneira velha. Estas tinham começado a elaborar uma constituição que ele, sem saber o que dali sairia, teve que declarar aceitar. Ainda antes desta, completada, era agora obrigado a, no palácio das cortes - e não no seu - , a jurar umas Bases da

principais articuladores do movimento foram o sargento-mor Francisco Gonçalves da Rocha e o Ignácio Lustosa de Andrade. Convidou-se ainda Floriano Bento Viana para realizar a proclamação. (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p.103). Segundo Romário Martins (1995), no plano dos conjurados a separação seria gradual, e num primeiro momento o governador da Província e o Ouvidor da Comarca seriam responsáveis pelo governo.⁴¹³ Os demais integrantes do governo provisório seriam:

(...) segundo narra D. Córdula Rodrigues de França, contemporânea dos acontecimentos, em carta, que se tornou memorável, dirigida á seu filho José Martins de Araujo. «Esse Governo devia se compor do Ouvidor da Comarca de Paranaguá e Curityba, Dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres, do Coronel Ignacio de Sá Sotto-Maior, Commandante do Regimento de Cavallaria de Curityba, do Capitão José Luiz Pereira, como Secretario do Interior, Bento Gonçalves Cordeiro do Nascimento e José Gonçalves do Nascimento, Deputados pela Agricultura; Capitão-mór Manoel Antonio Pereira e Capitão Bento Antonio da Costa, Deputados pelo Commercio; Capitão Amaral, de Antonina, Deputado pela Marinha; Capitão Jacintho Xavier Neves e Sargento-mór Antonio José Leite Bastos, Deputados pela Tropa; Padre Antonio Rodrigues de Carvalho, de Morretes, e Padre Manoel Antonio da Costa; Nogueira, Deputados pelo Clero. (NEGRÃO, 2005, vol.5, p.209).⁴¹⁴

Longe de representar uma ruptura significativa, a Conjura buscava apenas maior autonomia local. Ficou combinado para o dia 15 de julho de 1821 a ação solene de separação.⁴¹⁵ O grito separatista seria dado por Floriano Bento Viana,⁴¹⁶ sargento da 4ª

Constituição entretanto elaboradas pelas cortes, em toda a autonomia. E, por muito que os seus adeptos insistissem no papel que o rei iria ter no futuro regime constitucional, nomeadamente quanto à feitura das leis, em que - como na Inglaterra - o poder legislativo era exercido em parceria entre o rei e o parlamento (*the King in Parliament*), o certo é que, já nas Bases se podia ler (§ 23) que "O Legislativo reside nas Cortes com a dependência da Sanção do Rei, que nunca terá um veto absoluto, mas suspensivo, pelo modo que determinar a Constituição". E essa disposição, que as Cortes tinham aprovado por esmagadora maioria (81 votos contra 4) e que o rei agora tivera que jurar, nem sequer compreendia "as Leis feitas nas presentes Cortes, as quais leis não ficarão sujeitas a veto algum". Os artigos seguintes retiravam ainda ao rei a iniciativa das leis (art. 25), para além de o impedirem de assistir às sessões das Cortes (art. 26)." (HESPANHA, 2009, p.71).

⁴¹³ "O governador paulista seria o presidente e o ouvidor da Comarca o vice-presidente. Nestas condições, o presidente seria o mesmo da Província de São Paulo, José Carlos Augusto de Oynhausen, para lhe captar as simpatias, assumindo a presidência o dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres, então ouvidor da Comarca de Paranaguá e Curitiba, francamente favorável ao movimento." (MARTINS, 1995, p.286).

⁴¹⁴ Vide também MARTINS, 1995, p.286-7.

⁴¹⁵ "Floriano Bento Vianna. Nasceu em Paranaguá no ano de 1786. Filho de Félix Bento Vianna e de sua mulher Antónia de Oliveira Vianna, ambos portugueses da região do Minho e que chegaram a Paranaguá na leva de portugueses da Metrópole vindos nos anos de 1770-80 e que introduziram o cultivo do arroz e da cana, no litoral paranaense. Faleceu em Paranaguá no ano de 1850." (DHBP, 1991, p.545). "Em Paranaguá, o dia 15 de julho de 1821, programado para o juramento de obediência às bases da futura Constituição por parte da Câmara de Vereadores, foi secretamente escolhido para um golpe político de extrema audácia visando proclamar um governo provisório separado do de São Paulo, quando se esperava transformar em ato público um anseio separatista, antes muitas vezes manifestado em respeitadas súplicas escritas." (COSTA, S., 1994, p.26-7).

Companhia do Regimento de Milícias de Paranaguá, que aceitou a tarefa mesmo sabendo dos riscos.⁴¹⁷

Chegando o dia, juradas as Bases da Constituição e dadas as vivas de praxe ao Rei, Floriano Bento Viana deu um passo a frente e oralmente ofereceu o requerimento diante o Juiz de fora de Paranaguá Antonio de Azevedo Melo e Carvalho que presidia o ato.

"Illustrissimos Senhores: Temos concluído com o nosso juramento de fidelidade; agora queremos que se nomeie um Governo Provisório para que nos governe em separado da Provincia de São Paulo. Pedimos que desse requerimento se dê parte a S. Magestade". (NEGRÃO, 2005, vol.5, p.210; LEÃO, 1994, p.661).

A resposta porém do juiz de fora foi rápida e incisiva

"Ainda não é tempo; com vagar se há de representar à Sua Majestade". (NEGRÃO, 2005, vol.5, p.210)

No que retrucou mais uma vez Floriano Bento Viana:

"O remédio logo se applicava quando apparecesse, e portanto não havia ocasião melhor nem mais oportuna!" (NEGRÃO, 2005, vol.5, p.210-1)

As palavras de Floriano indicam que os ideais do liberalismo circulavam pela Ouvidoria e tinha significativo eco entre a elite local. Porém a passagem do ideário para ação demandava um comprometimento que não estavam dispostas as elites. "A carta de D. Córdula (...) conta que Floriano fallou tanto que ficou vermelho." (LEÃO, 1994, p.661). Entretanto a Conjura falhou em seu intento.⁴¹⁸

⁴¹⁶ "Paranaguense que pelo seu devotado amor á terra do nascimento, tomou parte saliente na Conjura Separatista de 1821. (...) Quando o movimento constitucional agitou o Reino e as Constituintes de Lisboa votaram as Bases da Constituição que deveriam reger os Reinos Unidos de Portugal e Brasil, os paranaguenses acharam azado o momento para a emancipação da comarca e ereação de uma nova provincia. Essa antiga aspiração encontrou dirigentes entusiastas no sargento-mór Francisco Gonçalves da Rocha e no Capitão Ignacio Lustosa de Andrade. Faltava, pore, um braço forte e enérgico, capaz de levar a effeito o plano politico que tantas adhesões encontrara. Os chefes do movimento, conhecedores das qualidades do, então, sargento Floriano Bento Vianna, o attrahiram para a sua causa delegando-lhe a incumbência de proclamar o governo provisório da nova provincia, dando o grito da separação, na solemnidade que se ia celebrar no dia 15 de Julho de 1821, para o juramento das Bases da Constituição. Floriano aceitou o espinhoso encargo." (LEÃO, 1994, p.660-1).

⁴¹⁷ "Procurado por amigos articuladores da conjura, ele aceitara o risco, fazendo-lhes ver que entendia muito bem o que se pretendia e dispondo-se a assumi-lo, "contanto que não me enganem" - teria advertido, segundo a versão de Vieira dos Santos. Ainda segundo este cronista, que foi contemporâneo e testemunha do acontecimento, Bento Viana cumpriu a sua parte no episódio" (COSTA, S., 1994, p.27).

⁴¹⁸ "Diz Vieira dos SANTOS (Memória História de Paranaguá, p. 372) "que todo o povo ficou mudo e em grande quietude e que aqueles mesmos cidadãos que influíram a esse herói, emudeceram". Outros o denunciaram como rebelde e ao desembargador José de Azevedo Cabral foi determinada a abertura de um inquérito. Mas os tempos passaram e Floriano Bento Viana foi justamente considerado pela sua atitude. Fizeram-se seus

Muito se debateu na historiografia paranaense sobre os participantes e apoiadores do movimento. Dentre os principais nomes que estariam envolvidos encontra-se o do Ouvidor José Carlos Pereira de Almeida Torres, provável autor intelectual do movimento. O governo de São Paulo reagiu imediatamente devassando os atos do dito Ouvidor e encaminhando sua substituição por José de Azevedo Cabral. Além disso, foi ordenado a Ignácio de Sá Sotto Maior a prisão de alguns dos conjurados, entretanto nas prisões não se incluiu o nome de Floriano Bento Vianna.⁴¹⁹ A partir de então o governo de São Paulo atenta-se com maior cuidado a região, inclusive buscando nomear diretamente o comando militar da região, especialmente devido aos moradores mal intencionados da região e agitados devido ao espírito do tempo.⁴²⁰

O movimento fracassou e a independência sacia a sede liberal paranaense, a tal ponto que será o centro conservador e de unidade da região sul, recebendo elogios freqüentes pela fidelidade.⁴²¹ A separação da Comarca formando uma nova Província só seria realizada com Zacarias de Goes e Vasconcelos⁴²² em 1854.

Aliás, a seqüência dos acontecimentos demonstra como a postura das vilas da

admiradores o ouvidor José Carlos Pereira de Almeida Torres, depois presidente de São Paulo (vide o capítulo Ouvidoria de Paranaguá) e José Inácio Alves Alvim, espíritos liberais da época e ainda em 1848 Francisco de Paula e Silva Gomes, máxima figura da separação da Comarca, lhe escrevia do Rio de Janeiro dizendo-lhe que ali "estava trabalhando a favor da obra tão heroicamente por V. S. iniciada no ano de 1821, cujo feito patriótico será sempre lembrado nos anais do nosso país". (MARTINS, 1995, p.285).

⁴¹⁹ "Narra a missivista certas circunstâncias que o cronista Vieira dos Santos omite, para não comprometer, talvez, pessoas nelas envolvidas nos acontecimentos. E cita Francisco, Bento e José Ricardo, o capitão mor e Paulinha, o padre Vicente e Antonio e José da Costa como exaltados adeptos do movimento. Ofício de Oynhausen, presidente da Província, de 4 de janeiro de 1822, ao cel. Inácio de Sá Soto-Maior, citado por Ermelino de Leão, determinou a prisão e remessa para São Paulo, de outros conjurados: Joaquim Firmino, os Bandeiras, João Gonçalves, tenente João Martins." (MARTINS, 1995, p.286).

⁴²⁰ "(...) nomeou o Governo ao Tentente Coronel Antonio Joaquim da Costa Gavião para Commandante Militar de Curitiba, e Freguezias do seu districto, a fim de acautelar, que alguns indivíduos mal intencionados d'aquella Villa promovão entre seus moradores a sizania, e a discordia proprias do tempo". (Documentos interessantes, vol. 2, p.106-7). Vide: Anexo 5 – Vol. 2 - documento 1.

⁴²¹ "E ainda em 1840, o Presidente de São Paulo fazia justos elogios à fidelidade paranaense, um traço igual ao de seus irmãos paulistas. A lealdade, a paciência, a pertinácia e o zelo nunca abandonaram estes povos, que, várias vezes, como mostram os documentos aqui reunidos, souberam protestar com veemência, mas sem excesso, contra a arbitrariedade e a anarquia dos primeiros tempos da Independência." (RODRIGUES, 1953, p.7-8).

⁴²² "**VASCONCELOS, Zacarias de Góes e.** Nasceu em Valença, Bahia, a 5 de novembro de 1815. Coursou a Faculda de de Direito do Recife onde doutorou-se e ingressou no Corpo Docente. Notabilizou-se entretanto como líder político. Foi membro da Câmara dos Deputados, presidente das províncias de Sergipe, Piauí e Paraná, senador e membro do Conselho de Estado. Como presidente do Conselho de Ministros, renunciou à função em 1868, dando início à grave crise que precipitou muitos liberais nos braços do republicanismo. Empenhou-se em distinguir doutrinariamente liberais e conservadores, em que pese formassem ambos no campo do sistema monárquico-constitucional. Faleceu no Rio de Janeiro a 28 de dezembro de 1877, aos 62 anos de idade." (CDBP, 1999, p.491).

Ouvidoria era conservadora. A Câmara de Paranaguá manifestou-se receosa quanto ao ato de 9 de janeiro conhecido como “Fico” de D. Pedro. Afirmava: “(...) como seria possível que esta grande máquina subsistisse, sem um centro de unidade do qual dependessem as diferentes molas, para o seu regular movimento?” (CARDOSO, 1972, p.50). E para justificar os receios de dispersão do centro de poder alude a ideais liberais “(...) o terrível monstro do despotismo, com desgraça e flagelo da humanidade, agora quase moribundo, recobriria novo alento e sacrificaria novas vítimas, pela cobiça, vingança e malversação em todos os ramos da administração pública.” (CARDOSO, 1972, p.50-1).⁴²³ Enfim, os ideais liberais estavam circulando, mesmo que a postura continuasse em certo aspecto conservadora. Tal perspectiva entretanto não era tão diversa de outras partes do Brasil:

A idéia geral de pertencimento ao Reino Unido e à nação portuguesa, construídos historicamente, eram demasiadamente intensos e partilhados por todos. A própria presença do príncipe reforçava em parte esse vínculo, uma vez que representava a continuidade do regime sob a égide dos Braganças. Vale notar que, para alguns, a separação de Portugal poderia até mesmo significar a volta do “despotismo”, ou seja, o rompimento com o governo constitucional instalado no outro hemisfério. (SLEMIAN, 2006, p.125).

É equivocado imaginar que no Brasil se tramou durante anos a separação de Portugal, ou que se imaginava que seria a única solução para o período. O movimento liberal vintista alardeava a “união da família luso-brasileira” e “a unidade do império” (SCHIAVINATTO, 2011, p.84). Mesmo as reivindicações por igualdade de tratamento entre os portugueses dos dois lados do Oceano sempre eram feitas sob o argumento da unidade da monarquia.

A crise colonial inicia-se, em especial, com o retorno da Corte para Portugal. A revolução liberal do Porto e as denominadas Cortes de Lisboa pretendiam, após a expulsão dos franceses de Portugal, estabelecer um regime constitucional, no qual o rei deveria ser limitado por uma constituição. Para tanto organizavam trabalho constituinte, inclusive com

⁴²³ Complementa suas considerações da seguinte forma: “E continua afirmando com decisão que tudo isto traria a ruína do Brasil e de Portugal, “e de que valeria então neste mizérrio estado a sábia e liberal Constituição, que todos juramos observar e manter? Serão por ventura as leis feitas para felicitar os homens congregados em sociedade, ou dadas a seres frios”, os quais proporcionariam um quadro triste de ter sido já “este vastíssimo solo, o assento de um florescente Império, que levado ao grau de perfeição de que é capaz, assombrará algum dia as mais altas potências”. (CARDOSO, 1972, p.51).

representantes provenientes do Brasil. Entretanto, os desentendimentos entre os representantes brasileiros e os interesses portugueses logo se ressaltaram.⁴²⁴ “A Nação, longe de ser, então um conjunto de indivíduos com direitos homogêneos, era diferenciada, nomeadamente quanto à possibilidade de participar na decisão política”. (HESPANHA, 2009, p.95). Faltava aos brasileiros uma participação efetiva. A falta de espaço dentro das Cortes⁴²⁵ somada a pressão interna⁴²⁶ foram as responsáveis pelos conhecidos acontecimentos de 1822. Porém, não serão esmiuçados os acontecimentos nesse texto. Apresentando apenas um roteiro para aqueles que precisam de um referencial cronológico em anexo.⁴²⁷ Entretanto, destacaremos dois pontos importantes para o desenrolar dos acontecimentos.

O primeiro é a resposta de D. Pedro as Cortes. A tarefa de concretizar um texto constitucional é uma consequência do movimento vintista e da lógica liberal provenientes de Portugal e que teriam incendiado o ânimo dos brasileiros. Nesse sentido, o primeiro passo fundamental para a consolidação da Independência foi dado antes do próprio ato político, quando D. Pedro, ainda como príncipe regente, convoca uma assembléia constitucional brasileira em 3 de junho de 1822. Segundo Emília Viotti da COSTA, “A convocação era praticamente uma declaração de independência” (1999, p.52).⁴²⁸ A formulação de uma carta constitucional brasileira tornar-se-ia a primeira grande questão do Primeiro Reinado.

O segundo ponto é que tais acontecimentos não ficaram alheios à região da

⁴²⁴ “Durante 1821 e 1822, no decorrer dos trabalhos das cortes, as divisões e as alianças entre interesses distintos dos dois lados do Atlântico foram-se posicionando e delineou-se uma defesa de propostas políticas diversificadas provenientes de várias partes do Brasil que, muitas vezes, concordavam na defesa da ampla autonomia local com graus variados de dependência do centro”. (SCHIAVINATTO, 2011, p.84).

⁴²⁵ “O que precipitou, na verdade, a separação foi a insensatez dos membros das Cortes Constitucionais liberais, que se reuniram em Lisboa, em 1820-1. Em vez de aceitarem as propostas dos representantes brasileiros, que acreditavam que Portugal e Brasil deviam permanecer um reino unido em pé de igualdade, insistiram no restabelecimento do total controle militar português e na volta de dom Pedro à Europa a fim de lá completar sua educação. Essa atitude inábil provocou, como é natural, violenta irritação no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco.” (BOXER, 2002, p.213-4).

⁴²⁶ “La articulación de esas quejas tan similares a las levantadas en Hispanoamérica en ese momento, así como la aparición de las primeras conspiraciones revolucionarias en Brasil, atestiguan la extensión de la insatisfacción que existía en el Brasil colonial tardío. No sólo sans-culottes sino también los hombres ricos y eminentes, tanto portugueses como brasileños, llamaron la atención a la corona sobre la necesidad de reformas fundamentales, sin las cuales el sentimiento revolucionario tenía forzosamente que crecer. Y Portugal dependía de Brasil mucho más de lo que la colonia necesitaba a la madre patria.”. (ALDEN, 1990, p.357).

⁴²⁷ Vide anexo 1

⁴²⁸ A autora completa que José Bonifácio já havia tomado medidas visando garantir a autonomia do Brasil, em 21 de junho impôs como condição para assumir novos a união e independência do Brasil, em 5 de agosto havia recomendação de não darem posse a empregados despachados de Portugal, e no mesmo período deu ordem para considerar inimigas tropas portuguesas que desembargassem no Brasil. (COSTA, 1999, p.52)

Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. A eleição dos representantes locais para as cortes constituintes era confusa, e não se tinha certeza sobre como se eleger os representantes. Em abril de 1822 os procedimentos parecem mal compreendidos pela Câmara Curitiba e o Ouvidor Almeida Torres intervém propondo os procedimentos para novas eleições.⁴²⁹ Ou seja, a idéia de que a região ficou alheia aos acontecimentos não poderia ser sustentada nem mesmo pela análise dos documentos oficiais. Interessa portanto, perceber como as mudanças foram sentidas e refletidas no espaço da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba.

2.2.2. Durante a independência

A chegada da Independência trará elementos ideológicos novos para a realidade das terras além mar. Afirmou-se que pouco antes da Independência não era possível visualizar motivos concretos para se imaginar uma ruptura entre os portugueses dos dois lados do atlântico. Até mesmo porque não se tinha uma visão plena da identidade entre os habitantes do lado americano do império lusitano⁴³⁰ em oposição a uma condição reinol. As distinções, até mesmo entre os moradores do Brasil, eram sutis e apareciam em termos léxicos mais formais do que concretos:

Em fevereiro de 1822, Hipólito José da Costa, no seu jornal *Correio Braziliense*, ainda acreditava ser necessário diferenciar "brasiliense" ("o natural do Brasil"), "brasileiro" ("o português europeu ou o estrangeiro que lá vai negociar ou estabelecer-se") e "brasilianos" ("os indígenas do país"). (NEVES; NEVES, 2009, p.53).

No abandono das Cortes portuguesas pelos deputados eleitos no Brasil, é possível

⁴²⁹ Entretanto, até mesmo os procedimentos para escolha de procuradores da Província eram confusos para as comunidades locais. As atas da Câmara de Curitiba relatam aos 12 de Abril de 1822 um alerta sobre fato da seguinte forma: "(...) se abriu hum officio do Doutor Ouvidor Jose Carlos Pereira de Almeida Torres em que declarou-nos ser mal entendido o se procederce as Elleicoens de Parochias e que devem servir os mesmos do anno passado mandandoce vir a esta Camara para se determinar o dia que ande comparecer na presença do Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca para proceder a nomeação de Procuradores da Província (...)". (BOLETIM ..., 1929, v.40, p. 102).

⁴³⁰ Lembra-nos José Murilo de Carvalho que inexistia unidade territorial no Brasil pré-independência. "A divisão típica foi a de Pombal, em 1751, separando o Estado do Brasil do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Posteriormente, o mesmo Pombal deu autonomia ao Maranhão, criando três estados distintos. Dizia-se na época "ir do Maranhão ao Brasil". (CARVALHO, 2005, p.158).

perceber a recriação vocabular justificando a ruptura, e que depois seria significativa para independência. Uma declaração assinada por Cipriano Barata apontava as seguintes distinções: pátria é o lugar de nascimento; o país (Brasil) era o território; já a nação era a origem cultural, portanto a nação era portuguesa.⁴³¹ Mesmo as declarações dos mais exaltados antiportugueses no período da independência jamais ofendiam a idéia de nação portuguesa, atacavam antes alguns portugueses que exerciam funções governativas.⁴³²

O que motiva a separação é a forte propaganda contra demanda de certos grupos reinóis de retorno dos privilégios coloniais. O próprio liberalismo pregado pela revolução liberal portuguesa era contrário às distinções, porém os privilégios comerciais eram uma tentação enorme demais para determinados grupos olvidar.

Nesse sentido, a fermentação do ideário liberal pode ter sido significativa para os rumos da independência, fundamentada em especial na igualdade de tratamento. Por óbvio não se trata da única responsável pela Independência. Mas longe de ser uma doutrina política de uma pequena camada das elites das grandes cidades, como quiseram propor estudos clássicos sobre a história do Brasil,⁴³³ as idéias liberais circularam pelas comunidades.⁴³⁴ Tal percepção maniqueísta entre elites e povo aos poucos é superada pela historiografia que

⁴³¹ “Na “Declaração” assinada por Cipriano Barata, pátria é o lugar de origem, o da comunidade que os elegeu para representá-la nas cortes. É a ela que fariam, quando para aí regressassem, “exposição circunstanciada [...] dos diferentes acontecimentos [havidos] durante o tempo de sua missão”, e a ela caberia julgar o “merecimento de sua conduta”. Para eles, pátria não se confunde com país. Este é inequivocamente o Brasil ao qual os eleitos por Portugal querem impor uma “Constituição onde se encontram tantos artigos humilhantes e injuriosos” (...) “A nação, por seu turno, desloca-se para outra esfera, já que pátria e país não encontram equivalência na abrangência que lhe corresponda. Bahia e São Paulo são suas pátrias, o Brasil é o seu país, mas a nação à qual pertencem é a portuguesa.” (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p.130).

⁴³² “(...) Las peticiones eran casi todas ellas de naturaleza antiportuguesa: la deportación de 89 portugueses, la destitución de docenas de otros que ocupaban cargos públicos y la prohibición de inmigración de portugueses durante 10 años. (...) [Na Bahia] Las peticiones más corrientes eran la destitución de las autoridades, normalmente el jefe militar, y la deportación de los comerciantes y de los oficiales portugueses.” (CARVALHO; BETHELL, 1991, p.332).

⁴³³ “A fermentação liberalista que precedeu à proclamação da Independência constitui obra de minorias exaltadas, sua repercussão foi bem limitada entre o povo, bem mais limitada, sem dúvida, do que o querem fazer crer os compêndios de história pátria. Saint-Hilaire, que por essa época anotava suas impressões de viagem pelo interior brasileiro, observa que, no Rio, as agitações do liberalismo anteriores ao 12 de janeiro foram promovidas por europeus e que as revoluções das províncias partiram de algumas famílias ricas e poderosas. “A massa do povo”, diz, “ficou indiferente a tudo, parecendo perguntar como o burro da fábula: Não terei a vida toda de carregar a albarda?” (HOLANDA, 1995, p.161)

⁴³⁴ “Nesta conjuntura de 1821 e 1822, o Rio de Janeiro vivenciou uma explosão de impressos de vários matizes e, aí, a imprensa periódica artesanal passou a pertencer e a constituir a opinião pública. O vintismo concorreu para tanto, e a política erigiu-se em tema de primeira grandeza. Diversos gêneros apareceram impressos: jornais, sermões, discursos, catecismos, panfletos, hinos, escritos com dicções variadas: desde a ironia, o tom jocoso, até o caráter militante dos catecismos que tomavam para si a tarefa de explicar esse novo vocabulário político, suas expressões, suas intenções e seus compromissos.” (SCHIAVINATTO, 2011, p.84).

destaca outros olhares sobre a independência.⁴³⁵

Isso porém não significa necessariamente que o liberalismo brasileiro era voltado ao esclarecimento e busca da liberdade individual que demarcou os movimentos liberais da Europa e Estados Unidos.⁴³⁶ Antes disso, o liberalismo brasileiro perpassou a mentalidade de uma nação centrada em rituais e práticas tradicionais.⁴³⁷ A recepção da Independência na Vila de Curitiba, sede da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba, é um exemplo de como liberalismo se mesclou com a tradição para justificar a independência.

As notícias da Independência foram relatadas nos documentos oficiais da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba de forma tardia, apenas em 9 de Outubro de 1822. (CARDOSO, 1972, p.56). Na ata da Câmara de Curitiba apenas se relata uma série de ofícios recebidos nos quais: a) convida-se a aclamação de D. Pedro como Príncipe Regente no dia 12 de Outubro; b) ordena-se publicar um edital convidando todos os estrangeiros que jurassem defender o Brasil a utilizar um distintivo com as cores verde e amarela e a expressão “independência ou morte”; c) outro anunciando a aclamação de D. Pedro pelo Senado do Rio de Janeiro.⁴³⁸

⁴³⁵ Apesar das tentações de repassar tais proposições, prefere-se aqui apenas indicar para visões contemporâneas da independência as seguintes coletâneas: MALERBA, Jurandir (org.). A independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006. e JANCSÓ, István (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec:Fapesp, 2005.

⁴³⁶ Em especial as elites tinham abominação as revoluções americanas do caribe. “La insurrección de los *affranchis* (negros libres) y esclavos en Saint-Domingue había servido de severa advertencia a los dueños de esclavos en toda América de las consecuencias de la propagación de las ideas del liberalismo, las doctrinas de la igualdad y los derechos del hombre en las sociedades esclavistas —y el desafío al control metropolitano por parte de elementos revolucionarios entre la población blanca.” (BETHELL, 1991, p.179).

⁴³⁷ “La clase dominante brasileña era en su mayor parte conservadora, o a lo sumo liberal-conservadora. Aspiraba a conservar la estructura social y económica de la colonia basada en el sistema de plantación, la esclavitud y la exportación de productos agrícolas tropicales al mercado europeo. Pero también había liberales, incluso liberales radicales, y algunos revolucionarios auténticos en la ciudad de Río de Janeiro y en São Paulo, así como en Salvador y Recife. La mayoría de ellos trabajaba en las profesiones liberales —abogacía y periodismo, especialmente— o eran artesanos —sastres, barberos, mecánicos— y también pequeños comerciantes, soldados y sacerdotes. Eran blancos en su mayoría, aunque muchos eran mulatos y negros libres. Esperaban cambios profundos en la sociedad y en la política: soberanía popular, democracia e incluso una república; igualdad social y racial, hasta reforma agraria y abolición de la esclavitud. Mantenían una posición ambigua sobre si dom João debía regresar a Portugal o permanecer en Brasil.” (BETHELL, 1991, p.191).

⁴³⁸ Conforme as atas da Câmara as notícias chegaram da seguinte forma: “(...) se recebeu dois officios hum do Senado da Camera da Corte do Rio de Janeiro em que convida esta Camara e Povo, e Tropa para aclamassão de sua Alteza Real o Príncipe Regente ser aclamado no dia dose do corrente Imperador Constitucional do Brasil o Senhor Dom Pedro primeiro, e outro officio que recebeu o Juiz ordinário para apresentar a esta Camera em que nos determina que (...) se mande Publicar o Decreto de desoito de Setembro em que determina que todo Europeo ou Brasileiro que abressar o sistema do Brasil e, estiver pronto para defendelo uzará por distincão da flor verde dentro do angulo de oiro no brasso esquerdo com a legenda — Independência ou morte — e outro do Senado do Rio que anuncia a aclamassão do mesmo Senhor no dia doze deste mes e juntamente se lavrou hum Edital fasendoce aviso a este Povo para se faser no dito dia a mesma aclamassão dandoce os repetidos vivas a sua

Essa falta de participação nos eventos parecem contraditórios. Sabe-se que em Curitiba não ocorreram, relatados ao menos, conflitos motivados pela Independência. A historiografia tradicional apontou duas razões para a falta de participação ou conflitos nos acontecimentos da independência. A primeira relacionada ao conservadorismo da região, pouco afeita a transformações políticas. A segunda seria a distância geográfica e o isolamento.⁴³⁹ Assim se explica a falta de participação curitibana na independência. Ao que tudo indica a segunda razão não tem comprovação fática. Se os acontecimentos do 7 de setembro demorassem a chegar à região, não demoraria mais de um mês (o primeiro relato é de 9 de Outubro), até mesmo porque a viagem de São Paulo a Curitiba durava na pior das condições 15 dias. Ao que tudo indica as notícias chegaram antes. Porém o clima político na cidade permaneceu em suspenso. Provavelmente a Câmara não sabia muito bem o que fazer. E resolveu-se esperar o desenrolar dos acontecimentos. Ao que tudo indica, a presença de Posteriormente inclusive os curitibanos exaltaram a presença do Padre Ildefonso Xavier Correia nos vivas dados à D. Pedro nos acontecimentos relacionados à recepção do 7 de setembro.⁴⁴⁰ Também é possível especular que a presença do Tenente Coronel Antonio Joaquim da Costa Gavião, interventor de São Paulo designado para acalmar o ânimo na região, como ‘Commandante Militar de Curitiba’, pode ter inibido ações escancaradas. De qualquer sorte não parece ter sido a falta de ideais liberais ou posturas conservadoras as grandes motivadoras da não reação. Faltam redescobrir fontes do período para ir além de meras especulações.

Fato é que a Independência em Curitiba acabou então se concretizando através de um ritual realizado pela Câmara. O ritual de aclamação de D. Pedro. Uma forma de inclusive

Alteza e «Príncipe Regente aclamado Imperador deste vasto e requicimo Reino do Brasil»». (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.9)

⁴³⁹ “Não custaria tentar explicar a exceção, ou antes a omissão, curitibana pela circunstância de ser essa parte da Província justamente das mais fiéis à antiga estrutura econômico-social e, talvez por isso, menos exposta à sedução das reformas de natureza política. Muito mais simples e exato seria explicá-las, porém, pela demora com que deveram chegar àquela lonjura as informações sobre o levante, tornando intempestiva qualquer reação”. (CARDOSO; et al, 2001, p.457).

⁴⁴⁰ “O desejo de inserirem-se nos acontecimentos nacionais, provavelmente, foi o que motivou os paranaenses a exaltarem com tamanho ímpeto a presença do padre curitibano Ildefonso Xavier Correia no teatro de São Paulo, no dia da independência. Ali foi celebrada a cerimônia que oficializou o acontecimento, em 7 de setembro de 1822. Teria sido Ildefonso Correia quem rendeu “vivas” ao monarca, proclamando-o imperador do Brasil. Na figura de Ildefonso Correia estaria personificada a participação de toda a Comarca de Curitiba” (BAHLS, 2007, p.24).

de justificação do poder característica do antigo regime.⁴⁴¹ Aliás, no antigo regime os gestos, os rituais, as cortesias, enfim o comportamento exteriorizado era algo de extrema importância. Não era apenas uma demonstração fútil, mas uma realização de poder.⁴⁴²

Os rituais que permearam a Independência foram significativos na construção do ideário da nova nação em Curitiba. Nesse aspecto, a “(...) festividade reforçava o vínculo entre cidadãos e Rei, dando às elites locais um peso simbólico mais reforçado por serem os representantes de Sua Majestade na Vila, consolidando elos e encorpando as redes de poder”. (PEREIRA, 2011, p.77). Foram às festividades os principais instrumentos de construção de um novo ideário simbólico.

Entre as características que as câmaras coloniais partilhavam com a metrópole destaca-se a tendência a esbanjar dinheiro na comemoração das festas religiosas obrigatórias e nos dias do santo padroeiro, o que muitas vezes as deixava sem recursos suficientes para a manutenção de estradas, pontes e outras obras públicas. (BOXER, 2002, p.295)

Aliás, Curitiba já era tradicionalmente mediada por festas religiosas e outras manifestações organizadas pela Câmara.⁴⁴³ Sendo assim vale a pena se pensar na crítica comum ao papel do povo na Independência. Se uma visão tradicional de história do Brasil apontava o povo como mero espectador da Independência, numa região lembrada como alheia aos acontecimentos tal fato chegaria ao extremo. Ao que parece, realmente o papel a maior parcela do povo não teve participação bélica ou estrutural na Independência. Entretanto, no aspecto simbólico isso não pode ser afirmado. Tal perspectiva não é nova na historiografia brasileira (PRIORE, 1994; MALERBA, 2000) e volta-se a olhar o papel das festas e rituais na representação política da sociedade do fim do período colonial e início do império.

⁴⁴¹ “No caso do Estado do Antigo Regime, o ‘ritual político’, longe de ser uma futilidade, encarregava-se de funções políticas importantes, que envolviam basicamente a legitimação do poder” (WEHLING; WEHLING, 2004, p.134).

⁴⁴² “O direito, o guardião da ordem, estava intimamente relacionado com esse tema. Etiqueta e boas maneiras eram tratadas pelo direito, e sua observância podia ser objeto de processo judicial. Precedência, manifestação corporal – como beijar, curvar-se, ajoelhar-se, ou mesmo relação sexual - ou a forma pessoal de falar eram juridicamente regulamentados e, muitas vezes, discutidos judicialmente. Na prática jurídica contemporânea, litígios a respeito de precedência, etiqueta, cortesia, sinais de reverência, foram prática comum”. (HESPANHA, 2010a, p.48)

⁴⁴³ “Em relação às festas religiosas, as mesmas seriam o ponto-chave para a incorporação de elementos simbólicos que uniram os habitantes da pequena vila meridional ao que acontecia na Metrópole, em particular permitiam a adesão às tradicionais festas monárquicas, reforçando o poder simbólico do rei e a unidade do local. Ainda, em relação a tais episódios, toda uma rede epistolar se montava e Curitiba cumpria as determinações centrais, como no caso das festas em comemoração aos casamentos da família real”. (PEREIRA, 2011, p.76)

A festa representava o elo entre a comunidade que celebrava e as Instituições (Igreja, Estado e seus representantes) que forneciam os motivos para festejar (PRIORE, 1994, p.29).⁴⁴⁴ A aclamação de D. Pedro I como imperador representava mais do que um ritual formal, era uma forma de demonstrar o vínculo do novo governante com a comunidade local. As festas também reforçavam os laços entre os diversos membros da comunidade local.⁴⁴⁵ Os artesãos, a elite, os clérigos, os lavradores, toda a população estava convidada a compartilhar a mesma posição de submissão à autoridade constituída.⁴⁴⁶ As músicas (*the deum*), os enfeites, as luminárias⁴⁴⁷ e até mesmo as efígies⁴⁴⁸ eram formas de atrair a população para o extraordinário.

Não se pretende negar aqui que o processo da Independência não tenha ocorrido mediante conflitos bélicos. O historiador José Honório Rodrigues defende, por exemplo, destacou a presença do conflito armado na Independência.⁴⁴⁹ Entretanto, especificamente nas vilas da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba não foram relatados conflitos e em geral a versão da Independência voltada aos rituais simbólicos é pertinente. Observe-se, porém, que o discurso da transição calma é raso mediante a complexidade local, bem como as demandas sociais existentes.

Provavelmente a Independência não causou transformações profundas no cotidiano das pessoas da região. Por outro lado, o ideário liberal somado trará conseqüências reais, em

⁴⁴⁴ “Essa “festa-concessão” aparece em documentos em que fica claro que ela é decorrência do calendário real, ou religioso, e que, portanto, é preciso estar ligado ao rei, à Igreja, para dela participar. Seu caráter concessivo é também salientado pelo fato de seus porta-vozes - aqueles que a anunciam publicamente - estar em ligados ao poder.” (PRIORE, 1994, p.29).

⁴⁴⁵ “O indivíduo ou o grupo de família afirmavam com a sua participação nas festas públicas seu lugar na cidade e na sociedade política.” (PRIORE, 1994, p.36).

⁴⁴⁶ “O hábito de reverências e troca de cortesias diante do Paço do Conselho, entre os artesãos e os homens bons e a elite de funcionários do governo português ressaltava a posição de subordinação dos colonos à metrópole, além de também ressaltar a presença do poder real em solo brasileiro.” (PRIORE, 1994, p.45).

⁴⁴⁷ “Atrair o povo, deslumbrá-lo, lembrando-lhe a seguir que são as boas graças de uma autoridade que o entretém - parece ter sido esta uma das funções para o sofisticado uso das “luminárias” na festa.” (PRIORE, 1994, p.36).

⁴⁴⁸ “Em 1818, as luminárias reproduziam a efígie de D. João VI e lanterninhas saudavam: “Ao nosso Bom Rei o Senhor D. João VI Gratidão.”” (PRIORE, 1994, p.37).

⁴⁴⁹ Em primeiro lugar, a Independência não foi doada em parte alguma do Brasil. No Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, foi necessário dominar as forças portuguesas, reunir milícias, convocar as forças brasileiras, combater a traição de soldados e oficiais portugueses e, à força, expulsá-los da terra, muitas vezes à custa de sangue, como veremos nos capítulos seguintes. Foi assim em todo o campo militar, terrestre e naval. Em segundo lugar, a guerra na Bahia e no Maranhão não foi feita só pelos baianos e maranhenses, contou, também, com o auxílio militar brasileiro, com forças de várias partes do Brasil e com recursos financeiros e navais do Rio de Janeiro. (RODRIGUES, 2002, p.42-3).

especial nas demandas sociais. Ver-se-á adiante que os conflitos para manutenção da Independência em relação aos países vizinhos afetaram mais diretamente as províncias do sul em termos bélicos do que a própria Independência.

Voltando a destacar o papel simbólico da Câmara, pode-se observar que a aclamação de D. Pedro I é feita por declaração unânime. A enorme lista de assinantes da declaração, com 72 nomes,⁴⁵⁰ indica que a própria postura da assinatura detinha papel importantíssimo em termos simbólicos.

Acta em que se declara que o Povo tropa e Authoridades de todas as clases unanimemente convem que hoje se aclame a S. R. R. para Imperador deste Reino (...) declarão solenemente a sua Independência, e que por ella protestão dar a vida, e que aclamão primeiro Imperador do Brasil Constitucional o Senhor Dom Pedro primeiro hoje príncipe Regente e defensor perpetuo do Brasil por vontade unanime da mesma Câmara Povo e Tropa certos de que o mesmo Augusto Senhor prestará previamente o juramento solene de jurar, guardar, manter e defender a Constituição Política que fizer a Assembleia Geral Constituinte e legislativa do Brasil (...) [⁴⁵¹] (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.10-14)

Da lista faziam parte alguns dos personagens já destacados neste estudo. São eles: o juiz ordinário e futuro Ouvidor pela Lei Ignácio Lustosa de Andrade,⁴⁵² o capitão-mor

⁴⁵⁰ Para se ter uma idéia da representatividade, adiante se apresentará a população de Curitiba que em todo o seu distrito em 1834 continha algo em torno de 7390 habitantes sendo apenas 77 habilitados para serem jurados. Em 1822 com uma população pouco maior de 5000 habitantes, muitos de região rural, provavelmente todas as pessoas que estavam habilitadas a funções públicas assinaram o manifesto.

⁴⁵¹ Assinam a ata subcrevendo-a: Ignacio Lustosa de Andr. / Joaquim dos Anjos Per./Jose Pinto Ribr.º Nunes. / Antonio Jose de Freitas Saldanha./Antonio Alves de Araújo /Alf. Jose Lustosa de Andrade — Almotace. / O Guarda mor Jose Antonio Ferr.ª — Almotace. / Thome Alvares de Casto — Vigário da vara. / Antonio Ribr.º de Andrade — Cap mor./Jacinto Jose de Castro — Coronel,/o P.e Antonio Joaquim da Costa./Fran.º de Paula Xer Bueno - Cap. Comand. Militar./Luiz Ribeiro da Silva./Jose da Costa Pinto - Capm./Manoel Ant.º da Costa Mesq. — Tent./Jose Mlz de Araujo França - Tent./Joaquim de Moraes Silva — Alf./João de S.ta Anna Pinto — Alf. / Manoel Jose de Franca — Capm / Simão José Giz de Andr.º — Cap / Lourenço Pinto de Sá Ribas. / João Rennou (Dr.) / João Giz Franco — Sarg.º / Domingos Jose da Motta — Cap.m / João Antonio da Costa. / Dom.º Jose Glº Franco. / Jose dos Santos Lima. / Antº. Jº. da S.ª Carram — Cap.m / Antonio Falcão Bastos. / Antonio Ferreira Amado - Professor das primeiras Letras / Joaquim Jose Ferr.ª Bello. / Jose Reginato de Lima. / Miguel Marques dos Santos. /João Nepomuceno Pinto Bandeira — Alf./ Joaquim Jose Pinto Bandeira./ Manoel Antonio Ferreira./ João Bap. Ant de Andr.ª./ Antonio Jose de Souza./ Jose Ignacio de Mello./ Lourenço Ig.º de Macatranga./ Francisco de Paula Guim.ª/ Manoel Antonio Ratier./ Luiz de França Per.ª/ Francisco Alves de Ar.º/ Fidelles Jose da S-a Carrão — Sarg.to/ Diogo Jose de Souza Guim.*" — Sarg.to/ Jose Sebra Marques — Ten.te/ Pedro Antonio Ferr. — Alferes./ Jose Marques de Az.do Porto/ Domingos Fran.co Leite./ Fran.co de Borge Lxs./ Onorato Antonio dos Santos./ João Antonio Soares./ João Pinto do Rego./ Antonio Jose Pereira Tinoco./ Braz Leme do Prado./ Jose Franco Guim./ Herminegildo Alz de Ar./ Francisco de Assis Marques da Costa./ Deodato Giz Rocha./ Joaq Maneol da Costa./ João Correa Lopes./ Antonio Joaquim./ João Fran. de Olivr. Bueno./ Generoso Antonio de Moraes./ Ant.º Jose donasimento./ Manoel Giz de Moraes—Furriel./ Manoel Joaq.m de Moraes./ Jose Antonio Vieira — Capm./ Innocencio Ant.º Roiz Guim"/ Francisco de Assis./ Franc. Jose Borges.

⁴⁵² Os juizes tem importante função nessas cerimônias. “Vemos, então, os magistrados a ocupar posições honoríficas em diferentes cerimônias públicas, dedicadas a propósitos bastante diferentes, mas sempre orientadas por uma lógica de cristalização e de reprodução da ordem social e do jogo de equilíbrio de poderes que marca a

Antonio Ribeiro de Andrade; o comandante militar Francisco de Paula Xavier Bueno; o perseguido Simão José Gonçalves de Andrade; o futuro representante político Lourenço Pinto de Sá Ribas; o rábula Jose dos Santos Lima e seu filho Jose Reginato de Lima. Além disso na lista destaca-se o nome de Antonio Ferreira Amado como Professor das primeiras Letras. Seguiram-se dias em que muitos rituais simbólicos demarcaram o início da construção do Império. Em 12 de outubro de 1822, na vila de Curitiba, a ata da câmara trazia ainda um discurso emocionado lido para os moradores da Vila. Em especial a descrição da missa e o “*The deum em acssão de Grassa*” demonstram bem como a Independência se construiu como momento simbólico para os curitibanos. Relatos apresentam inclusive a idéia de veneração à efígie do imperador.⁴⁵³ Além do que antes de outras referências, cita-se a própria religião como motivo de júbilo da Independência. Observe-se a seguir a ata de aclamação de 12 de Outubro de 1822 da Câmara de Curitiba que foi recortada para fazerem-se alguns comentários.

Acta da Aclamassão de Sua Magestade Imperial (...) em casas de Camera e Passos do Concelho e sendo ahi prezente o Presidente da Camera o Sargento mor Ignácio Lustosa de Andrade e os vereadores, Almotaceis, Povo, Tropa, determinada pelo comandante Militar Interino o Capitão Francisco de Paula Xavier, e comandada pelo Tenente Manoel Antonio Mesquita digo Antonio da Costa Mesquita estando ja todos inteligenciados pelo bando que antecedente se tinha Publicado, sendo que sem este aviso e só com a noticia de que sua Altesa Real hia ser aclamado o Imperador do Brasil logo na mesma noite iluminarão suas cazas, e derão muitas salvas em demonstrassão de seu jubilo (...) (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.12-3)

A frase “sendo que sem este aviso e só com a notícia de que sua Altesa Real hia ser

sociedade da época moderna. Vêmo-los a ocupar lugares destacados, muito próximos do rei, e vêmo-los igualmente a intervir directamente em bastantes cerimónias. No caso das coroações, é a sua lógica jurídica que dá forma a toda a cerimónia que se torna, ela mesma, uma espécie de acto notarial em que os magistrados, para além da sua função de testemunhas, desempenham um papel activo como oradores. Na procissão do Corpus Christi, caminham logo à frente dos estratos mais elevados da sociedade da capital. No Porto, o seu papel é ainda reforçado quer pela posição ocupada, quer pelas funções de organizadores do cortejo.” (CAMARINHAS, 2010, p.182)

⁴⁵³ “O Te-déum normalmente lotava a catedral, e os relatos do rito notavam cuidadosamente a presença de autoridades e representantes da câmara municipal, que normalmente o financiava. (...) Os sermões que antecediam o Te-déum eram principalmente exortações políticas (...) No cortejo, a elite baiana demonstrava sua lealdade ao imperador através do que o severo vice-cônsul britânico, James Wetherell, considerou o costume “bárbaro” de venerar seu retrato depois do Te-déum. Colocada numa sala do palácio, flanqueada pelo presidente, o arcebispo, e às vezes outras autoridades, a “Augusta Efigie de Sua Majestada” representava sua pessoa. “Centenares de cidadãos de todas as classes” (1838) ou as “mais distintas pessoas da capital, além dos que o dever chama a este respeitoso ato” (1843) “inclinavam-se profundamente perante a imagem, e depois perante as autoridades,” enquanto uma banda tocava “árias nacionais.”” (KRAAY, 2001, p.70)

aclamado” demonstra que as notícias circulavam de forma rápida na cidade e que em 3 dias (9 de Outubro para 12 de Outubro) a aclamação do imperador era conhecida por toda a cidade. A ata continua:

(...) e foi tanto o intusiasmo respeito e amor que todos unanimemente ou digo publicarão a sua saptisfassão e assim o Povo, tropa e mais Nobreza derão a devida aclamassão acompanhando de grandes vivas ao Augusto Imperador, a fidelidade deste Povo por maior parte se distinguio «que vertendo lagrimas de saptisfassão» seus lábios ressoa vão estas palavras — Viva a nossa Santa Religião — Viva a Independência do Brasil — Viva a Assembleia geral constituinte e Legislativa do Brasil — Viva o Imperador Constitucional do Brasil o Senhor Dom Pedro primeiro — Viva a Imperatriz do Brasil e a Dinastia de Bragança Imperante no Brasil — Viva o Povo Constitucional do Brasil — e ajuda vão com as vozes de — INDEPENDÊNCIA OU MORTE (...) (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.13)

O primeiro destaque dessa passagem é que o primeiro ‘Viva’ foi dado a Santa Religião, uma marca do tradicionalismo religioso português. Em seguida se dá ‘Viva’ a Assembléia Geral Constituinte, um importante indício da influência do ideário liberal na região. E, por fim, o destaque para frase Independência ou Morte parece deixar claro que as notícias dos acontecimentos chegaram com detalhes significativos. Por fim a ata termina da seguinte forma:

(...) Protestou Povo e Tropa que por amor de seu Idolatrado Imperador e Defensor perpetuo, e da Asemblea constituinte e legislativa do Brasil que não pouparão seus bens, seu sangue, e vida, huma ves que esperavão que seu Augusto Imperador jurava tão bem neste fausto dia manter e cumprir, faser concervar a Asemblea Brasilience, e sendo lido em vozes altas este termo nelle asignarão, e antes foi celebrada na Igreja Matriz Missa solemne acompanhada com hum «discurso circonspecto» análogo ao objecto tão singular: seguio se o Thedeum em accssão de Grassa (...) estando ja deante o Santicimo Sacramento Manifesto e se concluiu este acto Sagrado com trez descarga de Mosquetaria pela Tropa de Cavalaria desta villa que bordava a frente da Matriz e Passos do Concelho (...) (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.13-4)

Provavelmente foi um dia muito atípico para toda a comunidade. Demarcando uma mudança ao menos simbólica. Logo em seguida a Independência, novos agentes aparecem no cenário político jurídico. A ouvidoria de Paranaguá e Curitiba ganha novo Ouvidor. Aliás um Ouvidor que foi nomeado com o objetivo de intervir na região devido ao risco de conluio como o da Conjura Separatista. E em 22 de Janeiro outro ritual simbólico é organizado. Agora

um juramento de fidelidade ao imperador organizado pelo novo Ouvidor e pelo interventor Comandante Militar Tenente Coronel Antonio Joaquim da Costa Gavião.⁴⁵⁴ Novamente segue-se longa lista de 79 nomes, constando de todos os oficiais do exército e oficiais jurídicos, bem como autoridades do concelho da cidade. Tal termo de juramento foi encaminhado ao Ministério do Estado e dos negócios do império reafirmando a fidelidade coma Independência. Na parte final do “Viva” não se cita a Religião nem a Assembléia Nacional Constituinte, apenas a figura do Imperador Constitucional do Brasil.

Por fim, sobre os acontecimentos voltados à construção simbólica da independência, vale ressaltar ainda o discurso elencado pela Câmara no que diz respeito as Cortes de Lisboa. Em 1821 a Câmara teria jurado a fidelidade à constituição a ser realizada naquelas, porém rapidamente o discurso se adapta. Em 10 de Janeiro de 1823 a Câmara acusa

⁴⁵⁴ Segue a ata: “(...) forão vindos o Doutor Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Jose de Azevedo Cabral o Juiz ordinário Presidente Capitão Jose da Costa Pinto e mais offeciaes da Camara abaixo assignados com o Illustricimo Comandante Militar Tenente Coronel Antonio Joaquim da Costa Gavião e mais Authoridades, Eclesiásticas, Civis, e Militares, e clero, Nobreza, e Povo para efeito de se prestar juramento de obdiencia e fedelidade ao Nosso Augusto Imperador o Senhor Dom Pedro primeiro assim e da mesma forma como se havia prestado na Corte do Império no sempre Memorável e Santicimo dia primeiro de Desembro do anno passado em que felizmente se celebrou o Gloriosicimo Acto da coroação do mesmo Augusto Senhor com que ficarão completos os votos de todos os Brasilleiros pela sagrada causa da Independência o que havendo se tão justamente proposto, para serem «livres da Escravidão a que os pertendia reduzir o Congresso de Lisboa», foi ella Geral e unanimemente proclamada no fausticimo dia doze de Outubro do anno passado, em que tão bem foi por unanime vontade do Povo e Tropa Aclamado Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo o Augusto Senhor Dom Pedro de Alcantara, que por suas grandes, e incomparáveis virtudes, e acidiuos desvellos pelo bem geral de todos tem salvado dos horrores da Anarchia o Grande Brasil e fexado de huma vez a sua Gloria, Grandesa, e Prosperidade ; E por todos abaixo assignados pondo a Mão em o livro dos Santos Evangelhos foi prestado com a maior expontanidade, alegria e saptisfassão o juramento do theor seguinte : Juro observar, guardar, a Nossa Santa Religião Catholica, aPostolica Romana, Juro obediência as Leis, juro obdesser ao Nosso legitimo Imperador Constitucional, e Perpetuo Defensor do Império do Brasil, o Senhor Dom Pedro Primeiro e da mesma maneira reconhecer todos os seus sucessores, e da sua Dinastia na forma da sucessão, que for regulada pela Constituição do Império — E pelo sobredito tam plausível, e justicimo motivo se illuminou esta villa por treznoutes, e tem havido as maiores demonstrassoins de Publico regosijo, e no Dia de hoje sempre Fausto ; por ser o do Feliz Natallicio de sua Magestade Augusta Imperatriz do Brasil, se sellebrou com grande pompa, em assão de grassas, ao Deos Omnipotente solemne festa com Missa cantada, e Elloquente discurso Analogo atão grande objecto, recitado pelo Reverendicimo Padre João de Abreu Sá Sotto Maior, concluindo-se com o Himno Tnedeum Laudamus, o que findo, recitou o Illusstricimo Comandante Militar Tenente Coronel Antonio Joaquim da Costa Gavião, huma Enérgica Proclamassão, a Tropa, que se achava postada em frente da Igreja, e por todos forão dados com inexplicável praser, e intuziasmo os vivas seguintes: Viva o Imperador constitucional, e Perpetuo Defensor do Império do Brasil, o Senhor Dom Pedro Primeiro — Viva a Imperatriz do Brasil Viva a Independência do Brasil—Viva a Constituissão do Império — Viva o Ministério Brasilleiro — Vivão todos os Bons e Fieis Brasileiros — Vivão os Reais Coritibanos — Salvou a Tropa com seis descargas, repetindo-se por veses os sobreditos vivas, e de tudo para constar, se mandou faser o presente Auto em que todos assignarão, e eu Francisco de Paula e Silva Escrivão que o escrivi e assignei. (...) E logo no mesmo dia mez e anno deliberou o Illustricimo Desembargador e Ouvidor subrogado Jose de Azevedo Cabral com a Camara de se participar ao Ministro o auto retro que seria remetido por certidão, e com officio dos mesmo ouvidor, e Camara ao Ministro de Estado dos negócios do império, para ser presente a sua Magestade Imperial de que para constar fiz este termo em que assignarão e eu Francisco de Paula e Silva Escrivão que o escrivi e assignei. (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.26-9)

as Cortes de trazerem anarquia e escravidão contra os direitos dos povos. Além disso, um detalhe na ata demonstra que as notícias corriam de forma mais rápida pelas vozes particulares do que pelos atos oficiais.

(...) havendo no dia doze de Outubro do anno passado por unânime vontade dos Povos desta villa e seu districto aclamado o Senhor Dom Pedro Primeiro Imperador do Brasil e seu Perpetuo defensor por immensos motivos que derão lugar a este nosso procedimento e que nos impunhão huma rigorosa obrigassão de asim o praticarmos tendo este tão Misterioso Acto de ser seguido logo do da Coroassão do mesmo Augusto Senhor o qual pondo o sello a nossa futura felicidade garantiria o nosso Sollo de toda e qualquer invasão Europea de que somos ameassados pelos indiscretos Procedimentos da Cortes de Lisboa que tanto trabalhão para nos recollonizarem, trahirem nossos direitos, introduzindo entre nos a Anarchia e mais hum sem numero de acontecimentos aque éramos susptetiveis em razão de nossa cituassão Politica se não fosse pelo Brasil tomada apresente midida, **e havendo nos sido comunicado por noticias particulares que ja se tinha efetuado o solemne acto da coroassão de nosso Augusto Imperador na Corte do Rio de Janeiro** acharão ser do nosso primeiro dever aplaudir com iguais demonstrassoins de Jubilo e praser tão desejado acontecimento e por isso se apressão em marcar como melhor e mais próximo dia vinte e dois do corrente mez que como Natalício da Nossa Imperatriz se deve fazer mais festejado e aplaudido por nos em o qual se deverá com a asistencia de todas as Authoridades solemnizar pela melhor forma que for pocivel hum dia tão asignalado (...) (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.23-4, negrito nosso)

A comunicação por “notícias particulares” é outro importante indício de que os curitibanos foram comedidos no momento da independência. E que souberam dos acontecimentos, mas esperaram comunicações oficiais para agir. O discurso de Independência não pode ser descrito distante do ideário liberal bem como de suas vicissitudes. Não é de se negar que a própria organização de rituais estavam agora justificadas pelas novas idéias liberais que circulavam. Portanto, mesmo sendo celebrada mediante um modelo de justificação do poder oriundo do Antigo Regime, a Independência trazia um novo discurso político.

É interessante notar que as mudanças políticas não acarretaram transformações imediatas no poder judiciário. Aliás, “(...) la intrincada red de autoridad y funciones sobrepuestas tan características del antiguo régimen no desaparecieron.” (SILVA, A., 1990, p.159). Nenhuma alteração se nota na estruturação do sistema e pequenas em termos pessoais e/ou sociais. Muitos dos juízes que exerciam funções de significativa importância no Império Português acabaram exercendo funções centrais na administração Imperial. É o caso do

Ouvidor da comarca de Paranaguá e Curitiba na época da independência, José Carlos Pereira de Almeida Torres, que mesmo sendo retirado da Ouvidoria na época participará posteriormente do governo Imperial exercendo importantes funções ministeriais.

A verdade é que o processo de emancipação política não introduziu mudanças profundas nem práticas revolucionárias no Brasil, mesmo que tenha sido significativo para acabar com certas travas coloniais que impediam seu desenvolvimento. Essas travas porém já estavam sendo quebradas a partir de 1808 e não param de ser superadas de forma mais rápida e intensa até 1836.⁴⁵⁵ Porém é necessário também vislumbrar os aspectos negativos desse movimento de emancipação política centrado apenas nos rituais simbólicos.

O historiador Kenneth Maxwell, por exemplo, destaca a importância de evitar o olhar celebratório da independência, percebendo o aspecto negativo que o acontecimento pode trazer, ressaltando a oligarquia contra a democracia, a reação contra o liberalismo ou mesmo o mascaramento diante das verdadeiras demandas sociais.⁴⁵⁶ A independência serviu para reavivar o escravismo e a economia voltada as monoculturas.⁴⁵⁷ Também estimulou o comércio das elites e a exploração das classes pobres.

Por fim, deve-se repensar inclusive a idéia de que os portugueses pretendiam recolocar o Brasil num antigo estado colonial. Como dito anteriormente, antes tal perspectiva parece uma justificativa da Independência do que uma realidade das propostas das Cortes. Logo após a Independência sabe-se que o governo de D. Pedro I foi ávido em estruturar

⁴⁵⁵ “Só por esse lado parece admissível, apesar de seu exagero, o dito de Armitage, de que o Império progredira mais em nove anos do que a Colônia em trezentos. Entre 1822 e 1831, ou melhor, de 1808 até 1831 — a rigor até 1836 — é que se assinala uma fecunda transação — não se queira muito mais — entre o nosso passado colonial e as nossas instituições nacionais.” (BARRETO; et. al., 2001, p.39).

⁴⁵⁶ “Raramente, por exemplo, consideramos um movimento de independência como uma “coisa ruim”, como uma regressão, um triunfo do “despotismo” sobre a “liberdade”, da “escravidão” sobre a “liberdade”, de um regime “imposto” sobre um regime “representativo”, da oligarquia sobre a democracia, da reação sobre o liberalismo. Apesar disso, no caso da independência do Brasil, todas essas acusações podem ser imputadas ao novo regime, assim como de fato foram feitas na época.” (MAXWELL, 2000, p.181).

⁴⁵⁷ “Sidney Minz tem argumentado que a revolução industrial na Inglaterra, e nos estados do nordeste da América do Norte ajudou a reavivar o escravismo nas Américas, ao criar um vasto mercado consumidor urbano para produtos tais como o café e o açúcar, e ao criar, ao mesmo tempo, uma enorme demanda de suprimentos de algodão cru para abastecer os teares da velha e da nova Inglaterra. E não eram apenas os comerciantes do Rio de Janeiro e da Bahia que financiavam o tráfico ilegal de escravos ou o comércio legal de algodão, café e açúcar, que dependiam do trabalho escravo. Foram também os comerciantes de Nova York, Londres e Liverpool.” (MAXWELL, 2000, p.184).

versões do acontecimento.⁴⁵⁸ Talvez o ranço ‘metrópole versus colônia’ não tenha sido um motivador concreto da Independência, mas uma justificativa retrospectiva repetida inadvertidamente pelos historiadores. De qualquer sorte, a independência não foi tão alheia à população quanto se propõe, bem como os ideais de direitos e liberdades não permaneceram tão inertes. Quando a locomotiva das idéias se põe em movimento, os vagões não ficam parados.

2.2.3. Recepcionando a Constituição de 1824

Feito o movimento político da independência tratou o governo de D. Pedro de estabilizar as estruturas administrativas e judiciárias, prometendo reformar o regime anterior. Um ano após a independência o novo governo promulga a lei de 20 de outubro de 1823, a qual determinava que continuassem em vigor as Ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções promulgadas pelos reis de Portugal até 25 de abril de 1821 (as principais foram enumeradas no próprio texto).⁴⁵⁹

A Constituição começa a ser desenhada ainda antes da Independência. Em 3 de Junho de 1822 se convoca uma assembléia Constituinte brasileira.⁴⁶⁰ Os acontecimentos

⁴⁵⁸ “O livro de Silva Lisboa, “História dos principais sucessos do império do Brasil”, publicado em 1826, expressaria o imaginário político da elite promotora da independência: “O caráter do Congresso era a imobilidade em seu projeto de repor este reino no antecedente estado de colônia, perpetuando a tirania da metrópole lusitana pelo suspirado restabelecimento do monopólio do sistema colonial” (...) foi essa a matriz da projeção retrospectiva da oposição metrópole/colônia que inspirou boa parte da ulterior historiografia.” (MONTEIRO, 2009, p. 56).

⁴⁵⁹ Portanto, todo o conjunto de textos de caráter legislativo continua vigendo, e é comum a referência a eles nos processos analisados. “Além das Ordenações, vigiam no Brasil colonial as normas do direito canônico, do direito romano (subsidiariamente nas decisões judiciais), a jurisprudência metropolitana e colonial, e os costumes. Administrativamente, as autoridades coloniais orientavam-se por vários documentos, entre os quais os “regimentos”, instruções dadas a pessoas e instituições para o desempenho de suas funções (...) Outros atos legais e administrativos moviam a emperrada máquina estatal, como as leis ordinárias editadas pelo rei, os alvarás (que fixavam determinações em geral válidas por um ano), as cartas régias (forma de comunicação com as autoridades subalternas para a execução de ordens específicas), os decretos (quase sempre determinações a juízes e tribunais), provisões e consultas (decisões de órgãos colegiados), portarias (determinações reais a outras autoridades, referentes a despachos em processos e passaportes).” (WEHLING, WEHLING, 2005, p.313).

⁴⁶⁰ As instruções contidas nessa lei serão importantes para os próximos períodos eleitorais. “Entre 1822 e 1842 vigoraram no Império as Instruções eleitorais aprovadas para a eleição da Constituinte de 1823 pelo Decreto de 3 de junho de 1822.” (NOGUEIRA, 1999, p.62).

posteriores postergam a organização dessa Assembléia que inicia apenas em 4 de Maio de 1823. Na própria abertura dos trabalhos, porém, em famoso discurso pronunciado por D. Pedro, ele afirma que “(...) com minha espada, defenderia a pátria, a nação e a Constituição, se fosse digna do Brasil e de mim” (IGLESIAS, 1987, p.18). Frase forte, antecipando a desconfiança em relação aos constituintes.⁴⁶¹

A assembléia será recheada de nomes significativos, como os irmãos Andrada, Cipriano Barata, Bernardo Vasconcellos e Carneiro de Campos. Alguns constituintes irão à tribuna defender ideais revolucionários franceses, inspirados em Mirabeau e outros.⁴⁶² Entretanto a produtividade era lenta.

Além disso, propõe-se o juramento prévio das bases da Constituição as Câmaras Municipais junto à aclamação real. E aqui se percebe algo realmente importante. Os atos simbólicos não eram impensados ou feitos de forma automática. Podiam ser simbólicos mas não eram desprovidos de sentido. Quando a Câmara de Curitiba voltou-se à análise da exigência do o juramento ao texto elaborado pela assembléia constituinte de 1823, recuou de seu posicionamento, considerando nulo o juramento. Justificou-se lembrando o juramento realizado em favor das Cortes de Lisboa, que posteriormente foi anulado pela independência. Assim, pontuar os rituais como desprovidos de sentido e significado talvez seja desconsiderar importante forma de representação do mundo na época.⁴⁶³ Dessa ata seguiram-se 49

⁴⁶¹ Lembre-se que dos três modelos de constitucionalismo propostos por Hespanha, “(...) (i) os adeptos de um constitucionalismo fundado exclusivamente na soberania, essencial e indivisa, da Nação, (ii) os que se satisfaziam com um constitucionalismo que fosse o produto de um pacto histórico entre o rei e o reino e (iii) os que até aceitavam um constitucionalismo outorgado pelo soberano que, sendo titular exclusivo e livre do poder político, resolvesse (fosse obrigado a ...) acomodar-se à novidade dos tempos, concedendo aos súditos alguma participação no poder” (HESPANHA, 2009, p.48), ao que tudo indica, D. Pedro era adepto ao terceiro modelo.

⁴⁶² “Ouviram-se muitas falas notáveis, inspiradas por Mirabeau e por outros revolucionários franceses (em geral liberais moderados, monarquistas constitucionais), como a intervenção de Carneiro de Campos, sem dúvida o maior conhecedor de Direito Público de seu tempo, ainda no juízo de José Honório.” (MOTA, 2006, p.114).

⁴⁶³ Perceba-se na ata a seguir: “(...) os quais tendo conhecido a inquerencia da clausura exegida de previo juramento na acta da aclamassão, exarada nos livros desta Camara a folhas tresentos, e secenta e cinco acordarão o seguinte: Inda que de nenhuma maneira duvidamos da integridade, zelo e probidade de nossos constituintes Deputados para a Assembléa Legislativa Brasileiense: Nem pensamos, que jamais aberrarão dos poderes legalmente outorgados por seus legítimos committentes, sulapando com ignominia os sólidos cimentos do Trono, antes he de seu maior sagrado Dever, interesse nosso, e de todos os Povos da «Heroica federassão Brasiliana», que sabendo aborresser a tirania, também sabe estimar o alto presso da divida Brasileira para com o seu Perpetuo Defensor que Relligiosamente se guarda o mais integro equilibrio dos tres Poderes, sem que prevalethão, a «Arbitrariedade e a anarchia emantilhada com a Democracia»- Com tudo por que he de fato nulo todo o acto promissório de coisas nas existentes, e por isso irritó seu préstimo, e mesmo irrisorio todo o prévio juramento exigido em semelhantes casos o que somente praticou este Senado no referido auto de Aclamassão, por querer em tudo identificar-se com o Senado da Corte, cujo modelo seguirão todas as Camaras, sedentas da suprema Gloria de ver o grande Brasil libertado do grilhão collonial. que a afillancia dos Demagogos Portugueses lhe

assinaturas.

A assembléia constituinte não dura mais do que seis meses. Em 12 de novembro, tendo debatido pequena parte de um projeto de 272 artigos propostos Antonio Carlos de Andrada, é fechada a Assembléia no episódio conhecido como noite da Agonia.⁴⁶⁴ Tal atitude gerou diversas críticas.⁴⁶⁵ Uma das reações ao fechamento da Constituinte foi à eclosão do movimento denominado Confederação do Equador em que se destacou Frei Caneca. A existência de pensadores republicanos no Brasil do período é alvo de estudos recentes e existem indícios significativos da circulação destas idéias (LEITE, 2000) em diversas partes do Brasil. No Paraná porém nunca se arriscou a apontar que tais idéias teriam impacto significativo. Nesse sentido, é interessante notar que após a dissolução da Assembléia constituinte em novembro de 1823 a reação da Câmara de Curitiba foi quase imperceptível. Em acórdão de 7 de Janeiro de 1824 cita-se apenas a ordem para nomear novos deputados.⁴⁶⁶

Ao que tudo indica, os acontecimentos impactaram em Curitiba de forma diferente do que aconteceu em outras partes do Brasil. Os ideais liberais presentes acabaram servindo para justificar ações muitas vezes conservadoras da Câmara. Por outro lado, a comunicação e a circulação de idéias e notícias, dentro de seus limites, era em certa medida eficiente. Portanto, mesmo que os acontecimentos e mudanças do período não tenham sido recepcionados de forma similar a outras localidades, nem por isso Curitiba ficou alheia às

querido repor de novo», não derão maior atensão ao ardil, que so podia nasser de «huma facção Democrática, que de longe preparava frases dúbias e insidias contra o sincero Povo Brasilleiro», que incauto, e sem ma fé ja havia cahido em acto semelhante prestando igual ajuramento exegido pela violência dos Janizeiros Portuguezes por tanto reclamando em tempo semelhante acto, o havermos por nullo e de nenhum efeito, em quanto ao predicto juramento prévio, ficando outro sim subsistente em tudo o mais que nelle se contem por ser esta a unanime vontade de todo este Povo que representamos; de que para constar mandamos lavrar a presente acta em que assignarão com o Povo que concorreu (...)». (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.32)

⁴⁶⁴ “O desencontro leva à medida extrema, a dissolução da Assembléia. Ela discute ainda o artigo 24, renunciando trabalho demorado, enquanto a nação precisava instrumento regulador. A situação se agrava com a ruptura dos Andrada com o trono: têm assento na Assembléia e possuem jornais, onde exercitam seus talentos, agora oposicionistas. No dia 12 de novembro é feita a dissolução. Começava mal o Legislativo, enquanto dom Pedro comete o seu primeiro erro de grandes conseqüências, confirmador de personalidade impaciente e autoritária”. (IGLESIAS, 1992, p.165, trad. livre)

⁴⁶⁵ O jornalista Cipriano Barata critica tal atitude (ainda que sua leitura deva ser feita de forma cuidadosa e ponderada por ser participante dos acontecimentos) da seguinte maneira: “Nosso imperador é um imperador constitucional e não o nosso dono. Ele é um cidadão que é imperador por favor nosso e chefe do poder executivo, mas nem por isso autorizado a arrogar-se e usurpar poderes que pertencem à nação”. (BARATA apud SILVA, 1988, p.133)

⁴⁶⁶ “(...) sendo ahy se recebeu «numa Portaria do Governo da Provinda e dois Diplomas de Sua Magestade Imperial e Perpetuo Defensor do Brasil participando a Disolução das Cortes, e ordenando que novamente se nomeiem novos Deputados» (...)”. (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.49)

mudanças e circulação de idéias.

Fechada a constituinte, D. Pedro I promete uma “Constituição duplicadamente liberal” e reorganiza os trabalhos constituintes mediante o Conselho de Estado designado por ele mesmo.⁴⁶⁷ Influenciado pelo francês Benjamin Constant, afirma-se que o texto é elaborado por diversas mãos, dentre elas normalmente se destaca o nome de Joaquim Carneiro de Campos (Depois Marques das Caravelas), referido como principal redator do texto.⁴⁶⁸ Rapidamente, em 11 de dezembro de 1823, o texto fica pronto⁴⁶⁹ e é encaminhado para as municipalidades sob a sigla de “Projeto de Constituição” no início de 1824. O projeto é fiel às tradições portuguesas, religiosas e políticas. O envio do projeto de Constituição é recebido em Curitiba no dia 29 de Janeiro de 1824, portanto mais de um mês depois do fim dos trabalhos de D. Pedro I, e menos de um mês da data de encaminhamento.⁴⁷⁰ Ao que tudo indica a Câmara não responde a primeira chamada, talvez por não ter compreendido que deveria opinar sobre o projeto, talvez porque não existiu tempo suficiente para manifestação. Então recebe novamente o projeto com outros papéis diretamente do Rio de Janeiro em 4 de Fevereiro de 1824.⁴⁷¹

Em seguida é organizado novo ritual simbólico, com festejos e badulaques, para jurar as bases do projeto de Constituição. Ao que tudo indica em Curitiba não foi preciso

⁴⁶⁷ “Ao suspender a Assembléia, promete ao povo uma “Constituição duplicadamente liberal”, a ser redigida por um Conselho que nomeia, de seis ministros e quatro notabilidades políticas. Entre elas, José Joaquim Carneiro de Campos, depois marquês de Caravelas, tido como principal redator. Dom Pedro também participou ativamente dos trabalhos, como se pode ver por notas e papéis de seu arquivo”. (IGLESIAS, 1992, p.165-6, trad. livre)

⁴⁶⁸ “A influência estrangeira mais notável é a de Benjamin Constant, de cuja Esquisse de Constitution, publicada em 1814, chegou-se a fazer uma literal tradução, em alguns artigos. Dos membros do Conselho, costuma-se apontar como preponderante na elaboração do texto José Joaquim Carneiro de Campos, depois Visconde e Marquês de Caravelas, que, sem ser um jurisconsulto notável, era um profundo conhecedor da máquina administrativa, na qualidade de funcionário público desde o tempo do reinado. Magistrados antigos, devem ter trazido boa contribuição: Maciel da Costa (Marquês de Queluz), Carvalho e Melo (Visconde de Cachoeira), Clemente Ferreira França (Marquês de Nazaré) e Pereira da Cunha (Marquês de Inhambupe). Também profundo conhecedor da burocracia era o Barão (depois Marques) de Santo Amaro, antigo secretário de El-Rei,” (LACOMBE, 2004, p.414).

⁴⁶⁹ Segundo Lacombe, “(...) a Carta constitucional, obra baseada num projeto de Antônio Carlos, que diz tê-la escrito ao correr da pena - e que realmente se ressentia de falta de acabamento. Mas o fato é que foi inteiramente refundida pelo Conselho de Estado, sob a Presidência direta e influente do próprio Imperador. O texto aprovado é incontestavelmente melhor e mais conciso que o projeto” (LACOMBE, 2004, p.414).

⁴⁷⁰ Assim é descrito pela Câmara: “(...) se abriu hum officio da «Camara da Corte do Rio de Janeiro» com vários Editais sobre o «novo projecto de constituição» oferecido por sua Magestade Imperial e perpetuo Defensor do Brasil o qual também acompanhava o mesmo officio (...)”. (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.52)

⁴⁷¹ “(...) se recebeu hum officio vindo pela Secretaria de Estado com hum «projecto de constituição» de Sua Magestade Imperial igual ao que ja se recebeu da Camara da Corte do Rio de Janeiro, e também se recebeu do Secretario do Collegio Elleitoral todos os Livros e mais papeis tendentes as Eleições e que se recolheu no competente Archivo (...)”. (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.52)

aprovar a Constituição, houve um “consenso” entre todos os membros do povo. Ainda em 15 de Fevereiro de 1824 já se realizava ritual de juramento ao texto. Tal cerimônia contou com a assinatura de 39 personalidades da localidade.

(...) a mesma Camara mandou Publicar «para efeito de se exprimir, manifestar, e declarar a vontade da mesma Camara, Clero, Tropa, e o Povo, que se achava presente sobre o Projecto de Constituição» oferecido por Sua Magestade Imperial aos Povos do Brasil, em o qual se demonstrão muito claramente os Haballizados talentos e corajosa intrepidez com que sua Magestade Imperial, constitucional, e Denfensor Perpetuo deseja sustentar e defender a Independência, e paz deste Império, ja «ameassado pelos Inimigos declarados do mesmo Império » e por alguns da Camara dos Deputados da extincta Assembleia, que a seu arbítrio, e com preponderosas profias, descarada e dispoticamente pertendião a sua fatal ruína, convencidos todos os abaixo assignados de tão ponderosos motivos, e de tão idênticas provas de liberalismo de que sua Magestade Imperial deseja, que os Povos deste império gosem sendo regidos pelas Bases do dito Projecto. He por isso, que com a maior saptisfassão nos os abaixo assignados, como representantes das Nossas corporassoins, e na presensa dellas desedidamente pedimos a Vossa Magestade Imperial, se digr. e mandar, que se use o dito Projecto depois de jurado previamente por vossa Magestade Imperial por ser esta a unanime vontade dos Povos digo deste Povo, afim de ficar permanente como Constttuissão Pollitica do Império, e nos cheios de intusiasmo pelas muitas grassas que vossa Magestade Imperial concede aos seus Povo em altas voses gritamos — Viva a nossa Santa Religião—Viva sua Magestade Imperial constitucional e Defensor Perpetuo do Império do Brasil — Viva sua Augusta Esposa sua Magestade Imperatriz — Viva a sua Imperial Dinastia — Viva a Independência deste Império — Viva para sempre o projecto da constituição oferecido aos Povos por sua Magestade Imperial e vivão os Leaes e Briosos Coritibanos (...) (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.53-4)

Nessa ata destaca-se que a Câmara demonstrava apoio irrestrito ao Imperador. Inclusive antes mesmo da abertura da Assembléia constituinte a forma com que a Câmara de Curitiba se manifestava sempre era tendente a colocar-se em prol dos interesses da Coroa. Os motivos de tal forma de se manifestar podem estar relacionados desde a tendência política das elites locais, até mesmo certa perspectiva de sacralidade da simbologia real. Não é possível ter certeza absoluta, mas não seria plenamente equivocado imaginar que essa lealdade local estava voltada à aproximação com a realeza a fim de garantir autonomia em relação a São Paulo. Dentre os diversos nomes a jurar o texto aparece pela primeira vez um importante personagem para a presente pesquisa, o rábula português José Gomes Vianna, que será o maior pleiteador de causas perante a Ouvidoria da Comarca no período pesquisado. É interessante ressaltar que esse juramento foi um importante ato simbólico para esse

personagem, demonstrando sua lealdade ao Brasil, pois nem todos os portugueses eram bem vistos no período.⁴⁷²

Ainda em 11 de Março D. Pedro ordenara o juramento da constituição e em 25 de Março apresentava a “nova” Constituição Brasileira, outorgada. Em Curitiba, novamente em 9 de Maio de 1824 ocorre cerimônia de juramento a Constituição.⁴⁷³ Outra vez recheada de ritos religiosos e “*Te deum Laudamus*”. Assinando a ata de tal cerimônia apresenta-se lista com 125 nomes de autoridades e importantes personalidades da sociedade local. Desde juízes ordinários até procuradores.⁴⁷⁴

A partir de então não é de se estranhar que diversos processos judiciais utilizem referências diretas à Constituição de 1824. No processo judicial com o numero (APPR PB045 PI04445) um procurador eventual (Ricardo Jozé dos Santos) irá referir a constituição como fonte do direito em petição pedindo exceção declinatória de foro na datada de 3 de junho de 1824.⁴⁷⁵

A citação está, em certo sentido, equivocada na numeração pois deveria fazer

⁴⁷² “Em 1823, nos debates da Constituinte, brasileiros e portugueses passam a ser concebidos como membros de nações diferentes. Em parte, essa distinção se baseará no critério da naturalidade, já que os cidadãos brasileiros se definirão, entre outras coisas, pelo fato de terem nascido no território da nova nação. Mais do que o critério da naturalidade, porém, será a adesão, tácita ou explícita, à causa da Independência, isto é, o engajamento no novo pacto social, que, para os constituintes, estabelecerá a diferença entre brasileiros e portugueses”. (NEVES; NEVES, 2009, p.53)

⁴⁷³ (...) o fim de prestarem juramento a Constituição Política do Império do Brasil que Sua Magestade Imperial foi servido dar a seus súbditos e mandar que se jurasse por seu Decreto de onze de Marso deste anno forão a Camara e os mencionados cidadaons a Igreja Matriz desta villa onde depois de celebrada a Missa sollemne pelo Reverendo Parocho fez este hum «discurso» concernente as circustancias do mesmo Juramento, e lendo os artigos da mesma constituição prestarão todos os cidadaons presentes em o Livro dos Santos Evangelhos sollene Juramento de manter a nossa Santa Religião, obedecer a referida Constituição e a Sua Magestade Imperial, e defender a Integridade e Independência do Império • do Brasil com *Te deum Laudamus* findo o que, forão voltados para os Passos do Concelho onde para constar mandarão os mesmos Juizes Presidentes se lavrasse em hum livro que serve para as Actas desta Camara, o prezente termo que foi assignado por todos os cidadaons presentes e eu Francisco de Paula e Silva Escrivão da Camara o escrivi digo Brasil, ao que logo emediatemente se seguirão os vivas dados pelo Capitão mor Comandante Antonio Ribeiro de Andrade, a Nossa Santa Religião, a Nova Constituição do Brasil, e a Sua Magestade Imperial Senhor Dom Pedro Primeiro e a Sua Dinastia, em presença do Senado, Clero, Nobresa, Tropa e inumerável concurso de Povo que cheios de entusiasmo em altas voses correspondião os mesmos «vivas acompanhando a cada hum delles descarga da Tropa e Muzica» precedendo a illuminação voluntárias nas noites antecedentes e seguintes, findo o que passarão para os Passos do Concelho onde para constar mandarão os mesmos Juizes Presidentes e ofeciais da Camara se lavrasse em hum livro que serve para as Actas desta Camara o presente termo que foi assignado por elles e por todos os cidadaons presentes (...) (BOLETIM ..., 1929, v.41, p.63)

⁴⁷⁴ Após o período da elaboração da Constituição outros acontecimentos marcaram as festividades e cerimônias públicas da Câmara Municipal de Curitiba. Aos 7 de Fevereiro de 1826 comemora-se o nascimento do príncipe imperial (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.24) que havia acontecido alguns meses antes em 2 de Dezembro de 1825. As festividades para D. Pedro II iniciam, portanto, logo a partir de seu nascimento.

⁴⁷⁵ “(...) Que na forma da Ley a autora segue o foro do réo ainda quando se achão delegados todos os privilegios tais como da autora pello artigo de 16, tt. 8º da Constituição do Império. (...)”. (APPR PB045 PI04445, fl.12)

referência ao artigo 179, inciso XVII, indicando adequadamente apenas o título 8. De qualquer sorte é uma referência significativa. No mesmo processo será a Constituição citada outras vezes.

Na análise da Constituição de 1824 os historiadores tradicionais do Direito têm destacado especialmente a dissonância dos ideais liberais com a realidade social.⁴⁷⁶ Percebe-se, por exemplo, na descrição da Constituição por Francisco Iglesias enorme pessimismo em relação à mesma.⁴⁷⁷

A Constituição de 1824 era outorgada e Semi-rígida.⁴⁷⁸ Conservava boa parte da estrutura social anterior. Em seus preceitos determinava: Estado Unitário; a novidade do poder moderador; a nomeação dos governadores de Província pelo imperador; eleição indireta em duas fases dos representantes da Assembléia; os interesses proprietários (em especial rurais e escravistas). Todas essas características têm por certo um tom conservador, literalmente conservando a estrutura anterior. Muitos críticos da época apontavam suas falhas, em especial sua falta de capacidade de inovar e trazer a tona anseios por novos direitos. Frei Caneca, um dos críticos mais abertos ao texto, apontava que a Constituição deixava em aberto a possibilidade de retorno à unidade com Portugal ao não estabelecer o território, além do que não tinha princípios de direitos e liberdade, sendo um texto autoritário aprovado por uma

⁴⁷⁶ “A Constituição de 1824 instituiu uma monarquia liberal de fachada, parlamentarista e centralizadora. Era o liberalismo monárquico da Restauração. Apesar disso, abraçava os princípios do liberalismo econômico mais amplo e irrestrito. O respeito à liberdade de imprensa e de opinião estavam incluídos na Constituição. Tais direitos não foram porém respeitados durante o reinado de Pedro I.” (MOTA, 2006, p.120).

⁴⁷⁷ “A Constituição é unitária, centralizadora. Deixa pouco às províncias, seja como iniciativa, seja como renda. Os presidentes das províncias são nomeados pelo governo, não escolhidos pelo voto. Consigna alguns privilégios: o Senado é vitalício e o senador eleito em lista triplíce, para a escolha imperial. Nem todos são elegíveis ou votantes: o sistema é indireto, a eleição em dois graus. Para votar e ser votado é preciso um mínimo de renda, sem a qual não se participa do processo. Mesmo sem a exclusão do analfabeto, a nação, na sua quase totalidade, está fora do jogo. Comparando-se a lei brasileira com outras, da época, tem-se relativo avanço. Proclama a liberdade, mas estabelece a religião católica como oficial. Contra os entraves do trabalho, declara-o livre, proibindo as corporações, como a Revolução Francesa o fizera. Livre, mas admite a escravidão, principal esteio do trabalho, substrato de natureza econômica e social. Exprime privilégios dos proprietários, que organizaram o Estado em função de quanto queriam. Não se procurem contrastes entre interesses rurais e urbanos, se a classe dominante é a mesma. Nem entre letrados e fazendeiros, se deles saíam e saem os estudantes para o exterior, ou, agora, para as escolas do país”. (IGLÉSIAS, 1992, p. 168, trad. livre)

⁴⁷⁸ Semi-rígida porque abria a possibilidade de sua alteração por meio de processo legislativo ordinário quando não se trata-se de cláusulas estruturantes do Estado ou de direitos fundamentais, conforme o que aponta: “Art. 178. É só Constitucional o que diz respeito aos limites, e atribuições respectivas dos Poderes Politicos, e aos Direitos Politicos, e individuaes dos Cidadãos. Tudo, o que não é Constitucional, póde ser alterado sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinarias”. (BRASIL, 1824).

pessoa que não tinha o poder para fazê-lo.⁴⁷⁹

Realmente esses problemas significativos são extremamente relevantes. A oportunidade para algo novo estava aberta, mas a mudança mais significativa não aconteceu. Porém, nem tudo no texto constitucional era negativo e conservador. Em outros aspectos a Constituição foi progressista. A brasilianista S. Caulfield aponta que tal texto é “uma expressão audaciosa da filosofia jurídica liberal que os juristas europeus mais progressistas estavam tentando implementar em suas nações” (CAULFIELD, 200, p.57). Andrea Slemian,⁴⁸⁰ por exemplo, destaca que o texto constitucional garantia direitos civis e políticos e ainda trazia uma estrutura de ordem institucional e órgãos políticos representativos importantes para construção do Estado.⁴⁸¹

Em diversos aspectos será progressista em comparação ao mundo da época, como também em relação aos momentos históricos posteriores.⁴⁸² É o que se pode afirmar em

⁴⁷⁹ Frei Caneca foi um dos cranges críticos do texto constitucional de 1824. “Según Caneca, la constitución de Dom Pedro I no definía «con claridad cuál era el territorio del imperio y por ello dejaba abierta la posibilidad que en un futuro se volviera a unir con Portugal»; «no era liberal, sino totalmente contraria a los principios de libertad, de independencia y a los derechos de Brasil, además de sernos otorgada por una persona que no tiene el poder para hacerlo»; el Senado era «una nueva aristocracia y un nuevo opresor del pueblo»; el poder de arbitrar —«una invención maquiavélica»— era «la llave maestra para oprimir a la nación brasileña y realmente estrangulaba la libertad del pueblo». Por último, Caneca consideraba que el centralismo constitucional era particularmente perjudicial a la libertad política de Brasil puesto que despojaba a las provincias de su autonomía y las aislaba, dependiendo cada una totalmente del ejecutivo central, quedando sujetas a una especie de «despotismo asiático».” (CARVALHO; BETHELL, 1991, p.325).

⁴⁸⁰ “Em 25 março de 1824, foi outorgada a Constituição ao Brasil, por carta apresentada ao público. O documento trazia a marca dos novos tempos, pois a par de garantir os direitos civis e políticos dos cidadãos — uma inovação que não deve ser desprezada —, criava elementos mais afeitos à conservação da ordem, como o Poder Moderador e o Senado vitalício eleito em lista triplíce. Diferentemente dos que encaram a Carta como expressão de flagrante contradição entre o estatuto legal e a realidade brasileira, devemos notar que a dubiedade não é produto de sua confecção, ou mesmo dos que a fizeram, mas sim de uma época em que essas duas coisas estavam incontestavelmente amalgamadas.” (SLEMIAN, 2006, p.134-5).

⁴⁸¹ “Muito embora outorgada, ela marcou o início da institucionalização da monarquia constitucional. E, a partir daí, instituiu os Poderes do Estado, garantiu os direitos e conteve os abusos. A prática por ela instituída, no entanto, não se moldou senão com o tempo. Quando o Legislativo se instalou, em maio de 1826, quatro anos depois de proclamada a Independência, é que, na verdade, teve início a prática constitucional.” (NOGUEIRA, 1999, p.17).

⁴⁸² Mesmo sendo um retrocesso em relação a momentos anteriores. José Murilo de Carvalho aponta que a constituição trouxe retrocesso em relação as eleições. “No que se refere à definição da cidadania, a evolução da legislação foi uma involução. Verifica-se constante e consistente movimento no sentido de restringir a participação, culminando o processo na lei de eleição direta de 1881. Não é difícil demonstrar a tese. As primeiras eleições, feitas para compor as Cortes de 1821, ainda antes da Independência, regeram-se por legislação inspirada na Constituição espanhola de Cadiz, de 1812, que, por sua vez, se baseara na Constituição revolucionária francesa de 1791. Adorava-se praticamente o voto universal masculino. A própria França voltou atrás e só adotou novamente o sistema após a revolução de 1848. A maioria dos países europeus só iria introduzi-lo no século XX. As eleições para a Constituinte brasileira já foram feitas com restrições à cidadania; exigia-se idade mínima de 20 anos, excluía-se os assalariados e os estrangeiros. A Constituição outorgada em 1824 foi além nas restrições: elevou a idade para 25 anos, excluiu os criados e, pela primeira vez, introduziu o

relação à questão eleitoral.⁴⁸³ “Para os padrões da época, a legislação brasileira era muito liberal. Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar”. (CARVALHO, 2002, p.29).⁴⁸⁴ Além disso, os libertos podiam votar na eleição primária. A limitação de idade comportava exceções. O limite caía para 21 anos no caso dos chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos, em geral para todos os que tivessem Independência econômica. Tal padrão era inconcebível para muitos países europeus da época e poucos países do mundo dariam maior amplitude de participação eleitoral.

A nova constituição também regularia uma nova estrutura judiciária.⁴⁸⁵ Mesmo que ainda contraditória em relação às garantias dos magistrados,⁴⁸⁶ estabeleceu a Independência do poder judiciário.⁴⁸⁷ Além disso, elimina punições de atos como a sodomia e outras conjunções carnavais consensuais entre adultos; rescinde o direito dos maridos matarem esposas adúlteras e seus amantes, suprime as mutilações e castigos corporais e, até mesmo, garante a liberdade em relação ao trabalho.⁴⁸⁸

Apesar de seu recheio liberal, não se deve atribuir ao texto a capacidade de gerar mudanças sociais profundas. “Com todo o seu liberalismo, a Constituição ignorou a

critério de renda (mínimo de Rs 100\$000 ao ano para os votantes nas eleições de primeiro grau).” (CARVALHO, 1999, p.360).

⁴⁸³ Alguns historiadores apontam que o texto era mais progressista que o projeto apresentado na assembléia constituinte de 1823. “O censo eleitoral, por exemplo, não deixando de obedecer ao crivo econômico que era da melhor doutrina corrente, foi mais largo do que o previsto no trabalho de Antônio Carlos. O mesmo se dirá do critério que restringia a elegibilidade dos cidadãos: a Constituição não excluiu os portugueses de origem, agora brasileiros adotivos, que tivessem menos de doze anos de domicílio no país e não fossem casados com brasileira nativa. Era este, aliás, um daqueles itens que com toda a certeza a Assembléia teria eliminado na discussão.” (BARRETO; et. al., 2001, p.253-4).

⁴⁸⁴ “Após a Independência, os homens brasileiros maiores de 25 anos, com certa renda anual, podiam ser “votantes”, isto é, eleitores de segundo grau. Em geral, trinta votantes escolhiam um eleitor de primeiro grau, o qual, dispondo do dobro da renda anual dos votantes, podia eleger e ser eleito vereador, deputado ou senador. Dada a exiguidade da população adulta, livre e masculina nas zonas rurais, os critérios para a qualificação dos votantes tinham de ser moderados. Se dispusessem da renda mínima exigida, os analfabetos e os ex-escravos (ao contrário do que definia a legislação dos estados sulistas norteamericanos) também estavam aptos a eleger-se para o posto de vereador e habilitar-se como eleitores de segundo grau. Além disso, fraudes permitiam que indivíduos mais modestos fossem reconhecidos como votantes a fim de eleger os proprietários de suas terras no escrutínio de primeiro grau.” (ALENCASTRO, 1997, p.21).

⁴⁸⁵ Para a parte da constituição específica sobre o judiciário Vide: Anexo 12.

⁴⁸⁶ Nesse sentido, “(...) o texto constitucional negava, na prática, duas garantias tradicionais da Magistratura - a vitaliciedade e a inamovibilidade e não assegurava a irredutibilidade de vencimentos -, ainda que duas disposições diferentes lhes garantissem, teoricamente, tanto uma quanto outra.” (NOGUEIRA, 1999, p.36).

⁴⁸⁷ “A Constituição de 1824 declarou independente o poder judiciário e, em consequência, ‘perpétuo os juizes de direito, que só perderiam o cargo por sentença; entretanto, admitiu a suspensão pelo imperador e confiou ao legislador ordinário a tarefa de regular a sua remoção ‘de uns para outros lugares’.” (LEAL, 1974, p. 189).

⁴⁸⁸ O que contraditoriamente não elimina os castigos corporais contra os escravos, nem o trabalho escravo.

escravidão, como se ela não existisse”. (CARVALHO, 2002, p.28). Entretanto, mesmo tendo alcance limitado, é impossível negar que a constituição era mais liberal que a própria sociedade. Problemas à parte, foi a carta constitucional de maior duração no Brasil (65 anos), em 1889 era a segunda Constituição mais antiga em vigor no Mundo. (NOGUEIRA, 1999, p.14).

Os processos judiciais analisados nesse trabalho demonstram que, mesmo concordando-se em parte com a crítica ao texto constitucional, a carta gerou efeitos concretos na realidade judiciária.⁴⁸⁹ Muitos dos demandantes citavam seu texto, em especial o artigo 179, que prescrevia as liberdades e garantias individuais. Nesse sentido, pode-se notar que a Constituição de 1824 tem enormes avanços do ponto de vista jurídico, mas acima de tudo prático para os demandantes.

2.2.4. Após a independência e a Constituição

Feita a Constituição, permanece a demanda por uma codificação. A lei de 20 de Outubro de 1823, que recepcionava as antigas leis portuguesas, também trazia em seu texto que “enquanto se não organizar um novo código ou não forem especialmente alteradas”. (BRASIL, 1823). A proposta de codificação já estava presente na formulação da Independência e dos princípios da construção do Brasil. Deve-se ter em conta que tal demanda era conhecida em Portugal desde o tempo de D. Maria I, e sua proposta de 1778. Então a demanda é uma herança da Independência.

A Constituição de 1824 prometia em seu texto: “Art, 179 (...) XVIII. Organizar-se-ha quanto antes um Código Civil, e Criminal, fundado nas solidas bases da Justiça, e Equidade”. (BRASIL, 1824). E aqui, a história tradicional aponta que o Brasil priorizou o Código Criminal em detrimento ao Civil por ser um país autoritário e por pretender operacionalizar a perseguição as revoltas regionalistas. Tal afirmação parece deslocada.

⁴⁸⁹ Adiante se aprofundará tal tema contrapondo com os processos judiciais.

Nesse período a utilização da doutrina e das idéias liberais floresce, fundamentadas na Constituição e seu caráter liberal. A constituição garantia diversos direitos individuais de cunho penal. Garantia: a prisão baseada em processo escrito e com acusação formal (Art. 179, VIII);⁴⁹⁰ a possibilidade de responder o processo em liberdade em casos que se possa prestar fiança (Art. 179, IX);⁴⁹¹ necessidade de ordem de prisão dada por autoridade judiciária legítima (Art. 179, X);⁴⁹² anterioridade da lei penal⁴⁹³ e princípio do juiz natural (Art. 179, XI);⁴⁹⁴ princípio da individualização da pena (Art. 179, XX);⁴⁹⁵ e, por fim, prisão adequada ao infrator e à gravidade do crime (Art. 179, XXI).⁴⁹⁶

Esses direitos eram incompatíveis com o texto das Ordenações Filipinas e antigas leis portuguesas. A reforma criminal já havia sido iniciada na Europa e influenciava decisivamente a forma de pensar o processo criminal. Relacionando-se as idéias de Beccaria e outros autores liberais em termos penais com as antigas devassas do Código Filipino, estas pareciam atrocidades medievais. Isso gera um problema significativo relacionado ao procedimento no âmbito criminal. Não se tinha um padrão processual criminal compatível

⁴⁹⁰ “Art. 179, VIII. Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, excepto nos casos declarados na Lei; e nestes dentro de vinte e quatro horas contadas da entrada na prisão, sendo em Cidades, Villas, ou outras Povoações proximas aos logares da residencia do Juiz; e nos logares remotos dentro de um prazo razoavel, que a Lei marcará, attenta a extensão do territorio, o Juiz por uma Nota, por elle assignada, fará constar ao Réo o motivo da prisão, os nomes do seu accusador, e os das testemunhas, havendo-as. (BRASIL, 1824)”

⁴⁹¹ “Art. 179, IX. Ainda com culpa formada, ninguém será conduzido á prisão, ou nella conservado estando já preso, se prestar fiança idonea, nos casos, que a Lei a admite: e em geral nos crimes, que não tiverem maior pena, do que a de seis mezes de prisão, ou desterro para fóra da Comarca, poderá o Réo livrar-se solto” (BRASIL, 1824).

⁴⁹² “Art. 179, X. A excepção de flagrante delicto, a prisão não póde ser executada, senão por ordem escripta da Autoridade legitima. Se esta fôr arbitraria, o Juiz, que a deu, e quem a tiver requerido serão punidos com as penas, que a Lei determinar.” (BRASIL, 1824).

⁴⁹³ “A garantia do § 11 do art. 179 da constituição, expressando que ninguém será sentenciado senão por autoridade competente, em virtude de lei anterior e na tórma por ella prescripta, é uma das mais valiosas que nossa lei fundamental consagrou em beneficio dos direitos brasileiros. Não é possível contar com liberdade, nem segurança alguma, desde que o homem póde ser julgado em virtude de leis expost facto, ou que tenham efeito retroactivo, ou que imponhão penas arbitrarías, o que tudo vale o mesmo. Semelhantemente, nenhuma segurança ou imparcialidade póde ser esperada de juizes de commissão, cuja escolha por si mesma já é um titulo de suspeita. O processo, sua fôrma e garantias devem também anteceder e não succeder aos factos, por isso que importão muito á sorte dos indiciados. Estas garantias são ao mesmo tempo bases fundamentaes do poder judicial, e tão valiosas que bem demonstrão a importância e protecção que a ordem judiciaria ministra aos cidadãos quando ella é bem organizada e independente.” (BUENO, 1857, p.416).

⁴⁹⁴ “Art. 179, XI. Ninguém será sentenciado, senão pela Autoridade competente, por virtude de Lei anterior, e na fôrma por ella prescripta”. (BRASIL, 1824)

⁴⁹⁵ “Art. 179, XX. Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. Por tanto não haverá em caso algum confiscação de bens, nem a infamia do Réo se transmittirá aos parentes em qualquer gráo, que seja”. (BRASIL, 1824)

⁴⁹⁶ “Art. 179, XXI. As Cadêas serão seguras, limpas, o bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circumstancias, e natureza dos seus crimes”. (BRASIL, 1824)

com a Constituição na legislação ordinária. Era, portanto, um problema prático mais urgente. Como resolvê-lo? A solução foi à criação de diversos microestatutos que garantiam liberdades penais e estruturavam ao menos em nuances gerais a estrutura processual criminal. Boa parte de tais textos permanece esquecida ou sobreposta ao impacto que o Código de Processo Criminal de 1832 trouxe. Adiante no texto,⁴⁹⁷ observar-se-á que pela análise dos processos é possível visualizar como se resolvia (ou não) a contradição entre garantias constitucionais e processo criminal no dia-a-dia.

As novidades legislativas do império refletem mais um problema prático do que teórico. Não se trata apenas de uma opção política entre o Código Civil e o Código Criminal, mas de dificuldades para se realizar o processo criminal, em especial baseado na idéia de corpo de delito, centro do debate liberal do período. Tais princípios liberais têm uma dificuldade enorme de se adaptar a um país escravista e desigual. Um discurso sustentado por um malabarismo discursivo beirando a hipocrisia.⁴⁹⁸

Em 1827 é aprovada a lei que cria as primeiras faculdades de Direito no Brasil, em São Paulo e Olinda. Os debates legislativos foram intensos e significativos, sendo referência sobre os ideais que circulavam no Brasil na época. (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1875, *passim*). Mas os cursos funcionaram apenas em 1828 e os seus formados irão impactar a cultura jurídica a partir da década de 1830. No período analisado ainda estão se instituindo e não serão analisados em específico.

Outros textos legislativos do período, entretanto, terão impacto importante em diversos aspectos da realidade jurídica. Em 22 de Setembro de 1828 reestruturaram-se os Tribunais Superiores. Em seguida, a Lei de 1º de Outubro de 1828, instituindo os juizes de paz⁴⁹⁹ e reorganizando as Câmaras Municipais.⁵⁰⁰ Seu artigo mais significativo é o artigo 24:

⁴⁹⁷ Vide subitem 2.4.5, no qual se aprofunda o tema.

⁴⁹⁸ Veja-se o significativo trabalho ROCHA JÚNIOR, Francisco de Assis do Rego Monteiro. Os recusos criminais julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça do Império (1841-1871): decisões liberais na cúpula de um judiciário clientelista. Programa de pós-graduação em Direito, UFPR, Tese de Doutorado, 2012. (306 p), no qual se demonstram as incompatibilidades do discurso liberal dentro de uma sociedade desigual como a brasileira da época.

⁴⁹⁹ É a primeira medida mais diretamente relacionada a transformação da estrutura judicial existente no período colonial. “El ataque a los viejos magistrados (predominantemente portugueses), considerados, junto al ejército, como uno de los mayores pilares del viejo sistema y frecuentemente acusados de arbitrariedad y corrupción, fue una medida liberal menos ambigua. Durante el reinado de Pedro I ya se habían iniciado cambios de carácter liberal en la estructura judicial”. (CARVALHO; BETHELL, 1991, p.336).

“Câmaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa”. (BRASIL, 1828b)

Essa lei de organização das Câmaras Municipais de 1828 as transforma em corporações meramente administrativas, não exercendo jurisdição contenciosa, ou seja, acaba com as funções judiciárias da Câmara.⁵⁰¹ Em suma, tal ato reduz a força dos municípios em favor do poder central e provincial, inclusive restringindo sua competência legislativa.⁵⁰² Nesse sentido, além de dar importante passo para a superação do modelo colonial também é um sinal da redistribuição do poder. A criação do juiz de paz traz um incremento no número de acusações criminais,⁵⁰³ isso porque a lei cria um procedimento específico para tal fim. A regulamentação legal reorganiza a máquina estatal e a persecução criminal. A criação do juizado de paz não alterou as demais partes da estrutura colonial do poder judiciário, nem a eleição do juiz ordinário pela Câmara, algo que só se altera posteriormente.

Antes porém, o Brasil conhecerá seu primeiro Código, o Código Criminal do Império de 1830. O código será promulgado em 16 de Dezembro de 1830, época em que D. Pedro está sendo politicamente contestado. O código inicia com o princípio da anterioridade penal,⁵⁰⁴ princípio base do liberalismo penal, que aliás cercou todo o Código. Além disso, o

⁵⁰⁰ “Depois da lei de 22 de setembro de 1828, que juntamente com o tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, aboliu o de Desembargo do Paço, por onde se expediam objetos de economia municipal, impõe-se uma redefinição das atribuições dos Concelhos, que equivaleria, em última análise, a limitá-las.” (BARRETO; et. al., 2001, p.24).

⁵⁰¹ “A lei de 1.º de outubro de 1828, que reduz afinal as Câmaras, em seu artigo 24, a “corporações meramente administrativas (...) deixa-lhes escassos recursos para cumprirem as obrigações antigas e as novas. É inevitável que reduzidas, assim, à impotência, já não estejam mais à altura de fazer valer suas altas pretensões, que vêm de um passado morto. Tanto mais quanto sua força antiga ia fundir-se na das províncias, dotadas agora de um legislativo absorvente.” (BARRETO; et. al., 2001, p.24).

⁵⁰² “Desde 1828, o Primeiro Reinado começa a erodir o autonomismo municipal, restringindo a competência das câmaras às matérias econômicas locais e proibindo que os vereadores deliberassem sobre temas políticos provinciais ou gerais.” (ALENCASTRO, 1997, p.17).

⁵⁰³ “Ao analisarmos os livros de rol dos culpados, livros nos quais os juízes de fora lançavam todos aqueles contra os quais a denúncia era acatada e o processo criminal aberto, um dado chama a atenção: o aumento do volume de lançamentos ocorrido nos anos que se seguem à eleição dos juízes de paz na comarca, em 1829.” (VELLASCO, 2003, p.7). Em relação a esse tema, ainda que não tenha sido foco da abordagem, percebe-se que de 1822 a 1828 existe número pequeno (beirando a inexistência) de processos voltados à persecução criminal na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba, ao menos nos processos no fundo arquivado junto ao Arquivo Público do Paraná. A partir de 1828 aparecem alguns poucos casos de devassas. A partir de 1833 o número eleva-se significativamente. A hipótese para tal constatação seria a falta de legislação processual específica adequada aos preceitos constitucionais de 1824. Entretanto, tal hipótese não foi documentada, sendo uma intuição que pode servir para futuras pesquisas sobre o tema.

⁵⁰⁴ “Art. 1º Não haverá crime, ou delicto (palavras sinonimas neste Código) sem uma Lei anterior, que o qualifique.” (BRASIL, 1830)

Código tem grande influencia do utilitarismo de Bentham.⁵⁰⁵ Apesar da existência de dois textos, referidos como projetos de Código Criminal, circulantes a partir de 1826,⁵⁰⁶ em seu resultado legislativo em 1830 percebe-se, em especial, o texto do projeto elaborado por Bernardo Pereira de Vasconcelos.⁵⁰⁷ Apesar de todos os esforços liberais, entretanto, o Código Criminal manteve parte da tradição conservadora presente no Brasil. “Duas grandes, questões dominaram os debates: a pena de morte e a de galés. Venceu a inclusão das duas, tendo sido, porém, a primeira aprovada por pequena maioria” (LACOMBE, 2004, p.415).

O Código foi aprovado num clima politicamente hostil a D. Pedro I. A queda de Carlos X na França,⁵⁰⁸ bem como as pressões existentes no período (lembre-se da noite das garrafadas) fizeram do conflito entre o Imperador e a Assembléia Legislativa,⁵⁰⁹ em especial

⁵⁰⁵ “En 1830, un código criminal liberal, muy influenciado por el utilitarismo de Bentham, se implantó, entre otras cosas, para proteger a la oposición política de las intervenciones arbitrarias del gobierno, en particular de actuaciones como la del tribunal militar que había perseguido a los rebeldes de Pernambuco después de 1824.” (CARVALHO; BETHELL, 1991, p.336).

⁵⁰⁶ “O autor do projeto foi, sem dúvida, Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Clemente Pereira limitou-se a apresentar, em sessão de 3 de junho de 1826, simples apontamentos bastante sumários, que denominou de Bases para um Código Criminal. A 16 de maio apresentou Vasconcelos um projeto completo que serviu de base para o trabalho da Comissão Especial. Encaminhado depois a uma comissão mista, de deputados e senadores, foi aprovado finalmente em 1830, sendo sancionado a 18 de dezembro”. (LACOMBE, 2004, p.415).

⁵⁰⁷ “**VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de.** Nasceu em Vila Rica (Ouro Preto), capital da província de Minas Gerais, a 27 de agosto de 1795. Diplomou-se pela Universidade de Coimbra, que frequentou de 1813 a 1818. Permaneceu ainda um ano em Portugal, ingressando na magistratura, o que o trouxe de volta ao Brasil. Elegeram-se deputado por Minas Gerais em 1826, reeleito sucessivamente até ser escolhido senador em 1838. Sua trajetória política é expressiva do progressivo amadurecimento da elite brasileira, a quem coube tomar em suas mãos os destinos do Brasil independente. Radical na Primeira fase, acabou sendo ganho para tese da negociação política em prol do sucessivo aprimoramento das instituições do sistema representativo. Tornou-se assim um dos artífices do movimento, denominado Regresso, de que resultou o término do ciclo de domínio da guerra civil como a via preferida na solução dos conflitos de interesses. Pertenceu ao Conselho de Estado, restaurado na década de quarenta. Faleceu no Rio de Janeiro, a 1º de maio de 1850, vítima de febre amarela, aos 54 anos.” (CDBP, 1999, p.490).

⁵⁰⁸ “La revolución de julio de 1830 y la caída de Carlos X tuvieron profundas repercusiones en Brasil y fueron objeto de discusión incluso en el Consejo de Estado. El mismo Dom Pedro después de una visita a Minas Gerais, en febrero de 1831, hizo una proclama en contra del partido desorganizador que atacaba a su persona y a su gobierno, valiéndose de lo que había ocurrido en Francia. A mediados de marzo, cuando el emperador volvía a Río, estalló lo que se ha venido en llamar las «Noites das Garrafadas» (Noches de los botellazos) en las que, durante cinco días y cinco noches, se entablaron luchas callejeras entre quienes le apoyaban, en su mayoría portugueses, y sus opositores. Dom Pedro reunió un grupo de ministros para formar un gabinete liberal «brasileño», pero el 5 de abril, mientras ejercía su poder bajo un régimen constitucional, lo reemplazó de golpe por otro más a su gusto, más reaccionario, más «portugués». Esta decisión causó inmediatamente lo que resultó ser la crisis final del primer imperio.” (CARVALHO; BETHELL, 1991, p.330).

⁵⁰⁹ “Mas o funcionamento da Câmara, a sua obra e o seu corolário de garantia às liberdades civis é que desenhariam a face positiva do Reinado, e dariam ao Sete de Abril um sentido, independente da reação nativista. Mais afortunada que a Constituinte, a Câmara venceu a sua dupla e contraditória tarefa: legislar para um governo rebelde, detentor do poder mais rebelde, e aprender a combatê-lo incansavelmente, a discipliná-lo, enfim, pela expulsão. A sabotagem do legislativo, cujo concurso o Imperador não podia por outro lado dispensar, era de tal ordem que fazia crer nos planos aliás verídicos de golpe absolutista, de constituição “puramente monárquica”, como se aventava em secretas conferências palacianas e no meio dos Colunas do Trono.” (BARRETO; et. al., 2001, p.399).

na legislatura de 1830, o marco mais intenso de transformações desde a própria independência.⁵¹⁰ A abdicação de D. Pedro em 7 de Abril de 1831 define o fim do primeiro reinado e a separação completa do Brasil de Portugal.⁵¹¹ Em discurso na Assembléia em 25 de junho de 1831, o deputado Paula e Sousa demonstra como o discurso liberal estava sendo colhido politicamente:

Enquanto não esteve em exercício nenhuma das garantias da Constituição, pareceu afrouxar o espírito da revolução (...) Mas logo que começaram a se desenvolver as garantias que a Constituição afiançava, isto é, logo que se instalou a Assembléia Geral, a revolução começou de novo a sua marcha. Não havia mesmo, até então, um só periódico que proclamasse as idéias da liberdade; um único que se apresentasse teria de certo sido expatriado, e o primeiro que apareceu sustentando a causa da liberdade e da Nação foi em junho de 1826. (NOGUEIRA, 1999, p.25)

A abdicação foi o passo decisivo para implementação dos ideais liberais.⁵¹² A passagem do modelo das Ordenações ocorrerá por completo apenas com o Código de Processo Criminal de 29 de Novembro de 1832 e, por isso, ele acaba sendo o termo final da pesquisa. O Código de Processo Criminal traz mudanças intensas tanto na estrutura judicial quanto na dinâmica processual criminal e civil. Inicialmente cabe ressaltar que não existe referência no próprio texto legislativo sobre o tempo de vacância da lei. Ao que tudo indica o tempo ajustado foi de 6 meses. Em 6 meses o Brasil teve que se adaptar a diversas mudanças. Mantêm-se os juízes de paz. Já os juízes ordinários são substituídos pelos juízes municipais (escolhidos pelo presidente da província). Os ouvidores e juízes de fora são substituídos pelos juízes de Direito (nomeados pelo imperador, vitalícios e bacharéis em Direito). Além disso

⁵¹⁰ "Enquanto se achava sem força na aparência - continua Paula e Souza - sem poder ostensivo, a Câmara de 1826, as de 1827 e 1828 foram já tendo poder e força moral (...) Em 1828, zombou o poder da Câmara e pareceu que esta não tinha preenchido os seus desígnios, porque pouco fez, mas quanto não ganhou a causa da Nação? Começou a vivificar-se o espírito de liberdade em todo o Império e, em 1827, já a Câmara fez alguma coisa, e o poder principiou a temer e a refletir sobre os destinos futuros. (...) Aparece a legislatura de 1830, mudam-se os espíritos. Foram os atos da legislatura passada que dispuseram e prepararam a revolução, que deram vigor e força aos brasileiros, e que fizeram com que o Brasil conhecesse os próprios recursos; e foi, portanto, em consequência deles que vimos que, quando o poder quis descarregar o último golpe, se armaram os brasileiros em todo o Brasil para sustentar a liberdade da Nação" (RODRIGUES, 1965. p.42-3)

⁵¹¹ "Sin embargo, puede decirse que en 1822-1823 la independencia brasileña era incompleta. Al emperador Pedro I pronto le granjeó el recao de los brasileños, sobre todo por negarse a cortar los lazos con la facción portuguesa en Brasil e incluso con Portugal. Fue sólo con la abdicación de dom Pedro el 7 de abril de 1831 a favor de su hijo de cinco años nacido en Brasil, el futuro Pedro II, cuando se concluyó finalmente el proceso de separarse Brasil totalmente de Portugal." (BETHELL, 1991, p.203).

⁵¹² "Pero sólo después de la abdicación fructificaron plenamente estas medidas liberales tras la promulgación, en 1832, del Código de Procedimiento Criminal que fortaleció los poderes judiciales y policiales de los jueces de paz. Ahora tenían poder para arrestar y juzgar delitos menores". (CARVALHO; BETHELL, 1991, p.336).

cria os cargos de promotores públicos, inspetor de quartelão e outros. Por fim, destaque-s que designa os habilitados como jurados para a constituição do chamado Tribunal do Júri (BRASIL, 1832, artigos 12 ao 53).⁵¹³

Em termos processuais a primeira novidade é a extinção das devassas provenientes das Ordenações Filipinas. Tal modelo processual estava em declínio durante o início do império, mas acabou sendo reutilizado no final do primeiro reinado como subterfúgio devido à falta regulamentação legal sobre processo criminal. O Código de Processo “(...) extinguiu o sistema da devassa e impõe o Juizado de Instrução, dado ao juiz de paz (eleito)”. (LOPES, 2001, p. 425). Além disso:

Havia no código uma diferença entre processo sumário (cujo julgamento competia aos juízes de paz) e processo ordinário (para crimes cuja pena fosse maior do que seis meses de prisão ou degredo) e que se desenvolvia perante o júri, presidido pelo juiz de direito. (LOPES, 2001, p. 426).

A necessidade de auto de corpo de delito para processamento dos crimes é outra demanda anterior consolidada no Código (art.134). Além disso, a instituição do Júri promove experiência única no Brasil, de participação no julgamento por leigos. Sem ainda deixar de mencionar a garantia do Hábeas Corpus (art. 340).

No campo do Processo civil o Código de Processo Criminal trazia em seu final um adendo chamado “Disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil”. Nos 27 artigos que se seguem, destacam-se: a idéia de conciliação a ser procedida pelo juiz de paz (artigo 1º ao 7º); o fim dos juramentos de calúnia para os libelos (artigo 10); a eliminação de recursos durante a fase instrutória (artigo 14);⁵¹⁴ manutenção dos juízes de órfãos (artigo 20);

⁵¹³ “Segundo o código de 1832, cada comarca tinha um juiz de direito, e nas mais populosas podia haver até três, um dos quais seria o chefe de polícia; os juizes de direito eram nomeados pelo Imperador. Nos termos, havia um conselho de jurados – alistados anualmente por um junta especial – que funcionava em dois júris: de acusação e de julgamento; um juiz municipal e um promotor público, nomeados pelo Governo Geral, na Corte, ou pelos presidentes, nas províncias, dentre listas tríplices organizadas pelas câmaras municipais; um escrivão das execuções e oficiais de justiça. Em cada distrito, havia um juiz de paz eletivo; um escrivão e, para cada quartelão, um inspetor, nomeados pela câmara, mediante proposta do juiz; e oficiais de justiça, nomeados pelo juiz. Funcionavam, ainda, nas comarcas, as juntas da paz, compostas de maior ou menor número de juizes de paz, que se reuniam sob a presidência de um deles, para conhecer dos recursos das sentenças que cada qual proferisse. As funções policiais cabiam principalmente aos juizes de paz e, cumulativamente, aos juizes municipais e ao juiz de direito que tivesse a investidura de chefe de polícia”. (LEAL, 1974, p. 193).

⁵¹⁴ “Art. 14. Ficam revogadas as Leis, que permittiam ás partes replicas, e treplicas e embargos antes da sentença final, excepto aquelles, que nas causas summarias servem de contestação da acção. Os aggravos de petição, e instrumentos ficam reduzidos a aggravos do auto do processo: delles conhece o Juiz de Direito, sendo interpostos do Juiz Municipal, e a Relação, sendo do Juiz de Direito”. (BRASIL, 1832)

dentre outras medidas.

Nesse período ocorre a racionalização e modernização dos procedimentos judiciais. Processos fundamentados em provas fundamentadas na honra (referencial medieval) aos poucos vão cedendo espaço para processos baseados em provas documentais e cartorárias.⁵¹⁵

Assim, devido as grandes mudanças ocorridas no modelo judiciário é possível afirmar que uma nova estrutura judicial inicia-se em 1833 com a vigência do Código de Processo Criminal e não com a independência. Como já se ressaltou anteriormente, elege-se em Curitiba até 1833 juízes ordinários. A sanção do Código de Processo Criminal não terá aplicação até 20 de Maio de 1833, quando a Câmara da Vila de Curitiba o coloca em imediata execução. (BOLETIM ..., 1929, v.45, p.90).

A partir desse ponto, vale ressaltar que toda essa descrição das mudanças tem o objetivo de auxiliar a observar como a mudança legislativa e processual afetou a forma de se efetivar o Direito numa vila brasileira como Curitiba. E nesse sentido, a análise de fontes primárias processuais tem extrema relevância. É exatamente na transição de sistemas que o pensamento jurídico precisa florescer para dar conta das demandas sociais. E a imaginação jurídica ganha força.

⁵¹⁵ “Em contraste com as culturas escritas, em que o documento escrito ocupa um papel probatório fundamental ligado à sua permanência e à sua fixidez (*verba volant, scripta manent*), a memória da cultura oral repousa no testemunho; mas de testemunho que, não pode ser confirmado de outra forma, que é crido na base da sua autoridade”. (HESPANHA, 2010b, p.155)

2.3. ELEMENTOS DE CULTURA JURÍDICA CIRCULANTE

A partir desse momento, ressalta-se a circularidade da cultura jurídica. Pretende-se demonstrar como a cultura jurídica do período atingiu a Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba mesmo inexistindo grande número de letrados na região. Além do que será possível vislumbrar como os valores da transformação afetaram as demandas judiciais, indicando uma mudança mais ampla em termos de luta por direitos na região.

2.3.1 Breve descrição dos processos judiciais: elaboração e estrutura

Para iniciar os debates sobre a cultura jurídica circulante propõe-se inicialmente detalhar alguns pontos dos processos judiciais analisados.⁵¹⁶ Para análise mais apurada foram escolhidos 68 dos 432 processos armazenados no Arquivo Público do Paraná que se encontram resumidos e detalhados no Anexo 15. Sistematizando os dados lá constantes é possível apresentar algumas características dos processos analisados. Primeiramente a sua temporalidade. Os processos apresentam geralmente um ano de capa, o ano da autuação do processo. Porém um processo não se constitui num documento único, mas sim num dossiê com diversos atos processuais sequenciais. Portanto, o ano da capa não representa a temporalidade da totalidade dos documentos. Existem documentos probatórios mais antigos (como testamentos ou notas de dívida) e documentos que se postergam no tempo, em especial quando o processo não tem um fim rápido. Em relação ao ano da capa seguem-se os seguintes dados:

⁵¹⁶ A leitura exploratória, realizada entre Março e Julho de 2012, foi feita em todos os processos presentes no Arquivo Público do Paraná relativos ao período entre 1822 e 1831, totalizando 432 processos. No rol de processos presentes no Arquivo Público do Paraná inexistem processos de Paranaguá e do Juiz de fora daquela cidade. As análises quantitativas foram descartadas devido à incerteza relacionada ao total dos documentos produzidos no período na região, por razões já descritas na introdução.

Tabela 10 – Ano de Capa dos processos Analisados	
Ano	Quantidade
1823	9
1824	8
1825	10
1826	7
1827	12
1828	3
1829	5
1830	12
1831	2
Fonte: Autor	

Percebe-se que o número de processos analisados nos anos de 1822 e 1831 foi especialmente menor devido à proximidade com a barreira temporal estabelecida. Em relação aos locais de origem vale ressaltar que todos os processos passaram pela vila de Curitiba, pois era a sede da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba.

Tabela 11 – Local de Origem dos processos Analisados	
Locais	Quantidade
Antonina	2
Cananéia	2
Castro	10
Curitiba	46
Iguape	4
Lapa	3
S. Francisco do Sul	1
Fonte: Autor	

Tendo em vista estes dados pode-se imaginar inclusive que inexistia motivo concreto para o nome permanecer Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba, pois os laços entre as duas cidades parecem ter sido cortados quando se dividiu a Ouvidoria entre o Ouvidor e o Juiz de Fora de Paranaguá. O nome serviu apenas para não gerar rivalidades locais entre as vilas.

Passe-se à análise das formas processuais encontradas.

Tabela 12 – Formas (modelos) processuais dos processos Analisados (*)		
Rito/Tema	Formas de Ação	Quantidade

Sumário	Petição (**)	10
	Reclamação	1
Sumário Dívida Civil	Ação de Alma	1
	Reconhecimento	1
	Assignação de dez dias	1
	Embargos cíveis	1
Sumário Sucessões	Habilitação	1
	Justificação	4
Posse	Ação de força nova	1
Ordinário	Libello (***)	15
Sucessão	Contas de Testamento	2
	Inventário	3
Extraordinário	Autuação de huns papéis e requerimentos	2
Recursal	Agravo	13
	Apelação	10
Criminal	Devassa	1
	Autos de desobediência	1
	Livramento de Pronúncia	1
Fonte: Autor (*) Os processos apresentam ainda 7 incidentes de exceções processuais. (**) - Foram subdenominados (Adoção -1; Anulação de testamento – 1; Posse – 1; Reconciliação – 1). (***) – Foram subdenominados (Cível 2, Civil e Crime -1 , Querela -1).		

Essa tabela serve de referência para demonstrar quais formas processuais de ações circulavam na Ouvidoria. Segundo os autores da época “Ação é um remédio de direito para pedir ao Juiz, que obrigue outro a dar ou fazer aquillo, de que tem obrigação perfeita”. (TELLES, 1824, p.5). Percebe-se que até mesmo o conceito de ação ainda é bastante limitado no período.⁵¹⁷ O conceito de MELO FREIRE também era limitado, pois “(...) tomamos as acções, não como direitos que nos competem, mas como meio de perseguir o nosso direito em juízo (...)”. (MELO FREIRE, 1966, vol. 4 , p.109).⁵¹⁸

O procedimento e as formas processuais variavam conforme o valor da causa e a complexidade da mesma. A base do processo civil era o Livro 3 das Ordenações Filipinas. A presença de variedade e diversidade processual, bem como debates complexos de peças de defesa processual, demonstra que a cultura jurídica circulava de forma consistente na

⁵¹⁷ O conceito de “ação” ainda não é alcança a idéia de “um direito autônomo” direcionado aos juízes, como modernamente se compreende.

⁵¹⁸ A maior parte dos livros e manuais do período (Correa Telles, MELO FREIRE, Alexandre Caetano Gomes, etc.) afirma que a base de seus escritos é proveniente dos estudos do jurista alemão Justus Henning Bohemer (1674-1749).

Ouvidoria.⁵¹⁹ Por isso, vale descrever as formas apresentadas.

Existem dois ritos básicos para as ações de conhecimento, o rito sumário e o ordinário. Correa Telles ainda descreve o rito executório: “Em razão da forma do processo, dividem-se as ações em Ordinárias, Sumarias e Executivas”. (TELLES, 1824, p.8). O rito padrão era o ordinário “Exceptuam-se as causas de pequena quantia, Ord.1 T.30, e as outras, que as Leis mandam processar com mais celeridade (...)”.(TELLES, 1824, p.8).

Primeiramente vale observar como funcionava o rito sumário. A idéia central do rito sumário é a celeridade para causas simples. “Nas causas sumárias não há réplica, nem tréplica, e somente se oferecem os artigos, dizendo em lugar de Provará das causas plenárias, Justificará”. (GOMES, 1766, p.157).

Alexandre Caetano Gomes (1766), em seu “Manual prático judicial”, no Capítulo 32, apresenta as causas que seguiam o rito sumário. Nelas se incluíam as ações de força nova, os interditos possessórios, as dívidas de menor quantia, habilitações de herdeiros, liquidações de sentenças, execuções, embargos às execuções. (GOMES, 1766, p.156 e Ss.).

Nos processos analisados a forma mais comum de rito sumário iniciava-se pelas chamadas petições. Na verdade, não se trata de um rito específico mas da referência à substituição da peça inicial do rito ordinário (libelo) por outra feita oralmente. Assim, o pedido era feito oralmente em frente a um juiz que ordenava ao escrivão passar a termo, “(...) nas [ações] sumárias, basta que o autor exponha perante o juiz competente a sua petição e intenção por palavras que o amanuense irá reduzindo a escrito (...)”. (MELO FREIRE, 1966, vol. 4, p.105). Então, quando se chamavam ‘Petição’ ou ‘Reclamação’ (como na tabela anterior) os processos indicam em ações sumárias. “Uma ação summaria intenta-se por huma simples petição, na qual o autor narra o facto, e pede o que pretende”. (TELLES, 1824, p.10). Seu conteúdo era extremamente variável e podia abranger diversos assuntos, de dívidas a questões possessórias. Esse tipo de petição é a mais comum nos processos encontrados no Arquivo Público.

⁵¹⁹ “A ritualidade na atividade judicial reveste-se, assim, de significado singular, particularmente numa sociedade cujo direito provinha de duas grandes tradições jurídicas, a formalista do direito romano, em que a observância do rito é elemento sine qua non de eficácia do ato jurídico, e a consuetudinária medieval, na qual, como sempre sustentaram os historiadores alemães do direito, o gesto poderia valer como um contrato”. (WEHLING; WEHLING, 2004, p.136)

Quando se tratava de uma dívida de pequeno valor, “(...) até dez tostoens nos Juízos de primeira instancia, e até dous mil reis nos de Correição (...)” (GOMES, 1766, p.71), existia uma ação sumária específica denominada Ação de Alma. “As ações de alma são as mais sumarias de todas”. (TELLES, 1824, p.10). Nesse formato processual o Autor apresentava-se ao juiz para a cobrança de dívida em que não existe documentação comprobatória.⁵²⁰

O rito inicia com a citação do réu, “(...) Se o reo, acusada a citação, não comparece na audiência, he esperado para a seguinte: e se ainda então é revel, e condenado pelo juramento do autor”. (TELLES, 1824, p.10). Em outros termos:

(...) e o Reu não aparecer em Juízo por si, ou por seu Procurador debaixo do segundo pregão, que fará o Juiz dar, dará o mesmo Juiz juramento ao Autor e jurando este que o Réu lhe he devedor da quantia da ação, e declarando de que procede a divida, condenará o Réu a sua revelia no próprio, e custas. (GOMES, 1766, p.71)

Caso o réu comparecesse poderia assumir a dívida ou contestá-la. “Comparecendo, e consentindo o autor que ele jure, he condenado, ou absoluto pelo seu juramento”. (TELLES, 1824, p.10). Caso a dívida fosse reconhecida, pela revelia ou não, criar-se-ia um título executivo para cobrança da dívida.⁵²¹

A idéia de jurar pela alma que o réu deve certo valor lembra em diversos aspectos os ritos medievais dos ordálios baseados no juramento. Feito o juramento pelo autor ou pelo réu se cria um titulo executivo chamado e título de assignação de dez dias. “Estando o Reu presente, ou seu Procurador com sufficiente, e especial procuração, e se oferecer a jurar, lhe dará o Juiz juramento e confessando ser devedor, o condenará de preceito naquilo que confessar, assinando-lhe dez dias para pagar”. (GOMES, 1766, p.71).

⁵²⁰ Eram comuns nos auditórios curitibanos ainda no século XVIII. “Possivelmente, os processos judiciais de ações d’alma sejam dos poucos, talvez os únicos documentos relativos a esse tipo de dívida, que, em geral, eram de pequeno valor e não compensavam o custo de uma escritura pública feita junto ao tabelionato local. Assim, quase não deixaram lastros documentais, pois eram lastreadas somente na palavra dada.” (BORGES, 2009, p.215).

⁵²¹ “O procedimento judiciário de ação d’alma era iniciado com a primeira citação do réu pelo autor ou por seu procurador. Se o réu apregoadado pelo porteiro ou pelo alcaide, ou em falta destes, pela própria parte autora, não aparecesse nesta primeira audiência, então a parte autora poderia requerer que o réu ficasse esperado para a próxima audiência. Se ele novamente não comparecesse à segunda audiência, a parte autora poderia requerer juramento dos Santos Evangelhos, que encerrava o processo com a condenação do réu. Quando as quantias envolvidas no processo eram diminutas – abaixo de mil réis – geralmente o processo seguia rito sumário, sendo resolvido em uma única audiência, pois a valor da dívida não justificava as custas processuais. Nesse caso, se o réu não comparecesse logo na primeira audiência para fazer o seu juramento, o juiz o condenava na mesma audiência não dando a ele a chance de ficar esperado para comparecer na próxima.” (BORGES, 2009, p.215).

Com o passar do tempo a Ação de Alma vai sendo substituída pela Ação de reconhecimento e Assignação de Dez dias. Essa outra modalidade civil de cobrança de dívidas é feita mediante um documento escrito. Em geral uma carta ou bilhete informal. Ela começa com o que se chamava de ação de reconhecimento de dívida. Nas ações de reconhecimento um documento que trazia por escrito a dívida cobrada. Assim, as partes compareciam perante o juiz para que se reconhecesse a firma do devedor como legítima e o valor do crédito a ser cobrado. Podia o réu contestar o documento como falso, nesse caso o processo podia recair num rito ordinário. Porém, caso reconhecido à dívida e assinada, o réu teria dez dias para efetivar o pagamento.⁵²² A execução de uma dívida poderia ser contestada utilizando-se um embargo, modelo processual que servia para contestar a execução. Os embargos, em geral, também tem relação com a posse de bens. No caso servem para contestar o acesso ao bem para sua venda e execução da dívida.

Além disso, nas ações com rito sumário também estavam presentes os processos de justificação para habilitação de herdeiros. Esses processos objetivavam incluir pessoa no rol de herdeiros em sucessão. Nestes casos, em geral, aparecem debates sobre família e legitimidade em termos de herança.

As ações de força nova são relacionadas à questão da posse e a manutenção do domínio. Tais ações possessórias não se diferenciam muito dos modelos atualmente existentes no sistema brasileiro.

Já o rito ordinário segue o padrão comum. A Princípio “Toda ação, em regra, é ordinária (...)”. (TELLES, 1824, p.8). A primeira diferença com o modelo atual é que primeiro se faz à citação do réu e somente depois de citado, na primeira audiência, apresenta-se o pedido na forma de libelo⁵²³ “(...) que deve ser oferecido na 1ª Audiência, depois da em que o réu foi havido por citado.”. (TELLES, 1824, p.9). Nesse sentido, libelo é “(...) a petição

⁵²² Esse modelo de processo é interessante para reconstituir uma rede de endividamento local, “A rede de endividamento tinha tanto um caráter local e regional, que pode ser observado na documentação do Juízo Ordinário de Curitiba, quanto ramificações que se alongavam por todo o centro-sul da colônia e podiam, no caso dos comerciantes de grosso trato, chegar até a metrópole. Neste caso, a pequena vila era apenas mais um ponto no interior das muitas ramificações periféricas da rede de crédito e endividamento típica da economia da época.” (BORGES, 2007, p.554).

⁵²³ “O libelo, isto é, a petição em que o autor expõe o seu desejo ao juiz, é necessário em todas as causas, mas não é necessário que seja feito por escrito. Por isso, nas causas ordinárias e nas mais graves, o libelo deve ser oferecido por escrito (...)” (MELO FREIRE, 1966, vol. 4, p.105).

que o autor apresenta em juízo e na qual se contém a descrição do facto, o fundamento da acção, e a devida pretensão (...).” (MELO FREIRE, 1966, vol. 4, p.103).⁵²⁴ “Libello é a exposição dos factos, dos quaes resultado ao autor o direito de pedir o que pretende”. (TELLES, 1824, p.9).⁵²⁵

Todo o libello, ou acção de mayor quantia se recebe na audiência, nos Auditórios seculares (...). Na primeira audiência, depois de havido por citado o Reu dará o Autor, ou o seu Advogado, o libello; e o Juiz, como dito fica, lho receberá e haverá a demanda por contestada, e assignará ao Réu. duas audiências para contrariar, tudo na forma da mesma Ord. (...) (GOMES, 1766, p.11).

Portanto, no libello o réu será citado sem saber o motivo do processo. Comparecendo ao tribunal receberá a queixa por escrito. A partir daí segue-se o rito “(...) Contrariedade, réplica, tréplica, conforme e ordem da Ord. L.1 T.20”. (TELLES, 1824, p.8). Em geral os ‘libellos’ eram utilizados tanto para cobrança de dívidas como para causas mais complexas como heranças, adoção, liberdade de escravos, dentre outras. Efetivado o libelo exigia-se que o autor fizesse um juramento de calúnia. “Deve o juiz dar sempre juramento de calunia ao Autor depois de oferecido o libello, ainda que a parte o não requeira”. (GOMES, 1766, p.11)

Por fim, existe um formato processual ordinário que é anômalo, inexistindo padrão processual regulamentado na legislação. Chama-se de “Autuação de huns papéis e requerimentos” e seguindo um padrão ordinário trata de assuntos diversos aos mais comuns.

⁵²⁴ Segundo MELO FREIRE “O libelo deve ser: 1) breve; há, por isso, que eliminar dele todas as coisas supérfluas, cemo os artigos respeitantes às excepções do réu, as quais o autor deve aguardar e não prevenir, pois, antes de se pensar em repelir as excepções, tem que ser feita a litiscontestação (...) no fim; 2) claro e evidente, por forma que facilmente se entenda não só o facto mas também a intenção do autor (...); 3) apto, isto é, adequado ao negócio, porquanto o libelo inepto é rejeitado officiosamente pelo juiz, ou pelo adversário, (...); 4) certo, para que o réu entenda o que e quanto lhe é pedido (...); 5) simples, ou distinto por artigos, embora breves, e necessários; de facto, o libelo articulado não está proibido entre nós, sendo até mais recebido no foro que o simples; 6) bem ordenado, e disposto segundo as fórmulas usadas no foro, as quais, se nem sempre necessárias, são úteis. Além disso, deve declarar-se no libelo o nome dos litigantes, pois hoje não se exige o nome do juiz, e basta se designe de qualquer modo o seu officio e a qualidade do juízo; depois, deve narrar-se o facto donde nasce o direito, e a causa donde provém a acção, cujo nome, no entanto, não é necessário expressar (...). Por isso, deve designar-se, nas acções reais, a própria espécie do direito real, em consequência da qual se acciona, e, nas acções pessoais, a causa especial do débito. Finalmente, deve-se expor tudo tão clara e manifestamente, que da exposição resulte a recta conclusão, isto é, a condenação do réu demandado (...)”. (MELO FREIRE, 1966, vol. 4, p.103-4).

⁵²⁵ “Na conclusão do Libello está o principal da acção, porque os artigos devem ser considerados, como premissas de um silogismo, ou enthymema, cuja conclusão he o pedido pelo autor. Por este se conhece pois a natureza ou qualidade da acção, e regularmente deve pedir-se cousa certa, e sem alternativa”. (TELLES, 1824, p.9).

Inventários e autos de contas de testamento serviam para regular o processo sucessório. Enquanto no primeiro caso o de *cujus* teria morrido sem deixar testamento (*ab in testatio*). Nesse caso o inventariante precisaria levantar todos os bens do falecido e efetivar a sucessão de forma autônoma. Já no segundo caso os juízes irão fiscalizar a execução de um testamento pelo responsável designado, chamado de testamenteiro. Nesse caso, a figura do testamenteiro fica responsável pro cumprir o testamento e comprová-lo em juízo.

Aos ritos processuais regulares se sobrepunham modelos diversos no nível recursal.⁵²⁶ Para a maioria dos casos cíveis o recurso denomina-se Apelação, sendo comum o procedimento cartorário denominado de traslado, no qual os autos são copiados pelos escrivães locais, mandando-se para tribunais superiores (Relação do Rio de Janeiro, Casa de Suplicação ou outros) os originais e retendo-se a cópia no fórum de origem.⁵²⁷

Outro modelo recursal interessante são os Agravos. Utilizados especialmente para fazer controle hierárquico entre os juízes de carreira letrados e os juízes da justiça concedida eleitos. Muitas vezes continham também denúncias contra os juízes e outros oficiais. É comum observar que tais procedimentos acabavam reformando sentenças dos juízes ordinários e de órfãos.

O formato processual penal. Além de algumas possibilidades como as chamadas cartas de seguro, que serviam como salvo condutos contra prisão arbitrária, e outros processos incidentes, o mais comum no âmbito criminal eram as chamadas devassas. As devassas podiam ser gerais ou específicas, seguiam o procedimento inquisitório. Além de levantar elementos fáticos sobre a acusação criminal eram ouvidas 30 testemunhas, mesmo que não tivessem nenhuma informação específica sobre o caso. De qualquer forma a defesa era muito prejudicada e as penas, em geral, gravosas.

Por fim, vale ressaltar o incidentes das exceções. Melo Freire aponta que a palavra tem um sentido amplo. “Actualmente chamamos excepções às alegações que alguém utiliza

⁵²⁶ “(...) esta mesma flexibilidade do direito, engendrava uma possibilidade infinita de recursos, bem como a possibilidade de paralisar um comando, uma ordem, uma norma oficial, durante anos a fio, somando apelações a agravos, recursos eclesiásticos a recursos civis, súplicas ao rei (ao vice-rei, ao Conselho Ultramarino) aos mais variados embargos e medidas cautelares. Esta função “desreguladora” e “paralizante” do direito é imediatamente evidente a quem tiver trabalhado um pouquinho que seja com o direito desta época”. (HESPANHA, 2007, p.57)

⁵²⁷ Tais cópias são documentos de difícil leitura pela homegenidade do texto e pela dificuldade de identificação de cada peça processual.

para sua defesa. (...) Portanto, esta palavra compreende qualquer defesa que o réu opõe à intenção do autor (...).” (MELO FREIRE, 1966, vol. 4, p.115). Em sentido estrito, são defesas processuais. “Dividem-se em dilatórias, peremptórias, anômalas, perpétuas, temporais, reais, pessoais, e prejudiciais, Ord. Liv. 3, tits. 49 e 50”. (MELO FREIRE, 1966, vol. 4, p.115). As principais são as exceções dilatórias e as peremptórias. Ambas aparecem nos processos analisados. Nas exceções dilatórias se busca não a resolução do conflito, mas a defesa mediante questões que diferem a lide.

As exceções dilatórias não dirimem, mas diferem a lide, e opõem-se ou à jurisdição do juiz, como a da incompetência do foro, litispendência, suspeição do juiz; ou ao autor, como a de excomunhão, espólio, etc, com as quais pretendemos que este não pode accionar; ou ao réus como a da sua revelia, inabilidade, etc; ou ao procurador, se não possuir mandato suficiente; ou ao processo, por exemplo, a de prazo demasiado curto, férias, ineptidão do libelo; ou, finalmente, ao próprio negócio, qual a excepção do pacto de não pedir até certo tempo, a moratória, a de excussão, divisão, competência (...) (MELO FREIRE, 1966, vol. 4, p.116).

Por outro lado, as exceções peremptórias têm por objetivo contestar alguma questão material que impede o prosseguimento da ação.

Chamam-se peremptórias as que ou perimem *ipso jure* a acção, como a de paga, juramento, coisa julgada, prescrição, perecimento da coisa, ou, o que vem a dar o mesmo, excluem a acção competente em rigor do direito, como a do indevido, medo, simulação (...). (MELO FREIRE, 1966, vol. 4, p.116).

Por fim, vale ressaltar, segundo Antonio Manuel Hespanha, que o modelo de ações que seguem o rito ordinário, em especial, na área criminal, está ligada aos espaços onde a jurisdição régia era mais fortemente exercida (grandes cidades). Já em espaços onde a justiça ordinária eleita era a mais recorrente, utilizava-se do rito sumário com maior intensidade.

(...) o exercício da jurisdição-crime era muito mais efectivo por parte das justiças letradas (das terras mais importantes) do que por parte das justiças eleitas (das pequenas terras). A jurisdição cível ordinária era exercida com a mesma intensidade. Mas a sumária era exercida sobretudo pelos juízes ordinários, constituindo (sobretudo as acções de juramento de alma), com as acções orfanológicas e executivas, as suas principais actividades. (HESPANHA, 1993, p.440-1)

Enfim, tendo em vista tais considerações, pode-se perceber que os processos e seus ritos já demonstram uma variedade tal que impede se afirmar simplesmente que inexistia a

circulação do Direito letrado na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. Assim como a preferência pelo rito sumário, em especial devido a sua celeridade, não descartava totalmente a utilização de ritos mais formais e técnicos como os Libelos e até mesmo as exceções.

2.3.2 Um quebra-cabeça e as peças que faltam: os livros que circulavam na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba

Além dos modelos processuais, outra forma de visualizar a cultura circulante no período é visualizar os livros utilizados nos processos judiciais. Era o domínio do conhecimento jurídico luso que indicava a possibilidade dos juristas sem formação acadêmica ganharem importância social. Esses livros não aparecem citados de forma direta. Existem apenas citações referidas como fundamentação de petições. Por isso, a tarefa de tentar encontrar os livros citados pelos autores equipara-se a resolução de um grande quebra-cabeça. Infelizmente algumas peças estão faltando nessa atividade. Entretanto, essa análise abre uma enorme clareira para repensar a questão da leitura e dos usos das citações pelos juristas do período, em especial os iletrados.

Os livros citados pelos juristas letrados não estão isolados dos livros citados pelos iletrados e rúbulas, ao contrário, utilizam-se dos mesmos livros. Isso porém não gera uma similariedade do uso dos textos. Os objetos culturais circulantes, podem ser pensados a partir de “(...) uma noção [que] nos pareceu útil: a da apropriação (...) nas sociedades do Antigo Regime, são numerosos aqueles que se encontram compartilhados sem que por isso seus usos sejam idênticos”. (CHARTIER, 2004, p.12). Essa apropriação é a chave para compreender o uso das citações pelos “rústicos”. Citar um doutrinador reconhecido em certo sentido é apropriar-se da autoridade do discurso jurídico. Nesse sentido ter um livro jurídico em mãos mais do que ter um objeto constitui-se na capacidade de apropriar-se de um discurso. E quanto mais disponíveis esses livros estão, maior a abertura do discurso (ao mesmo tempo em que os livros estão mais acessíveis, busca-se controlar de forma mais intensa o acesso à

profissão). A leitura de livros não se resume à circulação de modelos culturais de cima para baixo. A própria forma como se utiliza o texto ou se tenta inverter sentidos demonstra a complexidade do fenômeno.⁵²⁸

Existe farta análise sobre a restrição a importação de livros no Brasil no período colonial. No período pombalino tal função passou a ser encargo da temida Real Mesa Censória. Tal órgão substituiu a censura da Igreja. Sendo essencialmente paradoxal, tal órgão foi responsável por inserir idéias racionalistas em Portugal, mas ao mesmo tempo pretendia restringir a circulação de tais idéias.⁵²⁹ Permitia-se, por exemplo, a partir de 1769 livros de John Locke, Montesquieu e até mesmo algumas obras do teatro de Voltaire. A Mesa censória chegou a devolver livros proibidos pela inquisição “(...) como foi o caso de obras de teatro de Voltaire e o *Esprit des Lois* de Montesquieu.” (MOTA, 2006, p.65). Por outro lado, o liberalismo português tinha seus limites, consideravam-se perigosas e nocivas obras de Rousseau, Diderot e as demais de Voltaire, em especial as irreligiosas e materialistas.⁵³⁰ Segundo a censura, tais obras contrariavam o governo, a religião e os bons costumes. A permissão de autores moderados do liberalismo fez com que esses livros tivessem prevalência sobre posições políticas mais radicais, que tinham a circulação restringida. Por isso, alguns estudiosos chegaram a apontar que essa proibição tenha afetado mais significativamente, por

⁵²⁸ “As representações simplistas e solidificadas da dominação social ou da difusão cultural devem então se substituídas por uma maneira de compreendê-las que reconhece a reprodução das diferenças no interior dos próprios mecanismos de imitação, as concorrências dentro das divisões, a constituição das novas divisões pelos próprios processos de divulgação”. (CHARTIER, 2004, p.17).

⁵²⁹ “A situação era paradoxal: a Real Mesa Censória fora introduzida com o intuito de tirar da Inquisição seu antigo papel, mas se transformava em um novo tribunal a impedir o livre fluxo de livros no país. Eram proibidas obras que defendessem idéias contra o catolicismo, que descrevessem cenas obscenas, práticas mágicas e astrológicas, ou ainda que se manifestassem negativamente com relação ao governo e a seus soberanos. Além disso, os novos censores tinham lá suas preocupações concernentes a tudo o que lembrasse a Ilustração. Aí estava um equilíbrio difícil dentro do reformismo português, que advogava a entrada do pensamento crítico das Luzes, porém pretendia conter seus “excessos” mais danosos — entre outros, a contestação ao absolutismo real e ao sistema colonial. Também desse ponto de vista secularizavam-se as relações, mas não se alteravam radicalmente as estruturas: o acesso a obras de caráter mais filosófico continuava dificultado, assim como a livre circulação de tratados científicos.” (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002, p.108).

⁵³⁰ “Até mesmo a atuação da Mesa Censória é paradoxal, uma vez que sistematicamente liberava para seus proprietários ou livreiros títulos antes banidos pela Inquisição. Entre tantos podem-se citar Oeuvres, de Voltaire (sobretudo as obras de teatro), Pamela, de Richardson, *Espirit des lois*, de Montesquieu, e *Essays on human understanding*, de Locke. Em 1769, por exemplo, a Real Mesa Censória ordenou que todas as livrarias, gráficas, editoras e bibliotecas entregassem relações contendo os livros e manuscritos existentes em seus acervos. E, nesse processo, continuavam condenadas obras que divulgassem conteúdos de “irreligião e a falsa filosofia dos livros dos chamados ‘filósofos’.” Com tantas idas e vindas, livros de autores como Voltaire, Diderot e Rousseau estavam sempre sujeitos a interditos imediatos, ou futuros.” (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002, p.108).

exemplo, o conhecimento da obra de Rousseau no Brasil no período.⁵³¹

A coroa estava fragilizada e pretendia-se a partir do controle da tipografia, em especial a régia, evitar alarde baseado em livros que pudessem desestabilizar, ainda mais, a já frágil monarquia portuguesa. Quando a coroa transferiu-se para o Brasil transformou o Desembargo do Paço em órgão censor.⁵³² Porém é de pouco crédito que tal órgão tenha efetivamente evitado a circulação de livros no Brasil. Sabe-se, por exemplo, que no Rio de Janeiro já circulava no final do século XVIII exemplares da gazeta de Lisboa.⁵³³ Bem como, ainda no final do século XVIII já existiam livros sendo vendidos pelo comércio das principais cidades brasileiras.⁵³⁴ Quer autorizados ou não pela mesa censória, os livros circulavam no território nacional e o Brasil não estava alheio da efervescência de idéias do final do século XVIII.

Aceitando-se a presença de livros no Brasil, e em especial na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba no período, vale pensar como as informações dos livros chegavam até as pessoas se boa parte delas era analfabeta ou não tinha interesse neles. Trata-se de questionar se a utilização do livro era pública ou privada.

Veja-se primeiro a possibilidade de uso público de livros jurídicos. O uso público do livro pode ocorrer tanto em espaços propriamente dimensionados para tanto, “(...) nas cidades do século XVIII, muitos deles são com efeito os locais de uma possível leitura pública, desde o gabinete do livreiro até a biblioteca (...)”. (CHARTIER, 2004, p.175) como através de leituras coletivas.⁵³⁵ Porém inexistem notícias de bibliotecas públicas nas vilas da

⁵³¹ Daí os Enciclopedistas franceses, e não Rousseau, terem inspirado tanto a nossa Ilustração, com Voltaire à frente, alimentando a corrente de pensamento que valorizava “relações pragmáticas entre intelectuais e a sociedade”. Ou, mais diretamente, a reforma - não a revolução - da sociedade.” (MOTA, 2006, p.68).

⁵³² “A medida gerou outro decreto, de 27 de setembro de 1808, no qual o príncipe regente transformava o Desembargo do Paço em organismo censor no Brasil, reforçando mecanismos já existentes na própria metrópole. Com a nova ordem, nenhuma obra poderia ser retirada ou despachada das alfândegas brasileiras sem a devida licença.” (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002, p.250).

⁵³³ Desde finais do século XVIII, circulavam exemplares da Gazeta de Lisboa no Rio; um rol de livros ou excertos deles, autorizados ou não pela Real Mesa Censória, formava livrarias de particulares e era vendido em lojas associadas a casas comerciais lisboetas.” (SCHIAVINATTO, 2011, p.82).

⁵³⁴ “A pesar de los esfuerzos de la Junta de Censura en Lisboa, más y más libros se importaban a Brasil de Europa (y de Norteamérica) y pasaban a las bibliotecas privadas, algunos incluso podrían ya haberse leído.” (BETHELL, 1991, p.175).

⁵³⁵ Mesmo com a crescente importância dos livros, e a conversão progressiva da leitura em tarefa silenciosa e individual, não se pode esquecer de que uma das atividades mais associadas às bibliotecas da corte era a leitura em voz alta, feita para deleite do soberano.” (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002, p.133).

Ouvidoria, em especial Curitiba. Um outro espaço possível de circulação de livros jurídicos e que tinha caráter público era a Câmara. Já as leituras públicas parecem ter sido comuns em especial nas casas das famílias tradicionais.⁵³⁶ Não seria absurdo imaginar que tal atividade fosse comum, inclusive ocorrendo leitura de livros.

Voltando-se a Câmara como espaço de leitura pública, vale ressaltar que a regulamentação dos Concelhos municipais estava descrita nas Ordenações Filipinas. Nessa, apontava-se a obrigação das Vilas terem exemplares das Ordenações Filipinas nas Câmaras.⁵³⁷ Apesar de ser o livro mais caro do período, era dever das Câmaras possuir um exemplar do dito texto. Sabe-se que a Câmara de Curitiba possuía uma copia da Coleção das Ordenações Régias, já que entre suas despesas estava a compra pelo valor de 9\$000 das mesmas, em **1704**, mesmo ano em que a Câmara gastou 2\$560 em um pelourinho novo, já que o velho apodrecera e caíra. Entre 1706 e 1709 a Câmara registra a continuação do pagamento das Ordenações (12\$000) e ainda de varas para os juízes.⁵³⁸ Ainda, toda a demarcação das terras (separação entre as terras do concelho e rocio) foi feita a partir do que determinavam as ordenações. Mesmo a organização da câmara já era indício do conhecimento do título 65 do Livro I.

Esse livro, servindo a Câmara, possivelmente era de acesso público, em especial aqueles que por qualquer motivo tivessem interesse em litigar junto à justiça Ordinária. Mais de cem anos antes do período analisado já existiam livros presentes na Câmara, talvez seja esse espaço o responsável pela disponibilização de livros na comunidade. Vale lembrar ainda que a Câmara não tinha prédio próprio no período analisado. Então as sessões da Câmara se realizavam no “(...) Consistório da Igreja de São Francisco de Paula que serve de sala das

⁵³⁶ Os relatos de Saint Hilaire descrevem, por exemplo, uma reunião na varanda da casa principal na fazenda do Coronel Ignácio Soto Maior, onde junto com sua mulher e filha conversaram com o viajante sobre assuntos diversos relacionados a conhecimentos científicos e filósofos. (SAINT-HILAIRE, 1964, p.100-1).

⁵³⁷ “(...) a instituição municipal, no Brasil, pautou-se pelas disposições expressas nas Ordenações do Reino. É bem verdade que poucas das câmaras coloniais brasileiras chegaram a ter em mãos tais livros, situação muitas vezes comentada pelos ouvidores que faziam a correição dos atos municipais.” (SANTOS; PEREIRA, 2000, p.10).

⁵³⁸ **BOLETIM DO ARCHIVO MUNICIPAL DE CURYTIBA**. Documentos para a História do Paraná. Sob a direcção de Francisco Negrão. Volume VI. Fundação da Villa de Curityba. (1693-1735). Curitiba: Impressora Paranaense, 1908.

Sessoens Municipaes” (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.64 e outras).⁵³⁹ Provavelmente os bens da Câmara ali também ficavam. Isso significa que provavelmente a Igreja, naquele momento, era o local aonde se encontravam os livros da cidade. Nota-se aqui o imbricamento do papel da própria igreja no mundo jurídico, muito além do ideológico, mas, e inclusive, no controle físico dos textos jurídicos públicos.

Mas a leitura não se dava apenas em espaços públicos. Aos poucos o livro passa a se tornar um item mais barato e de aquisição mais simples. Além do que existia a possibilidade do compartilhamento de livros dentro da comunidade. Nesse sentido, “(...) é densa a circulação privada do livro, seja emprestado seja tomado de empréstimo, lido em comum no salão ou na sociedade literária” (CHARTIER, 2004, p.175). Poderia existir inclusive uma cadeia de empréstimos de livros entre os próprios moradores da vila.

Porém para se imaginar o uso privado do livro é necessário que as pessoas soubessem ler e escrever. Os dados oficiais apresentados anteriormente não são muito animadores. Por isso é preciso imaginar como as pessoas desenvolviam a prática da leitura e escrita. Alguns procuradores, em especial, José dos Santos Lima, eram de famílias muito voltadas à Igreja. Nesse sentido, o papel da igreja na alfabetização e instrução parece ter sido essencial. Por outro lado, vale ressaltar que durante a independência já existia um professor de Primeiras Letras em Curitiba, inclusive assinando a ata em apoio e aclamação de D. Pedro I. Em 1824 é aprovada a criação de um professor de Gramática Latina para a cidade. Ou seja, a partir daquele momento já existiam pessoas capazes de utilizar livros em latim, desvinculadas da igreja.⁵⁴⁰ Outras vilas da Ouvidoria, como São José dos Pinhais e Palmeira, também têm a criação de escolas aprovadas em 1828.⁵⁴¹ E, por fim, ainda durante o período analisado é

⁵³⁹ Esse aliás é um indicativo de retrocesso em relação ao período anterior. Em parte do XVIII as reuniões são feitas no primeiro edifício da Câmara e da Cadeia construído a partir das determinações do Pardiniho após seus provimentos, esse edifício se degrada e depois as reuniões voltam a casa do juiz ordinário. Existia também a arca de 3 chaves onde ficavam os papéis (trazida pelo próprio Pardiniho) e talvez a coleção das Ordenações.

⁵⁴⁰ Ata da 8ª Sessão Ordinária do Conselho Provincial de São Paulo a 9 de Dezembro de 1824. “Que sendo a Villa de Coretiba huma das mais populozas desta Provincia, a Cabeça de Comarca, e estando muito distante das Villas, em que há professores de Grammatica Latina, era muito prejudicial a instrução da mocidade não haver ali hum semelhante Professor, e que por consequencia se pedisse a sua criação a S. M. o Imperador, o que foi aprovado” (Documentos interessantes, Vol.86, p.29).

⁵⁴¹ Ata 90ª Sessão Ordinária Conselho Provincial de São Paulo a 12 de Novembro de 1828. Criação de escolas em S. J. dos Pinhais e Palmeiras “(...) Sendo evidente a necessidade, quetem da educação Litteraria os habitantes da Comarca de Coritiba, já em tão crescido numero, e onde se contão inda tão pouca Escolas; por isso proponho a criação de duas Cadeiras de primeiras Letras para o seu Destricto: huma na antiquissima Freguezia de S. Jozé

aprovada a criação de um Liceo de Estudos preparatórios de Curitiba, em 1828,⁵⁴² apesar do que o Liceo só será efetivamente regulado em 1846.⁵⁴³

Outra questão importante é a obrigação da posse do livro das Ordenações para que se pudesse procurar como advogado. Essa obrigação aparece expressa no Livro Primeiro, Título 48, §6 das Ordenações Filipinas,⁵⁴⁴ e não existe delimitação aos procuradores letrados ou iletrados. Portanto, aos procuradores se exigia a posse de um exemplar das Ordenações para se litigar. Provavelmente essa exigência era verificada no momento da concessão da carta de provisão.

Os advogados sempre formaram um público que possuía livros com finalidade

dos Pinhaes, e que contem mais de 600 fogos, não tendo podido até agora chegar a cathegoria de Villa, talvez pela falta dos primeiros rudimentos Litterarios. E outra na Freguezia das Palmeiras já proposta p.^a Villa. São Paulo 12 de Novembro de 1828 – Lourenço Pinto de Sá Ribas. Entrando em discussão foi unanimemente aprovada a criação das Escolas propostas, ouvida a Camara despectiva, depois do que deverão ser postas a concurso na forma da Lei”. (Documentos interessantes, Vol.86, p.185).

⁵⁴² Ata 93^a Sessão Ordinária Conselho Provincial de São Paulo a 22 de Novembro de 1828. Criação do Liceo em Curitiba para estudos preparatórios. “Reflectindo-se maduramente sobre o officio do Ouvidor da Comarca de Curitiba, datado de 16 de Março do corrente anno, participando, que tendo-se reunido os Cidadãos da mesma po ocasião da audiencia geral, a que procedeo o enserra, emtp da Correição do ano pp, assentarão que se nomeasse hua commissão de seis Membros, para organizar o Plano da criação de hum Collegio, ou Liceo de estudos preparatórios n’aquella Villa, o que se verificou sómente quanto à indicação das Cadeiras, que se devião criar, como se deprehende de sua representação dirigida ao Sr. Vice Presidente: foi portanto deliberado, que a mesma commissão organise o referido Plano, pedindo-se porem desde já á Assembleia geral Legislativa por via do Governo a criação das Cadeiras de Rhetorica, e Philosophia não só naquella Villa, como na de Itu, na forma indicada pelo Sr. Tobias de Aguiar, por quanto de muita vantagem será para instrucção Pública, q’ nas cabeças das Comarcas hajão Aulas de Estudos preparatórios, o que tanto reconhecem os Cidadãos da de Curitiba, e pelo que instão á bem da mocidade, que abirão hua subscrição voluntaria para coadjuvar o estabelecimento do projectado Collegio, a qual já monta na quantia de 4:000\$000 rs.: e outro sim, que visto já estar criada para a 1.^a a Cadeira de Grammatica Latina, haja de taxar o competente ordenado, approvando, que não só aquelle, que a tiver de occupar, com os que d’ora em diante forem providos nas Cadeiras, que vagarem, ou novamente se criarem, sejam obrigados a ensinar simultaneamente a Lingoa Franceza”. (Documentos interessantes, Vol.86, p.198-9).

⁵⁴³ Trata-se do atual Colégio Estadual do Paraná, primeira instituição de Estudos secundários na região. Para que a dita instituição funcionasse era preciso, inclusive, estruturar uma biblioteca que se estabeleceu inicialmente na igreja matriz de Curitiba e depois formaria a base da biblioteca pública do Paraná em 1857.

⁵⁴⁴ “6. E mandamos aos Procuradores que tenham os livros das nossas Ordenações, e não procurem sem ellas. E porque nossa tenção he, que sejam muito inteiramente guardadas, defendemos a todos os Procuradores, assi na nossa Corte, como da Casa da Supplicação e do Porto, e a todas as outras pessoas, que em cada huma das ditas Casas feitos trouxerem, ou procurarem, ou requererem, que per palavra, nem per scripto não alleguem, nem requeiram contra alguma Ordenação per Nós approvada, que se não deve cumprir, nem guardar, nem per ella julgar, dizendo, que he contra Direito commum, ou contra Direito Canonico, em quanto a tal Ordenação não for per Nós revogada. E qualquer que o contrario fizer, por esse mesmo feito, sem ser necessario outra sentença, nem declaração, havemos por bem, que incorra em pena de vinte cruzados para as despesas da Relação, onde se a tal duvida mover, os quaes logo pagara, antes que da Relação se parte, se hi presente stiver; e não stando hi, o Regedor ou Governador da Casa o suspensa logo do Officio do Procuratorio, até que pague a dita pena. E não sendo Procurador o que tiver allegado, mande-o logo penhorar pelo vinte cruzados e custas, que se na recadação delles fizerem, o que será entregue ao Recebedor das despesas da Relação perante o Scrivão de seu Cargo.” Nota - (2) Esta pena ou multa, sendo disciplinar, della ainda não estão isentos os advogado (1870) “”. (PORTUGAL, 1984, L.1, p.89).

profissional.⁵⁴⁵ Pesquisas no Brasil também tem identificado índices interessantes de livros em inventários de advogados. Álvaro de Araújo Antunes, em pesquisa em inventários de Minas Gerais conseguiu encontrar bibliotecas privadas em cerca de 10% dos inventários.⁵⁴⁶ E os maiores possuidores de livros, em títulos e volumes eram os advogados.⁵⁴⁷ O que demonstra que os advogados tinham especial interesse em formar bibliotecas privadas. Cada região, porém, detém autores que especificamente tem maior notoriedade e circulação. Segundo o pesquisador, em Minas Gerais entre 1750 e 1808 três livros eram especialmente comuns entre os inventários dos advogados:

(...) *Resolutiones forenses practicabilis in quibus multiquaque In utroque foro controversa cotidia* de Manoel Pegas. (...) *Cogitationes Juridicae atque Forenses in quibus multa quae in utroque foro...* de Manoel Solano. (...) Antônio Vanguerve Cabral (...) "Prática judicial", (...). (ANTUNES, 2009, p.261).

Após esse período, a chegada da família real ao Brasil trouxe consigo a imprensa real para o Rio de Janeiro abrirá novas possibilidades literárias para os juristas. Logo em seus primeiros anos em terras brasileiras a Imprensa Régia teria publicado os seguintes livros jurídicos no Brasil: 1810 - Observações sobre a prosperidade do estado dos liberais princípios da nova legislação do Brasil – José da Silva Lisboa. 1815 - Primeiras linhas sobre o processo orphanológico - José Pereira de Carvalho. (ARAUJO, J. S., 2010, p.28-9). O segundo texto, em especial, com caráter estritamente prático terá diversas reedições até o final do século XIX, sendo um best-seller do período. Tornando-se inclusive referência enquanto modelo de

⁵⁴⁵ Na França do século XVIII pesquisas demonstraram que eram o segundo grupo que mais detinha livros, uma busca em seus inventários constatou que 62% dos advogados detinham livros, ficando atrás apenas dos professores com 75% de presença. (CHARTIER, 2004, p.177). A tradição entre os advogados e professores de colecionar livros com fins profissionais rememora a idade média. Nesse tempo, "Entre os próprios homens de saber, as coleções de livros possuíam importância variável. A biblioteca de um estudante, ainda que abastado, não ultrapassava praticamente, em média, uma dúzia de volumes; os livros de estudos fundamentais, de um lado, uma ou duas coleções de textos religiosos, de outro. Seus professores, que tinham necessidade de uma pequena biblioteca pessoal para preparar seus cursos, eram um pouco melhor aquinhoados e possuíam, para além das "autoridades" de base, um determinado número de comentários e de tratados modernos; isso representava, no mínimo, cerca de trinta livros." (VERGER, 1999, p.116)

⁵⁴⁶ "Nossa pesquisa analisou 776 inventários, que perfazem o período de 1750 a 1808, e identificou 79 bibliotecas particulares, o que corresponde a 10,16% do total dos inventários pesquisados". (ANTUNES, 2009, p.257).

⁵⁴⁷ Segundo o pesquisador, "A maior parcela dos livros estava nas mãos dos clérigos e advogados. Os clérigos com 15,56% dos títulos e 9,07% dos volumes. Os advogados, com expressivos 26,02% dos títulos e 25,65% dos volumes". (ANTUNES, 2009, p.260).

obra jurídico-literária.⁵⁴⁸

Em estudo emblemático sobre o advogado Antonio Pereira Rebouças, Keila Grinberg enfrentou a questão da circulação de livros jurídicos no Brasil. Apesar de tratar de um período temporal extremamente amplo que vai de 1806 até 1888, e tendo como base petições nas Cortes Superiores, algumas semelhanças aparecem entre os dados lá levantados e o que se apresentaram adiante. Segundo a autora:

Embora a grande maioria das referências seja feita a livros que contém regras sobre o andamento processual, como o best-seller Primeiras linhas sobre o processo civil, de Joaquim José Caetano Pereira e Souza, as obras Direito civil de Portugal, de Borges Carneiro, e Digesto português, de Correia Telles, escritos no início do século XIX, baseavam-se nos pressupostos divulgados por Heineccius, enquanto Instituições de direito civil português, de Coelho da Rocha, e Curso de direito civil português, de Liz Teixeira, sobre o mesmo assunto e escritos posteriormente, basearam-se em uma concepção laica do direito natural. (GRINBERG, 2002, p.243).

Realmente a distância temporal entre os autores expressam visões diversas de mundo e de objetivos em relação ao que se escreve. Porém a presença de Pereira e Sousa e Correia Telles parecem ser duas semelhanças muito significativas para a pesquisa. Abaixo segue uma adaptação da tabela apresentada na pesquisa de Grinberg para o período da presente pesquisa:

Tabela 13 – ADAPTAÇÃO DA TABELA FEITA POR KEILA GRINBERG RELACIONADA AOS AUTORES CITADOS NAS AÇÕES DE LIBERDADE PELA MESMA INVESTIGADA EM SUA PESQUISA DENOMINADA “O FIADOR DOS BRASILEIROS”	
Autores	1806-1831
Almeida e Souza (Lobão), Segundas linhas sobre o processo Civil	4%
Correia Telles, Digesto português	4%
MELO FREIRE, Instituições de direito civil lusitano	4%
Moraes Carvalho, Praxe forense	6%
Pereira e Souza, Primeiras linhas sobre o processo civil	17%
Valasco, Alegações sobre várias matérias	2%
Outros	63%
TOTAL	100%
Fonte: (GRINBERG, 2002, p.244). Tribunal da Relação — Arquivo Nacional — RJ.	

⁵⁴⁸ “Alguns desses se destacariam na preferência popular, em virtude de um imediato interesse, como as Primeiras linhas do processo orfanológico, livro didático de leis que se tornou um trabalho modelo, até o final do século.” (ARAÚJO, J. S., 2010, p.30).

Alguns problemas merecem destaque na lista apresentada por Grinberg. Primeiramente o texto de Correa Telles denominado Digesto Português só foi editado em 1835 em Portugal e a primeira edição brasileira é pernambucana em 1837.⁵⁴⁹ O mesmo pode ser dito do texto de Moraes Carvalho denominado Praxe forense que só foi editado em 1850 pelos irmãos Laemmerts (Typografia Universal). Em relação aos demais textos, destacam-se Pereira e Sousa e também e Melo Freire, o último utilizado com menos frequência do que se poderia imaginar tendo em vista ser este o principal autor português do final do século XVIII. Talvez se explique por ser seu texto em *latim*, sendo as primeiras traduções da década de 1830.

Além dos textos doutrinários, a autora destaca a referência a uma série de leis antigas que vai diminuindo com o tempo.⁵⁵⁰ Em grande medida tais leis eram referidas pelos próprios doutrinadores como referência de Direito. Algumas ainda apareciam em notas de rodapé das edições das Ordenações. Não era frequente a leitura de Alvarás e Similares do século XVI e XVII como fato corriqueiro ao trabalho do jurista do início do século XIX. Esses textos eram citados como reforço de posições estabelecidas. Tinham a mesma função dos doutrinadores antigos, estabelecendo espécie de argumento de autoridade.

Na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba não foi possível identificar muitas bibliotecas pela via dos inventários. Dos juristas do período só foi possível localizar o testamento do Ouvidor de Comarca Manuel Lopes Branco e Silva, que exerceu sua função na Ouvidoria entre 1790 e 1797. Das 26 referências 8 não puderam ser identificadas. Dos 18 identificados 5 referem-se a obras não jurídicas. Dos 13 livros com tom jurídico foram identificados ao menos 7 autores, podendo o número total ser de até 9 autores (Diogo Guerreiro Camacho de Aboym; Mendes de Castro; Feliciano da Cunha França; Gregório Martins Caminha; Manoel Barbosa; Manoel Álvares Pegas; Alvaro Valasco. Paschoal José Melo Freire; Filipe Jozé Nogueira Coelho). Além disso, estão presentes 2 livros de textos

⁵⁴⁹ Informação fornecida pela Biblioteca digital do Senado Brasileira, que pode ser verificada em: Extraído de: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/242854> Acesso em 13 de Abril de 2013.

⁵⁵⁰ “(...) à medida que passava o tempo, a legislação mais antiga, e portanto menos aplicável a casos concretos ocorridos então, como alvarás e as ordenações filipinas, foi aos poucos perdendo a importância na argumentação jurídica, em comparação com o uso de leis, decretos e regulamentos.” (GRINBERG, 2002, p.251).

legislativos. Aliás o texto mais caro presente na biblioteca era o exemplar das Ordenações Filipinas. Mesmo não podendo identificar a autoria e o título de todos os livros, devido à dificuldade de transcrição e identificação dos títulos, a lista já demonstra o quanto tais autores circulavam na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba mesmo antes do período estudado, lembrando-se que o Ouvidor exerceu suas atividades ainda no final de século XVIII.⁵⁵¹

Nuno Camarinhas (2010) também analisou 8 (oito) bibliotecas de magistrados do século XVIII. Em relação aos autores indicados como presentes na maioria das bibliotecas o professor português destaca:

(...) Gabriel Pereira de Castro é o único presente em todas as colecções. Ele é o autor de um repertório de decisões do Desembargo do Paço e de um tratado sobre o poder real. Manuel Barbosa e Manuel Mendes de Castro, com as suas obras práticas sobre as ordenações do reino, estão presentes em sete bibliotecas. São seguidos por Álvaro Valasco, Jorge Cabedo, e Alfonso de Olea, presentes em cinco conjuntos. (CAMARINHAS, 2010, p.227)

A pesquisa de Camarinhas revelou ainda que, além dos doutrinadores da época as Bibliotecas “(...) possuíam pelo menos uma edição das ordenações do reino, na sua formulação mais recente - as Ordenações Filipinas - e uma edição ao *Corpus Juris Civilis* fixado por Denis Godefroy. Tratava-se de obras de referência no trabalho quotidiano do juiz letrado e, conseqüentemente, obrigatórios na sua biblioteca pessoal” (CAMARINHAS, 2010, p.228).

A experiência dessas pesquisas possibilitou avaliar os livros circulavam na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba a partir das citações feitas em processos. Antes porém de analisar os processos e suas referências, vale destacar uma última observação a partir das descobertas feitas pela pesquisadora Liliam F. Brighente. Dentre os diversos casos que trabalha em sua pesquisa algumas passagens são muito significativas. A primeira acontece em 1733 quando um procurador ocasional defende um administrado indígena apontando que seu representado poderia exercer a vida da forma como lhe bem parecesse baseando-se nas leis Eclesiásticas e Seculares. E conclui:

Termina afirmando que apenas não especificava as referidas leis porque estava fora de seu domicílio, sem os seus ‘Livros’ nos quais estava muito

⁵⁵¹ O inventário completo dos livros de Manuel Lopes Branco e Silva pode ser visualizada no anexo 13.

claramente reservado o direito de Joseph. (BRIGHENTE, 2012, p.105-6).

A demanda porém não se resolve ali, sendo necessário outro processo judicial. Segundo Brighente “(...) com a petição inicial, agora visivelmente redigida com a ajuda dos mencionados Livros: ‘Por via de libelo civil de liberdade e ação Servianna Ou como melhor em direito lugar haja diz o Autor Joseph Cardozo por seu Curador ad Litem procurador’ (...)” (BRIGHENTE, 2012, p.106). Essa ação estava descrita no clássico livro de Gregório M. Caminha denominado “Tratado da forma dos libellos (...)”.⁵⁵² No referido livro existiam formulários específicos para cada um dos modelos de ação. As edições do início do século XIX já traziam modelos próprios de ação de liberdade, nesse período porém a ação servianna era a recomendada pelo autor.⁵⁵³ Vale ressaltar que esse livro vai ser reeditado até o século XIX, inclusive Correa Telles irá reorganizá-lo e refazê-lo. Voltando ao caso o procurador irá utilizar uma interessante coletânea de autores redigidos em formato abreviado. A autora transcreve parte da peça do procurador que contem a seguinte passagem:

(...) contra as Leis Reais por ser a liberdade coisa inestimável como resolvem Valasc. Conf. 168 Cabed Decis 186 Rui Gonçalvez prezog. 83 L. Libertas ff. De regul Sor. Val. alleg. 99 n. 748 Barb ad ord lib 3 Sult. n. 6. (BRIGHENTE, 2012, p.107).

Esse tipo de referência demonstra uma cadeia de argumentos de autoridade muito forte e significativo na tradição jurídica portuguesa e adotada no Brasil. Outras pesquisas já haviam notado tal perspectiva.

Os advogados poderiam citar diversos autores sem especificar a quais obras estavam se referindo, por exemplo: ‘resolve Farinacio, Júlio Claro, Cabalo, e o grande Conciolo e todos os mais doutores verb testis que muito bem conciliou o nosso português Ferreira em sua Prática Criminal e Cabral no seu Epílogo Jurídico’. (ANTUNES, 2009, p.262).

⁵⁵² A primeira edição é a seguinte: CAMINHA, Gregório Martins. Tratado da forma dos libellos, das allegações judiciais, do processo do juizo secular, e ecclesiastico, e dos contratos, com suas glossas, do licenciado Gregorio Martins Caminha. Coimbra, 1549. Entretanto esse livro foi reeditado diversas vezes, a biblioteca nacional portuguesa (<http://purl.pt/index/geral/aut/PT/20149.html>) disponibiliza diversas (7) delas para download. A versão utilizada como referência é de 1764.

⁵⁵³ “A ação serviana era um instituto jurídico do direito romano, ligado à propriedade e destinado ao credor pignoratício para que pudesse reaver um bem do qual um terceiro se tivesse apoderado violenta ou clandestinamente. O procurador a invocava porque queria não apenas obter a liberdade de Joseph, mas mostrar que a administradora sempre fora “possuidora de má-fé”, cativando quem, seja por direito natural, seja pelas leis eclesiásticas e Seculares, não podia ser cativado, do que se seguia a exigência de ressarcimento de todos os serviços prestados por Joseph no decurso dos trinta anos de servidão forçada.” (BRIGHENTE, 2012, p.106). Na edição de 1764 é possível encontrar esse modelo de libello na página 16. Na versão de 1764 já aparece o libello de liberdade na página 214.

E aqui o quebra-cabeça torna-se mais fácil de decifrar cruzando os dados da doutrina com os dados empíricos. Uma primeira observação a ser feita é de que tanto os livros quanto a cópia de frases de livros mantinha na maior parte das vezes abreviações. Estas abreviações tinham diversos objetivos.⁵⁵⁴ No século XVIII e XIX apesar de certa importância econômica, parece que a motivação estava mais voltada a tradição de citações e referências do que por questões econômicas. Então na citação de Brighente “Valasc. Conf.” significa “Álvaro Valasco em livro em seu livro *Consultationum et Decisionum (...)*”. Observe-se que a letra “f” e a letra “s” tinham uma tipografia muito similar no período o que pode gerar confusão. “Cabed Decis 168” significa “Jorge de Cabedo em seu *Praticarum observationum, seu Decisionum Supremi Lusitâniae Senatus* na decisão de número 168.” Para conseguir decifrar as referências pode-se utilizar o texto de explicação feito por Cândido Mendes de Almeida, apresentando os principais praxistas da tradição portuguesa, na edição das Ordenações Filipinas de 1870.⁵⁵⁵ As abreviações nem sempre são óbvias. Por exemplo, “Barb. ad Ord” significa “Comentários das Ordenações feitas por Manuel Barbosa”, esse texto se denomina “Remissiones Doctorum (...)”. No texto citado por Brighente aparecem ao menos 7 autores citados. No texto de Antunes ao menos 6 autores. Alguns autores inclusive não fazem parte do universo português. Os livros traziam referências a autores medievais com Bártolo, Baldo, textos Romanos, Comentadores do *Corpus Iuris Civilis*, e autores europeus do século XVI e XVII. Aparecem autores como o catalão Petrus Fontanella (1576–1680), passando pelo italiano Prospero Farinacci (1554-1618), o professor em Pádua Jacobus Menochius (1532-1607), o jurista italiano Antonio Concioli (1602 – 1680) (citado como Grande Conciolo) até mesmo nomes mais inusitados como do espanhol Jaime Câncer (1520-1592).

Esse tipo de prática ainda se repete no início do século XIX e, em especial, na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba é comum que os advogados e juízes copiem notas de

⁵⁵⁴ Na idade média européia, por exemplo, “Os bons copistas trabalhavam lentamente: por volta de duas folhas e meia por dia, em média. Por outras palavras, em um ano, um bom copista produzia apenas cinco livros de duzentas folhas; ou ainda, se preferirmos, para chegar a fornecer mil livros deste tipo em um ano, não se poderia ter menos de duzentos copistas trabalhando o tempo inteiro. Nas cidades universitárias, onde mestres e estudantes tinham necessidade de muitos livros, mas dispunham de limitados recursos financeiros, procurou-se reduzir a um mínimo o preço de revenda dos livros; pequenos formatos, linhas apertadas, escrita mais cursiva, multiplicação das abreviaturas permitiam economizar o pergaminho ou o papel, sempre ganhando um pouco de tempo de cópia”. (VERGER, 1999, p.113)

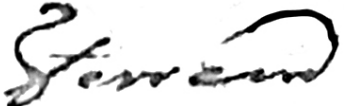

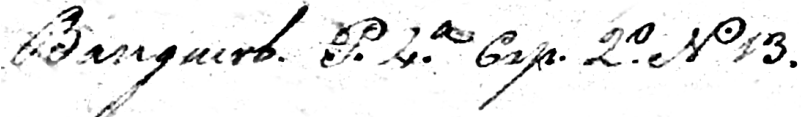
⁵⁵⁵ Vejam-se as referências no final da tese.

rodapé para reforçarem o argumento de autoridade de seus posicionamentos, inclusive com cópias de várias abreviaturas. Mas os advogados que não tinham instrução letrada sabiam o que estavam copiando? Novamente a pesquisa de Brighente dá importante pista sobre a questão. Debatendo um caso de 1746 aponta sobre os livros jurídicos que existiam em Curitiba da seguinte forma:

(...) “que nesta terra não há (...) Livros de direito, mais que a prática judicial e algum por acaso, que mais verdadeiramente faz confusão do ‘aclareiam’ a Lei, por não haverem outros, que citam estes, e são os que explicam os casos e matérias destes (...)”. (BRIGHENTE, 2011, p.114, nota 260)

Portanto, existiam em Curitiba na metade do século XVIII apenas livros de prática forense. São os livros dos chamados “praxistas”, que citam diversos outros autores como fundamento, mas não havia os livros de fundamento circulando pela Vila. Então não é possível se enganar com citações de textos romanos ou de glosadores medievais nos processos judiciais, provavelmente foram apenas citados em algum praxista, vulgarizados e muitas vezes não se tinha certeza do que se escrevia.

Além das dificuldades relacionadas às abreviações e a identificação de autores outros problemas apareceram durante a pesquisa. Especialmente relacionados à grafia. Abaixo na imagem aparecem 3 exemplos significativos.

Imagem 1 – Grafia de difícil de identificação	
	[?]
	Mendonça [?] Autor não existe
	Banguerb = Vanguerve
FONTE: Autor	

A primeira imagem refere-se ao processo (APPR PB045 PI04599). Trata-se de uma petição que tem a seguinte estrutura “[palavra não identificada] na sua pratica universal”. A palavra é muito difícil de identificar. Imaginaram-se três possibilidades. O texto de Alexandre Caetano Gomes, o mais encontrado em outras petições. Porém não se conseguiu relacionar com o restante da referência. De igual forma tentou-se relacionar com Vanguerve Cabral, sem resultados. Por fim, tentando decifrar o texto, apostou-se no nome “Paiva Pona” ou Breneu Cortes, todos sem resultado adequado. Acabando pela desistência, ao menos até o termino do prazo desta pesquisa.

Outro caso interessante é o do processo (APPR PB045 PI04658), no qual cita-se a palavra “Mendonça”. Não existem doutrinadores ‘Mendonça’ que tenham textos significativos circulando no período. A petição era de um rúbula conhecido “José Gomes Vianna” e foi trasladada para instância superior por escrivão. Existe a possibilidade concreta do escrivão ter tentado transcrever a citação para o Tribunal e por não serem permitidas as abreviações em traslados a transcrição da abreviação “Mend.” foi efetivada como “Mendonça”. Mas nos livros a abreviação “Mend” está normalmente associada ao jurista Mendes de Castro. De qualquer sorte ainda é um enigma sem total solução.

Por fim, vale ressaltar o ocorrido no processo (APPR PB045 PI04766), no qual os autores citaram Banguerb como sinônimo de Vanguerve, a grafia podia variar em edições antigas dos livros. Provavelmente em algumas o nome em Latim prevalecia ao nome aportuguesado. De qualquer sorte, o quebra-cabeça da reconstituição está apenas no início e esse trabalho não resolveu todos os enigmas da circulação de citações.

Após a análise dos 432 processos existentes no Arquivo Público, encontraram-s 22 processos com citações diretas a livros ou juristas. O número pode ser maior, porque afinal a leitura é lenta e muitas vezes imprecisa. Outro ponto importante de se destacar é que muitos processos presentes tinham características quase administrativas, sem debates jurídicos significativos, o que explica o motivo da desnecessidade de citações.

Para demonstrar os processos em que se encontraram citações, foi elaborada uma tabela completa disponibilizada no Anexo 10 do presente trabalho com: transcrição das

citações; autores; livros; referências citadas; e cópias das imagens de cada processo. Comprovando a circulação da doutrina jurídica portuguesa na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. No corpo do texto destacam-se algumas das informações lá contidas.

Inicialmente, quem está utilizando citações na Ouvidoria?

Tabela 14 – Quem cita doutrina	
Processo	Personagem
PI04391	Procurador habitual (José dos Santos Lima em Traslado)
PI04445	Procurador habitual (Manoel José Dias Portes – Procurador dos Agravantes 05/07/1824)
	Procurador habitual (Joaquim José de Araújo – Procurador dos Agravados 14/07/1824)
PI04483	Parte (Manoel Rodrigues – Como Parte)
PI04515	Procurador habitual (Francisco das Chagas de Sá Ribas)
PI04534	Ouvidor (Joaquim Teixeira Peixoto - 5 de Abril de 1827)
PI04552	Parte (Francisco Domiciniano de Menezes Lima - autor)
PI04592	Parte (José Rodrigues Martins - Parte)
PI04599	Procurador ocasional (Ponciano José – Procurador dos Autores)
	Parte (José Rodrigues Martins - Parte)
PI04603	Procurador habitual (José Gomes Vianna)
PI04607	Parte (José Manoel da Silva Gomes - cita em 16 de setembro de 1827)
PI04627	Parte (Gregório Rodrigues da Oliveira - réu)
PI04630	Parte (Francisco Vidrio de Almeida – autor / ex-escrivão)
	Ouvidor (J. T. Peixoto em 3 de novembro de 1827)
PI04658	Procurador habitual (José Gomes Vianna – procurador do Autor – em traslado escrito por José Estevão de Siqueira)
PI04739	Parte (Petição oral dos autores)
PI04749	Ouvidor (Joaquim Teixeira Peixoto – 26 de janeiro de 1830)
PI04756	Procurador habitual (José Gomes Vianna)
PI04766	Procurador ocasional (Manoel Silvestre – procurador de sua mãe Maria Gertrudes Ribas)
PI04773	Procurador habitual (João Antunes Leiria – procurador do réu)
PI04775	Procurador habitual (José Gomes Vianna)
PI04777	Parte (Francisco José de Matos - Réu)
PI04789	Procurador habitual (João Antunes Leiria)
PI04793	Procurador habitual (José Gomes Vianna)
Fonte: Autor	

Percebe-se logo no primeiro dado que não são os letrados que trazem as citações para o campo jurídico. Das citações encontradas 11 foram realizadas por procuradores habituais, ou seja, rúbulas não letrados. Além disso, 9 citações são feitas pelas partes e de forma mais surpreendentes ainda, a mais significativa delas, do autor Melo Freire, em *Latim*, é feita por uma parte, em 1827, quando ainda inexistiam traduções para o português circulando no Brasil (APPR PB045 PI04607). Em outras 2 oportunidades as citações são feitas por procuradores ocasionais. E somente 3 vezes o Ouvidor cita doutrina em suas

sentenças. Surpreendentemente também não cria sua própria organização de textos letrados, antes copia notas de rodapé de manuais (Correa Telles) e praxistas (Pereira e Sousa) (APPR PB045 PI04534 e APPR PB045 PI04630) ou ainda cita superficialmente algum autor (APPR PB045 PI04749).

Conclui-se que os maiores responsáveis pela circulação dos livros e idéias jurídicas na Ouvidoria no período eram os rábulas e as próprias partes. Além disso, vale perguntar-se quem estava sendo citado. A tabela abaixo facilita a compreensão.

Tabela 15 – Quem era citado (autores)	
Processo	Autores referidos
PI04391	Alexandre Caetano Gomes.
PI04445	Alexandre Caetano Gomes Manoel Barbosa
PI04483	Jorge de Cabedo Manoel Mendes de Castro
PI04515	José Homem Correa Telles (tradução de Jean Domat)
PI04534	Manoel Figueira de Negreiros Antonio da Gama Francisco Pinheiro
PI04552	Antonio Vanguerve de Cabral
PI04592	Manoel Álvares Pegas Manoel Mendes de Castro
PI04599	Alexandre Caetano Gomes Manoel Barbosa
PI04603	Álvaro Valasco Antonio Mendes Arouca Antonio Lopes Leitão
PI04607	Antonio Álvares Pegas Belchior Phebos Paschoal José de MELO FREIRE
PI04627	Joaquim José Caetano Pereira e Sousa
PI04630	Joaquim José Caetano Pereira e Sousa Manoel Mendes de Castro Paschoal José de MELO FREIRE
PI04658	Joaquim José Caetano Pereira e Sousa
PI04739	Alexandre Caetano Gomes
PI04749	Antonio Joaquim Gouveia Pinto
PI04756	Manoel Lopes Ferreira
PI04766	Antonio Vanguerve Cabral
PI04773	Manoel Lopes Ferreira
PI04775	Joaquim José Caetano Pereira e Sousa
PI04777	Joaquim José Caetano Pereira e Sousa José Pereira de Carvalho
PI04789	Manoel Lopes Ferreira
PI04793	José Pereira de Carvalho
Fonte: Autor	

Vale ressaltar que na elaboração da tabela se ocultaram nomes de autores não

portugueses citados como fundamento de circularidade nos livros. Dentre os juristas portugueses mais citados, 3 aparecem com maior frequência: Alexandre Caetano Gomes, Joaquim José Caetano Pereira e Sousa e Manoel Lopes Ferreira. Todos são elaboradores de manuais e praxistas. A maioria dos autores citados de forma recorrente são redatores de livros de prática forense.⁵⁵⁶ A exceção é Melo Freire, uma exceção compreensível tendo em vista a influência que exerceu. Além do que aparece pouco porque ainda não existiam as traduções do latim.

Outros 9 autores apareceram apenas como reforço tradicional ao discurso jurídico.⁵⁵⁷ O que evidencia a existência de um mesmo padrão de citação e referência, o que não deve se afastar em grande medida da própria literatura jurídica da Europa como um todo.⁵⁵⁸ Por fim, vale ressaltar que ainda existe um autor relativamente recente, José Homem Correa Telles, e sua tradução de Jean Domat sobre a Interpretação das Leis, que havia sido lançado em 1815 e é conhecido e citado em 1825 por um rábula.

Em anexo (Anexo 14) foi elaborada tabela para entender melhor a periodicidade dos autores citados. Apesar de inexistir trabalho sistematizando os autores portugueses do período analisado, em prol da brevidade do texto abriu-se mão de fazê-lo aqui para deixá-lo em Anexo.

Por fim, vale ressaltar que os juristas citados muitas vezes não são coincidentes com os livros utilizados. Porém a utilização de uma série de referências antigas, assim como um código, auxilia a identificar o livro de origem da citação. Esse trabalho é exaustivo e complexo, mas recompensador. A busca da referência inversa resultou na tabela abaixo.

Tabela 16 - Lista com Livros e citações referidas nos processos analisados	
Processo	Livro

⁵⁵⁶ Os 9 autores mais recorrentes são: Alexandre Caetano Gomes - 4; Antonio Vanguerve Cabral - 2; Joaquim José Caetano Pereira e Sousa - 5; José Pereira de Carvalho - 2; Manoel Álvares Pegas - 2; Manoel Barbosa - 2; Manoel Lopes Ferreira - 3; Manoel Mendes de Castro - 3; Paschoal José de MELO FREIRE 2.

⁵⁵⁷ 9 autores de lastro tradicional. Álvaro Valasco 1; Antonio da Gama 1; Antonio Joaquim Gouveia Pinto 1; Antonio Lopes Leitão 1; Antonio Mendes Arouca 1; Belchior Phebos 1; Francisco Pinheiro 1; Jorge de Cabedo 1; Manoel Figueira de Negreiros 1.

⁵⁵⁸ “O estudo comparado dessas diversas séries de bibliotecas coloca, assim, em evidência a homogeneidade cultural do mundo dos homens de saber (fossem estes clérigos ou laicos), e, ao mesmo tempo, os limites de uma cultura na qual as novas correntes não costumavam ter seu caminho franqueado. Coisa ainda mais notável, outros estudos sugerem que a homogeneidade dessa cultura - jurídica, escolar, latina - verificava-se de fato por toda a cristandade. Em qualquer lugar, eram encontradas as mesmas tendências e praticamente os mesmos livros”. (VERGER, 1999, p.126)

PI04391	GOMES, Alexandre Caetano. Manual Practico judicial, cível e criminal. Lisboa: Oficina de José Antonio Plates.
PI04445	BARBOSA, Manoel. Remissiones Doctorum de officiis publicis, iurisdictione, et ordine iudiciario. Lisboa: Ulyssipone: Typis Petri Craesbeeck. GOMES, Alexandre Caetano. Manual Practico judicial, cível e criminal. Lisboa: Oficina de José Antonio Plates.
PI04483	PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. Primeiras Linhas sobre o Processo Civil. Volume 2. Lisboa: Typografia Rollandiana.
PI04515	TELLES, José Homem Correa. Theoria da Interpretação das Leis, e Ensaio sobre a natureza do censo consignativo. Lisboa: Typografia Lacerdina.
PI04534	TELLES, José Homem Correa. Manual do Tabellião. Ou Ensaio de Jurisprudência eurematica contendo a cloeção de minutas dos contractos, e instrumentos mais usuais, e das cautelas mais precisas nos contractos, e testamentos. Lisboa: Impressão Regia.
PI04552	VANGUERVE CABRAL, Antonio. Pratica Judicial, muyto útil, e necessária para os que principiam os officios de julgar, e advogar, e para todos os que solicitam causas nos Auditórios de hum, e outro foro. Coimbra: Oficina de Antonio Simões Ferreira, 2 Tomos.
PI04592	Não identificado
PI04599	GOMES, Alexandre Caetano. Manual Practico judicial, cível e criminal. Lisboa: Oficina de José Antonio Plates. Não identificado
PI04603	GOMES, Alexandre Caetano. Manual Practico judicial, cível e criminal. Lisboa: Oficina de José Antonio Plates.
PI04607	FREIRE, Pascoal José de Melo. Instituições de Direito Civil Português. (Versão Portuguesa de Miguel Pinto de Meneses) Boletim do Ministério da Justiça. Lisboa. Volumes 1, 2, 3 e 4. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=76 Acesso em : 27 de Abril de 2013.
PI04627	PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. Primeiras Linhas sobre o Processo Civil. Volume 1. Coimbra: Imprensa Literária.
PI04630	PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. Primeiras linhas sobre o processo criminal. 2 ed. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
PI04658	PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. Primeiras linhas sobre o processo criminal. 2 ed. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
PI04739	GOMES, Alexandre Caetano. Manual Practico judicial, cível e criminal. Lisboa: Oficina de José Antonio Plates.
PI04749	GOUVEA PINTO, Antonio Joaquim. Tratado regular e pratico de testamentos, e sucessões, ou compendio methodico das primeiras regras e princípios que se podem deduzir das Leis testamentárias, tanto pátrias, como subsidiarias, ilustradas e aclaradas com as competentes notas. Lisboa.
PI04756	FERREIRA, Manoel Lopes. Pratica Criminal expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal, e illustrada com muitas Ordenações, Leys extravagantes, regimentos e Doutores, e em quatro Tomos destrubuida. Porto: Na oficina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens.
PI04766	VANGUERVE CABRAL, Antonio. Pratica Judicial, muyto útil, e necessária para os que principiam os officios de julgar, e advogar, e para todos os que solicitam causas nos Auditórios de hum, e outro foro. Coimbra: Oficina de Antonio Simões Ferreira. 2 Tomos.
PI04773	FERREIRA, Manoel Lopes. Pratica Criminal expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal, e illustrada com muitas Ordenações, Leys extravagantes, regimentos e Doutores, e em quatro Tomos destrubuida. Porto: Na oficina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens.
PI04775	PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. Primeiras linhas sobre o processo criminal. 2 ed. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
PI04777	PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. Primeiras Linhas sobre o Processo Civil. Volume 2. Lisboa: Typografia Rollandiana. CARVALHO, José Pereira de. Primeiras linhas de processo orphanológico. Tom. 1 e 2. Lisboa.
PI04789	FERREIRA, Manoel Lopes. Pratica Criminal expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal, e illustrada com muitas Ordenações, Leys extravagantes, regimentos e Doutores, e em quatro Tomos destrubuida. Porto: Na oficina de Antonio Alves

	Ribeyro Guimaraens.
PI04793	CARVALHO, José Pereira de. Primeiras linhas de processo orphanológico. Tom. 1 e 2. Lisboa.
Fonte: Autor	

Provavelmente o quebra-cabeça está incompleto e com algumas peças equivocadas, porém ao menos de forma imprecisa já é possível visualizar a circulação da idéias jurídicas na Ouvidoria. O livro mais utilizado, diretamente em 5 (cinco) ocasiões, é o texto de Alexandre Caetano Gomes denominado “Manual Practico judicial, cível e criminal (...)”. A frase inicial do livro torna compreensível o motivo de sua utilização. Alexandre Caetano Gomes inicia o livro com a seguinte frase:

Para os Juizes principiantes, e não práticos; como também para Escrivães e para outra qualquer pessoa, que não for Letrado. (GOMES, 1766, p.1).⁵⁵⁹

Um livro feito para leigos e utilizado por leigos. Tem todo o sentido. Porém ressalte-se que tais livros têm qualidade significativa e que seu tom eminentemente prático não pode ser confundido com vulgaridade do texto. Em geral são recheados de referências a autores anteriores e bem fundamentados.

O segundo autor de livros mais citado é Joaquim José Caetano Pereira e Sousa. Três livros aparecem, os tomos 1 e 2 do best-seller “Primeiras Linhas sobre o Processo Civil” (2 vezes o T.2 e 1 vez o T.1). Além de 3 utilizações do livro “Primeiras linhas sobre o Processo Criminal”. Novamente o tom introdutório e didático do livro tem influência no seu uso.

A seguir aparecem 3 livros de praxistas que faziam sucesso na época. Em Direito Criminal Manoel Lopes FERREIRA e sua “Pratica Criminal expendida na forma da praxe (...)” por três oportunidades. Antonio Vanguerve CABRAL e sua “Pratica Judicial, muyto útil, e necessária (...)”. E, o recém lançado livro de José Pereira de Carvalho, “Primeiras linhas de

⁵⁵⁹ Explica o autor ainda em seu Prólogo: “Deo-me motivo para a presente Obra (benévolo Leitor) a experiência de ver que nos Juizos Ordinário, de que abunda este felicissimo Reyno, se praticam informe, incurial, e diversamente os processos, principalmente na expedição dos agravos, e respostas a elles, conservando-se abusos,e corruptelas que querem introduzir com força de Leys,como tambem ver que os Assessores dos Juizes, que não são letrados, laboram vulgarmente com a falta de pratica, (ainda que *aliunde* sejam insignes na Jurisprudência) como os mesmos Juizes Ordinários; e o que mais é, que muitos dos Bacharéis, a quem El Rey nosso Senhor (que Deos guarde) faz mercê de lugares chamados de primeira intrancia, tem a mesma falta, e se accomodam ao que nos seus Auditórios acham introduzido. Para estes escrevo, e não para os que já sabem”. (GOMES, 1766, p.1)

processo orphanológico”. Todos com caráter eminentemente prático.

José Homem Correa Telles, além do texto “Theoria da Interpretação das Leis”, tradução de Jean Domat que chegou a ser censurada pela mesa Censória,⁵⁶⁰ tem seu livro “Manual do Tabellião” também utilizado. Vale destacar que esse texto foi descoberto de forma indireta. A citação encontrada num processo, feita pelo Ouvidor Teixeira Peixoto, é igual à citação da nota de rodapé do livro.

Existem ainda dois livros citados em *latim*.⁵⁶¹ O primeiro é o texto “Instituições de Direito Civil Português” de Pascoal José de Melo Freire. Citação feita por uma parte em meio à argumentação. E a segunda referência em latim, de Manoel Barbosa em seus comentários às Ordenações Filipinas denominados “Remissiones Doctorum (...)”, é feita dentro de um debate sobre interpretação do texto doutrinário. No processo de número (APPR PB045 PI04445), em agravo, o procurador dos agravantes cita:

"praxista em seu cap 24 art 43 afirmão como Barb ad. ord. L. 3 tt 45 §1 n2 couaros, he praxe bem recebida e seguida no foro" (Manoel José Dias Portes – Procurador dos Agravantes 05/07/1824) (APPR PB045 PI04445)

O procurador do Agravado resolve contestar a interpretação do texto apresentado e para tanto resolve citar Manuel Barbosa de forma literal, insinuando que o autor dos agravantes teria lido apenas o praxista e não o texto original:

“(...) e menos ajuda o agravante a outra authoridade que de certo não examinou e só chamou com o praxista, ce contra producente o nosso pensar: diz Barbosa no lugar que aponta o nosso adversario = *possessorio recuperando conventus nom postest dominum mandantem nominare im judicio, sed illeme respondere tonetur* = Todas as regras de uma enganosa hermenêutica não saberiam fazer servir estas palavras de Barbosa ao nosso

⁵⁶⁰ “Em Coimbra, embora o ensino do direito romano e canônico tenha sido substituído desde as reformas de 1772 pelas cadeiras de direito natural Público e Universal e das Gentes, História Civil dos Povos e Direitos Romano e Português, o novo sistema de interpretação também levou muito tempo para ser posto em prática. Só para se ter uma idéia, em 1815 a Mesa do Desembargo do Paço concedeu a Correia Telles licença para publicar a sua tradução da Teoria da interpretação das leis, de Domat, que invocava a preeminência dos conceitos de justiça universal e equidade na interpretação das leis (...)” (GRINBERG, 2002, p.240).

⁵⁶¹ “Mas outros redatores de atas - ou mesmo em outras ocasiões - permaneceram perfeitamente capazes de ler tratados latinos ou de escrever em uma língua mais pura. A partir de meados do século XIV, o humanismo, nascido á principio na Toscana e depois difundido por toda a Itália e para além dos Alpes, especificamente em Avignon no tempo do papa Benedito XIII e em Paris, de Carlos VI, encontrou no mundo dos escrivães de justiça e dos secretários de chancelaria seus memores partidários. Mais ainda que os universitários, foram esses profissionais da escrita pública os que buscaram nas cartas e nos discursos de Cícero os modelos capazes de dar a seus escritos aquela elegância e aquela força de convicção que haviam caracterizado os melhores oradores da Antigüidade. Uma carta de Coluccio Salutati (1331-1406), o grande humanista de Florença, então em guerra contra Milão, era mais temível – dizia-se - que um esquadrão de cavalaria”. (VERGER, 1999, p.30)

adversario.” (Joaquim José de Araújo – Procurador dos Agravados 14/07/1824)

O debate realizado pelo procurador dos agravados confirma o que se afirmou anteriormente, era comum que os procuradores conhecessem apenas os praxistas e não os textos de fundamento. Mas em alguns casos existiam livros dos autores de fundamento que podiam ser citados por quem tivesse um pouco mais de empenho em realizá-lo.

Por fim, existem casos que não é possível ter certeza se o texto realmente existia ou se foi utilizado. O ouvidor Teixeira Peixoto cita por alto o nome de Antonio Joaquim GOUVEA PINTO em seu “Tratado regular e pratico de testamentos, e sucessões (...)”⁵⁶² mas não cita passagem, nem mesmo demonstra ter conhecimento sobre algo ali escrito. Seria apenas uma forma de justificar sua sentença diante dos demandantes sem ter lido a obra? Provavelmente nunca se saberá ao certo. A única coisa que se pode confirmar é que o Ouvidor conhecia o livro e sabia o que ele tratava.

Além disso, em outros dois processos foi impossível identificar o livro. São essas as peças que faltam no quebra-cabeça.

Além dos livros indicados em processos é possível encontrar outros textos e livros circulando de forma intensa e rápida na Ouvidoria. Analisando as Atas da Câmara de Curitiba encontra-se uma importante assinatura de jornal que será feita em 24 de Março de 1829, trata-se da assinatura do Jornal “O Farol Paulistano”, no qual foi realizada importante denúncia contra pessoas importantes de Curitiba.⁵⁶³

O jornal Farol Paulistano chegou a circular em Curitiba mediante a assinatura da Câmara. Não é de se duvidar que tenham chegado a essas terras outros exemplares feitos mediante a assinatura de particulares. Essa assinatura também serve para demonstrar que a Câmara servia de palco de leitura pública. Além do que o jornal teria sido assinado para que se pudessem conhecer extrato das seções do Conselho Geral da Província e da Assembléia. O

⁵⁶² Sobre a circulação de idéias sobre direito de família e autores portugueses vide: NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gilásio. Idéias jurídicas e autoridade na família. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

⁵⁶³ “(...) Propoz o Presidente que em cumprimento do artigo secenta e hum da Lei Municipal se mandassem assignar em São Paulo o Periódico intitulado “Farol Paulistano” único que contem os estratos das secçoens do Concelho Geral da Província e na Corte os diarios da Assembleia e foi resolvido ficasse acargo do actual Procurador ditas assignaturas para o que se passasse mandado no Livro competente (...)”. (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.53-4)

objetivo era conhecer as novas leis e regulamentações que estavam circulando no país. Um exemplo seria o da Lei de 1º de Outubro de 1828, instituindo os juízes de paz e reorganizando as Câmaras Municipais. Os curitibanos tiveram certa dificuldade em se readaptarem a nova legislação. Para solucionar o problema a Câmara recebeu um exemplar do livro “Guia das Camaras Municipais” em 1º de Setembro de 1829, conforme ata:

(...) Forão presentes as Leis, e instruçoens para o Correio e resoluçoens sancionadas que enviou o Doutor Corregedor da Comarca as quaes forão remetidas a comissão para notar os artigos relativos a Camara para serem registados o senhor Presidente offereceu a consideração dos senhores vereadores o «folheto intitulado — “Guia das Camaras Municipaes” — que sendo lido foi unanimemente adoptado para servir de regimento interno da Câmera (...) (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.814)

Além do estabelecimento do Correio de forma regular, um grande avanço para o período, a ata traz a referência ao folheto “Guia das Câmeras Municipais”, com primeira edição que se imagina em 1829,⁵⁶⁴ um texto redigido por Diogo Antônio Feijó, mas que na época foi publicado anonimamente sob a alcunha “Um deputado amigo da Instituição”.⁵⁶⁵ Note-se que o texto foi indicado como regimento interno da Câmara, o que demonstra a influência de Diogo Feijó na região, em especial, lembrando o seu parentesco com alguns moradores da vila de Curitiba.

E não foi o único texto remetido a Curitiba. O juiz de paz da cidade no período “Lourenço Pinto de Sá Ribas” recebeu dois exemplares de folhetos que tinham função parecida com o recebido pela Câmara. Na ata de 14 de Dezembro de 1829 aparece pedido a Câmara para orientar sobre a utilização ou não do mesmo.

(...) leu o Secretario hum officio do Juiz de Paz remetendo dois volumes entitulados — “Guia do Juiz de Paz”, — e derectorio do «Juiz e Escrivão” — pedindo esclarecimento se devia ou não observar como Lei> e a que

⁵⁶⁴ Sobre a implementação da Lei de 1º de Outubro de 1828, ressaltar-se: “(...) é certo que as mesmas impressões e notícias sobre o juizado de paz repercutiram em diferentes lugares e despertaram interesse e demanda por informações que eram abastecidos pela edições de guias e manuais explicativos em profusão, surgidos “da noite para o dia”” (VELLASCO, 2003, p.10).

⁵⁶⁵ “Em, 1830, Diogo Antonio Feijó publicou o Guia das CÇamara municipais do Brazil no desempenho de seus deveres por um deputado amigo da instituição. Trata-se de um manual sobre a organização e a conduta das câmaras e dos deputados. Feijó insistia na necessidade de a Câmara pautar-se pela lei de outubro de 1828 – baseada em projeto de sua autoria –, e que a desvinculava de uma série de competências que lhe haviam sido atribuídas durante o período colonial. Em si mesmo, o Guia pode ser considerado um texto complementar da lei de 1828” (SCHIAVINATTO, , p.213). Note-se que o texto chega a Curitiba em 1829, portanto, ao que tudo indica o texto teve uma edição anterior a de 1830.

Escrivão pertencia aprovar testamentos entrando em discussão foi a comissão para dar seu parecer (...) (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.8)

Novamente trata-se de textos redigidos por Diogo Antonio Feijó em 1829, em que se busca explicar a função do juiz de paz, seu escrevão, e suas competências, bem como a intenção de facilitar a prestação da justiça.⁵⁶⁶ Feijó, na Introdução do dito livro, critica duramente os rábulas e advogados que tentam impor processos longos e demorados aos brasileiros, insistindo na importância de implementação do juiz de paz:

INTRODUÇÃO - A Constituição e a Lei quizerão impor silencio ao estrépito do Fôro Judicial ; e segurando quanto é compatível com a brevidade, os direitos do Cidadão. Prescreverão um processo simples, e natural ao Juis de Páz; mas não tem acontecido asim. Os Rábulas, e ainda mesmo os Letrádos tem aconselhado um processo tortuozo, que vae tornando a Magistratura da Pás um flagelo, e origem de supérfluas despesas para o povo. Para obviar semelhante mal, e para que não caia em discredito um Instituição, que tanto bem nos pode fazer, como faz prezentemente á Inglaterra, e a Fransa, ofereso minhas ideas á consideração dos Juizes de Pás ; as quaes sendo todas fundadas na Lei, que os creou, ou dezentranhadas do espírito della, podem servi-lhes de um Manual pratico, onde axarão fácil meio de desempenhar suas tão úteis atribuições. Praza aos Ceos, que espíritos acostumados a xicana não ponhão obstáculos aos meos dezejões, tornando até inútil este meu limitado trabalho ; resta-me pelo menos a consolação de aver feito o que pude a bem da minha pátria." S. Paulo, 30 de Janeiro de 1829, Diogo Antonio Feijó.⁵⁶⁷

Se o texto “Guia da Câmara” foi adotado como regimento da mesma em Curitiba, o mesmo não acontece com o livro Guia do juiz de paz. A Câmara de Curitiba, em ata de 15 de Dezembro de 1829, aponta não ser competente para estabelecer tal critério, bem como pontua que a função do escrevão de paz não permitia a elaboração de testamentos.

(...) não ser da competência da Camara aprovar como lei « os folhetos offerecidos >> e sobre o esclarecimento do Artigo sexto da Lei do Juiz de Paz não estar o Escrevão nas circunstancias de legalmente esem nulidade exercer o mesmo officio visto lhe faltarem as formalidades da lei para por tal ser reconhecido (...) (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.10-1)

⁵⁶⁶ O jornal Diário Fluminense de 3 de junho de 1829, na página 498, dava notícia da venda dos ditos manuais da seguinte forma: “Sahio à luz: Directorio para uso dos Juizes de Paz, e seus Escrevões, vende-se por 320 réis, nas lojas de livros de João Pedro da Veiga, rua da Quitanda canto da de S. Pedro, e de Evaristo Ferreira da Veiga, rua dos Pescadores n.49 – Nas mesmas lojas se vendem Guia do Juiz de Paz do Brasil, no desempenho de seus deveres, por hum Deputado amigo da Instituição, por 160 réis” (Extraído de: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706744&pagfis=5301&pesq=> Acesso em 8 de junho de 2013. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional Brasileira)

⁵⁶⁷ O texto original não foi encontrado. Existe apenas essa referência no seguinte site: <http://blognassif.blogspot.com.br/2006/08/apontamentos.html>. Também não foi encontrada referência do folheto em bibliotecas públicas, nem mesmo em sebos ou outros. Portnato sendo um livro raríssimo.

Depois de minuciosa exposição foi possível observar que muitos livros jurídicos circulavam em Curitiba entre 1822 e 1831. Livros que remetem a tradição européia e sua doutrina romano-medieval, até mesmo textos recentes, aprovados pelo legislativo brasileiro. Os textos jurídicos vinham mediados por práticos e manuais que simplificavam os textos. A simplificação porém está longe de ser uma banalização da tradição, pelo contrário, servia de sistematização da mesma para sua circulação efetiva. Além disso, foi possível verificar que os rúbulas e os litigantes eram os maiores interessados nesse tipo de literatura, sendo importantes agentes de difusão da cultura jurídica letrada. Por fim, vale ressaltar que esse grande quebracabeça de referências não foi reconstituído por completo, mas que devido ao maior acesso a textos antigos, digitalizados e disponibilizados via Internet, hoje em dia o cruzamento de tais informações foi facilitado, abrindo novas janelas para compreensão da circulação das idéias no passado.

2.3.3 Idéias perigosas, ideais circulantes

Observou-se que muitos livros circulavam na Ouvidoria no período analisado, junto com eles os ideais do liberalismo circulavam na comunidade de forma a gerar importantes reflexos no discurso e nas demandas presentes na Ouvidoria. Para ilustrar a reflexão serão apontados quatro processos judiciais que traziam debates relacionados aos ideais mais amplos que circulavam no período. Neles é possível observar a circularidade de ideais, muitas vezes redefinidos e adaptados as condições locais.

O primeiro processo (APPR PB045 PI04463) demonstra a circulação das idéias liberais. Trata-se de processo em que figura como réu o filho de Ignácio Lustosa de Andrade, José Lustosa de Andrade, apresentado no processo como homem matriculado no comércio e morador da cidade do Rio de Janeiro (o que explica seu casamento com uma inglesa). Em sua defesa apresenta importante consideração inicial:

Na época em que o nosso Augusto Imperante empenha seus assíduos desvellos para de uma ves desaparecer dentre a humanidade, o árbitro, e o

despotismo, que tantos males e ruínas tem cauzado aos homens nesta época em que o direito do cidadão garantido pelas leis, por uma constituição liberal oferecida e jurada por sua majestade imperial, aceita e jurada pelo benemérito e leal povo Brasileiro, que se julgam seguros debaixo da proteção da Lei, e mesmo agora que se pretende contra o réu o mais refinado despotismos, e mais exaltado arbitro com abuzo das Leis, e da constituição. (APPR PB045 PI04463, fl.9, em 24 de Setembro de 1824)

Essa petição poderia ser explicada pela presença de Ricardo Lustosa no Rio de Janeiro. Porém, mais importante do que suas palavras, que apresentam uma perspectiva significativa de apoio às idéias liberais e ao imperador D. Pedro, a petição também certifica que os ideais liberais estavam presentes mesmo na comunidade curitibana, compartilhada por esse contato entre os moradores da Vila de Curitiba e próximos que moravam em regiões centrais. Além disso, conclui a petição apresentando um importante debate sobre nulidade processual devido à falta de citação.

Que a citação é o princípio e fundamento de toda a ordem judicial, por ser a citação de direito divino natural e régio e canônico, e faltando a primeira citação é o processo nullo, e de nulidade insanável, termos em que incurso este processo nas penas da Lei dita Ordenação Livro 3º, tt.1, §7 = e tt. 63, §5, não está o réu obrigado a responder a elle, nem tem para isso limite de tempo, por que o que é contra a lei, é nullo, e o que é nullo não da direito não prescreve, não passa em julgado e nem se pode suprir, e para que se julgue nella e sem vigor esta acção condenando ao autor nas custas a que deo cauza. (APPR PB045 PI04463, fl.9, em 24 de Setembro de 1824)

Segundo as palavras do peticionário, a citação não era ‘apenas’ um direito processual, era “natural divino, régio e canônico”. Além disso, novamente a idéia de direito ligado à noção de legalidade confirma a circulação dos princípios da certeza no Direito que se estabelecerá de forma mais estrita nas visões positivistas do Direito no século XIX.

As pessoas circulavam dentre as regiões brasileiras. Curitiba era afastada por uma viagem considerável pelo interior do continente, mas isso não significa que os curitibanos permaneciam todo o tempo na região. Nem que a região não recebia visitantes. Aliás, por ser um importante espaço de passagem a circularidade de idéias de pessoas parece ser significativa.⁵⁶⁸ Curitiba era uma região menos fronteiriça do que se imagina.

⁵⁶⁸ A passagem de Saint Hilaire foi significativa nesse sentido. Em sua passagem a casa do coronel Ignácio Soto Maior o viajante europeu o descreve como europeu e curioso, em especial em termos de conhecimentos científicos: “Fui interrogado sobre variados assuntos, especialmente sobre os movimentos dos corpos celestes e sobre diversos pontos de Física, tudo o que eu ouvia mostrava uma ausência total da instrução mais elemental”. (SAINT-HILAIRE, 1964, p.100).

Quando Ricardo Lustosa afirmava inicialmente que o direito de citação era “natural divino” ou quando o primeiro “Viva” dado na Independência foi a Santa Igreja, ressaltam de forma explícita que o discurso religioso era o mais forte na região.

Os ideais liberais porém tendem a ganhar força no Brasil e em São Paulo. Antes mesmo do século XIX já existem notícias de textos liberais circulando por cidades mineiras.⁵⁶⁹ Até mesmo porque a região não estava alheia aos acontecimentos do mundo. Basta lembrar que dentre os livros listados nos Autos de Contas de testamento do Ouvidor Manuel Lopes Branco e Silva (apresentados anteriormente) havia um com o título “*Revolução, e estado actual da França*. Colaborador: Simão Thaddeo Ferreira Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1793.” Os brasileiros sempre tiveram um interesse, da curiosidade ao entusiasmo, voltado à Revolução Francesa e aos ideais do liberalismo e outras tendências de época.⁵⁷⁰

No início da década de 1820, algumas obras antes consideradas proibidas e nefastas começaram a circular em escala significativa. Rousseau é utilizado como fundamento pelos lusófonos dos dois lados do Oceano,⁵⁷¹ inclusive no Brasil se destacava a antiga censura sobre suas obras a fim de aumentar a publicidade das mesmas.⁵⁷²

A geração política do período será importante difusora dos ideais franceses e do liberalismo clássico. As primeiras obras de autores do período como “(...) José Bonifácio, Mariano da Conceição Veloso, Arruda Câmara, Cairu, o intendente Câmara (...) [abrem-se]

⁵⁶⁹ “Dessa influência das idéias francesas há uma significativa amostra na biblioteca do Cónego Luís Vieira da Silva, um dos inconfidentes mineiros. Possuía o Cónego, para o tempo, respeitável livreria que passava de oitocentos volumes. Nela, ao lado da Suma Teológica, de Sto. Tomás; da Filosofia Peripatética, de Mayr; das Disputações Metafísicas, de Aranha, figuravam livros de Descartes, de Montesquieu, de Voltaire, de Mably e alguns volumes da Enciclopédia de Diderot e de D'Alembert. Eram correntes, pois, as idéias da Ilustração francesa já então no Brasil, e até suspeitas, sobretudo depois da Revolução de 1789” (BARRETO; et. al., 2001, p.180).

⁵⁷⁰ “Aunque virtualmente ignoró la primera revolución americana, Brasil se interesó mucho más por la revolución francesa. No sólo las guerras marítimas subsecuentes en Europa abrieron nuevos mercados a los productos brasileños, sino que además los postulados ideológicos revolucionarios y sus triunfos inspiraron las primeras conspiraciones separatistas serias en bastantes partes de la colonia.” (ALDEN, 1990, p.306).

⁵⁷¹ Rousseau foi utilizado como fundamento de propostas nas Constituinte portuguesas vintistas. (PINA, 1988, p.63)

⁵⁷² “O fim da censura, embora parcial, ocorrido em 1821, facilitou a tarefa dos livreiros em ampliar o acesso dos cidadãos a matérias antes vistas com esquivações pelos potentados. Assim, a publicidade de Paulo Martins Filho podia fazer chegar aos leitores obras como o Direito das gentes e do foro; ou, Princípios da lei natural, de Vatel e o Contrato social, de Rousseau. Para a eficácia de seu intento de marketing, o livreiro complementava a informação do anúncio com o seguinte despacho: estas obras que outrora foram proibidas presentemente se tornam inteiramente clássicas e necessárias a toda classe de pessoas, pois estão sendo citadas em todas os escritos verdadeiramente constitucionais.” (ARAÚJO, J. S., 2010, p.32).

às influências que haviam sido bloqueadas pela Contra-Reforma no mundo ibérico, mais de dois séculos antes (...)” (WEHLING, WEHLING, 2005, p.302). Inclusive os deputados que irão elaborar as novas leis brasileiras no período destacavam tais influências de forma muito explícita.⁵⁷³ Nos Anais da Assembléia de 1826 os deputados subiam ao púlpito e exclamavam tal condição. O deputado Almeida e Albuquerque afirmou quando se debatia a criação dos cursos de Direito no Brasil, por exemplo:

Eu devo lembrar a esta augusta camara, que no tempo em que se ensinava na universidade de Coimbra que o poder dos reis vinha de Deus, e outras semelhantes tolices, lêa-se Mably, Voltaire, Rousseau e outros muitos escriptores, no entanto que o governo não só mandava que os estudantes aprendessem pelos taes celebres compêndios, mas até punha proibição destes livros, que chamava perigosos. (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1875, p.118).⁵⁷⁴

Enfim, não é de se estranhar que essas idéias estivessem circulando também na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba.

O segundo processo é o (APPR PB045 PI04414), no qual se demonstra que os ideais chegavam até mesmo às camadas mais baixas da população. Nesse processo um réu de nome José Luis (note-se não ter sobrenome nobre) estaria preso por tempo muito longo sem o devido julgamento.

Ilustríssimo Senhor Doutor Ouvidor Geral e Corregedor – Diz Jozé Luiz que elle suplicante se axa prezo na enxovia da cadeia desta villa a sete meses vindo remetido da villa Antonina pelo juízo da mesma, e como o suplicante tem feito requerimento para se livrar neste juízo o não pode, por se achar culpado suplicante no cartório desta villa motivo porque pede a vossa senhoria seja servido mandar que seja o suplicante remetido para o juízo de onde veio, visto neste juízo não ter culpa ou mandar vir suas culpas do cartório onde estiverem de que receber mercê. (APPR PB045 PI04414, fl.9-v).

⁵⁷³ “Os últimos brasileiros que cursaram suas aulas vieram a ser toda a intelligenssia do Império. Os regentes, os ministros, os parlamentares, mas também os revolucionários, receberam a marca de Coimbra. Dali trouxeram as doutrinas de que vão revestir a legislação imperial. Em discurso na Câmara, em 1826, um dos maiores da geração, Bernardo de Vasconcelos enumera os seus autores prediletos: “Se estou enganado, folgo de errar com Rousseau, Vattel, Dalember, Voltaire, Bentham, Benjamin Constant, e outros grandes literatos.” E adiante dá destaque especial ao primeiro; “Rousseau, que reputo infalível em matéria de politica.” (LACOMBE, 2004, p.420).

⁵⁷⁴ Bernardo de Vasconcellos considerava a tradição e Coimbra algo a ser superado pelos novos tempos. Em sua fala à Assembléia em 1826 apontava: “Isto é justamente o que acontecia na universidade de Coimbra no meu tempo; nenhuma emulação, nenhum estímulo se notava alli e por isso nenhum progresso nas letras. (...) Dahi vinha que o estudante, que sahia da universidade de Coimbra, devia, antes de tudo, desaprender o que lá se ensinava e abrir nova carreira de estudos.” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1875, p.65).

Esse demandante de origem simples, preso na enxovia da cadeia por muito tempo sem culpa formada, requer sua soltura para o Ouvidor Azevedo Cabral. E consegue. O ouvidor acaba por absolver o réu. Suas conclusões são pouco contundentes, porém alguns detalhes chamam a atenção.

Deferindo ao requerimento do réo a vista da culpa: suposto que haveria alguma prova para a pronúncia, não he ella plena e concludente para condenação afinal, e além disto bem purgados se achão alguns indícios que contra o réo resultam com o tempo que o mesmo tem tido de prisão. Portanto o absolvo e mando se lhe dê baixa na culpa e se solte da prisão e pague as custas dos autos. Paranaguá, 19 de outubro de 1823. Jozé de Azevedo Cabral. (APPR PB045 PI04414, fl-13).

A absolvição foi baseada na falta de culpa formada. Ou seja, um princípio liberal de direito penal, ainda tímido diante dos ideais circulantes. Porém atingindo uma pessoa simples, de condição extremamente humilde e sem procurador nomeado. Além disso, vale ressaltar que a sentença foi dada em Paranaguá. A sede da Ouvidoria era Curitiba e existia um Juiz de Fora em Paranaguá. Por que um Ouvidor se deslocaria até aquela cidade para exercer a jurisdição que pertencia a outro juiz letrado? Além disso, por que garantiria um direito a um preso humilde? Ao que tudo indica o preso sabia do abuso cometido, mesmo sem ter contato direto com o direito letrado. Pedindo oralmente um direito a uma autoridade que não era habitual no local.

A existência de homens que nunca haviam saído do país ou da Província de São Paulo de defendiam idéias de revolucionários franceses é aceita pela historiografia. Um exemplo é o próprio Padre Feijó.⁵⁷⁵ Não há de se duvidar que autores do período como “Kant e Rousseau eram divulgados, no meio ambiente paulista. “Vivendo em Itu, o Pe. Diogo Antônio Feijó alimentava o seu espírito com a ideologia revolucionária e escrevia um Compêndio de Lógica, Metafísica e Filosofia Moral, inspirando-se na doutrina de Kant”.”(WERNETT, 1986, p.342). Porém sempre se questionou o verdadeiro alcance de tais ideais na população em geral, tendo em vista que esses personagens representavam apenas pequena parcela da população, em geral uma elite constituída de funcionários, fazendeiros,

⁵⁷⁵ Outros exemplos são “(...) Antônio Mariano da Silva Bueno, Antônio Paes de Barros e Francisco de Paula Souza e Mello (este nunca havia antes saído de Itu)”. (WERNETT, 1986, p.342)

comerciantes, médicos e advogados. (WERNETT, 1986, p.342-3).

Não é fácil de comprovar a circularidade das idéias de Constituição ou da defesa de direitos individuais. Esse processo apenas abre uma pequena luz sobre o tema. Porém existem outros exemplos ainda mais evidentes de circulação de tais idéias a serem expostos adiante no trabalho.

O terceiro processo que detém informações interessantes é o processo (APPR PB045 PI04443). Nesse processo demanda-se a propriedade de escravos libertados em testamento. É o primeiro processo em que José Gomes Vianna atua efetivamente como rábula. Porém aqui se destaca, especialmente, uma passagem da petição dos autores que demandavam a reescravização. Nela destacam o valor da legislação contra os costumes locais.

Não pode aver Ministro ou Julgador que se atreva ou menos imaginasse derogar huma Ley positiva a hum só cazo, onde não pode sofrer modificação, porque seria aniquilar a mesma Ley sendo somente huns e outro executores delas, único poder que lhe hé confiado para sua execução e observação. Tão bem há costumes que se observão como Ley, não avendo Ley que reja isto mesmo hé Ley, por que a Ley o manda guardar. Na prezente cauza não se observa costume tanto porque, o não hé, como porque a Ordenação Livro 4º título 80, §1º, hé positiva para a questam, onde se deve aplicar o rigor da mesma Ley, porque me fere dizendo; se observará sem embargo de qualquer costume incontrario, que em qualquer lugar ou lugares haja (...)(APPR PB045 PI04443, fl-34)

Vencendo os demandantes a questão, em sua sentença, o Ouvidor Verneque Aguillar aceita a posição de que um costume local jamais poderia se impor contra uma lei positivada. Apontando vício no cumprimento da lei. Não havia espaço para o perdão misericordioso aos rústicos como feito no período medieval. O direito régio se sobrepunha ao costume local e a ignorância dos que desconheciam o direito. As formalidades do direito legal são todas exigidas, ainda mais em se tratando de elaboração de testamentos e de questões que envolviam escravos. Trata-se da base de estruturação de uma visão positivista do Direito. A autoridade legal sobrepõe-se a outras fontes do Direito. Em especial quando se trata da perigosa idéia de emancipação de escravos.

As idéias não são simplesmente assimiladas de Europa para as realidades locais do Brasil. Mesmo os ideais liberais passaram por diversos filtros e por diversas clivagens lingüísticas. Daí que se pode afirmar que os textos de Rousseau ou de outros liberais foram

assimilados por textos locais, inclusive alguns que iam além do discurso jurídico diretamente prescrito. Em carta ao Governador da Capitania de São Paulo (Conde de Palma) datada de 14 de Novembro de 1816, o Marquez de Aguiar, representando o Palácio do Rio de Janeiro, demonstra a preocupação por um escrito subversivo que poderia gerar desordens amplas na Capitania. Tratava-se de uma peça de Teatro intitulada “O preto e o bugio no mato”.

(...) o Folheto intitulado O Preto e o Bogio no Matto, cujos discursos em forma de Dialogo são mui pouco próprios para serem divulgados neste Reino, onde há muitos Escravos. He sua magestade servido, que V. Ex.^a pela maneira, que lhe parecer mais conveniente faça recolher os exemplares, que aparecerem nessa capitania, evitando todavia a publicidade desta cautelosa medida. (Documentos interessantes, Vol.36, p.33).

Essa peça de teatro escrita anonimamente, que teve sua primeira edição em (1789), havia sido republicada pela Imprensa Régia em 1816. Porém depois de algum tempo se proíbe sua circulação secretamente. O texto, em forma de diálogo filosófico, apresenta uma conversa entre um Bugio filósofo e um preto fugitivo. Com um dialeto crioulo e sua linguagem característica o texto apresenta idéias que vão desde a natureza como fonte de toda a pureza e a civilização como fonte do mal (idéia tipicamente rousseaniana) até sobre as crueldades do trabalho escravo no Brasil. “O bugio faz uma apologia da natureza, da vida simples, livre de contingências, paraíso original de onde os homens se afastaram por ambição e orgulho.” (PASCAL, 2013).

No prefácio existe uma referência à descoberta do texto numa biblioteca de um americano sábio.⁵⁷⁶ A conversa entre os dois personagens gira entre ideais iluministas de liberdade até posições mais tradicionais como a idéia de vocação.⁵⁷⁷ “O bugio propõe então outro modelo de sociedade, onde o trabalho não seria mais um pesadelo e onde todos

⁵⁷⁶ “No prefácio, o editor indica que o manuscrito foi achado na biblioteca de um americano sábio, e sublinha “a importância da argumentação, a propriedade da linguagem, e a formosura com que exprime a natureza”. Tal prefácio é sobretudo um estratagema editorial para aguçar o interesse do leitor, impaciente por descobrir um texto de origem misteriosa e com um título bastante inesperado. O lugar de achamento, a biblioteca, a autoridade moral do proprietário, americano sábio, compensam a fantasia e garantem a sua qualidade.” (PASCAL, 2013).

⁵⁷⁷ “A originalidade deste diálogo reside tanto na personalidade dos dois interlocutores, um Negro fugitivo e um macaco sábio, como no carácter insólito do espaço para praticar a arte da conversa, a floresta brasileira. Estamos pois num contexto completamente imaginário, afastando-se da verosimilhança das peças anteriores. Longe dos donos, o Negro alegra-se por ter escapado à roça e à mina, expressa-se na tradicional “língua de preto” como o fazem a maioria dos negros no teatro de cordel. A sua surpresa é imensa ao descobrir um ser parecido com ele, embora distinto, a inverosimilhança de tal ignorância faz parte da convenção que rege o diálogo entre um sábio e um ignorante.” (PASCAL, 2013).

receberiam conforme as suas necessidades” (PASCAL, 2013). No fundo tais idéias sugerem um ecletismo, típico do mundo português, e uma forma de repassar valores novos e revolucionários sem necessariamente utilizar citações diretas de Rousseau ou Voltaire. Idéias que ressaltam a natureza e, ao mesmo tempo, buscam alguma autenticidade nacional, típicas de um romantismo brasileiro nascente.⁵⁷⁸

Por fim, o ultimo processo analisado é o (APPR PB045 PI04484). Nesse processo o caso é muito significativo para a compreensão da realidade local. Trata-se de uma disputa de indenização por uma mula deixada num caminho tropeiro. Lembre-se que o tropeirismo era a principal atividade da região. E nesse sentido criava suas próprias regras e costumes jurídicos. O réu se defende argumentando sobre costume de deixar animais cansados em paragens e outros viajantes acabavam auxiliando os animais como uma espécie de favor na recuperação da saúde da mesma. Em seguida o animal era reencaminhado para o seu dono. O problema é que a mula não teria sido devolvida e na continuidade acabou falecendo.

Até parece ser possível que houvesse um juiz que se animasse a dar huma sentença contra a regra natural, e disposições de direito qual é a da fl.22 que mais parece paixão que justiça, o Autor deixou uma besta cansada no caminho do Corbatão sem trato ou cuidado algum que por cansada nem pos a cangalha seu camarada e a pos tirar fora costumão os carregadores ou correctores de cargas naquele caminho, quando acham animais cansados, fazerem diligência de vez vacuum sahir até onde podem ou até a longe onde possam pastar (...). (APPR PB045 PI04484)

A sentença porém não é favorável ao réu e seu argumento do costume. O ouvidor acaba o condenando não porque o costume estava errado ou não era utilizado, mas porque pelos depoimentos o réu teria feito o animal cansado carregar mais mercadorias e fazer esforço demasiado que o teria matado. As bestas carregavam pesadas cargas, mas os prejuízos

⁵⁷⁸ Outros autores teriam construído ideais semelhantes. “Deu-se em vários bacharéis e clérigos essa meia reconciliação com o meio nativo, ainda que “feio e escuro” tornado não só objeto de planos de reforma política e de reconstrução social, como campo de maior aproximação do homem com a natureza. Porque os brasileiros que se formaram na Europa, principalmente na França, na segunda metade do século XVIII, tinham lido lá, e mais a cômodo do que entre nós os padres e maçons mais curiosos das novidades políticas — padres e maçons que só muito na sombra podiam entregar-se a essas libertinagens intelectuais — os livros franceses em que se exaltava o idílio do homem com a natureza: idílio sobre o qual vinham se levantando novas teorias de Liberdade, de Estado, de Direitos do Homem, de Contrato Social. Talvez já sob a influência desse naturismo revolucionário é que Alvarenga Peixoto vira nos homens “pardos, pretos, tintos e tostados”, nos negros, índios e mestiços de “fortes braços feitos ao trabalho”, os verdadeiros construtores do Brasil: os que vinham mudando as correntes aos rios e rasgando as serras “sempre armados de pesada alavanca e duro malho”. Em nossa literatura colonial, essa voz de bacharel é talvez a primeira que exalta o trabalho do escravo, a ação criadora, brasileiramente criadora, do proletariado negro, índio e principalmente mestiço na formação nacional.” (FREYRE, 2000, p.606-7).

de sua má utilização não poderiam ser desprezados numa sociedade que vivia de transporte.

As idéias e ideais estavam circulando na Ouvidoria, seja por meio de livros ou de petições. Teatro ou manuais. Letrados ou rústicos. Costumes locais ou modelos novos de legalidade. Longe de ser um espaço alheio a mudança, a Ouvidoria fervilhava a mudança como as demais partes do mundo no início do século XIX. Adiante, a análise mais apurada de alguns casos concretos demonstra com maior clareza ainda a circularidade dos valores e ideais do período na Ouvidoria.

2.4 A DINÂMICA DAS RELAÇÕES NA OUVIDORIA DE CURITIBA E PARANAGUÁ

O último capítulo deste trabalho pretende apresentar alguns dos movimentos presentes na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. Recuando um pouco no tempo para compreender como as mudanças do período questionaram “o tempo dos mandões”. Além do que demonstrando como o jogo do poder detinha um elo de coerência entre as palavras proferidas e as atitudes tomadas. Quando esse elo era rompido, a violência muitas vezes era a resposta além do Direito que a comunidade não impedia que fluísse pelo cano da espingarda.

2.4.1 Os ouvidores e a comunidade local

Imaginam-se aqui três possibilidades de relacionamento entre os Ouvidores e a comunidade local: no primeiro caso, eles fazem controle sobre a Comunidade local, em especial contra o abuso do poder; no segundo, o abuso de poder do Ouvidor é controlado pelo Governador da Capitania (depois, a partir de fevereiro de 1821, denominados Presidente da Província); no terceiro, a própria comunidade organiza-se para controlar o Ouvidor sem fazer referência a poder superior.

Os casos mais comuns são os dois primeiros, que serão tratados nesse subitem. O terceiro caso é mais complexo e demanda uma análise mais ampla e só pode ser lido nas entrelinhas. Por questões temporais primeiramente analisar-se-á a segunda hipótese, até mesmo para demonstrar que a relação entre a Comunidade e o Ouvidor sempre foi recheada de tensão mesmo antes do período analisado.

No início do século XIX, as relações entre Ouvidores e o Governo local trazem elementos interessantes. Quanto mais distante e isolada a região em que o Ouvidor exercesse suas funções, menor seria a capacidade de interferência do Capitão (Governador) Geral da Capitania. A autonomia dos ouvidores estava ligada à incapacidade dos governadores de

controlar decisões e impor poderes disciplinares. Isso será modificado aos poucos no período de transição.⁵⁷⁹ No início do século XIX, o governador da Capitania de São Paulo comunica ao Ouvidor de Paranaguá que presta “(...) Conta que todos os annos devo dar a S. A. R. segundo o determinado no Avizo do 1º de Dezembro de 1803 (...)” (Documentos interessantes, Vol.56, p.17) sobre os procedimentos dos Ouvidores. Essa advertência demonstra que o poder dos Governadores sobre os Ouvidores aumenta nesse período.

Por certo os Ouvidores não podiam mais agir livremente e sem restrições ou conseqüências no início do século XIX. Alguns relatos podem ser constatados nas cartas dos governadores da Capitania de São Paulo. Em 1802 ocorre um primeiro (e completo) relato de controle direto do governador, suspendendo o Ouvidor que foge da ouvidoria de Paranaguá. A participação feita pelo governador da Capitania de São Paulo (Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça) em 20 de Maio de 1802 contra o Ouvidor de Paranaguá (João Baptista dos Guimaraens Peixoto) apresenta diversos motivos pelos quais isto teria ocorrido. Inicialmente acusa o ouvidor de comportamento inadequado afirmando que:

(...) na administração de todos os ramos da Justiça, a insolência com que tratava os Povos de sua Jurisdição, sendo mais um Despota, do que hum Ministro de Vossa Alteza, erão muito bastantes motivos para eu o suspender em Nome de V. A., não tendo outros meios de salvar a huma commarca toda flagellada, e reduzida ao estado de desesperação (...) (Documentos interessantes, vol. 30, p.166-73).

A presença do Ouvidor como um “déspota” não estaria totalmente incondizente com outros relatos do período. Aliás, muitos são os documentos que apresentam as arbitrariedades realizadas pelos juizes letrados na região. Nesse caso o Ouvidor foge da Ouvidoria de Paranaguá para Pernambuco, sua terra natal.⁵⁸⁰ Os relatos de suas atividades “despóticas” são muito interessantes. Primeiramente o Governador aponta que ele adotou um

⁵⁷⁹ “As relações entre a magistratura e os governos não foram tranqüilas no final do século XVIII. Precariedade da administração da justiça, com morosidade nos processos, despotismo e incompetência, são queixas apresentadas pelas câmaras das vilas ou por particulares e freqüentemente endossadas pelos governadores “ilustrados”.” (WEHLING, 2001, p.79)

⁵⁸⁰ “(...) primeiro puz em practica os meios suaves de advertência, que por via de muitas pessoas fiz chegar aos ouvidos daquele incorrigível Ministro; e por que nada consegui, observando pelo contrario, que elle mais se ensoberbecia, e que até tinha a animozidade de proferir que elle era hum espia posto naquelle lugar por V. A. para vigiar sobre a ma couducta, tomei a rezolução de o suspender, esperando que só com este facto fizesse curado o mal do Estado. Porem, ou fosse porque elle temesse o castigo dos seus sentimentos políticos e por regiliosos, hé certo que precipitadamente fugio da commarca, embarcando, segundo dizem, para Pernambuco, sua Pátria (...)” (Documentos interessantes, vol. 30, p.166-73).

princípio da “igualdade” de todos perante ele. Explica o Governador:

“(…) Elle principiou por se fazer temido de todos, não uzando jamais senão procedimentos violentos e arbitrarios; só ele era grande, ele só o respeitável; todos os mais devião ter huma igualdade absoluta; e o que mais admira hé, que nesta igualdade desprezível também devião entrar as Camaras e os juizes ordinários, a quem ele ao menos por serem da classe da Justiça, deveria honrar, se não pertendera estabelecer o abominavel sistema da igualdade, sistema que elle julgou que não poderia introduzir sem primeiro abater o animo dos povos com o rigor, e impedindo-lhes, e deviando-lhes todos os meios do recurso. (...)”(Documentos interessantes, vol. 30, p.166-73)

Segundo o governador o ouvidor não tratava com qualquer reverência ou “respeito” as elites locais. Deixou inicialmente os membros da Câmara de Castro e Antonina esperando na chuva para o acompanharem nas atividades de Correição.⁵⁸¹ Porém a falta de tratamento dos oficiais militares por suas patentes gerou maior rixa na região.

(...) o mesmo iníquo fim de igualdade absoluta, tratava com desprezo aos Officiaes de Milicias e Ordenanças d’aquella Commarca (...) o referido sistema de envilecer a honra dos Officiais de Patentes, pondo-os na igualdade da infima plebe (...) de cujos factos são bem dignos de nota a injuria e insolência com que tratou o Sargento-Mor Antonio José de Carvalho, da Villa de Antonina, e o Tenente Coronel Ricardo Carneiro dos Santos (...) (Documentos interessantes, vol. 30, p.166-73)

O Ouvidor pedia todos que se dirigissem petição a ele que se designassem apenas o nome, “(...) e toda a petição em que o supplicado punha, v.g. <<Diz o Coronel, Ten.-Coronel Fulano>>, elle a não despachava, e vocalmente dizia que só se puzesse o simples nome.(...)” (Documentos interessantes, vol. 30, p.166-73). Ao que parece o Ouvidor Pernambucano pretendia em 1802 tratar a elite da provinciana Ouvidoria de Paranaguá de forma mais

⁵⁸¹ Emelino de Leão narra o episódio da seguinte forma: “Ouvidor Dr. João Baptista dos Guimarães Peixoto Nomeado por provisão regia de 19 de Dezembro de 1798, para Ouvidor Geral de Paranaguá. O Dr. Guimarães Peixoto, era natural de Pernambuco, e não dispunha de um temperamento normal. (...) Um dos episódios que attestam o temperamento doentio do Ouvidor Guimarães Peixoto, occorreu em Antonina, onde se achava em visita correccional. (...) Desde esse acto inicial, a correcção geral do ouvidor Guimarães Peixoto, em Antonina, foi um flagello para o povo; os camaristas foram intimados a repor nos cofres da câmara, o dinheiro gasto em serviços públicos, que o juiz, a seu bel prazer, julgava illegaes; os juizes ordinários, os escrivães, os meirinhos, as partes, soffreram as consequências dos desatinos successivos, desse doentio magistrado. (...) Quando, de accordo com as Ordenações, a câmara foi incorporada com o estandarte real, busca-lo para a audiência geral do encerramento da correcção, cahiu um grande temporal, e nem sequer o ouvidor mandou recolher á sua aposentadoria, o estandarte e a comitiva. Toda a nobreza de Antonina ficou na rua, exposta a intempérie, aguardando uma solução do Ouvidor, que se fazia mouco. (...) Os povos da comarca, cansados de atural-o, clamaram contra o magistrado, e o governador Antonio Manoel le Mello Castro e Mendonça mandou suspendel-o e prendel-o; porém, o Dr. João Baptista achou mais acertado fugir, em uma sumaca, para Pernambuco, emquanto as camaras, por ordem do governador, narravam os seus desatinos.” (LEÃO, 1994, p.1406-8).

centralizadora e legalista. Tal princípio era por certo insuportável para a comunidade. Se os fatos narrados pelo governador terminassem aqui, poderia se concluir que o problema do Ouvidor foi ser excessivamente “liberal” numa Ouvidoria muito “tradicional”. Mas outros acontecimentos deixam ainda mais complexa a leitura da atuação do magistrado.

A primeira questão é a fuga das pessoas das vilas quando ocorria a correição. Havia um grande receio de seu autoritarismo.⁵⁸² Um relato de um ato de abuso de poder de João Baptista dos Guimaraens Peixoto tem detalhes significativos a serem analisados:

(...) possuindo hum escravo que lhe deo seu muito particular amigo o vigario de Coritiba e tendo este humas razoens com hum miserável Taverneiro velho de nome Gregorio, só por este facto que ele reputou muito injuriozo a sua pessoa, sem culpa formada, ao menos fantástica, condemnou verbalmente ao Taverneiro a Tortura de Tronco de pé, e pescosso, e apesar dos empenhos que teve para ceder o deteve muitos dias thê ser informado do carcereiro de que o prezo se achava moribundo. Então o mandou soltar; mas em estado que para sahir da Enxovia pelo alçapão por onde entrou, foi preciso ser içado por huma corda, não durando com vida muitas horas. (...). (Documentos interessantes, vol. 30, p.166-73)

Pelo relato duas questões podem ser vislumbradas. Primeiro que o Ouvidor não tinha apenas inimigos na região. Era amigo do Vigário de Curitiba. As amizades aliás não terminam por aí, existe um relato que Ignácio de Sá Sotto Maior tentou protegê-lo quando se tentava proceder contra ele.⁵⁸³ Outro ponto interessante é que condena um Taverneiro por ter ofendido um “escravo”. A forma da condenação realmente é arbitrária, sem culpa formada ou razões. Mas a defesa de um escravo é algo inusitado. Difícil inclusive de avaliar. Podia talvez ser um revanchismo contra o taverneiro, com um escravo de pretexto. Não é possível se ter certeza.

Além disso, o ouvidor, por sentir-se ameaçado, nomeou diversos capitães do mato para o proteger.⁵⁸⁴ Ao que tudo indica parece haver certa indisposição em relação aos

⁵⁸² “(...) sendo costume juntarem-se voluntariamente os Povos nas Vilas onde se abre a correição, ou seja para fazerem seus requerimentos, ou pela novidade, acontecia pelo contrario ao ditto Ouvidor suspenso, porque ao passo que elle chegava às Villas de sua commarca dezertavão todos aqueles que não tinham huma indispensável obrigação de residência (...)” (Documentos interessantes, vol. 30, p.166-73).

⁵⁸³ “(...) hé também certo, que as dittas testemunhas que são a 3ª, a 5ª e a 6ª forão seduzidas pela primeiro o Capitão Ignacio de Sá Soutto Maior, que por muito particular amigo daquele Ministro suspenso se ofereceo para jurar primeiramente que todas; e hé para nottar que ele não pudesse seduzir mais do que três testemunhas em huma inquirição em que não havia parte que contradictasse ou fiscalizasse (...)”. (Documentos interessantes, vol. 30, p.166-73)

⁵⁸⁴ “(...) creou muitos capitaens do Matto, que os tinha sempre a sua porta armados de paos, espadas, e Armas de fogo; procedimento este que sendo bem superfluo em huma commarca onde os Povos são bem humildes e

privilégios da nobreza da terra (mandões locais), tratando-os no rigor da lei mediante uma mentalidade jurídica moderna.

Seu legalismo faz com que entre em choque com os interesses. Em todo caso a presença de João Baptista dos Guimaraens Peixoto não pode deixar de ser pensada como uma importante janela sobre as relações políticas na região. Talvez nesse evento se encontre a semente da intenção separatista que norteará a década de 1820.

As relações entre o governador da Capitania de São Paulo e o Ouvidor de Paranaguá não irá melhorar nos anos seguintes. Em carta datada de 01 de Agosto de 1804, dirigida ao Ouvidor de Paranaguá Antonio Carvalho de Fontes,⁵⁸⁵ de Antonio Jozé da Franca e Horta, presidente da Capitania de São Paulo, aparecem advertências sobre sua conduta irregular e imoral no exercício de suas funções. A carta completa pode ser visualizada no Anexo 5 desse trabalho, alguns pontos porém merecem destaque:

Eu não posso deixar de ser Sencivel a varias representaçoens que tem chegado a minha prezença sobre o estranho modo porq. Vmce. se conduz nesse lugar não lhe lembrando os trabalhos por q. passou o Ouvidor preterito dessa Comarca (...) Hum Ministro que permite que o seu Criado requeira perante elle, faz suspeitoza a sua rectidão nos despachos. Ultimamente hum Ministro que não executa a Ley com a mesma igualdade para o rico, que para o pobre, he injusto, e por consequencia indigno de servir a S. A. R. que para todos os seus Vassallos olha como filhos. (...) Por bem do Mesmo Real Servisso lhe determino fassa abolir a ordem que passou de tirarem folhas corridas todos os viandantes que viajam pelo Sertão por ser injusto esse Onus, introduzindo sem consequencia alguma util para o Estado, pois se torna sumamente oneroza aos Povos, e prejudicial ao Comercio, vindo só a ser conveniente a pingue para os que passam, e assignão semelhantes documentos. (...) Ultimamente deve advertir a Vmce. que o consentir que se ponha Autos publicos, Capitania de Parnagua = he querer sustentar irrizoriamente hum erro de pena que trouxe a sua Carta: de que devião dessuadir os Decretos que a acompanharão, a carta do seu Antecessor e mais que tudo o bom senço (...). (Documentos interessantes, Vol.56, p.16-9)

Nessa carta, inicialmente o Governador da Capitania ameaça o Ouvidor lembrando o que aconteceu com o anterior, afastado da Ouvidoria. Na segunda passagem exige que se

sugeitos, só se dirigia ao fim de espalhar terror, e abater os animos ao ponto de não haver quem rezistisse a sua vontade (...)”(Documentos interessantes, vol. 30, p.166-73)

⁵⁸⁵ “Ouvidor Dr. **Antonio Carvalho Fontes Henrique** — Nomeado ouvidor geral e corregedor da Ouvidoria de Paranaguá, por Dec. de 14 de Novembro de 1802. A 5 de Novembro de 1803, officiou do Rio de Janeiro, á Camara de Paranaguá, pedindo que providenciasse aposentadoria, e a 14 de Fevereiro de 1804, tomou posse do cargo. A Memoria Histórica de Paranaguá por Antonio Vieira dos Santos, faz diversas referencias a este juiz, sem contudo articular queixas sobre a sua conducta.” (LEÃO, 1994, p.1401).

estabeleça um tratamento igualitário a todas as pessoas da Ouvidoria, garantindo ao menos o pendor simbólico da justiça. Em seguida aparecem duas passagens significativas, inicialmente questionando medida que perturba o comércio tropeiro. E, finalmente, o detalhe mais marcante, pedindo para que não se escreva “Capitania de Parnaguá”, o que era colocado pelo Ouvidor Antecessor. Ou seja, o presidente França e Horta dá um recado direto ao Ouvidor, não tente levantar o estandarte da autonomia administrativa da Ouvidoria! Será o ouvidor Antonio Carvalho de Fontes responsável por averiguar a richa entre os irmãos Ribeiro de Andrade e Simão Gonçalves. E ao que tudo indica, demora-se bastante para mandar notícias para São Paulo.

O controle rígido dos governadores de Capitania de São Paulo sobre os Ouvidores de Paranaguá no início do século XIX demonstra que os intentos de separação administrativa da região provavelmente eram anteriores a Conjura de 1821.

Nos relatórios obrigatórios que os governadores de capitania precisavam elaborar ao rei sobre os ouvidores e juízes letrados da região, muitas vezes se fazia uma rigorosa análise da própria atividade jurisdicional dos mesmos. O relatório de 1806 do governador da Capitania de São Paulo vem nesse sentido.⁵⁸⁶ O governador resume a ação do Ouvidor de Paranaguá como fundamentada na Ignorância, incapacidade e má-fé.⁵⁸⁷

⁵⁸⁶ Em tal relatório aponta: “(...) Em observancia pois desta Real ordem sou obrigado a expor fielmente a V. A. os meus sentimentos sobre o conceito, q' tenho formado dos quatro únicos Ministro Letrados q' ha nesta Capitania; a saber: o Ouvidor da Comarca de Paranaguá Antonio de Carvalho Fontes Henrique Pereira (...). (Documentos interessantes, vol. 15, p. 131-6 – Vide Anexo 5 – Vol. 29 - documento 1). O documento completo das Informações sobre os magistrados (letrados) da Província pode ser consultado em (Documentos interessantes, vol. 15, p. 131-6 – Vide Anexo 5 – Vol. 15 - documento 1)

⁵⁸⁷ E expõe os motivos: 1º Ao ficar vacante o cargo de padre na Matriz de Castro “(...) confundido deste modo o provimento das Igrejas do Real Padroado no Reyno, com as do Grão Mestrado do Ultramar, q' está sujeito a outra Legislação, qual a que se contem nas citadas Leys (...) (Documentos interessantes, vol. 15, p. 131-6)” utilizou legislação equivocada em sua decisão. 2º Realizou uma devassa sem corpo de Delicto “(...) fê-la sem elle como hé bem patente (...) (Documentos interessantes, vol. 15, p. 131-6 – Vide Anexo 5 – Vol. 29 - documento 1).” 3º Mandou os Almotacés cobrarem impostos sobre gênero alimentícios em contrariedade as ordens reais. 4º Mandou arrecadar para a Coroa testamento de forma arbitrária, sem a oitiva de testamenteiro, contrariando procedimento comum. 5º Tratou o Capitão-Mór de Cananéia de forma desrespeitosa ao solicitar do mesmo autos de culpa de um réu preso por meio de um oficial de justiça como se “em semelhante matéria fosse seu subordinado”. 6º Errou ao proceder a prisão de um ladrão que não estava mais servindo como soldado. 7º “Tanto ignora os limites da sua jurisdição que (...) ordenou positivamente aos Soldados e Officiaes de Milicias, e Ordenanças da sua Comarca, como se fossem Officiaes de Justiça (...)”. Se precisa auxílio deveria deprecar aos chefes militares e não dar ordens direta. 8º Proveu pela exigência de documento denominado “folha corrida” para o trânsito de pessoas na região, dificultando o comércio local. 9º Prende pessoas sem culpa formada apenas para correção, de forma exagerada e desnecessária. 10º Há excesso de pessoas sendo pronunciadas por questões que não deveriam ser investigadas. “(...) até pronuncia p.r crime de q' não deve inquirir, nem tomar conhecimento p.r lhe ser expressamente prohibido pelas augustas Leys da V. A., como são os concubinatos, sobre q' jamais se deve devassar na conformidade, do Alvará de 26 de Setembro de 1769, a excepção unicamente

Existe ainda um relato mais recente sobre uma queixa contra o juiz de fora de Paranaguá de 1816 feita pelos moradores de Paranaguá. Essa queixa irá resultar no afastamento do magistrado e inclusive sua ordem de prisão.⁵⁸⁸

Inegável, portanto, o controle direto dos governadores (presidentes de província) e dos interesses de São Paulo sobre os Ouvidores de Paranaguá e Curitiba. Além disso, a própria descrição daqueles que exerceram o cargo na região entre 1822 e 1831 serve de parâmetro para compreender que o cargo antes de ser “meramente judiciário” estava cercado de questões políticas. As ações do governo central de São Paulo, provavelmente, em alguns casos eram apoiadas por elites locais,⁵⁸⁹ tendo sempre em conta que inexistia de qualquer sorte

do cazo em q' a concubina hé teúda, manteúda com geral e publico escandalo. 11.º Aceita subornos e não tem limpeza de mãos. (S. Paulo 6 de Maio de 1805. Antonio José ãa Franca e Horta)” (Documentos interessantes, vol. 15, p. 131-6).

⁵⁸⁸ Segundo carta provida do Palácio do Rio de Janeiro de Marquez de Aguiar para o Governador da Província de São Paulo Conde de Palma em 5 de Outubro de 1816 os Povos de Paranaguá queixam-se do Juiz de fora Luiz José Correa de Sá (Documentos interessantes, Vol.36, p.31). Em Carta do Palácio do Rio de Janeiro (Marquez de Aguiar) em 15 de Novembro de 1816 para o Governador da Província de São Paulo (Conde de Palma) “(...) foi presente a El-ReiMeu Senhor o Officio de V. Ex.a Nº 13, de 21 de Outubro passado, em que, acusando ter recebido o Aviso de 5 do mesmo mês para informar sobre a Representação de alguns moradores da Villa de Paranaguá acerca dos irregulares procedimentos do Juiz de Fora Luiz José Correa de Sá, dá parte de ter anteriormente, mandado proceder pelo Ouvidor d’aquella comarca as precisas averiguaçoens sobre a mencionada queixa, em consequência de outra representação que fora dirigida a V. Ex.a E mereceo a Real Approvação a deliberação que V. Ex.a tomou de não informar sem receber o resultado da deligencia encarregada ao dito Ouvidor”. (Documentos interessantes, Vol.36, p.33-4). Em Carta do Palácio do Rio de Janeiro (Conde da Barca) em 7 de Janeiro de 1817 para o Governador da Província de São Paulo (Conde de Palma) “(...) 20 de Novembro passado, em que informa sobre a Representação que fizerão alguns moradores da Villa de Paranaçoá, queixando-se dos abusos, despotismo e pessima conducta do Juiz de Fora d’aquella Villa, o Bacharel Luiz José Correa de Sá: E reconhecendo o mesmo Senhor pela conta que o Ouvidor da Comarca de Coritiba dá da deligencia que a este respeito V. Ex.a remetteo com o seu Officio que não são destituídas de fundamento as queixas que se formão deste Magistrado, e que versando sobre objectos de summa gravidade exigem as mais vigorosas e promptas providencias: He servido que V. Ex.a o suspenda logo do exercício do seu lugar, fazendo o sahir immediatamente d’aquella Villa e seu Termo para se apresentar nesta Corte a esta Secretaria de Estado dos Negócios do Brazil, e ordenando ao sobredito Ouvidor da Comarca da Coritiba que passe a mencionada Villa, e devasse do procedimento delle, remetendo V. Ex.a a real Presença o resultado que lhe for enviado desta deligencia para Sua Magestade Resolver finalmente o que for conveniente ao seu Real Serviço”. (Documentos interessantes, Vol.36, p.38-9). Manda prender o juiz de fora de Paranaguá. Em Carta do Palácio do Rio de Janeiro (Conde da Barca) em 22 de Março de 1817 para o Governador da Província de São Paulo (Conde de Palma) “(...) ficou El-Rei Nosso Senhor bem inteirado de serem verdadeiras as queixas formadas contra o Juiz de Fora da Villa de Paranaguá o Bacharel Luiz José Correa de Sá: E como este tenha formalmente desobedecido a ordem que lhe foi intimada para se apresentar nesta Secretaria d’Estado, demorando-se nessa Capitania com simulados pretextos de molestias, para procurar Attestaçoes com que pretende encobrir os escandalosos excessos que cometteo, e que por sua gravidade não podem deixar de ser severamente punidos: Hé o Mesmo Senhor Servido que V. Ex.a logo que receber este o mande prender em huma das cadeas dessa capitania, aonde se possa conservar com segurança, não lhe concedendo Homenagem, e dando parte para Sua Magestade das as suas ultiores Ordens a este respeito.”. (Documentos interessantes, Vol.36, p.41).

⁵⁸⁹ Os juizes letrados não tinham tão boa fama assim, o que se pode verificar após 1831, em razão das “(...) reações que despertava entre os contemporâneos no Congresso e na imprensa, sobretudo a partir da Abdicação. Já em 1833, por exemplo, O Sentinela da Liberdade do Rio transcrevia apelo de seu homônimo da Guarda do Quartel-General de Pirajá à população no sentido de que não votasse em padres e médicos e ‘ainda mais se deve fugir de magistrados (mil vezes o recomendamos) porque estes querem dominar o Corpo Legislativo’. E

uma homogeneidade nas elites, nem nas vilas, nem entre elas. Somava-se a isso uma visão negativa difundida na sociedade sobre os magistrados letrados.

Na Assembléia Constituinte de 1823 os juizes letrados foram constantemente acusados de abusos e corrupção.⁵⁹⁰ Por causa disso, as propostas de jurados populares floresceram no início do império e vão resultar na aprovação do tribunal do júri do Código de 1832.⁵⁹¹ Porém é inegável que a presença dos magistrados era primordial para a estrutura política e sustentação do poder imperial. Muito da queixa contra os magistrados também estava relacionada a sua tendência a proteger o governo em demandas contra o mesmo.⁵⁹²

prosseguia dizendo que os magistrados possuíam ‘espírito de classe e corporação’ e queriam por tudo a favor de sua ordem. Essa posição liberal – o Sentinela de Pirajá era redigido por Cipriano Barata – refletia a reação à magistratura tradicional vinculada ao Antigo Regime e preservada sob Pedro I. Contra ela tinham sido criados os juizes eleitos, esperança das forças liberais para a democratização da Justiça, assim como a Guarda Nacional deveria democratizar o Exército. Mas as decepções com a instituição dos juizes de paz e do júri logo se fizeram sentir e não demorou que vozes surgissem em defesa dos novos magistrados togados, continuadores da magistratura antiga”. (CARVALHO, 1999, p. 159-60).

⁵⁹⁰ “Na mesma Assembléia, a 21 de outubro de 1823, advogando a necessidade do júri e a sua extensão às causas cíveis, assim depunha o Deputado MANOEL ANTÔNIO GALVÃO: “E ainda se a Justiça, se a inteireza formasse o seu caráter... porém, com quanta magoa o digo! Desgraçado daquele que não tinha no antigo ministério, dinheiro para fazer valer o seu direito; a justiça era um fraco escudo; a magistratura portuguesa tinha chegado a tal ponto de corrupção que é difícil de conceber; e o povo estava tão convencido de que a ambição era o seu primeiro móvel, que afrontava cara a cara ainda aqueles que para tais assaltos não tinham dado azo. Logo no princípio de minha judicatura em Goiás ofereceram-me 50 oitavos de ouro para uns sapatinhos (dizia o ofertante), se eu desse o julgamento a seu favor; e se parasse aí a arbitrariedade desta classe, bem estávamos; porém até violências eram seus recursos: magistrados havia que deitavam a parte a pontapés pela escada, quando se não prestava às condições que propunham, e quando mesmo não juravam o que convinha ao Juiz; fui magistrado; conheço a necessidade de uma reforma; voto por ela; voto pela admissão dos jurados em causas crimes e cíveis.”” (NEQUETE, 2000b, p.50).

⁵⁹¹ “E quando, em 1831, se discutia o Projeto — de que resultou a Lei de 14 de junho do mesmo ano, conhecida como o Estatuto da Regência, e pela qual a suspensão dos juizes passava a ser exercida cumulativamente com os Presidentes das Províncias — nenhuma voz se levantou em favor da magistratura brasileira: acusaram-na, todas, invariavelmente: PAULA E SOUZA sustentou que, infelizmente, havia muitos magistrados que desonravam a classe, tendo o povo do Brasil sofrido mais incômodos e vexames da parte deles do que dos outros poderes políticos, porque lhes tocava mais de perto e não havia recurso, as mais das vezes, por causa da falta de comunicação e das distâncias. CARNEIRO DA CUNHA, esse assegurava que os magistrados eram as únicas autoridades que lhe tinham feito conhecer o despotismo, e que, à exceção de uns poucos, bons e honrados, os mais todos vendiam publicamente a justiça... E, no mesmadiapásão, prosseguiram os demais: dever-se-ia opor uma barreira às prevaricações da magistratura, à sua perversidade que tantas vítimas fazia nas Províncias, à sua arbitrariedade, enfim, que era a que mais pesava sobre o país — dado que lhe cabia decidir do fato e do direito e ainda não se organizara na forma da Constituição... Apenas no Senado ocupou-se alguém da sua defesa. “Não sei — ponderou o Marquês de INHAMBUPE — Não sei donde se desenvolve um ódio tamanho a esta classe da magistratura! Todos os litigantes, principalmente demandistas, julgam que têm a razão de sua parte e que devem ter uma sentença a seu favor; em consequência disto, tudo faz censurar esta classe, principalmente pela corporação militar que não sei por que fatalidade é sempre oposta à magistratura!... Ora, vá um ouvidor meter-se com um presidente, mormente de Província pequena, verse-á logo suspenso, tendo de sofrer todos os males que não são reparáveis, principalmente os da honra! O maior galardão que tem um magistrado, no fim de sua vida, é o dizer eu não tive queixas e não fui a um tribunal.” (NEQUETE, 2000b, p.50-1).

⁵⁹² A tendência a decisões pró-governo começa a aparecer ainda no primeiro reinado. “O apoio dos magistrados ao governo era explicado pelos fazendeiros com um argumento baseado no interesse material. O visconde de Albuquerque e o barão de Pindaré salientaram que os magistrados dependiam do governo para o progresso na carreira e melhores salários. Pindaré comparou-os com os magistrados ingleses, que eram pessoas de posses e,

Os Ouvidores também exerciam atividades de controle sobre os poderes locais. Tais magistrados não eram meros aplicadores do direito régio. Muitas vezes, por estarem associados aos poderes locais, agiam para promover o equilíbrio contra abusos. (HESPANHA, 2001, p.181), por vezes enfrentando as distorções da burocracia local.⁵⁹³

Esse modelo de controle só é possível de ser vislumbrando mediante a análise dos debates nos processos judiciais. Neles é possível observar os magistrados admoestando contendores, condenando juízes ordinários e tabeliães e protegendo pessoas em condições sociais mais frágeis. Alguns relatos de casos podem facilitar a visualização de tais aspectos.

O processo (APPR PB045 PI04417) é talvez o exemplo mais interessante sobre o controle dos Ouvidores sobre os poderes locais. Trata-se de autos de Embargos cíveis provenientes de Castro ocorridos no ano de 1823. Uma senhora viúva, Luzia de Sá, aparentemente inocente teria tido sua casa invadida por Gabriel de Oliveira, um viajante e negociante de gado, e sofrido prejuízo devido à briga por causa de algumas roupas feitas pela viúva e levadas de forma violenta e sem pagamento pelo réu. O processo corre diante do juiz ordinário de Castro. Tem uma descrição da custa das roupas e em seguida um auto de penhora de gado para pagamento. Com um valor bem acima do normal para roupas (descrevem-se valores três vezes acima do normal, o que condiz com os inventários do período). Ocorre a venda em hasta pública do gado. Nesse momento ocorre uma reviravolta no caso.

Gabriel de Oliveira era morador de Itapetininga e escreve para o Governo de São Paulo pedindo providências sobre os abusos cometidos pelo juízo ordinário de Castro. Em seu relato descreve que teria relações de amizade com a reclamante e que a mesma num ataque de fúria por questões pessoais o acusou mediante os juízes locais. O procedimento arbitrário se deu quando foi “(...) arguido pelo capitam mór da mesma villa José Carneiro Lobo primo da suplicada Luzia e por Manoel Pessoa e seu irmão Luiz Pessoa (...) e logo sendo a falça acusação apoiada pelo juiz ordinário, foi anuída pelo juiz pelo escrivão do lugar Luiz Vicente,

portanto, financeiramente independentes, podendo ser também politicamente independentes. Os brasileiros eram dependentes nos dois sentidos”. (CARVALHO, 1999, p. 164).

⁵⁹³ “As possibilidades de manipulação por parte das autoridades locais frente às ordens do centro são imensas. (...) Quando as ordens não agradam, sempre se dá um jeito de não registrá-las e o tempo se encarrega de sepultá-las no esquecimento. E se algum funcionário mais zeloso resolve exigir o cumprimento das instruções terá que suportar grandes afrontas e contrariedades.”. (NASCIMENTO, 2003, p.30)

que igualmente tomou parte no enredo, fes-se autor na cauza, acessor do juiz, aver digo do suplicante, despista infracções das Leis atacando ao suplicante com a palavra – Ladrão (...)”(APPR PB045 PI04417). Então o Ouvidor da época, José de Azevedo Cabral, é acionado para intervir e averiguar o que tinha acontecido. Trata-se de um caso de avocação de juízo da Ouvidoria. Realizada a investigação o Ouvidor intervém reformando a sentença do juiz ordinário e revertendo os embargos cíveis (sentença que se dispõe em nota para agilizar a leitura).⁵⁹⁴

O caso demonstra a intervenção do Ouvidor sobre as elites e poderes locais, impedindo inclusive abusos e arbitrariedades. Novamente José de Azevedo Cabral despacha de Paranaguá e não de Curitiba. Mas o caso não termina aí. O juiz de Castro demora-se em executar a sentença da Ouvidoria e novos Autos são abertos (APPR PB045 PI04436). Trata-se de um agravo em que a petição inicial é de 19 de Novembro de 1824. O agravo pede que o juiz ordinário não mais retarde o repasse de mandado para recuperar os bens (gado) anteriormente embargados e que tiveram sua execução anulada. Novamente o juiz ordinário de Castro tenente Francisco José Dias de Almeida tenta proteger a viúva Luzia de Sá. Porém a

⁵⁹⁴ “Mostra-se dele a justa razão de queixa do dito recorrente e o ilegal e despótico procedimento do juiz ordinário da villa de Castro, a requerimento de Luzia de Sá, no qual alegando prejuízo que o dito Gabriel lhe tinha cauzado, por lhe haver tirado e picado algumas roupas que elle mesmo lhe havia dado por motivo de amizade ilícita, que entertinhão há tempo de quatro, digo de três para quatro anos, requereo finalmente que se fizesse embargo e sequestro em huma porção de gado que o sobredito possuía para por elle ser satisfeita dos prejuizos por ella livremente alegados, e cuja importância fora parte por ella mesma arbitrada a folha 7 e outra parte avaliada a folha 9 a vista das roupas picadas, que por ella forão livre e arbitrariamente apresentadas; e de toda esta pertença não [dissentio] o dito juiz e tudo assim se fez na forma requerida procedendo-se o effectivo sequestro e a subsequente effectiva arrematação que fez a suplicante para seo pagamento e tudo sem que o suplicado recorrente fosse legalmente citado, ouvido e convencido, e sem que precedesse sentença condenatória, em que pelos meios competentes e que as leis prescrevem tendo havido todo o pleno e legal conhecimento, contasse a quantia certa, e indubitável do alegado prejuízo, e a obrigação em que o réo, mostrado cúmplice, se achasse para a sua devida indenização. O que é do visto e o mais que dos autos consta: e como o sequestro seja em direito prohibido, a exceção dos cazos no mesmo especificados, em que se nada mostra o de que se [haxa] pois nem se prova a dívida certa e líquida nem a mudança de condição e estado do réo, nem a falência de bens, ou o que deixasse de os ter para pagamento do que se mostrava dever, não bastando que os não tivesse na villa de Castro, cumprindo provar-se que os não tinha em outro lugar ou no próprio domicílio, que também se não mostra [incurso] antes a autora confessa em seo requerimento para a justificação apença que o réo era morador na villa de Itapetininga; não havendo também lugar a presumpção de fuga que se não verificou, nem ainda a retirada para o lugar de seo domicílio que mesmo verificada não devia para tal cazo ser por fuga qualificada. Portanto julgo o sequestro nullo e incapas de produzir efeito, e por isso de nenhum efeito o que foi obrado; condeno a ré que faça as vezes entregar de seo gado, por ella nulamente arrematado, ou de seu justo valor no cazo de algum não existir, e pague a mesma as custas dos autos; e poderá depois intentar acção legal e pelos meios competentes para haver do réo os prejuizos que alegou que o mesmo lhe causara, e a este deixo o direito salvo para haver da autora a de quem mais direito for os prejuizos, perdas e damnos que tem soffrido pelo procedimento ilegal injusto e violento e despótico contra elle praticado. Paranaguá, 20 de maio de 1824. Jozé de Azevedo Cabral”. (APPR PB045 PI04417)

nova ordem da Ouvidoria é mais rigorosa ainda.

Portanto, vistos os autos e direito provendo ao recorrente, reforme o dito juiz seu mencionado despacho, expessa como lhe incumbe os despachos e as ordens necessárias para a prompta e fiel execução da mencionada decisão, e pague a agravada as custas – Curitiba, 8 de janeiro de 1825. José Verneque Ribeiro d’Aguilar. (APPR PB045 PI04436).

O Ouvidor condena o juiz ordinário ao pagamento das custas processuais. E não é o único caso em que tal fato acontece. Em processo ocorrido em 1827 (APPR PB045 PI04630) o juiz ordinário da Vila Nova do Príncipe (atual Lapa), depois de condenação do escrivão da cidade numa controvertida devassa motivada por richa com um morador importante da mesma, acaba tendo sua sentença reformada. Além disso o Ouvidor acaba condenando o juiz nas custas do processo. O Ouvidor se expressa da seguinte forma: “(...) e pague o juiz da pronuncia as custas ex causa em qual o condeno” Curitiba 3 de Novembro de 1827” (APPR PB045 PI04630). Longe de se utilizar o princípio da rusticidade dos juízes ordinários, de sua pretensa ignorância ou da falta de conhecimentos legais, o juiz foi condenado por agir de forma arbitrária e contrária ao direito. Pressupondo-se que sabia o que fazer e agiu de má fé.

Porém os juízes ordinários não eram os únicos a serem controlados pelos Ouvidores. No processo já referido anteriormente (APPR PB045 PI04443), o tabelião Lucas Baptista de Oliveira Fontoura também é condenado por ter participado da elaboração de testamento de forma ilegal.

(...) outrossim declaro culpado ao dito tabelião Lucas Baptista de Oliveira Fontoura pela manifesta preterição dos deveres de seu ofício para que se faça cumprimento de justiça, impondo-se-lhe as penas da Ley como cumpre (...). Curitiba, 29 de janeiro de 1825. José Verneque Ribeiro d’Aguilar. (APPR PB045 PI04443)

Por isso, não é de se estranhar que existam processos que apenas sirvam para descrever relatos de desaparecimento de bens da Câmara ou do Juízo. Um exemplo é o processo (APPR PB045 PI04401), trata-se de autos de Agravo iniciados pelo alcaide de Castro, onde se relata o desaparecimento de 6\$000 do Juízo Ordinário da Vila. O processo porém não tem seguimento, nem conclusão. Restando apenas a descrição dos bens do mesmo juízo.

Mas não são apenas as autoridades controladas. Em alguns casos existe apoio contra litigância de má fé. O processo (APPR PB045 PI04435) é exemplar nesse sentido. Trata-se de um pedido de inventário de bens salvados de um naufrágio na Iguapê. O escrivão da cidade nega-se a realizar o inventário dos bens salvados do naufrágio Dóris. João Vieira de Sá abre procedimento sob a denominação “autuação de uns papéis e requerimento” pedindo que a Ouvidoria ordene a prestação do inventário e puna o escrivão. A resposta do escrivão José Joaquim de Assumpção e Sousa porém é muito interessante, afirmando que o autor era uma pessoa que litigava de má fé:

(...) há muito tempo que eu cançado de sofrer as multiplicadas e repetidas tramóias com que este reo tem a annos embrulhado este juízo e as revoltantes e inaturáveis calunnias com que impunemente tem insultado tanto a todas as authoridades e membros judiciais desta villa, como as primeiras authoridades da comarca / cujo procedimento continua como se vê deste requerimento em que me insulta e ao juiz desta villa, chamandonos de ladroins e opressores da humanidade pella palavra = [verres] = que nem huma outra coiza significa injuria que deveria ser punida na forma da lei se fosse feita (p.4) por pessoa a quem se não podesse com justos motivos aplicar hum bem conhecido provérbio, e a não servir lhe culpa a sua notória ineptia intellectual, que já excede todos os limites do mais apurado sofrimento /cançado in, como digo, de sofrer taes desaforos, julguei, julguei que o poderia de alguma forma evitar dando-me por suspeito nas muitas cauzas e com que elle então cansava este juízo e em todas e quaisquer de pendências em que houvesse de involver-se para o futuro (...)(APPR PB045 PI04435)

Depois de diversos debates, nos quais citam-se em diversos momentos a Constituição de 1824, chega-se ao termo sem uma conclusão clara. Então a sentença do Ouvidor acaba por apontar que o escrivão havia apontado os motivos pelo qual não queria prestar o inventário. Inexistindo motivos concretos para sua condenação.

Existem ainda casos em que ocorrem controles específicos de duplo grau de jurisdição, e agravos e outras formas de correição. No processo (APPR PB045 PI04387) o Ouvidor inverte decisão do juiz de órfãos de Curitiba em relação à disposição de bens de órfão vendido de forma negligente. Também reforma sentença dada pelo juízo ordinário de Cananéia (APPR PB045 PI04592 e APPR PB045 PI04599) realizado além dos limites de sua jurisdição quando atinge ex-escravos residentes em Iguapê.

Por fim, vale ressaltar o controle feito aos Ouvidores pela própria comunidade. A

verdade é que mesmo sendo representantes reais na localidade não podiam se sustentar sozinhos. Era necessário realizar alianças e ter relações com as pessoas da localidade. Esse controle não chega a ser tão explícito e será abordado no capítulo denominado “Terras do Sem-fim”.

2.4.2 O Augusto defensor de nossa pátria garantirá o fim do “Tempo dos Mandões”

Dentre todos os processos encontrados no período analisado entre 1822 e 1831 um deles se destaca. Trata-se (APPR PB045 PI04556) datado de 1823 sob o nome “Autuação de papéis e requerimentos”. Trazia uma curiosa reclamação dirigida ao Presidente da Província de São Paulo no início do ano de 1823. A petição foi dividida em 4 partes e serve de roteiro para o presente item. Seu conteúdo é de extrema importância pois demonstra o impacto da Independência na visão de mundos dos moradores da Ouvidoria. A petição inicia assim:

Dizem Bernardo Moreira Paes; Tenente da companhia de reaes aventureiros a cavalo, da expedição do rio Tibagi do continente de Curitiba desta província, tanto por si, como por parte dos inferiores e soldados da mesma companhia que sendo esta há anos recrutada e organizada pelo falecido tenente coronel José Felix da Silva, em observância de decreto régio, /conseqüente de planos ou requerimentos que o mesmo tenente coronel fizera a S. Mag./ principiou desde então a dita companhia a empregar-se na prestação de um destacamento girando os Sertões daquele rio (...). (APPR PB045 PI04556)

Tratava-se de uma petição relacionados aos serviços prestados pela “Real Companhia dos Aventureiros da Expedição do Rio Tibagi”. Essa expedição não está relacionada às famosas expedições que ocorreram aproximadamente entre 1770 e 1777 e que teriam servido para conhecer e explorar a fronteira Oeste da região aonde hoje se encontra o Estado do Paraná. É uma expedição organizada por um personagem famoso da história do Paraná, o tenente coronel José Felix da Silva.

Tal personagem virou enredo de um romance histórico elaborado por Davi

Carneiro.⁵⁹⁵ Ficção à parte, o dito Coronel existiu⁵⁹⁶ e foi um dos principais responsáveis pelo avanço territorial na região do Rio Tibagi.⁵⁹⁷ Era o mais importante e rico dos fazendeiros da região de Castro. Dono de 4 fazendas ao morrer, provavelmente em 1822,⁵⁹⁸ deixa toda de herança para sua mulher Onistarda Maria. No ano de 1823 quando a petição é dirigida ao Presidente de Província Onistarda Maria do Rosário era possuidora das fazendas Fortaleza, Taquara, e Maracanã. Com o total de 152.460 Hectares, 67 escravos e 3530 cabeças de gado vacum. (GUTIÉRREZ, 2004, p.120).

Antes, porém, desses acontecimentos, José Felix da Silva teria descoberto

⁵⁹⁵ Trata-se do livro "O Drama da Fazenda Fortaleza" (1941). O livro conta a história de José Felix da Silva e Onistarda Maria como um romance. O enredo envolve um casamento marcado pelo drama. Onistarda não seria virgem ao casar, o que fez com que José Felix se sentisse enganado. Depois de mantê-la em cárcere privado durante certo tempo ocorre à tentativa de assassinato de José Felix a mando de sua esposa. A tentativa fracassa, mas o Tenente Coronel perde os dedos de uma mão. Condenada pela tentativa de assassinato pelo juízo ordinário de Castro acaba recebendo o perdão do marido e cumprindo sua pena reclusa na fazenda. O clima fica cada vez mais pesado até a morte do tenente coronel, sendo que no romance o personagem fica tão arredio que permite apenas que o neto faça sua barba com uma navalha (CARNEIRO, 1941).

⁵⁹⁶ Muitas de suas características são reforçadas por documentos da época. "E o perspicaz Auguste de Saint-Hilaire, que conheceu o casal durante sua visita à Fortaleza em 1820, confirma muitos dos fatos. O viajante achou José Félix um dos mais ricos proprietários da província de São Paulo, e mencionou sua notável avareza." (GUTIÉRREZ, 2004, p.122).

⁵⁹⁷ "José Felix da Silva. Tenente-coronel. Um dos mais valorosos dos colonizadores e povoadores do mun. do Tibagy, onde fundou a fazenda da Fortaleza. Conta Adolphe de Saint-Hilaire, que foi seu hospede, que era um homem rico e parcimonioso. Tratava a mulher, D. Onistarda Maria, com extrema severidade. A consorte, não podendo tolerar o mau trato, quiz desembaraçar-se do esposo pelo assassinio. Encarregou capangas de mata-lo, mas José Felix era valente. Resistiu corajosamente e salvou-se, perdendo na luta, todos os dedos de uma das mãos. A mulher foi presa, mas saiu da prisão a força de pedidos e empenhos. O marido a retinha na fazenda e vivia com ela. Tinha uma filha que enviuvava; e José Felix conduziu-a para a fazenda, embora fosse pouco do agrado dessa senhora a convivência, que por vezes procurou evitar pelas fugas, sempre mal sucedidas. Vivia ella como prisioneira, em carcere privado. Mau senhor de escravo, não perdoando a menor falta, detestado pelos seus servos, foi victima de varias tentativas do assassinato, das quaes se livrou pela sua coragem e pela "estrella" que o protegia. Mesquinho, guardava sob chaves, as menores provisões: e para não gastar dinheiro, nem se expor a vingança dos escravos, era um seu netto quem o barbeava. Quando hospedou Saint Hilaire, mandou um cavalleiro recebel-o antes de chegar a habitação, alojou em uma pequena casa independente e separada por longo corredor. Era um homem de pequena estatura; tinha, então, 60 annos, mutilado, estropiado, de longas barbas, olhos vivos e intelligentes, maneiras comedidas. Apesar do seu temperamento, era hospitaleiro. Acompanhou os trabalhos do sábio naturalista com assiduidade. Intelligente, dotado de bom senso, com alguma instrucção recebida em S. Paulo, conversava maravilhosamente, evitando tratar de si e dos seus negócios. Os assumptos preferidos versavam sobre a França e o Rio de Janeiro. José Felix creou a sua casa: penetrou no sertão em 1800 e residia em plena zona dominada pelos índios coroados (kaingangues), com os quaes vivia em accesa luta. Os seus escravos trabalhavam armados, para repellir qualquer assalto. José Felix, n'uma das batidas aos índios penetrou em uma maloca, construída a portugueza, com provisão de milho e feijão. Tomou dos índios arcos, flexas, machados de pedra, collares, cestas, potes, etc. Na sua fazenda da Fortaleza viviam treis coroados aprisionados: uma mulher e dois meninos, de aspectos bastante agradáveis. O Tte. Coronel José Felix não via nunca estrangeiros e mostrou-se encantado com a permanencia de Saint-Hilaire; na sua fazenda, durante a qual procurou desmentir a fama de miserável. Ao deixar o sabio francez a fazenda, foi presenteado com abundantes provisões para a jornada. O Tenente Coronel tinha a seu cargo a guarda dos diamantes do Tibagy; e perseguia, com as suas forças, os garimpeiros. A carta regia de 5 de Novembro de 1808, tratando da reconquista de Guarapuava, mandou contemplar-o com uma sesmaria nos campos que iam povoar." (LEÃO, 1994, p.1048-50).

⁵⁹⁸ Segundo o Romance de Davi Carneiro, Onistarda teria assassinado o marido com veneno.

diamantes na região do Tibagy. Porém, para explorá-los era necessário um contingente maior de homens, tendo em vista que as terras eram habitadas por indígenas Kaigangues. Para tanto pede autorização para organizar uma expedição a suas custas.⁵⁹⁹ Os frutos para a Coroa não demorariam a amadurecer. Em correspondência do Palácio do Rio de Janeiro (Marquez de Aguiar) ao presidente da Província de S. Paulo (Conde de Palma) em 22 de Fevereiro de 1815 relata-se que “(...) Havendo remetido o Ouvidor dessa Comarca D. Nuno Eugenio de Locio e Seilbs no anno de 1813 vinte e sete Diamantes, que forão achados no rio Tibagi por José Felix da Silva, a tempo que examinava productos mineralógicos (...)” (Documentos interessantes, Vol.36, p.6). Os diamantes foram diretamente remetidos a Sua Majestade D. João VI. A empreitada, portanto, podia ser arriscada, mas era extremamente lucrativa para as partes, ou seja, para a Coroa e para o Tenente Coronel. Porém nem todos lucravam com a empreitada. Voltando a petição:

(...) e em quanto alguns dos suplicantes expunhão suas vidas a ferocidade dos tigres e do gentio, para boa seguranças dos serviços diamantinos que ali se estabeleceram, outros, de mistura com os escravos do referido tenente coronel, eram por estes obrigados a toda a sorte de serviço braçal, de roças, costeios dos animais de suas fazendas, prisões de seus escravos fugidos, exploração do gentio em defesa das vidas do dito Tenente coronel, sua família e escravatura, e até lançados a luta e caça dos tigres, para a ileza conservação das criações das ditas fazendas, percebendo apenas os desgraçados suplicantes enquanto empregados nesses pesados e arriscados trabalhos, o mais parco alimento, estragando naqueles sertões as suas roupas, e sua saúde, além do desamparo de suas famílias expostas a miséria, e aos

⁵⁹⁹ Expedição ao Sertão do Tibagi (a custa do próprio José Felix Silva) é autorizada em carta da Secretaria do Conselho Supremo Militar em 1º de Outubro de 1812 ao Governador da Província de São Paulo o Snr. Marquez do Alegrete. “(...) Expedição ao Sertão do Tibagi (...) Tendo-se offerecido o Sargento Mór das Ordenanças José Felix da Silva morador nos Campos Geraes de Coritiba, a entrar á sua propria custa no Certão de Tibagi, a descobrir os Haveres que ali se encontrarem e erigir naquele Certão húa Povoação, e Freguezia, com a condição de se Crearem duas Companhias ás Suas Ordens e por elle Sustentadas, e municiaadas; e Havendo S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor annuido á Informação que sobre este objecto V. Exa. fez Subir á sua Real Prezenças, a quem Authorizou em Avizo expedido pela Secretaria d’Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra na data de dezaseis de Dezembro de mil oito centos e onze, afim de que V. Exa. Procedesse á proposta Organização, na forma indicada pelo dito Sargento Mór, e tendo V. Exa. em consequencia já procedido com effeito a formar húa das ditas Companhias, visto que nas circunstancias actuaes se acha o Continente de Coritiba falto de gente, que possa, sem detrimento da Expedição de Guarapuava, tirar-se a precisa para o Complemento das duas projectadas Companhias: Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem, por Seu Real Decreto de dois de Setembro do prezente anno, confirmar a Creação da que se acha formada com a denominação de = Primeira Companhia dos Reaes Aventureiros do Tibaji = composta de hum Capitão, hum tenente, hum Alferes, hum Furriel, hum Porta Estandarte, quatro Cábos d’Esquadra, e trinta soldados, sendo os seis Officiaes inferiores tirados do Regimento de Cavallaria dos Reaes Coritibanos, e Foi outro sim Servido Confirmar a Nomeação do Sobredito Sargento Mór de Ordenanças José Felix da Silva para Cheffe da mesma Companhia, e Conseder-lhe a Gradação de Tenente Coronel, na conformidade que lhe foi proposto por V. Exa. O que participo a V. Exa. para que nesta intelligencia expessa as convenientes Ordens, afim de que o refferido Real Decreto tenha a sua prompta, e devida execução.”. (Documentos interessantes, Vol.60, p.87)

acontecimentos. (APPR PB045 PI04556)

O principal suplicante da petição é o tenente Bernardo Moreira Paes. Seu nome não é reconhecido como um dos principais da terra nas vilas onde passou. Existem apenas duas referências ao seu nome. A primeira em duas atas da Câmara de Castro em 1827, o citando como presidente (ATAS DA CAMARA DE CASTRO, 1827). Porém antes mesmo de fim do ano seu nome desaparece daquele reduto. Bernardo Moreira Paes teria abandonado a região e se dirigido à fronteira do Rio Grande do Sul, na região de Passo Fundo, onde teria se casado, virando fazendeiro (PEREIRA, C. N., 2004, vol 2, p.304-5).⁶⁰⁰ Antes, porém, em 1823 encaminha a petição em análise ao presidente de Província de São Paulo.

Bernardo Paes apresenta uma súplica que está no centro do debate sobre abusos do governo na região. Trata-se das campanhas militares da fronteira sul e de conquista dos sertões. Feitas a partir de convocações obrigatórias e de forma sucessiva acabavam por onerar em excesso a vida das famílias simples da região da Ouvidoria.⁶⁰¹ Os perigos contra a natureza e os índios arredios, o fardamento e a alimentação a custas próprias, o desamparo de suas famílias, enfim uma série de riscos e quase nenhum benefício. Por certo existiam diamantes e expedições posteriores ainda os encontrariam. Porém o lucro não era dividido de forma significativa entre os aventureiros. Não valiam o risco. Porém para Felix da Silva as expedições, além de trazer possível riqueza, também consolidavam o domínio na região.

⁶⁰⁰ Bernardo Moreira Paes. Procedente de Castro-PR, onde a família tinha fazenda. Estabeleceu-se no lugar denominado Pecegueiro, concedido através de concessão do Comando da Fronteira de São Borja e compreendendo todo o rincão do Pecegueiro, exceto do Passo da Conceição para baixo, que pertenceria a outro concessionário. Bernardo Moreira Paes foi casado com Ana Luiza de Lima, fª de José Luiz de Lima e Joana Alves de Oliveira), era morador em Passo Fundo desde 1828 (Machado). Residiam em Passo Fundo. (PEREIRA, C. N., 2004, vol 2, p.304-5)

⁶⁰¹ No mesmo sentido ressaltavam: "Dentro desse contexto, inicia-se na Capitania toda o exercício do poder tirânico dos Capitães-Generais, ainda mais exasperado pelos sucessos das guerras espanholas no Sul. O Conselheiro Veloso, liberal do século seguinte, caracteriza o sistema como "o mais duro e dinâmico despotismo", nos seguintes termos: *"falta de devida atenção às mais justas representações dos pobres quando dizem respeito aos ricos e poderosos; usurpação da jurisdição dos juizes pelos governadores, capitães-mores e comandantes; a violência que se faz aos milicianos pobres de se fardarem à sua custa, não tendo meios nem proporções para o fazerem, e sendo de cavalaria tanto pior. É mais insuportável ainda a outra violência de os obrigarem a comparecer na cidade, não só para mostras e exercícios, compelidos a jornadas de 50 ou 60 léguas por ida e volta, deixando ao desamparo suas casas e famílias, perdendo muitos dias de trabalho, obrigados a despesas extraordinárias e sujeitando-se muitos a empréstimos e dívidas, que ao depois não podem pagar sem custosos sacrifícios ... E quem diria que a fatalidade inseparável dos negócios de S. Paulo, devia acender os fachos da guerra no continente do sul, e que a brava legião daquela cidade seria obrigada a desamparar os seus lares para a defesa da pátria, arrastando a flor da mocidade e os capitais mais líquidos e a moeda do país, para ser tudo consumido em outra parte, com grande número de seus habitantes e perda irreparável do povoamento, da agricultura, comércio e indústria?"* (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p.73-4).

Voltando a petição:

Assim como os suplicantes se persuadirão sempre, que não lhes estabelecendo o Estado para [??*passagem rasgada pela dobra da folha*??] posante a seu pesado e arriscado exercício, não deviam por princípio, ou pretexto algum ser arrancados de suas lavouras e interesses, e nem degradados da união de suas famílias; também se persuadirão que suas justas petições a semelhante respeito, seriam sempre caldadas, e sufocadas pelas Serissas, /mas interesseiras/, influencias do tenente coronel, a quem sempre farão as queixas e rogados suplicantes outros tantos motivos e graos de rancor, e por isso reduzidos os miseráveis suplicantes a lamentosa sorte, ainda mais desgraçada a dos etiópes escravos, e sem esperança alguma de justiça nesse tempo do velho despotismo: nesse tempo dos mandões, quando a lei, e a sua execução consistia na força de suas paixões e vontade: nesse tempo em que o dito tenente coronel não cessava de sagazmente granjear a ter a seu lado a proteção desses monstros, não lhes restava outro remédio, senão a morte que devia terminar tantos males (...). (APPR PB045 PI04556)

No tempo dos mandões! Essa forte expressão utilizada por um tenente e aventureiro demonstra bem o sentimento das pessoas simples em relação ao período em que viviam. Era o tempo dos grandes Coronéis, Sargentos e Capitães. Era o tempo em que o poder militar e monetário ditava as leis.

Alguns relatos dos abusos de autoridade anteriores a Independência servem de ilustração.⁶⁰²

O primeiro fato ocorreu em 15 de Agosto de 1804. Naquele dia ocorre um desentendimento entre a mulher do Tenente Coronel Francisco de Paula Ribas e Maria Agueda, esposa de Salvador da Silva. A mulher do dito capitão ordenou a mulher que apanhasse brasas para testar um fogareiro, ela se negou sugerindo que mandasse uma de suas escravas. A balbúrdia termina com o início da missa.⁶⁰³

No final da missa o Tenente Coronel ordena que Maria Agueda e seu marido

⁶⁰² Esses exemplos foram descritos numa carta de 17 de Fevereiro de 1805, direcionada ao Tenente Coronel Comandante do Regimento de Cavalaria de Curitiba, Francisco José de Sampaio Peixoto pelo então capitão geral de São Paulo Antonio José da França e Horta. Na carta, França e Horta relata três casos que lhe chegaram por cartas de reclamação de pessoas da região. Como os três casos relacionam-se a acontecimentos ligados a Igreja é provável que as denúncias tenham sido enviadas por um clérigo de Curitiba.

⁶⁰³ “(...) achando-se a mulher do Capitão-Mor, e a do Tene. Coronel Francisco de Paula Ribas na Igreja Matris, antes da Miça Conventual, certa mulher ofertou naquele hum fogareiro piqueno, e voltando-se para Maria Agueda mulher de Salvador da Silva do Bairro de Tinguiquera, q. se achava proxima lhe fosse buscar brazas, respondeo q. não hia, e q. mandasse as suas escravas. Com esta resposta alterarão varias rezoens de parte a parte athe q. disse a mer. do Tene. Coronel a Maria Agueda, q. se contivese; ella concluhio dizendo q. sem embargo de ser mulher de baixo nascimento não podia sofrer semulhantes dezinhas. Nesta contingencia entro a Miça, e sesou a disputa”. (Documentos interessantes, Vol.56, p.158-60)

comparecessem à casa do mesmo. Lá chegando pergunta-se a Maria Agueda se sabia com quem havia discutido. Responde a mesma que sim e que não a tinha ofendido. Em seguida, o marido é repreendido e a mulher presa e enviada a cadeia para ficar presa em tronco de pé e de pescoço. O cônjuge em desespero pede para cumprir a pena no lugar de sua esposa, tendo em vista que ela estava amamentando uma criança pequena, mas o pedido é negado pelo Tenente Coronel. A ordem não foi executada, segundo consta, por falta de espaço no tronco e por ter a cadeia muitos presos.⁶⁰⁴ Porém a mulher ficou presa durante a noite nos porões da cadeia.

O segundo caso trata do Vigário de São José dos Pinhais. Este foi ameaçado com arma de fogo por três irmãos, filhos de um poderoso da região, por ter espantado um porco de sua propriedade que atacava a horta.⁶⁰⁵

Por fim, o terceiro caso retrata a truculência do jovem Lourenço de Sá Ribas, que ameaçou com uma espada um padre desafeto denominado “Candido del Rio Cardenas”. Correndo com uma espada em punho afirmando que lhe daria com ela se o encontrasse. Ninguém contrariou o futuro juiz de paz e deputado provincial da região.⁶⁰⁶

⁶⁰⁴ “(...) Logo q. sahirão da Igreja foi o Tene. Corel., e em sua Compa. o soldado Pedro Fernandes, a Caza de Antonio Jozé Pinto Bandeira, aonde se tinha recolhido Maria Agueda: Ali ordenou ao Camarada q. a conduzisse a sua Caza. Comparecendo ella, e seu Marido lhe perguntou se conhecia a quem tinha desatendido; respondeo q. mto. bem conhecia, porem q. a não tinha ofendido; voltou-se o Tene. Coronel ao Marido dizendo, se assim era que ensinava a sua mulher ser desavergonhada; e em tom mandativo determinou ao Camarada, q. a puzesse na Cadéa de tronco de pé e pescoço: A isto disse o Marido q. queria receber o castigo pro sua mulher visto q. ella se achava com huma criança de peito. Não atendeo a esta rogativa, e foi a mulher à Cadéa; como porem se achavão varios prezos aonde existe o Tronco e fes recolher a Cadéa q. está destinada as Mulheres, dando logo parte, e a rezão que havia pa. não por de tronco. Disse o Tene. Coronel enfurecido, que executasse a ordem, q. tinha determinado, e que fosse o Marido por-se na Grade de Sentinela enquanto estava no tronco. Aqui suplicou o Camarada q. se compadecesse daquela pobre mulher, e q. não parecia bem estar de tronco huma Mulher aonde estavão homens. Com efeito a instancias, e rogos deste, ficou a mulher somente na Enxovia, e no seguinte dia sahio”. (Documentos interessantes, Vol.56, p.158-60).

⁶⁰⁵ Dizem que o Vigario de S. Jozé dos Pinhaes fora atosmente insultado por huns tres filhos de Jozé da Maya, chamados Lourenço, Jozé, e Gregório, os quaes o descompuzerão com nomes injuriosos, e o dezafiarão, hindo armados de armas de fogo, com as q. hum delles atirou a hum cão q. se achava na porta do mesmo Vigario, dizendo-lhe que se queixasse deste facto infalivelmente lhe tiravão a vida. O motivo q. se alega pa. este dezaforo, dizem ser, ter o vigario mandado correr com os seus caxorros huns Porcos q. os ditos homens tem, q. lhe entrarão no seu Quintal a destruir-lhe as plantas; o que parece fazem todos os annos as dos mais vezinhos; e isto dipois de os mandar avizar pa. que pozessem cobro nelles. Vindo deste modo a pertenderem que o Vigario sofresse e calase, como calavão e sofrião os mais moradores pellos temerem” (Documentos interessantes, Vol.56, p.158-60).

⁶⁰⁶ “No dia 8 / supoem se ser de Dezembro passado / estando na Sanchrestia da Matris da Villa de Coritiba. Candido del Rio Cardenas, ali foi sem dar motivo ultrajado com palavras afrontozas, por Lourenço de Sá Ribas, filho do Juiz Ordinário João Antonio Pinto, e passando o ofendido a queixar-se ao Thio do agressor, o q. daqui rezultou foi pegar o d.º Ribas em huma espada, e hir desafiar o Cardenas a sua Caza, donde o não achou, continuando a andar armado, e a dizer publicamente. q. lhe hade dar com ella”. (Documentos interessantes, Vol.56, p.158-60)

E esses atos não eram cometidos apenas pelos militares. Existe um importante relato⁶⁰⁷ de um padre da Vila da Lapa que excomunga diversos agentes militares e civis que pretendiam prender um padre acusado de rapto e estupro. D. João VI intervém pessoalmente no caso anulando a excomunhão e admoestando o vigário à obediência. Somente o rei fez o padre desistir de seu intento. Exemplos parecidos são tantos que seria redundante narrar outros.

Voltando a petição em sua derradeira parte.

(...) mas os dias suspirados, e venturosos da regeneração política, aparecem, e a par deles a retidão do Augusto defensor da nossa Pátria, protegendo a revindicação de nossos direitos: e por isso os suplicantes reanimados, e cobertos de razão se recorrem, e/ Pedem a vossa excelência sejam servidos mandar, que ou pelo cofre nacional, ou pelos bens daquele tenente Coronel que tanto se aproveitou do suor dos suplicantes sejam estes imediatamente embolsados dos fardamentos, e soldos já vencidos, e que devem corresponder a qualidade de seus peizados, e arriscados trabalhos: cessando assim o justo queixume dos suplicantes, por parecer tão indecoroso a nação, a ao atual melhoramento de administração da justiça, como o ofensivo ao direito da Pátria. Bernardo Moreira Paes. (APPR PB045 PI04556)

Segundo o peticionário, o tempo dos mandões acabou, graças à regeneração política do Augusto defensor da nossa Pátria, D. Pedro. A independência trouxe ventos de revolução e liberdade no imaginário daquelas sofridas pessoas.

D. Pedro foi adotado como símbolo da transformação dos tempos. Do escrivão de Iguape ao filho do rico comerciante de Curitiba. Do tenente de Castro ao liberto de Cananéia. Do rábula português ao menino que gritava Viva ao imperador e defensor Perpétuo do Brasil em frente a matriz no dia da aclamação de D. Pedro. Seu eco ressoou no imaginário daqueles que queriam tempos melhores. Ávidos de esperança.

O rei era a peça central, mesmo nos pedidos mais revolucionários.⁶⁰⁸ E no

⁶⁰⁷ Vide Anexo 5. (Documentos interessantes, Vol.60, p.136-9)

⁶⁰⁸ É interessante como a própria forma de tratar o soberano estava adstrita a regras específicas, até mesmo a forma com que os documentos deviam se dirigir a D. Pedro era regulado por decretos ainda em 1822. “DECRETO DE 13 DE OUTUBRO de 1822. Coll. Braz. Havendo-me os povos desta Capital e de varias outras Províncias deste Imperio, unanime e solemnemente aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, adiantando-se já ao voto geral das outras; e devendo haver novo tratamento que seja digno de tão alta dignidade, e por onde se regulem os Tribunaes e mais repartições publicas, de hoje em diante no expediente dos alvarás, provisões e outros diplomas que passarem em meu nome: hei por bem ordenar que, da data deste para o futuro, se use nos ditos Tribunaes e mais repartições publicas geralmente do título de Magestade Imperial, quando no expeniente dos 'Negocios se referirem a minha augusta pessoa; que nas provisões se principie pela formula seguinte: D. Pedro, pela graça de Deos e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Imperio do Brazil, faço saber, etc. E que nos a mim vier se use da seguinte: eu o

imaginário de Bernardo Moreira Paes a mudança podia se concretizar. Seja pela cobrança dos valores dos salários e roupas como indenização contra a poderosa Onistarda Maria do Rosário. Ou ao menos por meio de uma indenização do governo que reconheceria os importantes serviços prestados pela “Real Companhia dos Aventureiros do Rio Tibagi”. Daí basta um passo para se imaginar uma revolução quase acontecendo nos pinheirais. Um liberalismo pulsante e transformando a realidade. Mas não é isso que acontece. Muito longe disso. Logo na capa do mesmo processo a autuação denuncia do destino do pedido 4 anos mais tarde.

Esta questam foi reconciliada em Audiência de trinta e um de março de 1826, desistente o suplicante de toda a ação como se ve no portocolo das audiências deste juízo a a fls.47v até fl.48 de que eu faço esta lembrança eu José Estevão de Siqueira que o escrevi. (APPR PB045 PI04556)

Novas idéias podiam caber nesse velho mundo dos mandões?

2.4.3 Uma constituição e seu impacto social

Para concretizar os avanços da liberdade que a Independência havia despertado, D. Pedro promete uma Constituição. No Brasil contemporâneo existe certo ranço do período autoritário que projeta na Constituição um texto sem aplicabilidade, que teria função apenas filosófica. Seguindo esse espectro, a constituição de 1824 não teria impacto algum na sociedade, mantendo todas as desigualdades significativas do período, do machismo ao mandonismo, do latifúndio ao militarismo, e principalmente, o escravismo. Para compreender o impacto social da Constituição na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba vale analisar alguns dos usos do texto constitucional bem como seus fundamentos. Antes porém vale analisar os fundamentos da idéia de Constituição no mundo português e brasileiro.

Recentes debates têm demonstrado que o constitucionalismo em Portugal teria

Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brazil, faço saber, etc. Os ditos Tribunaes, repartições e autoridades constituídas, a quem pertencer a execução deste meu decreto imperial, o tenham assim entendido e fação executar. Paço, em 15 de Outubro de 1822. Com a rubrica de Sua Magestade Imperial. José Bonifacio de Andrada e Silva”. (ARAÚJO, 1837, T3, p.336.)

características próprias, diferentes das existentes em países como os Estados Unidos e a França do período.⁶⁰⁹ Os liberais portugueses adotaram o modelo da constituição para garantir uma sociedade de fundo conservadora.

O que estou a dizer sobre a cobertura estatal do liberalismo não é nada de novo, de que os próprios contemporâneos não tenham abertamente falado. Porém, creio que é justamente essa inesperadamente a-problemática aceitação do papel dirigente do Estado, no improvável seio de uma retórica desabusadamente "liberal", que torna lógico aquilo que hoje aparece como um paradoxo. O Estado é apenas e tão-somente o artifício necessário para que uma natureza se torne de uma ficção em algo que funciona na prática. (HESPANHA, 2009, p.15-6)

A idéia de que a constituição reflete a natureza das coisas é excepcionalmente vinculada à noção de religião no mundo luso-brasileiro. Inclusive, além de tal viés, deve-se ter em conta a própria concepção mágica de mundo tão bem notada por Saint Hilaire. O conservadorismo de base religiosa é um grande entrave aos ideais liberais motivadores de transformações profundas no modelo de gestão e de Estado português.⁶¹⁰ Inclusive impede a realização de uma motivação puramente laica de organização social.

Os filólogos portugueses ao conceituarem a palavra Constituição demonstram como o sentido moderno de constituição é do início do século XIX.⁶¹¹ Raphael Bluteau no início do século XVIII descrevia constituição como: “Estatuto. Regra. (Constitutio, onis Fem. Ulpiano)”. (BLUTEAU, 1712-1728, v.2 p.485) não tendo significados além deste. Moraes Silva no início do século XIX tem conceito próximo: “Estatuto, Lei, Regra civil, ou ecclesiastica”. (SILVA, 1813, vol.1, p.453). A partir da década de 1820 a palavra começa a

⁶⁰⁹ Em especial, defende esse argumento António Manuel Hespanha em seus textos denominados “Guiando a mão invisível” e “Hércules confundido”.

⁶¹⁰ “No caso ibérico, a passagem de uma concepção de monarquia absoluta, e no entanto limitada, para o absolutismo setecentista só se deu com a influência dos afrancesados e assim mesmo com forte resistência de origem neoescolástica. Na virada do século XVIII para o XIX, assim, apesar da força do constitucionalismo ilustrado francês, a ideia do retorno a alguma espécie de pactismo tradicional ibérico também possuía adeptos”. (WEHLING; WEHLING, 2011, p.92)

⁶¹¹ “Na linguagem jurídica, “constituição” significava, porém, sobretudo, uma lei do príncipe, na tradição da linguagem jurídica do império romano (“estatuto, regra”, regista Bluteau, no qual o verbo “constituir” significa “estabelecer, ordenar”). E neste sentido que a palavra é utilizada para designar a disciplina jurídica proveniente da autoridade eclesiástica (“constituições dos bispados”, “constituições sinodais”). Esta tensão entre “disposição natural” e “decisão de autoridade” não era particularmente sentida na teoria jurídica e política do Antigo Regime, pois era consensual que os “imperantes” não inventavam o direito, mas o iam colher a uma fonte natural. “Governar” (iurisdictionem haberé) - actividade na qual se continha o fazer as leis - era “fazer justiça” (iustitiam daré), sendo, por isso, a lei mais do que um acto de vontade, um acto de razão”. (HESPANHA, 2009, p.77)

ter outro significado. No dicionário de Luiz Pinto aparece o seguinte conceito: “Estatuto, regra, Lei fundamental da Nação”. (PINTO, 1832). Ou seja, somente após 1820 a palavra ganha o sentido de “Lei fundamental da nação”. Antes sequer existia o significado da palavra.

Em Curitiba, essas contradições aparecem diversas vezes nos textos de época. O juramento das bases da Constituição das Cortes de Lisboa, realizado em 9 de Agosto de 1821, já demonstra tal perspectiva.

(...) assistindo o Povo e Tropa desta villa e se o destrito para se «jurar as bases da Constituição>> Decretadas pelas Cortes de Lisboa e observar religiosamente as Leis que garantem a segurança individual a propriedades e Direitos dos cidadaons jurarem outrosim a obediência a o illustre Alto e Poderoso Senhor Dom João Sexto nosso Rei constitucional do Reino unido de Portugal Brasil e Algarves (...) (BOLETIM ..., 1929, v.40, p. 83-4)

O texto ressalta a idéia de observar “religiosamente” as leis, um sincretismo entre a religiosidade e a legalidade. Também ressalta a segurança individual e a propriedade (direitos estritamente de fundo liberal). E por fim juram lealdade ao rei. Todos, portanto, princípios conservadores presentes na Constituição. Por isso, vale ressaltar que o constitucionalismo do caso português demonstra uma realidade diversa da tradição americana ou inglesa.

No Brasil, a adoção de valores constitucionais e liberais ocorre junto ao movimento da Independência. Nos processos judiciais é possível perceber que ao mesmo tempo em que se aceita certos ideais de justiça liberais, adaptadas a certa idolatria ao rei, a conservação da ordem social aparece como pano de fundo.

No Brasil a construção da cidadania foi complexa, demarcada pela religiosidade, desigualdade e hierarquização social. Vale ressaltar que o conceito de cidadania moderno sofreu diversos influxos da política, discursos científicos, dentre outros.⁶¹² Durante a construção do império José Murilo de Carvalho nega a existência de cidadãos no sentido moderno do termo no Brasil.

Ao proclamar sua Independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora. Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade

⁶¹² Trabalha-se o conceito de cidadania no capítulo 1 da dissertação de mestrado: FURMANN, Ivan. Cidadania e educação histórica: perspectivas de alunos e professores do município de Araucária-PR. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Ensino Setor de Educação da UFPR, Curitiba, 2006.

territorial, lingüística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da Independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira. (CARVALHO, 2002, p. 17)

A cidadania em seu sentido universalista não era atributo do período. Entretanto, existia certa cidadania. Em seu sentido contextual.

Na herança colonial portuguesa cidadão era apenas aquela pessoa que podia exercer cargos camarários,⁶¹³ “(...) aqueles que, por eleição, desempenhavam ou haviam desempenhado cargos administrativos nas câmaras, bem como seus descendentes (...)” (BICALHO, 2001, p.205; BICALHO, 1998, p.24).⁶¹⁴

O impacto de liberalismo trouxe por outro lado à inclusão de novas camadas sociais à condição de cidadão. Essa expansão do conceito inicia na década de 1820. Com limites ainda não muito claros. Mesmo que o direito ao voto ou a petição junto ao judiciário fossem importantes novidades, a atuação direta junto ao Governo ainda era limitada. Além disso, a expansão não é total, ainda gerará exclusões. Pimenta Bueno ao comentar o direito ao voto em 1857, afirmava:

Assim, a constituição brasileira veio em ultimo resultado a excluir somente os criados de servir, ou mendigos e vadios; instituiu, como dissemos, o voto quasi universal. (BUENO, 1857,194)

Entre a cidadania da herança portuguesa e a cidadania do Segundo Império, existe uma cidadania em expansão. Antes mesmo de a Constituição ser concretizada, o discurso de cidadania parece ter se ampliado na Ouvidoria. Na petição de Bernardo Moreira Paes, analisada anteriormente, duas expressões chamam a atenção. A primeira quando o autor coloca que o Imperador “protegendo a reivindicação de nossos direitos” (APPR PB045

⁶¹³ Segundo Castro cidadão “(...) era categoria de que só gozavam as famílias cujos membros desempenhavam ou tinham desempenhado cargos de gestão municipal e que estes duma forma cada vez mais rígida desde começos do século XVI estavam nas mãos da burguesia concelhia. Os privilégios cabiam portanto àqueles que dentro desta classe - e não a toda ela - haviam desempenhado tais cargos.” (CASTRO, A., 1987. p. XXX)

⁶¹⁴ “Segundo Francisco Ribeiro da Silva, a qualidade de cidadão podia ser adquirida: 1) pelo nascimento, de acordo com a expressão bastante corrente “filhos e netos de cidadãos”; 2) pelo merecimento, cabendo naturalmente ao rei, a quem competia conceder as mercês, arbitrar sobre este meio; 3) por via institucional, pelo exercício de certas funções na governança, aproveitado como trampolim para a obtenção de privilégios; 4) pelo matrimônio com filhas de cidadãos; 5) e, finalmente, pelas letras, que “funcionavam como fonte de mérito para se subir na escala social” (Silva, 1988, vol. I, pp. 296-301).” (BICALHO, 2001, p.205)

PI04556). Trata-se de uma afirmação sobre a garantia dada pela coroa de demandar ‘direitos’. Um valor que circula de forma intensa após a Independência. A outra expressão, “o atual melhoramento de administração da justiça” (APPR PB045 PI04556), também demonstra que existia uma crença na ampliação recursos para utilização dos espaços institucionais, em especial do poder judiciário. Uma expansão, portanto, da efetividade da cidadania.

A constituição será encarada como a concretização desse pacto de ampliação da cidadania. Por isso, visualizar a expansão do uso, e conseqüentemente do conhecimento, relacionado a sua função parece central para compreender as transformações da cidadania.

Afirmou-se, anteriormente, que a primeira referência a Constituição em Curitiba ocorre de forma confusa no processo judicial com o numero (APPR PB045 PI04445), realizada por um procurador eventual (Ricardo Jozé dos Santos) na datada de 3 de junho de 1824. E não se trata de um caso isolado ou apenas da vila de Curitiba. Apenas cinco dias após (08/06/1824), na Vila de São Francisco do Sul, no processo (APPR PB045 PI04446) já aparece a referência das “bases para constituição” em processo de disputa de terras, no qual é referido ainda o Direito de propriedade. José Lustosa de Andrade em 7 de Setembro de 1824 no processo (APPR PB045 PI04463) chamava a constituição de “liberal” e “oferecida e jurada por sua majestade imperial”.⁶¹⁵ No processo (APPR PB045 PI04435) também se referem ao “Projeto de Constituição” em 7 de Dezembro de 1824 na vila de Iguape. Os exemplos poderiam se multiplicar para reforçar a circulação do projeto constitucional de 1824, e depois do próprio texto definitivo. Porém, mais do que a referência, vale demonstrar o uso do texto em seus argumentos.

O primeiro uso ocorre um caso muito interessante. Trata-se do debate sobre o foro privilegiado de viúvas em casos de heranças. Não se trata de um debate simples. As ordenações Filipinas L.3 tit. 5 § 3 traziam a possibilidade da escolha de foro entre o Juízo

⁶¹⁵ A petição apresentava o seguinte texto: “Na época em que o nosso Augusto Imperante empenha seus assíduos desvellos para de uma vez desaparecer dentre a humanidade, o arbitro, e o despotismo, que tantos males e ruínas tem cauzado aos homens nesta época em que o direito do cidadão garantido pelas leis, por uma constituição liberal oferecida e jurada por sua majestade imperial, aceita e jurada pelo benemérito e leal povo Brasileiro, que se julgam seguros debaixo da proteção da Lei, e mesmo agora que se pretende contra o réu o mais refinado despotismos, e mais exaltado arbitro com abuzo das Leis, e da constituição”. (APPR PB045 PI04463)

ordinário e o Juízo de Órfãos para as viúvas.⁶¹⁶ Já a Constituição do Império de 1824 trazia em seu artigo 179, incisos 16 e 17 os seguintes textos.

XVI. Ficam abolidos todos os Privilegios, que não forem essencial, e inteiramente ligados aos Cargos, por utilidade publica. (BRASIL, 1824)

XVII. A excepção das Causas, que por sua natureza pertencem a Juizos particulares, na conformidade das Leis, não haverá Foro privilegiado, nem Commissões especiaes nas Causas civeis, ou crimes. (BRASIL, 1824)

O Juízo de Órfãos era especialmente ligado à administração das grandes fortunas da região. Era comum que grandes proprietários da terra controlassem de forma mais direta o cargo de juiz de Órfão. O processo que se inicia em 1824 (APPR PB045 PI04445) traz este debate. O réu se defende em agravo alegando, a partir do texto constitucional, que o foro não podia ser escolhido pela vontade da autora porque o texto constitucional teria acabado com os privilégios.

(...) Acresce mais a razão do agravante Manoel Roiz em que não lhe competindo a defeza da acção proposta, o ouvidor a quo com iluzão do juízo, e por huma espécie de caprixo o quer arrastar a sair do seu Foro, e vir responder em foro alheio, e muito distante de sua morada onde foi citado aonde se lhe dificulta tudo onde os agravantes qualquer a quem competir a defeza da cauza he melhor perder o direito as suas posses, e propriedades de que defende-la pelo grande [??] de que he aparentada a viúva autora, meio este de deserdar aos agravantes da posse de sua propriedade onde o único Rábula he da parte da autora pertendendo obrigar aos agravantes a virem responder em Foro alheio quando se axa o ouvidor aquo rezidindo 20 = a 30 léguas distante do Foro dos agravantes e lugar da questão dificultando-se por este modo todo vendo-se os agravantes obrigados a sofrer na villa de Paranaguá. Foro da autora agravada [??] caprixos da autora [??] e como tal não recebeo a excepção querendo que os réos agravantes miseráveis em relasão a viúva agravada rústicos lavradores e criadores de gado [??] de seu foro, de suas cazas, e suas lavouras e vinhão responder no Foro da poderosa viúva sem atensão ao Artigo 16, tt. 8º da Constituição e Ordenação Livro 3º, tt. 5º, § 3º, [?] que ficão derogados os privilégios das viúvas, em principal

⁶¹⁶ Estabelecia o dito parágrafo: “E o órfão varão menor de quatorze annos, e a fêmea menor de doze, e a viúva honesta, e pessoas miseráveis, ainda que sejam autores, tem privilegio de escolher por seu Juiz ou Corregedores da Corte, ou Juiz das ações novas na Casa do Porto, sendo do seu districto, ou os Juizes ordinários do lugar m a que directamente pertenceria o conhecimento da causa, qual eles mais quizerem. E esta mesma escolha de privilégio terá a viúva, e o órfão nos feitos, que ficarem começados per morte de seu marido, ou pai, ora fosse autor, ora réu. Porém se o órfão, viúva ou outra pessoa miserável tiver contenda com outra semelhante qualidade, ou autor seguirá o foro do réu, o qual réu poderá escolher o Juiz ordinário, ou os Corregedores da Corte, ou o juiz das ações novas da Casa do Porto,, sendo do seu districto: salvo se a contenda for sobre força nova, guardada, e deposito, soldada, ou jornal; porque nestes casos poderá o autor, ainda que privilegiado não seja, demandara perante os Corregedores da Corte, ou perante o dito Juiz da ações novas, se o dito corregedor, ou Juiz estiver no lugar, onde se a tal demadna devia tratar, ou perante juizes ordinários do dito lugar, a que oconhecimento pertencer. E o que huma vez escolher, será seu juiz, e não poderá mais nesse feito tomar outro. (...)” (PORTUGAL, 1984, L.3 p.566-7).

nos cazos de forsa como ensina a ordenação desta e regras de direito bem entendidas ao ficar nos cazos de forsa o autor por mais privilegiado que seja segue o Foro do réo como he exposto no Prax. Cap.. 26, §57, e bem admitido no Foro. (Manoel Jozé Dias Fortes). (APPR PB045 PI04445)

Tratava-se de uma ação em que uma viúva rica teria empreendido uma ação contra alguns posseiros de terras. A dificuldade de avaliar esse caso passa pelo conflito entre o antigo regime e o estabelecimento de privilégios e o a nova perspectiva liberal e a igualdade entre os cidadãos. Aqui ambos teriam motivos significativos para defender seus direitos. Um confronto entre mundos. A resposta do procurador da autora é a seguinte:

Produz o agravante em má digestão, contra o primeiro fundamento do respeitável despacho, e intima convicção de sua própria consciência, o artigo 16 do tt. 8º da Constituição do Império: O §3 do tt. 5 do Livro 3 da Ordenação, e o artigo 12 do citado tt. da Constituição. Inertes fundamentos por sua má aplicação. Estabelece a Constituição no lugar citado artigo 16: Ficão abolidos todos os privilégios que não forem essencial, e inteiramente ligados aos cargos por utilidade publica = Assim, diz o agravante, a viúva, ou por si (como honesta, que se não atreve a por em questão) ou por seos órfãos, tem perdido a mais excelente, o mais conciderado e melhor fundado privilégio em direito. [?], que de boa mente, e sem contradição lhe concedemos quanto ao decreto, e negamos quanto ao tempo. Se o nosso adversário mais inteligente das regras da Hermenêutica Jurídica, e menos precipitado em concluir, chamasse a rigoroso exame, qual antecedente, [?]: ternos-hia poupado e lucrado conhecer por si o nenhum vigor de seu primeiro fundamento no cazo em questão: sem acuzar de pouco exacto, ou menos preciso o sábio Legislador: elle contra o usurpador da propriedade. He de necessidade melhor favor de justiça e mais estenso se o agravante menos aothorizado recorre a incômodos pela mudança de juízo, a agravada, triste viúva, como lhe será menos sensível arrancar-se a seos parentes, a seos órfãos, para hir promover a sua justiça em terra estranha e perante não um sábio, recto, e imparcial Ministro, mas perante hum juiz ordinário sem assessor e por isso em perfeita ignorância e sem responsabilidade. (O procurador, Joaquim Alves de Araújo). (APPR PB045 PI04445)⁶¹⁷

Em outro processo (APPR PB045 PI04768) o Ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto em longa sentença de 4 páginas, rara no período, decide caso semelhante afirmando que o Juízo de Órfãos é competente para julgar a questão, citando a liberdade do cidadão garantida

⁶¹⁷ Em petição posterior presentes nos autos o procurador corrije-se nos números citados do texto: “Dizem Joaquim Alves de Araújo o genro Manoel Antonio de Figueiredo da villa de Curitiba neste por seo procurador que na instrução do agravo que neste juízo se acha por parte dos suplicante para digo proposto para o supremo tribunal da suplicação do distrito lhes parece se terem enganados no artigo da Constituição com que autorizarão seo agravo pondo artigo 16, tt.8 em lugar do artigo 179 tt. 8º, § 16 da Constituição e logo mais adiante artigo 12 em lugar do dito artigo §12, porque inda se achão em tempo, Pede a vossa senhoria se digne mandar que o escrivão supra o erro motivado da pressa e esquecimento do escriturário”. (APPR PB045 PI04445) Os autos são remetidos a Relação, em formato de traslado, mas não se acosta a sua decisão nos autos principais, deixando sem resposta o fim do processo naqueles autos.

na Constituição do Império da seguinte forma: “(...) antes é conforme a liberdade do cidadão mantida e garantida pelo Código Fundamental do Império o poder renunciar ou ceder esses mesmos privilégios todas as vezes que assim quizer (...)”. (APPR PB045 PI04768, 18/03/1830, fl.28). Interessante ainda nessa decisão a argumentação do autor referindo-se a Lei da Boa Razão e aos costumes.

Outro caso importante (APPR PB045 PI04599) é a defesa feita por Ponciano José, em 1827, requerendo que se respeitem os direitos de libertos presos de forma arbitrária pelo juízo ordinário de Cananéia. Em sua petição inicial o procurador aponta:

(...) Que dando cumprimento a dita carta as justiças ordinárias destas ou outra qualquer o que em vista as Leis; e deve ser julgada anticonstitucional porque se opõem aos espírito da carta constitucional artigo 179, em que garante a inviolabilidade, liberdade e segurança do cidadão; e tão bem a paragrafo 8 do mesmo artigo em que manda = ninguém será prezo sem culpa formada = ora sendo como são libertos fica claro, que não só não deve-se cumprir a dita precatória, como nenhum dos nomeados nella devem ser prezos (...). (APPR PB045 PI04599)

A referência à inviolabilidade, à liberdade e à segurança do cidadão, referido diretamente a autores libertos e pobres dá a dimensão da mudança na visão de cidadania no período. Além disso, o argumento da garantia contra prisão “sem culpa formada” demonstra a capacidade de se lidar com o texto constitucional e imaginar sentidos e interpretações favoráveis.

Outro caso em que se utiliza o texto constitucional de forma no mínimo criativa é uma disputa de terras em Iguape (APPR PB045 PI04627) na qual o procurador do réu tenta argumentar utilizando o artigo 156 da Constituição que teria direito ao julgamento por juiz letrado. O texto constitucional apontava “Art. 156. Todos os Juizes de Direito, e os Officiaes de Justiça são responsaveis pelos abusos de poder, e prevaricações, que commetterem no exercicio de seus Empregos; esta responsabilidade se fará effectiva por Lei regulamentar.”

Assim argumenta:

(...) O meritíssimo senhor julgador deve ter em vista o que dispõem o projeto da Constituição do Império tt. 8º artigo 179 §22, bem assim o Projeto de lei de 3 de junho de 1826; as ordens do governo novamente expendida, e a Ordenação livro 3º tt. 47, § 1-2, e imp. para vista delas castigar ao Autor com as penas da lei, e fazer garantir ao réo a posse pacífica de sua propriedade. Requer o mesmo réo que estes autos / visto os grandes

patronos, que tem o autor / sejam julgador por juiz letrado e que venha assinado pelo mesmo como apensos para ficar responsável conforme dispõem o capítulo 6, artigo 156 do mesmo projeto da Constituição do Império. Com protestos necessários e comdenando o réu nas custas em 3 dobros pelo dolo e malícia. (O procurador bastante, Luiz Jozé de Medeiros – 09/02/1827). (APPR PB045 PI04627, f.66v).

O caso é recheado de idas e vindas. Com diversas nuances interessantes. E aqui vale ressaltar que o procurador do autor torna-se durante o processo juiz ordinário do caso, inclusive declarando-se suspeito para julgar o mesmo. Então o pedido do réu era uma tentativa de desvincular o caso da justiça local que poderia ser tendenciosa em favor do autor.

Outro artigo é citado na devassa frustrada feita pelo juiz ordinário da Lapa contra o escrivão local (APPR PB045 PI04630). Em sua petição inicial o escrivão pede vistas dos autos segundo o texto constitucional da seguinte forma: “(...) requer que tomado o dito agravo por tanto, e vendo Vmce já para qualificado com a culpa junta em aberto na forma da Constituição do Império Cap. 6 §159, se lhe faça os Autos com vista para o suplicado, para tanto” (...) (APPR PB045 PI04630, Petição de Francisco Vidrio, 23 de julho de 1827). Tratava-se portanto do artigo 159 da Constituição (Nas Causas crimes a Inquirição das Testemunhas, e todos os mais actos do Processo, depois da pronuncia, serão públicos desde já).

Todos esses casos demonstram como o uso da Constituição era rotineiro na Ouvidoria. Em face de argumentos estavam ligados à concepção de que a Constituição garantia a liberdade dos cidadãos.⁶¹⁸ Mas em se tratando de Constituição, nos processos analisados o artigo mais citado era o Artigo 179 §22. Tratava-se do artigo sobre propriedade:

XXII. É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle préviamente indemnizado do valor della. A Lei marcará os casos, em que terá logar esta unica excepção, e dará as regras para se determinar a indemnisação. (BRASIL, 1824)

A propriedade era um valor citado como central. Na própria doutrina desenvolvida sobre a Constituição de 1824 tal perspectiva é constantemente ressaltada:

⁶¹⁸ Pimenta Bueno assim comentava sobre liberdade: “A liberdade é o próprio homem, porque é a sua vida moral, é a sua propriedade pessoal a mais preciosa, o domínio de si próprio, a base de todo o seu desenvolvimento e perfeição, a condição essencial do gozo de sua intelligencia e vontade, o meio de prefazer seus destinos.” (BUENO, 1857, p.392).

O direito de propriedade é a faculdade ampla e exclusiva que cada homem tem de usar, gozar e dispor livremente do que licitamente adquirio, do que é seu, sem outros limites que não sejam os da moral ou direitos alheios; é o *jus utendi, et abutendi re* sua; é também o direito de defendê-la e reivindicá-la. (BUENO, 1857, p.428-9).

O número de exemplos e casos em que se utiliza o argumento da propriedade é enorme, e quase incontável tendo em vista a quantidade de material empírico analisado. Alguns exemplos são inicialmente o processo (APPR PB045 PI04771) fundamentado no direito de propriedade pela invasão de um potreiro transformado em passagem para outras propriedades da região. Na petição inicial ditada oralmente ao juízo, o autor Manuel Teixeira Pinto relata o seu caso e termina apontando que seu direito de propriedade era “garantido pela Constituição do Império no tt. 8º, art. 179 (...)”. O processo transcorrido em 1830 chega ao termo mediante a decisão proferida pelo Ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto:

(...) só em um Estado anárquico onde não se respeita o direito de propriedade onde se postergam as Leis da sociedade é que os réus calçando essas mesmas leis poderiam destruir a fazenda daquele proprietário que aliás alguma consideração merece não só por ter a sua fazenda tão devassada por outros caminhos como por ser um dos proprietários que utiliza a nação pelos tributos que anualmente paga à Fazenda Nacional em consequência dos produtos de sua criação mas em uma nação civilizada e constituída como a nossa por onde é garantido o direito de propriedade em toda em sua plenitude pelo Código Fundamental título 8, artigo 179, parágrafo 22 e por outras muitas leis jamais poderão os réus ser mantidos em uma fictícia e ilegal posse a que se apegam (...). (APPR PB045 PI04771, Joaquim Teixeira Peixoto)

Segundo o Ouvidor o “Código Fundamental” garantia principalmente a propriedade. Em outro processo, tal valor é ressaltado de forma mais explícita ainda, ao apontar que os herdeiros não eram obrigados vender uma escrava de nome Metildes, de apenas cinco anos. Assim descrevendo: “(...) A escrava de que trata o justificante acha-se avaliada e lançada no inventário como bem, não como dinheiro de escravo vendidos. A intenção do justificante pé preterir o direito de propriedade dos verdadeiros herdeiros, que o artigo 179 da constituição do Império lhe concede no § 22 e quer obrigar os herdeiros a vender sua herdade sem atender as disposições da lei (...)” (APPR PB045 PI04517). Da mesma forma apresenta-se argumentação de um autor apontando que os réus “(...) cometem violência ao Direito de propriedade e posse garantido pela Ord. L.4 tt.58 e Projeto de

Constituição tit.8 art. 179 § 22 (...)” (Daniel Pereira da Cruz em petição oral transcrita em 22 de setembro de 1825). (APPR PB045 PI04505, fl.5). E até mesmo a briga por uma canastra de montaria de mula chegou a ser referida a propriedade como direito do “código fundamental do império”. (APPR PB045 PI04658)

Por fim, além da propriedade vale ressaltar outro uso da Constituição, pouco ou nunca referido. Trata-se de um artigo esquecido que exigia a tentativa obrigatória conciliação nas causas cíveis.

O pensamento do art. 161 da constituição é de prevenir demandas inconsideradas, e com ellas inimizades e prejuízos que causão males aos individuos, assim como á paz das famílias, e á riqueza publica. A instituição de magistrados electivos, de juizes populares, ou de paz, que a constituição estabelece em seu art. 162, é sem duvida a mais apropriada ao fim a que ella se propõe. A lei de 15 de Outubro de 1827 creou os juizes de paz, que são eleitos nos termos da lei do 1º de Outubro de 1828. (BUENO, 1857, p.342).

O inocente artigo de conciliação (Art. 161 Sem se fazer constar, que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará Processo algum. (BRASIL, 1824)) gerou a nulidade do processo (APPR PB045 PI04603). A sentença é dada por Ignácio Lustosa de Andrade (contra o rábula José Gomes Vianna) usando o artigo 161 da Constituição como justificativa (17 de Novembro de 1831). O Ouvidor pela Lei se expressa da seguinte forma: “(...) julgo este processo nulo pela falta de conciliação que não se encontra nesses autos que na forma da lei é indispensável e paguem os ditos Autores às custas (...)” (APPR PB045 PI04603). O escrivão na época da sentença era José Reginaldo de Lima, que no início do processo era o procurador dos réus. O procurador dos autores José Gomes Vianna já havia enfrentado esse tema anteriormente e, portanto, não lhe era novidade.⁶¹⁹ Tal rábula não era muito afeito a Ignácio Lustosa e provavelmente a sentença dada de forma abrupta em processo que durava mais de 4 anos fez o dito procurador se exaltar em recurso:

⁶¹⁹ Em petição pedindo corpo delito para investigação de um furto de um barracão, havia Vianna argumentado da seguinte forma: “Com o devido respeito o Suplicante dizendo que a Constituição do Império, título 6º Capítulo único Artigo 160 e 161 só trata de haver reconciliação nas causas civis, e a ordenação da Lei 1º título 65 § 31 determina expressamente aos Juizes, o que tirem devassas ex officio logo que houver roubo que exceda ao valor de um marco de prata, em §88 da mesma lei impõe pena de dois anos de degredo para a África, cinco mil reis e condenação a juiz que não tirar a devassa nos casos declarados na mesma lei, pelo que espera o suplicante que vosso meritíssimo reformando seu [despacho] mande proceder na forma requerida”. (APPR PB045 PI04596, J. G. Vianna, procurador do autor, em 3 de outubro de 1827)

(...) para caso tanto melindroso como circuspecto e havendo provas de parte a parte submaneira que deixa vacilantes perplequexos aos mais literatos, neste caso para o melhor conhecimento da razão a huma ou outra parte, proceda-se a vistoria como bem literalmente especifica Alex. Caetano Gomes em seu Manoal práctico L.1 cap.35 § 1 exeis que valor c. conj, 43 n. 27 verf. e §18 com mutis arorcer a d. L. Imperator Titus 8 aff. de ttat. he mor. lib. 1 tit. 5 n2. Concervariar lib.3 cap.17 n.129 Lis. Fin. Reg un dos cap.11 n. 68. cuja prova prevalece sobre todas as provas." (APPR PB045 PI04603, José Gomes Vianna, Agosto de 1832).

O recurso parece não ter sido julgado, abrindo-se vistas as partes e encerrando-se ali. Outros casos presentes na documentação também debateram a conciliação obrigatória, a qual anulava os processos mesmo sem que o texto constitucional explicitasse textualmente a consequência.⁶²⁰ Acima de tudo, o caso demonstra que a Constituição podia ser utilizada de várias formas. Desde garantia de liberdades. A defesa da mais conservadoras demandas de propriedade. E, por vezes, criativamente buscando-se direitos. A Constituição não era um texto alheio e distante, mas antes garantia direitos à população.

2.4.4 Os rábulas e o delicado equilíbrio entre a defesa técnica e a chicana

Conheço a necessidade do projecto, mas acho que o monopolizar sciencias é o maior damno, que se pôde á nação fazer. Quando a pratica mostrar que aquelle, que tiver sciencia, que aquelle que tiver a capacidade necessária para exercer os empregos, os obterá, e que não continuará o vil patronato, então direi que, Brazil está em felizes circunstancias, porém emquanto nós virmos os verdadeiros sabios, e virtuosos cidadãos oprimidos e perseguidos, eoccupando os grandes empregos os indignos, os ignorantes, os, servis, os immoraes, e carregados de vicios, nada poderemos esperar, sejam quaes forem as providencias, que dê o corpo legislativo, sejam quaes forem as instituições, que se formarem. Este estabelecimento, que se vai fazer, é mais um meio para arrumar essa gente infame, eu estou certo que os verdadeiros sábios e beneméritos não hão de ser convidados, nem admittidos. Portanto não é este curso de Direito, que vai fazer a felicidade do Brazil, é preciso que todos saibão por experiencia, que só aquelle, que tiver préstimo e virtudes, ha de ser; chamado aos empregos, e que aquelle, que não tiver verdadeiro merecimento, nunca sera admittido. Eis ahi quando eu hei de dizer a boca cheia, que temos leis, que temos constituição que temos governo e que temos felicidade. Antes disto não, Todavia não me opponho,

⁶²⁰ No processo (APPR PB045 PI04483), proveniente de Iguapê, também se requer a Conciliação da seguinte forma: "(...) Não só pela Ord. L.3 titulo 20 § 1º, mas athé pelo art. 161 do Cap. Único da Constituição do império e pelo Decreto de 17 de Novembro de 1824 era de sua vigorosa obrigação conciliar as partes (...)." (APPR PB045 PI04483, José Ignácio Guedes, 12/04/1825).

como tenho dito, a criação desta escola, porém não quizera que ella fizesse monopolio das luzes assim como faz a universidade de Coimbra a que ella vai imitar. Eu quizera que aquelles, que se habilitassem ainda fora desta escola, fossem julgados habéis para os empregos dó fôro, e para isso eu me lembrava de propor uma - subscrição, para se estabelecerem mestres em todas as provincias para essas e outras sciencias. (CUSTODIO DIAS, em fala sobre a lei de criação das faculdade de Direito no Brasil) (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1875, p.11).

Na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba não havia letrados nem advogados em número suficiente em 1822. Em alguns processos essa informação é muito repetida.⁶²¹

Em muitos outros processos enfrenta-se o mesmo problema. A falta de letrados impedia inclusive o seguimento dos processos. Para se aconselhar em outras cidades era normal que a parte requisitasse prazo. E o prazo variava bastante. Nesse caso o prazo requerido foi de 3 meses. Esse era um problema inusitado para o ordenamento existente na época. Porém as estradas que serviam de comunicação com Curitiba realmente dificultavam o acesso.

No processo (APPR PB045 PI04408) o réu João Gonçalves Franco percebendo que não teria condições de implementar uma longa, dispendiosa e desgastante viagem ao Rio de Janeiro acaba requerendo ao Ouvidor a permissão para que “José Gomes Vianna” pudesse advogar.⁶²²

Essa autorização não é concedida neste processo. Porém Vianna irá exercer a função em outros processos. O rúbula surge em grande medida da necessidade da Vila em representantes e especialistas em Direito. A história de Vianna é um exemplo de como um rúbula muitas vezes exerce a profissão não por planejamento mas por oportunidade.

Mas nem sempre era possível encontrar advogados letrados ou rúbulas. Então a

⁶²¹ “Diz João Gonçalves Franco desta villa que elle foi citado para este juízo a requerimento do sargento mór Ignacio Lustoza de Andrade, e o capitão Manoel Antonio da Costa Mesquita para falar a hum libelo para eles intitulado cível e crime, e porque em toda esta comarca não há hum só bacharel assim para aconselhar como para defender o seu direito tendo para isso de mandar a corte do Rio de Janeiro adonde há para tanto”. (APPR PB045 PI04408).

⁶²² “Diz João Gonçalves Franco desta vila que pela falta de advogados do Juízo Judiciário haver somente José dos Santos Lima, e o suplicante tras neste mesmo juízo algumas causas que lhe moveo Ignacio Lustoza de Andrade, precisa o suplicante que Vossa Mercê lhe conceda licença para que José Gomes Vianna sirva de procurador do suplicante. Oferecendo-se-lhe o juramento de costume, e para isso”. (APPR PB045 PI04408). Em outro caso semelhante pedido ocorre “Dizem Francisco de Borja Lisboa e mais erdeiros do falecido Manoel dos Santos Lisboa que eles suplicantes pela falta de letrados nesta villa neceditão que Jozé Cortes da Paixão haja de defender huma cauza de libelo que traz neste juízo com Jozé dos Santos Lisboa e como não pode sem despacho de vossa mercê”. (APPR PB045 PI04426)

questão da concessão de tempo para encontrar um especialista em Direito para aconselhamento e representação gerava outros problemas. Qual era o prazo adequado para se conceder? Em quatro oportunidades os debates acabaram recaindo nessa questão.

Em 7 de Novembro de 1822 o juiz ordinário da Vila de Castro concede o prazo de 90 dias para os réus procurarem (APPR PB045 PI04386). O autor agrava ao Ouvidor de Paranaguá e Curitiba protestando contra o excesso de prazo.⁶²³

O Ouvidor José de Azevedo Cabral decide a favor do Agravante, alegando que não podia ser concedido prazo fora da Lei, além do que, manda que ao agravante que faça suas alegações com respeito e sem ‘menoscaso’ do julgador. Portanto foi negado prazo para procurar defensores em São Paulo. Outro processo tem o mesmo destino em 1826 (APPR PB045 PI04532), mesmo o juiz concedendo prazo menor. Como podiam os réus se defender então?

Um processo de Iguape em 1827 (APPR PB045 PI04627) esse debate torna-se o centro da questão. Tendo o autor oferecido libelo de força nova (possessório) o réu solicita: “Como não há nesta villa letrados de profição para fazer a contrariedade do réo e defender seo direito, requer do senhor juiz lhe conceda oitenta dias para ir consultar a Sam Paulo (...)” (APPR PB045 PI04627, fl.14). O procurador do autor então responde que não pode ser admitido o prazo e ainda que “(...) não seja admitida a falar elo réo pessoa alguma sem procuração, e que se compareser em juízo procurador não idôneo oferecendo a contrariedade, não seja esta recebida, e seja o réo lançado prosseguindo-se no feito a sua revelia na forma da ordenação livro terceiro título vinte, parágrafo dez (...)”(APPR PB045 PI04627, fl. 15-v). Em virtude desse dilema novamente o réu apresenta pedido requisitando o prazo de 80 dias. A resposta do procurador do autor é no mínimo hilária:

(...) Para se bem patentear a malícia, com que o réo pretende espeçar o termo de conclusão deste processo, examinemos qual tem sido o seo

⁶²³ O juiz ordinário responde ao agravo da seguinte forma: “(...) pairesseme não fiz agravo nenhum ao aggravante, encomendar o prazo de trez mezes ao reo João Vaz Vianna para se recorrer a cidade de Sam Paulo aonde há letrados que o defendam em huma vez que neste Paiz não há nem hum simples requerente, quanto mais letrados que encaminhem as partes e nem tão pouco aos juizes ordinários motivo de eu conceder o ditto prazo foi por conhecer a distancia que dista desta villa a cidade de Sam Paulo ser o melhor de cento e tantas légoas e eu mesmo faria ao aggravante se me requeresse o mesmo prazo para qualquer parte distante, porque a minha simples intenção não é senão dar desafogo as pastas, e não havia necessidade alguma Ilustrissimo senhor, de o aggravante na instrução do seu agravo, atacar com tanto desaforo (...)”. (APPR PB045 PI04386)

comportamento. Devendo pedir fiança as custas por palavra na audiência, na forma da Ordenação Livro 3º, tt. 20, §6, para se não retardar o feito, e se não perder termo algum, muito pelo contrário o fez; deixou findar o termo que lhe fora assignado para contestar, e então hé que pela cota folha 12 pedio fiança. Sendo satisfeito, conservou os autos desde o dia 25 de setembro, até o dia 2 do corrente, em que appareceu com a despropositada cota folha 15, **pedindo só 80 dias para recorrer a letrado em São Paulo. He digno de riso, que, havendo letrados de profissão na commarca, só o ré queira os de São Paulo, isto hé, em tão grande distância e commarca estranha, só para fazer juz aos seos 80 dias! Parece que nisto ainda foi parco; porque se quer recorrer a São Paulo porque lá há letrados, também os há em Goa, e então poderá o réo pedir termo de hum anno, ou dous, para recorrer a letrados de Goa;** e entretanto ir desfructando o que lhe não pertence, e ir retendo em si o alheio contra a vontade do seo dono: pena foi que se não lembrasse dito; 80 dias! Tão pouco! Para outra occazião se reserva certamente, porém debalde se esforça; está bem conhecida a malícia; o senhor juiz não se deixará iludir. Devendo ter ajuntado procuração aos auctos, só o fez depois que pela interlocutória folha 20 lhe foi ordenado: eis o comportamento do réo, com que descaradamente ilude o juízo, retardando o feito com frívolos protestos, e entretanto que assim vai empalhando, no dia 2 do corrente cometteo novo atentado de força em terras do author, que o protesta provar até por vistoria.(...)” (APPR PB045 PI04627, fl.25-6, negrito e grifo nosso)

O juiz ordinário de Iguape decide de forma interessante: “Conçedo ao réo vinte dias por ser suficiente tempo para o recurço que pede. Jurando não ser maliciosamente pedido. Iguape, 7 de outubro de 1826.” (APPR PB045 PI04627). Em Iguape não existiam letrados formados. Mas o procurador rábula dos autores afirma “havendo letrados de profissão na commarca”. A palavra ‘letrado’ na comarca não era utilizada como sinônimo de formado em Direito mas de ‘profissional’.

A concessão de prazo para buscar letrados para defesa era exceção. E mesmo quando concedido era menor do que os requerentes pediam. Um caso oposto se destaca, (APPR PB045 PI04611) no qual o réu é o juiz ordinário de Curitiba José da Costa Pinto. Alega em contrarrazões de agravo que o prazo solicitado de 60 dias a mais estaria ligado a falta de letrados na vila de Curitiba, e que os solicitadores que existem tem partido contrario ao dele, por isso precisa buscar em outro local auxilio. Afirma “pois não havendo nesta vila letrados e muita falta de solicitadores destes pouco que é huns são de partido por parte do agravante e os mais que restam por amizade ou condescendência com o mesmo Agravante não querem solicitar a causa do agravado e por esta razão se viu a precisa necessidade de pedir a dilação para por letrados responder ao libelo do agravante” (APPR PB045 PI04611).

O agravo é julgado pelo Ouvidor Teixeira Peixoto da seguinte forma:

Não fez agravo do juiz ordinário (...) por que sendo de utilidade pública que pessoa alguma fique indefesa para que a defesa a ninguém se deve negar Ord. L.3 tt. 71 §2 L.4 tt. 43 §1 e Alvará de 19 de Fevereiro de 1674, por ser de Direito natural e divino. Ord. L.2 tt.1 §13 Alv. 25 de Setembro de 1769 seguem-se que bem concedido foi pelo juiz a quo a reforma do termo que o Réu pediu para sua defesa, por quanto sendo a mais evidente a longitude em que se achão os habitantes da cabeça desta comarca para poderem recorrer a que os possa guiar em seus pleitos judiciais pela grande falta que há de jurisperitos, consequência necessária do grande atraso das luzes em que por hora ainda se acha desgraçadamente se acha esta Comarca ficaria o seguramente o Réu indefeso se a justiça a quo não lhe concedesse algum prazo para este fim quando muito bem o podia fazer pela terrível razão ponderada muito principalmente sendo autorizado pela Lei, por quanto ela dá faculdade e arbítrio ao juiz para conceder reformar do termo de quando o caso e circunstâncias. Ord. L.3 tt.20 § 7 e §44. Ora se estes Letrados tendo sido feitos em Portugal, onde com razão há muita população do que as Comarcas do Brasil, e onde há muitas pessoas que devem entender de Direito, e todavia assim mesmo a lei permite ou faculta aos juizes conceder dilações quanto mais não se deverá conceder nesta Comarca. Portanto emvista dos Autos e conformando-se com as disposições de Direito denego provimento ao agravo e mando que resista o despacho de que se agrava, e pague o agravante as custas *ex causa*. Vila de Castro, 14 de Janeiro de 1828. Joaquim Teixeira Peixoto. (APPR PB045 PI04611)

Cabral, Verneque e Peixoto tinham posições claramente diferentes em relação ao prazo para buscar letrados fora da Ouvidoria. Talvez a presença de uma pessoa poderosa da vila requerendo prazo para se defender fez com que o Ouvidor Peixoto concedesse tal prazo. Não é possível precisar. Porém essa questão demonstra como no período o Direito não era tão preciso e nem as opiniões dos Ouvidores tão uniformes.

Nos processos analisados foi possível encontrar diversas alegações técnicas. Sistematizadas na tabela abaixo.

Tabela 17 – Matérias técnicas debatidas em processos		
Processo	Alegação	Quem alega?
PI04391	Ridiculariza a contestação dos réus por não estarem escritas na forma de artigos.	José dos Santos Lima
PI04432	Exceção peremptória alegando defeitos na procuração do defensor do réu. As nulidades são sanadas pelo Ouvidor.	Manoel Antonio Ferreira
PI04445	Exceção declinatória de foro devido ao local de moradia do réu. Acaba não sendo recebida pelo ouvidor.	Ricardo José dos Santos
PI04475	Falta de fiança, de procuração de mulher do demandante. Vianna ameaça com embargos caso não se cumpra despacho. As alegações do procurador dos autores também é recheada de referências a nulidades. Juiz ordinário afirma que os agravos requeridos são desusados e exóticos.	José Gomes Vianna e Francisco das Chagas de Sá Ribas

PI04476	Debates relacionados a prestação de fiança, falta de assinaturas e outras nulidades processuais.	Adriano Pinto de Almeida e Constantino da Sousa e Oliveira
PI04483	Critica a forma de redação do procurador adversário que não utilizaria argumentos técnicos.	Anastácio da Cruz
PI04515	Falta de formalidade na elaboração de testamento que gerou nulidade do mesmo.	Francisco das Chagas de Sá Ribas
PI04522	Debate sobre o conceito de domínio e sesmaria.	José Gomes Vianna
PI04534	Testamento elaborado sem requisito adequado, pois o testador teria mais de 80 anos quando o elaborou, sem capacidade para tanto.	Joaquim Antonio de Nóbrega
PI04593	Problema na preferência na herança e falta de pagamento de Selo. Questão que anula o processo.	José Gomes Vianna
PI04627	Impedimento do juiz de julgar um caso por ter sido anteriormente um procurador de uma das partes. O processo se resolve encaminhando o processo ao juiz anterior para que pudesse dar a sentença.	José Inocêncio Alvares Alvim
PI04632	Exceção para eleição de arbitro para disputa e fiança. Fé pública de escrivão nomeado.	José Gomes Vianna e José da Silva Carram
PI04634	Erro na escolha da ação devido à falha na identificação do conceito de posse e propriedade	José Gomes Vianna
PI04744	Nulidade devido à falta de cumprimento da lei dos juízes de paz.	José Gomes Vianna
PI04760	Excesso de prazo para iniciar as devassas.	José Carneiro Lobo
PI04768	Exceção declinatória de foro.	José Gomes Vianna
PI04773	Cartas de Seguro não estariam em desuso.	João Antunes Leiria
PI04775	Exceção peremptória gerando nulidade do processo por falta de Corpo de Delito	José Gomes Vianna
PI04793	Nulidade de testamento nunca pode ser debatida em traslado mas apenas no original	José Gomes Vianna
Fonte: Autor		

A tabela acima demonstra que debates técnicos pertinentes eram realizados por rábulas. Muitos beirando os detalhes com objetivos de anular processos. Dentre eles: prestação de fianças, assinaturas, pagamento de selo e reproduções via traslado. O trabalho do procurador precisava ser técnico.⁶²⁴ Num dos processos a defesa se baseou na falta de alegações técnicas do adversário. Apontando que o mesmo estaria agindo como “estoriador” e não como jurista.

Não se pode mostrar miscelanea maior que mostram o escrito apresentado nestes autos, pello rei Embargado que por ser estranho no foro não se faz

⁶²⁴ Em processo (APPR PB045 PI04476) o Juiz Ordinário acaba proferindo uma sentença parcial provida, dividindo ao meio o valor de um escravo para dois litigantes. Entretanto, a sentença do juiz ordinário é extremamente técnica, justificando-se com base em regulamentações de elaboração de testamento. A justiça ordinária da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba, exercida por leigos, não era desprovida de direito letrado.

digno da mais pequena atenção e se dê um total desprezo por visto que jamais se pode entender o que venha a ser: Apresenta sembrante de estoriador mais não se sabe no qual motivo vem estoriar em processos judiciais; tem semelhança de huns monumentos antigos com que se metiam vários pelos Mattos em procura de ouro a que chamava baranzel, mais aqui senão vai minerar para supor-se como naturalista em descobertas aqui não há [Vesitais] minerais ou [assimacio] para ser correção com cartografia encontra-se na mesma correção [messintos] erros nela, finalmente do se pergunta ao novo sábio misturador de novo juízo em que lógica encontrou o nada compensado? (...) mande vir humas bolas de papel ao seo Patrono e alguns autores de Direito visto querer mandar de [fascilatodes]. Tudo a nosso para negação com o protesto de convencer afinal. 19 de Abril de 1825. Como parte Manoel Rodrigues. (APPR PB045 PI04483)

A petição, apesar dos exageros do redator (mande vir humas bolas de papel), demonstra a exigência por discursos técnicos. No processo em si (APPR PB045 PI04483), a parte contrária chega a fazer referência a legislação e textos de época, mas sua descrição dos fatos é simples e sem grandes rodeios ou termos técnicos. Foi o suficiente para a resposta de Manoel Rodrigues.

Mas não era apenas os rábulas que se confrontavam entre si exigindo defesa técnica. Os ouvidores muitas vezes questionavam os procuradores quando acreditavam que os mesmos não tinham feito a defesa de forma adequada. O ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto acusa o rábula José Gomes Vianna de não saber precisar a diferença entre propriedade e posse em sentença muito significativa (APPR PB045 PI04634). O processo está relacionado às terras da região do Barigui. Na justiça ordinária o autor ganha a ação conseguindo ordem de expulsão de alguns moradores da região que invadiam a terra das autoras. Em grau de recurso o Ouvidor revoga a sentença do juiz ordinário e ainda culpa o procurador pelo processo. Sua sentença acusa o rábula de incompetência:

Mal julgado foi pelo Juiz Ordinário desta Villa em sua Sentença fls. 34 que a revogo vistos os Autos por quanto este processo só digno de aparecer [Alger], ou Barberia é mais exótico e informe que tem aparecido neste juízo por quanto nele apresenta-se o patrono das pobres Autoras digno de toda a censura intentando uma ação de força nova a qual não há quem ignora que deve ser intentada dentro de ano e dia, e constando claras e dos Autos que os Réus acham-se de posse do terreno em questão a mais de trinta anos com é que se diz houve esbulho para se intentar huma ação de força nova ou como se diz em Direito cende vi, a qual manda a Lei, e é tão sabido que deve ser intentada dentro de ano e dia? Acrescendo litigar em semelhante ação em conformidade sobre ordinário como se tivesse intentado huma ação de reivindicação também ignorará o patrono das Autoras que nas ações de força só se deve questionar sobre a posse esbulhada e não sobre o domínio: E se

queria reivindicar as terras de suas clientes como não intentou a ação competente para não fundar a causa de suas miseráveis clientes, não sabe que sendo as ações remédios de Direito os advogados, bem como os médicos, devem observar as moléstias para proporcionar os remédios, e o advogado primeiro que tudo deve considerar com atenção a ação competente abraçada no Foro pátrio por quanto da ação que competirá hum caso depende vencimento da causa. Além de todas estas miseralidades acresce outra ainda muito frisante, a qual tornaria este processo todo nulo ainda que não houvesse as miseralidades supracitadas que vem a ser a falta de se tentar os meios de reconciliação por quanto não conste em parte alguma neste processo que se observe que a Lei que manda não se intenta ação alguma sem proceder os meios conciliatórios pena de nulidade de todo o processo. Por tudo incluso dos Autos e Direito revogo a Sentença declarada e condeno as Autoras nas custas com o Direito todo para usarem da ação competente. Villa de Curitiba, 11 de Setembro de 1828. Joaquim Teixeira Peixoto.” (APPR PB045 PI04634).

A sentença apresenta vários detalhes interessantes. Primeiro a forma com que o Ouvidor exorta o procurador, apontando que estaria equivocado ao intentar ação possessória, não sabendo distinguir posse e domínio.

Outro ponto interessante a ressaltar da sentença da Ouvidoria é a questão da conciliação obrigatória. Como já se comentou o texto constitucional não é expresso nesse sentido. Esta sentença da Ouvidoria é proferida em 11 de setembro de 1828. Mas José Gomes Vianna já havia enfrentado essa questão antes, em petição de 3 de outubro de 1827 (APPR PB045 PI04596) declarava “(...) a Constituição do Império, título 6º Capítulo único Artigo 160 e 161 só trata de haver reconciliação nas causas civis (...)”. Ou seja, Vianna sabia que a falta de conciliação podia anular o processo, porém em nenhum momento menciona tal fato. Esse pode ser um indício que o procurador tinha mais conhecimento do que as petições mostram. Ou seja, é possível que utilizasse estratégias mais elaboradas ainda. Além de conhecer o Direito, também sabia manipulá-lo em favor de seus clientes.⁶²⁵ Mesmo que nem sempre fosse bem sucedido. Ou seja, a atuação dos rábulas era profissional mas não era apenas técnica. Isso não significa que não tinham capacidade técnica, mas que litigavam pensando sempre no sucesso da demanda. E ação torna-se mais estratégica do que de conhecimento puro.

Mas nem sempre as estratégias de defesa eram bem vista pelos atores do foro. A

⁶²⁵ Agradeço a professora Joseli Maria Nunes Mendonça pelo auxílio nessa interpretação. Somente a sutileza de um olhar experiente poderia auxiliar a enxergar tal elaboração.

busca de detalhes técnicos que poderiam dar a vitória no caso podia ser interpretada como litigância de má-fé pelos advogados e pelos ouvidores.⁶²⁶ Quando isso acontecia a expressão utilizada pelos atores era “promoção da chicana”.

Normalmente os maiores opositores a “Chicana” eram os próprios magistrados, em especial os letrados. E os promotores da mesma eram os rábulas. Porém, muitas vezes os próprios rábulas acusavam-se entre si. José Gomes Vianna critica seu colega de foro João Antunes Leiria em petição de três páginas e meia da qual se transcreve apenas a introdução:

(...) é de lamentar a estúpida esperteza do advogado da ré, quando a torto e direito engoliu as pílulas do esquecimento que ministrarão-lhe seus satélites, dizendo que o autor variou em seu petitório, dando parabéns a sua exposição incerta na cota a fl. 28, não se lembrando que /se é que o sabe/, que a ordenação do livro 3º expressamente diz = quando o autor pedir em seu libello mais do que legitimamente o réu deve, só mandará o julgador satisfazer o que for devido (...) (APPR PB045 PI04718, fl.37, 31 de Março de 1830)

Apoiar o combate à chicana poderia ser uma estratégia interessante para os rábulas, afinal quem combate a chicana e apóia o juízo ganha crédito com o mesmo. Por isso, as palavras utilizadas nas petições deviam ser bem medidas. Deveriam convencer sem exageros. Um caso de Iguape, quando o ouvidor Teixeira Peixoto acabara de chegar no juízo, demonstra como as palavras podiam ser fortes e perigosas. Uma parte resolve iniciar o desenvolvimento de suas alegações finais da seguinte forma:

Jamais hum julgador o mais venal, e corrompido a vista do inquérito de folhas 15 – 16 – 18 – 19 – 21 e 22, com que o autor justificante provou o deduzido no seo requerimento folha 2 deixaria de julgar por habilitado ao mesmo autor justificante (...) (APPR PB045 PI04607, Francisco dos Santos, em 13 de Setembro de 1827)

Obviamente a parte contrária destaca a forma com que o seu adversário se dirige ao foro, colocando que apenas um juiz venal poderia ser contrário a sua demanda.

O éxordio com que o autor principia as suas alegações, não só é disparitado,

⁶²⁶ “(...) se é possível pensar que exista em uma determinada sociedade uma base cultural geral calcada em princípios comuns, não se pode deixar de considerar as variações que os atores sociais imprimem a essa base geral no curso da luta social. Para o autor, essas variações culturais ocorrem porque os atores sociais as reconhecem como alternativas mais apropriadas dentro de um contexto social específico. Assim, indivíduos de uma sociedade podem, ao fazer a mesma coisa, atribuir significados muito diferentes para aquilo que estão fazendo e, mesmo praticando atos tão similares, podem provocar consequências absolutamente diversas” (MENDONÇA, 1999, p.363)

como mesmo insultante ao Meritíssimo Senhor Corregedor, que tem de julgar estes autos. Com efeito as expressões. “Jamais hum julgador o mais venal e corrompido a vista do inquerito folha_ deixaria de julgar por habilitado ao autor justificante”, denotão a maligna intenção com que o incivil e ignorante Patrono do autor pretende prevenir o juízo do mesmo meritíssimo senhor julgador; por quanto a ilação clara, que se terá daquelas expressões he que, se o julgador não dar sentença a favor do autor, deve passar por – o mais venal e corrompido. Porém o senhor Corregedor tem assás prudência, e discernimento para dar o desprezo, que merece tão tolas expressões, dictadas pela crassa ignorância e maldade; e por isso há de julgar o feito segundo o merecimento da prova. ((APPR PB045 PI04607) Jozé Manoel da Silva Gomes)

Toda frase colocada podia ter seus riscos e benefícios. A proposição fragilizou, em certo sentido, a posição do Ouvidor, que não deixou se intimar com as palavras do autor. E de forma ágil inicia sua sentença condenando o autor pelas incivilizadas palavras proferidas em juízo.

Antes de defirir afinal cumpre impor ao habilitante a pena merecida de haver assignado as discaradas, inciveis e insultantes razoins a folha 29 verso, visto que estando os habilitados em igual direito de dizer outro tanto, e não podendo a sentença agradar a ambos ficaria a ser permitido tais allegaçoins maculado este juízo por venal, e corrompido, termos estes que já [m?] se não vomitar a pena mais venal e corrompida: pelo que mando da maior equidade condeno ao mesmo habilitado em doze mil e oito centos réis para as dispesas do concluso a fim de que o juiz executor da sentença faça logo carregar em receita, como presidente do mesmo concluso ao procurador dele para cuidar na sua arrecadação, sem a qual não deve ter a mesma execução.(...) Villa de Curitiba, 5 de março de 1828. Joaquim Teixeira Peixoto. (APPR PB045 PI04607)

Imaginar-se-ia que a seguir o autor perderia a ação. Porém não foi o que aconteceu. O autor ganha apesar de ter insultado o Ouvidor. Esse é um exemplo que como era possível agir de forma estratégica no foro. E como as palavras deveriam ser medidas para evitar conflitos com os julgadores.

Se com uma parte o Ouvidor Teixeira Peixoto foi rigoroso, apesar de não ser arbitrário, com os rúbulas a questão era um pouco diferente. Os limites do que se podia afirmar eram menores. A insistência numa ação que havia sido derrotado poderia ser um erro fatal. Um dos procuradores do período perde o direito de demandar na Ouvidoria após ter feito “chicana” no foro, trata-se de Francisco das Chagas de Sá Ribas. O desentendimento com o Ouvidor Teixeira Peixoto ocorre no processo (APPR PB045 PI04586). No processo o

procurador pleiteia a posse de uma escrava. Numa primeira sentença o Ouvidor aponta o seguinte:

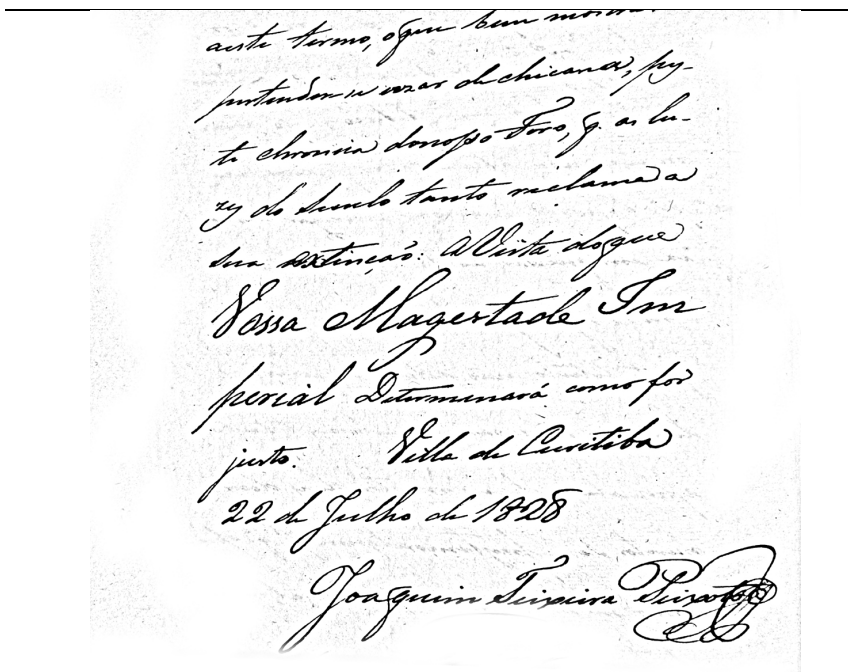
(...) o que tudo visto julgo improcedente o mesmo intendado pelo suplicante visto a oposição da parte integrada e mando por entregue a escrava em questão ao tutor da legataria pague as custas ex causa, ficando-lhe o direito salvo caso a tenha para usar da ação competente. Curitiba 3 de Julho de 1827. Joaquim Teixeira Peixoto. (APPR PB045 PI04586)

Não satisfeito com a sentença o procurador resolve interpelar um Agravo contra a sentença. Francisco Chagas cometeu o erro mais básico da profissão. Nunca irritar o juiz que irá proferir a sentença. Joaquim Teixeira Peixoto irrita-se profundamente com o pedido. Em segunda sentença aponta:

Pasmem não ter feito agravo ao agravante no despacho que se agrava e por quanto pelo mais que se mostra os autos prescreveja jamais se poderá encontrar já não digo um título justo, mas sim ainda alguma razão plausível para se poder mandar entregar a escrava em questão ao agravante e sendo certo, e regra geral de Direito que sem justo título não se pode adquirir domínio o agravante nenhum título apresenta e apenas mostra apenas dois documentos sem prestimos algum por quanto o primeiro he sua justificação.illegal e defeituosa e o segundo he sua declaração suspeitosa, extemporânea e casilozza, com o dito se quer tirar o seu e sem dono não apresenta o agravage em seus embargos razão alguma que o [relemposem] mesmo a materia nova respeitável por alegação ou circunstâncias, antes sendo lhe concedido o termo de vinte e quatro horas para os embargos segundo a Lei da reformação da Justiça de 6 de Dezembro de 1612 §17 excedem muito a este termo, o que bem mostra pretender-se usar de chicana, peste chronica de nosso Foro, que as luzes do século tanto reclama a sua extinção: a vista do que VOSSA Magestade Imperial determinará como for justo. Villa de Curitiba 22 de Julho de 1828. Joaquim Teixeira Peixoto. (APPR PB045 PI04586)

Principalmente, a voz da Majestade Imperial reclama o fim os abusos no foro. A sentença é tão simbólica nesse sentido que o Ouvidor altera a própria caligrafia para expressar sua revolta.

Imagem 2 – Sentença de Teixeira Peixoto com caligrafia demonstrando irritação



neste termo, o que bem mostra
 pretendem as suas de chicana, puz
 to chorar depois de se, q. a lu
 uy de chulo tanto melancolia
 sua natureza. O que do que
 Sessa Magistrate Im
 perial Determinará como for
 justo. Villa de Curitiba
 22 de Julho de 1828
 Joaquim Pereira Pereira

FONTE: Autor

O limite entre a defesa técnica e a chicana era tênue. Longe de serem interesseiros e bajuladores, os rábulas eram estrategistas. Porém, nem sempre as estratégias funcionavam.

2.4.5 Como processar os crimes? O liberalismo e o vazio legislativo

Os novos tempos do liberalismo trouxeram um grande problema prático para os tribunais: a falta de modelo para processos criminais. Isso aconteceu devido à forma de processar os crimes no Antigo Regime português, que se dava mediante um modelo denominado “Devassa”.

Segundo Pereira e Sousa “Devassa é a informação de delicto tomada por autoridade do Juiz para castigo dos delinquentes, e conservação do sossego público.” (PEREIRA E SOUSA, 1800, p.16). Existiam dois tipos de devassas, as gerais quando o crime era incerto, as especiais quando apenas o autor do crime era incerto. As devassas especiais eram feitas quando ocorriam homicídios, estupros, fugas de cadeias e outros crimes que gerassem

comoção social.^{627 628}

A devassa começava com uma denúncia feita perante o juiz ordinário. O juiz era responsabilizado caso a devassa fosse realizada de forma arbitrária, inclusive poderia ser condenado nas custas do processo. Era necessário se fazer a oitiva de 30 testemunhas, obrigatoriamente. Dava-se vistas para a denúncia, defesa, réplica e tréplica. Sentenciando-se conforme as provas. Além dos juízes ordinários outros magistrados poderiam processá-las.

As devassas eram, também, da competência dos juízes de fora. Era expressamente recomendado que se evitassem, pelo tumulto que causavam, as devassas gerais, limitando-se as investigações aos casos de morte, estupro, incêndio, fuga de presos, moeda falsa, resistência à justiça, cárcere privado, agressões e furtos acima de um marco de prata. Nos casos mais graves, como os de morte, as inquirições e a sentença do juiz deveriam ser encaminhadas *ex officio* ao ouvidor da comarca. (WEHLING; WEHLING, 2004, p.73)

O problema desse modelo estava em sua lógica. Além de aceitar, por exemplo, o “tormento” como forma de prova, também era feito a portas fechadas e, em geral, com o interesse do próprio juiz em chegar a um termo com a condenação do réu.

Contudo no Antigo Regime a justiça real era pouco interventiva. E os casos em que esse tipo de procedimento era levado a cabo eram poucos.⁶²⁹ No Antigo regime o poder

⁶²⁷ Seriam eles: 1. homicídio; 2. força de mulher; 3. fogo posto; 4. fuga de preso; 5. arrombamento de cadeia; 6. moeda falsa; 7. resistência; 8. tirada de preso do poder da justiça; 9. carcere privado; 10. furto de valia de marco de prata ou na estrada ou no ermo; 11. arrancamento de arma na Igreja, procissão ou na corte; 12. aleijão de algum membro; 13. ferimento de noite ou no rosto; 14. ferimento com besta, arcabuz ou espingarda; 15. assuada; 16. bofetada; 17. açoites em mulher; 18. assassinio ainda que não siga a morte; 19. propinação de veneno, ainda que não siga a morte; 20. desafio; 21. por cornos, junto das casas de pessoas casadas; 22. dano em horta, ou pomar a requerimento da parte; 23. fazer, ou publicar sátiras, e libelos famosos; 24. quebra de mercadores dolosos; 25. casamento de pessoas, que tem bens da coroa sem licença. (PEREIRA E SOUSA, 1800, p.20-1)

⁶²⁸ As possibilidades para iniciar uma devassa especial eram reguladas nas Ordenações Filipinas L.1 tit.65 §. 31. As devassas gerais eram discriminadas no §39 do título. Segundo Alexandre Caetano Gomes “(...) são também casos de devassa aqueles, de que tratam as Ord. l.5. tit.2 §3, tit.17 §5, tit.45. §3, tit.57 §1, tit.76 §10, tit.77 §20, tit.80 §15, tit.82, §13 e tit.113 §16 e também os que declaram as Leis, que se trascrevem no fim das Ordenações do livro 5”. (GOMES, 1766, p.216)

⁶²⁹ Basta verificar o próprio livro V das Ordenações que estabelecia penas capitais para uma longa lista de crimes, inclusive “masturbação”. Assim, Hespanha afirmou que “(...) a dureza do direito penal de Antigo Regime, me provocou a demonstrar que, também na punição, o direito das monarquias corporativas era assim tão pouco interventivo. O bom senso indicava que tinha que o ser. Bastava ler a interminável lista de crimes capitais do Livro V da Ordenações - compreendendo até a masturbação ... - para pensar, como o pensou Frederico II quando, durante a preparação do Allgemeines Landrecht, lho terão lido: “Mas ainda haverá gente viva neste país?”. (HESPANHA, 2007, p.58) No caso colonial as penas ainda eram mais complicadas de serem aplicadas, afinal muitas estavam voltadas ao degredo para colônia, e muito comumente ao Brasil. Por isso, mesmo com leis muito rigorosas e processos severíssimos, os processos criminais e as penas de morte eram raras em Portugal. “Como o recurso ao (nosso) bom senso, em história, é muito perigoso, socorri-me de fontes fiáveis e lá pude documentar que, pelo menos em Portugal, a pena de morte era rarissimamente executada. Porventura porque, como cantou Chico Buarque no Fado tropical, “Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dose de lirismo

supremo do rei se realizava muitas vezes dispensando as penas, fornecendo a graça e agindo como grande pai amável e doce que perdoa antes de matar. (HESPANHA; XAVIER, 1993, p.239 e 248)

Com o iluminismo do período de pombal as primeiras idéias liberais em torno do Direito criminal chegam a Portugal. Porém o período é marcado por uma dubiedade. Ao mesmo tempo em que se iniciam os debates para concessão de direitos voltados a liberdade individual aumenta-se o controle policial.⁶³⁰

As críticas feitas pelo iluminismo do período pombalino crescem de forma pulsante na geração seguinte. O constitucionalismo vintista português irá adotar vários princípios liberais voltado ao direito criminal. Abolem-se as penas corporais e infamantes, enuncia-se o princípio da igualdade de todos perante a lei e, ainda, institui-se o Hábeas Corpus. A própria lógica das Ordenações que dividia a sociedade em estratos sociais é contestada pelo movimento vintista. E, talvez de forma mais clara em termos processuais, exige-se a formação de culpa e a clareza ao cidadão em relação ao delito que está sendo acusado e processado.(SUBTIL, 1991, p.84).

A independência irá recepcionar esses princípios e a Constituição de 1824⁶³¹ irá ressaltar diversos direitos fundamentais desse cunho em seu artigo 179.⁶³² Além disso, da década de 1820 até a elaboração do Código Criminal do Império foram elaborados diversos decretos com características de liberalismo criminal, garantias processuais penais e limitações

(além da sífilis, é claro) Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora..."; ou, mais exactamente - porque, nisto de história, acredito tão pouco [como o poeta, de resto ...] no espírito dos povos, como no espírito das suas historiografias -, porque as leis não eram feitas para aplicar estritamente. Como terá escrito Alexandre de Gusmão, a mando do rei, a Inácio da Costa Quintela, um feroz juiz da Relação do Porto. "Sua Majestade manda advertir Vossa Mercê, que as leis são feitas com muito vagar e sossego, e nunca devem ser executadas com aceleração [...] porque o legislador é mais empenhado na conservação dos Vassallos do que no castigo da Justiça, e não quer que os ministros procurem achar nas leis mais rigor do que elas impõem"". (HESPANHA, 2007, p.58)

⁶³⁰ Por exemplo, no período pombalino aumenta-se o número de textos legislativos bem como a idéia de polícia organizada pelo rei. A mudança não é apenas formal mas também de objetivos, voltados à centralização, em outras palavras, "uma transformação do existente, para permitir o crescimento, a acumulação e a maximização de tudo o que fortalecia o Estado." (SEELAENDER, 2003, p.101 e Ss.).

⁶³¹ Tais princípios liberais serão a base das decisões no Supremo Tribunal do Justiça do Império (ROCHA JÚNIOR, 2012).

⁶³² Como anteriormente se referiu, garantia a constituição: a prisão baseada em processo escrito e com acusação formal (Art. 179, VIII); a possibilidade de responder o processo em liberdade em casos que se possa prestar fiança (Art. 179, IX); necessidade de ordem de prisão dada por autoridade judiciária legítima (Art. 179, X); anterioridade da lei penal e princípio do juiz natural (Art. 179, XI); princípio da individualização da pena (Art. 179, XX); e, por fim, prisão adequada ao infrator e à gravidade do crime (Art. 179, XXI).

ao excesso punitivo. (NEQUETE, 2000b, p.47 e Ss.). São nesse sentido elaborados: o Decreto de 23 de Maio de 1821 (anterior a Independência); o Decreto de 17 de Abril de 1824; dentre outros.⁶³³

O primeiro estabelecia, dentre diversos outros direitos, em seu artigo 4º a garantia contra a prisão degradante.⁶³⁴ O segundo decreto regulamentava o artigo 159 da Constituição que garantia que a inquirição de casos penais fossem feitos de “portas abertas”. Além disso, diversos outros direitos eram elencados. Apesar da onda de decretos liberais os procedimentos ainda refletiam a estrutura processual do Antigo Regime. Muitos livros citados pelos rábulas e juizes eram voltados a estrutura criminal do Antigo Regime. As ordenações ainda eram o texto legislativo mais citado. Nesse sentido a contradição estava efetivada.

Dentre os 432 processos levantados da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba entre 1822 e 1831 menos de 10 faziam referência direta à devassas. É difícil mensurar a importância de tal dado porque não se tem certeza se os processos armazenados no Arquivo Público do Paraná constituem-se a totalidade dos casos ou apenas uma parte selecionada. Mas outro indício aponta que não se trata de um problema do fundo. Alguns casos de devassa aparecem entre 1827 e 1832, porém apenas um caso é relatado entre 1823 e 1827, e ainda não gera punição. De todos os casos levantados no período apenas um chega a uma condenação efetiva de réus pobres. É possível ainda que as devassas acontecessem apenas na instância do juízo ordinário.

Uma hipótese, ainda que despreziosa e intuitiva, é a de que entre 1822 e 1827 inexistiam meios para processar crimes. Somente a instituição dos juizes de paz os procedimentos posteriores voltaram-se a processar crimes de forma mais clara. E o que se

⁶³³ “Pode lembrar-se a este propósito a proibição expressa de algemarem os recrutas, baixada pela junta: mesmo os desertores hão de conduzir-se doravante sob escoltas fortes, nunca, parem, 'encorrentados' . Dispõe igualmente que os capitães-mores e outras autoridades militares deixem de prender moradores por 'crimes cíveis', salvo em casos de flagrante delito, e então deverão entregá-los imediatamente à Justiça. Vedam-se as tomadas indiscriminadas de animais para o serviço, de sorte que não se poderão mais exigir cavalgadas de particulares, senão através de portarias do Governo, e ainda assim mediante pagamento de cem réis por légua de percurso.” (CARDOSO; et al,2001, p.438).

⁶³⁴ “Art. 4 - Que, em caso nenhum, possa alguém ser lançado em segredo ou masmorra estreita, escura, ou infecta, pois a prisão deve só servir para guardar as pessoas e nunca para as adoecer e flagelar; ficando implicitamente abolido para sempre o uso de correntes, algemas, grilhões e outros quaisquer ferros inventados para martirizar homens ainda não julgados a sofrer qualquer pena afliativa por sentença final (...)” (BRASIL, 1821)

fazia quando se noticiava um crime? As atas da Câmara de Curitiba trazem um indício. A sessão de 13 de Novembro de 1825 trazia uma interessante ordem de pagamento:

(...) sendo ahi passou-se hum mandado para pagamento de — hum esteio honde se levantou a cabessa do criminoso David — (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.15)

Não existe processo algum sobre um criminoso denominado David nos processos da Ouvidoria. Enfim, existindo ou não o processo que o condenou cabeças levantadas em esteios significavam a execução de morte com tormento.

Nos casos em que se processava os réus a partir de devassas alguns debates interessantes apareceram nos processos analisados.

O primeiro caso é o de Joana e seus filhos João e José, três libertos que fogem de Cananéia para Iguapê. Tais teriam sido libertos por testamento mas o seu meio irmão José Rodrigues Martins tenta reescravizá-la e a seus filhos. Existem dois autos sobre este caso (APPR PB045 PI04592 e APPR PB045 PI04599) e os debates são bem complexos. Interessa ver o tratamento dado aos libertos. Inicialmente, ainda em fins de 1827, observa-se o libelo do irmão que pretendia reescravizar sua irmã e sobrinhos:

(...) Que o pai do justificante perdendo o juízo e ficando por isso intratável entrou obrar vários dispropósitos, e querendo fogir para o matto the que finalmente morreo loco e estoporado como he manifesto. (...) Que logo que o dito pai do justificante adoeceo de locura ficou cheio de receio e medo por ser ameaçado pela dita escrava Joanna com em semelhantes cazos aconteceo e he notório (...) José Rodrigues Martins (APPR PB045 PI04592)

Antes de morrer o pai de Joana, Faustino Rodrigues, faz uma carta de liberdade para ela e seus filhos, desde que cuidassem dele até a morte.⁶³⁵ O meio-irmão de Joana, José Rodrigues Martins, não aceita a liberdade conferida pelo seu pai a dita escrava e seus filhos e, por isso, pleiteia a reescravização. Seu argumento principal é que a carta seria nula porque o

⁶³⁵ A carta de liberdade tem os seguintes termos: “Digo eu Faustino Rodrigues morador desta villa que possuindo huma escrava de nome Joanna mulata deste a dezesseis anos me tenho servido como minha mulher e da mesma tenho oito filhos, a saber Joaquim, Maria, Thomazia, João, Ricardo, Francisca, Joanna, Antonio, aos quais reconheço por meos filhos e porque quando [me metti] com a dita minha escrava logo lhe dei palavra de forra e liberta, como todos sabem, retifico por este papel a liberdade que lhe dei naquele tempo e por isso a dou por forra e liberta como se nascida fosse do ventre de sua mãe, e poderá de hoje para sempre gozar de sua liberdade como forra que hé assim também os ditos meos filhos aos quais e a ella lhes ponho a condição de me servirem té minha morte, e depois cada hum poderá tratar de sua vida e pessoas justças de sua Majestade” (APPR PB045 PI04592)

libertador estava louco. E nesse momento os dois processos se misturam. Nos autos de Embargo aparece a notícia de prisão dos libertos. E uma prisão extremamente violenta e arbitrária colocando inclusive os ditos no tronco. Em petição escrita por Ponciano José, marido da segunda filha de Joana, chamada de Maria, ele explica ocorrido:

(...) hé xegada huma carta precatória a requerimento de José Rodrigues da villa de Cananea, expedida daquele juízo, para serem prezos e remetidos aquela villa não só os [cunhados] do suplicante / como forão e athe de tronco, e algemado hum deles / como tão bem a mulher do suplicante e sua filha debaixo do excandaloso títulos de cativos, quando, os suplicantes, dis, os mesmos são verdadeiramente forros , como mostrará, e porque o suplicante tem que dizer a mesma precatória, e alegado do suplicante, quer que vossa mercê lhe mande dar vista, primeiro para embargos de foro, para depois dizer a cauza da liberdade e como vista a ninguém se nega portanto, pede a vossa mercê seja servido mandar dar vista dessa precatória ou ordenar, ou qualquer papel ou sentença por onde forão os cunhados do suplicante prezo, e remetido, e se procura pela mulher e filha do suplicante. (...) (Ponciano José, APPR PB045 PI04599)

Ponciano José provavelmente era um livre não-branco, sabendo de seus direitos exige ver os autos, garantia constitucional, além disso reclama da prisão arbitrária feita mediante tronco de forma escandalosa. Em sua defesa chega a citar o Alexandre Caetano Gomes para contrariar o processo. Em outra petição dos autos aparece outro pedido do autor.

(...) Diz José Rodrigues que na villa de Iguape se achão trez escravos a saber Antonio, Joanna, e João o qual foi desta fugitivo e porque o suplicante os quer sujeitar a obediência de captiveiro que como tais devem prestar toda a sujeição e o suplicante teme que os ditos se refugiem para longe e lhe seja dificultoso (...) (APPR PB045 PI04599)

Ao que parece nem todos os filhos de Joana foram presos, alguns desapareceram, inclusive de Iguape. Nesse momento os processos acabam tornando-se confusos e o prosseguimento se dá apenas no início de 1829 quando o Ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto solicita que os autos sejam remetidos ao juízo da Ouvidoria. Antes porém são dadas as vistas as partes. A petição de defesa dos libertos é muito precisa em diversos aspectos, apesar de ser escrito em linguagem simples por, provavelmente, outro livre não-branco de nome Crispim Maximiano:

(...) Os embargados são verdadeiramente libertos, mas como o autor embargante os quer cativar oferecendo e ajuntando-se [de dar] parte das filhas da embargante já [a hum], já a outros, a aquelles que concorreram para

o cativoiro por isso hé que se acha tantos penhoras, que ainda contada audiência não derão de maquirar contra a liberdade dos embargados. (...) Que o juiz que proferio a sentença não hé tolo, hé verdade por que tollo não cita tantas leis, e portanto se deve julgar que faz de prepósito, e com maldade. (...) O mesmo Ilmo. Senhor julgador queira relevar algum excesso que haja nas expreções pois são filhas da dor, de se verem libertos, e por cabalas, [?] querem reduzir a cativoiro, e dever que athe oferece o autor embargante aos filhos da embargada, irmãos dele mesmo para cativoiro como quem oferece huma flor a uma dama. (...) [Crispim Maximiano]. (APPR PB045 PI04592)

O ouvidor apenas pede a remessa do processo. Simplesmente não se tem mais movimentação nos autos. Não se sabendo o destino final destes libertos. De tudo vale a conclusão de que, mesmo depois de todos dos decretos liberais e garantias constitucionais, o peso da condição social ainda era o que determinava os direitos de cunho criminal.

Outros dois processos trazem o problema do corpo de delito. O primeiro é o processo contra o escrivão Francisco Vidrio de Almeida (APPR PB045 PI04630). Nesse o autor por via de Agravo tenta anular a devassa. Alega que são proibidas as devassas gerais pela Carta de 12 de novembro de 1821 teria extinguido as devassas gerais. Além disso aponta que:

(...) pois quando estivesse cometido, teria havido corpo de delito sobre o que claramente fala o jurisconsulto Pereira e Sousa em sua obra cap. 5º, § 48, *ipis verbis* = corpo de delicto he a existencia de hum crime que se manifesta de maneira que se (...)" (Francisco Vidrio de Almeida – autor / ex-escrivão) (APPR PB045 PI04630)

O autor, bem informado das mudanças criminais, utilizou forte argumento para evitar a devassa. O caso é interessante. O escrivão havia ameaçado com uma arma desafeto seu. Como vingança o desafeto manda um de seus escravos atirar contra a casa do escrivão. O tiro porém acaba atingindo o rosto da esposa do mesmo. O escrivão requer a abertura da devassa. Porém o juiz ordinário ao perceber toda a trama condena o desafeto, o escravo e o escrivão. Em sentença do Ouvidor Teixeira Peixoto literalmente copia nota de Rodapé do autor Pereira e Sousa, em seu livro *Primeiras Linhas de Processo Criminal*. Expressando-se assim:

(...) como se exprimem os jurisconsultos, de toda a acusação criminal por cuja falta todo processo crime torna-se nullo, esta he praxe constante não só das nações civilizadas donde demorou nossa legislação como se vê em Consil. Resolut. Crimin. Resol 1 n 1. Guazzin Deffen reos Deffen. 4 n 5

Bohm Elem. Jur. Crim. Sect.1 c5 §101. Como tão bem he terminante pela nossa lei de 6 de dezembro de 1612 e tão necessário que até se exige nos processos verbais Alv. de 4 de setembro de 1765 §2 e §3" (Joaquim Teixeira Peixoto, APPR PB045 PI04630)

A cópia da nota e da referência a diversos autores demonstra a necessidade de justificar seu posicionamento. O ouvidor tinha que reiterar o seu posicionamento com base na doutrina. Além do que aceita o posicionamento dado pelo escrivão da proibição das devassas gerais. Na conclusão da sentença determina:

Portanto, e vistos dos Autos conformando-me com as disposições de Direito julgo irrita e nula e de nenhum efeito a pronuncia de fl. de que se agrava deixando salvo o direito ao agravante / caso o tenha / para haver perdas e danos de que do Direito pertencer e mando que se de baixa na culpa, reintegrando-o no seu lugar de Escrivão e tabelião da Escrivania da Vila do Príncipe, e pague o juiz da pronuncia as custas ex causa em que o condeno. Joaquim Teixeira Peixoto" (APPR PB045 PI04630).

Teixeira Peixoto não só anula a devassa como condena o juiz ordinário. Essa sentença confirmava a proibição das devassas gerais e ainda responsabilizava os juízes ordinários por tal processamento.

Outro processo que debate o corpo de delito é o (APPR PB045 PI04775). O caso está relacionado à venda de um produto (charque) por preço abaixo de mercado por escravo que foi iludido pelo réu. Um caso sem gravidade e que poderia ter se processado civilmente. Num primeiro momento Teixeira Peixoto condena o réu. Em petição de exceção peremptória o procurador do réu José Gomes Vianna argumenta sobre os direitos e liberdades criminais:

(...) Para executar estas leis deve-se decorrer as formalidades precisas sendo a primeira o indispensável auto de corpo de delito como descreve a lei de 6 de abril de 1612 (...). Não pode haver pronuncia onde falta prova legal de 3 testemunhas, duas das quais jurem; assim determina o decreto de 23 de maio de 1821. Não pode pessoa alguma ser sentenciada senão em virtude da lei, diz a Constituição Política lei fundamental deste império no tt. 8º, art. 179, §1 e 2. (...).(APPR PB045 PI04775, fl.31)

Os argumentos da Constituição e principalmente do Decreto de 23 de Maio de 1821 demonstram como, se não eram aplicados nos processos voltados às pessoas mais simples, os direitos e garantias de cunho criminal eram alegados como defesa pelos rábulas, que os conheciam bem.

De todos os processos encontrados na Ouvidoria que se constituíam como devassa

a única que chegou a gerar condenação ocorreu em 1829, (APPR PB045 PI04692). Trata-se de uma Devassa de homicídio. Inicia-se por ofício do Capitão Ricardo José Taborda.

De officio incluso verá Vmce a participação do Capitão de Ordenanças da 12ª Companhia e em virtude do qual procederá o Corpo de Delito em Directo visto que neste meu juízo não compete fazer inquirição de testemunhas, e por cujo fim acham-se 3 testemunhas, e o vintenário os que apenso. Da mesma forma faço a remessa das duas presas, que menciona no testemunho as quais acham-se no xadrez desta Vila, ficando desde então a cargo devendo para conhecer do Corpo de Delicto delas e terminar-lhes aque lhe convier (7 de Março de 1829 – juiz de Paz. José Joaquim Aloísio de Selbos (APPR PB045 PI04692)

Das 30 testemunhas presentes na devassa as primeiras foram responsáveis por encontrar o corpo do falecido. As demais apenas confirmam a acusação feita pelo Capitão Ricardo José Taborda. O resultado é a condenação de duas pessoas. Uma delas era a filha do falecido.

Abrogo as testemunhas inquiridas a prisão e livramento ao Réu Joaquim Cardoso e Maria Luiza filha do mesmo falecido moradores do Bairro Tindiquera e o escrivão os lance ao rol dos culpados e se ordene de cariar para a prisão de Joaquim Cardoso visto este se achar preso e Maria Luiza que se pasa remessa desta devassa ao juízo superior da Ouvidoria. Curitiba 18 de Março de 1829. João de Sá Pereira. (APPR PB045 PI04692).

Não fica claro como se chegou a tal conclusão, porém a anotação de remessa ao juízo superior explica a presença da Devassa no Ouvidoria. Possivelmente devido à proibição das devassas gerais nesse juízo não ocorriam mais processos criminais, apenas no Juízo Ordinário. Mas onde estariam esses processos do juízo ordinário? Não se tem notícia.⁶³⁶ Enfim, no processo comentado a última página traz um auto de reconhecimento da presa. Nele se descreve as características da mesma.

(..) vi no mesmo xadrez do mesmo quartel achei presa uma mulher de cores alva vestida com camisa de algodão fino e saia de riscado azul já velha com baixa azul de estatura ordinária rosto redondo, cabelos castanhos olhos pardos sobrancelhas apartadas nariz grosso boca mediana dentes podres corpo aporporcionado e sendo por mim perguntado como se chamava de onde era natural se casada ou solteira ou viúva e que idade tinha se tinha algum privilégio, por ela foi respondido que se chamava Maria de Candia natural desta Vila e que era solteira que tinha dezoito anos mais ou menos que não gozava privilégio algum e sendo por mim perguntado quem (...)”.

⁶³⁶ No período colonial as devassas eram registradas nos tabeliões (que davam fé no testemunho de uma espécie de corpo de delito) porém, nem mesmo esse material foi possível de encontrar.

(APPR PB045 PI04692)

A Câmara de Curitiba demonstrou durante o período preocupação em relação aos processos criminais e sua falta de eficiência. Tal debate aparece na ata da sessão de 5 de Setembro de 1829. No debate sobre as posturas municipais apontavam os vereadores:

(...) comessada a discussão do primeiro e segundo Capitulo das posturas adiadas ofereceu o senhor vereador Antunes «hum discurso por escripto combatendo a matéria dos mesmos Capítulos em que sustentava não ser da competência da Camara prover contra o abuso das armas prohibidas e casas de jogo de azares por serem estes objectos providenciados pelo livro quinto das ordenações cujo discurso foi combatido pelo Senhor presidente mostrando que as «justiças tinham afrouxado as molas da Ley deixando correr totalmente impunes semelhantes abusos talvez pela dureza das penas da citada ordenação, que era demais urgente necessidade providenciar sobre os formidáveis abusos que tinham dado lugar a tantos crimes — que as Camaras estão authorisadas pela Ley de primeiro de Outubro que lhes serve de regimento de prover o bem da segurança e tranquillidade do Municipio: que finalmente o meio de cumprir com tão sabia instituição era pela maneira indicada em os Capítulos da presente postura no mesmo sentido falou o senhor vereador Marques sustentando as doutrinas dos artigos que finda a discussão forão aprovados pela maioria de cinco votos contra os dos senhores Antunes e Guimaraens (...). (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.85)

A falta de unanimidade sobre as questões penais e o argumento de já estarem descritos os crimes nas Ordenações Filipinas demonstram que não se tinha certeza sobre os procedimentos de cunho criminal. A expressão “tinham afrouxado as molas da Ley” demonstra ainda que a preocupação era antes punitiva do que de garantia de direitos. Na sessão seguinte o debate continua:

(...) Capitulo segundo do projecto de posturas ofereceu o senhor Bandeira hum artigo aditivo que diz que igualmente os Juizes de Paz fizessem vigiar aos escravos e filhos famílias que em diversos lugares de roda das povoações se juntão para jogos, fazendo prender huns e outros mandando castigar os mencionados escravos com vinte e cinco açoites e enviando os filhos famílias a seos paes ou tutores para serem por elles castigados (...) (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.86-7)

A preocupação com os escravos e seus jogos demonstra o tom dado pela Câmara à instituição das Posturas municipais. O debate continua:

(...) o que entrando em discussão foi combatido pelo senhor Antunes dizendo que era dura a pena de açoite mormente quando este recaia contra escravos briosos e que por isso perdido o merecimento e que por isso propunha que sendo ditos escravos axados em semelhantes delictos, que fossem pela primeira vez admoestados para não continuarem semelhante procedimento -

O Senhor Guimarães apoiando a doutrina do Senhor Antunes propôs que os escravos assim axados, que fossem castigados com a pena de prisão com os mais cidadãos livres. O senhor Presidente mostrou que a pena de prisão imposta ao cidadão livre não era igual com a do escravo: que aquelle sofria o castigo com a pena da prisão porem que o escravo nenhuma sofria e apenas ella pesava a seos senhores que não concorrerão para o delicto. O senhor Maxado ofereceu hua emenda que diz que os escravos menores de desecete annos em lugar dos vinte e cinco assoites fossem castigados com palmatoadas» — mais alguns senhores vereadores falarão a favor do aditamento que sendo posto a votação pelo senhor Presidente foi aprovado com a emenda do senhor Maxado pela maioria de cinco votos e contra o dos senhores Antunes e Guimarães...(BOLETIM ..., 1929, v.42, p.86-7)

O posicionamento contrário à prisão de escravos como cidadãos comuns e a pena de palmatoadas aos escravos menores, demonstra o tom de defesa social e o uso da força estatal contra os escravos. Por isso, argumentos de que os escravos eram considerados plenamente capazes na esfera penal não parecem ter efetividade prática. Nos debates das posturas ainda aparece em 9 de setembro de 1829 um último debate criminal:

(...) mostrou que as penas não erão eficazes por excessivas mas sim por bem executadas que a dureza das penas sempre trazido consigo a relaxação da Lei que o exemplo tínhamos com o Livro quinto das ordenações que começando penas Atroxissimas por pequenos delitos tem sido no todo relaxado pelos Magistrados deixando por isso correr impunes os delitos. (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.88-90)

Percebe-se por tudo que foi exposto que os direitos e garantias de cunho criminal eram conhecidos no período, entretanto tinha eficácia limitada à pequena parcela da comunidade. Para as camadas mais pobres as devassas e seus procedimentos violentos ainda prevaleciam. Além do que as preocupações da elite local não eram voltadas à garantia de direitos individuais, ao contrário, a punição de criminosos. Essa contradição entre o discurso garantista e liberal e a prática punitiva e autoritária gerava um ranço generalizado na população, prestes a explodir. Como se vê a seguir.

2.4.6 Terras do Sem-fim: 1830 o ano em que ninguém queria ser de Juiz Ordinário em Curitiba

Dentre diversas contradições que as fontes trouxeram para o trabalho, um interessante problema era o motivo que levou a nenhuma pessoa querer assumir o cargo de juiz ordinário de Curitiba em 1830. Antes de pensar nos motivos que podem justificar tal ação vale perceber o que aconteceu.

Ainda em 1829, na ata da reunião da Câmara da vila de Curitiba em 22 de Maio, o Ouvidor Teixeira Peixoto remetia um ofício no qual se constava em anexo “(...) hum Decreto declarando o modo porque se devem faser as elleiçoens de Juizes ordinários, e de orphaons, e aquém deve passar a vara de Ouvidor, e de Juiz de Fora nos seus impedimentos de que ficou a Camara inteirada (...)” (BOLETIM ..., 1929, v.42, p.61). Mesmo assim, no ano seguinte, a ata do dia 20 de Janeiro de 1830 relata não haver interessados em assumir o cargo de juiz ordinário. Para solucionar o problema “(...) Propôs o senhor Presidente que se devia officiar ao Doutor Ouvidor Interino sobre a falta de Juizes ordinários pedindo ao mesmo que houvesse de mandar vir para tomarem posse (...)” (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.23).

Na sessão seguinte, em 22 de Janeiro de 1830, “(...) leu o Secretario hum officio do Tabellião desta villa dando parte de se axar enfermo o Juiz ordinário que servio o anno próximo passado Alferes João da Silva Pereira e que os outros nomeados se axavão ausentes foi a comissão (...)”. (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.26). Sem o juiz que serviu o ano anterior e sem candidatos hábeis ao cargo, ficava vacante a posição de juiz ordinário de Curitiba. Em 26 de Janeiro de 1830 o ofício do Ouvidor chega a Câmara com uma solução.⁶³⁷ Propôs Teixeira Peixoto que o presidente da Câmara, Lourenço Pinto de Sá Ribas assumisse a função. Não era esse o interesse do mesmo, que tinha pretensões maiores na assembléia provincial. Em 27 de Janeiro a Câmara posiciona-se contrariamente ao Ouvidor da seguinte forma:

(...) resolveu a Camara que se officiasse ao Doutor Corregedor em resposta daquelles que por senão encontrar o expresso que decida sobre a questão de que se trata já deu parte ao Excellentissimo Governo do Estado em que fica esta villa pela resistência daquelles elleitos pedindo lhe providencia e esclarecimentos do que deve obrar a este respeito que isso nada mais lhe restava obrar sem decizão do mesmo Excellentissimo Governo isto apesar do

⁶³⁷ “(...) Leu o Secretario hum officio do Doutor Ouvidor Intirino da Comarca (...) relativo a falta que ha de Juizes e dos novos elleitos não comparecerem a tomar posse propondo que devia servir o presidente da Camara em dito emprego conforme a deliberação de Sua Magestade Imperial expedida pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Justiça, ou nomearem outros Juizes para servirem em lugar dos auzentes (...)” (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.26)

voto contrario do senhor Andrade em que diz se procedesse Eleição de Juiz e na falta do Capitão Mathias que não quiz receber a participação do Secretario (...) (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.30-1)

Aqui vale o esclarecimento, quando um dos homens bons era eleito para os cargos camarários deveria o assumir obrigatoriamente. A escusa era possível apenas como privilégio. Portanto uma vez eleito ao cargo era necessária escusa significativa para evitar que se fosse obrigado a assumir o cargo. Pedindo-se orientação do Governo de São Paulo ganhou-se certo tempo. Passam-se dois meses e em 20 de Março de 1830 sem definição sobre o cargo, até a resposta do Governo provincial. Porém a resposta não trouxe o que era requerido pela Câmara, assim ordenando a mesma:

(...) os Juizes Trienaes ainda no caso de terem preenxido o tempo de seus lugares não os deixem sem outrem para o exercício de novos para que possam ser despaxados sem que primeiro xegue o seu sucessor elhe de posse afim de não recahirem as varas em Juízes leigos com irreparável prejuízo publico exceptuando-se digo publico e que as Camaras desta Província onde houverem Juizes letrados não dessem posse anem hum d'ora em diante sem que primeiro apresente certidão authentica da que deu o seu sucessor no lugar ultimo que tiver servido; exceptuando-se desta regra unicamente os Bacharéis que forem pela primeira vez nomeados para os referidos lugares, e aquelles aquém for por interesse publico concedida esta Despensa (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.34-5)

Ainda sem preencher o cargo, a Câmara volta ao debate em 19 de Abril de 1830. Recebe-se um ofício de Teixeira Peixoto isentando o Capitão Mathias Gonçalves Guimarães por morar muito distante da vila e outro ordenando que Ignácio Lustosa de Andrade assumisse a função.⁶³⁸ O excesso de desculpas para não assumir cargos irrita o Ouvidor que ameaça outra pessoa da comunidade, Fidentes José da Silva Carrão, com a prisão pelo o crime de desobediência, por não assumir o cargo de escrivão do Juízo de Paz. (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.39). Anteriormente a Câmara havia recebido a notícia de que o mesmo estaria enfermo (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.38).

Em 22 de Abril chega a Câmara à resposta do Governo de São Paulo, no qual

⁶³⁸ (...) Hum requerimento do Capitão Mathias Gonsalves Guimaraens feito ao Doutor Ouvidor em que o izentava do cargo de Juiz ordinário pela razão de existir maior parte do tempo, fora desta villa em sua fasenda dos Campos Geraes e entrando em discução foi a comissão (...) Hum officio do Doutor Ouvidor participando ter izentado ao Capitão Mathias Gonsalves Guimaraens do cargo de Juiz ordinário por ser de sua atribuição e dever-se dar posse ao de Peloiros Sargento mor Ignacio Lustosa de Andrade por ter sido elegalmente izento, foi a comissão. (...) (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.36-7)

aponta “(...) privativamente pertencer as Camaras a elleição dos Juizes ordinários, e dos orphaons ficou a Camara inteirada e deliberou que o remetesse por copia com officio ao Doutor Ouvidor Geral e Corregedor interino da Comarca (...)”. (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.40-1).

A partir de então, desautorizado o Ouvidor Teixeira Peixoto a interferir na Câmara de Curitiba pelo Governo de São Paulo, a briga entre Ouvidor e Camarários torna-se aberta e vai atingir outras instâncias. Em 8 de junho de 1830 a paciência de Teixeira Peixoto pareceu acabar. Representa a Câmara ao Rei, acusa a Câmara de infringir seu regimento interno, acusa que recebeu Ordem do Conselho de Província de São Paulo para proceder contra os nomeados ao cargo de juiz que sem escusa negavam-se a assumir o cargo, para tanto poderia até mesmo prendê-los. E assim o inicia mandando prender o Sargento mor Francisco de Paula Xavier Bueno.⁶³⁹ Reagindo a ação do Ouvidor a Câmara abre edital para eleições para 9 de junho de 1830.

No dia acordado inicia-se o procedimento de eleição mas o número de votantes era insuficiente, “(...) e não comparecendo mais de deseceis votantes propoz o senhor Presidente se devia ou não faser a apuração dos votos com este limitado numero (...)”. (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.50). A eleição estava marcada para as 9 horas e ao meio-dia ainda não havia comparecido o número suficiente de votantes. Com o resultado “(...) sahio elleito a maioria de votos Antonio Jose Pereira Tinoco aquém determinou a Câmara que o Secretario notificasse para no dia onze do corrente vir tomar posse e juramento enviando-lhe seu diploma (...)” (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.50). Depois de 6 meses tudo estaria resolvido. Porém não foi o que aconteceu.

⁶³⁹ “(...) participando haver-lhe Sua Magestade Imperial remetido a informar a representação do Doutor Ouvidor desta Comarca sobre as duvidas respeito a factura de Pelouros sobrestando por isso a factura delles the a resolução do Mesmo Augusto Senhor ficou a Camara enteirada (...) enviando o officio do Doutor Ouvidor desta Comarca em que acuzá está Camara ter infringido o artigo vinte da Lei do seu regimento (...) participando ter sido presente ao Conselho do Governo o officio desta Camara de vinte trez de janeiro do corrente anno relativo a recusa dos Juizes ordinarios e que o mesmo resolveu que emquanto não conseguissem esecução (talvez por—: escusa) na forma da Lei não tinha lugar proceder-se nova eleição e devião ser constrangidos pelo Ouvidor da Comarca o qual procedera *contra* elles quando continuassem a resistir ficou a Camara inteirada (...) Apresentou o senhor Presidente hum officio do Doutor Ouvidor participando estar “creminoso o Sargento mor Francisco de Paula Xavier Bueno por se ter negado a servir o cargo de Juiz ordinário” para que tinha sido elleito e de estar seu companheiro legitimamente izento pelo que deveria o Presidente tomar conta da vara emquanto senão proceder a nova elleição e entrando em discução resolveu a Camara se passase Edital para no dia nove do corrente se proceder a elleição de hum Juiz em falta do “creminoso”(...)”. (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.49)

Em 11 de Junho de 1830, data marcada para posse, o eleito apresentou um requerimento (...) em que pedia sua izenção por motivo de moléstia de ferida em hua perna apresentando documento de ter sido livre pelo Doutor Ouvidor de vereador da Camara (...) (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.52). Marcou-se a então a eleição para o dia 12 de Junho. Mas essa acabou adiada para o dia 6 de julho (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.52-3).

Depois de 7 meses de fugas do cargo as coincidências parecem não ser mais tão coincidências assim. Ninguém queria assumir o cargo. A primeira hipótese para o que estava acontecendo era de que os homens bons da cidade estavam evitando o cargo por causa do Ouvidor. A personalidade forte de Peixoto e suas sentenças condenando Juizes Ordinários às custas processuais consistem numa boa hipótese para o caso.

Em 6 de Julho de 1830 procede-se nova eleição, e “(...) sahio elleito a pluralidade de votos o Capitão Nicolao Pinto Rebello e deliberou a Camara que se paçasse seu Diploma e que fosse avizado para tomar posse e juramento (...)” (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.54-5). Nicolao Pinto Rebello porém não irá assumir porque o Ouvidor não aceita a eleição de novo Juiz Ordinário. Em 12 de Julho a Câmara recebe ofício do Teixeira Peixoto em que “(...) fazendo ver a esta Camara ser da atribuição do mesmo livrar os Juizes Ordinários e que não consentia por este motivo que perante elle service o que se achava nomeado presentemente, para ocupar o mencionado cargo de Juiz Ordinário (...)” (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.61-2). Agora o problema era novamente o Ouvidor. Em 17 de Julho de 1830 a Câmara debate o posicionamento do Ouvidor e chega a seguinte conclusão:

(...) era ella de parecer que senão desse poce ao Capitam Nicolao Pinto Rebello até que resolvesse o Excellentissimo Governo a quem se devia dar parte de todo o acontecido (...) (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.65).

O ofício é enviado em 20 de Julho de 1830. Mas o Governo de São Paulo não responde com prontidão. E por alguns meses o impasse permanece. Em 19 de Outubro de 1830 a Câmara resolve mandar ofício para o Governo da Província reiterando o ofício anterior e pedindo informações para o procedimento do ano de 1831.⁶⁴⁰ Um dia depois chega resposta

⁶⁴⁰ “(...) Propôs o senhor Presidente, que se officiasse ao Excellentissimo Vice Presidente pedindo faça ver se recebeu o officio de vinte de Julho próximo passado, sobre as izençoens em questam com o Doutor Ouvidor dos Juizes ordinarios, como sobre a forma que se deve proceder nas Eleiçoens dos juizes ordinarios, e de orphaons, para o anno, futuro, de mil oito centos e trinta e hum, visto a suspensão da fatura de Pelouros, ordenado pelo

de São Paulo nos seguintes termos:

(...) Leu-se hum officio (...) do Excellentissimo Vice Prez. da Província de vinte dous de Setembro acompanhado da Portaria do Ministro da Justiça de vinte sete de Agosto do mesmo anno, em que declara pertencer facturados Pelouros ao Ouvidor da Comarca, contra a deliberação dada a esta Camara pelo Excelentissimo Governo em vinte trez de Março do corrente anno (...) (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.87-8)

O governo de São Paulo teria mudado de posição. Agora o responsável pela eleição seria o Ouvidor. Não parece ser a Câmara tão culpada quanto se imaginava. De qualquer sorte na quebra de braço o juiz letrado ganhava a dianteira. Assim o Ouvidor resolve obrigar a posse dois juizes ordinários em sessão extraordinária da Câmara de 27 de Novembro de 1830. Nessa sessão faltam alguns vereadores, inclusive Nicolao Pinto Rebello sobre alegação de estar doente. A ata assim descreve a reunião extraordinária:

(...) cuja reunião Extraordinária se hia faser em vertude do officio do Doutor Ouvidor Interino da Comarca Joaquim Teixeira Peixoto, de vinte trez de Novembro, sobre a posse que exigia se dese para servirem de Juizes ordinários, o sargento mor Ignacio Lustosa de Andrade, e Antonio Jose Pereira Tinoco (...). (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.89)

O Ouvidor continua insistindo na posse dos dois escolhidos, Ignácio Lustosa de Andrade, que na época com 65 anos de idade, e Antonio José Pereira Tinoco.⁶⁴¹ Mesmo assim os elegidos ainda tentam evitar o cargo. Em 24 de Dezembro de 1830 fazem últimos pedidos.⁶⁴²

Excelentissimo Vice Presidente, o que foi aprovado pela Camara, e resolvido que a comissão permanente redigisse o dito officio para ser assignado na sessão seguinte". (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.85-6)

⁶⁴¹ "Aos vinte trez dias do mes de Dezembro de mil oito centos e mV trinta annos nono da Independência e do Império nesta villa de Coretiba cabessa de Comarca, em o Consistório da Igreja de Sam Francisco de Paula, que serve de salla das Sessoens Municipaes Presentes seis senhores vereadores Antunes, Bandeira, Franco, Silva, Abreu Sá, Lustosa de Andrade faltando com cauza Participada o senhor Maxado, que foi atendido contra os votos dos senhores Bandeira e Antunes. Apresentou o senhor Presidente os officios seguintes do Ouvidor da Comarca de vinte sinco de Outubro sobre o dar posse aquelles Juizes que a Câmara tinha izentado, outro de vinte trez de Novembro, sobre o mesmo objecto, e para ficar o Presidente da Camara com a vara de Juiz ordinário, durante a auzencia do Ouvidor, outro de vinte de Novembro do Excelentissimo Vice Presidente da Província decidindo que ao Ouvidor compete izentar os Juizes ordinários; sobre q resolveu a Camara officiar aos mesmos Juizes para tomarem posse na Sessão Extraordinária de vinte quatro do corrente contra o voto dos senhores Bandeira, e Silva, que erão de parecer, participar ao Ouvidor que estavam promptos a dar posse aos Juizes, e q elle os fizesse chegar, visto serem empregados que não tem superiores na Camara. Lerão-se maia dois officios do Excellentissimo Vice Presidente da Província de vinte participando ter remetido ao Governo de Sua Magestade Imperial, os papeis, e documentos relativos a <<multa, mandada impor a esta Câmara>>, e que ficou a mesma intelligenciada, e este sobre a «abolição do Tronco>>, o qual foi a comissão (...)." (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.89)

⁶⁴² "(...) Leu-se hum officio de Antonio Jose Pereira Tinoco, em resposta a participação que se lhe faz na presente Sessão vir prestar juramento para servir o cargo de Juiz ordinário, neste presente anno. Entrando em

Muitos motivos convergiram para que durante um ano nenhuma pessoa assumisse o cargo de juiz ordinário: cargo de juiz ordinário era desinteressante; o Ouvidor era autoritário; o governo de São Paulo distante e confuso; não se tinha certeza sobre os procedimentos; era um tempo de transição em que a segurança sobre os procedimentos estava dispersa.

O conflito entre a Câmara e o Ouvidor não acaba aqui, ganha novos deslindes quando a Câmara multa o Ouvidor Teixeira Peixoto por desrespeitar as posturas municipais. Em ata de 11 de Janeiro de 1831 a Câmara decide multar o Ouvidor e comunicar ao Governo sobre o seu mau procedimento.⁶⁴³

O Ouvidor estaria promovendo festas e fandangos sem autorização. A partir de então a Câmara começa a mostrar os reais motivos pelos quais muitas pessoas estavam fugindo da função de Juiz Ordinário. Mas as denúncias não param por aí. E talvez a ata da Câmara de 24 de Janeiro de 1831 é a mais importante de todas. Apresentando alguns pontos importantíssimos para o período:

(...) Propoz o Snr, Presidente que para obstar asasinios que frequentemente se praticam para melhor administração da Justiça era preciso pedir ao Governo hum destacamento de policia e reiterar a suplica de ajuda de custo para a fatura da cadeia o que assim se resolveu, e se assignou o officio.

(...) Propoz mais o Snr. Presidente, se pedissem esclarecimento, ao Excelentissimo Governo sobre a maneira de se prosseder na eleição de Juizes ordinários e orphaons, visto no Imperial Aviso de 27 de Agosto de 1830 não vir especificada a maneira de se prosseder em tais Elleiçoens ficando sempre a Camara indecisa — o que assim se resolveu e se assignou o officio.

(...) Leu o Snr. Presidente hua indicação em que propunha se levasse ao conhecimento do Exmo. Governo e Con. Geral em comprimento do art. 58 da Lei do 1º de Outubro de 1828 as infracçoens de Leis que consta terem sido praticadas pelo atual Ouvidor Interino da Comarca, «dando cartas de seguros e livrando criminozos de morte sem apelo e asasinios arogando a seu juizo inventarias de orphaons contra a Lei intretendo comercio ilícito com mulheres que tinham dependência em seu Juizo — foi a comissão. (...). (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.103)

discussão, foi deliberado, que sendo registado o dito officio se remeteu com outro ao Doutor Corregedor da Comarca com outra circumstancia, respeito ao mesmo objecto. E na mesma compareceu o Sargento mor Ignacio Lustosa de Andrade, Eleito para Juiz em Pelouros, aquém se tinha participado viesse na presente Sessão prestar juramento e pedindo-se a sua carta de uzança na forma da Ley, respondeu que a não tinha, pelo que não teve lugar a dita posse, resolveu a Camara, igualmente se participase ao Doutor Ouvidor, e Corregedor, a excepção do senhor Lustosa de Andrade que se deu de suspeito por ser a matéria em questão com seu Pai.” (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.91)

⁶⁴³ “(...) que fosem multados, os «donos das casas dos Fandangos», e quanto as festas, sem licença do mesmo Fiscal se officiase ao Governo participando que o Doutor Corregedor, “havia infringido o artigo sexto das Posturas”, fazendo tais festas sem a competente licença, e quanto ao mais foi aprovado. (...)”. (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.93)

São três os pontos importantes dessa ata. Primeiro o pedido de um destacamento de polícia para evitar os assassinios. Pelo que se acompanhou até o momento existe apenas um relato de assassinato na região que passa a Ouvidoria. O que se encontrou nos 432 processos foi apenas mais um relato de assassinato que a seguir se comentará. Além disso, pela primeira vez a Câmara aponta a violência como um problema na região. Não existe razão suficiente para pedir um destacamento, pois o índice de assassinatos não era tão alto para o período. Se o fosse, o problema apareceria na Câmara em momentos anteriores. A não ser que algo grave estivesse prestes a acontecer e alguns membros da Câmara, tentando se precaver, ou por causa de razões inconfessáveis, quisessem se isentar de culpa.

O segundo ponto é a insistência sobre a dúvida na eleição, ao que tudo indica a Câmara não está conformada com a interferência do Ouvidor nas eleições municipais.

Por fim, as graves acusações contra o Ouvidor. Não são acusações apenas relacionadas a festas não permitidas. Acusa-se de pactuação com criminosos da região, atribuindo-se cartas de seguro aos mesmos, avocações ilegais para controlar heranças de órfãos e manutenção de prostituição na cidade. As acusações são feitas pelo vereador Miguel Marques dos Santos.

O livro de Atas da Câmara de Curitiba demonstra a preocupação dos vereadores em relação à ação do Ouvidor e seu temperamento supostamente tirânico. Em reunião ocorrida antes da referida, em 16 de Janeiro de 1831, os vereadores apuraram as denúncias contra o Ouvidor. Estavam presentes Lourenço Pinto de Sá Ribas, Miguel Marques dos Santos, Nicolao Pinto Rebello, Manoel Gonçalves de Moraes, João Gonçalves Franco, Joaquim José Pinto Bandeira e Antonio Antunes Rodrigues. As denúncias contra o Ouvidor foram feitas por Miguel Marques.⁶⁴⁴ Contra tal denúncia levantou-se a voz de Antonio Antunes Rodrigues, afirmando o seguinte:

(...) que porquanto estava plenamente capacitado que os factos referidos na denuncia erão verdadeiros, por ter algum cabal conhecimento todavia não

⁶⁴⁴ “(...) em que denunciava varias prevaricaçoens e infracçoens de Leis praticadas pelo Doutor Ouvidor interino Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque e sendo o parecer da comissão que verificada a denuncia com audiência do denunciado se levassem ao conhecimento do Exmo. Presid. e Cons. Geral na conformidade do art.58 da Lei de 1º de Outubro e entrando em discussão, e sendo aprovado pelos seis Snr. vereadores (...)” (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.104)

comvinha, que a Camara desse este passo; pois era homem velho, e adoentado, e fulto de meios, e temia alguma violência da parte d'elle Ouvidor como já havia praticado com o Pres. da Camara da Villa de Castro, que tendo soffrido prizão arbitraria, e outras injurias de sua pessoa e cargo, até agora não foram reparadas, apesar de se haver recorrido as Autorid. competentes e neste sentido mandou a mesa por escrito o seu parecer (...). (BOLETIM ..., 1929, v.43, p.104-5)

A única voz que se levantou na Câmara não foi contra a veracidade dos fatos denunciados, mas contra a conveniência de se declarar guerra ao Ouvidor. Em especial pelo medo de represálias que já haviam acontecido com outras Câmaras.

O Brasil vivia tempos agitados. Em Minas e no Rio de Janeiro a Oposição a D. Pedro era aberta. Voavam garrafas. Os poderes constituídos eram questionados. Em breve cairia D. Pedro no golpe da maioria em 7 de Abril de 1831. Em Curitiba o representante do rei, Ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto, está vivendo tempos difíceis em meio a disputas com a Câmara, denúncias de abuso de poder, desmandos dos mais diversos.

Na noite do dia 03 de Abril de 1831 Joaquim Teixeira Peixoto escuta passos na varanda. Ao longe vê em sua janela um vulto de uma pessoa encapuzada. Sua vida corre risco. Trata-se de Felisberto Maia e seu filho. A justiça das ruas bate a porta do Ouvidor. Antes de terminar a narrativa do que aconteceu a seguir é preciso voltar no tempo e rever o caso mais impactante (talvez escandaloso, com certeza esclarecedor) do período.

Num dia comum do início de Junho de 1828, no bairro do Tindiquera, Felisberto Maia e sua mulher Maria Izabel estavam em sua casa, quando aparece em sua porta o compadre Capitão Manoel José Taborda e seu filho Vasco Taborda acompanhados de dois escravos de nomes José e Francisco. Maria Izabel, presa na cadeia de São Paulo, relata o acontecido em justificação cível de (APPR PB045 PI04685):

(...) passou o dito Vasco a convidar aos comtos ao marido da justificante para lhe ajudar a pegar em huns capados [porcos] que se tinha soltado e logo se achavão dispersos pelos Mattos e assercindo a tantas rogativas a justificante acompanhou ao dito o seu marido. (...) que chegando ao referido matto para se fazer à diligência para que herão convidados ali aparecerão os ditos dois escravos os que agarrando ou prendendo a justificante e ahi a matratou e ferio nesse acto e o outro escravo o fes o dito seu marido de tal sorte que acudindo hum seu enteado, filho de dito marido, em defesa permitida pela Leis, desceu madraсто e paus e se dirigio primeiro a acudir ferindo mortalmente o escravo que estava prendendo a dita justificante e ficando esta com hum desmaio cahida por terra foi acudir a seu pai ferindo ao escravo que estava pegando de que escapou. (APPR PB045 PI04685)

Por que foram atacados Felisberto Maia e Maria Izabel? Não se sabe ao certo. O que os escravos queriam fazer com o casal? Também não se sabe. Mas o incidente terá consequências terríveis. Os processos judiciais não revelam os acontecimentos, mas uma matéria que é publicada em Novembro de 1828 no jornal *O Farol Paulistano*, assinada por “um coritibano”. A reportagem inicia seu relato ressaltando a Constituição e as garantias do artigo 179. A seguir narra a vingança do Capitão Manoel José Taborda, sob a condescendência das autoridades e do velho Comandante Ignácio de Sá Sotto Maior.⁶⁴⁵ Tal capitão organizou grande perseguição aos assassinos de seus escravos. De tal sorte que o terror ficou instaurado na cidade. Quando soube da morte de seu escravo Taborda:

(...) pôz em movimento quase todo o Regimento em pezo, entrou com eles ás correrias, assaltando, violando as casas dos Cidadãos, e prendendo arbitraria e violentamente a peder de gente, homens, e mulheres sem a menor probabilidade de serem delinquentes, de modo que em breve tempo se virão atulhadas duas cadeas destes miseros innocentes, privados até de comunicação, por ordem que tinham os Guardas, que como seus soldados participavão ao dito Commandante dos clamores contra elle preferidos pelos prezos, e então haviam logar os tratos, algemas, troncos, ferros, etc. chegado a ponto tal a judiaria que forão postos na mesma prisão homens e mulheres sem distinção de sexo; soffrendo por consequencia o mais fraco toda a sorte de privações, e insultos”. (FAROL PAULISTANO, 164, p. 686-687).

Na devassa realizada para apurar os fatos, Manoel José Taborda manda ao Juiz Ordinário, como testemunhas, seus soldados subordinados. Inclusive moradores de bairro distante do acontecido. O que não foi aceito pelo Juiz Ordinário da época (ao que tudo indica tratava-se de Antonio José da Silva Carrão) . E aí entra o Ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto no caso. Taborda recorre a Peixoto que procede a Devassa de forma arbitrária, rasgando todos os direitos e garantias criminais existentes no período. Avoca o caso, condena Felisberto Maia e por não encontrá-lo prende sua esposa Maria Izabel.

(...) mas o Sr. Taborda mui fertil em recursos não desanimou por isso, e passou a meios mais efficazes, e foi requerer ao Doutor Juiz de Fora de Paranaguá, para como Ouvidor interino abrir Correição e devassar da morte do seu escravo, o que assim succedeo, e n’esta devassa por dictos de testemunhas falsas, e apaniguadas do nosso Commandante militar, como se denomina, culpou-se um homem a que não poderão capturar, o qual sendo

⁶⁴⁵ Os motivos e questões relacionadas a morte do escravo não ficam claras nem mesmo na reportagem do jornal, afirmando o redator da mesma: “Deixando porém em silêncio, para não ser prolixo, as circunstancias da morte do escravo por este mesmo motivada (...)” (FAROL PAULISTANO, 164, p. 686-687).

casado veio a sua infeliz e desditoza mulher a ser o alvo de todas as vinganças do Sr. Taborda, sendo ella immediatamente preza, (penso que por pronunciada) a titulo de cúmplice de seu marido; como que no caso mesmo de ser este o aggressor devesse tua mulher ser socia em seu castigo”. (FAROL PAULISTANO, 164, p. 686-687).

A devassa arbitrária é relatada não só pela reportagem mas também por Maria Izabel em seu depoimento na cadeia de São Paulo.

(...) precedendoce a devassa não forão nella admitidas as jurar as testemunhas do bairro, e que sabião do presente com mais sim outras de oposto bairro e mesmo distante melicianos dados pelo Sr. dos escravos Capitão Taborda e este foi o que prende a justificante maltratando-a com as maiores sevicias até pondo-a incomunicável e finalmente perseguindo-a injustamente sem que tivesse a menor culpa em similhante facto, antes sucitados pelos justificado”. (APPR PB045 PI04685)

Além disso, Teixeira Peixoto reabre devassa encerrada há 4 anos, na qual havia se inocentado o mesmo Felisberto Maia e remete Maria Izabel para cadeia de Paranaguá. Naquele momento a mesma estava grávida, e acaba tendo a luz na enxovia da cadeia. O autor da reportagem exclama: “Ah! Sr. redactor a quantos males não está sujeita a humanidade mormente quando corações sedentos d’ella se querem vingar com desprezo das mais sagradas leis da natureza!!!” (FAROL PAULISTANO, 164, p. 686-687).

Os abusos de Taborda e Peixoto continuam. Abrem-se processos para a execução dos bens do casal a fim de pagar os soldos da tropa que teria efetuado as diligências para prisão do casal. Esses processos encontram-se no Arquivo Público do Paraná sobre a numeração (APPR PB045 PI04650) e (APPR PB045 PI04651). Neles procede-se embargos sobre os bens (fazenda, animais, etc.) de Felisberto Maia. O procurador de Manuel José Taborda no caso é José Gomes Vianna.⁶⁴⁶

Na ocasião da hasta pública os desmandos continuam. Maria Izabel tenta evitar a execução oferecendo fiador enquanto não se proferisse a sentença condenatória, porém novamente Teixeira Peixoto nega:

(...) a pobre mulher (...) para não ver arrematados seus bens, offereceu um

⁶⁴⁶ Talvez essa foi a informação mais frustrante de toda a pesquisa. De qualquer forma demonstra que os rábulas longe de serem justiceiros ou de demandarem casos conforme a simples e pura consciência, também precisavam atuar como profissionais para seu sustento. Foi possível notar também que a partir desse período os embates mais diretos entre Peixoto e José Gomes Vianna diminuem. Talvez essa demanda tenha sido mais uma estratégia contextual do rábula, que logo será um dos que levantou a bandeira para retirada de Peixoto da Ouvidoria.

fiador, e depositário idoneo para todo o tempo dar conta delles quando uma sentença condemnatoria determinasse taes indemnisações depois della convencida, mas esta tão rasoavel requisição foi indeferida, e para maior gravame da sequestrada se desprezarão alguns lanços maiores no acto da arrematação; (FAROL PAULISTANO, 164, p. 686-687).

Lutando desesperadamente pelos seus direitos, Maria Izabel pede que o porteiro certificasse o ocorrido. Enfurecido com o pedido de certidão Teixeira Peixoto manda prender de Tronco por 24 horas o porteiro e manda a prisão por 9 dias o Capitão das Ordenanças Domingos José da Motta por ter copiado a certidão. Após encaminhou-se o mesmo capitão a cidade de São Paulo por ter desobedecido às ordens do Ouvidor. O capitão, depois de se livrar da prisão, encaminha-se até o Rio de Janeiro para queixar-se a D. Pedro sobre a conduta do Ouvidor.

O relato no Farol Paulistano continua. Taborda ainda estava inconformado por não ter sido preso Felisberto Maia, então cria novas diligências para prender o mesmo. As novas diligências voltam-se à família de Felisberto e a ação acaba sendo terrivelmente trágica.

(...) somente por ser parente do que se diz matador deste despejára seu odio e vingança contra aquela família inteira; no acto porém desta prisão levando a escolta (como se diz e bem se collige) ordem franca de atirarem sortirão quatro mortes em trez homens e uma pobre mulher a qual foi conduzida ainda viva, e sem culpa alguma para a cadêa, onde finou logo seus tristes dias á mingoa e sem socorro algum de curativo, como diz o mesmo corpo de delicto a que se procedeo. (FAROL PAULISTANO, 164, p. 686-687).

A morte de três homens e uma mulher, aparentados de Felisberto, soma-se a outro processo contra a família. Novamente o processo corre contra todas as garantias e direitos. Mais uma dúzia de pessoas é incriminada, desta vez sob a acusação de roubo de gado. Segundo o redator da reportagem do Farol Paulistano o objetivo de Taborda era além de retirar possíveis inimigos da região e mandá-los a São Paulo, também retirar testemunhas que podiam depor contra o escravo. Revoltadas com tamanha injustiça, algumas mulheres da família presas e acorrentadas gritaram contra o Taborda:

(...) gritarão como era natural, por semelhante injustiça praticada pelo Sr. Taborda, que sabendo que seu nome era proferido pelas presas, mandou immediatamente pô-las de tronco, de que resultou abortar uma e escapar com a vida arranhando, pois que esteve até sacramentada. (FAROL PAULISTANO, 164, p. 686-687).

Não se têm mais notícias de Maria Izabel, nem das pessoas que foram presas.

Os abusos cometidos nesse caso foram tantos e tão escancarados que a Câmara de Curitiba acabou sendo alertada sobre a proibição do uso do tronco.⁶⁴⁷ Termina o redator do texto por insinuar outras atitudes condenáveis de Taborda.⁶⁴⁸ O texto ao final é assinado por “um coritibano”. Quem seria? Alguém que soubesse escrever e que tivesse contato com o jornal. A hipótese mais provável é de um dos membros da Câmara, até mesmo porque foi a pedido da mesma que fez assinatura do dito Jornal. Nesse caso o suspeito mais provável seria Miguel Marques dos Santos. Porém existe a possibilidade do desafeto do capitão Taborda, Simão Gonçalves ser o redator. Lembrando-se que no início de 1828 o mesmo irá pedir dispensa do cargo de Vereador.

Esses fatos explicam os motivos que levaram a inexistência de interessados no cargo de Juiz Ordinário. Quem se submeteria aos desmandos autoritários de um militar vingativo de um Ouvidor vaidoso? Servindo de marionete na mão dos mesmos? As promessas da independência estavam todas soterradas. O provável clima de repúdio as ações perpetradas por esses agentes deve ter sido o responsável por muitos se negarem a pactuar com os rumos que a administração da Justiça tinha tomado. Mas mesmo com o clima de repúdio ninguém na vila de Curitiba estava disposto a radicalizar o embate contra o Ouvidor. Pelo menos até o início de 1831.

Chega-se novamente ao dia 3 de Abril de 1831.

O capitão Manoel José Taborda e dois escravos andavam em caminho próximo à Curitiba. Numa das curvas da estrada, sobre a proteção da camuflagem das árvores estão Felisberto Maia e seu filho Joaquim. Armavam uma emboscada. Assim como nos contos de Jorge Amado esperaram até o Capitão aparecer no caminho com seus escravos. Alcançando o ponto ideal, tiros alvejaram os escravos. Em seguida dois tiros de arcabuz acertam o capitão Taborda que cai no chão. Ao que tudo indica os tiros não foram certos de propósito.

⁶⁴⁷ “Aos vinte trez dias do mes de Dezembro de mil oito centos e trinta annos (...) Lerão-se mais dois officios do Excellentissimo Vice Presidente da Província de vinte participando ter remetido ao Governo de Sua Magestade Imperial, os papeis, e documentos relativos a “multa, mandada impor a esta Câmara”, e que ficou a mesma intelligenciada, e este sobre a “abolição do Tronco”, o qual foi a comissão (...).”(BOLETIM ..., 1929, v.43, p.89)

⁶⁴⁸ “Sr. Militar apezar de seanguinario, e de dever estar rezando em occasiões de recrutamento, lá com a mão do gato sabe tirar do seio de sua familia a solteira, e a casada, fiado sempre nas suas armas, e soldados caudatarios, etc. etc. etc.” (FAROL PAULISTANO, 164, p. 686-687).

Felisberto Maia queria mostrar seu rosto ao desafeto antes de desferir golpes de espada e matá-lo.⁶⁴⁹ Enfim, uma trama que lembra os famosos contos de Jorge Amado.

Como se sabe sobre isso? Graças aos autos de Inquirição feitos pelo Juiz Ordinário de Curitiba e remetido a Corte em 5 de Abril de 1831.⁶⁵⁰ Os autos foram elaborados a pedido do Ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto e não tinham como objeto principal o assassinato do Capitão mas a ameaça a sua vida.⁶⁵¹ As testemunhas são interrogadas pelo Juiz Ordinário Sargento-mor Ignácio Lustosa de Andrade. É solicitada a oitiva de 4 testemunhas: Ignácio de Sá Sotto Maior, a Manoel Antonio Ferreira, a Rosa Maria de Jesus e ao Sargento Joaquim [Mariano] Ribeiro Ribas.

Voltando ao relato de 3 de Abril de 1830, a sede de vingança de Felisberto Maia e seu filho Joaquim não estava saciada. Voltam-se durante a madrugada para a casa de Teixeira Peixoto. Naquele momento, com a casa cercada por 3 pessoas encapuzadas provavelmente o Ouvidor tenha se escondido.

Os Maias abandonam a casa e partem.

Teixeira Peixoto apavorado solicita os autos de inquirição. No qual pergunta:

(...) 1º Se a casa do ouvidor interino da Comarca a poucos dias foi cercada a noite por pessoas rebuçadas; 2º Se estes rebuçados serão os grandes criminosos Felisberto da Maia e seu filho de nome Joaquim ou se serão outras pessoas inimigas deste Ouvidor; 3º: Se os ditos criminosos acabarão a pouco de cometer o horrível atentado de assassinar em lugar deserto o

⁶⁴⁹ Nos autos de Inquirição sobre o assassinato do Capitão Taborda três testemunhas depõem: “Testemunha Coronel Ignácio de Sá Sotto Maior (...) matado Manoel José Taborda de caso pensado rixa velha com hum tiro de arcabuz empregando lhe duas balas no corpo que axarão do outro caído e o acabarão de matar as cuticadas” (ARQUIVO NACIONAL, Autos de Inquirição, 1831); “Manoel Antonio Ferreira (...) que he publico nesta villa que Felisberto da Maia e seu filho Joaquim assassinarão em lugar dezerto ao Capitão da Milícias desta Villa Manoel José Taborda (...)” (ARQUIVO NACIONAL, Autos de Inquirição, 1831) “Joaquim Mariano Ribeiro Ribas (...) he verdade que os ditos fascenirozos Felisberto da Maia e seu filho Joaquim assassinaram em lugar deserto ao Capitão Manoel José Taborda, e que nesse mesmo dia lhe consta que eles fascinerosos prometerão de assassinar mais pessoas (...)”. (ARQUIVO NACIONAL, Autos de Inquirição, 1831)

⁶⁵⁰ Esse documento se encontra no Arquivo Nacional e foi disponibilizado apenas por meio de microfilme. A dificuldade em ler o documento, bem como a falha de algumas páginas, impossibilitaram a compreensão de todas as informações ali contidas, mas foi possível encontrar alguns detalhes significativos.

⁶⁵¹ “Tendo sido como he publico, cercada de noite as casas de minha aposentadoria por pessoas rebuçadas as quais não foram conhecidas pela escuridão da noite, agravado pelo horroroso assassinado da pessoa do Capitão Manoel José Taborda perpretado pelos façanhosos e muito celebres criminosos Felisberto da Maia e seu Filho Joaquim por nosso conhecimento com toda a probabilidade que forão os ditos rebusados esses criminosos que procuravão assassinar ao dito Capitão e assim como elle muitas vezes dissera é publico, que não se retirava sem saciar as suas sede de fazer mais estes dois assassinos em consequência de havermos feito a nossa obrigação em procurarmos prendê-los e tendo concluído o seu primeiro intuito endereçou procurar assassinar-me e por isso tenho me acautelado posto que he bem difficil escapar as ciladas de criminosos desesperados” (...) (Joaquim Teixeira Peixoto, ARQUIVO NACIONAL, Autos de Inquirição, 1831).

Capitão e Comandante da 2ª Companhia de Milícias desta Villa Manoel José Taborda; 4º: Se he publico que o dito faciniroso dissera que também havia de assassinar a este Ministro e se estes criminosos tem achado apoio e patronato, e por isso não se tem podido prendê-los (...)(Joaquim Teixeira Peixoto, ARQUIVO NACIONAL, Autos de Inquirição, 1831)

As respostas confirmam que era público que Felisberto Maia queria assassinar o Ouvidor.⁶⁵² Também confirmam que não teria sido uma ilusão de uma pessoa apavorada a idéia de que haviam cercado a casa do Ouvidor.⁶⁵³ Mas a última pergunta, se os criminosos teriam apoio e patronato na região era talvez a questão que mais preocupava Peixoto. Tanto que na abertura dos autos aponta que “(...) visto que havendo feito e posto em pratica todas as diligências para a prisão desses malvados, não é possível nem será pelo grande apoio e patronato que elles encontram (...)” (Joaquim Teixeira Peixoto, ARQUIVO NACIONAL, Autos de Inquirição, 1831) A pergunta sobre o apoio aos criminosos apenas uma testemunha teve coragem de responder. O Coronel Ignácio de Sá Sotto Maior, com seus 72 anos, afirma:

(...) he constante que o dito reo facenirozo tem bem grande apoio nessa villa que por isso não tem podido prendê-los (...) (ARQUIVO NACIONAL, Autos de Inquirição, 1831)

O apoio da comunidade a Felisberto Maia talvez seja a peça que faltava no quebra-cabeça. Não é possível ter certeza do que aconteceu, mas é possível especular que talvez existisse um plano maior por detrás dos acontecimentos. Incluindo provavelmente o assassinato do Ouvidor. Mesmo que não existisse a intenção de diretamente assassiná-lo, por certo não ocorreu mobilização alguma para evitar que o fosse. Nas atas da Câmara nos meses seguintes nenhuma notícia é dada sobre o assassinato de Taborda, nem sobre a tentativa de assassinato de Teixeira Peixoto.

Felisberto Maia nos traz a dura realidade de que quando o discurso não tem ligação

⁶⁵² “Testemunha Coronel Ignácio de Sá Sotto Maior (...) do quarto disse que lhe publico que o ditto facinerozo tem prometido assassinar o dito Ministro e mais o Capitão Mendes Maxado (...)”. (ARQUIVO NACIONAL, Autos de Inquirição, 1831); Manoel Antonio Ferreira (...) he publico que o dito Felisberto da Maia disserra que havia assassinar a ele Ministro (...) (ARQUIVO NACIONAL, Autos de Inquirição, 1831); Joaquim Mariano Ribeiro Ribas (...) he constante que forão os ditos Felisberto da Maia e seu filho Joaquim por este dizerem que havião de assassinar aquele Ministro (...) (ARQUIVO NACIONAL, Autos de Inquirição, 1831).

⁶⁵³ “Manoel Antonio Ferreira (...) que [andando ele] testemunha passando huma noite pelas ruas desta Vila no bairro da Casa do capitão Manoel Antonio de Assis quintal com a casa do doutor Ouvidor viu três pessoas dando voltas ao logo abaixo da Casa do dito capitão e que sua presença via mais ou menos, mais não disse (...)”. (ARQUIVO NACIONAL, Autos de Inquirição, 1831); “Joaquim Mariano Ribeiro Ribas (...) he publico que andarão os ditos vultos em ronda da Casa delle Ministro esteve com guardas mesmo pelos ditos vultos andarem em toda a dita caza delle ministro mais não disse deste”. (ARQUIVO NACIONAL, Autos de Inquirição, 1831).

com a prática as estratégias de luta pela justiça vão para além do direito letrado.⁶⁵⁴ Nos dias posteriores ao caso as atas da Câmara relatam que o vereador Miguel Marques Santos aparece como criminoso, o motivo não fica claro.⁶⁵⁵

A luta para retirar Peixoto dura ainda algumas semanas. Aos 23 de Abril de 1831 a ata da Câmara demonstra que o Ouvidor ataca todos que imagina serem seus inimigos:

(...) Leu-se o parecer da comissão sobre o officio do Doutor Ovidor intirino da Comarca datado de vinte do corrente em que hera de parecer que se lhe não respondece a tal officio visto que parece q o referido ouvidor so se dirigio a esta Camara afim de a insultar na pessoa do Fiscal suplente Francisco de Paula Guimaraens o que posto em discussão foi aprovado (...). (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.16-7)

Nesse momento o golpe final é dado no dia 26 de Abril de 1831, quando junto a Câmara apresenta-se a representação feita por José Gomes Vianna contra o Ouvidor Peixoto e no dia seguinte é aprovado o encaminhamento ao Presidente de Província.

(...) Leu-se numa Representação de José Gomes Viana queixando-se do Doutor Ouvidor Intirino Joaquim Ferreira Peixoto requerendo que esta Camara levace ao conhecimento do Excelentissimo Governo varias prevaricações de Jurisdição praticadas pello mesmo Ouvidor (...) (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.19-20) (...) Leu-se o parecer da Comissão respeito a Representação de Jose Gomes Vianna contra o Doutor Ouvidor Intirino Joaquim Teixeira Peixoto sendo de parecer que se levasse ao conhecimento do Excelentissimo Governo da Província acompanhada de officio desta Camara (...) (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.20)

Somente em 2 de Agosto de 1831 remete-se officio a Câmara de Curitiba, lido em Sessão de 16 de Setembro de 1831, retirando-se definitivamente Peixoto da Ouvidoria.

(...) Leo-se hum officio do mesmo Exelentissimo Presidente datado a dois de Agosto do corrente anno participando a esta Camara que a <<regencia dava por acabado o tempo do Ouvidor Intirino desta Comarca Joaquim Teixeira Peixoto: ao qual ordenava passace a vara aquém competisse (...). (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.33)

⁶⁵⁴ “(...) para los pueblos la estrategia legal no era la unica ni, seguramente, la mejor –la mas eficaz, o rapida, o segura – en todos los casos. En este y otros momentos del siglo XIX otras practicas, como la negociacion con las demas partes involucradas, la participacion electoral y en las luchas civiles – en la politica de las clases dominantes –, el recurso a las formas cotidianas y simbolicas de resistencia o, en ultima instancia, a la violencia abierta, se combinarian y matizarian, segun las circunstancias, para conformar la politica de los campesinos.” (MARINO, 2006, p.1398).

⁶⁵⁵ “Aos treze dias do mez de Abril de mil oito centos e trinta e hum annos (...) Sr Marques "por constar axa se creminoso" (...). (BOLETIM ..., 1929, v.44, p.6).

Quem assumiria a Vara de Ouvidor? Os debates duram até o final de 1831, acabando-se por decidirem-se por Ignácio Lustosa de Andrade. Paz? Provavelmente não. Afinal as disputas na elite de Curitiba não haviam cessado. Mas ao menos a Ouvidoria teria tempos mais calmos até a sua extinção em 1833.

2.4.7 Sinais de profissionalização da advocacia: o fim da “era de ouro” dos rábulas

O fim da Ouvidoria traria junto consigo novos tempos para a cultura jurídica na região. Nos anos finais já era possível perceber dois fenômenos mais intensos, a profissionalização dos rábulas e a presença de advogados letrados.

Nesse sentido vale ressaltar um erro de interpretação em trabalhos sobre o tema. Trata-se das procurações feitas com diversos advogados constituídos para várias regiões do Brasil.

Apesar de uma lista um tanto quanto comprida, é pertinente olhar a composição dos procuradores para perceber a rede de contatos que Leitão possuía em outras regiões. Os procuradores indicados são: Domingos Jose da Motta e Francisco das Chagas Sá Ribas – em Castro; Benedito Mariano Ribas e Luis Vicente de Faria Freire – Vila do Príncipe; Sargento Mor João da Silva Machado, Capitão Manoel Antonio da Cunha, Adriano Pinto de Almeida – Vila de Lajes; Capitão Manoel Cavalheiro Leitão – “Imperial Cidade de São Paulo”; Doutor Manoel Joaquim de Brunellas, Capitão Francisco Jose de Azevedo – vila de Paranaguá; Joaquim Antonio Guimaraes – Rio de Janeiro; Candido Marcondes Ribas, Jose Fernandes de Oliveira Penna, Doutor Luis Nicolau Fagundes Varela. Essa lista é de certa forma impressionante, pois se trata de indivíduos bastante poderosos” (BORGES, L. A. G., 2007, p.66).⁶⁵⁶

Esse tipo de prática porém não demonstra que as partes conhecem ou tem contato com os procuradores nomeados em outras regiões. Na verdade é uma prática comum entre

⁶⁵⁶ Segundo o pesquisador “As procurações mostram que entre as diversas partes da colônia estabeleciam-se redes de contatos baseadas na confiança mútua entre grupos de aparentados, amigos de longa data, conhecidos ou simplesmente pessoas que exerciam a atividade de procuradores mediante um interesse comum ou uma remuneração específica.” (BORGES, 2009, p.179).

advogados para facilitar a prestação judiciária quando é preciso adentrar com um recurso numa corte superior ou ouvir testemunha em comarca distante. Não se trata de um sinal de contato entre pessoas de regiões diferentes mas um sinal de profissionalismo dos advogados.

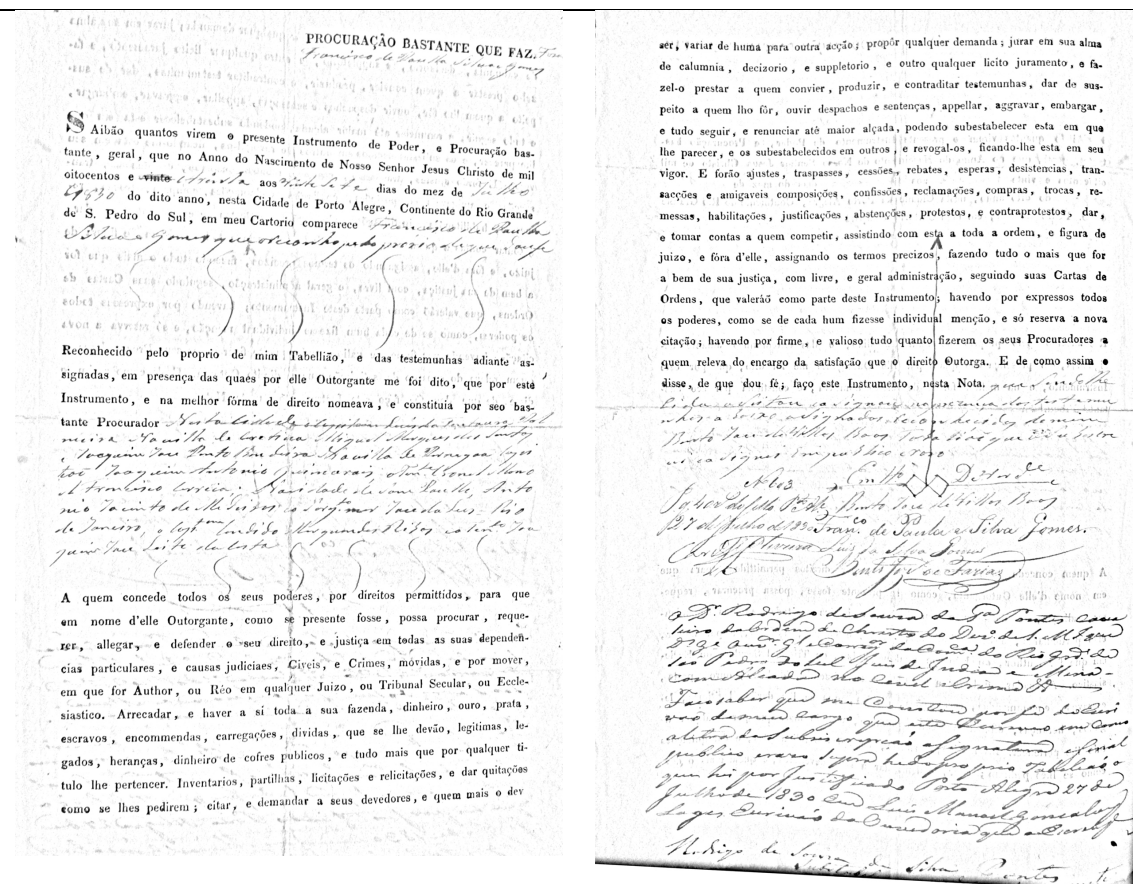
Essa rede de advogados é um sinal de profissionalismo e integração. Portanto, além de prestar serviços profissionais uns para os outros, a rede poderia estabelecer contato para acesso a livros, modelos de petição e até mesmo material profissional especializado.

Muitos casos poderiam apresentar tal situação. Por exemplo, no processo (APPR PB045 PI04627) de 1826, originário de Iguape, a procuração das partes apresenta advogados de várias regiões da Ouvidoria e, inclusive, do Rio de Janeiro.⁶⁵⁷ Diversos processos apresentados durante esse trabalho tinham procurações similares.

Novidade porém aparece no processo (APPR PB045 PI04744) de ano de capa de 1830, no qual pela primeira vez se apresenta uma procuração impressa em que existe espaço para o preenchimento de nomes das partes, dos advogados e outras variáveis. A presença de material com tal qualidade representa um passo de modernização e profissionalização da atividade da advocacia em Curitiba. Não estava mais em jogo apenas o conhecimento acumulado, mas também a prestação do serviço mediado por qualidade e agilidade.

Imagem 3 – Primeira procuração em material impresso na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba (APPR PB045 PI04744)

⁶⁵⁷ “Traslado de procuração bastante que passão Gregório Rodrigues de Oliveira e sua mulher Caetana Roza aos nella nomeados. Saibão quantos este público instrumento de poderes de procuração bastante virem que sendo no anno do nascimento de nosso senhor Jezus Christo de mil oitocentos e vinte e seis aos trinta dias do mez de setembro do dito anno nesta villa de Senhora das Neves de Iguape comarca de Paranaguá e Coritiba em o escritório de mim tabelião aodiante nomeado, e sendo ahi comparecerão presentes Gregório Rodrigues de Oliveira e sua mulher Caetana Roza moradores no distrito desta villa e pessoas de mim reconhecidas pelos próprios de que tracto e dou fé, e por eles me foi dito em [prezenciadas] testemunhas ao diante nomeadas e assignadas que elle obtorgantes na melhor forma e via de direito fazião, nomeavão, obtorgavão, e constituição por seos certos e em tudo bastantes procuradores nesta villa de Iguape a João Jozé Moreira Alvares, ao sargento mór Bartholomeu da Costa Almeida Crus, e ao Alferes Jozé Inocencio Alves Alvim, na villa de Paranaguá ao capitão Manoel Antonio Pereira, ao capitão Joaquim Antonio Guimaraens e ao capitão Jozé Luiz Pereira, na villa de Coritiba ao capitão Antonio Jozé da Silva Carrão, a Jozé Gomes Vianna, e a Jozé Reginaldo de Lima, na cidade do Rio de Janeiro a Francisco Leuzida Costa Guimarains, ao douctor João Antonio de Mendonça, e a João Gonsalves Pereira aos quais todos juntos e a cada hum de per si (...) E eu Agostinho Lourenço da Silva Doria tabelião que o escrevi, conferi e assignei em público e razo. Agostinho Lourenço da Silva Dorea. 30 de setembro de 1826”. (APPR PB045 PI04627)



FONTE: Autor

As faculdades de Direito, criadas em 1827, funcionando em 1828, e com os primeiros formandos em 1832, aos poucos forneceriam um número maior de letrados bacharéis em Direito para as cidades como Curitiba.

Dois processos de 1830 (APPR PB045 PI04760) e (APPR PB045 PI04773) já apresentam pareceres de um jurista letrado, trata-se do advogado Manoel Joaquim de Ornellas, da cidade de São Paulo. Em São Paulo no período existiam apenas três advogados letrados, Manoel Euphrasio de Azevedo Marques, José Arouche de Toledo Rendon e Manoel Joaquim Ornellas. Porém a presença de parecer de advogado letrado também demonstra o contato mais direto e significativo que os rábulas de Curitiba estavam desenvolvendo com a cidade de São Paulo.

A partir de 1831 o tempo romântico dos rábulas, com livros na mala e muito jogo de cintura para enfrentar os sertões e seus capitães parece ter chegado ao fim. Encerrando a

presente análise sobre a cultura jurídica circulante na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba.

CONCLUSÃO

Dessas cidades ficará o que por elas soprou, o vento!
A casa alegre o visitante: ele a consome.
Sabemos que somos transitórios
E depois de nós virá: nada digno de comentários.

Bertold Brecht

O presente trabalho demandou suor e esforço. Depois de dias a fio vasculhando documentos, sites e livros chegou à etapa da redação. Suportando uma jornada de trabalho de 40 horas de sala de aula semanais, durante algumas tardes, a base de cafeína e disposição, lutava contra as palavras em frente ao notebook numa das salas de permanência do Trabalho de Conclusão de Curso da Instituição onde trabalhava. Numa dessas tardes o sono foi insuportável. E por alguns segundos adormeci sentado. Mas rapidamente despertei com um vulto em minha frente.

Quem era? Talvez um dos personagens que aguardavam para adentrar no texto.

Elaborar um texto histórico demandou mais do que capacidade acadêmica e esforço. Resgatar o passado é um compromisso muito pesado. Como Benjamin dizia, por vezes o Anjo da História quer despertar os mortos.

Muitos colegas me perguntavam quando esbarravam no corredor: qual é a sua tese? Nunca soube explicar. É impossível sintetizar o que é uma cultura jurídica, a única forma de tentar compreendê-la é enxergar os seus detalhes, as suas nuances e suas dinâmicas. Não tenho como reelaborar tudo o que foi dito no trabalho em poucas páginas, sob o risco de ser palinódico (se é que alguém saiba o que isso significa), por isso essa conclusão no máximo pretende ressaltar alguns pontos que não resumem o trabalho, nem mesmo sua dimensão, mas permaneceram na minha memória como significativos.

Um primeiro ponto é a reelaboração da teoria sobre os rústicos e letrados. A historiografia do Direito tem apostado na figura do jurista acadêmico, letrado, como o principal (senão único) agente relevante da construção do discurso jurídico. Em especial, no mundo português onde boa parte dos juízes era iletrada, e onde as partes e seus procuradores também o eram, parece ser uma aposta arriscada. A visão dada pelos letrados aos rábulas

demonstra bem esse problema. O discurso letrado apenas os visualiza de forma pejorativa. Para o historiador que pretende escrever a história a contrapêlo (se isso é possível) retirar esses agentes da discórdia de seu purgatório existencial é uma tarefa no mínimo desafiadora.

Pelas fontes percebe-se que a própria idéia de rústico parece ser bem compreendida, e inclusive utilizada, pelos ditos “rústicos”. Manipulando assim sua própria condição na esfera da cultura jurídica. Outras pesquisas já apontavam para isso, como quando Maria Silvia de Carvalho Franco relatava o pedido de escusas de um subdelegado em ofício a um juiz de Direito em meados do século XIX, suas palavras parecem indicar a ciência de que “rústicos” têm privilégios pela ingenuidade e ignorância.⁶⁵⁸

Nos processos judiciais da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba analisados é possível verificar situações que denotam o oposto do que a doutrina da época propunha. Processos são declarados nulos por falta de cumprimento de formalidades, desde citações das mulheres dos litigantes até mesmo a falta de assinaturas em testamentos, chegando-se inclusive a declarar-se nulo processo pela falta de conciliação prévia referida na Constituição imperial de 1824. Mais interessante ainda é que por vezes “rústicos” no sentido estrito (os próprios atores do processo) alegam tais nulidades. Os procuradores (rábulas) constantemente alegam questões formais em suas peças, mas mesmo quando as partes se auto-representam tal característica ainda pode ser notada. Isso tudo demonstra que a cultura jurídica circulava de forma intensa e que talvez, no limite, a própria idéia de fronteira como o discurso historiográfico propõe deva ser repensada.

Foi possível ainda observar, por exemplo, como idéias ditas “progressistas” e de nações “cultas” como as de “constituição” ou de “codificação” tiveram impacto na vida prática do Direito local. Não há dúvida que os rábulas foram importantes agentes da circulação da cultura jurídica letrada em Curitiba no período entre 1822 e 1831.

Além disso, vale ressaltar que a forma com que os rústicos (e aqui incluo não só os

⁶⁵⁸ "Conquanto pratique alguns atos menos regulares na administração da justiça, próprios de um lavrador sem conhecimentos de Direito, e se tenho algum tempo exercido tais funções que estão muito acima de minha capacidade, a culpa não tem sido minha. Já por aqui reconhecerá V. S. que me faltam os recursos necessários para desempenhar como desejo, e é mister, o cargo (que ocupo), e que é suscetível muitas falhas se encontrarem nos meus feitos, porém achará sempre que exerço-as na maior boa fé." (1853. Ofício do subdelegado titular do cargo ao juiz de Direito, s. d.)" (FRANCO, 1997, p.135-6)

rúbulas mas também as partes processuais) utilizavam-se do conhecimento letrado como forma de reforçar sua luta por direitos e tentar controlar a ação dos agentes letrados. Demonstrando assim que o conhecimento jurídico não era apenas um discurso vazio. Produzia efeitos concretos na realidade.

A busca pelos livros utilizados no período aponta também uma nova forma de pensar a história do Direito. É possível fazer o caminho inverso. Ao invés de se partir dos grandes letrados para afirmar que tais idéias predominavam na cultura jurídica, é possível buscar nos próprios documentos de chão de foro (processos, atas, etc.) quais eram os livros utilizados e que tinham importante significado local. O texto de Alexandre Caetano Gomes, desprezado por alguns eruditos por ser “simples” demais, na verdade além de ter grande influência na cultura de chão também foi elaborado para tanto. Se o direito romano e os grandes juristas medievais eram conhecidos no século XIX, passavam pela caneta dos praxistas e seus manuais. Ao menos para a grande parcela dos juristas iletrados.

Outro importante ponto que se destacou no trabalho foram as idéias liberais e seu impacto na comunidade local. Mesmo que os relatos de uma independência sem grande clamor público na região de Curitiba seja a consolidada pela História, não se pode negar que os ideais provenientes da Independência estavam presentes na comunidade. Porém os valores do liberalismo contrastavam com a religiosidade que estava no centro da vida cotidiana da comunidade.

Não há dúvidas que a cultura jurídica letrada portuguesa circulava na região, mesmo sem a presença significativa de letrados. A ouvidoria de Paranaguá e Curitiba não estava alheia ao resto do país. Circulavam não só livros, idéias e sonhos. Viannas, Bernardos e Felisbertos estão aí para comprovar.

Talvez a grande conclusão é que ao contrário dos antigos tempos medievais, na transição da colônia ao império, o discurso jurídico deixou de circular apenas em círculos letrados (esotéricos) e foi apropriado por atores sociais diversos, que faziam a mediação entre o direito erudito e a cultura popular. Por trás da luta para dizer o Direito, estava o próprio Direito. Sejam quais forem as estratégias utilizadas, fazer justiça é um ofício que não tem dono.

REFERÊNCIAS

1. Fontes Manuscritas

Arquivo Público do Paraná

Fundo Poder Judiciário. Arquivo Público do Paraná. BR PRAPPR PB 045.
Contendo 432 itens (Processos Judiciais numerados de PI04385 até PI04808).

Em especial os itens:

1810 BR PRAPPR PB 045 PC04223 Cx. 161 JP6284 DEAP
1823 BR PRAPPR PB 045 PI04386 DEAP
1823 BR PRAPPR PB 045 PI04387 DEAP
1823 BR PRAPPR PB 045 PI04388 DEAP
1823 BR PRAPPR PB 045 PI04391 DEAP
1823 BR PRAPPR PB 045 PI04401 DEAP
1823 BR PRAPPR PB 045 PI04408 DEAP
1823 BR PRAPPR PB 045 PI04414 DEAP
1823 BR PRAPPR PB 045 PI04417 DEAP
1824 BR PRAPPR PB 045 PI04426 DEAP
1824 BR PRAPPR PB 045 PI04432 DEAP
1824 BR PRAPPR PB 045 PI04435 DEAP
1824 BR PRAPPR PB 045 PI04436 DEAP
1824 BR PRAPPR PB 045 PI04443 DEAP
1824 BR PRAPPR PB 045 PI04445 DEAP
1824 BR PRAPPR PB 045 PI04446 DEAP
1824 BR PRAPPR PB 045 PI04463 DEAP
1825 BR PRAPPR PB 045 PI04475 DEAP
1825 BR PRAPPR PB 045 PI04476 DEAP
1825 BR PRAPPR PB 045 PI04483 DEAP
1825 BR PRAPPR PB 045 PI04484 DEAP
1825 BR PRAPPR PB 045 PI04486 DEAP
1825 BR PRAPPR PB 045 PI04505 DEAP
1825 BR PRAPPR PB 045 PI04510 DEAP
1825 BR PRAPPR PB 045 PI04515 DEAP
1825 BR PRAPPR PB 045 PI04517 DEAP
1825 BR PRAPPR PB 045 PI04522 DEAP
1826 BR PRAPPR PB 045 PI04531 DEAP
1826 BR PRAPPR PB 045 PI04532 DEAP
1826 BR PRAPPR PB 045 PI04533 DEAP
1826 BR PRAPPR PB 045 PI04534 DEAP
1826 BR PRAPPR PB 045 PI04537 DEAP
1826 BR PRAPPR PB 045 PI04547 DEAP
1826 BR PRAPPR PB 045 PI04552 DEAP
1823 BR PRAPPR PB 045 PI04556 DEAP
1827 BR PRAPPR PB 045 PI04586 DEAP
1827 BR PRAPPR PB 045 PI04592 DEAP
1827 BR PRAPPR PB 045 PI04593 DEAP
1827 BR PRAPPR PB 045 PI04596 DEAP

1827 BR PRAPPR PB 045 PI04599 DEAP
1827 BR PRAPPR PB 045 PI04603 DEAP
1827 BR PRAPPR PB 045 PI04607 DEAP
1827 BR PRAPPR PB 045 PI04611 DEAP
1827 BR PRAPPR PB 045 PI04627 DEAP
1827 BR PRAPPR PB 045 PI04630 DEAP
1827 BR PRAPPR PB 045 PI04632 DEAP
1827 BR PRAPPR PB 045 PI04634 DEAP
1828 BR PRAPPR PB 045 PI04648 DEAP
1828 BR PRAPPR PB 045 PI04658 DEAP
1828 BR PRAPPR PB 045 PI04685 DEAP
1829 BR PRAPPR PB 045 PI04692 DEAP
1829 BR PRAPPR PB 045 PI04707 DEAP
1829 BR PRAPPR PB 045 PI04718 DEAP
1829 BR PRAPPR PB 045 PI04720 DEAP
1829 BR PRAPPR PB 045 PI04734 DEAP
1830 BR PRAPPR PB 045 PI04739 DEAP
1830 BR PRAPPR PB 045 PI04744 DEAP
1830 BR PRAPPR PB 045 PI04749 DEAP
1830 BR PRAPPR PB 045 PI04756 DEAP
1830 BR PRAPPR PB 045 PI04760 DEAP
1830 BR PRAPPR PB 045 PI04766 DEAP
1830 BR PRAPPR PB 045 PI04768 DEAP
1830 BR PRAPPR PB 045 PI04771 DEAP
1830 BR PRAPPR PB 045 PI04773 DEAP
1830 BR PRAPPR PB 045 PI04774 DEAP
1830 BR PRAPPR PB 045 PI04775 DEAP
1830 BR PRAPPR PB 045 PI04777 DEAP
1831 BR PRAPPR PB 045 PI04789 DEAP
1831 BR PRAPPR PB 045 PI04793 DEAP

Arquivo Nacional

1831. ARQUIVO NACIONAL. Auto de inquirição de testemunhas promovido pelo juiz ordinário da vila de Curitiba. Inácio Lustosa de Andrade, de acordo com a solicitação do ouvidor interino da comarca, Joaquim Teixeira Pinto, em consequência do cerco que sofreu a sua moradia e pelo assassinato do capitão Manoel José Taborda. Curitiba, 5/abril/1831 . Original. 8 p. 31,5 X 21,5 cm.

2. Impressos, Documentos e Livros Raros

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Ao leitor**: razão dessa obra. In: PORTUGAL. Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. [fac símile] CÓDIGO PHILIPPINO. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Livro I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. **Primeiro Anno da Primeira Legislatura**. Sessão de 1826. Tomo Quarto e Ultimo. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1875.

ARAÚJO, Jerónimo da Silva. *Perfectus advocatus hoc est: tractatus de patronis, sive advocatis, theologicus, juridicus, historicus et poeticus*. Ulissipone: Joannis Baptistae Lerzo Ex Typis, 1743.

ARAUJO, José Paulo Figueiroa Nabuco. **Legislação Brasileira de 1808 a 1831**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp, 1836-1844. 4 tomos.

ARQUIVO NACIONAL. **Rebelião do Rio Grande do Sul**, 1835-1845: processo, vol. 1-3, Edição 30, 1934.

ATAS DA CÂMARA DE CASTRO. Ano 1827 a 1834. Extraído de: <http://www.camaracastro.pr.gov.br/atas/> Acesso em 25 de Dezembro de 2012.

AZEVEDO, João Lucio. **O Marques de Pombal e a sua época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lisboa: Annuário do Brasil: Seara Nova, 1922. Disponível em: <http://archive.org/download/omarqusdepomba00azevuoft/omarqusdepomba00azevuoft.pdf> Acesso em 05 de Maio de 2013.

BARBOSA, Manoel. *Remissiones Doctorum de officiis publicis, iurisdictione, et ordine iudiciario*. Lisboa: Ulyssipone: Typis Petri Craesbeeck, 1620.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v. Extraído de: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>. Acessado em: 27 de Abril de 2013.

BOLETIM DO ARCHIVO MUNICIPAL DE CURITYBA. Sob a direcção de Francisco Negrão. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908 a 1929. Volumes V, XIII, XL, XLI, XLII, XLIII, XLIV e XLV.

BRASIL. **Constituição política do Império do Brazil de 25 de Março de 1824**. Extraído de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em: 9 de dez. de 2012.

BRASIL. **Decreto de 23 de Maio de 1821**. Extraído de: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-23-5-1821.htm Acesso em: 9 de dez. de 2012.

BRASIL. **Lei de 16 de Dezembro de 1830**. Código Criminal do Império. Extraído de: Acesso em: 9 de dez. de 2012.

BRASIL. **Lei de 1º de Outubro de 1828**. Dá nova forma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Extraído de: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LIM/LIM-1-10-1828.htm Acesso em: 9 de dez. de 2012.

BRASIL. **Lei de 20 de Outubro de 1823.** Extraído de: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/antioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html Acesso em: 9 de dez. de 2012.

BRASIL. **Lei de 22 de Setembro de 1828.** Extraído de: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38218-22-setembro-1828-566210-publicacaooriginal-89826-pl.html. Acesso em: 9 de dez. de 2012.

BRASIL. **Lei de 29 de Novembro de 1832.** Código de Processo Criminal. Extraído de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm. Acesso em: 9 de dez. de 2012.

BUENO, José Antonio Pimenta. **Direito Publico Brasileiro e Analyse da Constituição do Império.** Rio de Janeiro Typographia imp. e const. de J. Villeneuve e Cia, 1857.

CAMINHA, Gregório Martins. **Tratado da forma dos libellos, das allegações judiciais, do processo do juizo secular, e ecclesiastico, e dos contratos, com suas glossas, do licenciado Gregorio Martins Caminha.** Coimbra, 1549.

CARVALHO, José Pereira de. **Primeiras linhas de processo orphanológico.** Tom. 1 e 2. Lisboa, 1816.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E OS COSTUMES DE SÃO PAULO. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo (tipografia diversas), 1913-90. Volumes 1, 2, 4, 15, 29, 31, 36, 55, 56, 59, 60, 86. Disponível em: http://www.delphos.biblioteca.unesp.br/R/AESPG5I3CRXYQ2U56BFUVBVQM5F9GK K3FJPPA2U62E4NHTPE-02152?func=collections-result&collection_id=1589&pds_handle=GUEST Acessado em: 05 de Maio de 2013.

FERREIRA, Manoel Lopes. **Pratica Criminal expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal, e illustrada com muitas Ordenações, Leys extravagantes, regimentos e Doutores, e em quatro Tomos destribuida.** Porto: Na officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767.

GAZETA DE LISBOA, nº 210, Quarta-feira, 6 de Setembro. Lisboa: Na officina de Antonio Correa Lemos, 1815. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=gG5VAAAAYAAJ> Acesso em: 30 de Dez. de 2012

GOMES, Alexandre Caetano. **Manual Practico judicial, cível e criminal.** Lisboa: Oficina de José Antonio Plates, 1766.

GOUVEA PINTO, Antonio Joaquim. **Tratado regular e pratico de testamentos, e sucessões, ou compendio methodico das primeiras regras e princípios que se podem deduzir das Leis testamentárias, tanto pátrias, como subsidiarias, ilustradas e aclaradas com as competentes notas.** Lisboa, 1813.

MACHADO, Diôgo Barbosa. **Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica:** Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da ley da graça até o tempo prezente. 4 Volumes. 1759.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **Indice Chronologico dos Factos mais Notáveis da História do Brasil desde seu Descobrimento em 1500 até 1849.** Seguido de um Sucinto Esboço do Estado do Paiz ao Findar o Ano de 1849. Typographia de Paula Brito, Rio de Janeiro, 1850.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo.** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976. Tomos 1 e 2.

MELO FREIRE, Pascoal José de. **Instituições de Direito Civil Português**. (Versão Portuguesa de Miguel Pinto de Meneses). Boletim do Ministério da Justiça. Lisboa, 1966. Volumes 1, 2, 3 e 4. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=76 Acesso em : 27 de Abril de 2013.

MENDONÇA, Francisco Maria de Souza Furtado. **Repertório Geral ou Índice Alfabético das leis do império do Brasil**. Publicadas desde o começo do anno de 1808 até o presente em seguimento ao repertório geral do Desembargador Manuek Fernandez Thomaz. Rio de Janeiro: Livraria Universal dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1850. 4 Tomos.

MORAES, Mello. **História do Brasil-reino e Brasil-império**. Tomo I. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro, 1871.

MORAIS, Francisco de. **Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)**. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ano 1940. Vol LXII (62), pp. 140-335, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná; Cromos Editora e Industria Gráfica, 2005. Volumes 1 ao 6 e Índices. (Fac-simile das edições Vol.1 (1926), Vol.2 (1927), Vol.3 (1928), Vol.4 (1929), Vol.5 (1946), Vol.6 (1950), Índice 1 (1960), Índice 2 (1961)).

O FAROL PAULISTANO, n. 164, 15 nov. 1828. São Paulo: Typographia do Farol Paulistano, 1828. (<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700169>)

O FAROL PAULISTANO, n. 302, 30 jan. 1830. São Paulo: Typographia do Farol Paulistano, 1830. (<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700169>)

PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. **Primeiras Linhas sobre o Processo Civil**. Volume 2. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1863.

PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. **Primeiras Linhas sobre o Processo Civil**. Volume 1. Coimbra: Imprensa Literária, 1872.

PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. **Primeiras linhas sobre o Processo criminal**. 2 ed. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz**. Na Typographia de Silva, 1832. Extraído de: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3>. Acessado em: 27 de Abril de 2013.

PORTUGAL. **Codigo Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal**: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. [fac simile] CÓDIGO PHILIPPINO. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Livro I, II, III, IV e V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

RENDON, Francisco Leandro de Toledo. Ouvidoria de Paranaguá. **Revista do do Instituto Histórico de São Paulo**. Volume XII, pp 262- São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1907.

ROCHA, Manoel Antonio Coelho da. **Ensaio sobre a história do governo e da legislação de Portugal**: para servir de introdução ao Estudo do Direito pátrio. 3ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1851.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Comarca de Curitiba (1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**: recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Extraído de: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2> Acesso em : 27 de Abril de 2013.

SILVA, I. F. da. **Diccionario bibliographico portuguez**. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da moeda, 1862. 20 Tomos.

SILVA, Luiz Augusto Rebello da. **A História de Portugal nos séculos XVII e XVIII**. Tomo V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.

SISSON, S. A. **Galeria dos Brasileiros Illustres** (Os Contemporâneos). Lithographia de S. A. Sisson, editor, Rua da Assembléia n. 67, Rio de Janeiro. 1859 e 1861. 2 vols.

STF. **Ministros**. Supremo Tribunal de Justiça do Império. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=267> Acesso em 25 de Dezembro de 2012.

TELLES, José Homem Correa. **Doutrina das Ações**. Acomodada ao Foro de Portugal. 2.ed. Lisboa: Imprensa Régia, 1824.

TELLES, José Homem Correa. **Manual do Tabellião**. Ou Ensaio de Jurisprudência eurenematica contendo a clocação de minutas dos contractos, e instrumentos mais usuais, e das cautelas mais precisas nos contractos, e testamentos. Lisboa: Impressão Regia, 1830.

TELLES, José Homem Correa. **Theoria da Interpretação das Leis, e Ensaio sobre a natureza do censo consignativo**. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1815.

VANGUERVE CABRAL, Antonio. **Pratica Judicial, muyto útil, e necessária para os que principiam os officios de julgar, e advogar, e para todos os que solicitam causas nos Auditórios de hum, e outro foro**. Coimbra: Oficina de Antonio Simões Ferreira, 1730. 2 Tomos.

VASCONCELLLOS, Barão de; VASCONCELLLOS, Barão Smith de. **Archivo Nobiliarquico Brasileiro**. Lausanne: Imprimerie la Concorde, 1918.

3. Livros, Trabalhos acadêmicos e Artigos Científicos

AB'SABER, Aziz N.; *et al.* **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial, v. 2: administração, economia, sociedade. (T1, Vol.2). Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ABREU, Márcia. Livros ao mar: circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 24, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042008000100005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 06 de Dez. de 2012.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALDEN, Dauryl. **El Brazil colonial tardío**. 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. Vol. 3. América Latina Colonial: Economía. Barcelona: Editorial crítica, 1990.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Vida privada e ordem privada no Império**. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**. Vol. 2. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

AMARAL, Luís; MATOS, Lourenço Correia. **Leitura de Bacharéis**: índice de processos. Lisboa: Guarda Mor, 2006.

ANTUNES, Alvaro de Araújo. **Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808)**. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres. (Orgs.) **O império por escrito**. São Paulo : Alameda, 2009.

ARAUJO, Danielle Regina Wobeto de. **A almotacaria e o Direito na Vila de Curitiba (1737-1828)**. 2011. 252 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas. UFPR, Curitiba, 2011.

ARAUJO, Jorge de Souza. Livros e leituras no Brasil antes e Depois de D. João VI. **Revista Eletronica Labirintos**, n.8, 2º Sem., Feira de Santana, 2010. Extraído de: http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2010/02_dossie_jorge_de_souza_araujo.pdf Acessado em 10 de Abril de 2013.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários**: a memória histórica paranaense. 2007. 207 f. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFPR, Curitiba, 2007.

BAKHTIN, Mikhail Mihailovitch. **A cultura popular Da Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec: [Brasília]: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BAKHTIN, Mikhail Mihailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail Mihailovitch. **The dialogic Imagination**. In: MORRIS, Pam (Org.) **The Bakhtin Reader: Selected Writings of Bakhtin, Medvedev, Voloshinov**. London: Arnold Publisher, 1994.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Estruturas Populacionais do Paraná no ano da Independência**. In: Paraná 1822-1972. Boletim nº 19. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil Curitiba: Ed. UFPR, 1972.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.

BARRETO, Célia de Barros; et al. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil monárquico: o processo de emancipação. Tomo II. Volume 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BETHELL, Leslie. **La independencia de Brasil**. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina. Vol. 5. América Latina Colonial: La independencia. Barcelona: Editorial crítica, 1991.

BICALHO, M. F. B. A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico-Sul: séculos XVII e XVIII. **Revista de História Regional** 3(2):7-36, Inverno 1998.

BICALHO, M. F. B. A Fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina. **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime**, 2005b.

BICALHO, M. F. B. **As Câmaras ultramarinas e o governo do Império**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BICALHO, M. F. B. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack Braziliense**, v. 2, p. 21-34, 2005.

BICALHO, M. F. B.; FRAGOSO, J. ; GOUVÊA, M. F. S. **Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império**. Penelope: fazer e desfazer a historia, Lisboa, v. 23, p. 67-88, 2000.

BLOCH, Marc. **Los reyes taumaturgos**. Pról. de Jacques LeGoff. 2. ed. México: FCE, 2006.

BORGES, Joacir Navarro. **Das justiças e dos litígios: a ação judiciária da Câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1752)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BORGES, Joacir Navarro. O processo de endividamento em Curitiba no século XVIII. VII Jornada Setecentista. Curitiba. **Anais da VII Jornada Setecentista**, 2007. Extraído de: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/O%20processo%20de%20endividamento%20em%20Curitiba%20-%20Joacir%20Navarro%20Borges.pdf> Acesso em: 18 de Maio de 2013.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. **Particularidades familiares**. A trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, século XIX. Programa de pós-graduação em História, UFPR, Dissertação de Mestrado, 2009. (175 p.)

BOURDIEU, Pierre. **A força do Direito: Elementos para uma sociologia do campo jurídico**. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand/Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo:Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editora Fim de Século, 2003.

BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Tradução de Nair de Lacerda. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português**, 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOXER, Charles R. **The golden age of Brazil (1695-1750)**: Growing pains of a colonial society. University of California press: Los Angeles (EUA), 1962.

BRIGHENTE, Liliam Ferraresi. **Entre a liberdade e a administração particular**: a condição jurídica do indígena na vila de Curitiba (1700-1750). Programa de pós-graduação em Direito, UFPR, Dissertação de Mestrado, 2012. (146 p).

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. v.17. n.2. p. 251-294. jul-dez. 2009.

BUENO, José Antonio Pimenta. **Marquês de São Vicente**. (org. e introd. Eduardo Kugelmas). São Paulo: Editora 34, 2002. (coleção formadores do Brasil).

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CACCIA, Natasha Schmitt. **Os juristas e o poder político monárquico português**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro (século XVI a 1850). São Paulo: Quartier Latin, 2006.

CAENEGEM, Raoul Van. **Uma introdução histórica ao direito privado**. Tradução Carlos Eduardo Lima Machado. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CALASSO, Francesco. **"Iurisdictio" nel diritto comune classico**. In: Studi in onore di Vincenzo Arangio-Ruiz nel XLV anno del suo insegnamento, IV. Napoli: Editore Jovene, 1953.

CÂMARA, José Gomes B. **Subsídios Para a História do Direito Pátrio. (1500-1769)**. Tomo I. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954.

CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime**: Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e tecnologia, 2010.

CAMARINHAS, Nuno. **O aparelho judicial ultramarino português**. O caso do Brasil (1620-1800). Almanack brasiliense. nº 09, pp. 84-102, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique; et al. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil monárquico: Dispersão e unidade. Tomo II. Volume 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CARDOSO, Jayme Antonio. **A Comarca e os ideais de emancipação**. In: Paraná 1822-1972. Boletim nº 19. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil Curitiba: Ed. UFPR, 1972.

CARNEIRO, Davi. **O Drama da Fazenda Fortaleza**. Curitiba: Dicesar Plaisant, 1941.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro das Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo; BETHELL, Leslie. **Brasil (1822-1850)**. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina. Vol. 5. América Latina Colonial: La independencia. Barcelona: Editorial crítica, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**: Escritos de História e Política. 2. reimp. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

CASSIRER, Ernst. **Antropología filosófica**: Introducción a una filosofía de la cultura. Ciudad del México (México): Fondo de Cultura Económica, 1984.

CASTRO, Armando de. **Introdução**. In: PRIVILÉGIOS dos Cidadãos da Cidade do Porto. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.

CASTRO, Hebe Mattos de. **Laços de Família e Direitos no final de escravidão**. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 2. (pág. 339/383)

CASTRO, Zília Osório de. **Cultura e Política**. Manuel Borges Carneiro e o vintismo. Vol. 2. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2000.

CAVALCANTE, Berenice. Os 'letrados' da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. **Acervo**. Rio de Janeiro, v.8, nº 1-2, p.53-66. jan/dez 1995.

CAVANNA, Adriano. **Storia del diritto moderno in Europa**: le fonti e il pensiero giuridico. v. 1. Milão (Italia): Dott. A. Giuffrè Editore, 1982.

CAVAZZANI, André Luiz M. **Um estudo sobre a exposição e os expostos na vila de nossa senhora da luz dos pinhais de Curitiba**. (segunda metade do século XVIII) Programa de pós-graduação em História, UFPR, Dissertação de Mestrado, 2005. (158 p).

CDBP (Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro). **Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia**. Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999.

CHARTIER, Roger. **As práticas da Escrita**. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges. (org.). História da Vida Privada. Volume 3. Trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **Leitores e Leituras na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHARTIER, Roger. **Prefácio**. In: ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. São Paulo: Record, 1999.

COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade**: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.). Programa de pós-graduação em História Social, UFRJ, Tese de Doutorado, 2011. (p).

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

COSTA, Iraci del Nero da; GUTIERREZ, Horácio. **Paraná: Mapas de Habitantes. 1798-1830**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985.

COSTA, Pietro. **Cittadinanza**. 2 ed. Bari: Laterza, 2009.

COSTA, Pietro. **Diritti**. In: FIORAVANTE, Maurizio (org). Lo Stato moderno in Europa: istituzioni e diritto. 6 ed. Roma-Bari: Editori Laterza, 2006.

COSTA, Pietro. **Soberania, representação, democracia**: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010.

COSTA, Samuel Guimarães da. **História política da Assembléia Legislativa do Paraná**. Volume 1. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994.

CROUZET, Denis. **Pós-fácio**. Rabelais e seu duplo: o historiador em sinergia. In: FEBVRE, Lucien. O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Ciência, identidade e cotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**. Vol. 9, pp. 205-228, 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Fernando. **Elites políticas municipais no Brasil-colônia**: homens-bons da Curitiba Setecentista. Programa de pós-graduação em História, UFPR, Dissertação de Mestrado, 2003. (123 p).

DERNTL, Maria Fernanda. **Uma oficina de novidades**: a implantação de núcleos urbanos na capitania de São Paulo, 1765-1775. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 109-131. jan-jun. 2012.

DHBP (**Dicionário histórico-biográfico do Paraná**). Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução Pedro Süsskind, Prefácio Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador** . v.1. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. revista. São Paulo: Globo, 2001.

FEBVRE, Lucien. **O Problema da Incredulidade no Século XVI**: A Religião de Rabelais. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

FERREIRA, Vieira. **Juizes e Tribunaes do Primeiro imperio e da Regência**. In: Boletim do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

FERREIRA, Waldemar. **As Capitanias coloniais de juro e herdade**. Vol. 01. São Paulo: Edição Saraiva, 1962.

FONSECA, Fernando Taveira da. Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850). Sep. da **Revista Portuguesa de História**, 33 (1999). Coimbra: Instituto de História Económica e social, FLUC, 1999.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **A noção de imaginário jurídico e a história do Direito**. In: _____ (org.). Nova história do direito brasileira: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012a.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução**. In: _____ (org.). Nova história do direito brasileira: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012b.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Vias da modernização jurídica brasileira**: A cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 98, p. 257-293, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau editora, 1996.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI–XVIII. **Tempo**. n. 27. 2009.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREUD, Zygmunt. **O mal-estar na civilização**. (1927) Em: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, Zygmunt. **O mal-estar na cultura**. Tradução Renato Zwick e revisão técnica e prefácio de Márcio Seligmann-Silva. Porto Alegre: L&PM, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURMANN, Ivan. **Cidadania e educação histórica**: perspectivas de alunos e professores do município de Araucária (PR). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

GARNOT, Benoît. **Justiça e sociedade na França do século XVIII**. Textos de História (Revista da Pós-Graduação em História da UnB). Brasília: UnB, vol.11, 1/2, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa.** In: _____. **O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa.** (Tradução de Vera Mello Joscelyne). 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GILISSEN, Jonh. **Introdução Histórica ao Direito.** Tradução de Antonio Manuel Hespanha. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O extermínio dos judeus e o princípio da realidade.** In: MALERBA, Jurandir (org.) **A história escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: História, retórica, prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808).** In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs). **O antigo regime nos trópicos. O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOUVEA, Maria de Fátima Silva. **Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822.** Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Dez. 2012.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros.** Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

GROSSI, Paolo. Da sociedade de sociedades à insularidade do estado entre medievo e Idade Moderna. **Seqüência.** Florianópolis, ano XXVII, n.55, p. 9-28, dez. de 2007.

GROSSI, Paolo. **L'ordine giuridico medievale.** Bari: Laterza, 2002.

GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

GROSSI, Paolo. **O direito entre o poder e o ordenamento.** Trad. Arno Dal Ri Jr. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GROSSI, Paolo. **Para além do subjetivismo jurídico moderno.** In: FONSECA, Ricardo Marcelo; SEELAENDER, Ailton Cerqueira Leite (Orgs.). **História do Direito em perspectiva: do Antigo Regime à modernidade.** Curitiba: Juruá, 2008.

GROSSI, Paolo. **Primeiras lições de Direito.** Tradução: Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GUTIÉRREZ, Horacio. Fazendas de gado no Paraná escravista. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, p. 102-127, 2004.

HAAG, Carlos. Um imenso Portugal. **Pesquisa Fapesp.** Edição 201. Novembro de 2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/11/12/um-imenso-portugal/> Acesso em: 28 de Abril de 2013.

HEMMING, John. **Los indios y la frontera em el Brasil Colonial**. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina. Vol. 4. América Latina Colonial: Población, sociedad y cultura. Barcelona: Editorial crítica, 1990.

HESPANHA, António Manuel (org.). **Justiça e litigiosidade**: história e prospectiva de um paradigma. Lisboa (Portugal): Calouste Gulbenkian, 1993.

HESPANHA, António Manuel. **A constituição do Império português**: Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João Luís e GOUVEA, Maria de Fátima (Orgs.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. **Tempo**, vol.11, no.21, p.121-143, Jun, 2006b.

HESPANHA, António Manuel. **A Política Perdida**. Ordem e. Governo Antes da Modernidade. Curitiba: Juruá, 2010a.

HESPANHA, António Manuel. **As fronteiras do poder**. O mundo dos rústicos. Sequência. Florianópolis, ano XXV, no 51, p. 47-105, dez., 2005b.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: Instituições e poder político. Portugal, séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime. **Ler História**. Vol. 8, p. 35-60, 1986.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Florianópolis: Boiteux, 2005a.

HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviatã. **Almanack Brasiliense**, São Paulo, n. 5, maio, 2007.

HESPANHA, António Manuel. **Guiando a mão invisível**: Direitos, Estado e Lei no liberalismo monárquico português. Coimbra: Almedina, 2004.

HESPANHA, António Manuel. **Hércules Confundido**: Sentidos Improváveis e Incertos do Constitucionalismo Oitocentista: o Caso Português. Curitiba: Juruá, 2009.

HESPANHA, António Manuel. **História das instituições**: épocas medieval e moderna. Coimbra: Almedina, 1982.

HESPANHA, António Manuel. **História do Direito na História Social**. Lisboa: livros Horizontes, 1978.

HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo : Annablume, 2010b.

HESPANHA, António Manuel. Justiça e administração entre o Antigo Regime e a Revolução. In: **Atti Dell'incontro di Studio**. Firenze-Luca. Hispania: entre derechos próprios e derechos nacionales, Tomo I. Milano: Giuffrè, 1989.

HESPANHA, António Manuel. **O direito dos letrados no império português**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

HESPANHA, António Manuel. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: Fundação. Calouste Gulbenkian, 1984.

HESPANHA, António Manuel. **Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro.** Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnhbnRvbmlvbWVudWVsaGVzcGFuaGF8Z3g6M2E4Nzc4ZTAyZGNhMjZjYQ> Acesso em 20 de Março de 2013, 2005c.

HESPANHA, António Manuel. **Porque é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos.** In: Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005. Lisboa. Anais do Congresso (...), Lisboa, 2005d. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/antonio_manuel_hespanha.pdf, Acesso em: 10 de Janeiro de 2013.

HESPANHA, António Manuel. Savants et rustiques. La violence douce de la raison juridique. **Ius commune.** Vol. 10, Frankfurt, p.1-48, 1983.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. **Redes Clientelares.** In: HESPANHA, António Manuel (coord.). História de Portugal. Volume 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

HISTÓRIA do Poder Judiciário do Paraná. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte; Indústria Gráfica Serena, 1982

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções.** Europa 1789-1848. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOBSBAWN, Eric. **A Invenção das Tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. **Entre o espírito da lei e do espírito do século: a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão** (Curitiba, 1868-1888). Programa de pós-graduação em Direito, UFPR, Dissertação de Mestrado, 2013. (440 p).

HUNT, Lynn. **A invenção dos Direitos Humanos: uma história.** Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IGLESIAS, Francisco. **Constituintes e Constituições brasileiras.** 4. ed. São Paulo: brasiliense, 1987.

IGLESIAS, Francisco. **História Política de Brasil (1500-1964).** Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

INSSA, Maria Helena Cordeiro. **Os louros de Lourenço: genealogia e vida do Dr.Lourenço Ribeiro de Andrade (1724-1799).** Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade do Paraná. Departamento de História, UFPR, Monografia de Conclusão de Curso, 2000. (75 p).

JANCSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia.** São Paulo: Hucitec:Fapesp, 2005.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. **Pecas de um mosaico** (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

KATO, Allan Thomas Tadashi. Paranaguá, Antonina e Curitiba, início do século XIX: reconstituindo espaços e a lógica de sua organização social. **An. mus. paul.** [online]. vol.20, n.1, 2012.

KRAAY, Hendrik. Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823-1850). **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, p.63-90, set. 2001.

LACOMBE, Américo Jacobina. **Cultura Jurídica**. In: HOLANDA, Sergio Buarque (org.) História geral da civilização brasileira (tomo II: o Brasil monárquico - reações e transações). págs. 414/428. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. Tradução Marie-Agnes Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1996.

LARAIA, R. **Cultura**: um conceito antropológico. 13. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000

LATOUR, Bruno. **La Fabrique du Droit**. Une Ethnographie du Conseil d'État. Paris: La Découverte, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1974.

LEÃO, Ermelino de. **Dicionário histórico e Geográfico do Paraná**. 6 Volumes. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1994.

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e Libertários**: Pensadores Radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEMES, Fernando Lobo. Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 112-129, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

LIMA, Carlos A. M. Sertanejos e Pessoas republicanas livres de cor em Castro e Guaratuba. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 2, pp. 317-344, 2002.

LOPES, José Carlos Veiga. População do Paraná em 1834. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**. Volume LIX (59), Curitiba: IHGPR, 2008.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Uma introdução história social e política do processo**. In: WOLKMER, Antonio Carlos. Fundamentos de História do Direito. 2ª ed. ver. e amp. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

LOPES, Marcos Antônio. Uma idéia de Antigo Regime. **Textos de História** (Revista da Pós-Graduação em História da UnB). Brasília: UnB, v. 11, n.1/2, p. 129-144, 2003.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Liberal / Liberalismo**. In: FERES JÚNIOR, João (org.). Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MALERBA, Jurandir (org.). **A independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARINO, Daniela. Ahora que Dios nos ha dado padre [...] El segundo imperio y la cultura jurídico-política campesina en el centro de México. **Historia Mexicana**, Vol. 55, No. 4, Ley y justicia (del virreinato a la posrevolución). pp. 1353-410. Apr.-Jun., 2006.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Romário. **Terra e Gente do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber).

MATTOS, Hebe Maria. **A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs). O antigo regime nos trópicos. O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

MAUSS, Marcel. **Manual de etnografia**. Org. Denise Paulme. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Com uma Introdução à obra de Marcel Mauss de Claude Lévi-Strauss. Tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974.

MAXWELL, Kenneth. **Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre as mãos e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. São Paulo: Ed. da Fapesp, 1999.

MIAILLE, Michel. **Introdução Crítica ao Direito**. 3. ed. Lisboa: Editora Estampa, 2005.

MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. Tradução de James Emanuel de Albuquerque. **Tempo**, vol.14, n.28, pp.223-237, 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 27, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000200005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 31 de Maio 2013.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites e poder: entre o antigo regime e o liberalismo**. 2. ed. rev. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

MOREL, Marco. **Cipriano Barata**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREL, Marco. **Frei Caneca**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro (século XVI a 1850)**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme. **Do Império luso-brasileiro ao Império brasileiro**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro (século XVI a 1850). São Paulo: Quartier Latin, 2006.

NASCIMENTO, M. F. C. Justiça, Corrupção e Suborno em Pernambuco (Século XVIII). **Textos de História** (Revista da Pós-Graduação em História da UnB). Brasília: UnB, v. 11, n.1/2, 2003.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gilásio. **Idéias jurídicas e autoridade na família**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEQUETE, Lenine. **O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência**: Império. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000b.

NEQUETE, Lenine. **O Poder Judiciário no Brasil**: crônica dos tempos coloniais. Volume 2. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000.

NEVES, Guilherme Pereira das; NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das. **Constituição**. In: FERES JÚNIOR, João (org.). Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileiras: 1824**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n.28, p. 375-405, jul./dez. 2007.

PACHECO, José da Silva. **Evolução do processo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1972.

PASCAL, Anne-Marie. **A abolição da Escravatura e o Teatro Português (XVIII-XIX)**. Sexto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Disponível em: http://www.geocities.ws/ail_br/aabolicaodaescravatura.htm. Acesso em 7 de Abril de 2013.

PEGORARO, Jonas Wilson. **Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América portuguesa: a comarca de Paranaguá (1723-1812)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

PEGORARO, Jonas Wilson. **Ouvidores régios em Paranaguá: uma discussão sobre a centralização jurídico-administrativa na América Portuguesa. (1723-1812)**. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; DORÉ, Andréa. (Org.). Temas Setecentistas: governos e populações no Império Português. p. 181-197. Curitiba: Fundação Araucária, 2008.

PEREIRA, Cláudio Nunes (org.). **Genealogia Tropeira**. Coletânea de Material histórico e genealógico. Rio Grande do sul séculos XIX e XX. Vol. 2, 2004.

PEREIRA, L. F. L. **A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre o método**. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). Nova história do direito brasileira: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012.

PEREIRA, L. F. L. Súditos d'El Rey na América portuguesa: Monarquia corporativa, virtudes cristãs e ação judicial na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, v. 452, p. 51-86, 2011.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PINA, Ana Maria Ferreira. **De Rousseau ao imaginário da Revolução de 1820**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

POMBO, José Francisco da Rocha. **O Paraná no centenário: 1500-1900**. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

PORTELA, Bruna Marina. **Redescobrimdo o poder judiciário paranaense**. In: Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1129.pdf> Acesso em 6 de dez. de 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRIORE, Mary del. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAMOS, Rui. Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo: uma introdução histórica da alfabetização no português contemporâneo. **Análise Social**. Lisboa, nº 103, p.1100-1102, 1988.

ROBERTS, Graham. **Glossary of Key Terms**. In: MORRIS, Pam (Org.) *The Bakhtin Reader: Selected Writings of Bakhtin, Medvedev, Voloshinov*. London: Arnold Publisher, 1994.

ROCHA JÚNIOR, Francisco de Assis do Rego Monteiro. **Os recursos criminais julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça do Império (1841-1871): decisões liberais na cúpula de um judiciário clientelista**. Programa de pós-graduação em Direito, UFPR, Tese de Doutorado, 2012. (306 p).

RODRIGUES, José Honório. **Explicação**. In: Anais da Biblioteca Nacional, nº 74. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional / Divisão de Obras Raras e Publicação, 1953.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil**. Um Desafio Histórico-Político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução e contra-revolução**. Evolução política. Vol 1. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução e contra-revolução**. As forças armadas. Vol 3. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

RODRIGUES, Manuel Augusto. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra Notas sobre a Universidade de Coimbra desde as origens (1290) até à fixação definitiva em Coimbra (1537). **Revista de História**, vol. 03, pag. 157-202, 1980.

ROSSI, Pietro. **Cultura e antropologia**. Torino: Einaudi, 1983.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Prefácio**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs). *O antigo regime nos trópicos. O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **The Portuguese Atlantic, 1415–1808**. In: GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. (coords.). *Atlantic history: a critical appraisal*. New York: Oxford University Press, 2009.

RUSSEL-WOOD. A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**. v.18 n.36. São Paulo, 1998. Extraído de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 18 de Maio de 2013.

SAHLINS, Marshall. Dos o tres cosas que sé acerca del concepto de cultura. **Revista Colombiana de Antropologia**. Vol.37, pp. 290-327, enero-diciembre, 2001.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SALGADO, Graça (cord). **Fiscais e Meirinhos**: a administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira. 1986.

SANTOS, António César de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Para o bom regime da república: ouvidores e câmaras municipais no Brasil colonial. *Revista Monumenta*, vol. 3, nº 10. pp. 01-19. Curitiba, inverno, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Notas sobre a História Jurídico-Social de Pasárgada**. In: SOTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim (orgs.). *Sociologia e Direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Antonio Vieira dos Santos**: «O cronista da conjuntura». In: Paraná 1822-1972. Boletim nº 19. Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil Curitiba: Ed. UFPR, 1972.

SANTOS, M. de Lourdes Lima dos Santos. Sobre os intelectuais portugueses no século XIX. (do Vintismo à Regeneração). **Análise Social**, vol. XV (57), 1 Sem. pp. 69-115. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1979.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Entre histórias e historiografias**: algumas tramas do governo joanino. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.) *O Brasil Imperial*, volume I: 1808-1831. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Questões de poder na fundação do Brasil**: o governo dos homens e de si (c.1780-1830). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar; COSTA, Angela Marques. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. **"Gente da terra brasileira da nação"**. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: a suprema corte da Bahia e seus juizes: 1609 - 1751. Tradução Maria Helena Pires Martins. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SEELAENDER, Airton Lisle Cerqueira Leite. **A Polícia e o Rei-Legislador**: Notas sobre Algumas Tendências da legislação Portuguesa no Antigo Regime. In: BITTAR, Eduardo C. B. (Org.). *História do Direito Brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Alberto da Costa e. (org.). **Crise colonial e Independência**: 1808-1830. Vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SILVA, Andree M. D. **Portugal y Brasil**: la reorganización imperial, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Vol. 2. América Latina Colonial: Europa y America en los siglos XVI, XVII, XVIII. Barcelona: Editorial crítica, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Movimento constitucional e separatismo no Brasil (1821-1823)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. **História do Direito Português**: Fontes do direito. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006.

SOUZA, André Peixoto de. **Uma historiografia para a cultura jurídica brasileira**. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). Nova história do direito brasileira: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STANCZYK FILHO, Milton. **À luz do cabedal**: acumular e transmitir bens nos sertões de Curitiba (1695-1805). Programa de pós-graduação em História, UFPR, Dissertação de Mestrado, 2005. (134 p).

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. **Actores, territórios e redes de poder, entre o antigo regime e o liberalismo**. Curitiba: Juruá, 2011.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. **O Desembargo do Paço**: 1750 – 1833. Lisboa: EDIUAL. Departamento de Ciências Humanas, 2011b.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. Os Ministros do rei no poder local, ilhas e ultramar (1772-1826). **Penélope**, pp. 37-58, nº 27, 2002.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. **Sistema Penal e Construção do Estado Liberal**: Algumas Questões em Torno da Revolução de 1820. **Penélope**, Lisboa, 5, pp. 77-97, 1991.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, Feb. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Abr. 2013.

THOMPSON, E. P. **Agenda para una historia radical**. Traducción castellana de Elena Grau. Barcelona (ESP): Crítica, 2000.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TITIEV, Mischa. **Introdução a Antropologia Cultural**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **The Old Regime and the French Revolution**. New York: Harper and Brothers Publishers, 1856.

TOWS, Michel Luize. **Direito das mulheres no Brasil Pós-independência**: um estudo de caso na Vila de Curitiba. Monografia de Conclusão de Curso, Graduação em Direito. Unicuritiba. Curitiba, 2013.

VAINFAS, Ronaldo. A problemática das mentalidades e a Inquisição no Brasil colonial. **Revista Estudos Históricos**, n 1, pp. 167-173, Rio de Janeiro, 1988.

VELLASCO, Ivan de Andrade. O juiz de paz e o Código do Processo: vicissitudes da justiça imperial em uma comarca de Minas Gerais no século XIX. **Justiça & História**, Porto Alegre: Centro de Memória do Judiciário, v. 3, n. 6, p. 65-95, Papel. 2003.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Os predicados da Ordem: Os usos sociais da Justiça nas Minas Gerais 1780-1840. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 50, p.167-200, 2005.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo : Perspectiva, 2004.

VERGER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média**. Tradução Carlota Boto. Bauru; SP: EDUSC, 1999.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol. I. 3. ed. Brasília: Unb, 2000.

WEHLING, Arno. Ilustração e política estatal no Brasil 1750-1808. **Humanidades: Revista de la Universidad de Montevideo**, Montevideu, n. 1, p. 61-86, 2001.

WEHLING, Arno. **O Escravo Ante a Lei Civil e a Lei Penal no Império (1822-1871)**. In: WOLKMER, Antônio C. Fundamentos da História do Direito. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **A questão do Direito no Brasil Colonial**. In: NEDER, Gizlene (org.). História & direito : jogos de encontros e transdisciplinaridade. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Direito e Justiça no Brasil Colonial**: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil Colonial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Soberania sem independência: aspectos do discurso político e jurídico na proclamação do Reino Unido. **Tempo**. 16 (31). pp. 89-116. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167020951005>. Acessado em 27 de Abril de 2013.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Themis na Monarquia Tropical**: a organização da justiça no período joanino. In: COUTO, Jorge. Rio de Janeiro: Capital do Império Português (1808-1821). Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2010.

WEHLING, Maria José. Juizes de fora: Ouvidores e relações. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 421, 2003.

WERNET, Augustin. **O processo de Independência em São Paulo**. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) 1822: dimensões. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

WIEACKER, Franz. **História do direito privado moderno**. 2. ed. rev . Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

WILLIAMS, Raymond. **The long Revolution**. New York: Columbia University Press, 1961.

WOLKMER, Antonio Carlos. A magistratura Brasileira no século XIX. **Seqüência**: Estudos jurídicos e políticos. Ano 19, nº 35, p. 24-30, dezembro de 1997.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Síntese de uma história das idéias jurídicas**: da Antiguidade clássica à Modernidade. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

ANEXOS

ANEXO 01 – Oficinas do Acervo do Poder Judiciário no Arquivo Público do Paraná

Relatório de atividades do projeto “História do Direito no Paraná” Ano de 2008

I. Identificação:

Título do Projeto de Pesquisa: “História do Direito no Paraná”

Professor orientador: Prof. Ivan Furmann

Título do Plano de Trabalho: Oficina do Poder Judiciário do Arquivo Público do Paraná

Alunos Participantes do Núcleo de Pesquisa “História do Direito no Paraná” no ano de 2008.**Primeiro Semestre**

Aluno	E-mail	Horas de participação

Segundo Semestre

Aluno	E-mail	Horas de participação

Período de realização da pesquisa: 28/03 a 04/12.

II. Resumo:

Grupo de estudos com o objetivo de catalogar fontes primárias presentes no Arquivo Público do Paraná referentes ao acervo do Poder Judiciário datado de 1697 até o início do século XX. A análise dessas fontes tem resultado, num primeiro momento, em pesquisas de Micro-História, com o objetivo de reconstruir a memória do Poder Judiciário paranaense.

III. Introdução:

O projeto tem como objetivo o resgate da memória do poder judiciário no Paraná. Para tanto foi organizada uma oficina na qual eram analisados processos judiciais de 1694 a 1900 presentes no Arquivo Público do Paraná no acervo denominado Poder Judiciário. Tal acervo conta com cerca de 30.000 processos que apresentam variada temática (inventários, processos crime, impostos, disputas de terras, etc.). O Arquivo Público do Paraná é uma instituição que “além de reunir a documentação referente à memória do poder público, o Arquivo é o órgão responsável pela execução e administração da política relativa ao patrimônio documental do Estado, e por meio da organização, guarda e

conservação dos documentos acumulados pelo Poder Executivo do Governo do Paraná, visa possibilitar o acesso rápido e seguro às informações de interesse da administração pública e do cidadão, bem como implementar e acompanhar a política estadual de arquivos”. (PARANÁ, 2008)

Para realizar o intuito de resgatar a memória do poder judiciário o projeto “História do Direito no Paraná” realizou a catalogação de processos, seguindo regras de catalogação internacional, em que além de informações básicas, os processos eram lidos, analisados e resumidos.

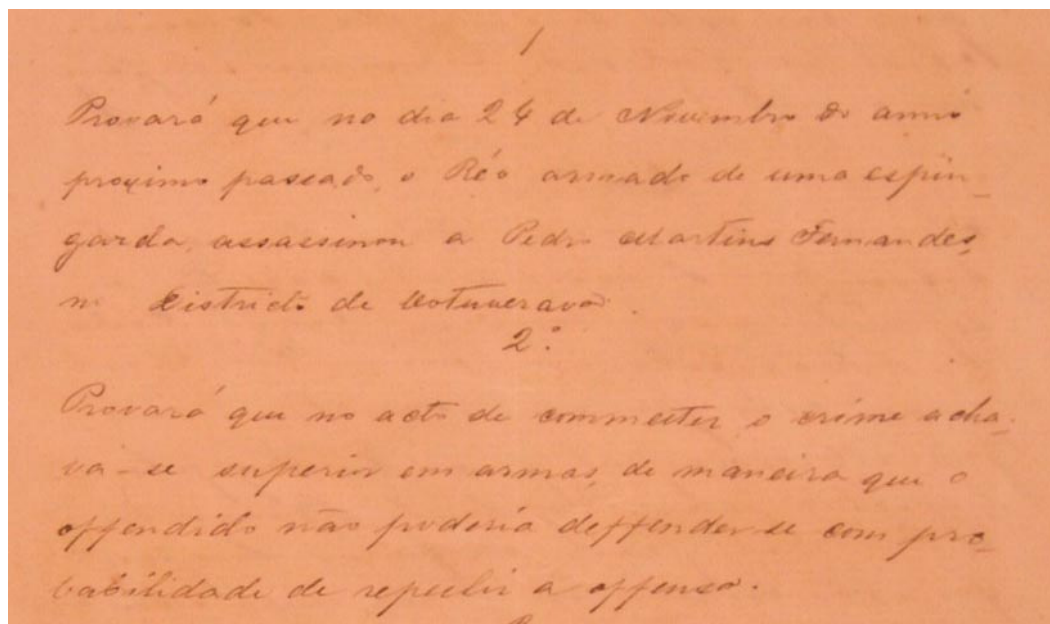
As oficinas foram realizadas todas as quartas-feiras, no horário entre 13:30 as 17:30. Além da presença do prof. Ivan Furmann, o arquivo público disponibilizou uma voluntária, mestre em História, Bruna Marina Portela. O setor de responsável, Divisão de Documentação Permanente - DDP, é coordenado pela historiadora Tatiana Dantas Marchette (tdm@seap.pr.gov.br). No primeiro semestre a oficina contou com 6 estudantes da Unicuritiba, do curso de Direito, de diversos períodos, no período entre 25/03/08 a 06/08/08. No segundo semestre contou com a presença de 10 estudantes, no período entre 13/08/08 a 03/12/08.

IV. Desenvolvimento:

a. Trabalho de catalogação

O trabalho de catalogação foi o principal realizado durante as oficinas. Pode parecer simples mas, em média, cada aluno conseguia catalogar apenas um processo por oficina, em alguns casos levava-se até 3 ou 4 oficinas, dependendo das dimensões do processo e da habilidade que o aluno tinha com paleografia.

Isso se dava à dificuldade no entendimento da grafia do século XIX. Um exemplo pode ser visto abaixo.



Tradução: 1 . Provará que no dia 24 de Novembro do anno próximo passado, o réo armado de uma espingarda assassinou a Pedro Martins Fernandes no districto de votuverava. (...)

Além disso, existia a dificuldade com expressões e cargos que não são comuns a vocabulário corrente. Por exemplo: “Porteiro” é um cargo que desempenha as funções que hoje um oficial de justiça cumpre.

Outras expressões como “ação de alma” ou “subsídio literário sobre os panos de algodão e águas ardentes” só puderam ser compreendidas com pesquisa e discussões.

b. Descobertas e desafios

PORTUGAL. Ordenações Filipinas, vols. 1 a 5; Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm> . [capturado em 22 de dezembro de 2008.]



O espaço reservado a oficina suporta de 10 a 14 pessoas. Em geral, além da presença do professor Ivan Furmann e da historiadora Bruna Marina Portela, e de dois estagiários de História do Arquivo Público, o espaço físico possibilitava apenas a participação de 10 alunos. As discussões dos textos acima referidos funcionaram de forma adequada pela presença de grupo pequeno de alunos.

d. Apresentação na II Semana de Extensão da Unicuritiba

Na II Semana de Extensão da Unicuritiba foram apresentados trabalhos específicos sobre alguns dos processos que estão sendo investigados. As apresentações foram divididas da seguinte forma:

V. Considerações Finais:

É importante ressaltar alguns resultados conseguidos com o projeto:

1. Relacionamento qualitativo com um importante órgão estatal, fonte para pesquisas em História do Direito.
2. Despertar dos alunos para pesquisa em História do Direito, na qual todos puderam descobrir pontos significativos sobre a História do Paraná e seu judiciário.
3. Auxílio na preservação da memória histórica do Paraná.
4. Realização de pesquisa com fontes primárias e de intensa originalidade, trabalho talvez inédito junto a faculdades de Direito no país.

Ainda existem dificuldades a serem superadas, em especial no sentido de organização e relato das atividades. Em especial:

1. Anotação das horas de participação dos alunos de forma clara e sistemática
2. Descrição dos ricos trabalhos realizados na oficina

3. Incentivos para que os alunos não desistam da atividade durante o seu desenvolvimento, o que pode gerar o esvaziamento da atividade.
4. Divulgação de diversas formas. Em especial da seleção e dos objetivos do projeto.

VI. Referências Bibliográficas:

PARANÁ. SEAP - Secretaria Estadual de Arquivo Público. História. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=25> [capturado em 22 de dezembro de 2008].

VII Parecer do professor Orientador:

Acredito que os certificados de participação devem ser fornecidos aos alunos indicados no início do relatório. Existiu participação efetiva no projeto de todos os descritos. Alunos que participaram esporadicamente das atividades não foram relacionados.

Também considero importante a renovação do projeto para possibilitar que novos alunos participem de atividades importantes de pesquisa e extensão.

Ivan Furmann
Professor da disciplina Direito e História
Unicuritiba

ANEXO 02 – Cronologia de fatos políticos entre 1808-1830

1808

28 de Janeiro

Abertura dos portos brasileiros às nações amigas, decretada pelo príncipe d. João, seis dias após sua chegada à Bahia. 8 de março
Desembarque de d. João e da corte portuguesa ao Rio de Janeiro.

1815

16 de dezembro

Elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves.

1817

6 de março

Começa no Recife uma revolução autonomista e de tendência republicana e federalista.

1818

6 de fevereiro

Aclamação de d. João VI, no Rio de Janeiro, como rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

1820

24 de agosto

Revolução liberal no Porto, que teria como consequência a convocação das cortes portuguesas.

1821

25 de abril

Regresso de d. João VI e da corte a Portugal.

29 de setembro

Decretos das cortes de Lisboa exigindo o regresso de d. Pedro a Lisboa e ratificando a subordinação a elas das Juntas de Governo das províncias brasileiras.

1822

9 de Janeiro

O príncipe d. Pedro, desafiando as cortes de Lisboa, decide ficar no Brasil.

3 de junho

Convocação de uma Assembleia brasileira, com deputados de todas as províncias.

6 de agosto

Manifesto aos Povos do Brasil e Manifesto aos Governos e às Nações Amigas, justificando as posições tomadas por d. Pedro.

7 de setembro

Proclamação da Independência do Brasil às margens do rio Ipiranga, em São Paulo.

12 de outubro

Aclamação de d. Pedro como imperador constitucional do Brasil.

10 de dezembro

Coroação de d. Pedro como imperador do Brasil.

1823

4 de maio

Instalação da Assembleia Constituinte.

12 de novembro

D. Pedro I fecha a Assembleia Constituinte.

1824

25 de março

Juramento da Constituição, outorgada por d. Pedro I.

2 de julho

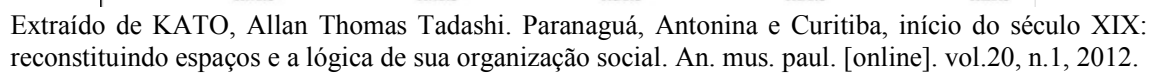
Proclamação da Confederação do Equador, movimento federalista e republicano, envolvendo Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

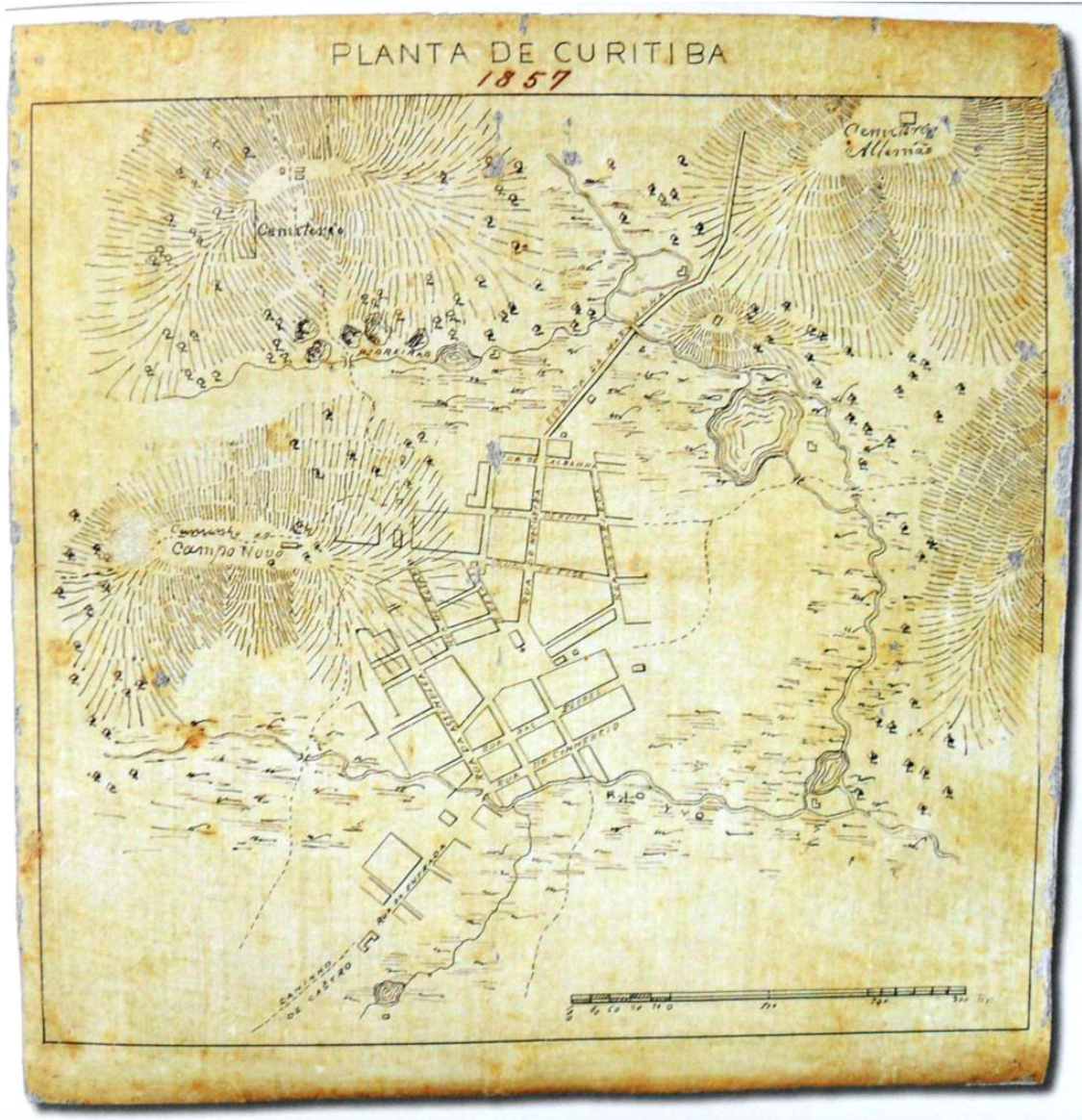
1831

7 de abril

Abdicação de d. Pedro I em favor de seu filho, também Pedro, com pouco mais de 5 anos de idade

Extraído de SILVA, Alberto da Costa e. (org.) Crise colonial e Independência: 1808-1830. Vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.





Planta de Curitiba em 1857 – Extraído de BAPTISTA, Ruínas do São Francisco, p.27.

Mapas da Bacia do Rio Tibagi



Fonte: KOEHNE, André, http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bacia_tiete_parana.png

ANEXO 04 – Cargos referidos as Ordenações Filipinas, Funções do Ouvidor e do Juízes Ordinários.

LISTA RESUMIDA DE CARGOS PRESENTE NAS ORDENAÇÕES FILIPINAS, LIVRO I		
Cargos	Referência legal	Descrição
Alcaide mor	Fil 1 – LXXIV	Era o oficial militar encarregado do governo e defesa de alguma praça ou castelo. Tomava posse do cargo através de homenagem (vassalagem), sendo provavelmente indicado pela coroa.
Alcaide pequeno	Fil 1 – LXXV	Era o oficial de justiça que usava de vara, insígnia de autoridade pública. Desempenhavam seu cargo nas diligências em que se fazia preciso defender a autoridade judicial, e rebater a violência de alguém como nos atos de penhora, prisões e etc.
Alcaides de sacas	Fil 1 – LXXV	Faziam a guarda das fronteiras contra contrabando e o descaminho – cargo servia para proteger o gado da fronteira entre Portugal e Espanha. Substituído em 1793 pelo superintendência geral de alfândega.
Corregedor-Geral	Fil 1 – LVIII	Juiz responsável pela fiscalização do juízes de fora e dos juízes ordinários. Servia ainda de fiscalização dos demais cargos reais. No Brasil tal cargo era normalmente acumulado com o da Ouvidoria-de Comarca.
Desembargador	Fil 1 – XXXVII	Membro de um tribunal de segunda instância ou tribunal superior. No Brasil colonial destacavam-se os desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia e do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro.
Escrivão	Fil 1 – Vários	Responsável pela transcrição de atos públicos em geral relacionados a algum órgão administrativo ou judicial.
Escrivão da corregedoria, provedoria e ouvidoria	Fil 1 – LXIII	Responsável em transcrever e organizar os processos e atos processuais na corregedoria, provedoria e ouvidoria.
Escrivão da Câmara	Fil 1 – LXXI	Responsável em transcrever as atas e organizar os processos do concelho municipal.
Escrivão de órfão	Fil 1 – LXXXIX	Responsável em transcrever e organizar os processos e atos processuais no juízo de órfãos.
Juiz de órfão	Fil 1 – LXXXVIII	Responsável por cuidar dos menores órfãos, bem como de seus bens quando incapazes. Também detinha atribuições relacionadas ao Direito de família como reconhecimento de paternidade e outros.
Juiz ordinário	Fil 1 – LXV	Cargo exercido pelo presidente da Câmara que tinha poderes jurisdicionais para causas comuns. Em geral exigia-se para exercer tal cargo, apenas que a pessoa fosse um “homem bom”.
Ouvidor geral	Fil 1 – LIX	Principal juiz de uma comarca, bacharel em Direito que servia para centralizar o a justiça diretamente exercida pelo rei em determinada Comarca.
Procurador do concelho	Fil 1 – LXIX	Responsável pela organização das fianças e dos bens do concelho municipal.
Porteiro de auditórios	Fil 1 – LXXXVII	Oficial responsável por executar as ordens judiciais bem como preservar o espaço destinado aos julgamentos, quando este era próprio da coroa ou concelho.
Vereador	Fil 1 – LXVI	Cargo exercido pelos homens bons eleitos em cada uma das vilas do reino português. Poderia exercer além da função de vereador , outra como a de procurador do concelho ou juiz ordinário.

Tabelião	Fil 1 - LXXVIII, LXXIX	Responsável por transcrever atos oficiais como testamentos e escrituras de compra e venda de bens imóveis.
Fonte: Autor		

CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO DE OUVIDOR DE COMARCA NO BRASIL PRÉ-INDEPENDÊNCIA CONFORME AS ORDENAÇÕES FILIPINAS L.1 TIT.58
- Nomeados pelo Rei por tres annos
- Um Ouvidor para cada comarca → existiam 33 no Brasil em 1822
- Correspondiam aos corregedores de Portugal e Algarves
- Avaliavam as suspeições postas contra os juizes ordinarios e de fora e das causas em que fossem suspeitos
- Conheciam por acção nova, ou por avocação a seu juizo, dos feitos eiveis e criminaes em que fossem partes juizes, alcaides, procuradores, tabelliães, fidalgos, abbades, priores e pessoas poderosas (exerciam foro privilegiado)
- Conheciam das causas pertencentes á competencia dos juizes ordinarios, não havendo de fora, das cidades e villas situadas a duas legoas ou menos da cabeça da comarca
- Conheciam dos aggravos dos juizes ordinarios e de fora e das appellações dos juizes ordinarios nas causas que não excedessem a sua alçada
- Tiravam devassas (as gerais ficaram proibidas no fim do período colonial)
- Ordenavam a prisão de criminosos
- Forneciam cartas de seguro
- Inspeccionavam as prisões
- Communicavam aos prelados o máo comportamento dos clérigos "revoltosos e travessos"
- Faziam correição nos julgados de sua comarca
- Zelavam pela observação dos regimentos dados aos juizes e funcionarios da justiça, punindo os culpados
- Examinavam os foraes de cada logar, emendando as usurpações de direitos da coroa
- Annullar as posturas feitas pelas camaras sem a forma das Ordenações
- Exercer as atribuições de provedor de capellas o residuos
- Sua alçada nas comarcas em que houvesse ou se descobrissem minas era de vinte e cinco mil réis em bens de raiz, trinta em moveis e dez nas penas.
- Eram substituidos pelo juiz de fóra e onde não havia por pessoa de sua escolha.
Fonte: PORTUGAL, 1984, p.102 e Ss.; FERREIRA, 1937, p.7-8; SALGADO, 1986, p.357-8; WEHLING; WEHLING, 2004, p.77; WEHLING, M. J., 2003, p.56-7.

CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO DE JUIZ ORDINÁRIO NO BRASIL PRÉ-INDEPENDÊNCIA CONFORME AS ORDENAÇÕES FILIPINAS L.1 TIT.65
- Eram eleitos em segredo, dois (ou um) para cada ano do trienio, por seis eleitores na fôrma da Ordenação I, 67, e do alvará de 12 de novembro de 1611
- Competente na circunscrição o Concelho
- Tinham atribuições administrativas municipais
- Processava e julgava feitos civeis e crimes
- Exercia as funções de juiz de orphãos onde não houvesse
- Procedia às devassas especiais (Ord., L1, tit. 65, §31) e devassas gerais (Ord., L1, tit. 65, §39 e Ss.)
- Processava e julgava com os vereadores injurias verbais

- Processava e julgava com os vereadores os furtos cometidos por escravos até a quantia de mil e duzentos réis
- Conhecia das apelações e agravos das decisões dos almotacés nas causas de valor até dezoito mil réis, por si ou com os vereadores, si a causa passasse de mil e oitocentos réis
Exerciam a função de juízes das sisas.
Sua alçada era de três mil réis nos logares de população superior a duzentas almas e de mil e oitocentos réis em moveis e mil e duzentos em bens de raiz nos logares menos populosos.
Nas causas que a excedessem de suas sentenças havia appellação ou aggravo para o ouvidor da comarca ou para a Relação competente
Nas ausências ou impedimentos passageiros os juizes ordinários se substituíam ou eram substituídos pelo vereador mais velho
Fonte: PORTUGAL, 1984, p.134 e Ss. (Ord. l.1, tt.65; Alvarás de 3 de junho de 1809, de 16 de setembro de 1814, de 26 de junho de 1813 e de 2 de agosto de 1814); (FERREIRA, 1937, p.5).

ANEXO 05 – Documentos interessantes para a História e Costume de S. Paulo.

COLEÇÃO DE DOCUMENTOS EXTRAÍDOS DA SÉRIE:

“Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.”

Organizado pelo Arquivo do Estado de São Paulo e disponibilizados pela UNESP em projeto voltado a democratização do conhecimento.

Os volumes estão disponíveis ON-LINE no site:

http://www.delphos.biblioteca.unesp.br/R/FRPAYY5EFQQ5QNIXF489B225J22YU9BNRKCRLTN-TXSNEJMKFIH-02437?func=collections-result&collection_id=1589

[A seguir serão disponibilizados apenas os documentos voltados ao período pesquisado, relacionados à Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. Seguem a ordem dos volumes da coleção – Eventuais erros de digitação podem ser conferidos no link acima indicado]

VOLUME 1

Documento 1

Entre 10 de setembro de 1822 a 8 de janeiro de 1823

Ouvidor da Capital (São Paulo) José Pacheco Correa e Silva assumiu o governo provisório da província. (Documentos interessantes, vol. 1, p.15)

Governo provisório de 1821 e a “Bernarda de Francisco Ignácio” de São Paulo, acontecimento de 1821 em que conservadores da Câmara apoiados pelo ouvidor (juiz de fora) Dr. José da Costa Carvalho e pelo general João Carlos Augusto Oyeuhausen entram em conflito com os partidários liberais (Andradas, em especial Martim Francisco Riberio de Andrade) próximos ao príncipe regente e a corte do Rio de Janeiro. Os conservadores conseguiram apoio de grande monta de soldados devido a diferença do soldo pago para os soldados brasileiros e portugueses. A resolução foi dissolvida rapidamente e foi instalada devassa contra os sediciosos. (Documentos interessantes, vol. 1, passim)

VOLUME 2

Documento 1

Nomeação de Antonio Joaquim da Costa Gavião

“(…) nomeou o Governo ao Tentente Coronel Antonio Joaquim da Costa Gavião para Commandante Militar de Curitiba, e Freguezias do seu districto, a fim de acautelar, que alguns indivíduos mal intencionados d’aquella Villa promovão entre seus moradores a sizania, e a discordia proprias do tempo.” (Documentos interessantes, vol. 2, p.106-7)

VOLUME 4

Documento 1

Expedições do Tibagy - Narram as expedições do Tibagy de 1770 (Documentos interessantes, vol. 4, p.37 e Ss.)

“(…) o tenente Domingos Lopes Cascais paçando muito mais adiante, huas vezes navegando para o que lhe era preciso fazer novas Canoas; e Outras vezes por terras dando varias partes das

difficultades que tinha encontrado chegando A verse no maior perigo, pois despedaçando-se a Canoa em que hia embarcado na violencia de hua caxoeira com difficultade pode apegar-se a huns ramos de donde com os socorros dos camaradas livrou a vida perdendo as armas reinunas, fatts e quase tudo quanto hia na Canoa, e vencendo valerosamente tantos trabalhos continuou ate de faltarem noticias de Seu progreço, e saberse se achava preso em Buenos Aires por ter Sahido em misoens onde foi preso em 20 de Novembro de 1770 junto com o seu Alferes Antonio da Costa que consta ter fallecido cruelmente naquela prisão e os mais camaradas que tiranamente conservão presos em Buenos Aires, e tratados com barbaridades e falta de caridade”. (vol.4, p.43)

Documento 2

Descreve uma viagem do tenente-coronel Affonso Bottelho do S.Payo e Souza. Nessas viagens aparecem tempos de deslocamento entre as vilas. “(...) em 23 (de Março) chegou a Villa de Curityba, e dando despacho a varias couzas para bem das expedicoens, partio para a villa de Parnaguá aos 26, e chegou aos 27 com tempo muito rigoroso” (p.56) (...) Estava em Paranaguá e em “Junho; aos 3 partio para a Villa de Curitytyba, e chegou aos 4 (...)”. (p.57). (Documentos interessantes, vol. 4, p. 57)

Um dia para se deslocar de Paranaguá para Curitiba.

Documento 3

Expedições do Tibagy - Carta de uma participante das expedições

“Hoje primeyro de Dezembro, partimos para diante como couza de hua legoa, ou pouco mais por razão de melhor de pasto para os cavallos, que estão muito fracos; e por fazer conserca aos camaradas que andão no caminho que já andão muito Longe: himos ficar hoje perto do campo cousa de meya legoa ou pouco mais, e como hoje he o dia de nos ajuntarmos conforme o intenerario, amanhã será o dia de sahirmos ao campo, e do contrario, pereceremos à fome, que já himos a Deos misericórdia, que deste matto não sae coelho. Anda gente adiante a explorar, e a picar os atalhos, gente no serviço do caminho, gente no trem, não hé fácil separaremos gente para traz com aviso, nem por hora há de quem dizer tenham cautella com as onas que ja hua matou ahu cachorro entre as pernas de hu Camarada.” (Documentos interessantes, vol. 4, 67-8)

Documentos 4 e 5

Ereção de Castro a Vila em 20 de janeiro de 1789 (Documentos interessantes, vol. 4, p. 115).

Em 3 de Janeiro de 1806 Lapa é elevada a categoria de Vila. (Documentos interessantes, vol. 4, p.122)

VOLUME 15

Documento 1

Informações sobre os magistrados (letrados) da Província.

“Senhor : — Foi V. A. R. Servido por Avizo de 1.º d e Dezembro de 1803 expedido circularmente a todos o s Governadores e Gapitaens Generaes do Ultramar, q’ logo q’ tomassem posse dos seus respectivos Governos, e houvessem adquerido hum completo conhecimento das pessoas q’ lhe são subordinadas, inviassem pela Secretaria dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos, bem como pela dos Negócios do Reino, huma exata informação dos Ministros ali empregados, declarando-se nella a qualidade de sua literatura, prudência, préstimo, limpezas de mãos, acolhimento das partes, e mais requizitos de q’ fossem adornados, ou destituídos, afim de q’ V. A. os podesse attender no proceguimento de sua carreira literaria, sendo benemeritos, ou dar as providencias q’ lhe parecessem justas nos cazos que as exigirem, indicando-se annualmente remetendo a huma, e outra

Secretaria do Estado as mencionadas informações. Em observancia pois desta Real ordem sou obrigado a expor fielmente a V. A. os meus sentimentos sobre o conceito, q' tenho formado dos quatro únicos Ministro Letrados q' ha nesta Capitania; a saber: o Ouvidor da Comarca de Paranaçu Antonio de Carvalho Fontes Henrique Pereira, o da Comarca desta Cidade Joaquim Procopio Picão Salgado, o Juiz de Fora da Villa e Praça de Santo Luiz Joaquim Duque Estrada, e o da Alfandega da mesma Villa João de Souza Pereira Bueno, segundo o q' pela própria experiencia dos factos por elles praticados tenho descoberto e observado no tempo do meu Governo (1). O Ouvidor de Parnaguá metem dado decisivas provas da sua ignorancia, e insuficiência para o importante cargo q' exerce: 1.º porque devendo saber q' todas as Igrejas do Ultramar são da immediata apresentação de V. A. como Grão Mestre da Ordem de Christo, a qual se expede peio Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, precedendo a proposta dos Reverendos Bispos, ou dos Cabidos em Sede Vacante, na conformidade do Alvará de 10 de Mayo de 1746, da Provisão de 10 de Junho de 1792, e da Carta Regia de 11 de 9br.º de 1797, deixou na Villa de Castro da sua Comarca o irrizorio Provimento constante da Copia n.º 1.º (1) em que determinou q' os Officiaes da Camera na Vacancia da Igreja Matriz daquella Villa lha participassem p.a tomar posse della por parte da Real Coroa de V. A., e providenciar-se pelo Eminentíssimo Cardeal Patriarcha de Lisboa como Capellão-Mór, a quem elle a devia participar na forma da Ley, confundido deste modo o provimento das Igrejas do Real Padroado no Reyno, com as do Grão Mestrado do Ultramar, q' está sujeito a outra Legislação, qual a que se contem nas citadas Leys, de q' bem se mostra formalmente ignorante por aquelle Provimento, bem como pelo q' deixou ao mesmo respeito na Camera da Villa de Parnaguá (copia n.º 2.º Provim. 10 4.º) em q' apezar de o ter ja advertido do absurdo cometido a 1ª vez determinou sempre que da Vacancia das Igrejas Parochiaes do Destricto daquella Villa, lhe dessem parte os officiaes da Camera p.a dar as providencias, e participar tudo a V. A. visto serem Igrejas do Real Padroado: — 2.º Tendo o Ouvidor por bem da Ley no tempo da auzencia do Antecessor deste Ministro procedido a Devassa por occasião de huma rezistencia que se dizia feita ao Alcaide da Villa de Coritiba, e sendo nulla a dita Devassa p.a dever ser tirada por Ministro Letrado, na conformidade da Ley de 24 de Outubro de 1765, passou elle a tirar outra, devendo em consequência, ou fazer novo Corpo de Delicto, ou servir-se do Corpo de Delicto da outra nulla Devassa (porque não ha Devassa sem Corpo de Delicto), fê-la sem elle como hé bem patente da Copia n.º 3, mostrando assim ignorância dos seus deveres: — 3.º Havendo V. A. Ordenado p.r Officio de 11 de Junho de 1799 q' nesta Capitania se puzesse em a mais rigorosa, e exacta observância o Alvará de 21 de Fevereiro de 1765, abolindo-se todas as taxas estabelecidas pelas Cameras sobre os preços dos generos comestiveis, q' segundo o espirito do mesmo Alvará estivessem nas circunstancias de se deverem aqui abolir, e tendo-se assim cumprindo aq. Real Determinação, tanto na Camera desta Cidade, como na de Parnaguá, o referido Ministro com formal ignorância, ou das Ordens de V. A., q' mandou pôr em execução o referido Alvará, ou de q' o Soberano q' faz a Ley hé quem somente a pode revogar, deixou hum provimento na Camera daquella Villa de Parnaguá p.a q' os Almotacez cuidassem logo em almotaçar os generos q' anteriormente herão sujeitos á almotaçaria, conforme se vê do Provimento 20 incerto na citada copia n.º 2: — 4.º Achando-se de Correição na Villa de Coritiba deu hum Provimento no Livro do Registo dos Testamentos, em que houve por nullo o testamento do falecido Antonio Gomes de Campos, e por incorporada a sua herança na Real Coroa de V. A., sem citação, ou audiência do respectivo ttr.º, e tendo assim julgado contra as Leis de V. A., determinou no mesmo Provimento, q' fosse notificado o referido ttr.º p.a o ver julgar, quando alem de ser antenomica semelhante determinação, devera lembrar-se em observancia do seu Regimento do Provedor dos Defuntos, e auzentes, depois de julgado nullo o seu testamento pelos meios ordinários, cazo p.a isso houvessem jurídicos fundamentos, devêra então proceder a aRecadação da sua herança pelo dito Juizo, afim de que depois de verificado pelos meios legaes, e competentes o não ter elle herdeiros alguns auzentes, se fazer então a applicação da sua herança na forma das Leys de V. A. Este facto he por elle mesmo attestado no Oíficio copia n.º 4.º q' me dirigio, explorando-me o auxiliasse p.a pôr em sequestro os bens da herança daquelle testador, ao q' me deneguei pela razoens acima ponderadas: 5.º Sucedendo o Capitão-Mór Commandante da Villa de Cananéa ter prezo o Mestre de huma Embarcação surta no Porto daquella Villa, p.r huma formal dezobediencia, e dezatenção, q' lhe havia feito em objecto do seu Cominando, e requerendo o prezo ao Ouvidor q' mandasse remeter p.a o seu Juizo as culpas p.r q' o mesmo Capitão-Mór o tinha capturado, elle Ouvidor com inteira ignorancia dos seus deveres, em lugar de deprecar Offialmente as ditas culpas, o mandou notificar p.r hum

Official de Justiça com hum Mandado, como se aquelle Capitão-Mór em semelhante matéria fosse seu subordinado, o q' tudo bem se manifesta da copia n.º 5.º Vê-se da copia n.º 6, q' mandou processar sumariam.16 a hum prezo pelo Juiz Ordinário da Villa de Cananéa p.r Ladrão formigueiro, e reconhecendo em a Portaria q' lhe deixou, q' elle ja não hera Soldado pago p.r se achar em baixa, assim mesmo o fez remeter ao Chefe do Regimento a q' pertencia em tempo de Militar, quando se achava em culpa p.a dever ser punido o devia fazer p.r si ou pelas Justiças ordinarias, devendo saber q' os Privilegios de restricta interpretação, se não amplião fora dos cazos, e pessoas a quem forão concedidos, e q'ficando aquelle prezo pela baixa excluido do Corpo Militar a que pertenceu, ja não podia gozar de hum privilegio concedido p.r cauza q' já não existia: — 7.º Tanto ignora os limites da sua jurisdição q' pelo Mandado copia n.º 7.º ordenou positivamente aos Soldados e Officiaes de Milicias, e Ordenanças da sua Comarca, como se fossem Officiaes de Justiça, fizessem certa prizão, quando tendo-o ordenado aos Officiaes de Justiça seus subordinados devia deprecar aos respectivos Chefes daquelles Corpos todo o auxilio de q' precisasse p.a ella se effectuar, p.r ser este o procedimento, q' em cazos taes lhe insinuão as sabias, e providentissimas Leys de V. A. de q' se mostra completamente ignorante : — 8.º Proveu da forma q' consta da copia n.º 2.º em 16 e 30, lugar que se não desse Passaporte a pessoa alguma pela Policia, sem q' estivesse munido em Alvará de Folha Corrida, e q' os capturados pela jurisdição Militar em cadêa publica não podessem ser soltos, sem apresentarem o mesmo Alvará de Folha Corrida, bem como os prezos da Justiça, pondo desta sorte pelo primeiro hum poderozissimo embaraço ao commercio, q' devia facilitar, e promover pois q' os Viandantes de longe, q' p.r ignorância daquelle provimento não trazião Folha Corrida, ficavam com as suas viagens, e negociaçoens transtornadas em gravissimo prejuizo seu, e dos Reaes Direitos de V. A., ao mesmo passo q' de tal Folha Corrida nenhuma utilidade se seguia mais do q' aos Escrivams, q' passassem o respectivo Alvará, e aos Ministros q' vencem assignaturas, p.r isso mesmo q' quando succedessem que alguns delles fossem criminozos, podem ser. punidos dos seus delictos, ou quando voltarem ao lugar em q' os perpetrarão, ou expedindo-se contra elles os conpetentes Precatorios, embaraço este q' subsistiria ainda se eu p.r serviço de V. A. o não tivesse feito cessar, fazendo-lhe vêr officialmente os grandes inconvenientes q' delle deviam provir : e pelo 2.º era sugeitar a formalidades judiciais a soltura de huns homens q' de ordirio vão prezos não p.r culpa formada, e reduzida a processo judicial, maz sim por mera correção, e disciplina, inconveniente q' também cessou p.r igualmente o haver advertido a semelhante respeito. São infindas as pessoas q' sahem pronunciadas nas Devassas das suas Correçoens, porq' sendo todo o seu empenho q' hajão muitos criminozos p.a crescerem os seus interesses pecuniários, e do seu Escrivão, até pronuncia p.r crime de q' não deve inquirir, nem tomar conhecimento p.r lhe ser expressamente prohibido pelas augustas Leys da V. A., como são os concubinatos, sobre q' jamais se deve devassar na conformidade, do Alvará de 26 de Setembro de 1769, a excepção unicamente do cazo em q' a concubina hé teúda, manteúda com geral e publico escandalo. Finalmente não se nega a aceitação de offertas avultadas, e pelos factos q' me tem sido prezentes a este respeito, devo justamente concluir, e asseverar a V. A. q' hé nenhum o seu desinteresse, e limpeza de mãos.

O actual Ouvidor desta Cidade, e Comarca Joaquim Procopio Picão Salgado, pela sua altivez, e insubordinação, pelo espirito partidario q' o domina, pela sua irregular conducta, pela sua venalidade, condescendencia, e cego interesse, e pela sua ignorancia, e falta de cumprimento dos seus devêres hé indigno dos lugares q' ocupa. Hé de hum caracter tão ativo, e insubordinado, q' havendo-lhe eu dirigido alguns officios nas occasioens occorrentes p.r assim o exigir o Real Servizio de V. A. em lugar de me responder como deve, já pela civilidade, respeito, e subordinação com q' hé obrigado a tratar-me, atento o lugar q' occupo, ja p.a eu licar certo de sua entrega, se contentou de me enviar o subscripto dos preditos officios, o q' justamente me moveu a advertil-o do seu dezacordo, e extranhar-lhe da parte de V. A. similhante comportamento, do q' se não pode duvidar a vista da copia N.º 8.º Havendo-o eu admoestado p.a q' se abstivesse de continuar a vilão Tribunal da Junta no traje indecorozo em q' p.r varias vezes ali se apresentára, depois de ter rompido dezaforadamente em hum grande excesso de palavras se abalançou ao inaudito dezatino de p.r 3 vezes se levantar p.a sahir do Tribunal, e apezar de lhe haver determinado que não sahisse, p.r q' o expediente dos negocios, sobre q' se devia tratar exigia a sua assistência, sendo-me preciso p.r isso ameaçal-o com o castigo de q' ja se fazia bem merecedor, para assim soffrear a sua dezobediencia e insubordinação. Acontecendo algumas vezes em Junta ordenar-lhe q' visto enunciar o seu voto p.r forma q' se faz ininteligível, o explique, e

exprima com a devida clareza, não hé possível reduzil-o a isso, contentando-se em me responder imprudente e desacordadamente q' o seu voto hera o q' estava escripto; e ordenando eu em huma Seção a todos os Yogaes attestassem debaixo da sua palavra de honra, se o que expunha no papel q' lhes apresentava, era o q' fielmente se tinha passado na Seção antecedente, para desta sorte se poder comprovar na Presença de V. A., se negou a cumprilo debaixo do frívolo, e aparente pretexto de nada se lembrar a semelhante respeito, apezar de lhe mandar p.r varias vezes em nome de V. A. q' cumprisse o que lhe havia determinado, e só se deliberou a fazelo depois de ver q' pelo Escrivão do Tribunal se principiava a lavrar a minha ordem hum Auto de desobediencia contra elle. Hé hum acérrimo fautor de partidos agregando a si pessoas de péssimas qualidades, e reconhecidamente tidas, e havidas p.r más servidoras do Estado, tudo afim de darem contas do General, só porq' este p.r evitar o prejuizo publico, e da Real Fazenda, transtorna as pertensoens, q' nenhum outro fim tem mais do q' vistas particulares, e a satisfação das suas paixoens, como esta a faz comprovado perante Y. A. pelo Real Erário, e Secretaria dos Negocios da Marinha, e Domínios Ultramarinos no voto q' deu sobre o pagamento dos soldos do SargentoMór Thomaz da Costa Correa Rabello e Silva, e tanto q' todo o seu empenho hé formar-se hum grande partido contra o General, q' tendo eu excluído da Capellania da Legião desta Cidade ao Capellão q' nella achei provido, p.r ter decizivas provas da sua insuficiência, se deliberou elle Ouvidor a pedir ao Reverendo Bispo, q' o apoiasse na Real Presença de V. A. p.r huma conta contra mim, em q' attestasse as suas boas qualidades, e não cessa de pedir aos Officiaes da Camara q' a elle hé q' se devem unir p.r q' só delle dependem, e não do Genral. A sua conducta hé bem escandaloza, pois q' p.r cauza de huma meretriz, cuja caza frequentava, hum seu rival q' hia a mesma caza lhe atirou dois tiros, dirigindo-lhe hum era ocasião q' elle Ministro lá se achava, e outro na sua própria caza, de q' rezultou têlo em segredo carregado de ferros, e remetido p.a a Relação do Districto; tem sido corrido de noite p.r igual motivo, e achando-se de Correição na Villa de Sorocoba se aRojou a temeridade de solicitar huma mulher cazada, q' tendo sempre vivido com toda a honestidade, e recato, e em boa harmonia com seu marido, vio atacado o seu decoro p.r quem em vez de a defender segundo hé obrigado pelas Leys, só procurou perturbar a paz, e a união destes consortes pelo seu descomedido appetite, formando mil enganos á dita mulher p.a ver si fazia cahir no laço a sua innocencia, conforme me representou seu mesmo marido, e me foi patente p.r outras pessoas. Hé hum ministro tão falto de rectidão nas suas decizoens, q' em quasi tudo quanto obra só tem em vista ou a paixão, ou o interesse, por cujo motivo não duvida aprovar para hum dos lugares de Tabellião da Villa e Praça de Santos a hum homem, de quem elle não tinha o mais leve conhecimento, e q' nenhuma ideas havia adquirido dos objectos relativos ao seu officio attestando perante a Junta a sua idoneidade. Por esta mesma razão absolveu o Escrivão da Villa de Itapeva da Faxina dos crimes q' se lhe imputarão, e q' p.r queixas, e representaçoens, q' tive da Camara daquella Villa me obrigarão a suspendelo remetendo-lhe o conhecimento dos mesmos crimes. O resultado de ficar impune este delinquente, e voltar p.a o Officio de q' hera indigno, foi dentro em bem pouco tempo não só re-incidir nos mesmos crimes, mas perpetrar outros ainda mais atrozes deixando estoqueadas algumas pessoas, huma das quaes ficou em perigo de vida, e pondo-se em fugida, p.r q' a Justiça p.r se temer depois de ter asseverado q' hera incontrastavel estar o réo convencido de ser homem de maus costumes, uzeiro, •e vizeiro a faltar, podendo p.r tanto suspeitar-se q' hé Ladrão formigueiro, passou a dizer na sentença fls. .. q' se convencia da inquirição f ls. .. ser elle de hons costumes, e irreprehensivel conduta, quando nem se inquirirão as testemunhas referidas na dita inquirição, como devera praticar-se nem delia se fez huma exacta confrontação com o sumario do Corpo de delicto. Ambiciozo de-huma jurisdição sem limites, e querendo meter-se em tudo, e q' tudo lhe seja subordinado, se abalança a usurpar a autoridade confiada p.r V. A. a outras repartiçoens, chegando mesmo ao culpável excesso de expedir Provisoens no Real Nome de V. A. com manifesto abuso da Jurisdição q' V. A. lhe confiou p.a o exercicio, e expediente dos lugares q' occupa, como bem se patentêa dos documentos Letras A, B, C constante da copia N.º . . . , pois q' do documento Letra A se manifesta haver dirigido 2 Provisoens no Augusto Nome de V. A., huma a Camara desta Cidade, para a execução de certa cobrança em beneficio de um particular, q' elle tratou como negocio do Real Servisso, e outra ao seu Escrivão da Ouvidoria p.a comprimento de huma deligencia do seu capricho; o de Letra B mostra os Officios do Juiz d'Alfandega de Santos, em q' me representa a usurpação q' elle Ouvidor lhe quer fazer da sua autoridade, e a indignidade com q' o trata, sendo o dito Juiz hum Julgador constituido p.r Y. A., e de Letra C faz ver, q' elle se anima a passar Cartas de Seguro em o crime de homicidio, contra a expressa

proibição do § 4.º do seu Regimento inserto na Ordenação do L.º 1.º tt.º 58, e § 74 do Regimento do Ouvidor Geral do Crime da Relação do Destricto, e a conceder reformação de primeiras Cartas de Seguro, quando esta hé privativa do Dezbargo do Paço na conformidade da extravagante de 10 de Janeiro de 1692, do Alvará de 24 de Julho de 1713, e do Regimento da Relação do Rio de Janeiro tt.º 6 § 76, seguindo-se daqui renhidas questoens e hum absoluto transtorno da ordem publica, em prejuízo dos Povos, e do Real Servisso. Era nada preenche completamente os deveres dos lugares q' occupa porq' sendo uma das suas principaes obrigaçoens o fazer p.r si mesmo as audiências são raríssimas as vezes que assim o pratica, contentando-se quazi sempre de as mandar fazer p.r hum Letrado, ao mesmo tempo q' na ocasião delias se entretém, ou em passeios, ou em conversaçõens com os seus sequazes. Sendo da sua obrigação como Deputado da Junta da Real Fazenda desta Capitania, o assistir impreterivelmente a todas Seçoens da mesma Junta, são infinitas as vezes q' lá não aparece, sem q' com tudo tenha p.a isso legitima cauza, pois q' figura moléstia p.a se excuzar de comparecer no Tribunal nas tardes destinadas ao expediente dos negocios do conhecimento, e inspécção do referido Tribunal quando as manhãs, e noites desses dias as gasta em passeio, e assembleas. Tem-no a Junta carregado de varias deligencias relativas ao bem da Real Fazenda de V. A. á maior parte das quaes nunca deu execução, alegando no cabo de muito tempo frívolos pretextos para se exemir delias, e se encarregarem aos Juizes Ordinários, sendo o verdadeiro fundamento da sua excuza o serem deligencias ex-offício de q' não percebia emolumentos. Devendo assistir a todos os Conselhos de Guerra q' se fizerem nesta Cidade visto ser Auditor da Legião delia, em bem poucos tem aparecido, segundo hé bem patente dás copias N.º . . . , e veio p.r fim a escuzar-se deste dever com affectado pretexto de se achar encarregado de deligencia do Real Servisso de Y. A., q' servindo-lhe de obstáculo para cumprimento dos seus devêres, o não embaraço de comparecer nas sociedades, e assembleas de mera convivência, e de perder o tempo em divertimentos recorrendo para se spurirem as suas faltas a hum meio q' a Ley estabelece só p.a o cazo em que não lia Auditor, e em q' se podesse qualificar de legitimo o seu impedimento em liuma ou -outra ocasião, mas nunca faltando este. O mesmo se verifica a respeito da inspécção do Theatro, porq' competindo-lhe pelas Leis da Policia, a encarrega aos Juizes Ordinários, estando elle mesmo ali presente, mas hé indubitável, q' se exime de todas estas obrigaçoens p.r lhe não provir do seu dezempenho algum interêsse pecuniário, visto q' p.r ordem de Y. A. se substou o pagamento do soldo dos Auditores desta Capitania e da Inspécção do Theatro senão percebe lucro algum. Eis aqui as qualidades do Ministro que ,rege esta tão vasta, e dilatada Comarca, e como elle cuida em dezempenhar os deveres dos lugares q' exerce e de q' V. A. o encarregou a bem detes Povos, e do seu Real Servisso. O Juiz de Fora da Villa de Santos Luiz Joaquim Duque Estrada tem completamente dezempenhado os devêres do seu cargo, e tem dado evidentes provas de hum bom Ministro pelas excedentes qualidades q' o adornão, entre as quaes sobresaem as da sua literatura, prudência, dezinterêsse, e limpeza de maons. Em quanto ao Juiz da Alfandega daquella Villa, constame ser prudente, desentêressado, e limpo de maons, mas de curta esfera, e com bem limitados conhecimentos literários p.a o dezempenho de qualquer lugar de Letras. Tenho exposto a V. A. os meus sentimentos respectivos á informação dos Ministros desta Capitania, q' V. A. de mim exige, segurando a V. A., q' ella hé dada com aquella honra, fidelidade, candura, e imparcialidade q' são inseparáveis do meu character, e com q' me regozijo de me empregar no seu Real Servisso - S. Paulo 6 de Maio de 1805. Antonio José ãa Franca e Horta” ((Documentos interessantes, vol. 15, p. 131-6).

VOLUME 29

Documento 1

Carta para o Governador da Província de São Paulo para o mesmo, sobre ficar na intelligencia de prover a Antonio Xavier Ferreira na Cadeira de Ler e Escrever na Vila de Curitiba. Ano 1800.

“Ill.mo e Ex.mo Senhor – Recebi o officio nº 4 de 20 de Julho de 1799, pelo qual se me ordena prova a Antonio Xavier Ferreira na Cadeira de ler e escrever, que exercia; fico na intelligencia de assim o executar logo que cheguem informaçoens, que sobre a sua conducta, e exação mandei tirar a Vila de sua residencia. D.a g.e a D.Rodrigo de Souza Coutinho. – Antonio Manoel de Mello Castro e

Mendonça” (Documentos interessantes, vol. 29, p.183)

Documento 2

Participação contra o Ouvidor de Paranaguá

“Senhor: - Tendo sido V. A. R. Servido encarregar-me do Governo desta Capitania, para effeito de a reger em paz, prosperando a felicidade dos Povos e benefício da cauza publica, fui obrigado a suspender do exercício do seu cargo ao Ouvidor da commarca de Pernaguá, desta capitania, João Baptista dos Guimaraens Peixoto; e isto depois de esgotados todos os meios suaves que me parecião uteis para o conter nos lemites do seu dever sem se transtornar a Ordem publica.

O seu máo comportamento na administração de todos os ramos da :Justiça, a insolência com que tratava os Povos de sua Jurisdição, sendo mais um Despota, do que hum Ministro de Vossa Alteza, erão muito bastantes motivos para eu o suspender em Nome de V. A., não tendo outros meios de salvar a huma commarca toda flagellada, e reduzida ao estado de desesperação: comtudo accrescerão a estes motivos por huma parte a despovoação que se hia seguindo daquella commarca, cujo terreno por se o mais Austral da Capitania tem maior, e mais urgente necessidade de povoadores, que o cultivem, e que o defendão; e por outra parte os indícios que por muitos modos deo de ser comprehendido nos crimes que pelo Aviso de 12 de Março de 1801, que vai por copia em n 2, me determina V. A. Vigie e acautelle com maior cuidado, debaixo da responsabilidade ali cominada, por qualquer omissão que eu tenha em objecto de tanta importância.

Sei bem, que na conformidade da Regia Rezolução de V. A. de 10 de Fevereiro de 1798, que ,e foi participada na provizão do Conselho Ultramarino de 14 de Março do mesmo annno consta da Copia nº 1, só é lícito aos Governadores e Capitães Generais suspenderem e remetterem prezos os magistrados nos cazos urgentes em que o serviço de V. A., e a causa pública exigirem taes resoluçoens. Porem alem de que o meu procedimento não excedeo ao da suspensão, hé também certo que o socego dos Povos de huma commarca inteira, a cauza publica de toda ella, e o serviço de V. A., mesmo no que respeita a predita comarca, exigião a suspensão daquelle Ministro.

Já dice acima, que primeiro puz em practica os meios suaves de advertência, que por via de muitas pessoas fiz chegar aos ouvidos daquele incorrigível Ministro; e por que nada consegui, observando pelo contrario, queu elle mais se ensoberbecia, e que até tinha a animozidade de proferir que elle era hum espia posto naquelle lugar por V. A. para vigiar sobre a m.a couducta, tomei a rezolução de o suspender, esperando que só com este facto fizesse curado o mal do Estado. Porem, ou fosse porque elle temesse o castigo dos seus sentimentos políticos e por regiliosos, hé certo que precipiradamente fugio da commarca, embarcando, segundo dizem, para Pernambuco, sua Patria; de facto este que ainda mais deve justificar o meu procedimento na Prezença de V. A. R. por que se aquele suspenso Ministro se julgara sem tantas, e tão graves culpas, era natural que se demorasse na commarca, fizesse a sua deffeza, e ali esperasse a Regia Rezolução de V. A.

São tantos os execrandos factos das extorsoens daquele Ministro, do dispotismo com que flagellava os Povos com prizoens, condemnaçoens, e luctas, que eu seria excessivo em os referir. Ponho na Prezença de V. A. todos os documentos e provas que constão dos massos desde n 1º té nº6, onde não sem horror serão lidas as suas iniquidades, e a sua conducta, da qual também se depreheende o seu sistema, que, principiando pelo desprazo das Leis mais sagradas da sociedade, atacava a ordem pública das coisas, e por fim o Estado.

Elle principiou por se fazer temido de todos, não uzando jamais senão procedimentos violentos e arbitrarios; só ele era grande, ele só o respeitável; todos os mais devião ter huma igualdade absoluta; e o que mais admira hé, que nesta igualdade desprezível também devião entrar as Camaras e os juizes ordinários, a quem ele ao menos por serem da classe da Justiça, deveria honrar, se não pertendera estabelecer o abominavel sistema da igualdade, sistema que elle julgou que não poderia introduzir sem primeiro abater o animo dos povos com o rigor, e impedindo-lhes, e deviando-lhes todos os meios do recurso. Na realidade vê-se, e está plenissimamente provado, 1º - que elle tratava as Camaras e aos juízes ordinários com o maior desprezo possivel e não só com desprezo mas memso com injuria de factos e de palavras, como se vê dos differentes factos provados pelas testemunhas do Masso nº1 aos artigos 1º e 5º, pelas cartas originaes, que acazo vierão as minhas maons, e vão no

masso nº2, e finalmente pelas cartas das Camaras daquela commarca no masso nº4. Não se pode ler sem alteração a injuria publica com que ludibriozamente tratou ao Juiz e officiais da Camara da Villa de Castro, e aos da Villa Antonina, a quem fez estar na rua ao rigor da chuva enquanto o esperavão para o acompanharem na rua. Ve-se em 2º lugar, que não se dignando aquelle Despota a escrever elle mesmo as Camaras, suppondo-se também neste artigo ainda mais authorizado do que o Capitão General da Capitania, mandava dar as suas Ordens pelo seu Escrivão, o qual geralmente depois de fallar no ton que se deprehende de todas as cartas originaes do masso nº2, punha os nomes dos juizes muito em baixo do seu. Cartas estas, da quais também se deprehende com a maior certeza de facto, que elle athé fazia dar semelhantes Ordens aos Juizes sobre coizas do seu particular serviço e que outro sim ainda de longe estaca indagando e determinando sobre inquiriçoens, Devaças da Jurisdição privativa dos Juizes, só para o fim de criminar a aqueles que talvez resistião mais ao seu sistema: o que confirma o Documento nº5.

Vê-se em 3º lugar, que elle do mesmo modo, e para o mesmo iníquo fim de igualdade absoluta, tratava com desprezo aos Officiaes de Milicias e Ordenanças d'aquella Commarca.

Prova-se pela carta original que escreveo ao Sargento-Mor Francisco Xavier Pinto, e que vem no masso 2º nº12, carta esta que contem trez injurias contra aquelle official, a quel V. A. honrou com a patente de Sargento-Mor, 1º porque devendo deprecar-lhe nos termos da mais pulida urbanidade, como se recommenda o Alvará de 21 de outubro de 1768, elle em desprezo das Leys, e seguindo o seu Plano da igualdade passou a ordenar ao mesmo Sargento-Mor desse ao seu Meirinho Geral o auxilio necessario; 2º porque não sendo aquelle official seu súdito a quem elle pudesse dar ordens não devia por-lhe o nome em baixo, e o seu por cima; 3ª porque mesmo em ton de ludibrio, para dar a entender segundo a sua doutrina, que os Postos e as Patentes erão bagatelas, em lugar de Sargento-mor, o tratao de Sargento.

Prova-se mais o referido sistema de envilecer a honra dos Officiaes de Patentes, pondo-os na igualdade da infima plebe, pelo que depoem as testemunhas do Masso 1º ao artigo 14, Pelas Cartas das Camaras, Masso 4º e pelas testemunhas do Masso 6º, artigo 5º, de cujos factos são bem dignos de nota a injuria e insolência com que trataou o Sargento-Mor Antonio José de Carvalho, da Villa de Antonina, e o Tenente Coronel Ricardo Carneiro dos Santos, da Villa de Parnaguá, como circunstanciadamente depois as testemunhas do Masso 6º do referido 1º artigo.

Prova-se enfim o referido sistema, porque para transtornar de tudo a Ordem pública, e o sistema da legislação Portuguesa impedio de facto que se tractasse a pessoa alguma com o titulo do seu cargo; e toda a petição em que o supplicado punha, v.g. <<Diz o Coronel, Ten.-Coronel Fulano>>, elle a não despachava, e vocalmente dizia que só se puzesse o simples nome.

Isto se acha attestado pelas Camaras nas Cartas do Masso 4º, e pelas testemunhas do Masso 1º, artigo 14, e Masso 6º, artigo 5. De sorte que esta estranha novidade me obrigou, mesmo para fazer ver aquelle Mnistro que eu o entendia, a expedir huma ordem geral a todos os Regimentos e Corpos de Ordenança em que determinava, que nos requerimentos que me fizessem a mim, ou a qualquer Magistrado declarassem a graduação dos seus Postos. Esta mesma hé a rodem de que faz menção a testemunha 10 do Masso 6º, que hé o Sargento-mor comandante do Regimento de Infantaria Miliciania daquela commarca.

Vê-se em 4º lugar que sendo costume juntarem-se voluntariamente os Povos nas Vilas onde se abre a correição, ou seja para fazerem seus requerimentos, ou pela novidade, acontecia pelo contrario ao ditto Ouvidor suspenso, porque ao passo que elle chegava às Villas de sua commarca dezerjavão todos aqueles que não tinham huma indispensável obrigação de residencia. Este facto prova bem o seu character de sangue, e de iniquidade, e a providencia que ele deo de cominar a pena de 30 dias de cadeia, e de seis mil reis, hé huma nova prova dos seus procedimentos todos arbitrarios, não seguindo outra Ley mais do que a da sua livre vontade. Provão-se os referidos factos e arbitrarios procedimentos pelas testemunhas ao artigo 15 do Masso 1º e por algumas cartas do Masso 4º. Vê-se em 5º lugar que o relatado Ministro tanto se propunha a Divinizar-se, tiranizando os Povos só pela Ley da sua vontade, para ao depois com facilidade os reduzir ao seu sistema, que possuindo hum escravo que lhe deo seu muito particular amigo o vigario de Coritiba (testemunhas do Masso 1º ao artigo 10), e tendo este humas razoes com hum miserável Taverneiro velho de nome Gregorio, só por este facto que ele reputou muito injuriozo a sua pessoa, sem culpa formada, ao menos fantastica, condemnou verbalmente ao Taverneiro a Tortura de Tronco de pé, e pescosso, e apesar dos empenhos que teve

para ceder o deteve muitos dias thé ser informado do carcereito de que o prezo se achava moribundo. Então o mandou sortar; mas em estado que para sahir da Enxovia pelo alçapão por onde entrou, foi preciso ser içado por huma corda, não durando com vida muitas horas.

Assim o depoem as testemunhas do Masso 1º, ao artigo 11, as do Masso 6º, ao artigo 9º, e com especialidade a testemunha 10 que jura de facto proprio; e a carta nº 2º do Masso 4º.

Ve-se em 6º lugar, que para o mesmo fim creou muitos capitaens do Matto, que os tinha sempre a sua porta armados de paos, espadas, e Armas de fogo; procedimento este que sendo bem superfluo em huma commarca onde os Povos são bem humildes e sugeitos, só se dirigia ao fim de espalhar terror, e abater os animos ao ponto de não haver quem rezistisse a sua vontade; prova-se pelas testemunhas do Masso 1º, ao artigo 6º, por algumas cartas das Camaras, Masso 4º, e testemunhas do Masso 6º, art.º 7º.

Ve-se finalmente em 7º lugar, que o predito Ministro tendo pizado aos pés todas as Leys de V. A. R., tendo invertido a Ordem da sociedade, e tendo posto tudo em confusão, principiava também a atacar o sistema das Finanças estabelecido nesta Capitania. Prova-se esta maior proposição porque sendo huma das rendas de V. A. nesta sua capitania o contracto das passagens dos Annimaes vindos de S. Pedro do Sul, e que passam pelo Registo de Coritiba, cujo contracto se costuma arematar trienalmente, e sempre com a condição de terem os arrematantes o privilegio de huma Loja de fazenda seca naquele Registo para a assistencia dos Tropeiros com prohibição de outra qualquer pessoa a poder ter na circumferência de cinco legoas; condição esta aprovada por V. A. e mandada praticar nos Alvarás de condiçoens que se passam aos contractadores, o dito Ministro que até se propunha talvez a ser hum novo legislador, publica e solemnemente revogou o Alvará de V. A. mandando na Villa de Coritiba em Audiencia de Provimientos que fosse livre a todos venderem fazendo em toda a parte da sua comarca, e sem reserva do lugar vedado. Este facto está plenissimamente provado pelas testemunhas do Masso 1º, artigo 7º, entre as quais veja-se a testemunha segunda o Tenente Coronel Manoel Gonçalves, o qual como Procurador dos contractadores no mesmo acto requereu contra o Provimiento mostrando o Alvará de V. A. sem que com tudo merecesse alguma attenção.

Prova-se mais a mesma proposição acima; por que sendo outro ramo das Rendas Reais de V. A. o Donativo dos Officios de Just.a, que trienalmente se costumão arematar pela Junta da Fazenda desta Capitania, o dito Ministro perdeu a tantos escrivaens, e tratou-os tão mal, que pondo-se em Praça os referidos officios no tempo competente não appareceu um só homem quisesse arrematar algum officio daquela perseguida Commarca; vendo-me por isso obrigado por evitar o prejuízo de V. A. a propor em Junta que se deliberasse, e se tomassem as necessarias medidas para evitar o damno da Real Fazenda. Toda a serie destes factos se vê nas Certidoens que vão no fim do Masso 4º, das quaes também se depreende, que supposto não houvesse quem arrematasse os dittos officios elles com tudo tinham serventuarios, a quem o mesmo Ministro constrangia a procurarem delle os competentes Provimientos cada trez mezes; de sorte, que hia pondo a commarca no costume de somente ter officiais de Justiça por elle providos.

As primeiras testemunhas que depuzerão na Devaça do Masso nº 6 não me fizeram vacilar sobre a verdade dos factos expendidos, e dos mais que vão provados nos Documentos citados; porque alem de que conforme o Direito os dittos de tão poucas testemunhas que depuzerão a negativa não podião desvanecer a prova resultante dos depoimentos de tantas outas que depoem a affirmativa, e corroborados por documentos; hé também certo, que as dittas testemunhas que são a 3ª, a 5ª e a 6ª forão seduzidas pela primeiro o Capitão Ignacio de Sá Soutto Maior, que por muito particular amigo daquele Ministro suspenso se ofereceu para jurar primeiramente que todas; e hé para nottar que ele não pudesse seduzir mais do que três testemunhas em huma inquirição em que não havia parte que contradictasse ou fiscalizasse.

Eis aqui, Senhor, em summa os motivos que, por Serviço de V. A., me obrigarão a suspender aquele Ministro. Já tive a satisfação de vver em socogo aquella commarca, como se prova de todas as cartas de agradecimento que me escreverão as camaras, e vão insertas no Masso n.3º a qual me devia o maior cuidado tanto pelo descontentamento geral que grassava entre aquelles Povos, como pela necessidade que tinha d'elles para a Defesa da mesma Commarca, e socorro do Rio Grande, para que nas criticas circunstancias da Guerra em que nos achavamos tinha destinado hum dos Regimentos Milicianos d'ella, como tive a honra de participar a V. A. R. no meu Plano de Defesa, que fiz subir a sua Augusta Presença. Agora espero que o meu procedimento, á vista das provas legais que o

corroborão, seja ultimamente aprovado na Presença de V. A. R. que determinará o que for mais do seu Real Aggrado. S. Paulo 20 de Maio de 1802. – Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça.”. (Documentos interessantes, vol. 30, p.166-73)

VOLUME 31

Documento 1

Documento de 25 de Fevereiro de 1783. - Relação de Offícios de toda a capitania.

“Offícios que se tem conferido a propriedade por se haverem comprado.
Desta classe de offícios não há nesta capitania.” (Documentos interessantes, vol.31, p.100)

Documento 2

Há a seguinte descrição

“Offícios que se rematão trienalmente pela junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda desta Capitania em cujo cofre entra anualmente o Donativo delles, pelos respectivos pagamentos.” (Documentos interessantes, vol. 31, p.100)

Documento 3

“Comarca de Parnagoá

Tabelião da Villa e termo de Paranagoá 27\$666 2/3

Escrivão da Comarca e Anexos da mesma 51\$666 2/3

Meirinho Geral da Ouvidoria e Correição.... 16\$666 2/3

Tabelião e Anexos da Villa de Iguape.... 33\$666 2/3

Tabelião e Anexos da Villa de Cananéa..... 6\$000

Tabelião e Anexos da Villa de Curitiba.... 18\$000

Escrivão dos Orfãos da mesma.... 18\$000

Tabelião e Anexos da Villa de S. Francisco.... 6\$000 ”. (Documentos interessantes, vol. 31, p.102-3)

Documento 4

“Offícios que se tem dado de propriedade por sução, sem serem comprados.

Desta Classe de Offícios, somente há um nesta capitania, dado por merce de S. Mag. ao M.e de Campo Jozé Monteiro de Matos quando veio governar esta capitania. Este officio passou aos herdeiros, e o ultimo a quem toca, ainda se não se acha encartado, por cuja razão hé rematado trienalmente, assim cmo os demais pela Junta da Real Fazenda e o seu Donativo entra da mesma forma no Real cofre, o qual Officio, antigamente era de toda a Comarca, e depois que a capitania se dividio em duas Comarcas se dividio também o Officio criando-se o daComarca de Parnagoá.

A saber

Escrivão da Ouvidoria e Corregedoria da Comarca de S. Paulo, que paga por anno de Donativos, e Novos Direitos... 353\$333 1/3

Escrivão da Ouvidoria e Corregedoria Comarca da de Paranagoá, criada na divizão, que paga por anno, dito, dito... 200\$000” (Documentos interessantes, vol. 31, p.103-4)

VOLUME 36

Documento 1

Diamantes do Tibagy – Correspondência ao presidente da Província de S. Paulo

“Sobre diamantes decobertos no rio Tibagy - Ill.mo e Ex.mo Sr.: - Havendo remettido o Ouvidor dessa Comarca D. Nuno Eugenio de Locio e Seilbs no anno de 1813 vinte e sete Diamantes, que forão achados no rio Tibagi por José Feliz da Silva, a tempo que examinava productos mineralógicos: Ordenou o Principe Regente, Meu Senhor, se remetesse a V. Ex.a a copia, assim da carta Regia dirigida a 13 de Novembro de 1809 ao Capitão General da Capitania de Mato Grosso, como o Regimento Provisional, e Tabellas, por que se devião comprar pela Junta de Gratificação estabelecida no Cuyabá os Diamantes, que apparecessem naquela Capitania, para que V. Ex.^a a vista de tudo, informe com o seu parecer, apontando os meios, que lhe ocorrerem, para se aproveitarem os Diamantes dessa Capitania, adoptando-se o que se julgar applicavel do sobredito regulamento. Deos guarde a V. Ex.a Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Fevereiro de 1815. – Marquez de Aguiar. – Sr. Conde de Palma.” (Vol.36, p.6)

Documento 2

“Sobre huma queixa dos povos de Paranaguá contra o Juiz de fora. Ill.mo e Ex.mo Sr. : El – rei Meu Senhor Manda remetter a V. Ex.a a Representação inclusa que fazem alguns Moradores da Villa de Paranaoá, do irregular procedimento do Juiz de Fóra da mesma Villa, Luiz José Correa de Sá: E hé servido que V. Ex.^a sobre ella informe interpondo o seu parecer. O que participo a V. Ex.^a Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1816. – Marquez de Aguiar. – sr. Conde de Palma”. (Vol.36, p.31).

Documento 3

“Mandando recolher todos os exemplares de certa obra impressa no Rio de Janeiro. Ill.mo e Ex.mo Sr.: Tendo-se reimpresso na Impressão Régia desta Corte por se ter publicado em Lisboa, o Folheto intitulado O Preto e o Bogio no Matto, cujos discursos em forma de Dialogo são mui pouco próprios para serem divulgados neste Reino, onde há muitos Escravos. He sua magestade servido, que V. Ex.a pela maneira, que lhe parecer mais conveniente faça recolher os exemplares, que apparecerem nessa capitania, evitando todavia a publicidade desta cautelozza medida. O que participo a V. Ex.a para que assim se execute (1 – O governo consente na publicação desta obra na Imprensa Regia e depois prohibe secretamente a sua circulação! N. do R.). Deos guarde a V. Ex.a Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Novembro de 1816. – Marquez de Aguiar. – Sr. Conde de Palma”. (Vol.36, p.33).

Documento 4

“Sobre huma representação dos moradores de Paranaguá contra o Juiz de Fora. Ill.mo e Ex.mo Sr.: – foi presente a El-ReiMeu Senhor o Officio de V. Ex.a Nº 13, de 21 de Outubro passado, em que, accusando ter recebido o Aviso de 5 do mesmo mês para informar sobre a Representação de alguns moradores da Villa de Paranaguá acerca dos irregulares procedimentos do Juiz de Fora Luiz José Correa de Sá, dá parte de ter anteriormente, mandado proceder pelo Ouvidor d’aquella comarca as precisas averiguaçoens sobre a mencionada queixa, em consequência de outra representação que fora dirigida a V. Ex.a E mereceo a Real Approvação a deliberação que V. Ex.a tomou de não informar sem receber o resultado da deligencia encarregada ao dito Ouvidor. Deos Guarde a V. Ex.a Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Novembro de 1816. – Marquez de Aguiar. – Sr. conde de Palma”. (Vol.36, p.33-4).

Documento 5

“Ordenando a suspensão do Juiz de Fora de Paranaguá. Ill.mo e Ex.mo Sr. – Foi presente a El-rei Nosso Senhor o Officio de V. Ex.^a de 20 de Novembro passado, em que informa sobre a Representação que fizerão alguns moradores da Villa de Paranaoá, queixando-se dos abusos, despotismo e pessima conducta do Juiz de Fora d’aquella Villa, o Bacharel Luiz José Correa de Sá: E reconhecendo o mesmo Senhor pela conta que o Ouvidor da Comarca de Coritiba dá da deligencia que a este respetio V. Ex.a remetteo com o seu Officio que não são destituídas de fundamento as queixas

que se formão deste Magistrado, e que versando sobre objectos de summa gravidade exigem as mais vigorosas e promptas providencias: He servido que V. Ex.a o suspenda logo do exercício do seu lugar, fazendo o sahir immediatamente d'aquella Villa e seu Termo para se apresentar nesta Corte a esta Secretaria de Estado dos Negócios do Brazil, e ordenando ao sobredito Ouvidor da Comarca da Coritiba que passe a mencionada Villa, e devasse do procedimento d'elle, remettendo V. Ex.a a real Presença o resultado que lhe for enviado desta deligencia para Sua Magestade Resolver finalmente o que for conveniente ao seu Real Serviço. O que participo a V. Ex.a para que se execute. Deos guarde a V. Ex.a Palacio do Rio de Janeiro 7 de Janeiro de 1817. – Conde da Barca – Sr. Conde de Palma”. (Vol.36, p.38-9).

Documento 6

“Mandando Prender o juiz de fora de Paranaguá. Ill.mo e Ex.mo Sr. – Pelo Offício de V. Ex.a de 2 de Abril passado, Devassa e mais papeis que o acompanharão, ficou El-Rei Nosso Senhor bem inteirado de serem verdadeiras as queixas formadas contra o Juiz de Fpra da Villa de Paranaguá o Bacharel Luiz Jpsé Correa de Sá: E como este tenha formalmente desobedecido a ordem que lhe foi intimada para se apresentar nesta Secretaria d'Estado, demorando-se nessa Capitania com simulados pretextos de molestias, para procurar Attestações com que pretende encobrir os escandalosos excessos que cometteo, e que por sua gravidade não podem deixar de ser severamente punidos: Hé o Mesmo Senhor Servido que V. Ex.a logo que receber este o mande prender em huma das cadeas dessa capitania, aonde se possa conservar com segurança, não lhe concedendo Homenagem, e dando parte para Sua Magestade das as suas ultiores Ordens a este respeito. Deos guarde a V. Ex.a Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Março de 1817. – Conde da Barca. – Sr. Conde de Palma”. (Vol.36, p.41).

Documento 7

Pacheco Correa era juiz de fora de Santos e requer nova colocação na Província. (Vol.36, p.155).

Documento 8

“Manda tomar providencias contra o Ouvidor da Comarca de Coritiba. Sendo presente a Sua Alteza Real o Principe Regente o Officio do Governo Provisorio de São Paulo, do 1º do corrente, em que representa sobre os criminosos procedimentos do Ouvidor da Comarca de Coritiba (1), de que só tem queixado differentes pessoas, por ellas vexadas com injustiças e violências: Manda pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino participar ao mesmo Governo, que deve tomar interinamente as medidas de segurança que julgar uteis em taes circumstancias, em quanto não sobre a Consulta da Mesa do Desembargo do Paço, a que se mandou proceder, por Portaria da data desta sobre a materia do referido officio, e mais papeis que o acompanharão. Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Abril de 1822. – José Bonifácio de Andrada e Silva”. (Vol.36, p.156). (1) – Este ouvidor chama-se José Carlos Pereira de Almeida Torres e tornou-se mais tarde político mui proeminente, presidente de S. Paulo, senador do império, ministro e visconde de Macahé (N. do R.)

Documento 9

“Sobre as accusações contra o ouvidor de Coritiba. Manda Sua Alteza Real o Principe Regente pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino participar ao Governo Provisório da Província de São Paulo que, sendo-lhe presente o seu Officio de 10 do corrente, por elle ficou inteirado de ter dado o mesmo Governo prompto cumprimento a Portaria de 12 de Abril para conceder seis meses de licença ao Juiz de Fora de Paranaguá: E que houve por bem remetter na data d-sta, a Mesa do Desembargo do Paço o Officio do Ouvidor da Coritiba Jozé Carlos Pereira d'Almeida Torres com os documentos, que o acompanharão, para que a mesma Mesa os ajunte aos mais papéis e se prosiga, sobre este negocio na conformidade da Resolução de 7 do corrente, tomada na Consulta de 11 de Março deste anno, em que Sua Alteza Real Determinou, que o Ouvidor actual da Comarca do

Espirito Santo na qualidade de Ministro Sindicante na dita Resolução nomeado, passasse a Villa de Curitiba a devassar tanto das culpas imputadas ao referido Ouvidor Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres, como dos factos por elle relatados, e que servirão de objecto ao summario; remettendo-se depois tudo a presença de Sua Alteza Real, para providenciar o que parecer mais justo, a bem da tranquillidade, e segurança publica. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Maio de 1822. – Jozé Bonifácio de Andrada e Silva”. (Vol.36, p.159-60).

VOLUME 55

Documento 1

Filha de José dos Santos Lima (filha de um procurador) foi deflorada por Simão José Gonçalves de Andrade. *Ligação com oo processo (PI 4552)

“CXXXIV. Para o Capmor. da V.^a de Curitiba [enviando instruções sobre o destino de diversos presos]. (Do Secretr.^o). O Illm.o e Ex.mo Snr. Genal. Tendo prezte. a carta de vmce. de 9 de Junho do prezte. Anno, hé Servido Ordenar: que o prezo Simão José Glz de Andrade, haja de cazar com a filha de Jozé dos Santos Lima, pela haver deflorado, a ser assim mais conveniente ao serviço de Ds., e de S. A. R.; pelo que prestando elle as convenientes fianças, para com ella se receber, o mande vmce, soltar, fazendo-lhe huma admoestação para que cuide em ser homem de bem, bom Pai de Familia, e util a si, e ao Estado. Quanto a Jozé Váz Torres, que igualmte. se acha prezo, ordena o mesmo Snr. que logo que esteja em estado de marchar, o remetta vmce. ao Tene. Corel. Comde. da V.^a de Santos, para lhe fazer sentar praça no Regimt.^o daquella Guarnição; o que da parte de S. Ex.^a lhe participo p.^a que assim o execute. São Paulo 5 de Julho de 1803 = Luis Antonio Neves de Carvalho = P. S. = Foi recebido a outra Carta da mesma data, q. vmce. dirigio a S. Ex.a, e a seu tempo se dará a providencia, q. exige. = Snr Antonio Ribeiro de Andrade, Capmor. da V.^a de Curitiba”. (Vol.55, p.114-5)

Documento 2

“CCLXV. Pa. o Tene. Corel. Comde. de Coretiba [Idem, idem]. (De S. Ex.^a). Ao seo Officio de 2 de Dezbr.^o, q. me hé presente, respondo que sem perda de tempo deve Vmce. mandar soltar a Simão Jozé Gonçalves, incompetentemente prezo, e com extraordinario excesso na enxovia dessa Villa, quando na mesma Juiz Almotacé, e por tal insinuado pela Insigna da Vara, com que se achava no acto de sua prisão, como a Camara oficialmente me assevera. Que os Juizes, e Camaristas, durante o tempo de Serviço, e em quanto compativel com o Real Serviço, devem ser dispensados de recrutas, e Exercicios; pedindo-o assim as occupaçoens de seos Lugares, e Dignidade delles; de outro modo obrigados a confundir-se no meio da plebe, se sem graduacção de Pattentes; perdida a gravidade, e respeito com q. sempre se devem apresentar perante o Publico. Que desta qualidade não devem exceptuar-se os Almotacés, porque Juizes de alçada, se bem que lemitada, mas Jurisdicção expressa, e incorporada na Legislação do Reyno. Que V. M. da minha parte estranhe aos Officiaes subalternos, concorrentes para a prisão, terem-se esquecido da Pax, e boa armonia, q.entre todos dezejo preocupados talvez por particulars, e anticipados motivos; ensinuando-se também que a Camara estranho o excesso, com que igualmente se comportou, e que reservo o conhecimento dos factos, que concorrerão pa. o Dor. Ouvor. Dessa Comarca por instantes a chegar do Rio de Janeiro a esta Capitania Menistro proprio do espirito da Ley de 24 de Dezbr.^o de 1764. Ds. Ge. A Vmces. São Paulo 23 de Dezbr.^o de 1803 – Antonio Jozé da Franca e Horta. – Snr. tene. Corel. Comde. Francisco Jozé de S. Payo Peixoto”. (Vol.55, p.216-7)

Documento 3

Pedido de soltura de Simão Jozé Gonçalves que havia sido postergado devido a briga entre as autoridades civis e militares da cidade.

“CCLXXIII. Pa. o Dor. Ouvidor da Comarca de Parnaguá [sobre os conflitos entre autoridades civis e militares]. (De S. Ex.^a). Tendo Officialmente Corregido a imprudencia, e dezacordo, com q. procederão as duas Authoridades Civil e Militar da Villa de Curitiba nos factos q. me relatão pelos Officios de 28 de Novbro. Pretérito em o incidente da prizão do Soldado Miliciano Simão Jozé Gonçalves de Andrade sendo Juiz Almotacé, atalhei o progresso de tão incuráveis procedimentos, mandando-o soltar com reserva de todo o conhecimento até a chegada de Vossa Merce; antão reunida a imparcial, e séria indagação, que devo esperar, com a execução da genuina intelligencia, e verdadeiro espirito da Ley de 24 de Dezembro de 1764. Remeto a Vossa Merce os Officios, e Documentos q. a Camera, Sarg.o Mor, e Tenente Coronel Comandante me inviarão; persuado-me a vista delles, que nenhum dos movimentos acuzados pela Camera se deve Capitular verdadeiro Crime de Rezistencia, mas entretanto o fará assim conceituar a Certidão q. na forma da Ley lhe deve ser presente pelo Escrivão da Camera, e Almotaçaria, bem como pelo Alcaide e Porteiro; Officialis a quem forão dadas as Ordens citadas em os Officios conceituado porem q. Seja por Vossa Merce o ponderado delicto, procederá na Conformidade da Ley; alias a huma Inquirição de testemunhas sobre todo o acontecimento para com ella e Documentos q. levo dito, me informar com o Seo parecer; deligencia q. muito lhe recomendo, e a q. procederá Sem perda de tempo, tanto q. tomar posse do seu lugar. Deos Ge. a V.Mce. Praça de Santos 2 de Janr.^o de 1804 – Snr. Dor. Ouvidor da Comarca de Parnaguá – Antonio José da Franca e Horta.”. (Vol.55, p.222-3)

VOLUME 56

Documento 1

O presidente da província pede ao Ouvidor parecer sobre a instalação de juizes letradas nas vilas

“XIII. Ao Ouvidor de Paranaqua [advertindo-o pela conduta irregular e imoral no exercicio de suas funções]. (De S. Ex.^a). Eu não posso deixar de ser Sencível a varias representaçoens que tem chegado a minha prezença sobre o estranho modo porq. Vmce. se conduz nesse lugar não lhe lembrando os trabalhos por q. passou o Ouvidor preterito dessa Comarca, esquecendo se dos seus deveres, assim como do Exmo. Sr. Lucas de Siabra seu Protector; bem conhecido pelo respeito que tributa a Ley e amor a Justiça o qual hé tão Capaz de promover a felicidade do que prehenche as obrigaçoens a que está ligado, como de abandonar para sempre aquelle que dellas se esquece, ou abuza, e serve mal o Soberano por mais Conjunto que lhe seja. Em 2 e 5 de Janeiro preze. Anno encarreguei a Vmce. duas deligencias do Real Servo., por cuja solução até agora espera. A 1^a sobre a dezordem acontecida em Coritiba com o Juiz Ordinário, Almotacé e Sarg.^o Mor do Regimento de Cava. De Milicias e a 2^a exigindo a sua informação sobre as Villas dessa Comarca; nas quaes poir interesse do Estado e Capitania, se devem crear juizes letrados; e não obstante saltar aos olhos a precizão que tenho do seu informe para cumprir o que S.A.R. me determina, se esquece Vmce. inteiramente da sua Obrigação retardando me há mais de seis mezes a referida resposta. Vejo me portanto obrigado a advertir a Vmce. esse, e outros varios descuidos em que tem cahido, para que evitando-os, me não obrigue a passar pelo disgosto de os mencionar na Conta que todos os annos devo dar a S. A. R. segundo o determinado no Avizo do 1^o de Dezembro de 1803 que lhe remeto por Copia. Hum Ministro publico que recebe das partes mais alguma coiza que não sejam os emolumentos que lhe competem pelo seu regimento, não pode defirir com Justiça. Hum Ministro que permite que o seu Criado requeira perante elle, faz suspeitoza a sua rectidão nos despachos. Ultimamente hum Ministro que não executa a Ley com a mesma igualdade para o rico, que para o pobre, he injusto, e por consequencia indigno de servir a S. A. R. que para todos os seus Vassallos olha como filhos. Hum criado seu chamado Antonio Jozé Victorino he a pedra de escandalo sobre que recae o queixume geral dos Povos dessa Comarca. Elle se tem servido do nome de Vmce, para muitas extrossoens escandalozas, de q. Sou Siente, e por que com huma tal conducta lhe cauza o maior descredito, deve Vmce. como zeloso da sua hora expulsalo logo do seu Servisso, aliaz me obrigará a mandalo vir aqui, e ter com elle o procedimento que me parecer justo. Criado meu não pega em papel, a que eu há de defirir. Tenho pela maior injuria o querer me obrigar por meio de alguma oferta, e duas pessoas que

cahirão em hum semelhante dezacordo, passarão pela vergonha de hirem nas suas respectivas Camaras ouvir Ler Publicamte. a sua Culpa, serem prezas e severamte. reprehendidas. Passo pela maior aflição, vendo que o sold.º Gouvea = não tendo mais Culpa do que fazer o quye hera obrigado para cumprir com as ordens superiores não obstante ser insultado, haja Vmce. de apadrinhar o Ouvidopr pela Ley, indo elle fazer huma diligência que a mesma Ley lhe prohibia; e cujo resultado vem a ser ficar o soldado perdido pelas avultadas Custas que sobre elle recahem. O soldado se acha nesta capital dondo o não mando sahir, sem que Vmce. me remeta primeiro todos os papéis que lhe enviei tendentes a este objecto com a sua informação para me ser presente a justica da Cauza, e depois de vista voltarem para o competente cartorio, o que Vmce. immediatamente executará como lhe ordeno por serviço de S. A. R. Por bem do Mesmo Real Servisso lhe determino fassa abolir a ordem que passou de tirarem folhas corridas todos os viandantes que viajão pelo Sertão por ser injusto esse Onus, introduzidno sem consequencia alguma util para o Estado, pois se torna sumamente oneroza aos Povos, e prejudicial ao Comercio, vindo só a ser conveniente a pingue para os que passão, e assignão semelhantes documentos. Vmce. deve conservar esses moradores em paz, e regelos com brandura por ser um Povo inculto e Livre, que a menor violencia, o menos o que faz he dezertar para outras Capitania. Deve não dar anja a imprudentes pleitos e crimes, qual o que se tem emputado ao Administrador do registo Manoel Je. Corra. Da Cunha, o seu f.º homem conhecido para Pai dos pobres, e tão honrado e verdadeiro como geralme. São dezacreditados os seus adversarios. Deve cuidar quanto couber nas funçoens do seu emprego, no aumento da população da Capitania; atender a necessidade que há de promover o Comercio, e Agricultura dos habitantes dessa fertil Comarca em beneficio da qual me proponho inviar de todas as villas da Capitania alguns Criminozos de culpas leves, para que mais apovoem e cultivem. Recomendo portanto a Vmce. toda a moderação no acceitar as denuncias que se lhe fizerem, e que não deve consentir se absorva o sangue do miserável Povo com pleitos, odiosos, e de mero Capricho, já que tema infelicidade de viver tão distante do Throno do seu Augusto, e Clementissimo Principe. Ultimamente deve advertir a Vmce. que o consentir que se ponha Autos publicos, Capitania de Parnagua = he querer sustentar irrizoriamente hum erro de pena que trouxe a sua Carta: de que devião dessuadir os Decretos que a acompanharão, a carta do seu Antecessor e mais que tudo o bom senço. Ds. Ge. a Vmce. Sm. Plo. O 1º de Agto. De 1804. Antonio Jozé da Franca e Horta = Snr. Antonio Carvalho de Fontes – Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Parnagua”. (Vol.56, p.16-9)

Documento 2

Explicação detalhada sobre o conflito entre o Alcaíde e o Cabo.

“LXXIV. Para a Camera de Curitiba [sobre a prisão de um almotacel e os conflitos de jurisdição dela decorrentes]. (De S. Ex.ª) Recebi o Off.º dessa Camera de 28 de 9brº do anno preterito em que se me participa o facto da prisão do Almotacé Simão Jozé Glz. de Andrade, efectuada pelo Cabo, e Sold.º Miliciano João Evangelista de Almeida, e Jozé Joaquim de Gouvea a ordem do seu Sarg.º Mor Diogo Pinto de Azevedo Portugal, expondo que pr. essa Camera não ver ao dito Simão Jozé Glz. de Andre. Com insignia de Miliciano, mas sim de Almotacé, quando lhes apareceu no acto de Vereança na occazião, em que hera conduzido a cadeao por aquelle cabo, e sold.º Milicianos, conviera em que o seu Escrivão, que tão bem o hé da almotaceria, citar se pa. Hum Autto de injuria atroz ao referidao soldado de milicias na conformidade do que lhes havia supplicado o mesmo Almotacé, e relatando me algumas outras circunstâncias”. (Vol.56, p.70-1)

Documento 3

Denúncia de 3 casos exemplares sobre o abuso de autoridade local na Ouvidoria de Paranaguá e Coritiba.

“CLXXXI – P.ª o Tene. Coronel Comde. do Regimto. de Cavalaria de Curitiba [remetendo exposição dos factos ocorridos em Curitiba e S. José dos Pinhais afim de sobre os mesmos se abrir inquérito]. Incluzo remeto a Vmce. A exposição de tres factos que subirão a ma. presença dois

sucedidos na Vila de Coritiba, e um na Freguezia de S. Jozé dos Pinhaes; para q. Informando se com todo o segredo, e disfarce de pessoas fidedignas, haja de participar me a verdade destes acontecimentos, o q. espero execute com toda a inteireza, e imparcialidade. – V.^a de Santos 17 de Fevr.^o 1805 = Antonio Je. da Franca e Horta. = Snr. Francisco Jozé de Sam Paio Peixoto Tene. Corel. Comde. do Regimto. da Cava. Milician da V.^a da Coritiba

Informação do cazo sucedido na Vila de Coritiba

Em 15 de Agosto do anno Corrente de 1804 = achando-se a mulher do Capmor., e a do Tene. Coronel Francisco de Paula Ribas na Igraja Matris, antes da Miça Conventual, certa mulher ofertou naquele hum forareiro piqueno, e voltando-se para Maria Agueda mulher de Salvador da Silva do Bairro de Tinguiquera, q. se achava proxima lhe fosse buscar brazas, respondeo q. não hia, e q. mandasse as suas escravas. Com esta resposta alterarão varias rezoens de parte a parte athe q. disse a mer. do Tene. Coronel a Maria Agueda, q. se contivese; ella concluhio dizendo q. sem embargo de ser mulher de baixo nascimento não podia sofrer semulhantes dezinhas. Nesta contingencia entro a Miça, e sesou a disputa. Logo q. sahirão da Igreja foi o Tene. Corel., e em sua Compa. o soldado Pedro Fernandes, a Caza de Antonio Jozé Pinto Bandeira, aonde se tinha recolhido Maria Agueda: Ali ordenou ao Camarada q. a conduzisse a sua Caza. Comparecendo ella, e seu Marido lhe perguntou se conhecia a quem tinha desatendido; respondeo q. mto. bem conhecia, porem q. a não tinha ofendido; voltou-se o Tene. Coronel ao Marido dizendo, se assim era que ensinava a sua mulher ser desavergonhada; e em tom mandativo determinou ao Camarada, q. a puzesse na Cadéa de tronco de pé e pescosso: A isto disse o Marido q. queria receber o castigo pro sua mulher visto q. ella se achava com hum criança de peito. Não atendeo a esta rogativa, e foi a mulher à Cadéa; como porem se achavão varios prezos aonde existe o Tronco e fes recolher a Cadéa q. está destinada as Mulheres, dando logo parte, e a rezão que havia pa. não por de tronco. Disse o Tene. Coronel enfurecido, que executasse a ordem, q. tinha determinado, e que fosse o Marido por-se na Grade de Sentinela enquanto estava no tronco. Aqui suplicou o Camarada q. se compadecesse daquela pobre mulher, e q. não parecia bem estar de tronco hum Mulher aonde estavam homens. Com efeito a instancias, e rogos deste, ficou a mulher somente na Enxovia, e no seguinte dia sahio.

2^a Informação do Cazo succed.^o na Freguezia de S. Je. dos Pinhaes.

Dizem que o Vigario de S. Jozé dos Pinhaes fora atosmente insultado por huns tres filhos de Jozé da Maya, chamados Lourenço, Jozé, e Gregório, os quaes o descompuzerão com nomes injuriosos, e o dezafiarão, hindo armados de armas de fogo, com as q. hum delles atirou a hum cão q. se achava na porta do mesmo Vigario, dizendo-lhe que se queixasse deste facto infalivelmente lhe tiravão a vida. O motivo q. se alega pa. este dezaforo, dizem ser, ter o vigario mandado correr com os seus caxorros huns Porcos q. os ditos homens tem, q. lhe entrarão no seu Quintal a destruir-lhe as plantas; o que parece fazem todos os annos as dos mais vezinhos; e isto dipois de os mandar avizar pa. que pousessem cobro nelles. Vindo deste modo a pertenderem que o Vigario soffresse e calase, como calavão e soffrão os mais moradores pellos temerem.

3^a Informação do Cazo acontecido em Coritiba.

No dia 8 / supoem se ser de Dezembro passado / estando na Sanchrestia da Matris da Villa de Coritiba. Candido del Rio Cardenas, ali foi sem dar motivo ultrajado com palavras afrontozas, por Lourenço de Sá Ribas, filho do Juiz Ordinário João Antonio Pinto, e passando o ofendido a queixar-se ao Thio do agressor, o q. daqui rezultou foi pegar o d.^o Ribas em hum espada, e hir desafiar o Cardenas a sua Caza, donde o não achou, continuando a andar armado, e a dizer publicamente. q. lhe hade dar com ella”. (Vol.56, p.158-60)

VOLUME 59

Documento 1

“CCCXI – Para o Ouvidor de Paranaguá [sobre a mudança da cabeça da comarca para Curitiba, os pagamentos da expedição de Guarapuava e outros assuntos].

Recebi pelo Alferes Joze da Costa Pinto os seus Officios que Vmce. Me derigio dattados de 19 a 24 de Abril deste anno, a cada hum dos quaes respondo agora pelo mesmo Alferes; e principiando pelo negocio delle sou a dizer a Vmce. Que eu na Junta da Fazenda sou hum mero Prezidente que por

obsequiar a Vmce. Fallaria a favor do ditto Alferes se Eu visse que elle tinha razão, porem nenhuma tem por que elle arematou o contracto sabendo já que se lhe aviaõ de tirar os Escraos do Rey para a Fabrica de Ferro de Sorocaba, e isto mesmo se praticou em todos os outros contractos das Passagens, onde haviam escravos de S. A. R.: vejo os seus receios annunciados na Sua Carta de 19 de Abril, de que não haja fallencia nos pagamentos para a Expedicção de Guarapuava, Eu, e a Junto havemos de fazer todos os esforços para que se fação a risca os dittos pagamentos, e já se mandão Ordens ao Coronel Antonio Francisco de Aguiar para que sem falta remetta para essa Villa os dinheiros pertencentes a ditto Expedicção: Quanto a mudança da Cabeça de Commarca da Villa de Paranaguá para a de Curitiba que Vmce. Me pede reprezente Eu a S. A. R. chegou o seu pedido muito a tempo, e já por cá se pensava nisso por que S. A. R. pelo Dezembargo do Paço Me Mandou Ouvir, agora sobre a creação de hum Juis de Fora, para a Villa de Coritiba, e então trabalharei para que vá Juiz de Fora para Paranaguá, e fique a Ouvidoria em Coritiba com as condicções que Vmce Me propoem. Sou sensivel ao obsequi que Vmce. Me quer fazer de pôr os Meus Appellidos na Fonte que mandou Mudar, ao que respondo, que Me dou por contente com as demonstraçoens de affecto, que Vmce. Me dá; Mas quando Vmce. Insista em pôr os meus Appelidos na ditto Fonte será pela maneira seguinte – Horta-e Medeiros – porque assim ficará bem simbolizada a união em que estão agora as nossas duas Autoridades: Quanto ao perdão de certos crimes que Me dis S. A. R. concedeo por Occasião do Casamento da Snra. Princeza D. Maria Thereza com o Snr. Infante de Hespanha D. Pedro Carlos, suponho que lhe diçe na Minha Carta particular que não existia ou ao menos Eu não o recebi até o presente: Pelo que respeita os soldos dos Majores a Junta da Fazenda approvou as Ordens que Vmce. Deo para o pagamento delles, e logo que as Camaras dessa Commarca remettão as contas da receita, e Despeza os Procuradores dos dittos Majores assignarão as folhas de seus vencimentos: Recebi as devasas Diamantinas e ficão na Secretaria do Governo a cujo Secretario deve Vmce. remette-las para o fucturo a elle mesmo entregue a Provizão do seu Patricio o Professor da Gramatica de Paranaguá e elle a remette por este Portador; Pelo que respeita ao Almoxarife para Guarapuava, não me parece, que o deva, nem possa ser o Sargento Mor Fernando Fomes, mas attendendo Eu ao que Vmce, me expoem a respeito delle, e que pode ser util ao Serviço de S. A. R. tero Tenente Coronel Diogo Pinto hum official de prestimo e confiança, que o ajude, remetto a Vmce. a Portaria incluza na qual nomeo ao ditto Sargento Mor Fernado Gomes para servir na expedicção de Guarapuava debaixo das ordens do ditto Tenente Coronel, e caso pareça a Vmce. necessario, alias não lhe entregue a Portaria e remetta a Secretaria deste Governo: Da mesma sorte não posso por hora defferir a representação do Capitão mor de Curitiba sobre novas companhias de Ordenança, bem que conheço a justiça do seu requerimento, porem pelos Regimentos dos Governadores, e Capitaens Generaes desta Capitania e das Ordenanças me he prohibido crear Posto algum de novo sem expressa Ordem do Soberano: muitos Capitaens Mores me tem feito eguaes requerimentos os quais Levei ja a Presença de S. A. R. e suponho que brevemente serão attendidos. Pelo que respeita a poder Vmce. mandar para Guarapuava alguns vadios e facinorosos que na sua Comarca perturbão o socego publico, as ordens que lhe mandei para administrar a expedicção forão amplas, e como hum dos fins de S. A. R. hé promover o estabelecimento, e Povoação dos dittos campos não só deve Vmce. mandar os criminosos e criminosas que sentencear a degredo para ali comprirem na forma da Carta Regia do primeiro de Abril de mil oito centos e nove, mas também os vadios visto que S. A. R. na mesma Carta Regia convida até com premios a que vão povoar aquelles campos, como terá sido presente a Vmce. pela mesma Carta Regia que pela Junta da Expedicção havia de ter sido remittida a seu antecessor. Não posso mandar encher as companhias de Milias dessa Commarca de homens solteiros por ser isto opposto ao meu sistema. Quanto a capella de Nossa Senhora do Terço pela Junta da Fazenda receberá Vmce. as Ordens necessárias na conformidade da ultima Lei que regulou a esta materia. A representação que Vmce. me mandou para eu fazer subir a Real Prezença do Principe Regente Nosso Senhor sobre a Camara de Paranaguá fica por hora em Meu poder e com mais vagar responderei a Vmce. o que sinto sobre aquella materia. Sua Alteza Real por Decreto de 13 do corrente foi servido nomear-me Brigadeiro de Arthelharia, e no mesmo dia me deu por Sucessor no Governo desta Capitania ao Exmo. Snr. Marques do Alegrete, o qual pelas noticias que tenho muito brevemente chegará a esta Capitania – Ds. Ge. A Vmce. São Paulo 13 de Maio de 1811. Antonio Joze da Franca e Horta. – Snr. Doutor João de Medeiros Gomes Ouvidor Geral e Corregedor da Commarca de Paranaguá.” (Vol.59, p.228-31)

VOLUME 60

Documento 1

Proposta inicial de criação do juiz de fora de Curitiba

“LVI – [Criação do lugar de Juiz de Fôra de Curitiba].

Dom João por Graça de Ds. Principe Regente de Portugal, e dos Algarves d’aquem, e d’alem Mar, em Africa de Guiné, &. Mando a vós Governador, e Capitão General da Capitania de São Paulo, que remetendo-me a resposta da Camara da Villa de Curitiba sobre a Creação do Lugar de Juiz de Fora para a mesma Villa, proposta por vós na vossa Informação de dois de Março de mil oitocentos e cinco, e muito recomendada na Informação do Ouvidor de Paranaguá de nove de Setembro de mil, oito centos, e quatro, Me informeis novamente com o vosso parecer Sobre esta Creação, tornando-me tudo com vossa Carta. O principe regente Nosso Senhor o Mandou pelos Ministros Abaixo assignados, do seo Conso., e Seos Desembargadores do Paço. João Pedro Maynard d’Afonseca e Sá a fez no Rio de Janeiro a vinte e trez de Março de mil, oitocentos e onze. Bernardo Joze de Souza Lobato a fez escrever. Mons. Miranda – Luiz Je. de Carvo. e Mello // Por Despo. da Mesa do Desembgo do Paço 14 de Março de 1811”. (Vol.60, p.62-3)

Documento 2

Mudança da cabeça da vila para Curitiba e criação do juiz de fora de paranaguá.

“LXVIII – Transferencia da Sede da Comarca de Paranaguá para a vila de Curitiba e criação de um lugar de Juiz de Fora naquela.

Dom João por Graça de Ds. Principe Regente de Portugal, e dos Algarves d’aquem e d’alem Mar, em Africa de Guiné, & Faço Saber a vós Governador, e Capitão General da Capitania de São Paulo: que Eu Houve por bem em Resolução de doze de Dezembro do anno passado Tomada em Consulta da Meza do Desembargo do Paço Determinar, que a Villa de Curitiba, ficasse sendo a Cabeça da Comarca de Paranagoá, e Curitiba, e a residencia dos Ouvidores: e Houve outrosim por bem crear na Villa de Paranagoá hum lugar de Juiz de Fora, igualando estes dois Lugares, quanto aos Ordenados, e Emolumentos, aos Lugares d’Ouvidor, e Juiz de fora dessa Cidade, tudo na forma determinada pelo Alvará, que com esta vos Mando remetter: O que Houve por bem participar-vos para vosas intelilicencia. O Principe Regente Nosso Senhor o Mandou pelos Ministros abaixo assignados, do Seo Cons., e seos Desembargadores do Paço. João Pedro Maynard d’Affonseca e Sá a fez no Rio de Janeiro a dois de Março de mil, oitocentos e doze. Bernardo Joze de Souza Lobato a fez escrever. Monsenhor Miranda – José de Oliveira. Pinto Boto. e Mosqra. // Regda. a fl. 63 // Cumpra-se como S. A. R. Ordena, e Registe-se na Secretaria deste Governo e mais partes a que tocar. S. Paulo 6 de Abril de 1812. registrada no lo. Competente a fl. 76. São Paulo 26 de Maio de 1812. – Manoel Jozé Gomes.

Eu o Principe Regente faço saber aos que este Alvará virem: que tendo-Me sido prsentes em Consulta da Mesa do Desembargo doPaço os urgentes motivos, com que o Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo, tinha representado ser conveniente ao Meu Real Serviço, e á mais facil administração da Justiça o haver dous Lugares de Letras na Comarca de Paranagoá: e ser mais propria para a Residencia dos Ouvidores a Villa de Curitiba, por ser mais central, e bastantemente populosa; sobre cuja materia Tinha mandado proceder ás informações necessarias pelo Ouvidor da mesma Comarca, e á audiência das Camaras em observancia da Minha Real Resolução da três de Novembro de mil oito centos e dous, tomada em Consulta do Conselho Ultramarino: Tendo attenção ao referido, e Respostas que sobre isso dêo o Desembargador Procurador da Minha Corôa e Fazenda: Sou Servido Determinar o seguinte:

Que a Comarca de Paranagoá, se fique denominada da data deste Meu Alvará em diante Comarca de Paranagoá, e Curitiba, e a Villa de Curitiba ficará sendo a Cabeça da Comarca; e nella será a Residencia dos Ouvidores Geraes, tanto do actual, como daquelles que para o diante forem por Mim nomeados.

Hei outrosim por bem Crear na Villa de Paranagoá hum Lugar de Juiz de Fôra do Cível,

Crime e Orfãos, que exercitará a Jurisdição, que pelas Ordenações; e Leis do Reino por esse Lugar lhe competem, e os Cargos, que segundo as Minhas Reaes Ordens estão annexos aos Lugares de Juizes de Fóra das outras Villas do Estado do Brasil.

E sou Servido, que os referidos dous Lugares de de Paranagoá, e Coritiba, e de Juiz de Fóra de Paranagoá venção iguaes Ordenados, e Emolumentos áquelles, que vencem Respectivamente o Ouvidor e Juiz de Fóra da Cidade de S. Paulo; vencendo cada hum delles a Aposentadoria, que lhe compete, o Ouvidor pela Camara da Villa de Coritiba; e o Juiz de Fóra pela Camara da Villa de Paranagoá.

E este se cumprirá tão inteiramente como Nelle se contem. Pelo que Mando á Mesa do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens, Presidente do Meu Real Erario, Conselho da Minha Real Fazenda, Regedor da Casa de Supplicação, Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo, e a todos os mais Governadores, Magistrados Justiça, e pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará haja de pertencer, o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar, com nelle se contém e valerá, como Carta passada pela Chancelaria, posto que por ella não há de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação em contrario. Dado no Rio de Janeiro aos dezanove de Fevereiro de mil oito centos, e doze. Principe com guarda Alvará, por que Vossa Alteza Real Há por bem Determinar que a Villa de Coritiba seja Cabeça de Comarca, e Residencia dos Ouvidores da Comarca de Paranagoá, e Coritiba; e Crear hum Lugar de Juiz de Fóra do Civil, Crime e Orfãos na Villa de Paranagoá, ficando estes dous Lugares igualados no Ordenado, e Emolumentos aos Lugares da Cidade de S. Paulo tudo na fôrma acima declarada. =

Para Vossa alteza Real Ver = Por immediata Resolução da S. Alteza Real de doze de Dezembro de mil oito centos, e onze tomada em Consulta da Mesa do Desembargo do Paço de nove do mesmo mez e anno = Monsenhor Miranda = Francisco Antonio de Souza Silveira. Bernardo José de Sousa Lobato o fez escrever. Joaquim José da Silveira o fez = Registado no Livro primeiro dos Decretos nesta Secretaria do Desembargo do Paço a folhas cento e vinte e três. Rio de Janeiro quatro de Março de mil oito centos e doze – Antonio Luis Alves. – Bernardo Joze de Souza Lobato”. (Vol.60, p.73-6)

Documento 3

Expedição ao Sertão do Tibagi (a custa do próprio José Felix Silva)

“LXXXI – Expedição ao Sertão do Tibagi – Ilmo. e Exmo. Snr. – Tendo-se offerecido Sargento Mór das Ordenanças José Felix da Silva morador nos Campos Geraes de Coritiba, a entrar á sua propria custa no Certão de Tibagi, a descobrir os Haveres que ali se encontrarem e erigir naquele Certão húa Povoação, e Freguezia, com a condição de se Crearem duas Companhias ás Suas Ordens e por elle Sustentadas, e municiaadas; e Havendo S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor annuido á Informação que sobre este objecto V. Exa. fez Subir á sua Real Prezenças, a quem Authorizou em Avizo expedido pela Secretaria d’Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra na data de dezaseis de Dezembro de mil oito centos e onze, afim de que V. Exa. Procedesse á proposta Organização, na forma indicada pelo dito Sargento Mór, e tendo V. Exa. em consequencia já procedido com effeito a formar húa das ditas Companhias, visto que nas circunstancias actuaes se acha o Continente de Coritiba falto de gente, que possa, sem detrimento da Expedição de Guarapuava, tirar-se a precisa para o Complemento das duas projectadas Companhias: Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem, por Seu Real Decreto de dois de Setembro do prezente anno, confirmar a Creação da que se acha formada com a denominação de = Primeira Companhia dos Reaes Aventureiros do Tibaji = composta de hum Capitão, hum tenente, hum Alferes, hum Furriel, hum Porta Estandarte, quatro Cábos d’Esquadra, e trinta soldados, sendo os seis Officiaes inferiores tirados do Regimento de Cavallaria dos Reaes Coritibanos, e Foi outro sim Servido Confirmar a Nomeação do Sobredito Sargento Mór de Ordenanças José Felix da Silva para Cheffe da mesma Companhia, e Conseder-lhe a Graduação de Tenente Coronel, na conformidade que lhe foi proposto por V. Exa. O que participo a V. Exa. para que nesta intelligencia expessa as convenientes Ordens, afim de que o refferido Real Decreto tenha a sua prompta, e devida execução.

Deos guarde a V. Exa., Secretaria do Conselho Supremo Militar em 1º de Outubro de 1812.

– Pedro Va. de Sa. Telles. – Snr. Marquez do Alegrete. ”. (Vol.60, p.87)

Documento 4

D. João VI desfaz uma excomunhão feita pelo padre da vila nova do príncipe (Iapa) em que os milicianos por ordem do juiz ordinário teriam mandado prender padre acusado de estupro e rapto.

“CIV – Excomunhão de milicianos que auxiliaram a prisão de um padre. – Dom João por Graça de Ds. Principe Regente de Portugal, e dos Algarves d’aquem e d’alem Mar, em Africa de Guiné, & Faço Saber a vós, Governador, e capitão General da Capitania de São Paulo: que sendo-me presente o desaccordo, e temeridade, com que o Vigario da Villa Nova do Principe incompetentemente declarára excommungados, obrigando-os á penitencia publica das Varas, seis soldados milicianos, que em auxilio das minhas Justiças intervierão na prisão do seo Coadjutor; E constando-Me igualmente em Conta do Ouvidor da Commarca de Paranagoá, e Coritiba pelo paragrapho, que vai por copia, a culpoza obediencia, com que o Tenente Commandante da Companhia annuira ás requiziçoens do sobredito Vigario; Conformando-Me com o parecer da Meza do Meo Desembargo do Paço, á que precedeo resposta do Desembargador Procurador da Minha Real Coroa, e Fazenda; Fui servido Dar a Providencia conteuda na Provizão, que com esta vai por copia, e Ordenar-vos, como por esta vos Ordeno, que fazendo ir á vossa presença ao Commandante dos referidos Milicianos os reprehendaes no Meo Real Nome pela condescendencia, que teve com aquelle Vigario em remetter-lhe presos alguns d’elles para os fazer soffrer a dicta penitencia d’aquella nulla Excommunhão: Cumpri-o assim. O princepe Regente Nosso Senho o Mandou por Seo especial Mandado pelos Ministros abaixo assignados, do Seo Conso., e Seos Desembargadores, do Paço. João Pedro Maynard d’Affonceca e Sá e fez a vinte de Junho de mil, oito centos e quatorze nesta cidade do Rio de Janeiro. – Bernardo Joze de Souza Lobatoa fez escrever. – Fco. Anto. De Souza da Sylvra. – Monsor. Miranda // Por Immediata rezolam. De S. A. R. de vinte de Mayo de 1814 em Consulta da Meza do Desembgo. do Paçom e Despo. da mma. De vint’eseis do do.mez, e anno.

Dom João por Graça de Ds. Principe Regente de Portugal, e dos Algarves d’aquem e d’alem Mar, em Africa de Guiné, & Faço Saber, aos que esta Provizão virem: Que sendo-Me presente em Consulta da Mezado Meo Desembargo do Paço pela representação que lhe fizera o Ouvidor da Commarcade Paranagoá e Coritiba e temeraria ouzadia, com que o Padre Luiz Jozé de Carvalho, Vigario da Villa Nova do Principe, á impulsos do seo desmezurado orgulho declarára excommungados, e obrigara á penitencia das Varas na Porta da Matriz a seis Soldados Milicianos, que auxiliarão a prisão do Padre Francisco Jozé Monteiro Batalha ordenada pelo Juiz Ordinario d’aquella Villa á fim deo remetter para o Juízo do seo Foro com a culpa, que lhe rezultára da querela contra elle dada pelos crimes de rapto, e estupro; E sendo estes escandalozos procedimentos despidos de jurisdicção, por não serem de modo algum da competencia do dicto Vigario, praticados contra a pozitiva Determinaçãodo Decreto de dez de Março de mil, sete centos, sessenta e quatro, que rezervou ao Meo Immediato Conhecimento todos os cazos d’ Excommunhoens fulminadas contra os Tribunaes, Ministros, Magistrados, e Officiaes de Justiça, quando contra elles se proceder sobre materias de sua Jurisdicção, e Officio, e por consequencia contra os quem seo auxilio vão, como forão os sobreditos soldados Milicianos; Conformando-Me por Minha Immediata Rezolução de vinte de Mayo deste anno como Parecer da sobredicta Meza, em que foi ouvido o Desembargador da Minha Real Coroa e Fazenda; sou servido (alem do mais que Determino) Declarar capciozas, nulla, irritas, vans, e de nenhum effeito as dictas Excommunhoens; Ordenando que por taes sejam tidas, havidas, e reputadas para não produzirem effeito, nem prestarem impedimento algum, qualquer que elle seja; E prohibo a todos, e a cada hum dos Meos Vassallos, Eccleziasticos, ou seculares, Ministros, ou particulares debaixo das penas da Minha Real, e Gravissima Indignação, da Confiscação de todos os seos bens, e das mais, que ao Meo Real Arbitrio ficão, que dem alguma attenção, ou credito ás dictas Excommunhoens, e procedimentos do sobredito Vigario a este respeito obrados. E ao Reverendo Bispo da Sancta Sé de São Paulo Ordeno, que chamando á sua presença ao referido Vigario o reprehenda severamente no Meo Real Nome por ter praticado tão abuzivos, temerarios, e incompetentes procedimentos; fazendo-o assignar Termo na Camara Eccleziastica de se abster d’elles, e de quaesquer outros semelhantes de baixo das penas acima declaradas, as quaes, posto d’ellas

o Relevo agora por effeitos da Minha Real Clemencia, lhe serão irremissivelmente impostas no cazo de contravenção. E Mando a todos os sobredictos Meos Vassalos, Ministros, e mais pessoas dos Meos Reinos, e Domínios, que de baixo das mesmas penas executem, a fação inteiramente cumprir esta Provizão na forma, que n'ella se contem. O Principe Regente Nosso Senhor o Mandou por Seo Especial Mandado pelos Ministros abaixo assignados, do Seo Conso., e Seos Desembargadores do Paço. João Pedro Maynard d' Affonceca e Sá a fez no Rio de Janeiro a vinte de Junho de mil, oito centos e quatorze. – Bernardo Jozé de Souza Lobato e fez escrever // Monsenhor Miranda // Francisco Antonio de Soiza da Sylveira.

Remetto incluza a Carta do Juiz Ordinário d'aquella Villa; e á vista d'ella Verá V. A. R. que aquelle Vigario tem chegado ás Varas na porta da Igreja alguns dos Milicanos, que auxiliarão aquella diligencia fazendo-os conduzir prezos os que recuzão voluntariamente subgeitar-seá esta violencia, e ameaça de fazer o mesmo ao Juiz Ordinario; por este motivo temendo-se o Soldado Miliciano Gabriel Jozé de Mello aqui veio apprezentar-se queixando-se da violência, que lhe pretendia fazer aquelle Vigario, e da condescendencia do seo Tenente Commandante da Companhia de os remetter prezos logo que o Vigario os pedia; em rezultado d'esta justa representação officiei a aquelle commandante, para que não desse similhante auxilio ao Vigario, nem consentisse, que este seo Soldado fosse penitenciado, como o Vigario tinha feito aos mais, em quanto por V. A. R., á Quem n'esta occazião recorria, não fosse Decidido, lembrando-me que pelo Decreto ácima referido de dez de Março de mil, sete centos e sessenta e quatro tem V. A. R. rezervado ao Seo Immediato Conhecimento todos os cazos d'Excommunhoens fulminadas contra os seus Tribunaes. Ministro, e Officiaes de Justiça em materia de sua jurisdicção, e que por huma igualdade de razão ficão comprehendidos na mesma Disposição da Lei os Auxilios, que forem dados em ajuda dos Tribunaes, Ministros e Officiaes de Justiça. – Bernardo Joze de Souza Lobatto.” (Vol.60, p.136-9)

VOLUME 86

Atas do conselho da presidência da Província de S. Paulo. Anos de 1824-1829.

Documento 1

Ata da 8ª Sessão – 9 de Dezembro de 1824.

“Que sendo a Villa de Coretiba huma das mais populozas desta Provincia, a Cabeça de Comarca, e estando muito distante das Villas, em que há professores de Grammatica Latina, era muito prejudicial a instrução da mocidade não haver ali hum similhante Professor, e que por consequencia se pedisse a sua criação a S. M. o Imperador, o que foi approvado” (Vol.86, p.29).

Documento 2

Ata 90ª Sessão Ordinária. Em 12 de Novembro de 1828.

Criação de escolas em S. J. dos pinhais e Palmeiras

“Indicação – Sendo evidente a necessidade, quetem da educação Litteraria os habitantes da Comarca de Coritiba, já em tão crescido numero, e onde se contão inda tão pouca Escolas; por isso proponho a criação de duas Cadeiras de primeiras Lettras para o seu Destricto: huma na antiquissima Freguezia de S. Jozé dos Pinhaes, e que contem mais de 600 fogos, não tendo podido até agora chegar a cathegoria de Villa, talvez pela falta dos primeiros rudimentos Litterarios. E outra na Freguezia das Palmeiras já proposta p.ª Villa. São Paulo 12 de Novembro de 1828 – Lourenço Pinto de Sá Ribas. Entrando em discussão foi unanimemente approvada a criação das Escolas propostas, ouvida a Camara despectiva, depois do que deverão ser postas a concurso na forma da Lei”.(Vol.86, p.185)

Documento 3

93ª Sessão Ordinaria - 22 de novembro de 1828

Criação do Liceo em Curitiba para estudos preparatórios.

“Reflectindo-se maduramente sobre o officio do Ouvidor da Comarca de Coritiba, datado de 16 de Março do corrente anno, participando, que tendo-se reunido os Cidadãos da mesma po occasião

da audiencia geral, a que procedeo o enserra,emtp da Correição do ano pp, assentarão que se nomeasse hua commissão de seis Membros, para organizar o Plano da criação de hum Collegio, ou Liceo de estudos preparatórios n'aquella Villa, o que se verificou sómente quanto à indicação das Cadeiras, que se devião criar, como se depreheende de sua representação dirigida ao Sr. Vice Presidente: foi portanto deliberado, que a mesma commissão organise o referido Plano, pedindo-se porem desde já á Assembleia geral Legislativa por via do Governo a criação das Cadeiras de Rhetorica, e Philosophia não só naquella Villa, como na de It, na forma indicada pelo Sr. Tobias de Aguiar, por quanto de muita vantagem será para instrucção Pública, q' nas cabeças das Comarcas hajão Aulas de Estudos preparatórios, o que tanto reconhecem os Cidadãos da de Coritiba, e pelo que instão á bem da mocidade, que abrirão hua subscrição voluntaria para coadjuvar o estabelecimento do projectado Collegio, a qual já monta na quantia de 4:000\$000 rs.: e outro sim, que visto já estar criada para a 1.^a a Cadeira de Grammatica Latina, haja de taxar o competente ordenado, approvando, que não só aquelle, que a tiver de occupar, com os que d'ora em diante forem providos nas Cadeiras, que vagarem, ou novamente se criarem, sejão obrigados a ensinar simultaneamente a Lingoa Franceza".(Vol.86, p.198-9)

ANEXO 06 – Extrato do Jornal “FAROL PAULISTANO”.

JORNAL O FAROL PAULISTANO: Projeto Brasiliana
“Farol Paulistano n. 164 – Sabado 15 de Novembro de 1828.”

Título: O Farol Paulistano, n. 164, 15 nov. 1828
 Local de Publicação: São Paulo : Typographia do Farol Paulistano
 Ano de Publicação: 1828
 Descrição Física: 4 p.
 Idioma: Português
 Descrição: Periodicidade irregular
 Patrocínio: Ministério da Cultura - Programa Cultura e Pensamento
 Direitos: Domínio público
 Assunto:
 Política
 URI: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/060045-09>
 Tipo: Periódico

Correspondencias

Sr. Redactor – Pensava eu que os Povos desta Villa de Coritiba também devião gosar da inviolabilidade de Cidadãos Brazielrios, garantida pela Constituição jurada Art. 179, tit.8º; porém á vista dos factos que lhe vou contar estão ainda mui longe de desfructar tão grandes vantagens; é o caso: Acontecendo fazer-se aqui uma morte em um escravo do Capitão deste Regimento de 2ª linha, Manoel José Taborda, este Sr. aproveitou-se de tão boa occasião para manifestar d’uma maneira espantosa todo o fêl, e crueza de seu coração, e por que pela idade e molestias de seu Chefe, o benemérito Sá Souto-Maior, e falta de Officiaes Superiores viesse a lhe recahir a Commandancia do Regimento como seu Mandante, e igualmente não achando opposição alguma da parte do Comandante das Ordenanças, que de muito bom grado condescendeo em tudo com o Sr. Taborda para seus despostismos e vingaças; eis que tornou-se este um Sr. de braço e cutelo, levando tudo a verga ferrea. Deixando porém em silêncio, para não ser prolixo, as circunstancias da morte do escravo por este mesmo motivada, passarei unicamente a tractar de que apenas soube della o nosso militar, pôz em movimento quase todo o Regimento em pezo, entrou com eles ás correrias, assaltando, violando as casas dos Cidadãos, e prendendo arbitraria e violentamente a peder de gente, homens, e mulheres sem a menor probabilidade de serem delinquentes, de modo que em breve tempo se virão atulhadas duas cadeas destes miseros innocentes, privados até de comunicação, por ordem que tinham os Guardas, que como seus soldados participavão ao dito Commandante dos clamores contra elle preferidos pelos prezos, e então haviam logar os tratos, algemas, troncos, ferros, etc. chegado a ponto tal a judiaria que forão postos na mesma peisão homens e mulheres sem distinção de sexo; soffrendo por consequencia o mais fraco toda a sorte de privações, e insultos. Logo uma turma de soldados ensinuados pelo Sr. taborda foi remettida ao Juiz Ordinário para testemunhas do facto, o que não foi acceita, por isso que era patente o conloio, e sabia o Juiz que os preditos soldados moravão em differente bairro do em que aconteeo a desordem; mas o Sr. Taborda mui fertil em recursos não desanimou por isso, e passou a meios mais efficaes, e foi require ao Doutor Juiz de Fora de Paranaguá, para como Ouvidor interino abrir Correição e devassar da morte do seu escravo, o que assim succedeo, e n’esta devassa por dictos de testemunhas falsas, e apaniguadas do nosso Commandante militar, como se denomina, culpou-se um homem a que não poderão capturar, o qual sendo casado veio a sua infeliz e desditoza mulher a ser o alvo de todas as vinganças do Sr. Taborda, sendo ella immediatamente preza, (penso que por pronunciada) a titulo de cumplice de seu marido; como que no caso mesmo de ser este o aggressor devesse tua mulher ser socia em seu castigo. Aqui há logar de notar-se que n’esta dicta devassa o Sr. Ministro devassante por um simples requerimento do Sr. Taborda sem ser parte legitima fizera também perguntas sobre o delinquente de um outro crime que já havião 3 para 4 annos se tinha

devassado, achando-se a mesma devassa cerrada, e sentenceada; e o que parece cheirar a fazer reviver processos findos prohibido pela nossa Constituição, e quando não seja isto, ao menos tal procedimento era dependente de Provisão do Tribunal competente: porém vamos adiante. Presa que fosse a infeliz mulher do chamado criminozo da morte do escravo, foi remetida a Paranaguá, e dali a essa Cidade em cujas Cadeas se acha supportando todo o rigor da mais acerba injustiça, e prestes a alvez succumbir na occasião de dar a luz um innocente como ella mesma, que tem desd' o berço de ser victima da crueza do Sr. taborda, e outros que tem sim de ver a luz enfumaçada na escacez d' uma enxovia, infecta entre meio de avezados ao crime. Ah! Sr. redactor a quantos males não está sujeita a humanidade mormente quando corações sedentos d' ella se querem vingar com desprezo das mais sagradas leis da natureza!!! Entretanto accumulando-se ainda abusos sobre abusos são logo sequestrados, e posotos em hasta pública todos os bens moveis e de raiz pertencentes a este infeliz casal sob pretextode segurança do Juizo, valor do escravo, e pagamento dos Soldados, que por um mez ou mais tão desnecessariamente, e em grande n° estiverão em serviço activo a capricho do seu Commandante, patrocinado pelo Sr. Ouvidor interino Dr. Joaquim Teixeira Peixoto, que não foi menos deshumano com a pobre mulher pois recorrendo-se a elle, para não ver arrematados seus bens, offereceu um fiador, e depositário idoneo para todo o tempo dar conta delles quando uma sentença condemnatoria determinasse taes indemnisações depois della convencida, mas esta tão rasoavel requisição foi indeferida, e para maior gravame da sequestrada se desprezarão alguns lanços maiores no acto da arrematação; e porque a misera mulher, quizesse mostrar esta illegalidade, pedindo por um requerimento que o Porteiro d' isto certificasse, foi bastante para acender-se em colera o Sr. Ministro e passou logo a indagar quem era o auctor do requerimento, e sabendo que um dera a minuta, e outro a copiara a este, por muito favor, mandou de tronco por 24 horas, e aquelle que era o Capitão das Ordenanças **Domingos José da Motta** depois de nove dias de prizão, fazendo-se sumário ao 3º, foi remetido para essa Cidade, sem attender-se aos seus clamores de deixar sua familia e interesses ao Deos dará, o que o exasperára tanto, que consta em caminho sacudira este oppressivo jugo, indo dar com sigo á Corte, sem duvida a queixar-se a S. M. I. de semelhantes despotismos do Sr. Dr. Ouvidor pela Lei, a quem um simples requerimento de tarifa pôde offender em extremo. Nem bem se havia acalmado tão terrivel borrasca quando um novo foração veio toldar de novo este horisonte; pois que o Sr. Capitão Taborda inventou outras deligencias para a prisão de um criminoso refugiado; e a quem elle mesmo delatára encarregando-se de o fazer prender, sendo que era seu protegido antes da morte do escravo, e somente por ser parente do que se diz matador deste despejára seu odio e vingança contra aquella familia inteira; no acto porém desta prisão levando a escolta (como se diz e bem se collige) ordem franca de atirarem sortirão quatro mortes em trez homens e uma pobre mulher a qual foi conduzida ainda viva, e sem culpa alguma para a cadêa, onde finou logo seus tristes dias á mingoa e sem soccorro algum de curativo, como diz o mesmo corpo de delicto a que se procedeo. Igualmente aproveitando-se o Sr. Taborda da falsa queixa de uma mulher velha, maluca, e cega que dizia pelo que sonhára lhe havião furtado umas cabeças de gado vacuum, influio para um Summario no qual por uma enfiada de dictos se criminarão mais d' uma duzia de pessoas, trama este urdido pelo Sr. Taborda com o fim de ficarem na prisão algumas destas que já nella achavão arbitrariamente na trovoada do escravo, e tirar daque outras que podião servir de testemunhas contra o escravo morto, os quaes forão para essa Cidade para assentarem praça, e alguns encorrentados: e finalmente entrando no numero destes presos algumas mulheres, estas ao ler-se-lhes este façanhoso summario, ou culpa, gritarão como era natural, por semelhante injustiça praticada pelo Sr. Taborda, que sabendo que seu nome era proferido pelas presas, mandou immediatamente pô-las de tronco, de que resultou abortar uma e escapar com a vida arranhando, pois que esteve até sacramentada. Pergunto-lhe eu agora, Sr. Redactor, que lhe parecem estas coisinhas? Pois ainda tinha muitas outras a contar-lhe, e para não enfada-lo mais deixo no tinteiro para outra vez, v. g. que o Sr. Militar apezar de seanguinario, e de dever estar rezando em occasiões de recrutamento, lá com a mão do gato sabe tirar do seio de sua familia a solteira, e a casada, fiado sempre nas suas armas, e soldados caudatarios, etc. etc. etc. Mas é sempre forte desgraça nossa; Sr. Redactor, morarmos aqui tão longe onde as vistas das Auctoridades, ou não podem chegar, ou se chegam são logo offuscadas por semelhantes desposticos delegados: que assim tão denodadamente nos opprimem! Queira portanto, Sr. Redactor, fazer por despertar a quem compete o remediar estas flagelações, para que posamos ter liberdade, segurança e propriedade: olhe Sr. Redactor, nós também somos Paulistas seus patricios, e Brasileiros em fim e portanto conto como

certo com um logarsinho no seu Farol, porque isto é bem publico, pelo qual V. m. se muito interessa, e no que fará especial favor a este Venerador.

Um coritibano.

p. 686-687

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700169>

ANEXO 07 – Lista de Eleitores para a Câmara (Concelho) em Curitiba entre 1822 e 1831

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1821,1822 e 1823 (08 de Novembro de 1820) (folhas 167 a 169)
Número total de votos: 79
Relação de indicados para eleitores
Sargento-Mor Joaquim Marianno Ribeiro = 10 votos
Capitão Manuel Joze de Franca = 8 votos
Capitão João Antonio da Costa = 9 votos
Alferes João da Silva Pereira = 11 - votos
Tenente Antônio Joze da Silva Carram = 10 votos
Manoel Joze de Faria = 1 voto
Lourenço Pinto de Sá Ribas = 8 votos
Capitão Domingos Joze da Motta = 6 votos
Coronel Inácio de Sá Sotto Maior = 8 votos
Joaquim dos Anjos Pereira = 2 votos
Joze dos Santos Lima = 3 votos
Roberto Martins Coimbra = 1 voto
Coronel Jacinto Joze de Castro = 2 votos
<i>Relação dos eleitores escolhidos</i>
Sargento Mor Joaquim Mariano Ribeiro Ribas = 10 votos
Capitão João Antonio da Costa = 9 votos
Alferes João da Silva Pereira = 11 votos
Tenente Antonio Joze de Silva Carram = 10 votos
Lourenço Peixoto de Sá Ribas = 8 votos
Coronel Ignácio de Sá Sotto Maior = 8 votos
FONTE: (CUNHA, 2003, p.55-56).

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1825, 1826 e 1827 (30 de Julho de 1824) (folhas 183v. a 185 v.)
Número total de votos: 145
Relação de indicados para eleitores
Sargento Mor Joaquim Mariano Ribeiro Ribas = 19 votos
Sargento Mor Ignacio Lustoza de Andrade = 15 votos
Coronel Ignacio de Sá Sotto Maior = 14 votos
Capitão João Antonio da Costa = 14 votos
Alferes João da Silva Pereira = 12 votos
Sargento Mor José da Costa Pinto = 11 votos
Capitão Antonio José da Silva Carrão = 9 votos
Tenente Coronel Ignacio Pereira Bastos = 7 votos
Ajudante Antonio Antunes Rodrigues = 7 votos

Joaquim dos Anjos Pereira = 6 votos
Capitão José Antonio Vieira = 5 votos
Antonio José de Freitas Saldanha = 5 votos
João Gonçalves Franco = 4 votos
Capitão Simão José Gonçalves de Andrade = 4 votos
Tenente João de Santa Anna Pinto = 3 votos
João de Andrade = 2 votos
Tenente José de Sá = 2 votos
Antonio Alves de Araújo = 2 votos
Antonio José de Souza = 1 voto
Alferes Ricardo Lustoza de Andrade = 1 voto
João Baptista Texeira = 1 voto
Fidelles Jozé da Silva Carrão = 1 voto
<i>Relação dos eleitores escolhidos</i>
Sargento Mor Joaquim Mariano Ribeiro Ribas = 19 votos
Coronel Ignacio de Sá Sotto Maior = 14 votos
Capitão João Antonio da Costa = 14 votos
Alferes João da Silva Pereira = 12 votos
Sargento Mor José da Costa Pinto = 11 votos
FONTE: (CUNHA, 2003, p.56-7)

ELEIÇÃO PARA OS ANOS DE 1828, 1829 e 1830 (05 de Junho de 1827) (folhas 192 a 193)
Número total de votos: 197
Relação de indicados para eleitores
Capitão Nicolao Pinto Rebello - 19 votos
Alferes João da Silva Pereira - 20 votos
Alferes Joze Pinto Ribeiro Nunes - 5 votos
Sargento Mor Joze da Costa Pinto - 11 votos
Sargento Mor Francisco de Paula Xavier Buenno - 20 votos
Coronel Ignacio de Sá Sotto maior 15 votos
Sargento Mor Ignacio Lustoza de Andrade 8 votos
Capitão Antonio Joze da Silva Carrão 14 votos
Sargento Mor Joaquim Marianno - 12 votos
Capitão Joaquim Gonçalves Guimarães - 13 votos
Antonio Alves de Araújo - 3 votos
Lourenço Pinto de Sá Ribas - 18 votos
Capitão João Mendes Maxado - 7 votos
Capitão Simão Joze Gonçalves de Andrade - 8 votos
Capitão Joze de Andrade Pereira - 1 voto
Capitão Domingos Joze da Motta - 2 votos
Alferes Joze Borges de Macedo - 2 votos
João Baptista de Oliveira - 1 voto
Capitão Joze Martins de Araújo França - 5 votos
Antonio Joze Pereira Tinoco - 1 voto

Ajudante João Gonçalves Franco - 7 votos
Antonio Joze de Freitas Saldanha - 3 votos
Capitão Mathias Gonçalves Guimarães - 1 voto
Alferes Franciso de Paula Xavier - 1 voto
<i>Relação dos eleitores escolhidos</i>
Capitão Nicolao Pinto Rebello
Alferes João da Silva Pereira
Sargento Mor Francisco de Paula Xavier Buenno
Coronel Ignacio de Sá Sotto Maior
Capitão Antonio Joze da Silva Carrão
Lourenço Pinto de Sá Ribas
Capitão Joaquim Gonçalves Guimarães
FONTE: (CUNHA, 2003, p.57-9).

ANEXO 08 – Listagem dos Ouvidores Providos para Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba entre os anos de 1723-1812

Relação dos ouvidores de Paranaguá (1723-1812)		
Ouvidor	Data da Chancela Régia*	Período na Ouvidoria
Antonio Álvares Lanhas Peixoto	21-08-1724	12-1725 a 06-1726
Antonio dos Santos Soares	06-07-1730	1730-1735
Manuel dos Santos Lobato	04-05-1734	1736-
Gaspar da Rocha Pereira	-	1741-1743**
Manuel Tavares de Sequeira	20-04-1744	1744-1748
Antonio da Silva Pires Melo Porto Carreiro	14-08-1748	-
Jerônimo Ribeiro de Magalhães	23-12-1754	-
Antonio Barbosa de Matos Coutinho	08-04-1772	1774-1783
Francisco Leandro de Toledo Benidos Rondon	01-07-1783	1785-1790
Manuel Lopes Branco e Silva	12-10-1789	1790-1797
João Batista dos Guimarães Peixoto	03-10-1798	1799-1802
Antonio de Carvalho Fontes Henriques Pereira	28-03-1803	1804-1807
Antonio Ribeiro de Carvalho	12-07-1804	1807-1810
João de Medeiros Gomes	07-03-1810**	-
FONTE: (PEGORARO, 2007, p. 51). * ANTT. ** SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória histórica de Paranaguá: Volume II. Curitiba: Vicentina, 2001. pg. 28-29.		

ANEXO 09 – Tabelas populacionais significativas para compreensão da população da
Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba

Distribución de la población del Brasil, c. 1800

Capitanía	Año del informe	Número de habitantes	% de la población total	Fuente
Rio Negro/Pará	1801	80.000	3,8	A
Maranhão	1798	78.860	3,8	A
Piauí	1799	51.721	2,5	B
Pernambuco	1810	391.986	19,0	C
Paraíba	1810	79.424	3,8	C
Rio Grande do Norte	1810	49.391	2,4	C
Ceará	1808	125.764	6,1	D
Bahía	1799	247.000	11,9	E
Rio de Janeiro	1803/1810	249.883	12,1	F
Santa Catarina	1797	23.865	1,2	G
Rio Grande do Sul	1802	38.418	1,8	H
São Paulo	1797	158.450	7,5	I
Minas Gerais	1805	407.004	19,7	J
Goiás	1804	52.076	2,5	K
Mato Grosso	1800	27.690	1,3	L
Totales		2.061.657	99,4	

Fonte: ALDEEN, 1990, p. 310

Estimaciones y cálculos de las principales ciudades brasileñas, 1749-1810

Ciudad	Años	Número de habitantes
Belém, Pará	1749	6.574
	1788	10.620
	1801	12.500
São Luís, Maranhão	1757	7.162
	1810	20.500
	1750	7.000
Recife, Pernambuco	1776	18.207
	1782	17.934
	1810	25.000
Salvador, Bahía	1757	35.922
	1775	36.393
	1780	39.209
Rio de Janeiro	1807	51.000
	1760	30.000
	1780	38.707
São Paulo	1799	43.376
	1803	46.944
	1765	20.873
Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul	1798	21.304
	1803	24.311
	1808	6.035
Oeiras, Piauí	1762	1.120
	1810	2.000
	1804	9.477
Vila Boa, Goiás	1782	7.000
Vila Bela, Mato Grosso	1740	20.000
Ouro Preto, Minas Gerais	1804	7.000

Fonte: ALDEEN, 1990, p. 310

PARANÁ
1824

1. POPULAÇÃO TOTAL			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
LIVRES	12921	14111	27032
ESCRAVOS	2957	2898	5855
TOTAL	15878	17009	32887

CURITIBA
1824

1. POPULAÇÃO TOTAL			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
LIVRES	3393	3765	7158
ESCRAVOS	506	468	974
TOTAL	3899	4233	8132

PARANAGUÁ
1824

1. POPULAÇÃO TOTAL			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
LIVRES	2509	2782	5291
ESCRAVOS	654	627	1281
TOTAL	3163	3409	6572

PARANÁ
1830

1. POPULAÇÃO TOTAL			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
LIVRES	14864	15577	30441
ESCRAVOS	3178	3082	6260
TOTAL	18042	18659	36701

CURITIBA
1830

1. POPULAÇÃO TOTAL			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
LIVRES	4156	4505	8661
ESCRAVOS	496	547	1043
TOTAL	4652	5052	9704

PARANAGUÁ
1830

1. POPULAÇÃO TOTAL			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
LIVRES	2606	2776	5382
ESCRAVOS	699	639	1338
TOTAL	3305	3415	6720

Fonte: COSTA; GUTIERREZ, 1985, passim.

PARANÁ — 1822

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR VILAS

Vilas	Branços		Pretos		Pardos		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Curitiba	6484	36,80	1385	30,63	3998	42,41	11867	37,59
Paranaguá	4258	24,17	846	18,71	1175	12,47	6279	19,89
Castro	3250	18,45	956	21,14	1342	14,24	5548	17,58
Antonina	1482	8,41	795	17,58	1693	17,96	3970	12,58
Nova do Príncipe	1907	10,82	380	8,40	617	6,55	2904	9,20
Guaratuba	237	1,35	160	3,54	601	6,37	998	3,16
Total	17618	100,00	4522	100,00	9426	100,00	31566	100,00
	Branços		17618		55,81			
	Pretos		4522		14,33			
	Pardos		9426		29,86			
	Total		31566		100,00			

CURITIBA — 1822

POPULAÇÃO — GRUPOS POR SEXO E ESTADO CIVIL

BRANCOS

Estado Civil	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Solteiros	1993	61,97	1974	60,40	3967	61,18
Casados	1163	36,16	1092	33,41	2255	34,78
Viúvos	60	1,87	202	6,19	262	4,04
Total	3216	100,00	3268	100,00	6484	100,00

CURITIBA — 1822
POPULAÇÃO — GRUPOS POR SEXO E ESTADO CIVIL

PARDOS LIVRES

Estado Civil	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Solteiros	1002	66,44	1285	67,95	2287	67,28
Casados	462	30,64	503	22,60	965	28,39
Viúvos	44	2,92	103	5,45	147	4,33
Total	1508	100,00	1891	100,00	3399	100,00

PARDOS ESCRAVOS

Estado Civil	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Solteiros	241	88,60	282	86,24	523	87,31
Casados	28	10,29	40	12,23	68	11,35
Viúvos	3	1,11	5	1,53	8	1,34
Total	272	100,00	327	100,00	599	100,00

CURITIBA — 1822
POPULAÇÃO — GRUPOS POR SEXO E ESTADO CIVIL

PRETOS LIVRES

Estado Civil	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Solteiros	62	55,35	58	51,33	120	53,33
Casados	48	42,86	39	24,51	87	38,67
Viúvos	2	1,79	16	14,16	18	8,00
Total	112	100,00	113	100,00	225	100,00

PRETOS ESCRAVOS

Estado Civil	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Solteiros	493	82,86	462	81,77	955	82,33
Casados	97	16,30	78	13,81	175	15,09
Viúvos	5	0,84	25	4,42	30	2,25
Total	595	100,00	565	100,00	1160	100,00

CURITIBA — 1822

ESTRUTURAS ETARIAS

BRANCOS

Idades	Sexo Masculino		N. ^{os} Relativos %	Sexo Feminino	
	N. ^{os} Absolutos			N. ^{os} Absolutos	N. ^s Relativos %
0 5	618		19,22	628	19,22
5 10	551		17,13	505	15,45
10 20	689		21,43	728	22,28
20 30	529		16,45	543	16,62
30 40	301		9,36	317	9,70
40 50	242		7,52	275	8,41
50 60	166		5,16	162	4,96
60 70	89		2,77	72	2,20
70 80	21		0,65	24	0,73
80 90	6		0,19	11	0,34
90 100	4		0,12	3	0,09
Total	3.216		100,00%	3.268	100,00%

CURITIBA — 1822

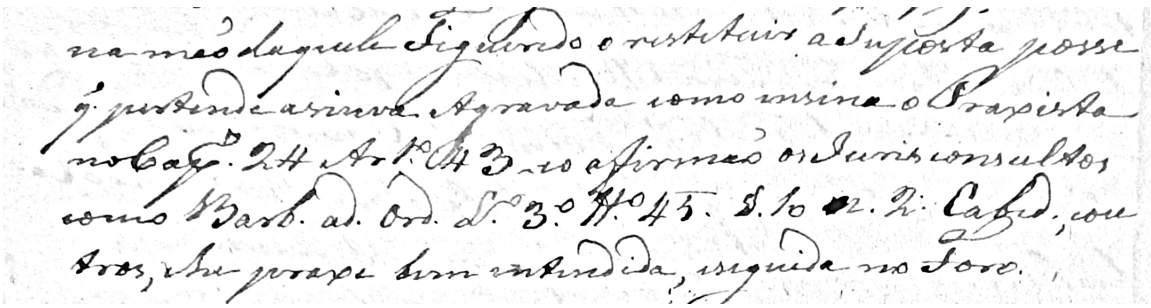
ESTRUTURAS ETARIAS

PARDOS

Idades	Sexo Masculino				Sexo Feminino			
	LIVRES		ESCRAVOS		LIVRES		ESCRAVOS	
	N. ^s Abs.	N. ^{os} Rel. %	N. ^{os} Abs.	N. ^{os} Rel. %	N. ^{os} Abs.	N. ^{os} Rel. %	N. ^{os} Abs.	N. ^{os} Rel. %
0 5	324	21,49	74	27,21	375	19,83	48	14,68
5 10	274	18,17	46	16,91	311	16,45	42	12,84
10 20	342	22,67	63	23,16	419	22,16	101	30,89
20 30	232	15,38	41	15,07	327	17,29	71	21,71
30 40	133	8,82	17	6,25	183	9,68	35	10,70
40 50	88	5,84	17	6,25	130	6,87	10	3,06
50 60	63	4,18	7	2,57	71	3,75	11	3,36
60 70	28	1,86	6	2,21	47	2,49	7	2,14
70 80	16	1,06	1	0,37	15	0,79	—	—
80 90	7	0,46	—	—	10	0,53	1	0,31
90 100	1	0,07	—	—	3	0,16	1	0,31
Total	1.508	100,00	272	100,00	1.891	100,00	327	100,00
LIVRES					3399	85,39		
ESCRAVOS					599	14,61		
TOTAL					3998	100,00%		

ANEXO 10 – Lista de citações de juriconsultos realizada nos processos acompanhada de imagem.

Lista com Livros e citações referidas nos processos analisados	
Processo	Citação
	Autores referidos
	Livro
	Passagem
IMAGEM(NS) DOS PROCESSOS TRATADAS A FIM DE PERMITIR A LEITURA	
PI04391	“conforme a praxe capitulo 32 § 8” (José dos Santos Lima em Traslado)
	"Pela máxima lei praxista cap. 26 §9 inda mesmo por uma simples notificação seja a parte deve os senhores juizes (...)" (José dos Santos Lima em Traslado)
	Alexandre Caetano Gomes.
	GOMES, Alexandre Caetano. Manual Practico judicial, civil e criminal. Lisboa: Oficina de José Antonio Plates, 1766.
	“c.32 § 8 “Nessas causas summarias não ha réplica, nem tréplica, e somente se offerecem os artigos, dizendo em lugar do Provará das causas plenarias, Justificará.” (GOMES, 1766, p. 157) “c.26 §9 “9 - Feita a notificação, fe accusa em audiência; e autuando o Escrivão a petição, citação, e sua accusação, conclusos ao Juiz, elle a julga por sentença na forma seguinte: Julgo a citação feita ao supplicado F. a requerimento do Supplicante F, por sentença, e para seu effeito lhe interponho minha authoridade, e decreto judicial: pague o Supplicante as custas ex causa &c. Assina o nome inteiro” (GOMES, 1766, p.132)
	
PI04445	"praxista em seu cap 24 art 43 afirmão como Barb ad. ord. L. 3 tt 45 §1 n2 couaros, he praxe bem recebida e seguida no foro" (Manoel José Dias Portes – Procurador dos Agravantes 05/07/1824)
	“O nosso adversario por mais produzio ainda torna a argumentar com o praxista no cap. 24 art. 43 = O que muitas vezes as forças são commetidas por familiares, criados, jornaleiros e trabalhadores = talvez esperasse o agravante, que n'citis se comprehendesse o genro espoliador, mas deste senão fala, nem por argumento de identidade; e menos ajuda o agravante a outra authority que de certo não examinou e só chamou com o praxista, ce contra producente o nosso pensar: diz Barbosa no lugar que aponta o nosso adversario = possessorio recuperando conventus nom postest dominum mandantem nominare im judicio, sed illeme respondere tonetur = Todas as regras de uma enganosa hermenêutica não saberiam fazer servir estas palavras de Barbosa ao nosso adversario.” (Joaquim José de Araújo – Procurador dos Agravados 14/07/1824)
	Alexandre Caetano Gomes
	Manoel Barbosa
	BARBOSA, Manoel. Remissiones Doctorum de officiis publicis, iurisdictione, et ordine

	<p>iudiciario. Lisboa: Ulyssipone: Typis Petri Craesbeeck, 1620.</p> <p>GOMES, Alexandre Caetano. Manual Practico judicial, civil e criminal. Lisboa: Oficina de José Antonio Plates, 1766.</p> <p>“c.24 art.43 - “E se o Juiz receber os embargos. e não os remetter, se pode agravar por instrumento, ou petição, e he este caso exceptuado da generalidade; porque se ensina que de embargos recebidos não se dá agravo, mais que no auto do processo.” (GOMES, 1766, p. 126)</p> <p>“2. Possessorio recuperanda conventus, non potest dominum mandantem nominare in iudicio, sed ille met respondere tenetur. [Recuperando a posse convencional, não pode se citar o mandatário em juízo, mas ele é obrigado a responder] Vido Abb. In cap. Quoniam frequenter §.fin. n.51 & à n.78 Vt lite non contest afflicti. Decis.217 Gregor.1.29 verbo Señorío titul.2part.3 Menoch. Remed 15. Recup.n.485.cum seqq. & remed.16.nu65.Anton Gabri. vbi proxime, Gam. Decis 259.n.2 Valas. De Iure emphyt.q.18;nu.24 in fine.Tertius comparens pro suo interesse deducedo ius domini, potest impedire sieri restitutionem spoliato. Vide Greg.1.27. verbo O outro qualquier tit. 2.part.3 &l.8. Verbo outro alguno tit.10 part.7 Menoch remed.1 Recup.à n.372. Anton.Gabri. de restit spoliati. Concl. 1. n.45. Ioseph.Ludou.Perus. decis.26.n22 & decis.39 n.5 Bernard Graeuae ad. Pract. Camerae Imper. Lib.1 concl.70 consid.1 D. Barbos. In Si Alienam nu. SS. Solutio mat. Valasc. Conf. 162.n.4.” (BARBOSA, 1620, p. 326).</p>
	 <p>na mão de quem fiquendo o restituir a superiora posse q. p. de se ajuizar. Agravada como unia o Praxista no cap. 24 Art. 43. e as firmes ou Jurisconsultos como Barb. ad. Ord. d. 3.º ff. 45. §. 1.º e 2.º. Cap. 1.º Art. 1.º, que parece bem entendida, seguida no Foro.</p>

O nosso adversario, por mais produzido, a ainda torna
 a argumentar com o jurista no Cap. 24 Art 23 = Os
 que muitas vezes as foras são cometidas por familia-
 res, criados, jornaleiros, e traballhadores = Talves expe-
 rasse o agravante, que n'elles se comprehende o
 genro expellido, mas d'elle se não fala, nem por
 argumento de identidade: em d'isso ajuda o agravan-
 te a outra authoridade, que de certo não se aminha,
 e só chamou com o Jurista, e contra produzido
 a não pensar: diz Barbosa no lug. q' aponta o nos-
 so Adversario = Possessorio recuperando conventus non
 potest Dominum mandantem nominare in iudicio,
 sed ille mē respondere teneatur = Todas as regras
 de uma enganosa Hermeneutica não saberão fazer
 servir estas palavras de Barbosa ao nosso ad-
 versario.

PI04483	“Principio conforme Cabed. p.1 Decis.28 n.4, Mend. P. 1. L.3 C.22 n.56 vece interlocutória (...)” (Manoel Rodrigues – Como Parte)
	Jorge de Cabedo Manoel Mendes de Castro
	PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. Primeiras Linhas sobre o Processo Civil. Volume 2. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1863.
	“A sentença deve ser embargada em dez dias. Em nota 595 - (...) Ainda que se não continue logo vista dos Autos, ou estes se não cobrem apenas findar o termo legal. Cabed. P.1 Decis. 28 n.4 Mend. P.1 L.3 c.22 n.56.” (PEREIRA E SOUSA, 1863, Vol.2, p.7)
	[Cabedo – Decisio 28 – Intelligitur Ord. li.3 tit. 16, in principio, circa assignationem dece diersi, na peremptorij finte] “Decreuit Senatus, quodsi advocatus rei petit processum e vista delle, aut per iudicem in auditori illi dari ussum est, quodo decendiumei non currebar nisi a die quo processus advocato datus fuerit, e hoc casu servaretur stylus, qua muis pars tenebatur instare, vt processus daretur suo advocato e quini non secerit in a quasuit culpa, quae sibi imputari debet.” (CABEDO, 1602, p.97) CABEDO, Jorge de. Prima [-secunda] pars Decisionum Senatus Regni Lusitaniae. Collectae per Doctorem Georgium de Cabedo Regium. Lisboa: Olispone Oficina Georgii Rodriguez, 1602. Extraído de: http://purl.pt/23611/3/res-2933-v/res-2933-v_item3/index.html#/0 Acesso em 21 de Abril de 2013. [Mendes de Castro Practica Lusitana L.3 cap.22 n 56] “Nec item preadictodecem dies iam incepti sulpedi possunt per ingressum feriarum quia sunt continui Bald. In L.1 & Vlt. C. de ferijis, & ira Senatus admisit. Caeterum decendium nou curret, si Scriba no misit processum procuratori rei connenti secundum Cabed. Deceis 28 I par. Nec si distributio no siat, vel si mandatum actoris non appareat, vel si culpa notarij non suerint se stes examinati, quia impedito no currit tempus argum. L.1 § dies autē SS. quando appell. Sit l.v nic SS, libell, dimis. Vel si

	tempora luctus citatio siat, vel si réus intentauit exceptionem declinatoriam fori.” (MENDES DE CASTRO, 1619, p.256) MENDES DE CASTRO, Emanuel. Practica Lusitana. Advocatis, iudicibus utroque foro quotidie versantibus, admodum utilis e necessária. In quinque libros divisa. Lisboa: Olisipone, 1619.
PI04515	(...) de vida a quem articula contra disposições das Leis: achando-se a mesma lei ampliada com os assentos citados e interpretação pelo sabio, e Doucto manejador dellas José Homem Correa Telles no § 18 nº4 anno de mil oitocentos e quinze (...) (Francisco das Chagas de Sá Ribas)
	José Homem Correa Telles (tradução de Jean Domat)
	TELLES, José Homem Correa. Theoria da Interpretação das Leis, e Ensaio sobre a natureza do censo consignativo. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1815.
	IV. § 18 – “Não se devem ter por injustiças oppostas á equidade ou á intenção do Legislador as decisoens, que parece terem alguma dureza (a que também chamão rigor de direito) quando he evidente, que este rigor he essencial á Lei, d’onde elle se deriva; nem se lhe pode fazer modificação sem anniquilar aquella. Assim se o testador no acto da approvação do testamento, tendo já a penna empolgada para o assignar, expirasse antes de o ter assignado: ou ainda que o assignasse, esqueceo assignar-se huma das testemunhas precisas, ou faltou alguma outra solemnidade requerida pela Lei, este testamento he nullo apezar da certeza a que haja da vontade do testador, e por mais favorável que seja seja disposição; por quanto todas estas formalidades são a única via, que as Leis julgão segura para haver huma prova não equivoca da vontade do testador. Assim este rigor que annulla todos os testamentos, nos quaes faltão as formalidades prescriptas pelas leis, he essencial a estas mesmas Leis, e o mesmo fora anniquiladas, que dar-lhe alguma modificação.” “Quod quidem perquam durum est, sed ita lex este scripta. L.12 §1 ff Qui es a quib manum.” (TELLES, 1815, p.12-3)
PI04534	“Mostra-se finalmente pela resposta do promotor em sua exposição de folhas 20 por concorrendo para a nulidade do testamento a falta de capacidade do testador exigida pelas Ord. L.4 tt.81 in princ. Pelo desrespeito identificado e mal ordenadas disposições do mesmo testador acrescia não estar a ultima testemunha assignada na aprovação do testamento, na mesma mencionada folha com efeito só basta para se julgar nullo e sem efeito algum suas disposições pelo que as testemunhas deviam estar presentes desde do principio até o fim assim se informa da lei Lei do L.4 tt.80 §1 Negreir. Ult. Vol. L.3 C.2 n.8 Gam Dec.69 Pinh. Disp.2 n147.” (Joaquim Teixeira Peixoto - 5 de Abril de 1827)
	Manoel Figueira de Negreiros Antonio da Gama

	<p>Francisco Pinheiro</p> <p>TELLES, José Homem Correa. Manual do Tabellião. Ou Ensaio de Jurisprudência eumematica contendo a cloção de minutas dos contractos, e instrumentos mais usuais, e das cautelas mais precisas nos contractos, e testamentos. Lisboa: Impressão Regia, 1830.</p> <p>“Nota 3 - Todas as testemunhas deve ser presentes no mesmo tempo e lugar, isto é, desde o princípio até o fim. Negreir. Ult. Vol. L.3, C.2, n.8, Gam. Dec. 69, Pinheir. Disp. 2, n157” (TELLES, 1830, p.196)</p> <p>Citação Negreiros em latim - “Deinde eodem etiam tempore e loco, debent se subscribere testes, vt per Paul L.1 2 num.13. Cod. de testamentis, tradit Nepos a Monte albano in in suo libello fugitivo de exception. contra testamentum , alias intervallum vitiabit testamentum: vt patet ex iuribus tam in L. hac consultissima Cod. de testam. quâm ab ipso Marco Nepote ubi proxime allegatis” (NEGREIROS, 1613, p.123) NEGREIROS, Emanuel Figueiras de. Introductio ad ultimas voluntates continens omnia necessaria ad confectionem testamenti. [S.L.] Ulysipoli: ex officina Petri Crasbeeck, 1613.</p> <p>[tradução livre] “Além disso, também ao mesmo tempo, a partir do local, devem assinar as testemunhas, de modo que, assim como Paul L.1 num.13 2. Codex. Testamentos, neto do Monte Alban, das mãos para baixo sobre o fugitivo na sua nota de exceções. contra o pacto, outro intervalo do viciado testamento: como mostrado em ambos os direitos de L. este seus melhores argumentos. testemunhas. que ele tem citado Mark Nepos, onde o mais próximo”</p> <p>GAMA, Antonio da. Decisionum supremi Senatus regni Lusitaniae. 1578.</p> <p>PINHEIRO, Francisco. Tractatus de Testamentis. Coimbra 1681.</p>
PI04552	<p>“Procura-se agora este apenço e dele não há notícia o justificante querendo provar por testemunhas se o mesmo apenço não o he movimento judicial visto de outra forma se não poder reformar o mesmo apenço por não constar de portocolos de audiências na forma que dispõe (Venv) Parte 4ª C.1º N. d 14 15 16 e 17 e todo título por cujos termos, se deve admitir a justificação requerida a fl. 2 não obstante equivoco de dizer que são casa na rua do jogo de bola ou as do pátio.” (Francisco Domiciniano de Menezes Lima - autor)</p> <p>Antonio Venguerve de Cabral</p> <p>VANGUERVE CABRAL, Antonio. Pratica Judicial, muyto útil, e necessária para os que principiam os officios de julgar, e advogar, e para todos os que solicitam causas nos Auditórios de hum, e outro foro. Coimbra: Oficina de Antonio Simões Ferreira, 1730. 2 Tomos.</p> <p>“14. Se a escritura era publica, a que se tinham assinado os dez dias, nestes termos debaixo da citação, para a reformação, se tira outra das notas donde foi feita a que se perdeu; e se procede na mesma forma que fica dito no numero 11”.</p> <p>15. e se a escritura for particular, se deve provar por testemunhas na forma já alegada, e além do sobredito, o que dizem os DD. Ao d. cap. Cum alim de privileg. Asslict. Dec. 274 num.3 vers. Secundo, e dec.302 num.5 ad fin.”</p> <p>16. Tanto nas causa ordinárias de libello, como nas sumarias de escrituras, se deve admitir prova pelo livro da distribuição, pois neste se declaram as quantias, que se pedem no libello, e a quem; e nas ações de assinação de dez dias por escrituras, se declara na distribuição assim: ação de escritura de N. contra N. em que se pede tal coisa; por onde consta, que ouve a tal escritura pública, na qual se pedia tal cousa, e o mesmo é no particular, e sempre consta das taes escrituras, o que se deduz de Innoc. In cap. Ad audientiam de preasumpt” (VANGUERVE CABRAL, 1730, Tomo 2, p. 436-7)</p>

<p><i>poder reformar omne apino pna? Conter d. Bar tas log d. Audiencia na forma q' ty primo ter. para d. C. 16. A. d. 16. 15. 16. 17 e todo título por juiz turnos, sive admitir ajufificasas' leguenda d. d. d.</i></p>	
PI04592	(...) Com estas concorda a testemunha fl. 18 ver que tem inteira razão de saber do estado [rasoins] do Libertador como confessa ao costume e como todas são de facto proprio tem inteira Crê= = dito este como ensina Peg. ad. Ord. L.1 tt. 35 §18 nº3 tom.8 ex. Mend. A. Castr. L.3 Cap. 12 n.7 (...) (José Rodrigues Martins - Parte)
	Manoel Alvares Pegas
	Manoel Mendes de Castro
	Não identificado
<p><i>Com estas Com Crda a testemunha fl. 18 que tem inteira razão de saber do estado na Crda do Libertador como Confessa ao costume e como todas suas de facto proprio tem inteiro Crê= dito esse' Com inclina Peg. ad. ord. d. 16. 10. 16. 35 §18 nº3 Tom. 8 ex. Mend. A. Castr. L.3 Cap. 12 n.7</i></p>	
PI04599	"como ensina o praxista manual practico e o Direito" (Ponciano José – Procurador dos Autores) "poderosos no Embargos necessários porém mostram sem o vigor para desfazer a jurisdição do juiz como diz [????] na sua prática universal - tt das exceções n 22 parágrafo passo manda o que neste caso se venha com Excepções assim (...)” “(...) Esta não he menor questão que forma a saber e se revive he de genero in divez ebleicum a sua de quatno se abre contra a forma a que a lei ensina se abra se pese por nullo inol a que o mesmo livro ao figurar clauzula anulativa com multas Barb. ad. Ord, L.3º tt. 24 in principio (...)” (José Rodrigues Martins)
	Alexandre Caetano Gomes
	Manoel Barbosa
	GOMES, Alexandre Caetano. Manual Practico judicial, cível e criminal. Lisboa: Oficina de José Antonio Plates, 1766.
Não identificado	
Não identificado	

	<p><i>podendo se empregar nas causas, por rem das causas sem azeite de fazea de radicaes de fazea como diz Simão matina Pratic Universal titulos Expressos n.º 22º que manda q' nista com se vinta com Ex- pressos: iadim He um indubitavel q' a reforma da Litteratura he de genio indubitavel e de q' se trata contra a reforma da lei en- sinna he em vtil de se q' nista nullo in- da q' a Litteratura se q' nista anula fize com multas. Barboza ad ord. 16º He 2º in principio.</i></p>
PI04603	<p>"que he em direito expresso quer quando os precedentes julgadores tem de sentenciar afinal para caso tanto melindroso como circuspecto e havendo provas de parte a parte submaneira que deixa vacilantes perplequexos aos mais literatos, neste caso para o melhor conhecimento da razão a huma ou outra parte, proceda-se a vistoria como bem literalmente especifica Alex. Caetano Gomes em seu Manoal pratico L. 1 cap.35 § 1 ex eis que Valasc. Conf. 43 n.27 verf. e §18 Cum multis Arouc. Ad L. Imperator Titius, 8. aff, de Stat. homin, lib.1 tit5 ne Cancer. Variar. Lib.3 ca.17 n129, Leit. Fin. Regundor. cap.II n.68cuja prova prevalece sobre todas as provas." (José Gomes Vianna)</p> <p>Álvaro Valasco Antonio Mendes Arouca Antonio Lopes Leitão</p> <p>GOMES, Alexandre Caetano. Manual Practico judicial, civil e criminal. Lisboa: Oficina de José Antonio Plates, 1766.</p> <p>"1.Quando a causas de bens de raiz se vê perplexo o juiz para sentenciar a causa, em razão do que assim Aoutor com Réu provaram ex abundanti seus artigos, e intenções: o que vulgarmente sucede, porque para tudo há testemunhas, e pela igualdade destas, ou variedade de seus depoimentos, recorre ao remedia de vistoria no lugar da contenda, ex eis quae Valasc. Conf. 43 n27 vers. Et hac practica " (GOMES, 1766, p.162)</p> <p>"18. Para regular limites he a melhor prova, e sempre vence toda a prova, e ainda é melhor que a confissão da parte. Cum multis Arouc. Ad L. Imperator Titius, 8. aff, de Stat. homin, lib.1 tit5 ne Cancer. Variar. Lib.3 ca.17 n129, Leit. Fin. Regundor. cap.II n.68" (GOMES, 1766, p.164) Leitão (Antonio Lopes). Práxis de judicio frnium regundorum. Lisboa, 1654.</p>

	<p><i>L.D. Que he em Dir.º Exmo. g.º g.º os Evidentes Puzados tem desen- tinham afivel / Caro tanto melindroso como supunato / ha vindo Brova de g.º g.º submencio g.º deixa Gasilantes quoy le queros as meos d'elcator, neste Caro g.º. melhor Conhecim.º da Pa- Zao a hume, ou Outro g.º. proude-se a Victoria, como bem d'elcator m.º expmufie Alex. Lactono Pomes em seu Manual Exatiss. L. 1.º Cap. 35. § 1.º Ex eis que Valasc. Conf. 43. no 29. Resp. e § 18. Comenul tis Procer a d. L. Imperator Titus 8. aff. de Stat. hemor. feb. 1. tit. 5. n. 2. Concurvar. lib. 3. Cap. 17. n. 129. List. Pin. Segundo. Cap. 11 n. 68. Cujas Brova proude-se a todas as Brovas.</i></p>
PI04607	<p>"He conhecido por todos os juriconsultos, que para se provar a filiação para se descretarem alimentos, ou outros direitos, bastão algumas conjecturas, que tornem presumivel a filiação, com tanto provem que outros conjecturas em contrario não reduzam o caso a uma incerteza Peg. de majoral cap. 9, Phoeb. Decis 76 et ceteri Mello Inst. Jur. Lus. L.2 tt. 6 § 21 ver nota "De filiationis probatione nulla passim traduntur a nostris, alienis que scriptoribus notissimis (... longa citação em Latim...) (...)" Ord. L. 4 tt 78 § 3 (José Manoel da Silva Gomes - cita em 16 de setembro de 1827)</p>
	<p>Manoel Alvares Pegas Belchior Phebos Paschoal José de Mello Freire</p>
	<p>FREIRE, Pascoal José de Melo. Instituições de Direito Civil Português. (Versão Portuguesa de Miguel Pinto de Meneses) Boletim do Ministério da Justiça. Lisboa, 1966. Volumes 1, 2, 3 e 4. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=76 Acesso em : 27 de Abril de 2013.</p>
	<p>"Pegas longa e fastidiosamente explicam como é seu costume, no De maioratibus, cap.9, desde o n.446, Febo, Decisio 76, Nn.6, 7, 8 e outros" (FREIRE, 1966, Vol.2, p.57) "Sobre a prova de filiação muitas coisas ensinam a cada passo os escritores nacionais e estrangeiros em lugares conhecidíssimos, que não temos vagar de transcrever aqui. Limito-me a observar que, para o juiz decretar alimentos ao filho, bastam quaisquer conjecturas e presunções de direito, que seguramente não bastariam, se a questão incidisse sobre a sua sucessão e outros direitos, o que tudo se deve atribuir ao facto de se tratar de causa de alimentos, que é uma causa especial e se chama, e bem, uma causa favorável, Ord. Li.4, tit. 78, §3." (FREIRE, 1966, Vol.2, p.57) (...) a citação em latim é o texto do próprio Mello Freire (...)</p>

	<p>de successão. He reconhecido por todos os Titris confut- tos, que para se provar a filiação para se decretarem alimentos, ou outros direitos, bastão algumas conjectu- ras, que tornem presumível a filiação, com tanto porém que outras conjecturas em contrario não reduzão a caso a hum a incerteza. Reg de mayorat cap. 9. Titul. Luis 76. et ceteri. Mito Titul. Sur. Lus. L. 2. tit. 6. § 22. Nota. De filiationis probatione nulla pas- sim traduntur a nostris, alienisque scriptoribus notissimis.</p>
	<p>„notissimis locis, quia hic transcribere non vocat. Illud „tantum moneo, quod, ut alimenta filio a iudice de- „cretantur, sufficiunt qualescumque conjecturae, et ju- „ris praesumptiones, quae certe, si de illius successione, et „alijs iuribus questio esset, non sufficerent: quod totum spe- „ciali alimentorum causa tribuendum est, quae recte „favorabilis dicitur Ord. lib. 4. tit. 78. § 3. He pois reconhecido por todos os D.D. que, para se decretar o di- gito de successão se exigem provas as mais evidentes, e</p>
PI04627	<p>“Tem os apelados provado ex abundati a primeira: passam agora a provar a segunda; iste he que ainda mesmo que a apelante não tivesse sido citada, como de fato foi, no princípio da causa, não se deveria por isso julgar nullo o processado. Ahi está a Ord. L.3 tt. 63 §1 e 2 ibi E se o R. tratou o feito sem procuração da mulher (...) He disposição certa em direito, que o comparecimento da parte não citada extingue a falta de citação, ou outro qualquer erro, veja-se a nota (b) no Repertório da Ord. Verbo (... citação em latim....) e Pereira e Sousa Primeiras Linhas de Processo Civil, na nota 232 diz sobre o mesmo objeto = [cópia do texto] (Gregório Rodrigues da Oliveira - réu)</p> <p>Joaquim José Caetano Pereira e Sousa</p> <p>PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. Primeiras Linhas sobre o Processo Civil. Volume 1. Coimbra: Imprensa Literária, 1872.</p> <p>“Sendo as Testemunhas defeituosas podem ser contraditadas (494) (494) Ord. L. 3, lit. 58, Mend. p. 1, L. 3, c. 13, n. 1. As contraditas podem oppôr-se ás Testemunhas: I, ou no acto do exame até o dia seguinte, d. Ord. L. 3, lit. 58, pr.; II, ou por Artigos depois de Onda a dilação, pedindo-se para esse fim antes de Be dizer a final, rol dos</p>

nomes das Testemunhas, o qual se dá até ao costume, ficando os seus ditos em segredo. Ord. L. 3, lit. 62, §. 4, Silv. ad Ord. L. 3, lit. 58, pr. n. 4. Não tem lugar a opposição das contraditas depois da publicação das provas. Ord. L. 3, tit. 58, §. 2, c. 9, de probat. c. 31, de testib. Excepto: 1, se a Parte jurar não só que as houve de novo, mas que não vio, nem soube por si, ou por outrem o que contém as Inquirições, arg. d. §. 2, Silv. ad d. Ord. L. 3, lit. 58, §. 2, n. 2; II, se as contraditas são de falsidade do juramento porque então se admitem a lodo o tempo, d. Ord. L. 3, lit. 58, §. 2; III, por via de restituição, premiado o sobredito juramento. Ord. L. 3, tit. 58, §. 3, Mend. p. 1, L. 3, c. 13, n. 4. Silv. ad d. §. 3, n. 4. Não podem cocontraditar-se as próprias Testemunhas que cada uma produz em Juízo. Ord. L. 3, tit. 55, §. 12, L. 17, Cod. de testib. excepto: 1, se justamente ignorava a causa da repulsa; II, se ella sobreveio de novo. Ord. L. 3, tit. 55, §. 12, tit. 58, §. 12, L. 17, Cod. de testib. Isto se entende quanto" ás pessoas das Testemunhas, não quanto aos seus ditos que bem se podem arguir de falsos, d. §. 12, vers. porque — d. L. 17, Mend. p. 2, L. 2, c. 9, o. 10, Silv. ad d. §. 12, n. 13. Offerecidos os Artigos de contraditas em audiência se recebem se são relevantes, e se lhes assignam cinco dias para prova. Quaes contraditas relevem se declara na. Ord. L. 3, lit. 56, e para se conhecer a sua relevância se fazem os autos conclusos ao Juiz com as Inquirições appensas. Recebidos os Artigos de contraditas não podem produzir-se a cada um deites mais de Ires Testemunhas. Ord. L. 3, tit. 58, §. 4. As Testemunhas com que se provam as contraditas não podem ser contraditadas, d. Ord. L. 3, lit. 58, §. 4, Mend. p. 2, L. 2, c. 9, n. 10, excepto se as contraditas são de parentesco até o segundo grão por direito canónico, ou de inimizade. Ord. L. 3, tit. 58, §. A. Quando se passa Carta de Inquirição para fora devem-se pôr as contraditas perante o Juiz deprecado. Ord. L. 3, tit. 58, §. 1, e omillindo-se então, não se podem depois vir pôr perante o Juiz deprecante, d. Oíd. L. 3, lit. 58, §. 1, vers. enão satisfazendo, excepto o caso de competir o beneficio da restituição. Ord. L. 3, tit. 58, §. 3. Devem-se nomear as Testemunhas, e apresentar rol dos nomes delias a requerimento da Parle perante O Juiz deprecante e não perante o Juiz deprecado, Ord. L. 3, lit. 55, §. 1, excepto se «i Causa é tratada por Procurador fora do domicilio da Parle. Do desprezo dos Artigos de contraditas compele só» mente o Agg_ravo no acto do processo. Ord. L. 3, tit. 20, §. 33, Mend. p. 2, L. 3, c. 13, n. 3" (PEREIRA E SOUSA, 1872, P.197-8)

Tem os Appellados provado ex abundanti a primeira; passão agora a provar a segunda; isto he " que ainda mesmo que a Appellante não tivesse sido citada, como de facto foi, no principio da causa, não se deveria por isso julgar nullo o processado. Phi está, a Ord. L. 3. tit. 63. §. 1.º e 2.º ibi " E se o R. tratou o facto sem providencia da mulher.

reclamando a sua execução, dicação do processado. Se necessaria for, direm os Appellados, porque; tendo elles provado com a maior evidencia, q' a Appellante fora citada; e bem assim que, quando mesmo o não tivesse sido, nem por isso o processo se deve anular, passão agora a provar, que pelo facto do comparecimento da Appellante em Juiz por meio da procuração, que ajuntou, e se acha a f. 85 esta revalidado o processo, e supprido esse erro allegado. He disposicao certa em direito, que o comparecimento da parte não citada extingue a falta de citação, ou outro qualquer erro, veja-se a Nota (b) no Relatório da Ord. Verbo, "Nullo he o processo, que se fizer sem citação de parte, Si tamen pars non citata compareat in iudicio, tunc suppletur omnis defectus citationis, et sustinetur processus atque sententia; comparatio enim partis tollit defectum citationis, ut communiter tenent Lancelot. et alii quam plurimi ibidem citati: e Pereira e Sousa 4.ª e 5.ª do P. Civil, na Nota 232 diz sobre o mesmo objecto = „ainda que compareça para allegar esses mesmos defectos, e ainda que compareça por Procurador” =

PI04630

"(...) que crédito merecem Testemunhas de semelhante natureza incoerentes, vagas, e balbucientes e que apesar de serem insinuosas nada depõem que provem ato criminoso perpetrado pelo Agravado, pois quando estivesse cometido, teria havido corpo de delicto sobre o que claramente fala o juriconsulto Pereira e Sousa em sua obra cap. 5º, § 48, ipis verbis = corpo de delicto he a existencia de hum crime que se manifesta de maneira que se (...)" (Francisco Vidrio de Almeida – autor / ex-escrivão)

"(...) por que alem de serem os ditos contra o Agravante incoherentes, vagos e contraditórios faltava o corpo de delicto sobre qual fundassem os seus depoimentos inda mesmo quando fossem consistentes e razoáveis por ser o corpo de delicto a base fundamental e cocusa como se exprimem o juriconsultos, de toda a accusação crimina, por cuja falta todo o processo crime torna-se nulo, estes a praxe constante não só das nações civilizadas donde demorou nossa legislação como se ve em Conciol. Resol. Crimin. Resol. 1.n.1. Guassin. Deffen. reos Deffes. 4 n.5. Bohm. Elem. Jur. Crimin. Sect. 1. C.5 § 101. Como também he [terminante] pelo nossa Lei de 6 de Dezembro de 1612, e tão necessário que até se exige nos processos verbais Alv. de 4 de Setembro de 1765, § 2 §3 (...) (...) fora do articulado, ou corpo de delicto, mesmo não devendo ser inquiridas pela citada Ord. e pelo que diz Mend. P.2 L.1 C.2 n.152 Mel. Fr. L.4 tt. 17 §6 e 13 como o juiz a quo pronunciou aos agravantes pelo dito destas testemunhas? (...) (J. T. Peixoto em 3 de novembro de 1827)

Joaquim José Caetano Pereira e Sousa

Manoel Mendes de Castro

Paschoal José de Mello Freire

PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. Primeiras linhas sobre o processo criminal. 2 ed. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.

"§ 48. O corpo de delicto é a base de todo o procedimento Criminal sem o qual este não subsiste. Ele é de necessidade indispensável, e não pode ser suprido pela confissão do acusado".

(PEREIRA E SOUSA, 1800, p.40).

“Nota 1 – Lei de 6 de Dezembro de 1612. (...) Isto procede ainda nos Processos Verbaes. Alv. De 4 de Setembro de 1765 §2 e §3 (...) Faltando o Corpo de Delicto todo o procedimento é nulo. Conciol. Resolut. Crimin. Verb. Corpus Delicti Resol.1 n.1 Guazzin Defens. Reor. Defens. 4 c.1 n.5 Boehmer. Elem. Jur. Crim. Sect. 1 c.5. §101”. (PEREIRA E SOUSA, 1800, p.40).

*que depõem que os crimes
morte por esconder-se: Que credito merecem Testes
de semelhante natureza, inquietos, vagar, e bal-
hucien tes, que apertar descrevem insinuando a cada de-
poem que provem acto criminoso perpetrado pelo
Aggr., pois quando estivece cometido, teria sido
corpo de delicto dos mo. atos unica prova existencia
do delicto sobre o que claramente falia o Juriscon-
sulto Pereira, e Faria em sua obra Cap. 5.º § 48 in
sic Verbis = Corpo de delicto he existencia de hum
crime, que semani feita de maneira que se*

e grave p. q. além de serem o ditos contra
 o grave incoherente, vago, e contraditório
 faltava o corpo do delicto sobre q. fund.
 a sum o sum de poimento, iuda meruo
 quando foyum contaty, encoavii, p. ser o
 corpo do delicto abase fundamentat, e co-
 ceira, como se exprimem os Jurisconsultos,
 de toda a accusação criminal, p. cuja falta
 todo o processo criminal torna-se nullo, esta
 he a maxime constante, não só da Nação bri-
 tannica donde demonstram a nossa legitimidade
 como se ve em Concil. Resolut. crimin. Resol.
 l. n. l. Guarzin. Diffen. nor. Diffen. l. n. 5. Becken.
 Elem. Jur. Crim. Sect. l. l. 5. §. 101. Como tão
 bem he terminante pela nossa Lei de 6.
 de Dezembro de 1642, e na maxime p. até
 se exige nos processos verbaes Art. de 4. do Tit. 6.
 de 1765. §. 2. §. 3.

Além disso he digno

Antonio Plates, 1766.

Sem referência – Problema de edição. Terceira parte.

Dizem os Cap.^{as} Manuel Ant.^o da Costa e Merg.^{ta} Ma-
 thias Gonalves Guim.^{es} e Manuel Mendes Leitão p-
 cabeiros de suas Aldeias, desta Villa q^{ue} sendo falecido a
 binterfado, e sem Erô.^o numerario o Cap.^m M.^o Ant.^o Ribo-
 de Ant.^o Thio dos Luy.^{os} e competindo-lhes pelo direito
 de representação expresso no noviss.^o Inventiciorum p^{er}
 abelitoem Erô.^o in stirpe do m.^o falecido, na forma q^{ue}
 dispõem Gornes em se Manual prático Fideiul-
 e dirigio 3.^a em proutelles in successione patris e M.
 2-3-4 cujos fundam^{to} foram baixados no q^{ue} dispõem
 a Erô.^o L.^o 2.^a N.^o 91, 82 - além de outros m.^{os} autores do
 m.^o Dist.^o com q^{ue} se tem conformado a pratica consuetu-
 dinaria desta Com.^{ca} p^{er} ino quereem os Luy.^{os} justificar
 os M.^{os} seguintes.

PI04749

"por quanto [he] doutrina corrente em direito patrio deduzida das Leis, e prática das nações mais civilizadas, como atesta o sábio Joaq. Gouveia Pinto no seo tratado de testamentos e sucessões (...)" (Joaquim Teixeira Peixoto – 26 de janeiro de 1830)

Antonio Joaquim Gouveia Pinto

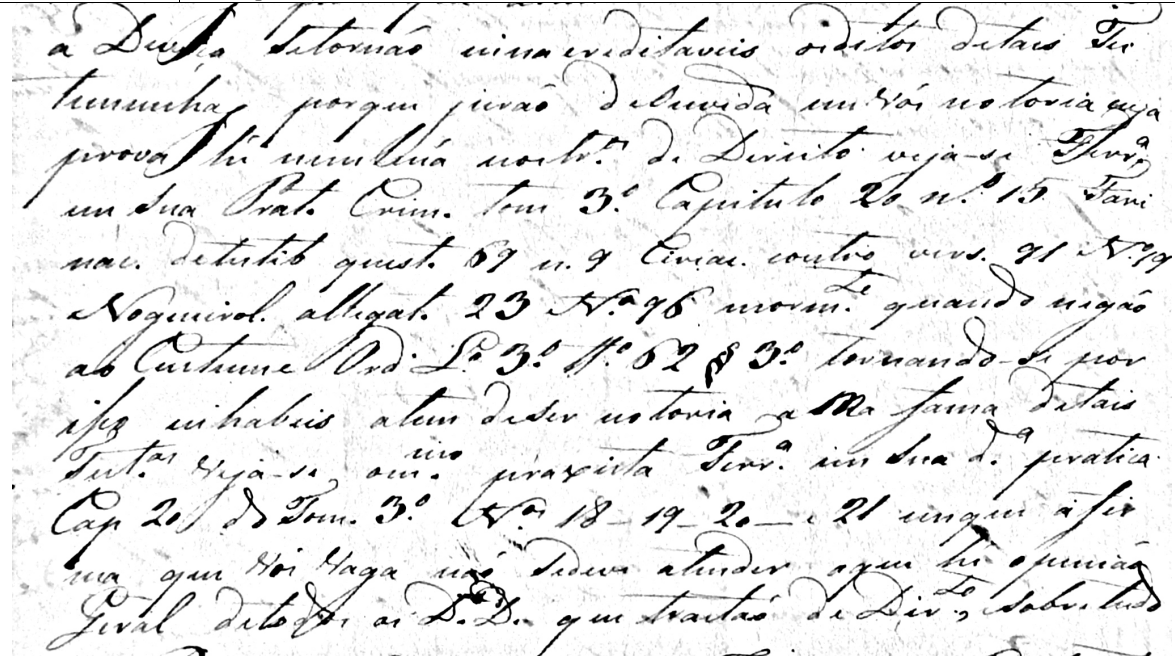
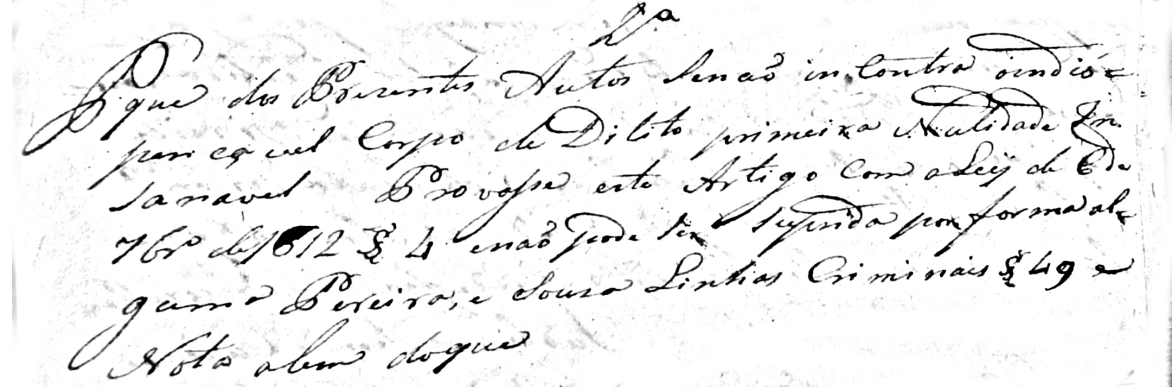
GOUVEIA PINTO, Antonio Joaquim. Tratado regular e pratico de testamentos, e sucessões, ou compendio methodico das primeiras regras e princípios que se podem deduzir das Leis testamentárias, tanto pátrias, como subsidiarias, ilustradas e aclaradas com as competentes notas. Lisboa, 1813.

Sem citação específica

por quanto he doutrina corrente em
 Direito Patro deduzida da Lei, e
 pratica das Nações mais civilizadas,
 como attesta o debis feto Joze Pinto
 nos tractados de Tutam. e Succ.
 pory, que não podem ser testa-
 mentos as popy q. não podem
 ser obrigadas, por que sendo os
 tractados de tutam. he vidoado.

	<p>“E logo que a parte perdoa os ferimentos se acha são sem senão ou deformidade já não tem lugar a acusação da Justiça, Ferreira em Prat Crim seu tom. 2 trat 3º, cap. 4º, nº 37 Ord. L.5 tt.122 in princ”. (José Gomes Vianna)</p>
PI04756	<p>Manoel Lopes Ferreira</p> <p>FERREIRA, Manoel Lopes. Pratica Criminal expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal, e illustrada com muitas Ordenações, Leys extravagantes, regimentos e Doutores, e em quatro Tomos destribuida. Porto: Na officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767.</p>
	<p>“A sétima limitação que não tem lugar a justiça no caso de rixa nova, isto é, quando succede o caso uma pendência, e há alguma ferida, de que não resultou lesão, ou deformidade; e o ferido deu perdão; porque nestes termos, não se apela o feito pela Justiça nem ela tem lugar no presente caso. He expressa nas Ord. do Reyno no lib.5 tit.122 in princip. Ibi E no caso do ferimento quando aquerela foi dada em rixa nov, e for são das feridas sem aleijão, nem deformidade do rosto, E Barb. In remiss. Ad istam Ord. E Ord. lib.5 tit.127 §1 n.3 Cald p.1 dec.113 Phoeb. P.1 dec.31 n.6 Mend. P.2 li.5 cap.1 n.75.” (FERREIRA, 1767, p.194)</p>

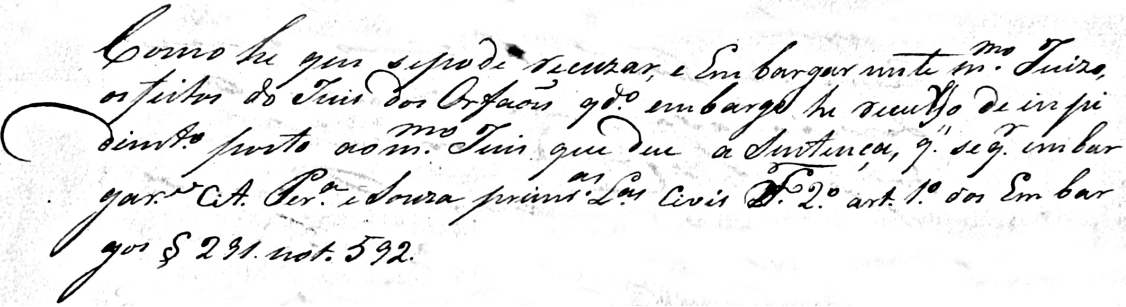
	<p style="text-align: center;">2º</p> <p> <i>Que do suposto Cr. arguido pelo Juiz 2º, diz que Quando m. l. de Justiça, em fatto de parte e heo perdurado como de le m. Cr. off. bem adim Sacho o quiazo sae hum l. m. al. e lej. ou de for mid. Como mostra pelo documento junto. E logo que oparte pudoa id. f. m. Sacha. Mas hum l. m. ou de formidade ja' nae hum lugar aa Casacaal de Justiça. For. em Part. Crim. Tom. 2.º. Part. 3.º. Cap. 1.º. n.º 37. Dr. L. l. 5.º. n.º 122 in fine.</i> </p>
PI04766	<p> “Que para seos herdeiros ficaram sua mulher D. Maria [?] de Lima meeira e seos filhos e Genros e a elles passaram as ações activas e passivas e para esta ocasião lhe compete o tractamento desta causa Banguerb p.4 cap.2 n13”. (Manoel Silvestre – procurador de sua mãe Maria Gertrudes Ribas) </p> <p>Antonio Vanguerve Cabral</p> <p>VANGUERVE CABRAL, Antonio. Pratica Judicial, muyto útil, e necessária para os que principiam os officios de julgar, e advogar, e para todos os que solicitam causas nos Auditórios de hum, e outro foro. Coimbra: Oficina de Antonio Simões Ferreira, 1730. 2 Tomos.</p> <p> “13. Por aritos de habilitação, diz N. contra N. ou NN pela melhor forma de Direito. E se cumprir. P. que ele A. trazia huma demanda com N. sobre tal, e tal cousa neste juízo, e o reo é falecido da vida presente. P. que pro seus herdeiros, ou herdeiro, ficarão NN. E a elles passarão todas as ações activas, e passivas, e por esta razão lhe compete o tratarem dessa causa. P. Conforme o Direito, devem ser habilitados na dita cusa para com eles correr seus termos na forma costumada. F. P. P. recebimento, e com todos os protestos necessários, e custas. E o advogado assina. Estes artigos tem seu fundamento pela opinião dos DD. Às Ll.m si petitor 31 ff. de Judic. L. filius 21. vers. Multo, ff. de inoffic. Testament. L. in judicio 48. ff famil. Erciscund. Bart. In L.1 num4 ff ad Trebelian, e à dita L. Vas à num 10” (VANGUERVE CABRAL, 1730, T.2, p.401-2) </p>
	<p> <i>Que p. seos herdeiros ficaram sua m.ª D. Maria de 2ª ma meeira e seos f. e genros e a elles passarão todas as ações activas e passivas e p. esta ocasião lhe compete o tractamto desta causa Banguerb. p. 4.º. Cap. 2.º. n.º 13.</i> </p>
PI04773	<p> “Veja-se Ferreira, em sua Prática Criminal Tom 3º, Capítulo 20, n15; Farinac. De testib. Quest. 69 n.9 Ciriac. Coutro vins. 91 nº19 Nogueirol. Allegat. 23 n.96 novamente quando negão ao costume Ord. L. 3º tt. 62 §3 tornando-se por sua vez inhabeis alem de ser notória a má fama de tais testemunhas veja-se o mesmo praxista Ferreira em sua obra pratica Cap. 20 do tom.3 Nº18,19, 20 e 21 em que afirma que (...) (João Antunes Leiria – procurador do réu) </p> <p>Manoel Lopes Ferreira</p> <p> FERREIRA, Manoel Lopes. Pratica Criminal expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal, e illustrada com muitas Ordenações, Leys extravagantes, regimentos e Doutores, e em quatro Tomos destruibida. Porto: Na oficina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767. </p>

	<p>T.3 Cap.21, n15 FERREIRA</p> <p>“A nona conclusão é, que as testemunhas que depoem de ouvida, não fazem prova para o delicto Farin de testib. q69. n9. Ciriac. Controv.91 n.19. Nogueir. Allegat.23 n.96” (FERREIRA, 1767, p.352)</p> <p>“ 18 A duodecima conclusão é, que as testemunhas inhabeis, e de má fama não fazem prova (...) 19 A décima terceira conclusão é que as testemunhas que depõem de fama, devem ser maiores de toda a excepção para haver credito (...) 20 Porque a voz, ou fama nascida ex abrupto não se diz fama mas huma voz vaga, sem origem certa (...) 21 A décima quarta conclusão é, que as testemunhas convencidas por faltas em hum artigo não fazem prova nos mais (...)” (FERREIRA, 1767, p.352)</p>
	
PI04775	<p>“Por que dos presentes Autos senão encontra o indispensável corpo de delicto primeira nulidade insanável prova-se este Artigo com a lei de 6 de dezembro de 1612 §4 não pode ser suprida por forma alguma Pereira e Sousa Linhas Criminais §49 e nota alem do que (...)” (José Gomes Vianna)</p> <p>Joaquim José Caetano Pereira e Sousa</p> <p>PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. Primeiras linhas sobre o processo criminal. 2 ed. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.</p> <p>“§ 49. Forma-se o corpo de delicto: I. Pela inspecção ocular: II. Por conjecturas legítimas; III. Pelos depoimentos das testemunhas”</p>
	
PI04777	<p>“Francisco Jose de Matos tem Legítimos embargos ao respeitável mandado avocatório do Meritíssimo D. Provedor da Comarca determinado a remesa dos Autos de Inventário dos bens do Falecido Francisco Xavier da Silva fabricado e já em partilha no juízo de Órfãos por haverem dois Davi menor, e Firmino de menos de 14, até por quanto a matéria de inata ligação consiste</p>

	<p>toda em direito, para a fazelos por via de Razões, no do mesmo Valasc. Al. part. Et. C.40, n2, Pereira e Sousa Primeiras Linhas Civis T.2, art.1, dos Embargos §292, not.592” (Francisco José de Matos - Réu)</p> <p>“(…) Partilhas de bens de Orfãos: he pella mesma razão: que o insigne Bacharel José Pereira de Carvalho na sua Orphanologia Primeiras linhas pag.12 cap.2 §4 nota 33 diz que nem a fepunição por mais atendem que ellas sejam fazem obstáculo ao juiz para proceder em tais inventários e partilhas e no § 5 nota 35 que só o deixava de fazer quando o soberano por provisão especial cometer na fortuna outro magistrado (...)”. (Francisco José Mattos)</p> <p>“Como he que se pode recusar, e embargar ante mesmo juízo, os feitos do juiz dos Órfãos quando embargo he recurso de impedimento posto ao mesmo juiz que deu a sentença que se quer embargar cit Pereira e Souza Primeiras Linhas Civis L.2, art.1 dos embargos §291 nota 592”. (Francisco José Matos)</p>
	<p>Joaquim José Caetano Pereira e Sousa José Pereira de Carvalho</p>
	<p>PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano. Primeiras Linhas sobre o Processo Civil. Volume 2. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1863. CARVALHO, José Pereira de. Primeiras linhas de processo orphanológico. Tom. 1 e 2. Lisboa, 1816.</p>
	<p>“§291 – Os embargos são huma allegação articulada, feita perante o mesmo Juiz, que deo a Sentença, para o fim da sua reforma”. (PEREIRA E SOUSA, 1863, t.2, p.4)</p> <p>“§ 292 – Regularmente toda a Sentença, ou interlocutória, ou definitiva admite o Recurso de Embargos”. (PEREIRA E SOUSA, 1863, t.2, p.5-6)</p> <p>“Nota 592 - Os embargos são um remédio ordinário contra a sentença, bem como a Appellação, e Aggravo. Ord. L.1, tit. 30. §§ 1 e 3. L.3 tit. 66 § 6. tit. 87. § 1. tt.88 pr. Pereir. De Revis. c. 28, n.5. Podem as sentenças reformar-se por meio de Embargos; não assim por simples Petições, ou Cotas, Decr. 19 de Novembro de 1784, excepto se se offerecem por Embargos: o que só se procede quando o objecto delles he tal que independe de allegação articulada, como he a matéria consistente em Direito. Valasc. De Partit, c.40 n.2 Há também Embargos que se formão em principio de Causa nas Acções Comminatorias, e executivas. Porém estes Embargos não entrão na classe dos Recursos, e só tem o lugar de Contestação. Mend. P.2 L.3. c.21 §4. n.50; Pheb. P.1 Arest. 13. Contém os Embargos defeza natural, e por isso a vista para Embargos a ninguém se nega Orf. L.3tit.20 §§29 e 33, tit.66 §11. Peg. Forens. C.19 n.112. Silv ad Ord. L.3 tit.83. n.11, excepto se he pedida calumniosamente. Fontanel. Decis. 258. p.10 Valensuel. Cons. 135. n. 106. Não são pois os Embargos meio legítimo de pedir, mas só de impedir. Cald. Forens. Quest. 22. n.56. Peg. Forens, c.28 n 533. Daqui vem que ainda que se não recebão, ou se desprezem como não provados, nem por isso fica o parte que os formou inhibida de deduzir a mesma materia por via de Acção. Mend. p. 2. L. 3. c. 21. Arouc. in Leg. 25, D. de stat. homin. n. 61, não assim se desprezão como não verdadeiros. Silv. ad Ord. L. 3. tit. 20. § 13, n.5, et 6. A nulidade das Sentenças não se deduz senão por meio de Embargos, e sobre elles, se a Causa se acha na superior Instância, se delibera por Tenções d. Decr. de 19 de Novembro de 1784. São os recursos ordinários das Sentenças remédios entre si incompatíveis, como appellar, ou aggravar, e ao mesmo tempo embargar a Sentença; mas para embargar a Sentença; mas para a embargar de necessário desistir da Appellação, ou Aggravo já interposto, e assim ao contrario. Ord. L. 3. tit, 84. §, 8. Mend. p. 1, L. 3. c. 18, n. 6. Silv. ad Ord. L. 3, tit. 84. §. 4 n.8. et 12. He comtudo somente lícito ás Partes variar de recurso dentro do decênio. Barbos, ad Ord. L. 3. tit. 58. §.25 n.3. Silv. d. n. 12. salvo se os Embargos se offerecem na Chancellaria, porque ainda então se pode desistir da Appellação ou do Aggravo, poeto que o dito decenio haja decorrido (...)”(PEREIRA E SOUSA, 1863, t.2, p.4-5)</p>

Thom. Co. Jora de Mattos tem Legitimay em bar
 goe ao rescripto e llem oado o vocatorio
 do illustissimo D. Provedor da Com. da
 minando a Venera dos Autos de Jovmto.
 dos bens do Falecido Thom. Co. Jora da Silva
 Fabricado, e ja em Par. das no Juizo do O. Jovm.
 P. hancum oris. Pavi mltos, e Termino de
 munn de M. alij. q.º amatoria de snada
 ligas converti tova em oruto, passa afa
 xeller P. via de Rarom, ut dovnt. Nalase
 de part. et. 6. 40 n.º 2; Perira e Loure pas pas
 Jo.º, Art. 1.º do Emb.º § 292 Not. 392...

or Provedor de comarcas não podem fazer Invent. e Par
 tilhas de bens de O. Jovm. ha pulta m.º Rarao: que o in
 signe Bacharel Jora Per. de Carr. na sua O. p. hancu
 logia 1.ª linha pag. 12. cap. 2.º § 4.º notu 33 diz: que
 não a suspicio P. mais atende q.º illas sigs. fazem ob
 staculo ao Juy. p.º proceder em tau. Invent. e Partid
 em § 5. notu 35: q.º se o dux para defazer, q.º o soberano
 P. Provedor especial cometer uma furtura no tro ella

	
PI04789	<p>“Provará que caso mil vezes negado o réu tivesse cometido tal delito havia ser acusado pelo Autor que como homem poderoso jamais queria sofrer injuria e antes se vê justa conclusão fl.2v não querer acusalo, pelo que bem se confessa estar informado da verdade a perdoar o réu daquele crime que supunha tivesse cometido e conforme a regra geral de Direito quando a parte perdoa não tem lugar a acusação da Justiça antes deve favorecer aos miseráveis criminosos para que entrem no gozo de sua liberdade e gozem o foro de cidadãos brasileiros como trás dever tido o insigne jurisconsulto Manoel Lopes Ferreira em sua Pratica Criminal tratado 3º, cap. 4º, nº41 e 43, dito Ferreira, na prática Criminal tomo 2º, tratado 3º, cap. 4º, nº 37, Ord. livro 5º, tt. 122 in princ.” (João Antunes Leiria)</p> <p>Manoel Lopes Ferreira</p> <p>FERREIRA, Manoel Lopes. Pratica Criminal expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal, e illustrada com muitas Ordenações, Leys extravagantes, regimentos e Doutores, e em quatro Tomos destrubuida. Porto: Na oficina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767.</p> <p>“41. A oitava limitação é, quando há querela de defloração que obriga ao culpado, porque dando o perdão a deflorada, não tem mais lugar a Justiça, conforme o direito do nosso Reino, nem se trata daquela causa em juízo, podeo se nela perpetuo silencio, para mais não perigar o pundenor, e honestidade da dita mulher; e assim parece que de algum modo se cura, e sara o perigo da fama, e honra, das que se acham enganadas, como o traz julgado Phoeb p2 arest138, ainda que ele no dito lugar o repugne. Barb. Ad Ord, lib.5 tit122 n.1 e seqq.” (FERREIRA, 1767, p.195)</p> <p>“43. Pelo que temos dito se mostra, não se poder apelar por parte da Justiça nos presentes casos, e se se quiser saber outros muitos, em que senão deve apelar por parte da Justiça, se veja Leit. Tr.3 q2 n2 Themud p.3 decis 394. Pereir decis 71 n2 Cost Estyl annot.14 n.20 Mend. P.2 lib5 cap.1 num 103. Barb. ad Ord lib.5 tit 122 n5 Peg forens cap.12 per tot Phoeb p.1 arest.160 e p.2 arest.138.” (FERREIRA, 1767, p.195)</p> <p>“37. A sétima limitação que não tem lugar a justiça no caso de rixa nova, isto é, quando sucede o caso uma pendência, e há alguma ferida, de que não resultou lesão, ou deformidade; e o ferido deu perdão; porque nestes termos, não se apela o feito pela Justiça nem ela tem lugar no presente caso. He expressa nas Ord. do Reyno no lib.5 tit.122 in princip. Ibi E no caso do ferimento quando aquerela foi dada em rixa nov, e for são das feridas sem aleijão, nem deformidade do rosto, E Barb. In remiss. Ad istam Ord. E Ord. lib.5 tit.127 §1 n.3 Cald p.1 dec.113 Phoeb. P.1 dec.31 n.6 Mend. P.2 li.5 cap.1 n.75.” (FERREIRA, 1767, p.194)</p>

ANEXO 11 – Imagens relacionadas ao trabalho.

As imagens a seguir foram recolhidas na internet em diversos sites, tem objetivo apenas de ilustrar o período abordado.

MAGISTRATURA LETRADA E DOUTRINADORES

Representações de estudantes e professores de Coimbra



Estudante de Coimbra 1830



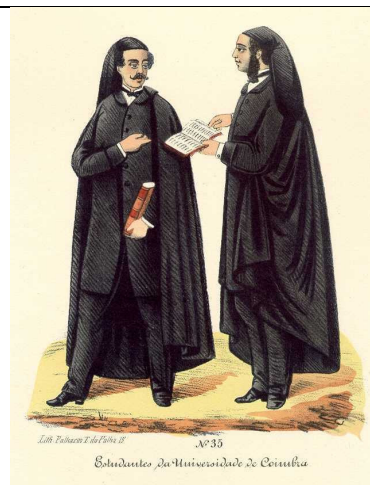
Lente em Coimbra 1830



Guarda-mor de Coimbra 1830



Desembargador Português séc. XVIII



Estudantes de Coimbra séc. XVIII

Fonte: Internet

Litografia do juristaconsulto Manuel Barbosa (1546-1639)



FONTE: BARBOSA, Manuel. Remissiones Doctorum.

Litografia do juristaconsulto Paschoal José de Mello Freire (1738-1798)



FONTE: Delegação de Ansião da Ordem dos Advogados – Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos advogados Extraído de http://delegacaodeansiao.blogspot.com.br/2008_02_01_archive.html.

FORMAÇÃO DA REGIÃO

Ata da Criação da Câmara de Curitiba (1693)

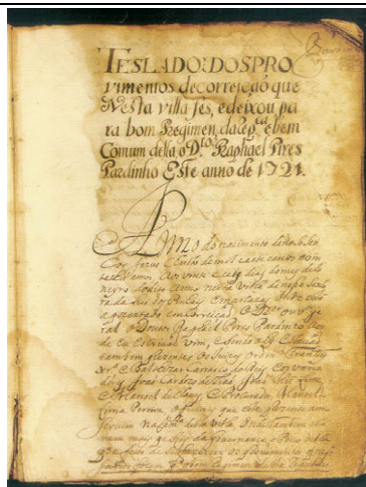


Página do livro tomo da camara da vila de Curitiba, com a ata da criação da câmara e a assinatura de alguns dos signatários

Acervo da Casa da Memória Reprodução Marcos Campos

FONTE: Casa da Memória (<http://www.casadamemoria.org.br/>)

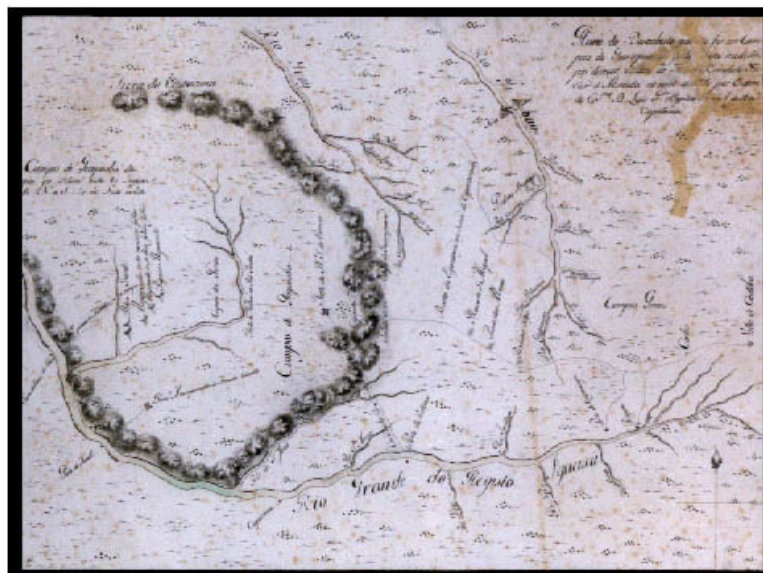
Provimientos do Ouvidor Pardinho (1721)



Os Provimientos do Ouvidor Pardinho, 1721 Acervo Casa da Memória

FONTE: Acervo casa da memória

Mapa da Ouvidoria de Paranaguá (1770)



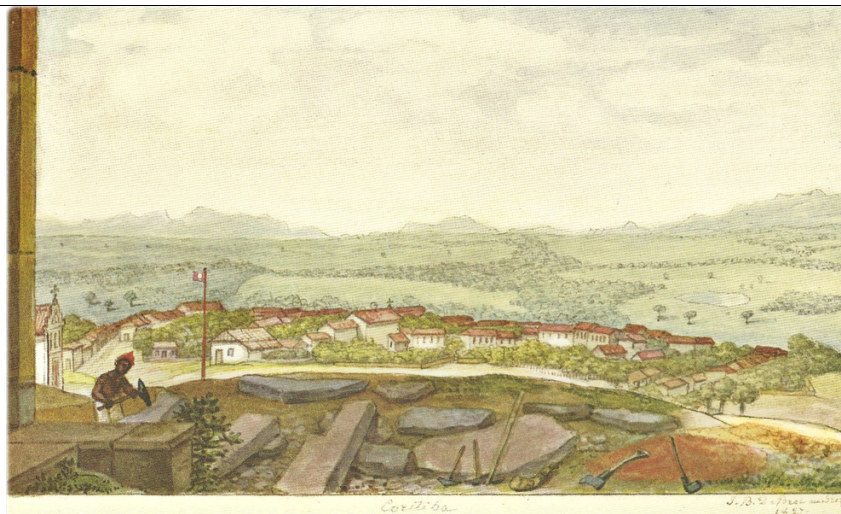
Mapa parcial do Paraná, de 1770, mostrando os Campos Gerais e os de Guarapuava.

Coleção: Newton Carneiro Reprodução: Marcos Campos

FONTE: Acervo Casa da Memória.

COTIDIANO

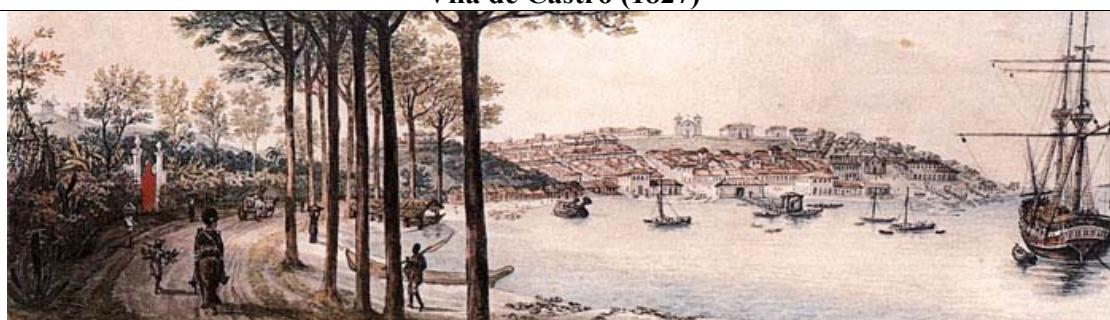
Aquarelas de Debret na Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba (aprox. 1827)



Vila de Curitiba (1827)



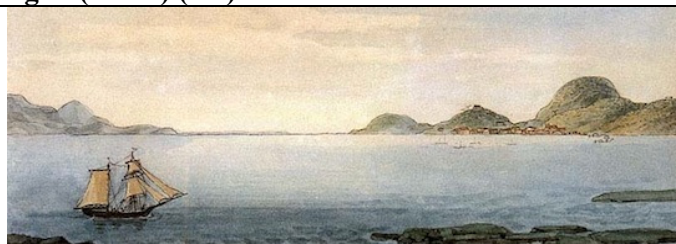
Vila de Castro (1827)



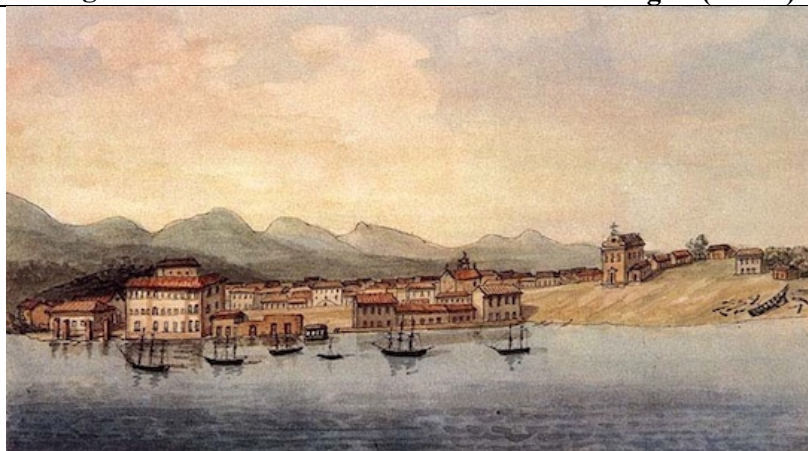
Paranaguá (Porto) (SD)



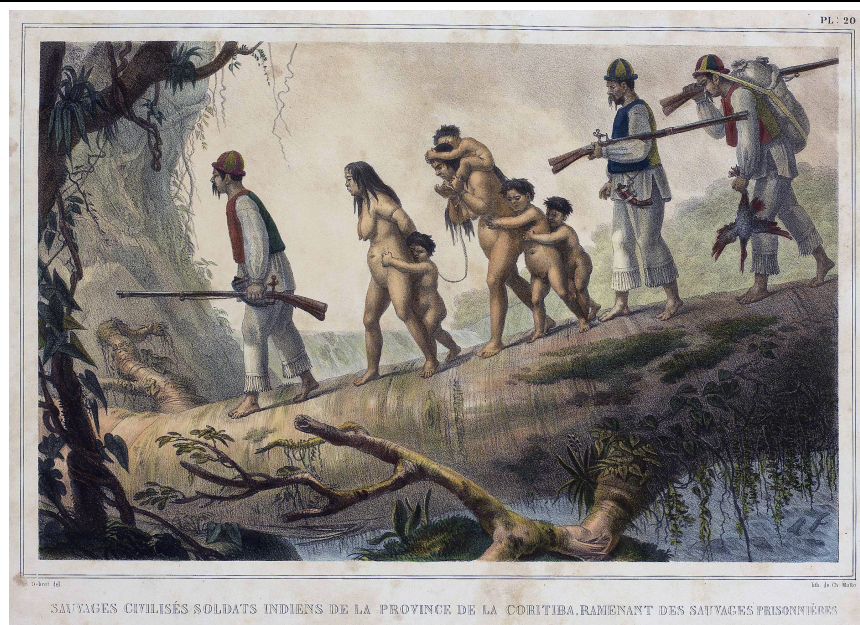
Paranaguá



Paranaguá (Bahia)



Vila de Guaratuba



Indígenas capturados na região de Curitiba



As tropas de muares. Jaguaricatu. Jean Baptiste Debret (1768-1848).

Tropas de Muares em Jaguaricatu

FONTE: Jean Baptiste DEBRET. Viagem pitoresca ao Brasil.

Mapas Troleirismo e Caminho de Viamão

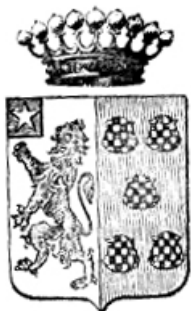


Fonte: Aguilar, p.37 (adaptado).



Fonte: Lazier, p.69 – o Caminho do Viamão (adaptado).

Brasão e gravura do Ouvidor Almeida Torres



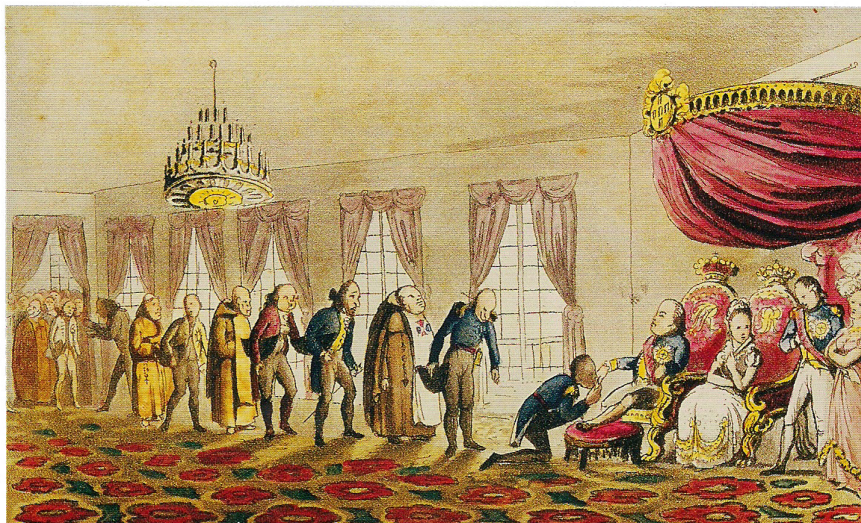
FONTE: VASCONCELLOS; VACONCELLOS, 1918, p.263. e Wikipédia
(Adaptado da ilustração de André Koehne
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Visconde_de_Maca%C3%A9.jpg)

Diogo Antônio Feijó (1784-1843)



FONTE: SISSON, S. A. Galeria dos Brasileiros ilustres. 1861, Volume 2, p. 81.

Ritual do Beija-Mão (corte de D. João VI)



1. O beija-mão de d. João VI. A. P. D. G., FBN

FONTE: Acervo da Biblioteca Nacional, quadro de A.P.D.G. (www.bn.br)



Guateiro de Paranaguá, aquarela de João Pedro, o "Mulato", com a legenda: "Água Sinhá de Pernaguá". Início do século XIX.

Coleção: Newton Carneiro



Aquarela "Sinhazinha do Cairê dando passeio para a Missa de Coritiba", de autoria de João Pedro, "o Mulato", do início do séc XIX

Coleção Newton Carneiro Reprodução Marcos Campos



Sargento Mór. "Aquarela de 1817 atribuída a João Pedro, o Mulato.

Coleção: Newton Carneiro



Quarela de João Pedro, o "Mulato", retratando os Fuzileiros da Infantaria de Paranaguá, em 1806.

Coleção: Newton Carneiro



Canastras e bruacas utilizadas para o transporte de mercadorias no lombo de mulas. Foto do autor.



DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA



*V*ista de Curitiba de 1855. Aquarela de John Henry Elliot.
 Coleção Newton Carneiro Reprodução Marcos Campos



Curitiba em 1855.

Reprodução em cartão postal de litografia do topógrafo americano John Elliot representando uma vista geral de Curitiba em 1855. Original impresso pela Litografia do Comércio, postal editado por Cezar Schulz.

Acervo Casa da Memória Reprodução Marcos Campos



Aquarela Vista Geral de Curitiba, atribuída ao pintor Joseph Keller. 1865.

Coleção: Newton Carneiro Reprodução Marcos Campos



Panorama de Curitiba, 1888. Carlos Hübental.



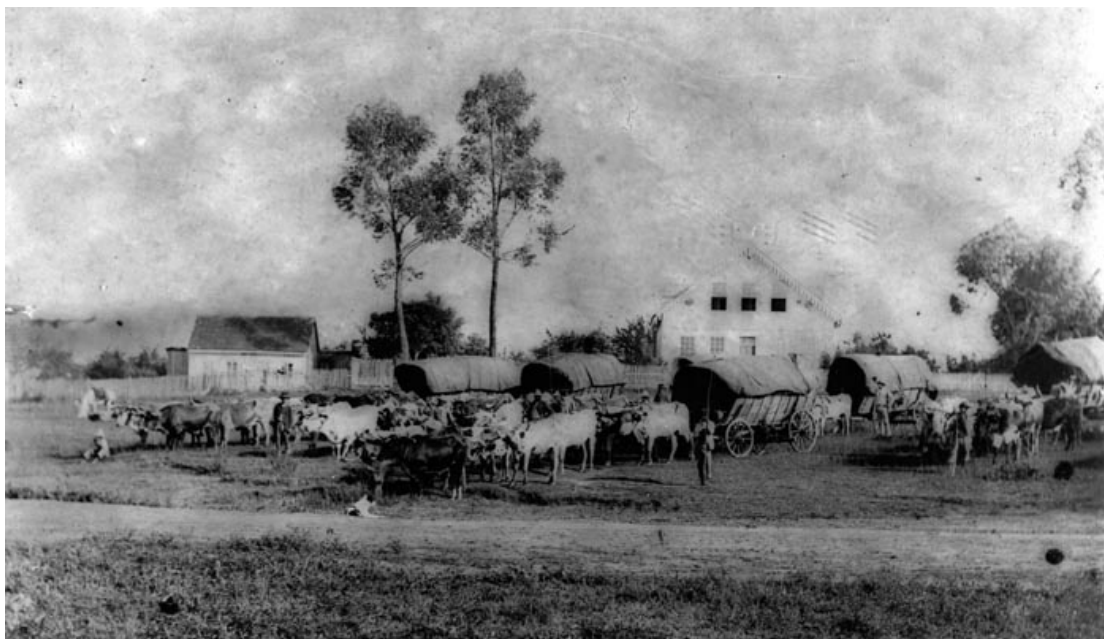
Antiga Matriz de Curitiba

Photographada na ocasião da chegada dos voluntários da Pátria, da guerra de Paraguay, em Abril de 1870



A Cathedral actual de Curitiba

Estado do Paraná — Brazil



Curitiba Final do século XIX



Curitiba Início do século XX

ANEXO 12 – Excertos da Constituição Imperial Brasileira de 1824 e Decretos com Garantias de Direitos e Liberdades Individuais

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL DE 25 DE MARÇO DE 1824.

Seguem as disposições da Constituição sobre o poder judiciário.

(...)

Do Poder Judicial.

CAPITULO UNICO.

Dos Juizes, e Tribunaes de Justiça.

Art. 151. O Poder Judicial independente, e será composto de Juizes, e Jurados, os quaes terão logar assim no Civel, como no Crime nos casos, e pelo modo, que os Codigos determinarem.

Art. 152. Os Jurados pronunciam sobre o facto, e os Juizes applicam a Lei.

Art. 153. Os Juizes de Direito serão perpetuos, o que todavia se não entende, que não possam ser mudados de uns para outros Logares pelo tempo, e maneira, que a Lei determinar.

Art. 154. O Imperador poderá suspendel-os por queixas contra elles feitas, precedendo audiencia dos mesmos Juizes, informação necessaria, e ouvido o Conselho de Estado. Os papeis, que lhes são concernentes, serão remettidos á Relação do respectivo Districto, para proceder na fôrma da Lei.

Art. 155. Só por Sentença poderão estes Juizes perder o Logar.

Art. 156. Todos os Juizes de Direito, e os Officiaes de Justiça são responsaveis pelos abusos de poder, e prevaricações, que commetterem no exercicio de seus Empregos; esta responsabilidade se fará effectiva por Lei regulamentar.

Art. 157. Por suborno, peita, peculato, e concussão haverá contra elles acção popular, que poderá ser intentada dentro de anno, e dia pelo proprio queixoso, ou por qualquer do Povo, guardada a ordem do Processo estabelecida na Lei.

Art. 158. Para julgar as Causas em segunda, e ultima instancia haverá nas Provincias do Imperio as Relações, que forem necessarias para commodidade dos Povos.

Art. 159. Nas Causas crimes a Inquirição das Testemunhas, e todos os mais actos do Processo, depois da pronuncia, serão publicos desde já.

Art. 160. Nas civeis, e nas penaes civilmente intentadas, poderão as Partes nomear Juizes Arbitros. Suas Sentenças serão executadas sem recurso, se assim o convencionarem as mesmas Partes.

Art. 161. Sem se fazer constar, que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará Processo algum.

Art. 162. Para este fim haverá juizes de Paz, os quaes serão electivos pelo mesmo tempo, e maneira, por que se elegem os Vereadores das Camaras. Suas attribuições, e Districtos serão regulados por Lei.

Art. 163. Na Capital do Imperio, além da Relação, que deve existir, assim como nas demais Provincias, haverá tambem um Tribunal com a denominação de - Supremo Tribunal de Justiça - composto de Juizes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o Titulo do Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daquelles, que se houverem de abolir.

Art. 164. A este Tribunal Compete:

I. Conceder, ou denegar Revistas nas Causas, e pela maneira, que a Lei determinar.

II. Conhecer dos delictos, e erros do Officio, que commetterem os seus Ministros, os das Relações, os Empregados no Corpo Diplomatico, e os Presidentes das Provincias.

III. Conhecer, e decidir sobre os conflictos de jurisdição, e competencia das Relações Provincias.

(BRASIL, 1824)

DECRETO DE 23 DE MAIO DE 1821

“Vendo que nem a Constituição de Monarquia Portuguesa, nem as disposições expressas na Ordenação do Reino, nem mesmo a Lei da Reformação da Justiça de 1582, com todos os outros Alvarás, Cartas Régias e Decretos de meus Augustos Avós, têm podido afirmar de um modo inalterável, como é de Direito Natural, a segurança das pessoas; E constando-me que alguns Governadores, Juizes Criminais e Magistrados, violando o sagrado depósito da jurisdição que se lhes confiou, mandam prender por mero arbítrio, e antes de culpa formada, pretextando denúncias em segredo, suspeitas veementes e outros motivos horrorosos à humanidade, para impunemente conservar em masmorras, vergados com o peso dos ferros, homens que se congregaram por os bens que lhes oferecera a instituição das sociedades civis, o primeiro dos quais é sem dúvida a segurança individual; E sendo do meu primeiro dever e desempenho de minha palavra o promover o mais austero respeito à lei e antecipar quanto ser possa os beneficios de uma Constituição liberal; Hei por bem excitar pela maneira mais eficaz e rigorosa a observância da sobremencionada legislação, ampliando-a e ordenando, como por este Decreto ordeno:

1º — Que desde a sua data em diante nenhuma pessoa livre no Brasil possa jamais ser presa sem ordem por escrito do juiz ou magistrado criminal do território, exceto somente o caso de flagrante delito, em que qualquer do povo deve prender o delinqüente.

2º — Que nenhum juiz ou magistrado criminal possa expedir ordem de prisão sem preceder culpa formada por inquirição sumária de três testemunhas, duas das quais jurem contestes, assim o fato em lei expressa seja declarado culposos, como a designação individual do culpado; escrevendo sempre sentença interlocutória que o obrigue à prisão e livramento, a qual se guardará em segredo até que possa verificar-se a prisão do que assim tiver sido pronunciado delinqüente.

3º — Que quando se acharem presos os que assim forem indiciados criminosos, se lhes faça imediatamente e sucessivamente o processo, que deve findar dentro de quarenta e oito horas peremptórias, improrrogáveis, e contadas do momento da prisão, principiando-se sempre que possa ser por a confrontação dos réus com as testemunhas que os culparem, e ficando abertas e públicas todas as provas que houverem, para assim facilitar os meios de justa defesa, que a ninguém se deve dificultar ou tolher, excetuandose por ora das disposições deste parágrafo os casos que, provados, merecerem por as Leis do Reino pena de morte, acerca dos quais se procederá infalivelmente nos termos dos §§ 1º e 2º e do Alvará de 31 de março de 1742.

4º — Que, em caso nenhum, possa alguém ser lançado em segredo ou masmorra estreita, escura, ou infecta, pois a prisão deve só servir para guardar as pessoas e nunca para as adoecer e flagelar; ficando implicitamente abolido para sempre o uso de correntes, algemas, grilhões e outros quaisquer ferros inventados para martirizar homens ainda não julgados a sofrer qualquer pena aflictiva por sentença final; entendendo-se, todavia, que os juizes e magistrados criminais poderão conservar por algum tempo, em casos gravíssimos, incomunicáveis os delinqüentes, contanto que seja em casas arejadas e cômodas e nunca manietados ou sofrendo qualquer espécie de tormento.

5º — Determino, finalmente, que a contravenção, legalmente provada, das

disposições do presente Decreto, seja irremissivelmente punida com o perdimento do emprego e inabilidade perpétua para qualquer outro em que haja exercício de jurisdição."

(Extraído de: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-23-5-1821.htm)

DECRETO DE 17 DE ABRIL DE 1824

Decretando o art. 159 da Constituição Política deste Imperio, que nas causas crimes a inquirição do testemunhas, e todos os mais actos do processo, depois da pronuncia, sejam públicos desde já, sendo por isso necessario estabelecer a observância pratica desta deliberação, e por maneira que, fazendo-se exequível a publicidade, determinada a bem da segurança individual, se não transtorne a ordem judicial do processo criminal ora existente, que só pode ser revogado ou modificado pelo código penal que houver, de promulgar-se, ou por algum regulamento feito em lei geral pelo Corpo Legislativo; devendo-se outrossim evitar que diversas interpretações alterem o genuíno espirito da referida disposição, e dêem lugar a mal entendidos arbitrios, de que se seguem inconvenientes damnosos á boa administração da Justiça, qu deve ser exacta e uniforme, e aos direitos pessoas; dos subditos deste Imperio; pondo em exercício huma das principaes attribuições do poder executivo, declarada no art. 102 n.12 da Constituição, de expedir os decretos, instrucções e regulamentos adequados á boa-execução das leis: hei por bem, com o parecer meu Conselho de Estado, decretar provisoriamente o seguinte:

1.º Quando, se prepararem os autos para o livramento de qualquer réo renunciado, ou elle esteja preso, afiançado ou seguro, irá incorporado no processo, não só o auto da querela ou devassa, como até agora, se praticava, mas tamhem o traslado da culpa; para que as partes, á vista della, possam melhor regular sua accessão ou defeza; dando-se-lhes até por certidão, quando assim o requererem.

2.º Todas as testemunhas do autor ou do réo, assim as do plenário como as de quaesquer artigos relativos ao processo criminal, ainda civilmente intentado, serão inquiridas publicamente em casa para isso destinada, e a portas abertas, estando presentes as partes ou seus procuradores (se comparecer quizerem) e quaesquer outras pessoas do povo, para que nenhum segredo seja nocivo a seus interesses, e contra as garantias de seus •direitos individuaes.

3.º No acto da inquirição, e com a mesma publicidade, poderá cada huma das partes, por si ou seus procuradores, reprovar de palavra as testemunhas de seu adversário, ou contraditando-as, assim a respeito de seus defeitos e qualidades pessoas, como de seus ditos, guardada a forma da lei; ou allegando razões e fazendo reflexões que pareçam demonstrar inverossimilhança dos factos que a testemunha recontar, e a falsidade do seu juramento, escrevendo-se em hum e outro caso o resultado deste debate.

4.º O Juiz ou Inquiridor, qual a este acto presidir, prevenirá os excessos que nestas alterações e commetterem as partes e testemunhas, impondo-lhes o preceito de se absterem de proferirem injurias e palavras insultantes, pena de se lhes fazer culpa, na forma da lei, a que se procederá, se o caso o exigir, formando-a o Juiz immediatamente, estando presente, ou pelos documentos e participação que o Inquiridor lhe enviar.

5.º Não se achando presentes as partes ou seus procuradores, ou não querendo contraditar por palavra as testemunhas do seu contendor, o poderão fazer por artigos, pela forma estabelecida na Ord. liv.3º tit. 58, com a diferença somente de que as inquirições lhes devem ser publicas para os formar, não obstante a disposição do §2º do dito tit., que fica nesta parte revogado pelo mesmo art. 159 da Constituição.

6.º As perguntas feitas aos réos, nos casos em que ellas tem lugar, se fôrem feitas depois da pronuncia, terão a mesma publicidade que a inquirição das testemunhas, praticando-se o mesmo que a este respeito vai decidido nos §§ 2º e 3º; procedendo-se, quando ex-officio convier ou os réos o requererem, a confrontação e careação com os co-réos (havendo-os) ou com as testemunhas que lhes fizerem culpa.

7.º, Terminados os termos e actos que se devem guardar na ordem do processo criminal com as presentes modificações, serão julgadas as causas; quer na instancia inferior, quer na superior, como está determinado na lei e praticamente observado; fazendo-se publicas as sentenças nas competentes audiencias de cada Juizo, e ficando para novo e geral regulamento a inteira publicidade de todos os actos destes processos uniformemente desde a sua origem até final execução.

8.º Os Juizes, a quem incumbe praticar todas as referidas determinações, as farão observar por si e seus subalternos com a mais religiosa exactidão, sob pena de estreita e religiosa responsabilidade, garantida no art. 179 n.29 da Constituição do Imperio.

A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Paço, 17 de Abril de 1824, 3º da Independência e do Império. Com a rubrica de S.M.I. – Clemente Ferreira França

(ARAUJO, 1838, T4, p.253-4.)

ANEXO 13 – Lista dos livros descritos no Inventário do Ouvidor Manuel Lopes Branco e Silva.

LISTA DE LIVROS DO OUVIDOR MANUEL LOPES BRANCO E SILVA DESCRITOS EM AUTOS DE CONTAS DE TESTAMENTO.	
Livros e Valor Avaliado	Observações
1. Uma Ordenação com seu repertório – 12\$800.	- Ordenações Filipinas.
2. Nove tomos da obra de Guerreiro – 18\$000.	- Diogo Guerreiro Camacho de Aboym.
3. Um dito Rocha [?] – 1\$200.	- Não identificado
4. Três tomos de coleções de leis – 4\$800.	- Leis esparsas
5. Um dito terceira de mano [?] regis [?] – 1\$500.	- Não identificado. Pode ser lei de Sete partidas
6. Um dito Mendes de Castro - \$960.	- Mendes de Castro.
7. França [?] em dois tomos – 3\$200.	- Feliciano da Cunha França
8. Um dito Cardoras [?] - \$800.	- Não identificado. Talvez Joannes Baptista Cardona.
9. Um dito Caminha de Libelos - \$960.	- Gregório Martins Caminha – “Forma de libellos (...)”
10. Um dito Peia [?] [I] - \$240.	- Não identificado
11. Um dito Manoel Patrício - \$800.	- Não identificado
12. Um dito Princípio de Direito Natural - \$640.	- Provavel - Filipe Jozé Nogueira Coelho
13. Um dito Barbosa – 1\$200.	- Manoel Barbosa
14. Um dito Pegas [?] - \$560.	- Manoel Álvares Pegas
15. Um dito Companhia de Coimbra [?] - \$640.	- Não identificado
16. Cícero em dois tomos - \$960.	- Cícero
17. Um [I] - \$960.	- Não identificado
18. Um dito Veloso ?(Valasco) observações sobre várias matérias - \$800.	- Alvaro Valasco
19. Outro dito do mesmo autor - \$800.	- Alvaro Valasco
20. Outro dito - \$800.	- Álvaro Valasco
21. [I] – 1\$600.	- Não identificado
22. Um tomo [?] terceiro [?] de seleta [?] latina [?] - \$480.	- Provavelmente filosofia Latina
23. História do Direito Cível de Portugal [I] entrada de Romanos em Espanha de mom [?] escrito - \$320.	- Provavelmente: Paschoal José Mello Freire. Historiae juris civilis lusitani
24. Um dito Prática Literária - \$480.	- Literário
25. Revolução e estado atual da França -	- Revolução, e estado actual da França.

\$240.	Colaborador: Simão Thaddeo Ferreira Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1793.
26. Uma paródia [?] latina – 3\$200.	- Literário
Fonte: BR PRAPPR PB 045 PC04223 Cx. 161 JP6284 DEAP. Ano:1810 - Inventariante: Maria Lucia de Menezes (viúva). Inventariado: Desembargador Manoel Lopes Branco e Silva. Herdeiros: Marianna, Anna, Izabel e Maria Rita – primeiro matrimônio. Manoel, José, Joaquim, Anna e Maria – segundo matrimônio. Juiz de Órfãos: capitão João José de Souza Rodrigues. Avaliadores: capitão José Sutil de Oliveira e Francisco Teixeira Guimarães (Transcrição – Bruna Marina Portela)	

ANEXO 14 – Lista dos doutrinadores portugueses com periodização.

LISTA DE JURISCONSULTOS PORTUGUESES DOS SÉCULOS XVII E XVIII QUE MEDIANTE OBRAS ESCRITAS TIVERAM INFLUÊNCIA NA CULTURA JURÍDICA
<p>Alexandre Caetano GOMES (1705-1759?) - Nasceu na Villa de Chaves praça de Armas da Província Transmontana, em 01 de Agosto de 1705. Formado em Direito Canônico na Universidade de Coimbra. Foi presbítero secular e advogado na cidade de Lisboa. Destacou-se como praxista elaborador do “Manual Prático judicial, civil e criminal (...)”, no qual a partir de linguagem simples facilitava o acesso a justiça de não letrados. Nesse sentido, tal obra é criticada em comparação a uma segunda denominada “Dissertações jurídicas sobre (...)”. Nesse sentido Demétrio Modemo afirmava que: “O Manual pratico é uma compilação defeituosa, e de inferior merecimento, por não ter methodo nem systema. As Dissertações porém são melhores, e não parecem obra da mesma penna que escreveu aquella” (SILVA, I. F., 1862, T.1, p.30). Mesmo assim, o Manual é o livro mais citado e referido nas petições entre 1822-1831 na Ouvidoria do presente trabalho. Não se sabe ao certo o ano de sua morte mas pressupõe-se que teria morrido em 1759.</p>
<p>Alvaro VALASCO (ou VAZ) (1526-1593) - Nasceu na cidade de Evora em 1526. Formado em Coimbra tornou-se professor lente em 1556. Foi advogado da Casa da Suplicação em Lisboa e depois nomeado Desembargador dos Agravos. Com forte influência do <i>Mos Gallicus</i> (Cujacio), demonstrava elegância na linguagem e espírito racionalista. Suas obras tinham forte caráter acadêmico, sendo impressas em outros países como a Alemanha. Morre em 1593.</p>
<p>Antonio da GAMA (1520-1595) - Também era conhecido como PEREIRA. Nasceu na Cidade de Funchal na Ilha de Madeira em 1520. Em 1537 iniciou os estudos na Universidade de Coimbra em Direito Cesareo (Romano). Em 1546 já era professor em Coimbra. Chegou a ocupar catedra na Universidade de Bolonha. Tornou-se no fim da vida Desembargador dos Agravos na Casa de Suplicação. Destaca-se pelas obras voltadas aos testamentos. Seus comentários foram feitos as Ordenações Manuelinas, mas se adaptam as Ordenações Filipinas. Morre em 1595.</p>
<p>Antônio Mendes AROUCA (1610-1680) - Nasceu em Tavira, no Reino de Algarve em 1610. Iniciou os estudos em Direito civil na Universidade de Salamanca, entretanto conclui os estudos em Coimbra. Depois de formado exerceu a advocacia em Lisboa. (Depois da morte de sua esposa abandona o reino e vira eremita com outro nome) Escreveu textos voltados a advocacia, porém depois de seu retiro suas obras voltam-se a religião. Morre aos 70 anos ao auxiliar a cidade de Angra que passava por grave epidemia, a qual também foi causa de sua morte.</p>
<p>Antonio VANGUERVE Cabral (16??-17??) – Natural de Lisboa, estudando em Coimbra onde tornou-se bacharel. “Foi primeiramente comissario do bispado de Miranda, e Ouvidor da capitania de Itamaracá, no Estado do Brasil. Deixou depois a carreira da magistratura, para entrar na advocacia” (SILVA, I. F., 1862, T.8, p.315). Cansando-se da profissão resolveu elaborar textos para o auxílio de novos profissionais, destacando-se o seu texto “Practica Judicial” (com primeira edição de 1712). Teve edições de seus trabalhos até o século XIX. Sabe-se que ainda não havia falecido em 1759.</p>
<p>Belchior (Melchior) PHEBO (Febos) (15?? -1632) – Natural de Lisboa, estudou Direito civil na Universidade de Coimbra. Recebendo o grau de bacharel voltou a Lisboa onde exerceu a advocacia junto a Casa de Suplicação. Por ser um jurista extremamente voltado a prática dos tribunais superiores escreveu obras voltadas a sistematização de Jurisprudência. Morre em Lisboa em 1632.</p>
<p>Domingos Antunes Portugal (1622 - 1677) – Nascido em 1622 na Vila de Penamacor,</p>

<p>provincia da Beira, estudou Direito civil na Universidade de Salamanca. Foi procurador de sua pátria nas Cortes de 1641 quando da restauração do Reino. Exerceu cargos na Universidade de Coimbra, foi desembargador na Relação do Porto e depois na Casa de Suplicação. Escreveu textos relacionados a restauração do reino e sua reestruturação.</p>
<p>Francisco de CALDAS Pereira de Castro (1543-1597) – Natural da Villa de Monção na Comarca de Valença do Minho, foi batizado em 1543. Formado estudou inicialmente em Compostela, mas formou-se em Coimbra. Advogou em diversas praças até ser nomeado como lente na Universidade de Coimbra na cadeira do Digesto Velho. Mestre e jurisconsulto, era especialista em filosofia grega e juristas Romanos do período republicano. Escreveu diversas obras comentando direito romano, dentre as quais “Receptarvm Sententiarvm”, “Quaestionvm Forensivm, et cotroversiarvm civilvm”. Devido aos debates sobre direito romano teve diversas obras editadas em Portugal, França e Alemanha. Além disso, também comentou as ordenações Manuelinas. Morreu pouco tempo depois de assumir a catedra em Coimbra em 1597.</p>
<p>Francisco VALASCO DE GOUVEA (1580-1658) – Natural de Lisboa, batizado em 1580, era o segundo filho de Alvaro Valasco. Exerceu inicialmente a carreira de professor universitário em Coimbra e depois passou a exercer a magistratura na Casa de Suplicação. Seu pensamento era marcado pela tradição medieval tomista e pelo jusnaturalismo da Escola de Salamanca, influentes em Portugal na época. Seus textos eram demarcados ou pela justificação do trono português ou comentários sobre casos práticos.</p>
<p>Gabriel PEREIRA de Castro (1571-1632) – Nascido em Braga, Filho de Francisco de Caldas Pereira e Castro. Formou-se em Direito canônico na universidade de Coimbra. Foi professor em Coimbra e depois desembargador na Relação do Porto. Chegando a desembargador na Casa de Suplicação em 1615. Tal como o pai, foi estudioso da política. É autor de “Decisiones Supremi Eminentissimique Senatus Portugaliae (...)”, além de “Manu Regia”, livros que versavam sobre ciência jurídico-política. Além de suas obras jurídicas destacou-se como poeta e músico.</p>
<p>Gregorio Martins CAMINHA (15??-15??) – Natural de Lisboa, foi advogado junto a casa de Suplicação. Existem poucas informações sobre sua vida, não se tendo sequer certeza se era formado em Direito em Coimbra. Destacou-se pela obra “Forma de Libellos, e Allegações; e forma de proceder no Juizo Secular, e Ecclesiastico, e dos Contractos com suas Glossas e Cotas de Direito” Obra com várias edições repetidas até o século XIX. Sua primeira edição é de 1549. (1549 / 1558 / 1567 / 1592 / 1610 / 1621 / 1680 / 1764). Inclusive uma ultima versão foi adaptada por José Homem Correa Telles em 1869. As petições presentes na Ouvidoria de Curitiba e Paranaguá seguem o padrão das peças propostas por esse autor.</p>
<p>João PINTO RIBEIRO (15??-1649) – Natural de Lisboa, formou-se em Coimbra em Direito civil exercendo diversos cargos de magistratura, chegando a exercer o cargo de Desembargador no tribunal do Paço. Seus textos versam sobre o Direito ao trono dos reis portugueses e compilam as principais decisões dos tribunais superiores lusitanos. Morrem em 1649.</p>
<p>Jorge de CABEDO (15??-1602-4) – Natural da Villa de Setuval. Estudou na universidade de Coimbra, formando em Direito Canônico. Chegou a postos altos da magistratura como Desembargador dos Agravos na Casa de Suplicação. Também exerceu os cargos de Desembargador do Paço, Chanceler-mor do Reino e Conselheiro de Estado de Portugal na Corte de Madrid. Responsável pela primeira reorganização da legislação portuguesa em 1602 que seriam a base das Ordenações Filipinas. Também escreveu sobre decisões dos tribunais superiores portugueses e textos de Direito Eclesiástico. Existem dúvidas em relação ao ano de sua morte, mas provavelmente data entre 1602 e 1604.</p>
<p>Manoel Alvares PEGAS (1635-1696) – Originário da cidade de Beja, nascido na Vila de Estremoz onde foi batizado em 1635. Formado em Direito Civil na Universidade de Coimbra. Foi advogado durante boa parte de sua vida, inclusive advogando na casa de Suplicação onde recebeu privilégios de Desembargador. Compilou comentários as Ordenações que foram muito utilizadas no século XVII e XVIII. Morrem em Lisboa em 1696.</p>
<p>Manoel BARBOSA (1546-1639) – Nascido na Vila de Guimarães, em 1546. Formou-se em Direito civil na Universidade de Coimbra, sendo especialista em Direito Romano. Foi advogado na cidade do Porto. Sua fama como advogado gerou sua nomeação como Procurador da Fazenda Real. Sua obra mais conhecida são os comentários as Ordenações publicadas em dois tomos.</p>

Curiosamente publicou inicialmente os comentários aos livros IV e V das Ordenações, apenas depois sendo publicado o primeiro tomo sobre os três primeiros livros. Morreu com 93 ano de idade em 1639.

Manoel Figueira de NEGREIROS (15??-16??) – Natural da Vila de Mertola, provavelmente formado em Direito coimbra, onde exerceu magistério na catedra de Institutas. Além disso exerceu diversos cargos na magistratura. Sua obra mais conhecida é um texto sobre testamentos denominado “Introductio ad ultimas voluntates (...)”. Existem poucas informação sobre sua vida.

Manoel Lopes FERREIRA (1675-1742) – Nascido em Lisboa em 1675, formou-se em Coimbra em Direito Canônico. Foi magistrado exercendo funções de Ouvidor em Algarve e Corregedorem Lamego. Destacou-se em especial por elaborar a obra “Practica expendida naforma de praxe (...)”. A obra era a mais utilizada no tema criminal pelos advogados do período analisado na presente tese, entretanto recebeu diversas críticas por ser confusa e assistemática. Não chega a recepcionar as novas idéias liberais no sentido penal que serão marcadamente destacadas em Beccaria. O autor faleceu em 1742.

Manuel Mendes de CASTRO (15??-1623) – Nascido em Lisboa em data incerta, formou-se em Direito Civil na Universidade de Salamanca. Posteriormente foi recepcionado em Coimbra onde exerceu algumas catedras como substituto. Foi advogado em Madrid e Lisboa. Procurador da Coroa na Casa de Suplicação. Destacou-se como comentador das Ordenações Filipinas, comentários muito referidos por diversos autores posteriores. Também escreveu textos sobre Direito Romano. Não se sabe exatamente o ano de sua morte mas pressupõe-se que teria falecido em 1623.

Manuel Temudo da FONSECA (15??-1652) – Nascido na vila de Certã no priorado de Crato. Bacharel em Direito Canônico na Universidade de Coimbra. Exerceu diversos cargos eclesiásticos inclusive de Governador e Administrador do Bispado do Brasil. Suas obras destacam-se na parte relacinada ao Direito Canônico. Morreu em 1652.

Miguel REINOSO (1563-1623) – Natural da cidade de Viseu, formou-se em Coimbra em Direito Civil. Foi importante advogado em Lisboa escrevendo textos voltados a prática forense para advogados e práticos em geral.

FONTES: MACHADO, Diôgo Barbosa. Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica: Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgaçaõ da ley da graça até o tempo prezente. 4 Volumes. 1759. Alexandre Caetano GOMES (1705-1759?) vol.4 p.8; Alvaro VALASCO (1526-1593) vol.1 p.116-9, vol.4 p.13; Antonio da GAMA (1520-1595) vol.1 p.286-7, vol.4 p.36; Antônio Mendes AROUCA (1610-1680) vol.1 p.327; Antonio VANGUERVE Cabral (16??-17??) vol.1 p.409, vol.4 p.62; Belchior (Melchior) PHEBO (Febos) (15?? -1632) vol.1 p.490-1; Domingos Antunes Portugal (1622 - 1677) vol.1 706-7, vol.4 p.108; Francisco de CALDAS Pereira de Castro (1543-1597) vol.2 p.578, vol.4 p.128-30; Francisco VELASCO DE GOUVEA (1580-1658) vol.2 p.277-9, vol.4. p.145; Gabriel PEREIRA de Castro (1571-1632) vol.2 p.317-20, vol.4 p.148; Gregorio Martins CAMINHA (15??-15??) vol.2 p.416; João PINTO RIBEIRO (15??-1649) vol.2 p.722-4, vol.4 p.189; Jorge de CABEDO (15??-1602) vol.2 p.794-5, vol.4 p.196; Manoel Alvares PEGAS (1635-1696) vol.3 p.174-7; Manoel BARBOSA (1546-1639) vol.3 p.191-2; Manoel Figueira de NEGREIROS (15??-16??) vol.3 p.267; Manoel Lopes FERREIRA (1675-1742) vol.3 p.296; Manuel Mendes de CASTRO (15??-16??) vol.3 p.309-10; Manuel Temudo da Fonseca (15??-1652) vol.3 p.393; Miguel Reinoso (1563-1623) vol.3 p.482. Observações Adicionais em: SILVA, I. F. da. Diccionario bibliographico portuguez. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da moeda, 1862. 20 Tomos; ALMEIDA, Candido Mendes de. Ao leitor: razão dessa obra. In: PORTUGAL. Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal (...) 1984.; CÂMARA, José Gomes B. Subsídios Para a História do Direito Pátrio. (1500-1769). Tomo I. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954. Site da Biblioteca Nacional Portugal (<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>)

LISTA DE JURISCONSULTOS PORTUGUESES DO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX QUE MEDIANTE OBRAS ESCRITAS TIVERAM INFLUÊNCIA NA CULTURA JURÍDICA.

Antonio Joaquim de GOUVEIA PINTO (1777-1833) – Bacharel de Direito em Coimbra, foi magistrado em diversas comarcas do Reino português. Seu ultimo posto foi de desembargador na Casa de Supplicação. Destacou-se com manual prático sobre Testamentos e Sucessões. (A quinta edição saiu no Brasil em 1850 acomodada ao Direito brasileiro pelo Dr. Francisco Maria de Sousa Furtado de Mendonça), além de várias obras práticas sobre recursos e relatos históricos (alguns censurados na época).

Joaquim José Caetano PEREIRA E SOUSA (1756-1819) – Nascido provavelmente em Lisboa, era Advogado da Casa da Supplicação de Lisboa, Não era formado em Direito, sendo parte dos advogados denominados “de provisão”. Escreveu diversos livros sobre processo criminal e de processo civil recebendo elogios até mesmo de Mello Freire. Um dos auotres mais práticos e didáticos da época. Foi um dos autores mais utilizados na Ouvidoria de Paranaugá e Curitiba no início do século XIX.

José Homem CORREA TELLES (1780-1849) – Nascido na região de Viseu em 1780, tal autor formou-sem Direito Canônico na Universidade de Coimbra. Desempenhou diversos cargos de magistratura, depois seguindo a carreira da advocacia em tribunais superiores. Foi deputado das Cortes de 1821, sendo suas opiniões consideradas moderadas. Foi diversas vezes deputado. Dentre as diveras obras que compôs, valem destacar: tradução do texto de Jean Domat “Teoria da interpretação das leis”; doutrinas das Ações; Comentário Crítica a lei da Boa-razão; Manual do Tabelião; Comentario a lei de hipotecas; Manual de processo civil; a readaptação do texto “Formulario de Libellos e petições sumárias” de Gregório Caminha; dentre outros. Morreu em 1849.

José Ignácio da Rocha PENIZ (1750-1810) – Nascido em 1750 , não se sabendo ao certo a origem, teria se formado em Direito Canônico em Coimbra. Durante bom tempo exerceu a função de professor na mesma universidade. Exerceu por diversos anos a carreira de docente. Durante a invasão francesa do início do século XIX foi convidado a exercer o cargo de Corregedor de Coimbra. Por tal motivo foi considerado posteriormente traidor e preso. Morrendo na prisão em 1810 foi absolvido posteriormente. O texto mais referido é “Elementos de practica ou breves ensaior sobre a praxe do foro portuguez”.

José Pereira de CARVALHO (1781-1856) – Natural da vila de Corvilhã, era bacharel em Direito civil na Universidade de Coimbra. Foi advogado e prático. Escreveu o texto “Primeiras Linhas sobre o Processo orphanologico”. Sua primeira edição foi impressa no Brasil em 1811, um dos primeiros livros a serem impressos na imprensa oficial do Rio de Janeiro. Sua segunda edição é de 1816, sucessivas edições foram feitas até o final do século XIX. Seu texto era muito utilizado pelos advogados brasileiros. Morreu em 1856.

Manoel de Almeida e Sousa LOBÃO (1745-1817) – Natural da vila de Vouzella, nascido em 1745. Entrou na universidade com 16 anos, formando-se em 1766 em Direito Canônico. Preferiu a carreira de advogado a carreira de magistrado. Foi advogar em Viseu, na região de Lobão. Foi um dos esritos mais proficuos de seu tempo, escrevendo diversas obras práticas. Por ser um autor que escrevia com muito entusiasmo, não era tão entusiasta na revisão dos textos, o que explica o descuido que muitas vezes apontam os críticos. Morreu em 1817 com 72 anos de idade.

Paschoal José de MELLO FREIRE dos Reis (1738-1798) – Nascido em Anciaão, região próxima a Coimbra, em 1738. Formou-se em Coimbra em Direito Civil. Maior jurista de sua geração exerceu diversos cargos, foi conselheiro de S. M. a rainha D. Maria I; Desembargador da Casa da Supplicação; Doutor e Lente em Coimbra, dentre muitos outros. Foi autor de temas amplos, desde um livros sobre história do dirieto lusitano, como também o importante “*Institutionis Jiris Civilis et Criminalis Lusilani*”. Sua obra foi adotada como texto base para o ensino em Coimbra. Devido a isso seu nome era o mais lembrado pelos juristas letrados da época analisada. Morreu em Lisboa em 1798.

Fontes: SILVA, I. F. da. Diccionario bibliographico portuguez. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da moeda, 1862. 20 Tomos. Antonio Joaquim de GOUVEIA PINTO (1777-1833) DBP, T.1, p.161-2; Joaquim José Caetano PEREIRA E SOUSA (1756-1819) DBP T.4 p.93-5; José Homem CORREA TELLES (1780-1849) DBP T.4 368-9; José Ignácio da Rocha PENIZ (1750-1810) DBP T.4 p.372; José Pereira de CARVALHO (1781-1856) DBP T.5 p.97-8; Manoel de Almeida e Sousa LOBÃO (1745-1817) DBP T.5, p.351-2; Paschoal José de MELLO FREIRE dos Reis (1738-1798) DBP T.6 p. 350-3. Observações Adicionais em: ALMEIDA, Candido Mendes de. Ao leitor: razão dessa obra. In: PORTUGAL. Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal (...) 1984.; CÂMARA, José Gomes B. Subsídios Para a História do Direito Pátrio. (1500-1769). Tomo I. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954. Site da Biblioteca Nacional Portugal (<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>)

ANEXO 15 – Lista dos processos utilizados com resumos e informações básicas.

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
Ano - Notação do processo - Caixa - Local - Nº de páginas - Modelo Processual - Fotografia digital	Autor, Réu e outros.	Transcrição de trechos e Comentários (Descrição em texto normal, a transcrição entre aspas "" e os comentários entre Colchetes [])	
1823 - PI04386 - 169 - Castro - 11 - Agravo - Total	Capitão José Francisco Cardoso de Menezes (agravante), Juiz Ordinário da Vila de Castro (agravado).	Autos de Agravo entre partes. Agravante Capitão José Francisco Cardoso de Menezes e agravado juiz ordinário de Castro. Requerimento ao Juiz ordinário de Castro para expedir mandado de cobrança contra João Vaz Vianna e sua mulher para que devolvessem carga processual que passado o limite de tempo legal ainda não havia sido devolvida. Os réus queriam prazo maior, de 90 dias, para ir até a comarca de S. Paulo, distante cento e tantas léguas da vila de Castro, para buscar letrados para se defender. O ouvidor decide pela impossibilidade de se fazer defesa fora dos termos que a lei prescreve e não permite o prazo maior.	PRAZO PARA LETRADOS (90 DIAS)
1823 - PI04387 - 169 - Castro - 22 - Agravo - Total	Marianna Buena (agravante), Juiz de órfãos José Ribeiro da Fonceca Leme (agravado).	Autos Cíveis de Agravo entre partes. Autor Mariana Bruna de Almeida e o agravado o juiz de órfãos da vila de castro. (Procurador da autora: João Pereira de Oliveira). Agravo contra o juiz de órfãos relacionado à herança. O requerimento se deu porque existe um embargo de bens contra Joaquim da Silva Teixeira (juiz de órfãos) por este estar se desfazendo dos bens de José Rodrigues Gularte de forma imprudente. Ao final o ouvidor reforma a sentença do juiz de órfãos impedindo a venda de certos bens.	ABUSO DE PODER (JUIZ DE ÓRFÃOS)
1823 - PI04388 - 169 - Curitiba - 27 - Designação de dez dias - Total	José Gomes Vianna (autor), Pedro Antonio Moreira (réu).	Autos de reconhecimento e Assinação de dez dias sobre dívidas. Autor José Gomes Vianna e réu Pedro Antonio Moreira. É o primeiro processo em que aparece o rábula J. G. Vianna. Ele requer cobrança de uma carta de conta corrente de seu falecido irmão Balthazar Gomes Vianna. Com apenso de outra petição. O procurador do réu era José dos Santos Lima.	RÁBULAS (JGVianna)
1823 - PI04391 - 169 - Curitiba - 74 - Apelação - Total	Capitão Antonio José da Silva Carram e sua mulher (autor), Roberto Jacinto Lanhoso e sua mulher (réu).	Traslado de apelação cível. Disputa de terras. Réus apelantes Roberto Jacinto Lanhoso e Autores apelados José da Silva Carram. Procurador do autor José dos Santos Lima e dos réus José Gomes Vianna. O procurador dos autores, J. S. Lima cita na fl.28v "Pela máxima lei praxista cap. 26 §9 inda mesmo por uma simples notificação seja a parte deve os senhores juizes (...)" (segundo o que foi identificado refere-se a	DOCTRINA CIRCULAÇÃO (Alexandre Caetano Gomes) USO DE TÉCNICA (forma)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		Alex. Caetano Gomes) Já na fl. 29v José Gomes Vianna afirma que como não existem letrados nessa vila se espera um tempo maior para responder o processo. Já na fl. 33v Lima afirma que não admitir delonga como afirma a praxe capítulo 32 § 8 (novamente Alex. Caetano Gomes) e Ord. L.1 tt 3, § 48. Além disso, o mesmo J. S. Lima ridiculariza a contestação dos réus por não estar redigida em formato de artigos. Nas razões finais inicialmente o procurador J. S. Lima cita alvará de 18 de fevereiro de 1753 (17?3). Segue argumentando que os autores devem ser restituídos em sua terra conforme a lei de 1703 e seguindo- se Ord. L.4 tt. 58 in principio. Conclui fazendo argumentações fáticas e citando novamente as ordenações L. 3 tt.48. Já J. G. Vianna apresenta suas alegações afirmando que os réus tem mais de oitenta anos e vivem de plantação. Também aponta que os autores são poderosos com dinheiro e amigos e porque as ord. L.3 tt. 48 não estaria condizente com a realidade fática. Na sentença de apelação dada pelo ouvidor os réus conseguem reverter a sentença dada em juízo ordinário.	USUÁRIOS DA JUSTIÇA (autores poderosos x réus pobres e plantadores)
1823 - PI04401 - 170 - Castro - 9 - Agravado - Total	Constantino de Moura.	Autos de Agravado. O Alcaide da Vila de Castro faz um relato no início do processo sobre o desaparecimento de 6\$000 do juízo ordinário da Vila. No processo aparece uma conta fazendo referência aos gastos feitos pelo juízo por ordem da vila de Castro. Por ser pequeno não existem muitas informações sobre o seu desfecho.	ABUSO DE PODER (juiz ordinário – desvio de dinheiro)
1823 - PI04408 - 170 - Curitiba - 72 - Libello Cível e Crime - Total	Sargento Mor Ignácio Lustosa de Andrade e o Capitão Manoel Antonio da Costa Mesquita (autores), João Gonçalves Franco (réu).	Auto de libello cível e crime entre partes. Interessante mistura entre processo civil e criminal a fim de cobrar dívidas relacionadas a mulas vendidas e não pagas (tropeirismo). Autor Ignácio Lustosa de Andrade. Citação relacionada a Ord. L. 5, tt 65 § 4, 5 e 6. O próprio autor pleiteia em juízo citando diversas vezes as ordenações. No processo o réu reclama que não existia sequer um só bacharel em direito para o aconselhar em relação ao libello. Mais adiante ele novamente comenta tal fato. Lustosa cita ainda o l.4, tt71, §2 das ordenações. Sentença chega a ter 42 páginas por ser uma sentença em traslado. Favorável ao autor na parte cível mas não há condenação criminal.	RÁBULAS (Não existia um bacharel sequer em Direito)
1823 - PI04414 - 170 - Antonina - 13 – Pronúncia – Total	José Luis (suplicante).	Autos de requerimento para sustenção ou revogação de pronúncia. Pedido de liberdade feita por José Luiz, que se encontra preso por ter em tese cometido ferimentos contra Ignácio José da Costa em Antonina. O réu afirma que a vítima não viu quem o feriu e que tal prisão seria	DIREITOS INDIVIDUAIS (Garantias penais - falta)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		insustentada. Acaba se constituindo numa devassa com 30 testemunhas. O réu acaba solto com o argumento que pagou certo tempo na prisão e que já teria pago tempo suficiente pela suspeita.	
1823 - PI04417 - 170 - Castro - 36 - Embargos - Total	Luzia de Sá (embargante), Gabriel de Oliveira (embargado).	Autos de Embargos civeis. Briga por causa de algumas roupas feitas por uma viuva e levadas de forma violenta e sem pagamento pelo réu. Tem a descrição de custa das roupas do mesmo. Existe um auto de penhora de gado para pagamento. Com um valor bem acima do normal para roupas (em comparação com inventários da época). Ocorre a venda em hasta pública do gado. Parece um caso simples mas ficou evidente a intervenção do governo da província de S. Paulo que manda rever o processo em Jan de 1824. O juiz ordinário, o irmão da autora e seu primo capitão-mor estavam ligados a justiça local e foram a ela favoráveis. Em parecer do ouvidor a intervenção é nítida. Reformando a sentença e dando razão ao réu contra a sentença anterior.	ABUSO DE PODER (Juiz ordinário – Intervenção do governo da província)
1824 - PI04426 - 171 - Curitiba - 49 - Libello - Parcial	Francisco de Borja Lisboa e Sebastião dos Santos Lisboa e suas mulheres, e outros (autor), José dos Santos Lisboa (réu).	Autos de libello entre partes. Relaciona-se ao testamento de Manoel dos Santos Lisboa. Os autores e o réu são irmãos e disputam bens da herança. Importa destacar na folha 6 o comentário sobre a falta de letrados na cidade. Um dos irmãos do autor estaria se apossando dos bens imóveis do pai (situado no Campo comprido). O advogado dos autores é José Cortes da Paixão. Advogado de defesa José dos Santos Lima. Os autos têm bons debates sobre terras e também alguns relatos de testemunhas. Mesmo com sentença favorável aos autores parece que ao final o réu conseguiu evitar a execução da sentença devido ao excesso de prazo para cumprimento da mesma.	RÁBULAS (Falta de Letrados)
1824 - PI04432 - 171 - Curitiba - 60 - Libello - Parcial	José Maria Padilha (autor), D. Maria Caetana (réu).	Autos civeis de libello entre partes: Cobrança de dívida que faz José Maria Padilha sobre o montante do falecido Sargento mor Antonio José Ferreira por meio de sua viuva Maria Caetana de Jesus. Procurador dos autores José Gomes Vianna. Processo contém debates sobre procuração e medidas denominadas pelo juiz como medidas dilatórias (folha 19v). A seguir é apresentado despacho sanando nulidades de procuração meramente dilatórias. Depois de ouvidas as testemunhas e apresentados documentos, o procurador dos Autores José Gomes Vianna em petição de 2 folhas e meia pede a condenação da ré. A ré porém é absolvida em 1828 sob o argumento de que não existia documentos comprovando dívida e o único que	USO DE TÉCNICA (nulidades sanadas)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		existia seria falso. Processo longo com muita informação.	
1824 - PI04435 - 171 - Iguape - 26 - Autuação de papéis - Total	João Vieira de Sá (suplicante).	Autuação de huns papéis e requerimento. Por falta de outra denominação melhor acaba sendo assim chamado. Processo em que o autor reclama que o escrivão e o juiz lhe negam despachar e emitir certidões. Debate-se a necessidade de um inventário dos bens salvados de um naufrágio denominado "Dóris". O autor cita o as ordenações L.1 tt 24 § 17 e acusa o escrivão de procedimentos ilegais (f. 10). Os debates se acirram e diversos oficiais acabam por relatar o ocorrido. O autor acusa o escrivão de ter cometido crimes, inclusive citando diversos artigos do livro 5 das ordenações. Os bens foram salvados em Dezembro de 1824. Uma ultima anotação vale ser feita, esse mesmo autor havia perdido processo de ação de partilha feita anteriormente (PI04394), o que serviu de base para a defesa do escrivão que alegou que as acusações feitas eram motivadas pela tentativa de vingança do autor. Por fim o escrivão acaba efetivando o inventário.	ABUSO DE PODER (escrivão e juiz ordinário que se nega a realizar inventário * Ânios acirrados)
1824 - PI04436 - 171 - Curitiba - 11 - Agravo - Total	Gabriel de Oliveira Lima (agravante), Juiz Ordinário da Vila de Castro (agravado).	Autos civeis de agravo contra o juiz ordinário de castro motivado pela causa anterior (PI04417). Basicamente ressaltase o relato sobre a mesma causa (em que parente do juiz ordinário teria motivado processo irregular para se apropriar de bens de terceiro) mas dessa vez com o processamento do juiz ordinário. O ouvidor manda o juiz ordinário pagar as custas do processo e executar a sentença dada anteriormente pela Ouvidoria. Tal processo demonstra a resistência do juiz ordinário de receber ordens da ouvidoria.	ABUSO DE PODER (Juiz ordinário – pagamento de custas)
1824 - PI04443 - 172 - Curitiba - 49 -Libello - Total	Capitão Antonio José da Silva Carrão , José Cortes da Paixam, Antonio da Costa Cortes, José dos Santos Lima (autores), João Evangelista de Almeida, D.Rosa Leonisia da Costa e os escravos Antonio e Francisco (réu).	Autos civeis de libello de querella. Disputa por escravos, relacionado especialmente a problema de elaboração do testamento em que filhos e herdeiros legítimos contestam o procedimento realizado pelo tabelião. Mais um caso de questionamento das autoridades existentes. Contém uma petição muito interessante da parte de um dos autores, na qual reclamam a necessidade da elaboração de uma codificação, que traria segurança e seria fundamental a defesa dos direitos. Por outro lado existe outra petição por parte das rés as descrevendo como pobres e viúvas, num processo contra autores poderosos da cidade e que em ultima análise o testamento que está sendo contestado quer recolocar na escravidão dois pobres cativos. O testamento é considerado nulo e na condenação além das rés condena-se o próprio tabelião Lucas Baptista de Oliveira Fontoura. No final, os poderosos da	ABUSO DE PODER (erro do tabelião) CODIFICAÇÃO – CONSTITUIÇÃO – DIREITO NATURAL (Necessidade de de codificação) USUÁRIOS DA JUSTIÇA (autores poderosos x rés viúvas)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		cidade anularam o testamento e ganharam a ação contra duas viúvas e dois escravos.	colocar na escravidão)
1824 - PI04445 - 172 - Curitiba - 35 - Ação de força nova - Total	Dona Anna Maria de Jesus (autor), Manoel Antonio Figueiredo (réu).	Ação de força nova. Disputa de terras. Movida contra a invasão de uma fazenda em que o proprietário faleceu e a viúva estava cuidando dos órfãos enquanto não atingiam a maioridade. Surgem muitos debates significativos sobre exceções e procedimentos em caso de recurso. Inclusive muitas citações das Ordenações Filipinas. Mas não é possível identificar a exceção aceita. Durante o processo, em 14 de julho de 1824, um procurador cita a Constituição Imperial para interpor recurso. em especial artigo 161. O procurador discute a interpretação do texto e a importancia de um código que regulamente as generalidades do texto constitucional. Cita ainda o "praxista em seu cap 24 art 43 afirmão como Barb ad. ord. L. 3 tt 45 §1 n2 couaros, he praxe bem recebida e seguida no foro". O praxista é o autor Alexandre Caetano Gomes. A duas partes citam a constituição em seu art 161. Processo é recheado de referências legislativas e doutrinais.	USO DE TÉCNICA (exceções) CODIFICA ÇÃO - CONSTITUI ÇÃO - DIREITO NATURAL (Conciliaçã o 161) DOUTRINA CIRCULAÇ ÃO (Alexandre Caetano Gomes)
1824 - PI04446 - 172 - S. Francisco do Sul - 11 - Agravo - Total	Joaquim Angelo de Oliveira (agravante), Juiz Ordinário da Vila de São Francisco (agravado).	Autos civeis de agravo entre partes. Contra o juiz ordinário de S. Francisco do Sul. Leitura está muito difícil mas ele alega que a Constituição o garante certo direito contra esbulho. Letra de difícil leitura pois está fraca.	CODIFICA ÇÃO - CONSTITUI ÇÃO - DIREITO NATURAL (Referência a Constituiçã o)
1824 - PI04463 - 173 - Curitiba - 15 - Ação de Alma - Total	Antonio Ferreira Alves (autor), Tenente José Lustosa de Andrade (réu).	Autos civeis de ação da alma. O autor Antonio Francisco Alvarez e o réu José Lustosa de Andrade. Na presente ação aparece uma petição do o réu argumenta a favor da Constituição imperial e do liberalismo, defendendo- se a partir de uma exceção de falta de citação pedindo a nulidade do processo desde o início. Nomeia seu pai Ignácio Lustosa como procurador. Após a ação de alma o autor propõe um libello cobrando juro, porém o juiz não cita o autor pelos juro. Por fim, o juiz pede inicialmente ao autor desistência dos juro e depois condena o réu ao pagamento do valor principal. A defesa dos Lustosas mostra bom domínio das ordenações.	CODIFICA ÇÃO - CONSTITUI ÇÃO - DIREITO NATURAL (Citação da Constituiçã o) DIREITOS INDIVIDUAL S (Liberalism o) USUÁRIOS DA JUSTIÇA (Lustosas)
1825 - PI04475 - 173 - Curitiba -	Matheus Faria (Autor) e Gabriel	Autos civeis de libello entre partes. Briga por terras entre Matheus Ferreira e Gabriel da costa	USO DE TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
88 - Libelo - Total	da Costa (Réu)	num local chamado Cargo Raso. As terras teriam sido compradas de Angelo Maxado. Além de oitivas de testemunhas, aparecem nos autos boa argumentação dos procuradores inclusive tentando desqualificar as testemunhas como inimigas capitais dos autores. O argumento do reu é um indulto geral do povoamento dos sertões (*Lages??) feito pelo imperador (fl.37), Porém o ouvidor julga o processo nulo por insanável nulidade de citação seg. L.3 tt 47 (ou 17) das ordenações porque a mulher do reu não foi citada. Os autores tentam embargar a sentença. Não funciona. Depois tentam agravar a sentença para o ouvidor e argumentam que conforme as ord. L.3 tt.63 não se poderia alegar nulidade depois de sentença dada por juiz, bem como o juiz deveria sanar as nulidades e julgar conforme convicção. O juiz ordinário manifesta-se atacando o procurador dos autores, chamando as exceções e agravos de desusados e exóticos, que seria portanto um desespero do procurador. Porém o ouvidor acata o agravo por força da disposição do L. 3 tt. 63 § 8 das Ord. (não existe o §8, preciso reler para verificar o parágrafo). E manda prosseguir o feito. Os autos vão e vem com tentativas de encontrar nulidades. O juiz ordinário manda fazer termo de medição e mesmo assim o processo não termina. Novamente outro juiz ordinário encontra nulidade que impede o prosseguimento do feito. Mesmo com apelação e demais recursos os autores acabam perdendo o processo. [Excelente discussão processual, na qual o procurador demonstrou ter mais domínio do texto legal do que o próprio juiz ordinário].	(testemunh a como inimiga capital – Indulto geral – nulidade insanável – juiz ordinário ataca com a idéia de que os agravos são desusados e exóticos)
1825 - PI04476 - 173 - Lapa - 88 - Apelação - Total	Vasco de Araujo Souza Brasil (Apelante) e Eufrazio Maia Oliveira (Apelado)	Autos de apelação oriundos de autos de libello entre partes. Litígio gira em torno da não entrega de um escravo chamado Elias ao autor Vasco de Araujo Souza Brasil, afilhado (criado como filho) de um casal em que o marido é falece e o escravo fica para a viúva, nesse caso o autor reivindica o escravo como herança. A defesa, nesses autos, utiliza constantemente de artifícios processuais alegando procedimentos não realizados que gerariam vícios processuais. Dentre eles prestar fianças ou assignar a fiança ou algo do gênero. Na contrariedade cita as ordenações L. 4 tt. 67 e tt.89 §5. O autor acusa o procurador da ré de ser testamenteiro do testamento e o acusa conforme o L 3 tt. 60 §5 das ordenações e L. 5 tt. tt. 17 e tt. 53. Além disso reivindica em nome do império brasileiro seja realizada a justiça. A verdade é que os debates são acalorados e todos bem fundamentados, mesmo não sendo os	USO DE TÉCNICA (vícios formais) OUVIDOR (dividindo no meio)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		procuradores habituais no juízo. O que demonstra certa destreza no caso. A sentença um tanto quanto salomônica, deixa o escravo com a viúva e dando a parte do falecido, metade do valor do escravo para o autor, dividindo as custas do processo para ambos. O autor apela mas acaba sendo realizada uma conciliação e não se tem uma descrição concreta do que aconteceu. [A sentença vale a pena ser analisada pois parece ser uma construção local]	
1825 - PI04483 - 174 - Curitiba - 88 - Reclamação - Total	Antonio da Cruz (Autor) e José Ignacio Guedes (Réu)	Autos cíveis de reclamação de hum crédito. Antonio da Cruz contra José Ignacio Guedes. Relacionado especialmente a gêneros alimentícios e outros de bazar não pagos pelo devedor. Existe uma longa petição do réu 9 de abril de 1825 redigida por José Ignacio Guedes com comentários relativos a decreto de 17 de novembro de 1824 e outras passagens da Constituição (artigo 161 – sobre necessidade de conciliação prévia) e Ordenações. (L.3 tt. 20 § 1º) (Ver fl 28). A resposta é mais inusitada ainda, o procurador do autor entra como parte autora no feito e nas folhas 29v e 30 argumenta que o réu não sabe se manifestar em juízo apontando que aquela peça era “coisa de estoriador” e que no juízo não existia mais esse tipo de costume antigo.	CODIFICAÇÃO – CONSTITUIÇÃO – DIREITO NATURAL (constituição) USO DE TÉCNICA (coisa de estoriador)
1825 - PI04484 - 174 - Curitiba - 76 - Apelação - Total	Antonio Teixeira de Lima (Apelante) e Constantino Pereira (Apelando)	Autos de apelação entre partes oriunda de autos cíveis de libello entre partes. Autor Constantino Pereira (apelado) Réu Antonio Teixeira de Lima (apelante) O autor alega que o réu utilizou uma besta sua, que havia sido deixada num caminho para descansar, sem o consentimento do autor e jogando fora a carga da mesma. Procurando nos debates argumentação sobre o uso dos costumes locais não se encontra até a sentença do juiz ordinário havia nada do gênero. De tal sorte que a sentença se baseia no juramento feito pelo próprio réu. O procurador do réu Domingos José da Motta faz uma petição de razões de apelação (fl29) muito interessante, alegando direito natural e colocando que o caso parece mais paixão do que justiça. Mesmo assim o ouvidor condena o réu apelante e pede uma avaliação para verificar o valor final da causa.	CODIFICAÇÃO – CONSTITUIÇÃO – DIREITO NATURAL (Direito natural e costumes da região)
1825 - PI04486 - 174 - Curitiba - 118 - Libelo - Total	Rosa Dionisia Cortes (Autor) e Antonio da Costa Cortes (Réu)	Autos cíveis de libello entre partes. Autor D. Rosa Dionisia Cortes e R. Antonio da Costa Cortes. O réu entrou na casa da autora a insultou e agrediu e ainda roubou alguns bens (um rosário e um crucifixo de ouro). Além disso a autora pede o valor de 200 mil reis pela injuria. Interessante o argumento das razões finais do procurador das	USUÁRIOS DA JUSTIÇA (autores poderosos x ré viúvas pobres)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		autoras, elas estariam movendo processo contra os "grandes da terra" e que só tinham coragem porque a verdade estava com elas. Cita também as ordenações. O procurador das autoras José Gomes Vianna. Já as alegações finais do réu Antonio da Costa Cortes são escritas por ele mesmo (havia exercido o cargo de vereador em 1821). Acusa o procurador J. Gomes Vianna de vir para Curitiba como pessoa suspeita. que não existiam provas da agressão apenas cabelos desatados. Argumentos são todos fáticos e tentam desconfigurar a narrativa das autoras. O juiz condena o réu e indica que as autoras entrem com queixa de prisão. Assim acaba o réu agravando ao ouvidor o caso. Na peça de agravo o réu novamente argumenta que a quantia é exorbitante. O ouvidor enfim aponta que não aceita o agravo e o réu é condenado mesmo juntando diversas certidões e declarações de idoneidade. Apela, mas acaba desistindo da apelação. [Importante processo para demonstrar o controle exercido pelos ouvidores sobre os poderes locais]	RÁBULAS (JGVianna) ABUSO DE PODER (controle dos ouvidores sobre os poderes locais)
1825 - PI04505 - 175 - Curitiba - 82 - Libelo - Total	Placido Cabral (Autor) e Daniel Pereira da Cruz (Réu)	Autos civis de Libello entre partes. Daniel Pereira da Cruz diz ser herdeiro legítimo da passagem denominada de Cercadinho. Briga por terras. Cita na petição inicial a expressão "projeto de constituição" (fl. 5) Art. 179 § 22. e as ord. L. 4 tt 58. A certidão em seguida fala do decreto imperial de 17 de julho de 1824. Tudo isso em 22 de setembro de 1825. Os debates iniciais são de cunho fático, debatendo sobre a posse legítima das terras. Nas elações finais aparecem os debates mais significativos ("Orden . L. 4 tt 58 projeto da constituição ttº 8, art 179 § 22). Depois de diversos debates fáticos nas razões e a presença de pequeno mapa demonstrativo da região, o ouvidor condena os réus a indenizar a cerca do autor.	CODIFICAÇÃO – CONSTITUIÇÃO – DIREITO NATURAL (Projeto de Constituição o)
1825 - PI04510 - 175 - Curitiba - 134 - Apelação - Total	Domingos Soares da Silva (Apelante) e Escravos de Antonio Garcia (Apelado)	Autos de Apelação entre partes. Apelante Domingos Soares da Silva e Apelados os "pardos" Florencia, Doriana, Francisco e Maria Escravos que forão de Antonio da Cunha Garcia. Oriundo de libello entre partes do mesmo autor contra os mesmos réus. Ação de reescravização alegando que o falecido João Baptista Vitoriano não poderia libertar os escravos referidos por não pertencer ao mesmo no momento do testamento. Procurador dos escravos é José dos Santos Lima. Os autos correm quase inteiramente a revelia, porém nas alegações finais José Gomes Vianna, faz arrazoado defendendo os réus e sua condição de	USUÁRIOS DA JUSTIÇA (autores poderosos x réus escravos) RÁBULAS (JGVianna defesa de escravos)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		pobreza. A apelação é julgada improcedente e a sentença tem 3 páginas, mas não citam em nenhum momento argumento além do fático.	
1825 - PI04515 - 175 - Curitiba - 82 - Testamento - Total	Gertudes Maria Ferreira (Suplicante) e Ouvidoria Geral (Suplicado)	Autos cíveis de autuação de testamento. Gertrudes Maria Ferreira. O testamento foi considerado inválido e o <i>de cujus</i> teria morrido <i>ab in testado</i> . Porém o testamento referia-se a libertação de alguns escravos que tentam reverter a situação a fim de conseguir a liberdade. Na folha 28 aparece a argumentação do procurador citando as ord. L. 4 tt80 §3 para anotar que mesmo tendo alguma nulidade, existindo 6 testemunhas, o testamento deveria valer. Argumenta ainda com o doutrinador “José Homem Correa Telles” em livro de 1815 §18 nº 4 (tradução de Jean Domat denominada “Theoria da Interpretação das Leis e Ensaio sobre a Natureza do Censo Consignativo”) Note-se que a petição era do procurador dos herdeiros. (Quem? F. Chagas Sá Ribas) Os autos acabam com a desistência dos interessados. Citação perfeita para os autores...	USO DE TÉCNICA (nulidade de testamento) DOCTRINA CIRCULAÇÃO (Correa Telles)
1825 - PI04517 - 175 - Curitiba - 256 - Inventário - Parcial	Maria Ursula Sampaio (Suplicante) e José Sebastião Marques (Suplicado)	Autos cíveis de inventário de José Sebastião Marques. (Processo longo). No inventário aparecem diversos animais, bens e 7 escravos. Na verdade o tamanho do processo não está relacionado ao montante total mas ao numero de herdeiros, o que dificultou a partilha e fez com que se enumerassem até mesmo pequenos objetos. Em apenso o escravo José de 60 anos, avaliado em valor alto para época, compra sua liberdade pelo valor estabelecido. Em outros apensos aparecem dividas cobradas pelo juiz ordinário de Curitiba contra pessoas que deviam ao falecido. Outro apenso discute-se uma escrava que teria sido comprado antes da morte do falecido. Na contestação do pedido de compra da escrava Metildes aparece o argumento que nenhum herdeiro é obrigado a vender os bens segundo a Constituição do Império no seu artigo 179, titulo 22, o que concederia o direito de propriedade aos autores. Ressalta também as ord. L.4 tt.11.	CODIFICAÇÃO – CONSTITUIÇÃO – DIREITO NATURAL (referência a constituição)
1825 - PI04522 - 176 - Curitiba - 75 - Apelação - Total	Francisco de Paula (Apelante) e Antonio dos Santos Cortes (Apelado)	Autos de apelação entre partes oriundos de autos cíveis de embargos entre partes. Apelante Francisco de Paula Vas (procurador José Gomes Vianna) Apelado Antonio dos Santos Cortes (procurador José dos Santos Lima). Problema com questões de terra. O apelante teria invadido a terra do apelado para plantar ervas (erva- mate) o apelado estaria com dificuldade de criar seus animais com essas plantas. o juiz ordinário considerou as testemunhas dos apelantes inválidas no embargo. Deu sentença favorável ao	USO DE TÉCNICA (domínio e sesmarias)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		autor (apelado). As razões e contra- razões de recurso são bem factuais, não discutem questões de direito. Apenas a ultima parte aparece um debate sobre sesmarias e domínio em que o advogado dos apelantes discute tal conceito. O ouvidor diz que não existem razões nem provas suficientes para nenhum dos lados e cancela a sentença de primeira instância.	
1826 - PI04531 - 176 - Curitiba - 20 - Autos de desobediência - Total	Ignacio Lustosa de Andrade (Suplicante) e José da Costa Pinto (Suplicado)	Autos de desobediência feitas pelo juiz Ignácio Lustosa de Andrade contra o sargento mor José da Costa Pinto. O juiz de órfãos pede que o sargento venha ao juízo explicar o desaparecimento de certa quantia de ouro da herança João de Santanna Pinto, o mesmo não aparece. Tendo em vista tal atitude reiterada Ign. Lustosa pede ao ouvidor processar o mesmo por desobediência conforme Ord. L 5 tt5. José Gomes Vianna é tido ouvido testemunha, ele seria natural da vila de Vianna arcebispado de Braga Portugal. (na época com 48 anos). Viviam de seus negócios. O Ouvidor considera o formato do processo bem como os motivos insuficientes para criar culpa ao mesmo e portanto sem efeito prático para tanto.	RÁBULAS (JGVianna)
1826 - PI04532 - 176 - Castro - 35 - Agravo - Total	José Gonçalves Guimarães (Agravante) e O Juiz Ordinário (Agravado)	Autos cíveis de agravo entre partes em que o tenente José Gonçalves Guimaraes processo o juiz ordinário da vila de Castro. Motivo: teria dado um prazo de 60 dias aos réus para responderem um processo, o que o autor considerada contra lei. O ouvidor revoga o despacho do juiz por ser de prazo excessivo.	PRAZO PARA LETRADOS (60 DIAS - excesso)
1826 - PI04533 - 176 - Antonina - 40 -Petição para reconciliação - Total	João José de Carvalho (Autor) e Antonio Pereira do Amaral (Réu)	Autos cíveis de petição para reconciliação entre partes. Autor Reverendo João José de Carvalho e o Réu Cap. Antonio Pereira do Amaral. O padre faz um protesto contra o capitão e seus famigerados parentes e amigos porque durante a prisão do preto José Antonio ocorreu grave desentendimento entre os mesmos, devido a acusação de que o mesmo teria iniciado um incêndio. O reverendo posteriormente aponta que desde 1823 ele tem problemas com o mesmo capitão, conta com mais detalhes o problema, em especial o envio de uma carta a majestade imperial acusando o padre. A audiência de conciliação parece que foi um tanto seca, sem falatórios ou coisas do genero e depois simplesmente se assinou um termo de convivência tranquila.	USUÁRIOS DA JUSTIÇA (autores padre defendendo escravo x réus poderosos)
1826 - PI04534 - 176 - Cananéia - 46 - Reconciliação	Joaquim Antonio Nobrega (Suplicante) e Antonio de	Autos cíveis de petição para anulação de testamento. O autor o ajudante Joaquim Antonio Nobrega e o testamento do capitão Antonio de Freitas Sobral (vila de cananea). O capitão teria	USO DE TÉCNICA (forma - testamento)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
Total	Freitas Sobral (Suplicado)	nascido em 1738 e por ter 81 anos na época da elaboração do testamento o mesmo deveria ser invalidado. O ponto central realmente são os escravos que foram libertados por força de testamento. O promotor anota que o testador estaria desprovido de juízo conforme Ord. L.4 tt 81. Quase todos os escravos do capitão foram libertados. Mas o promotor e o ouvidor consideram equivocado tal fato. Na decisão o ouvidor cita as ord. L 4 tt80 §1 e também "Negreiros L. 3 Vol. 2 n8 , Decreto jan 69, Pinto Despacho 2 nº 147". Sentença do ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto.	DOUTRINA CIRCULAÇÃO (Negreiros – pelo ouvidor)
1826 - PI04537 - 176 - Curitiba - 30 - Agravo - Total	José Gomes Vianna (Agravante) e O Juiz de Órfão (Agravado)	Autos cíveis de agravo entre partes em que é autor José Gomes Vianna e o réu o juízo de órfãos. O autor conseguiu autorização para retirar uma orfã de nome Joaquina para seu cliente mas ao que tudo indica a orfã já estava com uma mulher de nome Juana de tal e o mesmo autor foi verificar com o mesmo juiz para entender o que tinha acontecido. O juiz então disse que a orfã já estava com sua madrinha há muito tempo. O autor acusa o juiz de órfãos Ignácio Lustosa de andrade de negligência com os órfãos da cidade. Joana Maria, madrinha das orfãs e costureira, reclama as meninas como segunda mãe e argumenta que está querendo elas para criar como filhas e que o agravante pretende criá-las como escravas. Já José Gomes Vianna fala que as meninas estão em situação de extrema miséria e passando fome. Juiz despacha a favor da madrinha e não deixa o autor com as mesmas orfãs.	USUÁRIOS DA JUSTIÇA (autores rábula x ré pobre – disputa por menores – problema da miséria) RÁBULAS (JGVianna)
1826 - PI04547 - 177 - Curitiba - 13 - Inventário - Parcial	Carolina José de Andrade e o Sargento Mor Ignacio Lustosa de Andrade (autor), bens que ficaram por falecimento do Tenente José Lustosa de Andrade.	Autos cíveis de inventário de José Lustosa de Andrade. Feito por sua viuva Carolina Lustosa de Andrade e seu pai Ignácio Lustosa de Andrade. Existem muitas dívidas e valores arrecadados, referência a apenas 2 escravos. Interessante destacar que o numero de pessoas citadas com dividas e valores entrelaçados é impressionante. Digno de uma análise mais profunda. Talvez vale a pena destacar que o numero de pessoas com ligações de dividas diretas nesse período é enorme. Ignácio Lustosa de Andrade morreu em 20 de setembro de 1834 (oito anos após seu filho).	USUÁRIOS DA JUSTIÇA (ligações entre pessoas)
1826 - PI04552 - 177 - Curitiba - 65 - Justificação - Total	Francisco Domingos Menezes (Justificante) e Simão José Gonçalves de Andrade	Autos cíveis de justificação entre partes em que Francisco Domiciano de Meneses Lima justifica-se para o capitão Simão José Gonçalves de Andrade. O autor é inventariante do pai José dos Santos Lima e da sua Mãe Gertrudes Maria do Rosário. Não teriam sido incluídos no inventário dois escravos, uma de nome Francisca e outro de	José Gomes Vianna defendia o Simão contra os poderosos

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
	(Jusitificado)	<p>nome Francisco, e agora seu cunhado o justificado no processo, casado com sua irmã Rosa, estava na posse do escravo Francisco (o qual teria conseguido por meio de doação através do dote) e o mesmo inventariante pretende incluí-lo no rol de bens para dividi-lo entre os herdeiros. O capitão Simão entra com um embargo porque o tempo para ter se realizado inventário teria acabado. O próprio capitão Simão como parte escreve sobre o fato e argumenta sobre leis e modelo de segurança e contrato na sociedade. (Com testemunho de José Gomes Vianna - informações importantes - ele diz que vive na rua do Carmo, e que vive de seu ofício de Solicitador de Causas). O autor também se defende sozinho. O interessante é que ele utiliza-se de citação de doutrinador “FERREIRA, PARTE 4 capítulo 1 vol. 14, 15, 16 e 17 e todo o capítulo”. Portanto, uma parte na causa utiliza-se de um doutrinador para se defender. O capitão simão em seu arrazoado também argumenta utilizando citações de leis Ord. L. 3 tt 59 in principio. Além disso, o mesmo argumenta que o pai do requerente viveria como advogado na cidade e que não poderia deixar de fazer um ato sem conhecimento de causa. (Realmente encontrei várias ações com esse advogado) Na sentença aparece a referência as ord. L3 tt 60 §6 e o Alvará de 16 de Setembro de 1814 [Aponta a alçada do Corregedor de Comarca para apelações e processos]. A ação foi favorável aos autores.</p>	<p>Taborda, etc. etc.</p> <p>USUÁRIOS DA JUSTIÇA (família de rábulas) RÁBULAS (JGVianna) DOCTRINA CIRCULAÇÃO (Ferreira – parte utilizando autor)</p>
1823 - PI04556 - 177 - Curitiba - 60 - Papéis e requerimentos - Total	Francisco Bernardo Moreira Pães (Suplicante) e José Felipe da Silva (Suplicado)	<p>Papéis e requerimentos em que são partes Bernardo Moreira Paes e a requerida a mulher do falecido Tenente Coronel José Felix da Silva: Onistarda Maria do Rosário. Trata-se de petição contra os maus tratos cometidos na “EXPEDIÇÃO AO RIO TIBAGI”. Interessante destacar que o autor faz a reclamação ao Palácio do Governo de São Paulo porém é reencaminhada ao ouvidor da comarca. Reclamação dos maus tratos, uso indevido de força de trabalho e outras questões relacionadas a essa expedição. A argumentação do autor da ação que diz que o tempo dos mandões passou e que com o imperador um novo tempo se estabeleceu. Tal ação ocorre ainda em Maio de 1823. As expressões utilizadas são fortes. Existem longos depoimentos sobre a campanha de Tibagi. [Em livro sobre a HISTÓRIA DO PARANÁ não faz referência a essa campanha especificamente falando mas existem reclamações sobre em Curitiba no período de 1777 sobre como essas expedições trouxeram misérias ao povo – Verificar Artigo da Revista de</p>	<p>DIREITOS INDIVIDUAIS (Garantias individuais) CODIFICAÇÃO – CONSTITUIÇÃO – DIREITO NATURAL (rei e nação)</p>

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		história regional da UEPG - http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2381]. O governador geral de S. Paulo Marques de Alegrete encaminhou o decreto de 2 de setembro de 1812 explicitando como deveria ocorrer a companhia dos aventureiros do Tibagi. Existe um traslado da companhia com cerca de 40 pessoas e a ordem do príncipe regente de 1812. Pelo que relatam a expedição encontrou cerca de 30 pedras de diamantes e grande quantidade de ouro remetidas a D. João VI. A apreciação final é dos réus, apontando que todos os serviços praticados foram ao serviço da nação. Processo inacabado	
1827 - PI04586 - 179 - Curitiba - 29 -Petição - Total	Joaquim da Costa Roza (suplicante), tutor e curador da Legatária Gertrudes (suplicado).	Rosa Costa contra o tutor e curador da legatária Gertrudes. O autor teria recebido de Antonio dos Santos Cortes uma escrava recém nascida de nome Francisca por ter sido bondoso com seu irmão em sua moléstia. Porém a legatária Gertrudes teria direito a tal criança como parte de sua herança e seu tutor estaria a requerendo. Por isso o autor pretende justificar a posse da escrava. O ouvidor considera as testemunhas suspeitas (uma delas era o próprio inventariante) e manda devolver a dita escrava ao tutor da menor Gertrudes. O autor entra com embargos da sentença. Argumenta que ninguém pode se apropriar de bens sem uma sentença justa (etc. - argumentos bem fáticos). O tutor também alega que os embargos são absurdos que a herança já teria corrido há 8 meses atrás e que o prazo para opor a doação era naquele momento e não agora, finaliza apontando que a doação não ocorreu pois não poderia ter ocorrido de palavra sendo que o mesmo falecido teria feito um testamento. O procurador Francisco das Chagas Sá Ribas é contratado para defender os autores e utiliza alguns argumentos interessantes, escrevendo que seria ilógico alguém cuidar de um recém nascido se não tivesse a ela sido dada. O ouvidor não aceita o agravo e ainda numa segunda sentença acaba por refutar qualquer possibilidade de alguma pessoa ter direito a propriedade sem justo título "por ser regra geral de direito" cita ainda o prazo de 24 horas para embargos relacionado a lei de reforma da justiça de 6 de Dezembro de 1612 § 17 inclusive parece que o ouvidor responde de forma abrupta o autor (afirmando que estão fazendo chincana do foro), principalmente porque o autor afirma que ele é ouvidor "interino" (sente-se o ódio do ouvidor na letra da sentença)	USUÁRIOS DA JUSTIÇA (autores poderosos x réus pobres e plantadores) RÁBULAS (Sá Ribas) ABUSO DE PODER (tirar cópia da sentença)
1827 - PI04592 -	José Rodrigues	Autos civis de justificação em que José	USUÁRIOS

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
179 - Cananéia - 42 - Justificação - Total	Martins (justificante), Joanna e seus filhos (justificado).	Rodrigues Martins é o justificante e a escrava Joana e seus filhos os justificados. Joana e seus filhos foram libertos pelo pai do autor Faustino Rodrigues. O autor alega que o pai no final de sua vida ficou sem juízo e morreu no meio do mato “estoporado”. O pai dele ficou cheio de receio e medo por ser ameaçado pela escrava Joana. Pede para rescavizar os mesmos. Adiante, em petição o autor alega que conforme o L. 4 tt 103 § 6 fica sem valor os contratos feitos por loucos. Sobre a insanidade do libertador cita também “conforme o L.1 tt 35 § 18 n3 tom 8 e também Mendes de Castro L 3 cap 12 n 7 [Manuel Mendes de Castro - Practica lusitana - p.128 - procurar por Dicionario bibliografico portuguez t. 6 - Manuel Mendes de Castro - p. 59 google livros] - citando por fim L. 4 tt11 das ordenações (vontade do dono da coisa), o próprio autor se representa no caso. O procurador dos escravos não é muito comum, chama-se Joaquim Antonio da Silva Campos. A defesa dos réus é fraquíssima. Na sentença o juiz ordinário de Cananea cita a lei de 25 de junho de 1766 e mandou os mesmos filhos e a escrava serem reduzidos ao cativo. Porém o caso ganha mais complexidade quando se manda precatória para o local onde os mesmos moravam (iguape). A seguir existe uma petição dos escravos em que se afirma que Joana era filha de seu senhor e que já estaria gozando de liberdade por ter cuidado do mesmo quando enfermo. Respondendo aos embargos o autor alega que o domicilio era Cananea e não Iguape pois não havia 4 anos que os mesmos escravos teriam se mudado para lá. Em novas alegações o procurador dos réus aponta que o juiz de Cananea não é tolo e estaria fazendo isso por maldade pois teria visto o documento de liberdade. Ele afirma ainda que “os irmãos estariam oferecendo a ela o cativo como quem oferece uma flor a uma dama”. (Procurador Crispino Maximiano). O processo termina sendo encaminhado a ouvidoria e dali não existe mais nenhuma manifestação. (o caso prosseguirá no processo PI04599)	DA JUSTIÇA (autores poderosos x réus pobres e plantadores) DOCTRINA CIRCULAÇ ÃO (Mendes de Castro) ABUSO DE PODER (JUIZ ordinário de cananea)
1827 - PI04593 - 179 - Curitiba - 38 - Apelação cível - Total	João da Cruz e Camera e outros seus irmãos (apelante), D. Anna Maria da Luz (apelado).	Traslado de apelação civil da ouvidoria de paranaguá para o Supremo Tribunal da Relação da Corte e Império do Brasil em que são apelantes João da Cruz e Camera e apelada Dona Anna Maria da Luz. O apelante pede inicialmente para serem avaliados determinados escravos. Três irmãos e 8 escravos em partilha. José Gomes Vianna entra como procurador da apelada. Arrazoa apontando que não poderia dar	USO DE TÉCNICA (preferência na herança e também o problema do selo)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		preferência aos sobrinhos contra os filhos conforme Ord. L. 4 tt 82 §5 alega ainda que faltou a solenidade de doação aos sobrinhos conforme Ord. L.4 tt 62. O procurador do apelante é Domingos José da Motta. Nas alegações finais Domingues José da Motta além de referir aos fatos e a questão da herança também dispõe sobre Ord. L.4 tt.62 e também um Alvará 26 de setembro de 1824. Como o autor não pagou o selo o juiz considerou o processo nulo conforme a lei de 17 de junho de 1809.	
1827 - PI04596 - 179 - Curitiba - 9 - Petição - Total	Antonio Vicente de Siqueira (suplicante), Francisco Tavares de Miranda (suplicado).	Autos cíveis de petição em que o Autor Antonio Vicente de Siqueira (procurador José Gomes Vianna) e o réu Francisco Tavares de Miranda. O autor, morador do bairro de Tindiquera requer uma exame de corpo de delito em seu paiol pois sumiram de lá algumas portas, janelas e outros pedaços do mesmo. Segundo o juiz a Constituição imperial através de seu titulo 6 capitulo único em seus artigos 160 e 161 só permitem ação de reconciliação em casos cíveis e no caso em que se está julgado por ser um caso penal deve ser feita a devassa conforme as Ord. L.1 tt 65 §3. A decisão do ouvidor é pela elaboração do corpo de delito.	CODIFICAÇÃO – CONSTITUIÇÃO – DIREITO NATURAL (uso da constituição)
1827 - PI04599 - 179 - Iguape - 14 -Petição - Total	Ponciano José e família (autor), José Rodrigues (réu).	(relacionado ao processo PI04592) Autuação de petição de Ponciano José pedindo vista de precatória. Maria Antonia, sua filha Alexandrina e seus cunhados foram presos, algemados e submetidos ao tronco pelo juízo ordinário de Cananea. A carta sofre “embargos” feita pelos libertos que alegam serem domiciliados em Iguape e não Cananea e portanto não poderiam ser presos. Em seguida afirmam "como ensina o praxista manual practico e o Direito" (Provavelmente Alexandre Caetano Gomes). Continua alegando no mesmo embargo: "dando as justiças ordinárias destas ou outra que quer o que exorbita as leys, e deve ser julgada anti constitucional porque se opoem aos escriptos da carta constitucional art. 179, e na que garante a inviolabilidade da liberdade e segurança do cidadão, e tão bem o paragrafo 8 do mesmo artigo em que manda = ninguém será preso sem culpa formada = ora sendo como são libertos fica claro, que não só não deve-se cumprir a dita precatória, como nenhum dos nomeados nella devem ser presos". O redator desse texto foi "Ponciano José" ao que tudo indica procurador das partes. A resposta do réu José Rodrigues Martins também é recheada de referências as ordenações (várias) e até mesmo a um autor chamado BARB "ad ord L	ABUSO DE PODER (JUIZ ordinário de cananea) USUÁRIOS DA JUSTIÇA (autores poderosos x réus pobres e plantadores). Ponciano José [de Araújo] – Futuro Padre na ocupação dos campos de Palmas. DOUTRINA CIRCULAÇÃO (Alexandre Caetano

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		ou T 3 tt24 (6-verso)" Tudo indica que o juiz era parente do autor - e em outra passagem "prática universal - tt das exceções n 22 parágrafo. (Alex. Caetano Gomes) " Enfim uma peça cheia de referências. Muito significativo para a pesquisa. Os embargos são aceitos, portanto favoráveis aos libertos.	Gomes) DIREITOS INDIVIDUAIS (Garantias constitucionais) CODIFICAÇÃO – CONSTITUIÇÃO – DIREITO NATURAL (anticonstitucional)
1827 - PI04603 - 180 - Curitiba - 47 -Libello - Total	João Martins dos Santos, Clara Maria de Jesus, Euridio Manoel e sua mulher Isabel Carvalho e outros (autor), João Antonio Rodrigues e sua mulher Maria Cordeiro (réu).	Autos civeis de libello entre partes em que os autores João Martins dos Santos, Clara Maria de Jesus, Emidio Miguel e sua mulher Isabel Carvalho e outros processam o réu João Antonio Rodrigues e sua mulher porque eles são os legítimos donos de terras lavradas no Boixiningua (botiatu mirim) (procurador dos autores é José Gomes Vianna. Procurador dos réus José Reginaldo de Lima - defende apenas com questões fáticas contrariando o libello dos autores). Oitiva de 7 testemunhas. Em razões finais os debates são bem fáticos, ressaltando apenas questões de cunho formal como justo titulo ou mesmo sobre a situação em si. No final houve uma sentença de nulidade do processo porque faltou uma audiência de reconciliação indispensável aos autos. A melhor parte porém são as razões de embargos de nulidade da sentença em que o procurador J. Gomes Vianna "que he em direito expresso quer quando os precedentes julgadores tem de sentenciar afinal para caso tanto melindroso como circuspecto e havendo provas de parte a parte submaneira que deixa vacilantes perplequexos aos mais literatos, neste caso para o melhor conhecimento da razão a huma ou outra parte, proceda-se a vistoria como bem literalmente especifica Alex. Caetano Gomes em seu Manoal práctico L.1 cap.35 § 1 exeis que valor c. conj, 43 n. 27 verf. e §18 com mutis arorcer a d. L. Imperator Titus 8 aff. de ttat. he mor. lib. 1 tit. 5 n2. Concervariar lib.3 cap.17 n.129 Lis. Fin. Reg un dos cap.11 n. 68. cuja prova prevalece sobre todas as provas." (ago de 1832) – Tal passagem é cópia do livro de Alexandre Caetano Gomes. Além de outros debates fáticos também questiona a constituição art. 161 tt. 6 cap unico.e por fim remete novamente ao livro de Caetano Gomes. O processo acaba com uma	CODIFICAÇÃO – CONSTITUIÇÃO – DIREITO NATURAL (Falta de conciliação art. 161) DOCTRINA CIRCULAÇÃO (Alexandre Caetano Gomes)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		sentença abrindo vista as partes em 1832.	
1827 - PI04607 - 180 - Igruapê - 70 - Habilitação - Total	Francisco dos Santos (Habilante) e Manoel dos Santos Gomes (Habilitado)	Autos de habilitação entre partes em que o autor Francisco do Santos por cabeça de sua mulher Jacinta Domingues e os réus Ana Maria do Carmo e seu filho José Manuel de Silva Gomes. Que o falecido João de Oliveira Collaço quando solteiro teve cópula carnal com Clara Domingues e desse ato nasceu Jacinta Domingues. A resposta dos réus é que a dita Clara Domingues era pública meretriz. (procurador dos réus João Antonio Carneiro). Nas alegações finais o procurador dos autores escreve algo que depois o procurador dos réus destaca que "Jamais hum julgador o mais venal e corrompido a vista do inquérito deixaria de julgar por habilitado ao A. Justificante" em seguida ele demonstra a partir da seguinte passagem o direito "He conhecido por todos os jurisconsultos, que para se provar a filiação para se descretarem alimentos, ou outros direitos, bastão algumas conjecturas, que tornem presumível a filiação, com tanto provem que outros conjecturas em contrario não reduzam o caso a uma incerteza Peg o majoral cap 9 Phob decis 76 et cateri Mello Inst. Jur. Lus. L. 2 tt. 6 § 21 na nota " De filiationis nulla passim traduntur a nostris, alienis que scriptoribus nolissimis (...) (longa citação em latim). Ord. L. 4 tt 78 § 3 (texto redigido por José Manuel da Silva Gomes - parte no processo - 26 de set de 1827) - A sentença é mais espetacular ainda. O juiz inicialmente condena os autores pelas palavras incivis e insultantes contra o juízo e depois de forma inusitada admite a mulher do autor Jacinta como filha natural do falecido habilitando ela para herdar. Como ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto.	USUÁRIOS DA JUSTIÇA (autores pobres x réus poderosos) ABUSO DE PODER (ouvidor) DOCTRINA CIRCULAÇÃO (Alexandre Caetano Gomes)
1827 - PI04611 - 180 - Curitiba - 28 - Agravo - Total	João N. Pinto Bandeira (Agravante) e José da Costa Pinto (Agravado)	Autos de Agravo entre partes. Autor João nepumoceno Pinto Bandeira e o réu José da Costa Pinto. Agravo contra o juiz ordinário de Curitiba que estaria se apropriando de alguns trastes e mobília que eram a princípio do autor. (PI04577). Sua mulher (que estaria em processo de divórcio com o autor) teria vendido a mobília para o juiz ordinário. No agravo e suas razões o autor diz que segundo Ord. L. 3 tt. 20 § 5 (cita 4 vezes as ordenações) não se poderia realizar tal ato sem sua anuência. Interessante a resposta das contrarrazões apontando que o prazo solicitado de 60 dias a mais estaria ligado a falta de letrados na vila, e os solicitadores que existem tem partido contrario ao dele, por isso precisa buscar em outro local auxilio, Argumenta citando várias vezes as ordenações no mesmo livro 3 tt. 20 diversos parágrafos. [A sentença do agravo	USUÁRIOS DA JUSTIÇA (poderosos x poderosos) PRAZO PARA LETRADOS (60 DIAS – concedido ao réu)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		vale a pena ser utilizada pois o ouvidor aponta que existem poucos letrados aqui e por isso seria admissível conceder maior prazo para defesa. Interessante que o problema do prazo aqui não é especificamente a falta de solicitadores, mas o relacionamento do juiz ordinário com os mesmos VER PI4531]	
1827 - PI04627 - 181 - Iguapê - 122 - Apelação - Total	Bento de Oliveira Colhaço (Apelante) e Gregorio Rodrigues de Oliveira (Apelação)	Autos cíveis de apelação entre partes. Em que Bento de Oliveira Collaço e sua mulher apelam contra Gregório Rodrigues de Oliveira e sua mulher. Juízo de Iguape, oriundo de libello civil de ação de força nova. Na ação os papéis são invertidos, ou seja, o autor ganhou a ação. O libello é feito pelo próprio autor (Gregório) no qual chega a citar as ordenações L. 4 tt58 in fine. O réu nas folhas 14-15 pede 80 dias para ir para S. Paulo consultar letrados para responder o processo. Interessante que esse pedido do réu é assinado pelo procurador José Dionizio Sanches. Existe uma procuração muito interessante nas fl. 22 em que se estabelecem diversos procuradores ao réu em diversos espaços diferentes Corte, Coritiba e Iguape. Procurador do autor reclama do tempo de 80 dias f. 25 (proc.José Inocência Álvares Alvim) Nessa contradição o autor alega o seguinte "(...) pedindo só 80 dias para recorrer a letrado em S. Paulo. He digno de riso, que, havendo letrados de profissão na Comarca, só o reu queira os de S. Paulo, isto é, em tão grande distância e Comarca estranha, só para fazer jus dos seus 80 dias! Parece que nisto ainda foi parco; porque se quer recorrer a S. Paulo porque lá há letrados, também os há em Goa, então poderá o réu pedir termo de um ano ou dois, para recorer a letrados de Goa, e entretanto ir desfrutando o que não lhe pertence (...)" Além disso cita as ordenações falando da necessidade de concluir o feito, além do que aponta que conforme ord. L. 4 tt 58 in princ. as ações possessórias só discutem fato e não direito e por isso não havia necessidade de letrados para contestar. O juiz então concede apenas 20 dias e pede para o réu jurar que seu pedido não é malicioso. Depois da oitiva das testemunhas o autor faz uma alegação final discutindo apenas a posse, já o réu inicialmente pede a vistoria e medição do terreno. O juiz nega. Depois os procuradores fazem uma alegação final apontando diversos fundamentos fáticos e também citam as ordenações. Por fim aparece nas razões referência ao projeto de constituição do império tt.8 art. 179 §22 bem afim como o projeto de lei de 3 de junho de 1826 (Projeto de	PRAZO PARA LETRADOS (80 DIAS – letrados de Goa – concede 20 dias) RÁBULAS (rede em cidades diferentes) CODIFICA ÇÃO – CONSTITUI ÇÃO – DIREITO NATURAL (utilização do nome projeto) USO DE TÉCNICA (suspeição) DOCTRINA CIRCULAÇ ÃO (Pereira e sousa)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		<p>Código Criminal) bem como também o cap 6 art. 156 do proj. de constituição do império. (interessante eles chamarem de projeto pois é a Constituição). No momento do julgamento algo interessante acontece, o procurador do autor acaba sendo eleito juiz ordinário de Iguapê José Inocêncio Alvares Alvim e por isso dá uma sentença alegando impedimento para julgar. Declarando-se suspeito. A seguir em sentença bem fundamentada em argumentos fáticos o juiz ordinário anterior decide em favor dos autores. A seguir o réu entra com apelação mas os autores contestam afirmando que a alçada do corregedor vai até 48 mil réis conforme o extraído em pelo alvará de 16 de setembro de 1814. Já os réus apelantes afirmam que a causa tem valor maior e conforme o alvará de 20 de outubro de 1809 e outros deve ir para a relação. Porém esse novo embargo não é aceito. Nas razões de apelação os apelantes apontam que os juízes da causa foram em determinados momentos os patronos do autor. Pedem a nulidade do processo. Nas razões do apelado aparece o que foi feito depois da suspeição do juiz. O juiz suspeito enviou ao juízes anteriores conforme as ord. L. 3 tt.21 §19 e tt.24 §1 os processos não concluídos. Além disso, demonstra diversos pontos contrários de nulidade. A seguir o procurador cita as ordenações e algumas notas de rodapé presentes nas mesmas em latim (Repertorio das ord. verbo), além disso cita uma jurisprudência. Cita outra nota das ordenações em latim e também o livro PEREIRA E SOUSA Primeiras linhas de processo civil "na nota 232 diz sobre o mesmo objeto" ainda conclui com alguns comentários sobre ordenações. (razões com 9 páginas) assinada pelo próprio autor Gregório Rodrigues de Oliveira. (Agosto de 1827). A sentença foi feita apenas em 1829 mas foi favorável aos apelados.</p>	
1827 - PI04630 - 181 - Lapa - 50 - Agravo - Total	Francisco Vidro de Almeida (Agravante) e O Juiz Ordinário (Agravo)	Autos de agravos entre partes em que o autor Francisco Vidrio de Almeida agrava o juiz ordinário da vila do Príncipe (Lapa) (José Francisco Correia). Pede correção da acusação feita em devassa que apurou um atentado e um tiro na janela do autor e atingiu sua mulher, logo na petição inicial o autor cita a Constituição Imperial cap.6 art. 159. Interessante que o autor é o escrivão da comarca e teria ocorrido um tiro na janela de sua casa atingindo sua mulher Maria Peregrina. Um tal de Manoel Joaquim da Silveira teria mandado o preto Antonio ameaçar a alvejar o tabelião por ter desconfiança dele. O tiro teria acertado sua mulher afundando a orelha e a face	DIREITOS INDIVIDUAIS (Garantias penais) CODIFICAÇÃO – CONSTITUIÇÃO – DIREITO NATURAL (uso da constituição)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		<p>esquerda do rosto e seria um tiro de trabuque. O tiro teria ocorrido as 11 horas da noite do dia 6 para o 7 do mês de junho de 1827. Outra testemunha afirma que o escrivão já teria a sete meses atrás tentando matar o dito Manoel Joaquim da Silveira por ser seu inimigo. Outra testemunha afirma que quem deu o tiro não se chamava Antonio mas Salvador. O juiz manda prender Manoel, o dito escravo Salvador e o Escrivão porque o mesmo teria ameaçado de morte Manoel com uma pistola. No agravo o escrivão aponta que a Carta de 12 de novembro de 1821 teria extinguido as devassas gerais que a lei incumbia a certos julgadores. O autor ainda em sua petição explica que deveria ser feito corpo de delito na casa para se provar o fato algo que não teria acontecido conforme o jurisconsulto PEREIRA E SOUSA em sua obra cap 5º § 48 No qual cita ipso verbo "corpo de delicto he a existencia de hum crime (...)". A sentença da ouvidoria é recheada de menções ao liberalismo e a autores diversos. A sentença do ouvidor é sem duvida alguma a sentença mais erudita de todas que eu encontrei nas pesquisas do período. Ele inicialmente fala que a falta de corpo de delito e a fundamentação de condenação em depoimentos vagos e contraditórios seria contrário a razão das nações civilizadas. Então começa a citar diversos autores. "como se exprimem os jurisconsultos, de toda a acusação criminal por cuja falta todo processo crime torna-se nullo, esta he praxe constante não só das nações civilizadas donde demorou nossa legislação como se vê em Consil. Resolut. Crimin. Resol 1 n 1. Guazzin Deffen reos Deffen. 4 n 5 Bohm Elem. Jur. Crim. Sect.1 c5 §101. Como tão bem he terminante pela nossa lei de 6 de dezembro de 1612 e tão necessário que até se exige nos processos verbais Alv. de 4 de setembro de 1765 §2 e §3" Além disso aparece citações das ordenações L.1 tt86 §1 e ainda outra passagem interessante. "(...) ou corpo de delito mesmo não devendo ser inquiridas pela citada Ord. e pelo que diz Mend. P2 L.1 c.2 n152 Mel Fr. (Provavelmente Mello Freire) L.4 tt.17 § 6 e 13" Cita ainda as ordenações outras vezes e absolve o réu pela impossibilidade de devassas. Condena ainda o juiz ordinário nas custas. A resposta do juiz ordinário é inconformada pois considera que estava mantendo a ordem em sua vila e não poderia ser condenado as custas. (fl.20). Adiante o escrivão novamente responde ao juiz citando diversos parágrafos das ordenações alegando a legalidade de sua conduta e a ilegalidade da</p>	<p>DOCTRINA CIRCULAÇÃO (Pereira e Sousa/ Mello Freire instituições sobre testemunha)</p> <p>USO DE TÉCNICA (corpo de delito)</p> <p>ABUSO DE PODER (Ouvidor x juiz ordinário ... nada de ser considerad a rustico)</p>

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		existência da cota conforme Ord. L.1 tt.65 § 9 e outros § 68. O ouvidor manda cumprir a sentença e pagar as custas. Em apenso um processo de justificação entre partes tenta demonstrar que o juiz ordinário estaria agindo conforme o direito.	
1827 - PI04632 - 181 - Curitiba - 50 Reconciliação - Total	Fidelis José da Silva Camão (Autor) e Manoel da Costa Pinto (Réu)	Autos cíveis de reconhecimento. Autor José da Silva Carram por cabeça de sua mulher no inventario do falecido João Santanna Pinto contra o réu Manoel da Costa Pinto que estaria devendo quantia próxima a 400 mil réis. Para tanto propõe uma ação de assignação de vinte dias (sic!). O procurador do réu é José Gomes Vianna e propõe uma exceção para que o arbitro seja eleito entre as partes e que a outra parte preste fiança do processo. Em resposta muito significativa José da Silva Carram expõe o caso do escrivão da vila do principe (PI04627) e ao que parece nesse momento ainda estava suspeito e afastado o escrivão. Porém o escrivão nomeado não tinha fé pública conforme o autor explica citando as ordenações por isso pede que a procuração seja nula. Interessante que a procuração era feita para diversos advogados ao mesmo tempo. A resposta de José Gomes Vianna é interessantíssima. Aponta que desde o seu surgimento a justiça daquela vila estava ligada apenas a uma pessoa e que se a procuração é nula, também o é todo o processo porque feito pelo mesmo escrivão. O processo acaba aí de forma abrupta e sem decisão do ouvidor. Existe uma petição pedindo vistas a parte mas ela não foi anexada ao processo.	USO DE TÉCNICA (20 dias??? – fé pública – um único escrivão) RÁBULAS (rede)
1827 - PI04634 - 181 - Curitiba - 49 - Apelação - Total	Francisco Ferreira das França (Apelante) e Luciano José de Chaves (Apelado)	Autos de apelação entre partes em que o apelante Francisco Fernandes França e sua mulher recorrem contra os herdeiros do capitão Luciano José de Chavez. Apelação oriunda de ação de força nova e esbulho possessório em que os apelados são autores. O procurador dos apelados é José Gomes Vianna. O procurador dos apelantes é José Reginaldo de Lima. Na ação o pedido é bem simples, relacionado a uma sorte de terras que ficam na estrada de saída da vila com a Fazenda da 3ª Ordem (terras chamadas Barigui e Capão da Cutia). Na contrariedade José Reginaldo aponta que as terras não pertenciam aos autores. A autora afirma na justiça que na herança foram citados os dois locais e depois de oitivas de testemunhas apresentam-se as razões finais. Nas razões dos autores apenas argumentos fáticos. Devido a demora para contrariar o juiz julga o caso a revelia. A seguir lima entra com apelação e em suas razões de	RÁBULAS (JGVianna) USO DE TÉCNICA (posse x propriedade)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		apelação afirma que não existe por parte dos autores a firmação da posse pacífica e sim a idéia de propriedade e por isso não poderia propor ação possessória. As razões de Vianna são voltadas a afirmar que não queria cansar o julgador com argumentos que estaria obvio que os mesmos são legítimos proprietários. Daí vem a sentença de forma surpreendente revogando a sentença e considerando o processo nulo porque a ação intentada não seria a correta, pois não seria possível entrar com ação de força nova nesse caso. Não se discutindo a posse. O ouvidor literalmente culpa a atuação do procurador J. Gomes Vianna afirmando que este escolheu a ação equivocada e por isso perdeu a causa.	
1828 - PI04648 - 182 - Curitiba - 22 - Petição - Total	Maria Josepha Teixeira (Suplicante) e Antonio Teixeira Lima (Suplicado)	Autos de petição entre partes em que a autora Maria Josefa Ferreira processa seu marido Nepumoceno Pinto Bandeira. (PI04577). Ainda está relacionado aos bens dos dois. Uma petição apresenta uma importante referência a Constituição política do império em seu artigo 179 §12 alegando ser odiosos os juízos advocatórios. Interessante menção ao poder dos ouvidores que tinham esse poder advocatório durante o período colonial. Questão é aonde o processo deve ser julgado, na ouvidoria ou no juízo ordinário. O ouvidor sentencia afirmando que realmente o juízo competente é o juízo ordinário pois não é itinerante e que teria mais condições de averiguar provas fáticas bem como de produzi-las. E que a constituição política realmente estaria afirmando isso..	DIREITOS INDIVIDUAIS (proibição de juízos advocatórios)
1828 - PI04658 - 182 - Lapa - 110 - Apelação - Total	José Joaquim Rodrigues (Apelante) e Claro Gonçalves Franco (Apelado)	Traslado de apelação cível em que apelante José Joaquim Rodrigues apela contra Claro Gonçalves Torres. Oriundo de um processo de libello cível entre partes. O réu teria se apropriado de bens (canastra) de forma ilegal (roubo?) e algum valor em réis 900 mil e gasto com jogo. Procurador do réu Adriano Pinto de Almeida. Na defesa do réu de folhas 86-v e 87 o procurador do mesmo, em 27 de março de 1829, apresenta diversos argumentos contra a acusação feita contra o réu. Existe uma peça assinada pelo próprio autor em que o mesmo argumenta que o processo seria ilegal por diversos aspectos. Cita logo de início uma passagem de Pereira e Sousa Primeiras linhas de processo criminal paragrafo 169, e "veja-se Mendonça parte primeira livro primeiro, capitulo 50 parágrafo 8". Adiante cita novamente "Pereira e Sousa" no mesmo livro paragrafos 48, 49 e 50. Argumenta que o réu não poderia ser condenado em algo que sequer se provou a existência. Ainda	DOCTRINA CIRCULAÇÃO (Parte coemntand o diversas obras) CODIFICAÇÃO - CONSTITUIÇÃO - DIREITO NATURAL (chama a constituição de código fundamenta l do império)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		argumenta sobre as testemunhas, inteirando com as Ord. L.1, tt 86 in principio e L.3 tt.1 §13, tt. 62, vejace Mendonça parte segunda capítulo 2 [?] 3º numero 151 página eq. ord. L. 3 tt. 1º § 13 numero 17. Recita novamente Pereira e Sousa e também as ordenações. Muitas referências teóricas. Na sentença além de explicar que o autor atacou de forma pessoal o réu e que não houve formação de culpa, cita o artigo 179 do chamado "código fundamental do império" (Constituição). Após apenas aparece o pedido de apelação ao tribunal da relação.	
1828 - PI04685 - 183 - Curitiba - 32 - Justificação - Total	Maria Izabel (Justificante) e O Juiz Ordinário.	Autos cíveis de justificação. Juiz ordinário: Antonio José da Silva Carrão. Juiz de Paz: Lourenço Pinto de Sá Ribas. A justificante diz que o capitão Taborda apareceu em sua casa pedindo ajuda do seu marido para pegar animais que haviam se dispersado. Ao chegarem lá, foram agredidos pelos escravos e cita uma devassa realizada para apurar os fatos. Ela encontra-se presa em São Paulo. Em um ofício apresentado pelo autor, ele cita "a lei novíssima de 15 de outubro de 1827 respeito aos quilombos e ajuntamentos criminosos" (Na verdade é a lei de 15 de Outubro de 1827 que cria a função de juiz de paz e lhe dá atribuição de combate aos quilombos e ajuntamentos criminosos - http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38396-15-outubro-1827-566688-publicacaooriginal-90219-pl.html).	USUÁRIOS DA JUSTIÇA (Verificar Taborda)
1829 - PI04692 - 184 - Curitiba - 40 - [Devassa] - Total	Capitão Ricardo José Taborda (Autor) Joaquim Cardoso e Maria Luiza (Réus)	Autuação de dois ofícios do juiz de paz e do capitão Ricardo José Taborda. Juiz ordinário: José da Silva Pereira. O escrivão indica recebimento dos ofícios do juiz de paz e do capitão com pedido de proceder ao corpo de delito indireto e se prosseguir a Devassa sobre a morte de Francisco Luis. Constam 30 testemunhos e, ao final, o juiz condena Joaquim Cardoso e Maria Luiza, filha da vítima. A descrição dos réus demonstra que eram pessoas pobres.	USUÁRIOS DA JUSTIÇA (autores poderosos x réus pobres) Ricardo Taborda
1829 - PI04707 - 184 - Castro - 20 -Petição [Adoção] - Total	José Martins de Oliveira (Suplicante) e Anna de Sá (adotante)	Autos de petição para confirmação de adoção. Citam a lei de 22 de setembro de 1828, artigo 2º, que institui a adoção no país através do código português. (Lei que extingue o Desembargo do Paço e a casa de Suplicação e reorganiza as competências para casos comuns - http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38218-22-setembro-1828-566210-publicacaooriginal-89826-pl.html). Consta o traslado de escritura de adoção e 3 testemunhas. (Processo com muitos problemas para leitura) 6 de maio de 1829 a 29 de maio de 1829.	CODIFICA ÇÃO - CONSTITUI ÇÃO - DIREITO NATURAL (Lei de extinção dos tribunais...)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
1829 - PI04718 - 185 - Curitiba - 102 - Libelo - Total	Fidelis José da Silva Camão (Autor) e Gertudes Alves Araújo (Réu)	Autos de libelo. Juiz ordinário: Alferes João da Silva Pereira. Procurador do autor: José Gomes Vianna. Procuradores da ré: João Antunes Leiria, Miguel Marques dos Santos e Joaquim José Pinto Bandeira. Trata-se de uma cobrança de dívida no valor de 82\$500 do falecido marido da ré, Francisco Domiciano de Meneses. A ré recorre da decisão do juiz, e constam vários documentos durante o processo. Em petição José Gomes Vianna faz o seguinte comentário (p. 37): "é de lamentar a estúpida esperteza do advogado da ré, quando a torto e direito engoliu as pílulas do esquecimento que ministrarão-lhe seus satélites, dizendo que o autor variou em seu petitório, dando parabéns a sua exposição incerta na [cota a 28], não se lembrando que /se é que o sabe/, que a ordenação do livro 3º expressamente diz = quando o autor pedir em seu libello mais do que legitimamente o réu deve, só mandará o julgador satisfazer o que for devido." (em 3 páginas e meia de argumentação lamenta a atitude do outro procurador). Ao final, o ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto sentencia a favor do autor, visto que a ré não tem prova alguma de que seu marido pagou a dívida. Ela ainda recorre novamente, mas não obtém êxito. Datas-limite: 04/08/1829 - 10/03/1831.	RÁBULAS (JGVianna)
1829 - PI04720 - 185 - Castro - 60 - Petição para Posse - Total	José Carneiro Lobo (Suplicante) e Maria Carneiro (Suplicado)	Autos de petição para posse judicial. Ouvidor: Joaquim Teixeira Peixoto. O Capitão José Carneiro Lobo pede posse de terras em Castro, entretanto, segundo documentos constantes as mesmas terras pertencem à Camara desde 1748 por doação de sesmária pela capitania de São Paulo. O procurador da Camara cita vários artigos da lei de direito a propriedade de 1º de abril de 1829 (?) (p.13); o ouvidor, no primeiro momento, ordena que se tente fazer uma conciliação, entretanto a mesma não ocorre. Na p.21v, o procurador da Camara cita novamente a constituição - título 8º, artigo 179, § 22 - e cita a ordenação, livro 1º, título 58, §15. Ao final, o ouvidor sentencia a favor da Camara.	CODIFICA ÇÃO – CONSTITUI ÇÃO – DIREITO NATURAL (lei de 1829??? - consituição)
1829 - PI04734 - 185 - Curitiba - 150 - Inventário - Parcial	Manoel Antonio Couto Masquito (Suplicante) e Francisco de Paula Carneiro (Suplicado)	Autos de inventário de Francisca de Paula Carneiro. Procurador dos herdeiros: João Antunes Leiria; Manoel Antonio da Costa; Lourenço Pinto de Sá Ribas. O marido da dita falecida havia falecido há pouco tempo, e não se havia feito ainda o inventário do casal. O ouvidor, em uma das conclusões (p.78/verso) cita o direito consuetudinário, fundamentado na lei de 18 de agosto de 1769. Há briga entre os herdeiros, pois nesta mesma conclusão (p.79) o ouvidor relata	CODIFICA ÇÃO – CONSTITUI ÇÃO – DIREITO NATURAL (Lei da boa razão)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		que a lei confere igualdade nas partilhas. Na página 95, é citado que a partilha de bens dos falecidos Antonio Ribeiro de Andrade e Francisca de Paula Carneiro são dificultozíssimas de fazer. DATAS LIMITE: outubro de 1829 a setembro de 1830.	
1830 - PI04739 - 186 - Curitiba - 255 - Testamento - Parcial	Francisco de Paula Carneiro (Suplicante) e O Juiz Ordinário (Suplicado)	Traslado de testamento de Francisca de Paula Carneiro. Relação com o (PI04734). Constam muito apenços. No segundo apenso, p. 2, cita-se oralmente o Manual Prático Judicial de Alexandre Caetano Gomes, divisão 3ª, "cujos fundamentos forão baziados no que dispoem a ordenação, livro 4º, [vi] 91, parágrafo 2º, além de outros muitos autores do mesmo direito com que se tem conformado a prática consuetudinária desta comarca..." - transcrição do que dizem os justificantes Manoel Antonio da Costa Mesquita, Mathias Gonçalves Guimarães e Manoel Mendes Leitão.	DOUTRINA CIRCULAÇÃO (Alexandre Caetano Gomes – uso oral)
1830 - PI04744 - 186 - Curitiba - 40 - Agravo - Total	Francisco da Paula e Silva Gomes (Agravante) e O Juiz Ordinário (Agravado)	Autos de agravo. Procurador do agravante: José Gomes Vianna. O suplicante agrava de uma querela instituída contra ele por José Gonsalves do Espírito Santo, referente ao rapto e estupro de sua filha Clara. O agravante cita [por seu procurador] que a querela está cheia de nulidades em relação a lei do Império, e cita a lei de 22 de abril (setembro?) de 1828, artigo 2º, §2º, com relação à fiança (p.4). Contém procuração do suplicante impressa, proveniente de Porto Alegre, constituindo por seu procurador na cidade o capitão Luis da Fontoura (?) e mais vários procuradores em Curitiba, Paranaguá, Rio de Janeiro e São Paulo. Consta o traslado de culpa do réu. Pelo fato de já se terem passado 5 anos, como diz o procurador do réu, e a moça já estar casada, o ouvidor aceita o agravo e manda por silêncio na causa.	USO DE TÉCNICA (nulidades) RÁBULAS (rede)
1830 - PI04749 - 186 - Curitiba - 28 - Petição - Total	Rosa Maria Coelho (Suplicante) e testamenteiro de Francisco de Paula Freire (Suplicado)	Autos de petição. A viúva de Francisco de Paula Freire presta querela contra o testamenteiro de seu marido, José Joaquim Ribeiro, por fazer este o testamento fora das formalidades de direito. Ela pede que ele seja removido da função. Na página 7, Joaquim Teixeira Peixoto cita o doutrinador Jacinto Gouveia Pinto - "por quanto [he] doutrina corrente em direito patrio deduzida das Leis, e prática das nações mais civilizadas, como atesta o sábio Jcto. Gouveia Pinto no seo tratado de testamentos e sucessões (...)" Ele acata a petição e destitui o testamenteiro do cargo. Procurador da suplicante: Padre João José de Carvalho.	DOUTRINA CIRCULAÇÃO (Gouveia - pelo ouvidor)
1830 - PI04756 - 187 - Curitiba -	Mathias da Costa (Autor) e	Autos de libelo. Procurador do réu: José Gomes Vianna. O autor acusa o réu de lhe ter ofendido e	DOUTRINA CIRCULAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
82 - Libelo - Total	Joaquim da Costa Rosa (Réu)	atacado com uma foice. José Gomes Vianna, para defender o acusado, argumenta (p.22) que a acusação já não tem mais lugar na justiça, de acordo Ferreira em seu tratado 3º, cap. 4º, nº 37, e que o ferimento foi muito leve. O último concluso do ouvidor Peixoto é a favor da absolvição réu.	ÃO (Ferreira)
1830 - PI04760 - 187 - Castro - 70 - Agravo - Total	José Carneiro Lobo (Justificante) e Ouvidoria Geral (Justificado)	Autos de agravo. Relacionado ao (PI04758). O agravante José Carneiro Lobo, agrava contra uma devassa que se procedeu contra ele no juízo sobre a morte de Francisco José Lopes. [Na página 5, cita-se a concessão de carta de seguro e cita-se Manoel Joaquim de Ornelles como advogado]. Consta traslado de culpa do réu. Na página 30, Lobo cita o princípio do Direito, segundo o qual as devassas devem começar dentro de dois dias (ord. livro 1º, tt. 65, §31), e a apresenta devassa começou apenas 3 meses depois da morte de Francisco de tal. Cita também a nulidade do corpo de delito (ord. livro 3º, tt. 20; livro 5º, tt. 117, §1º). Argumenta ainda sobre outras nulidades: incompetência do juízo, extemporaneidade do começo, pela interrupção da inquirição de mais de um mês, a inquirição de testemunhas que não são do distrito. Argumenta também que os criminosos presos deveriam saber por nota seu crime, seu acusador e as testemunhas que os culpavam, em vista do código fundamental, art. 179, §8º. Depois, questiona algumas testemunhas e solicita o traslado dos autos de devassa. Ao final, o ouvidor declara que para responder o agravo, é necessário que o escrivão esclareça o motivo pelo qual não juntou na devassa a nota sobre o motivo de prisão dos indiciados, conforme determina o §8º, art. 179, da Constituição Política do Império. Logo em seguida o escrivão esclarece as perguntas do ouvidor. Por fim, Peixoto não se atenta muito para as irregularidades do processo, mas decide reparar o agravo, tendo em vista principalmente que o agravante provou que as testemunhas da devassa eram suas inimigas e estavam sendo incitadas pelo capitão José Ribeiro, sendo portanto inábeis - Ord. livro 5º tt. 56 §7. Datas limites - Julho a Agosto de 1830. - "Diz o Coronel Luciano Carneiro Lobo que o suplicante precisa que o escrivão deste juízo [revendo] um seguro que obteve o alferes Alvaro Gonçalves Martins por este juízo por cabeça de uma sua escrava que fora envolvida e culpada em uma devassa de morte, lhe passo por certidão a resposta que deu o sábio advogado Dr. Manoel Joaquim de Ornelles sobre a proposta a ele feita de poder este juízo conceder seguro em casos tais o que é [conforme] ao	RÁBULAS (Presença de parecer de letrado em SP) USO DE TÉCNICA (problemas processuais)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		regimento deste mesmo juízo em atenção a longa distância [além] duzentas léguas que tem desta vila a capital do Império onde há rellação portanto. Por em termos Castro 2 de julho de 1830" Na próxima página o escrivão fala sobre as cartas de seguro, citando a lei de 22 de Setembro de 1828, artigo 2º, §6º. <i>(NOTA - No foro paulistano militou como advogado ao lado dos doutores Manoel Euphrasio de Azevedo Marques, José Arouche de Toledo Rendon e Manoel Joaquim Ornellas, que eram, então, os únicos advogados em São Paulo. Conselheiro Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1837-1842) site faculdade usp)</i>	
1830 - PI04766 - 187 - Curitiba - 250 -Justificação - Parcial	Maria Gertudes (Suplicante) e Antonio Ribeiro de Andrade (Suplicado)	Autos cíveis de justificação para habilitação entre parte. Procurador da suplicante: José Gomes Vianna. Consta traslado de agravo, sendo Maria Gertrudes a agravante e os herdeiros de Antonio Ribeiro de Andrade - Manoel José Taborda e José Antonio Mendes Vieira - os agravados. Ela é filha de um relacionamento extraconjugal do falecido com Juliana Cardoza e quer ser reconhecida como herdeira legítima. Procurador dos agravados: José Antunes Leiria. Juiz ordinário: Francisco de Paula Xavier Bueno. O processo se desenrola com petições de ambas as partes, constando várias conclusões e documentos juntados. Nas últimas páginas, antes do apenço, um procurador denominado Manoel cita o doutrinador [Banguerb], p. 4ª, cap. 2º, nº13, dizendo que por todos bens terem sido deixados para os herdeiros conhecidos, "lhes compete o tratamento desta causa". (foto 131115) "para esta ocasião lhe compete o tractamento desta causa Banguerb p.4 cap.2 nº13 (Vanguerve Cabral? Sim... o livro é sobre habilitação em herançaTem sentido) Por ter passado tanto tempo, Abreu de Sá (?) faz o último conclusão, manda que sejam citados novamente todos os interessados. Consta uma apenço que foi para a casa de suplicação em São Paulo. (Processo avança muito no tempo). DATAS: 1830- 1836.	USUÁRIOS DA JUSTIÇA (autores poderosos x réus filha ilegítima) DOUTRINA CIRCULAÇ ÃO (Vanguerve – não encontrei o livro)
1830 - PI04768 - 187 - Curitiba - 74 - Libelo - Total	Maria Benedita do Nascimento (Autor) e Nicolau Pinto Rebello (Réu)	Autos cíveis de libelo. Procurador da autora: Luis da Silva Gomes. A autora alega que há uma sua escrava de nome Senhorinha em posse da mulher do réu, Lourença Floriana de Lima. Na página 5, o procurador da autora argumenta que a mulher do réu não tem direito sobre a escrava, pautado na lei da ord. l. 5, tt.29, §1. Segundo ele, a escrava foi doada pelo marido da autora pela amizade que tinha com o réu, contudo, tendo em vista que a	CODIFICA ÇÃO – CONSTITUI ÇÃO – DIREITO NATURAL (liberdade garantida pela

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		<p>mesma tem sido maltratada, a autora revoga a doação, argumentando que a escrava foi doada quando ela já estava casada com o falecido Francisco da Costa Pinto. Os réus apresentam vários procuradores (15), entre eles João Antunes Leiria. [Ao que tudo indica a autora apresentou a ação no juízo de órfãos, e na página 12, o procurador dos réus questiona isso, dizendo que todos os envolvidos são maiores. Na página 13, o procurador da autora cita as Ord. livro 3º, tt. 5º, §3 e tt. 12, §1, dizendo também que a autora pode escolher onde demandar a ação e que os réus devem responder no escolhido e, "caso conheçam que o juízo é oposto ao seu direito tem o recurso de avocatória para o juízo superior além disto tem mais, nas sentenças / qnd sejam mal julgadas/ o direito de apelação e agravo, que então se conhece a maldade do primeiro juízo / o que neste nada disso há / (...) portanto meretíssimo julgador, a vista do que dispõe a ord. l. 3º, tt. 2º, §19, deve ser desprezada a exceção do réu...". Em seguida, João Antunes Leiria rebate a argumentação de Gomes, citando as ord: livro 1º, tt. 88. §45; livro 3º, tt. 5º, §3º. Em seguida, Gomes rebate, discutindo exceção declinatória, ord. livro 3º, tt. 20, § 9. Ele argumenta que Leiria só quer retardar o processo, e faz um instrumento de 6 páginas, citando várias vezes as ordenações. O processo segue assim, com os procuradores discutindo mais algumas vezes, citando ordenações. Na página 26/verso, Peixoto faz um concluso de 4 páginas, decidindo que o juízo de órfãos é competente para julgar a questão, citando a liberdade do cidadão garantida na Constituição do Império (p.28). Leiria agrava novamente mas Peixoto não aceita, dizendo que ele "não apresentou razões fundamentais e atendíveis para merecer provimento...". Parte dos conclusos de Peixoto: "Nenhum agravo parece-me ter feito ao agravante vistos os autos e disposições de direito: por quanto havendo intestado a autora sua ação no juízo competente o procurador da parte contraria sempre avesso aos princípios de uma jurisprudência conforme os ditames da razão, e do presente século que tanto reprova as torturas vias da depravada chicana [fazendo-se por isso credor que o muito venerado tribunal superior lhe imponha alguma muleta para sua correção] assentar que devia terminar a presente causa propondo exceções dilatórias sem o menor fundamento, e prompto a interpor todo, e qualquer recurso, como provão a repetição de agravos, só com o fim ponderado, tornando-se por isso qual</p>	<p>consistuição) USO DE TÉCNICA (exceções)</p>

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		[demora] da exposição das demandas, coisa tão oposta ao interesse público como declara a L. 13, Cod. de Judic. L. 2, Cód de Re jud". Sentença de 31 de Março de 1830	
1830 - PI04771 - 187 - Curitiba - 50 - Agravo - Total	Manoel Teixeira Pinto (Agravante) e Benedito Mariano Ribas (Agravado)	Traslado de autos cíveis de agravo. O agravado prestou uma ação contra o agravante pelo seu direito de propriedade, acusando a parte de estar invadindo seu potreiro para atravessarem a região. Propõe fechar o dito caminho e cita o §12, da lei de 9 de julho de 1773, e o provimento de correição no documento 4, garantido pela Constituição do Império no tt. 8º, art. 179 (p.3). Na página 39v, Peixoto decide a favor do agravado, citando várias leis sobre direito de propriedade assim como uma posição que parece bem particular: "(...) só em um estado anárquico onde não se respeita o direito de propriedade onde se postergam as Leis da sociedade é que os réus calçando essas mesmas leis poderiam destruir a fazenda daquele proprietário que aliás alguma consideração merece não só por ter a sua fazenda tão devassada por outros caminhos como por ser um dos proprietários que utiliza a nação pelos tributos que anualmente paga à Fazenda Nacional em consequência dos produtos de sua criação mas em uma nação civilizada e constituída como a nossa por onde é garantido o direito de propriedade em toda em sua plenitude pelo Código Fundamental título 8, artigo 179, parágrafo 22 e por outras muitas leis jamais poderão os réus ser mantidos em uma fictícia e ilegal posse a que se apegam (...)". Depois ele ainda cita lei de 9 julho de 1773, parágrafo 12; Ord. L.4º, tt. 58 e tt. 5; assento de 16 de Fevereiro de 1796; decreto de 17 de Julho de 1778; Ord. L. 4º, tt. 58, parágrafo 2; regulamentar de 09 de Setembro de 1826; Const. tt 8, artigo 179, §22. Procurador dos agravantes: José Gomes Vianna. Agravam para a corte do Rio de Janeiro.	CODIFICAÇÃO – CONSTITUIÇÃO – DIREITO NATURAL (direito de propriedade – tom liberal)
1830 - PI04773 - 188 - Curitiba - 88 - Libelo - Total	Anna do Espirito Santo (Autor) e Alvaro Gonçalves Martins (Réu)	Autos de libelo. A autora acusa Clemência, escrava de Álvaro Gonçalves Martins, de ter assassinado Venceslao, escravo de Anna do Espírito Santo. Procurador do réu: João Antunes Leiria. A escrava Clemencia foi pronunciada em uma devassa e, para provar sua inocência na morte do escravo Venceslao, Alvaro Martins solicita uma carta de seguro de um ano, citando parecer favorável do "sábio advogado Manoel Joaquim de Ornelles" (p.6). Na página 7, consta a resposta de Ornelles a proposta que foi apresentada por João Batista Teixeira, dizendo que a devassa foi mal feita porque não existem	RÁBULAS (Ornellas advogados entrando) USO DE TÉCNICA (desuso do direito) DOCTRINA CIRCULAÇÃO (Manoel Ferreira)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		<p>testemunhas que culpassem o réu, além de ser "mal aplicada para o caso da mesma, a ordenação do L. 5, tt. 129,". Depois de ter havido a devassa, não há o que fazer se não recorrer pelos meios legais, dentre os quais o instrumento de agravo. Quanto ao seguro, ele diz que pode ser concedido pelo ouvidor - "e estas cartas de seguro ainda estão sem uso depois da Lei de 22 de Setembro de 1828, como se ve no artigo segundo, parágrafo sexto aonde se concede as resoluções à prorrogação das cartas de seguro, e das fianças e é evidente que se não datia as resoluções a atribuição de prorrogarem as cartas de seguro se elas não estivessem em uso (...)". Consta carta de Peixoto concedendo a carta de seguro. Traslado de culpa da ré Clemencia pela morte de Venceslao. Na página 14v, a petição relata que quem matou Venceslao foi um [soldado] denominado Salvador Pereira, por causa da mulata Clemencia. Constam 23 testemunhas. Na página 32, o promotor João Antonio Ferreira diz que Venceslao estava batendo em Clemencia por ela ter amizade com Salvador e, chegando este último para atender os pedidos de socorro da escrava, deu uma facada em Venceslao. Por ter concorrido para o assassinato, ele considera que ela deve ser punida com rigor para exemplo. O procurador da ré, Leiria, diz que a mesma estava trabalhando na casa de Anna do Espírito Santo e que não teve influência no assassinato de Venceslao. [Principiar a devassa de acordo com a lei ord. livro 1º, tt. 65, §31]. Na página 34v cita FERREIRA, em sua PRÁTICA CRIMINAL TOMO 3º, CAPÍTULO 20, Nº15; CAPÍTULO 20, Nº18,19,0,21. Chama ainda o juiz de inculito.</p>	
1830 - PI04774 - 188 - Castro - 66 - Agravo- Total	Antonio José da Cunha Vianna (Agravante) e Ouvidoria Geral (Agravado)	<p>Autos de agravo. Procurador do agravante: João Antunes Leiria. O agravante recorre da sentença de uma querela e devassa requerida por David Rodrigues da Silveira, acusando- o de induzir testemunhas a jurarem contra José Carneiro Lobo em uma devassa pela morte de Francisco José Lopes. Consta traslado de culpa que mandou proceder o ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto em 1830, contra Antonio José da Cunha Vianna (será assassinado a facadas posteriormente em 1832). Na página 9v, no traslado de culpa, é citado o livro 5º, título 54, sobre determinação de penas. O suplicante da querela cita o livro quinto, título 54, justificando a querela por motivo de calúnia. Na página 24, o procurador do agravante diz que o réu não deveria ter sido pronunciado em devassa, argumentando com base na ord. livro 1º, ttº55, sobre os casos que devam ser devassa. Ao final,</p>	RÁBULAS (assassinato)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		o ouvidor Joaquim Teixeira Peixoto ordena que se dê baixa na culpa do réu.	
1830 - PI04775 - 188 - Curitiba - 72 - Libelo - Total	Domingos Fernandes Gallego (Réu) e Ouvidoria Geral (Autor)	Autos de libelo. Procurador do réu: José Gomes Vianna. O réu apresenta uma carta de seguro (p.2). O suplicante, Manoel Antonio da Costa Mesquita, acusa Domingos Fernandes Gallego de ter seduzido um escravo seu que servia de capataz e comprar dois coiros e uma arroba de charque por 3.360 reis, diferença de 6.400 reis do preço justo. Em um primeiro momento Peixoto condena Domingos. Em seguida (p.23), José Gomes Vianna faz um instrumento de "exceção peremptória", alegando nulidade do processo por: falta de corpo de delito - Lei 6 de setembro de 1612 e PEREIRA E SOUSA, LINHAS CRIMINAIS, §49; "nulidade contra o decreto de 23 de maio de 1822 que diz nenhuma pessoa será sentenciada sem legal prova de 3 testemunhas...". Na página 31, consta outro instrumento por José Gomes Vianna: "A execução das leis e a conservação dos povos, são os dois pontos mais sagrados da jurisprudência universal que devem servir de invariável norte a todo o julgador no desempenho das funções de seu ministério. São estes dos dois pontos que vamos tratar na presente causa por onde ele se ha de distinguir sem mais deixar vestígios de sua fantasia e nulidades insanáveis: que por nula se há de julgar e tanto que se o réu tivesse cometido o delito de que foi acusado devera ser punido com as penas estabelecidas na Ord. I. 5º, tt. 60, §2 e alvará de 25 de dezembro de 1608. Em razão da pessoa como por escravo se executaria o disposto na ordenação L.1º, tt. 65, §24 e L.5º, tt.60, §2. Para executar estas leis deve-se decorrer as formalidades precisas sendo a primeira o indispensável auto de corpo de delito como descreve a lei de 6 de abril de 1612 (...). Não pode haver pronuncia onde falta prova legal de 3 testemunhas, duas das quais jurem; assim determina o decreto de 23 de maio de 1821. Não pode pessoa alguma ser sentenciada senão em virtude da lei, diz a Constituição Política lei fundamental deste império no tt. 8º, art. 179, §1 e 2. (...)" O ouvidor acata o pedido e absolve o réu.	USO DE TÉCNICA (exceção)
1830 - PI04777 - 188 - Castro - 40 - Petição - Total	David Antonio Xavier (Suplicante) e Francisco José de Mattos (Suplicado)	Autos cíveis de petição. Requer mandado avocatório do inventário do falecido Francisco Xavier da Silva. O suplicante, filho do falecido, é menor e alega que não foi judicialmente avisado da partilha dos bens, realizada pelo testamenteiro e inventariante Francisco José de Matos Cordeiro. Este, escreve um documento(P.6), citando [Valasco] e Pereira e Sousa???(só achei	DOCTRINA CIRCULAÇ ÃO (Alexandre Caetano Gomes)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		alexandre Gomes), além de citar várias vezes as ordenações. Na página 12, Francisco Matos faz outro documentos interessante, citando várias vezes as ordenações e usando argumentos interessantes a respeito do envolvimento de David Xavier no processo. Curador do suplicante: João Antunes Leiria.	
1831 - PI04789 - 188 - Curitiba - 48 - Libello - Total	Ricardo Antonio Chaves (Réu) e O Promotor Público (Autor)	Autos cíveis de libelo. Procurador do autor: João Antunes Leiria. Ricardo Antonio Chaves solicita seu livramento. Segundo o libelo, o mesmo foi até a casa de Antonio Joaquim de Oliveira o injuriar e chegou a ameaçar com uma pistola. Consta traslado de culpa do réu. Na página 18, Leiria cita "MANOEL LOPES FERREIRA em sua Prática Criminal tractado 3º, cap. 4º, nº41 e 43, dito Ferreira, na prática Criminal tomo 2º, tratado 3º, cap. 4º, nº 37, ord. livro 5º, tt. 122." Ao final, Peixoto anula o processo tendo em vista a falta de corpo de delito e absolve o réu.	DOUTRINA CIRCULAÇÃO (Manuel Ferreira)
1833 - PI04793 - 188 - Curitiba - 70 - Libello cível - Total	Manoel das Dores Aragão (autor), Capitão Simão José Gonçalves de Andrade, como testamenteiro do falecido Reverendo José Correa Leite da Silva (réu).	Autos cíveis de libelo de querela de testamento. Procurador do réu: José Gomes Vianna. O autor, irmão do falecido padre José Correia Leite, pede a nulidade do processo de testamento (p.15) alegando que não há instituição de herdeiros e pede vistas no processo. Na página 17, o réu diz que "é impertinente, e como tal, digno de total desprezo, porquanto é sabido em direito que para se tornar nulo um testamento solenemente feito e aprovado, necessita haver querela, o que se faz por libelo chamado de querela de testamento, tirando para forma, certidão do libelo de reg. e nunca pedindo vista do próprio original, que deve existir em mão do testamenteiro não só para cumprimento de suas disposições como para juntar nas contas que a seu tempo deve dar. pelo que parece assim dever ser deferida a dita cota, devendo a presente usar dos meios competentes e voltarem os presentes autos ao poder do mesmo testamenteiro, sendo no entanto a mesma parte condenada das custas, o que deu causa. Simão Jozé Gonçalves de Andrade". Em seguida Peixoto dá parecer favorável ao testamenteiro. Na página 19 Gomes Vianna continua argumentando sobre a questão dos herdeiros, dizendo sempre que "o direito expresso pelas leis outorga", mas não cita especificamente nada. Na pág. 29v, Gomes Vianna argumenta: "É expresso em direito que quando se trata de nulidades de testamento sempre se trata com o próprio testamento e nunca com traslado (...) onde se não pode ver faltas ou diferenças nas assinaturas, como largamente escreveu os D.D. escrito na pratica do doutor	USO DE TÉCNICA (cópia de testamento) DOUTRINA CIRCULAÇÃO (José Pereira de Carvalho)

IDENTIFICAÇÃO	INTERESSADOS	DESCRIÇÃO DO PROCESSO	TAGS
		<p>sábio Jozé Pereira de Carvalho em sua Prática No Cap. ? §2 (...)" . Cita o mesmo autor novamente na página 34v, Cap. 11 nº 116. Consta na p. 36 procuração do réu para João Antunes Leiria. Peixoto diz que um processo dessa natureza não deveria ter passado ao juízo superior, devendo ficar no juízo de órfãos. Na página 45, em abril de 1831, o autor da ação, pede desistência: "conhece nada poder conseguir a seu benefício por achar-se o testamento legalmente feito e aprovado." Na página 48, ainda em abril de 1831, sua irmã pede para continuar o processo em seu nome. Entretanto, o próximo documento da autora data de meados de 1833. Muda o procurador da autora: João Hernesto de Moura Brito. O último despacho é dado por Agostinho Ermelino de Leão em julho de 1835, decidindo pela não anulação do processo.</p>	